

A MULHER NOS TEMPOS DAS CRUZADAS

As carroças passavam uma após a outra pela estrada, numa longa fila que não acabava nunca.

Muitas, muitas carroças — demais, diziam os guerreiros experientes, preocupados com um exército que transportava tanta bagagem.

O que essas carroças continham?

Víveres para o exército, farinha, barris de azeite e vinho. carne salgada, forragem e aveia para os cavalos.

Contudo, murmurava-se também que muitos desses comboios pesados, cobertos de couro, ao lado de tendas indispensáveis para as escalas, levava grande quantidade de baús, contendo mantos, vestidos e os véus das damas. Além da louça indispensável, grande quantidade de roupas de baixo, acessórios de toalete — sabonetes, bacias, espelhos, pentes, escovas e potes de maquilagem e creme da mais fina banha de porco — que as damas que haviam tomado a cruz com seus maridos julgavam indispensáveis a sua caminhada.

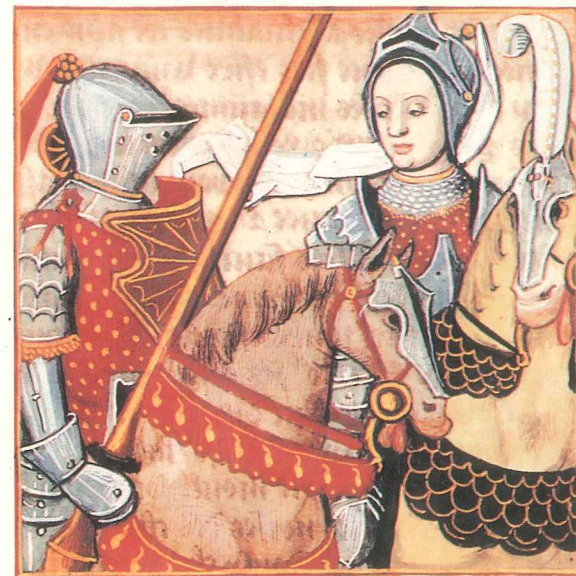
RÉGINE PERNOUD

A MULHER NOS TEMPOS DAS CRUZADAS

8-0229-2

A MULHER NOS TEMPOS DAS CRUZADAS

RÉGINE PERNOUD



Biblioteca Central - UnB



B0037391



EDITOR



PAPIRUS EDITORA

Nascida em 1902, Régine Pernoud encarna, para dezenas de milhares de leitores europeus, a própria Idade Média.

Com a autora fazemos uma complexa travessia do século, num relato entusiasta e apaixonante, que nos leva a percorrer a maior aventura da Idade Média.

As cruzadas não foram somente um palco de batalhas. Foi uma grande aventura, onde soldados, reis, senhoras e seus súditos lançaram-se por terra e por mar. Nesta rota, dezenas de milhares de homens e mulheres, famílias inteiras deixaram tudo, para instalarem-se ao redor dos lugares santos. Através de documentos e crônicas e de pesquisas em regiões do Oriente Próximo, Régine Pernoud reencontrar os traços destes homens e mulheres esquecidos.

Burguesas ou grandes damas, mulheres de comerciantes ou de artesãos, humildes, religiosas, vindas de todos os povoados europeus, viveram durante quatro séculos na Palestina, depois em Chipre e no fascinante reino de Jerusalém.

Poiteau, Melisendra, Sybille, Eleonora — seus nomes — cultivavam a terra, transmitiam a vida, guardavam os bens. Sofriam o rigor das derrotas, os dramas da escravidão e do exílio. Mais que os homens, elas eram verdadeiras heroínas de uma epopéia que, malgrado seus erros e contradições, não visavam mais que a conquista do direito a uma coexistência pacífica sobre uma terra pertencente ao patrimônio espiritual da humanidade.

A MULHER NOS TEMPOS DAS CRUZADAS



RÉGINE PERNOUD

Tradução
Marina Appenzeller

A MULHER
NOS TEMPOS
DAS CRUZADAS

Nas páginas anteriores: O transporte de um saco de trigo ao moinho. René I d'Anjou. *Le mortifiement de vaine plaisance*. MS. 705, f. 38v. França, século XV. Nova Iorque, The Pierpont Morgan Library.

Título original em francês: *La femme au temps des Croisades*

© Éditions Stock/Laurence Pernoud, 1990.

Tradução: Marina Appenzeller

Capa: Fernando Cornacchia

(A mulher soldado. Boccace. *Le livre des clères et nobles femmes*. MS. F. 599, 1107. França, século XV. Paris, Bibliothèque Nationale)

Composição: Papirus Editora

Equipe Editorial

Coordenação: Vanderlei Rotta Gomide

Copidesque: Marco Antônio Storani

Revisão: Margareth Silva de Oliveira

B0037391

Universidade de Brasília

D. ANÔNIMA

09/08/01 R\$ 10,00

01/08480-1

277731

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pernoud, Régine, 1909 -

A mulher nos tempos das cruzadas / Régine Pernoud ; tradução
Marina Appenzeller. — Campinas, SP : Papirus, 1993.

Bibliografia.

1. Cruzadas - 2. Mulheres - História - Idade Média
I. Título

93-0888

CDD-305.40902

Índices para catálogo sistemático:

1. Cruzadas e mulheres : Idade Média : História social 305.40902
2. Idade Média : Mulheres e cruzadas : Sociologia 305.40902
3. Mulheres e cruzadas : Idade Média : História social 305.40902

ISBN 85-308-0229-2

DIREITOS RESERVADOS PARA LÍNGUA PORTUGUESA:

© M. R. Cornacchia & Cia. Ltda.



PAPIRUS

Matriz - Fone: (0192) 31-3534 e 31-3500

Caixa Postal 736 - CEP 13001-970 - Campinas

Filial - Fone: (011) 570-2877 - São Paulo - Brasil

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em língua portuguesa ou qualquer outro idioma.

Para Laurence

AGRADECIMENTOS

Para essa obra, mais ainda do que para as precedentes, contei com muita ajuda inestimável, e faço questão de agradecer a todos aqueles que me manifestaram sua amizade e prodigalizaram seu apoio.

Devo enorme gratidão ao senhor Christopher Ligota e ao Warburg Institute de Londres, em particular pelas informações sobre o admirável saltério da rainha Melisenda de Jerusalém, conservado pelo British Museum. E agradeço igualmente ao senhor Geoffrey Hindley por sua obra notável sobre Saladino (Barnes and Noble, Nova Iorque, 1976). Ambos haviam sido contatados para mim por Jean Gimpel, sempre pronto a ajudar e informar seus amigos.

Faço também questão de expressar minha profunda gratidão a todos aqueles e aquelas que tiveram a boa vontade de me acolher em Chipre e que tornaram tão proveitosa a minha estada na ilha em 1988: em primeiro lugar, ao senhor Paul e à senhora Mary Wurth, que me apresentaram tudo o que conta do ponto de vista cultural na ilha; e, antes de mais nada, ao senhor embaixador da França, Jean-Dominique Paolini — cujo sentido poético (aliás, ele é o autor de uma coletânea de poemas, *Coisas de Chipre*, publicada no ano passado em

Nicósia) e cujos gostos artísticos se adequam tão bem à atmosfera de Chipre, seus vinhedos e suas praias, suas colinas e seus monastérios. Do mesmo modo, pude entrar em contato com o senhor Vassos Karageorghis, cujo nome eu já conhecia em razão de suas escavações arqueológicas, principalmente em Salamina, e com sua esposa Jacqueline, a quem se devem excelentes estudos — em francês — sobre Chipre; com o Centro Cultural Francês, cujo diretor, Yves Duverger, assim como o senhor Michel Culas, autor de pesquisas profundas sobre “A aventura dos Lusignans”, tiveram a boa vontade de me facilitar visitas e deslocamentos; graças a eles, pude conhecer a conservadora do Museu Municipal Leventis de Nicósia, a senhora Loukia C. Loizou, e, graças a ela, tive acesso à preciosa Crônica de Makhrairas: agradeço particularmente a ela. E também a Maria Iacovou, que conhece tão admiravelmente as riquezas da arte e os recursos de Chipre.

A organização desta obra cabe ao meu sobrinho Jérôme Pernoud, cujas contribuições pessoais transparecem aqui e ali. Não acho estar exagerando ao dizer que lhe devo o fato de ter conseguido conduzi-la a bom termo.

Minha profunda gratidão a todas e a todos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
--------------------	----

1

DA PEREGRINAÇÃO À CRUZADA

Os “pobres peregrinos” seguindo os passos de Santa Helena	25
Pegar em armas para libertar Jerusalém	31
As mulheres: uma presença ativa	33

2

ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE, OU A “PRIMEIRA CRUZADA”

Bizâncio e a narrativa de Ana Comnena	36
As mulheres no meio da confusão	38
Carta àquela que ficou	41
A mulher do xeque	51

3

O INÍCIO DO REINO DE JERUSALÉM

Como se vai a Jerusalém?	58
A vida na Terra Santa organiza-se	60
Mulheres do Ocidente e mulheres do Oriente	68
Melisenda, a rainha ilustre	69
O lugar das mulheres revelado pelos atos jurídicos	73
As extravagâncias de Alice	78
O amigo de infância e o marido ciumento	81
O feudo de uma criança e a ambição de uma mãe	85
A irmã mais nova torna-se abadessa	89
A morte trágica do rei Folque	92

4

A CRUZADA DE ALIENOR DE AQUITÂNIA

Uma rainha toma a cruz	98
Bizâncio, deslumbrante e perigosa	102
A imprudência de Alienor e dos aquitanos	106
O rei e a rainha da França no Santo Sepulcro	108
A assembléia de São João de Acre	111

5

A RAINHA MELISENDA E SEUS FILHOS

Beatriz defende seu feudo	115
Entre mãe e filho...	119
... Uma coroa disputada	122
Hodierna, a terceira irmã	126
Onde Constância escolhe um cavaleiro errante	128
Alianças entre francos e bizantinos	131

6

CAPRICHOS DE MULHERES, LOUCURA DOS HOMENS

Amauri casa-se com Maria Comnena	138
Andrônico, o sedutor, e suas conquistas	139

O heróico rei leproso	143
A extravagante Sibila	144
A aventureira Estefaneta	146
A tocante Isabel	148
Os chifres de Hattin	150

7

ISABEL OU A RAZÃO DE ESTADO

Sibila, a espiã de Saladino	155
Mulheres no exílio e na escravidão	159
A compaixão do sultão	162
Isabel deve abandonar aquele a quem ama	165
A irmã e a noiva do rei Ricardo	166
Isabel dos amores trágicos e da posteridade gloriosa	171

8

RAÍZES EM TERRA ESTRANGEIRA

Disputas por cima dos mares	183
Alice de Chipre e Branca de Champagne	185
De Champagne às margens do Mediterrâneo	188
Slav e a filha do imperador	196

9

A TERRA SANTA
ENTRE IMPÉRIO E COMÉRCIO

"Doce Síria, que jamais voltarei a ver..."	200
A Cruzada excomungada	203
Interesses nacionais, interesses comerciais	206
A guerra dos mercadores de São João de Acre	211
A segunda perda de Jerusalém	214

A TRAVESSIA ALÉM-MAR DO REI LUÍS E DA RAINHA MARGARIDA

Nova cruzada de cavaleiros e damas	219
O casal real na Terra Santa	229
Quatro irmãs que foram quatro rainhas	233

O FIM DE UM REINO

Dokuz-Katun, a descendente dos Reis Magos	240
Últimas esperanças e últimos clarões	242
A queda de São João de Acre	247
A viagem de Ricold de Monte-Croix	251

CHIPRE, TERRA DE ASILO

Chipre torna-se praça de comércio	257
Henrique II defendido por sua mãe	259
As ordens religiosas na tormenta	262
O frio, o dilúvio e a peste	264
Uma ilha contudo próspera	266
O chamado de longe	267

A TRAGÉDIA DE PEDRO E ELEONORA

"Sua camisola vestida..."	273
A epopéia gloriosa	275
O demônio da luxúria	279
A carta com más notícias recebida por Pedro	282
"Quem são esses homens que acabam de entrar?"	287
A lenda do rei-cavaleiro	290
Os punhais escondidos sob os gibões	292
A vingança da rainha	296

RENASCIMENTO DAS PEREGRINAÇÕES

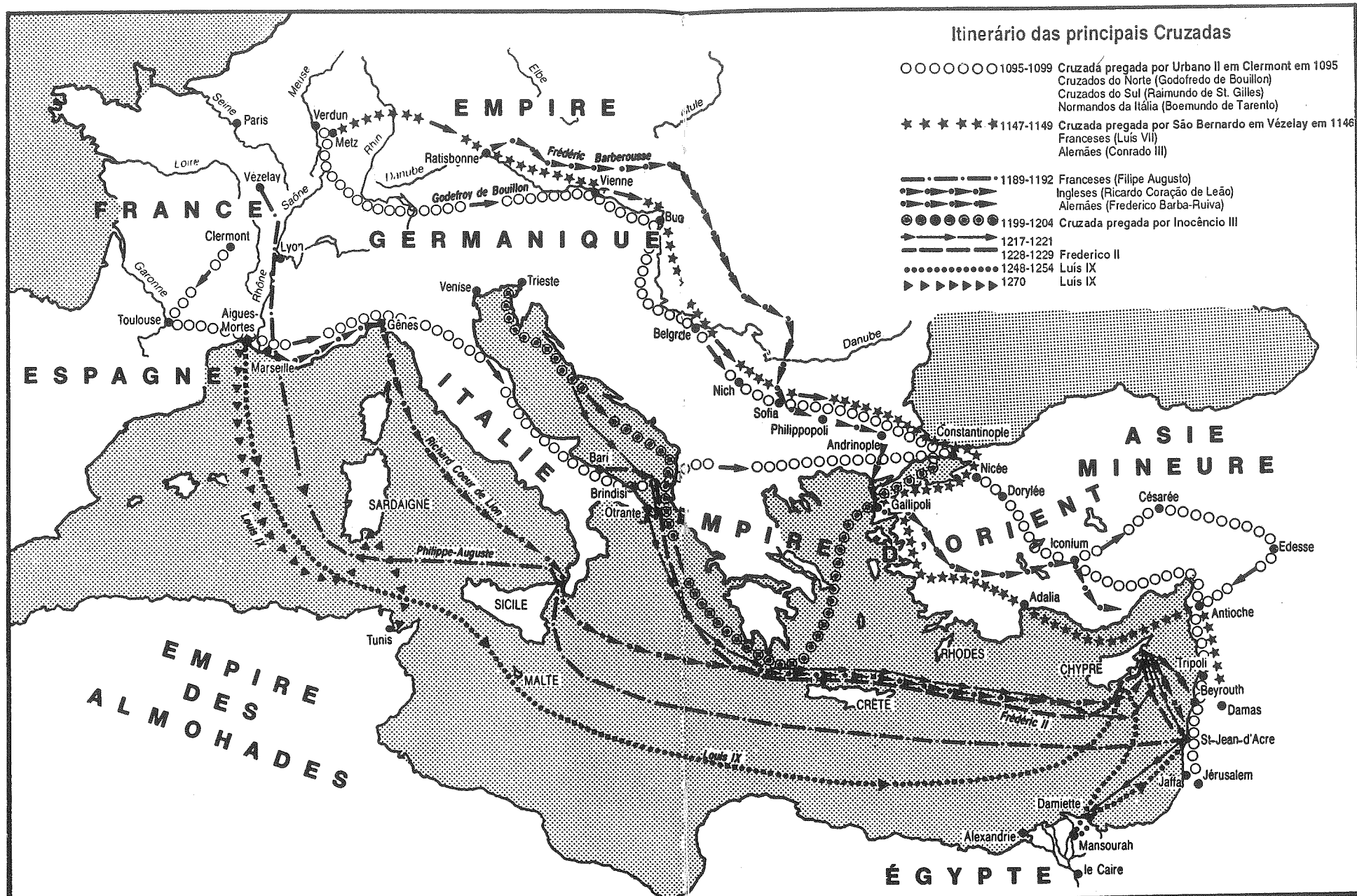
As mulheres retomam a rota	302
Preparação e custo de uma peregrinação	305
Uma narrativa muito detalhada	309
Os "acazos" do périplo por mar	316
"Guias do peregrino"	319
Peregrinas de todos os tempos	320

AS ÚLTIMAS RAINHAS

Chipre presa entre genoveses e mamelucos	326
As núpcias do bastardo e da bela veneziana	331
O fim dos Lusignan	337
A última rainha deixa o reino	341

ANEXOS

QUADROS GENEALÓGICOS	347
RESUMO DOS ACONTECIMENTOS	351
BIBLIOGRAFIA	355
CRONOLOGIA	359
CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES	371
ÍNDICE ONOMÁSTICO	377
LEGENDAS DOS MAPAS	391



PREFÁCIO

“Ocorreu então um movimento conjunto de homens e mulheres tal como ninguém se lembra de ter algum dia visto semelhante: as pessoas mais simples sentiam-se realmente impelidas pelo desejo de venerar o Sepulcro do Senhor e de visitar os Lugares Santos... Esses homens tinham tanto ardor e impulso que todos os caminhos ficaram cobertos deles; os soldados celtas eram acompanhados por uma multidão de gente desarmada mais numerosa do que os grãos de areia e do que as estrelas, carregando palmas e cruzes nos ombros. Alguém que a visse diria que eram rios que afluíam de todos os lugares... A nação dos celtas é, aliás, muito ardente e fogosa; quando toma impulso, é impossível detê-la.”¹

É uma mulher que se exprime, Ana Comnena, filha do imperador Aleixo. Portanto, uma princesa bizantina, que é a primeira historiadora, e a mais completa, do que chamamos a Primeira Cruzada

1. Todos os textos da época, em francês antigo ou moderno, ou traduzidos pela autora para o francês terão tradução livre para o português, para manter a maior fidelidade possível ao seu sentido original. (N.T.)

(1095-1099). Foi uma mulher quem primeiro contou essa grande agitação que abalou de maneira tão profunda o Ocidente e o Oriente Médio; e essa mulher assinala, desde as primeiras linhas de sua narrativa, a presença de mulheres. Presença que quase não chamou a atenção dos vários historiadores modernos, mas que no entanto teve uma importância apreciável e às vezes primordial. Imagem da própria história das Cruzadas, que revela, como sob uma lente de aumento, a sociedade e os costumes da época, o papel das mulheres nela aparece como característico da época.

Ana Comnena — que escreve 40 anos depois dos acontecimentos — tinha 13 anos quando essa onda de população, que impressionou tanto a sua imaginação quanto os seus olhos, chegou às margens do Bósforo. “O imperador (Aleixo)”, escreve ela, “ouviu o rumor relativo à aproximação de inúmeros exércitos francos.” Ela chama de “francos” e até de “celtas” aos Cruzados, àquela gente que vem do Ocidente; mais ou menos como falamos de “eslavos” quando nos referimos às populações do Leste em geral, ou de “escandinavos” quando nos referimos às do Norte. De fato, a maioria deles era de franceses de todas as regiões, inclusive da Bélgica de hoje, mas eram acompanhados de alemães, de ingleses, de italianos e até de espanhóis. O primeiro impulso ao movimento fora dado na França quando do Concílio de Clermont a 27 de novembro de 1095; o papa Urbano II, de origem francesa, exortara os cristãos a ir socorrer seus irmãos do Oriente Médio e a reconquistar a Cidade Santa, Jerusalém. Um número incrível de pessoas, notáveis ou desconhecidas, ricas ou pobres, havia “tomado a cruz”, comprometendo-se a partir e testemunhando seu desejo costurando uma cruz no ombro, donde o termo “cruzado”.

A primeira partida organizada ocorreu no mês de agosto de 1096 para atingir Jerusalém três anos depois, no mês de julho de 1099. Uma vez a Cidade Santa tomada de assalto, um certo número de cavaleiros permaneceu na Terra Santa, na Palestina, e nos principados fundados em Antíquia, em Edessa e depois em Trípoli, que serviam de fortalezas ao próprio reino de Jerusalém. Respondendo aos seus chamados de socorro, as expedições provenientes do Ocidente iriam suceder-se a partir de então, algumas mais importantes do que as outras, dirigidas por reis ou imperadores. Mesmo assim, Jerusalém

será retomada por Saladino em 1187, e o último bastião ocidental, São João de Acre, cairá um século depois, em 1291.

Porém, o título de rei e de rainha de Jerusalém continuará a ser reivindicado até 1489 pelos reis e rainhas de Chipre, onde se refugiou grande parte dos sobreviventes da Terra Santa; 200 anos, marcados por tentativas desesperadas de reconquista, durante os quais a chama da Cruzada ainda vibrará na ilha.

DA PEREGRINAÇÃO À CRUZADA

É dura a vida dos clichês históricos. Isso é notável a propósito das Cruzadas. E, antes de mais nada, a própria persistência do termo tem motivos para surpreender: há muito tempo, no entanto, os medievalistas observaram que se tratava de um vocábulo moderno, nascido provavelmente da imitação do espanhol *cruzada* ou do italiano *cruze-ta* (termos que aliás designavam as esmolas dadas em benefício dos cativos da Terra Santa e não as próprias expedições). O termo “Cruzada” quase não é utilizado no francês antes do século XVII. Quanto à numeração que foi aplicada a elas, constitui decerto um sistema cômodo, mas que não corresponde a qualquer realidade; era forte a tentação de assimilar mais ou menos essas expedições aos empreendimentos coloniais e até às guerras napoleônicas...

Numa obra precedente¹, divertimo-nos em lembrar o resumo dos manuais escolares de outrora a propósito da morte de São Luís:

1. *Saint Louis*, Albin Michel, 1985.

“São Luís morreu de peste em Túnis quando da Oitava Cruzada” — uma trama de erros: não se tratava de peste (mas de disenteria), o rei morreu em Cartago e o número atribuído a sua expedição não significa rigorosamente nada. As oito Cruzadas, entre as sete maravilhas do mundo e as nove musas da Antiguidade, representam uma concepção infantil da história, uma classificação sem qualquer realidade.

E este não é, muito pelo contrário, o único clichê que deve ser revisado com relação às “Cruzadas”. A imagem que vem espontaneamente à mente a seu respeito é a de um exército como os nossos: tropas marchando em ordem sob a direção de chefes militares, reis, príncipes ou imperadores à frente. Ora, não é absolutamente essa a impressão, como constatamos, que nos passa a leitura de Ana Comnena: “Enormes multidões, homens, mulheres e crianças”, escreve ela. Imagina-se com obstinação o senhor partindo sozinho, deixando a castelã no castelo².

Qual seria a origem de tal desprezo? Seria simplesmente porque, nos hábitos dos monges e das monjas, o cinto sempre foi o símbolo do voto de castidade?. Ora, na imensa maioria dos casos, os cronistas dizem-nos o contrário: o cavaleiro parte e a dama também. Alguns historiadores acreditaram dever explicar a partida de Margarida da Provença no século XIII ao lado de São Luís, seu esposo, por seu desejo de fugir de sua sogra, a rainha Branca, que partiu com seu marido, Carlos d’Anjou, e que não tinha por que, temer a proximidade de uma sogra? E de Elvira de Aragão partindo com seu esposo, Raimundo de Saint-Gilles, ou de Godvere de Toesny com Balduino de Boulogne logo na primeira expedição?

O costume normal, de fato, era os casais partirem juntos, as damas acompanhando normalmente seus maridos. Esse problema não

2. Aqui temos a oportunidade de evocar um outro clichê, do qual percebemos com surpresa que alguns vestígios ainda subsistiam, pelo menos como brincadeira: o cinto de castidade! Parece que alguns teimosos ainda insistem em querer vê-lo, pois uma lenda tenaz pretende que um exemplar dele foi conservado no Museu de Cluny! Acreditamos estar poupando os nervos dos futuros conservadores do admirável museu parisiense desencorajando os que forem tentados a reiterar esse pedido, que tanto exasperou seus predecessores.

foi colocado a respeito de Godofredo de Bouillon porque ele não era casado; colocava-se em termos diferentes quando a defesa ou a exploração de um domínio importante tornava necessária a presença da mulher na ausência do marido — como foi o caso de uma Clemência de Borgonha, esposa de Roberto de Flandres, ou de uma Adélia de Blois. Às vezes ainda intervinham motivos de saúde, embora algumas mulheres tenham partido grávidas e dado à luz no caminho. Mas era hábito geral, repetimos, ver o cavaleiro e a dama partirem juntos.

Existe, para isso, uma razão profunda: não se está partindo para uma expedição militar, para uma guerra de conquista, e sim para uma peregrinação. Peregrinação armada, mas assim mesmo uma peregrinação. Esquecer esse ponto de partida essencial é arriscar-se a nada compreender das “Cruzadas”, vasto movimento que abalou a Europa inteira: “Multidão incomensurável de homens do povo, com mulheres e crianças, todos com as cruces vermelhas no ombro, que se haviam precipitado de todos os países e cujo número ultrapassava o dos grãos de areia à beira do mar e das estrelas no céu” — como escreve, não sem certa ênfase, Ana Comnena falando da Cruzada popular. Mais tarde ainda ela escreve, dessa vez a respeito da partida dos senhores: “Era o Ocidente inteiro, tudo o que existe de nações bárbaras, habitantes da região situada entre a outra margem do Adriático e as Colunas de Hércules, era tudo isso que emigrava em massa, caminhava em famílias inteiras e andava para a Ásia atravessando a Europa de uma ponta a outra.”

Os “pobres peregrinos” seguindo os passos de Santa Helena

A peregrinação ocupa um lugar difícil de se imaginar na vida da época. As migrações sazonais das férias de hoje dão-nos uma vaga idéia dela. A peregrinação é um comportamento baseado nos costumes, mantida pela miniperegrinação que consiste em ir aos domingos à missa paroquial e, por ocasião de algumas festas, à catedral, igreja da diocese. Um número incrível de “peregrinos pobres” sulca então as estradas, desafiando as paradas uma após a outra, para ir a um

santuário próximo como Rocamadour, Saint-Gilles, Monte Saint-Michel, ou mais distante, mas ainda mais cobiçado, como Roma, Santiago de Compostela ou sobretudo Jerusalém.

Essa multidão que se abala é impregnada pela Bíblia; os salmos são-lhe familiares; Jerusalém, que nos mapas mais antigos se situa no centro do mundo, é a cidade bem-amada em direção à qual se tende, cuja aproximação dispensa qualquer alegria e faz pressentir a felicidade do céu. Quando, em meados do século IX, uma dama nobre, Dhuda, dá conselhos a seus filhos, ela lhes fala não apenas de personagens centrais como Abraão, Moisés e Davi, mas também de Ezequias, Judas Macabeu ou de Jônatas, filho de Saul, sem maiores explicações, com a certeza de ser compreendida. Em meados do século IX, as escolas e os mestres capazes de lecionar não são o que serão 200 anos depois, mas a Bíblia já é obra de referência, a base de toda a cultura. E Pierre Riché mostrou como, desde a alta Idade Média, o saltério, coletânea de salmos contidos na Bíblia, é o livro de leitura por excelência.

Só isso pode explicar por que nobres e plebeus, jovens e velhos, foram estimulados pelo desejo de ir à Cidade Santa, sem contudo avaliar, é claro, o que representava tal projeto.

As referências ao que será chamado a seguir de a “Santa Viagem de Jerusalém” são, observemos, marcadas por uma figura feminina, a mais ilustre de todas: Santa Helena, mãe do imperador Constantino. Evelyn Waugh consagrou-lhe uma biografia no estilo cheio de humor e de ternura que lhe é particular. Por mais que se tenha adornado a personagem com elementos lendários, é certo que as basílicas constantinianas da Terra Santa, em particular a de Belém, devem-se à iniciativa da mãe do imperador.

Ninguém se privou de discutir a autenticidade da Verdadeira Cruz, mas se devem admitir — pelo menos em parte — as pesquisas que foram feitas assim que a existência da Igreja foi reconhecida no seio do Império. Elas resultaram na localização do Calvário e do túmulo de Cristo, que logo será chamado de *Anastasis*, o local da Ressurreição. Ali, Constantino mandou construir a suntuosa rotunda cujo aspecto só conhecemos por documentos raros e preciosos, como

o famoso plano conservado em Viena³, do século IX, onde estão desenhados os cinco círculos com átrios e pórticos que cercavam o Sepulcro propriamente dito. A rotunda do Anastasis seria destruída no ano 1009 pelo califa Hakim, que deu a ordem expressa de derrubá-la e arrasá-la por inteiro, de modo que nem o sítio pudesse ser localizado. Ele não o conseguiu e, em 1054, os bizantinos foram autorizados a reconstruí-la parcialmente. Alguns relicários, como o famoso tríptico de Stavelot (hoje em Nova York, Pierpont Morgan Library), mostram as fases da descoberta das três cruzes, a do Cristo e a dos dois ladrões, feita sob a direção de Elena Regina.

Toda uma literatura nasceu das narrativas de peregrinações a Jerusalém através dos tempos. Seu estudo foi renovado pela tese excelente de Béatrice Dansette publicada em 1977⁴.

A primeira, o mais antigo relato de peregrinação à Terra Santa, deve-se a uma mulher. É verdade que, no ano de 333, um peregrino de Bordeaux estabeleceu um itinerário, mas ele limitava-se a assinalar as etapas de sua viagem sem fornecer qualquer detalhe. Bem ao contrário do que essa religiosa do final do século IV, chamada Egéria, fez para a instrução e a edificação de inúmeros peregrinos. Na *Peregrinatio Silvie*, ela relata sua viagem com múltiplas informações sobre as igrejas do Oriente nesse período longínquo do século IV, uma descrição da liturgia e das cerimônias de Páscoa em Jerusalém, o conjunto com uma riqueza infinita de informações. Sua narrativa prova-nos que a peregrinação à Terra Santa já era tradicional nessa época e realizava-se em formas litúrgicas bem definidas. Devemos lembrar que o território da Palestina abrigava então muitos cristãos, ao lado de judeus — também, é verdade, um certo número de hereges e de dissidentes. Sua população só será modificada com a invasão árabe em meados do século VII.

3. Manuscrito 458, fol. 4 vº da Oesterreichische National-Bibliothek.

4. Béatrice Dansette, *Les Pèlerinages occidentaux en Terre sainte aux XIV^e et XV^e siècles. Étude sur leurs aspects originaux et édition d'une relation anonyme*, Paris, Sorbonne, 1977; assinalamos igualmente a publicação bem recente do *Journal* de Tiago Lesage, comerciante de Douai, em 1519, publicado por Yvonne Bellenger, Balland, 1989.

Em Belém foi fundado, pouco tempo depois da peregrinação de Egéria, o primeiro convento de mulheres: dele participaram as grandes damas romanas que haviam seguido São Jerônimo. Tudo começara ali também com uma peregrinação. Como desejasse sair de Roma em 384 após a morte do papa Damásio, do qual fora secretário, São Jerônimo decidiu dirigir-se aos Lugares Santos. Logo uma de suas discípulas, chamada Paula, assim como a filha desta, Eustáquia, decidiram acompanhá-lo. A viagem foi então feita por mar, provavelmente num barco alugado por Paula, que dispunha de uma grande fortuna. Jerônimo mais tarde contará essa peregrinação em *O epítáfio de Paula*. Começara, como muitas outras, por uma temporada em Chipre, onde os viajantes encontraram o santo homem chamado Epifânio, depois os peregrinos voltaram a se reunir em Antióquia. “A nobre mulher que era transportada outrora numa liteira por eunucos, partiu sentada na sela, no lombo de um pequeno asno”, conta Jerônimo. Conduzidos por aquele guia excepcional que devia ser o tradutor da Bíblia — foi ele quem estabeleceu o texto em que a leríamos por vários séculos no Ocidente e que se chama a “Vulgata” —, pararam primeiro em Acre, depois em Cesaréia, em seguida em Emaús e finalmente na Cidade Santa, Jerusalém. Para ali, “o procônsul da Palestina, que conhecia muito bem a família de Paula, enviara criadagem para preparar o pretório (em intenção da viajante). Mas ela preferiu uma cela humilde”.

Paula e sua filha, assim como as damas que as acompanhavam, percorreram as etapas dos Lugares Sagrados de acordo com a tradição já estabelecida na época, como revela a narrativa de Egéria. Em seguida, foram a Belém, onde os peregrinos tinham o hábito de venerar a gruta do Salvador e parece que prosseguiram com algumas excursões pela Judéia, provavelmente até o Mar Morto. Depois voltaram rumo a Betânia, a Jericó, ao Jordão, atravessaram a Samária, visitaram Nazaré e os outros locais santos da Galiléia: Cana, Cafarnaum, o lago Tiberíade e o Monte Tabor, onde se situa a narrativa evangélica da Transfiguração.

Durante essa peregrinação, as viajantes visitaram também o Egito, onde se encontravam alguns daqueles mosteiros que já haviam influenciado Jerônimo fortemente. Ele próprio foi a Alexandria, pois queria conhecer um dos discípulos do famoso Orígenes, Dídimo, o

Cego. Finalmente, todos embarcaram em Pelúcio para voltar à Palestina. Estabeleceram-se em Belém. Numa carta dirigida a Paulino de Nola, Jerônimo explica-lhe que escolhera aquele lugar em vez de Jerusalém a fim de evitar a multidão e o afluxo de peregrinos.

Ali Paula mandou edificar dois mosteiros, um para Jerônimo e seus companheiros, outro para os monges que logo passaram a acompanhar seu séquito. “Ela residiu durante três anos numa morada apertada, pelo tempo que demorou a construção das celas e dos mosteiros e a fundação de um abrigo perto da estrada para os peregrinos, pois Maria e José não haviam encontrado alojamento.” A arqueologia moderna descobriu, perto da Igreja da Natividade — a única das basílicas constantinianas que sobreviveu às inúmeras convulsões que sobrevieram em seguida —, uma das salas dos dois mosteiros de Jerônimo e Paula. O último acolheria cerca de 50 monjas, e, ainda por *O epítáfio de Paula*, temos uma idéia das regras de vida adotadas nesse primeiro convento de mulheres.

“As inúmeras virgens que ela reunira, de várias províncias, tanto nobres quanto de média ou baixa extração, foram distribuídas por ela em três seções-mosteiros, separadas apenas para o trabalho e para as refeições, elas se reuniam para as salmodias e para as preces... De manhã, nas terças, sextas, nonas, à noite e no meio da noite, elas cantavam o saltério em ordem; nenhuma das irmãs podia ignorar os salmos e dispensar-se de ouvir todos os dias uma passagem das Santas Escrituras.” Paula tinha por hábito dormir no chão, praticar jejuns severos e só temperar seus alimentos com um pouco de azeite; porém, no mosteiro, dava-se de tudo à vontade aos doentes, principalmente carne.

Jerônimo dispensou alguns conselhos a suas filhas espirituais, e o poeta que era — que se encontra tão magnificamente em suas traduções da Bíblia — ali se exprime de vez em quando: “Sê a cigarra das noites”, escreve... “Cuida e sê como o pardal no deserto... Quando deres esmola, que Deus seja o único a te ver. Quando jejuares, que teu rosto permaneça alegre, teus trajes nem demais arrumados, nem sujos... Se jejuares por dois dias, não te estimes melhor do que aquele que não jejuar: jejuas, mas talvez fiques zangado; o outro come, mas talvez pratique a suavidade; toda noite,

levanta-te duas ou três vezes para recitar os textos da Escritura que sabemos de cor.”

E vêm sobretudo os conselhos que serão seguidos com tanto fervor nos mosteiros dos tempos feudais: “Lê com bastante frequência, estuda o máximo possível; que o sono te surpreenda com um livro na mão... Nada é duro para aqueles que amam, para quem deseja, nenhum esforço é difícil... Ama as Santas Escrituras, e a Sabedoria te amará. Tua língua não deve conhecer nada além do Cristo, que ela só possa dizer o que é santo.” É o caminho seguido durante séculos nos conventos do Ocidente, e não nos devemos surpreender com a tradição de alta cultura que neles se estabelece desde então. As monjas oram, lêem, estudam; seus conventos são igualmente escolas abertas para as crianças da vizinhança; Heloísa, que se tornou abadesa do Paraclete, ali ensina o que aprendeu de grego e hebraico, provavelmente no mosteiro de Argenteuil. Isso explica o fato de a Enciclopédia mais antiga que conhecemos provir da abadesa do Monte Santa Odila, Herrade de Landsberg, e também, em parte, a erudição imensa e desconcertante demonstrada por outra monja, a bem dizer excepcional, chamada Hildegarda de Bingen. A tradição do trabalho intelectual tomou forma com força no primeiro convento de mulheres, aquele que foi fundado pelo patrono dos eruditos, Jerônimo.

Ao mesmo tempo, Fabíola, que pertencia igualmente à aristocracia romana, fundava em Roma o primeiro asilo e, em Óstia, o primeiro centro de alojamento para peregrinos. Na Palestina, Melânia, a Jovem, após ter com seu esposo, Piniano, libertado de uma só vez os cerca de oito mil escravos que possuíam, fundava, por seu turno, um convento de mulheres, depois uma casa para prostitutas arrependidas e, finalmente, com a morte de seu marido em 435, um mosteiro de homens. Ali foi instituído o esboço do que mais tarde chamaríamos de *laus perennis*, o louvor perene — os monges sucedendo-se na igreja ao longo de todo o dia para cantar os salmos em salmodias ininterruptas.

É suficiente dizer que, na Igreja que vivia então seu primeiro século de liberdade plena, as iniciativas não faltam, principalmente da parte das mulheres. O Evangelho vê-as como iguais dos homens, e o

culto da Virgem, homenageada com o título de *Theotokos*, mãe de Deus (oficialmente reconhecido pelo Concílio de Éfeso, em 431), enobrece-as aos olhos da cristandade.

Pegar em armas para libertar Jerusalém

Apesar das dificuldades, as peregrinações a Jerusalém continuarão pelos séculos afora. A Cidade Santa é tomada em 614 pelos persas, liderados por Cosroés I, principal representante da dinastia sassânida. Reconquistada em 628 pelo imperador de Bizâncio, Heráclio, pouco após sofre a invasão árabe que arremete contra o Oriente Médio, só detida em 718 pelas fortalezas de Constantinopla, como o exército de Carlos Martel cerca de 20 anos depois na Europa. Entrementes Jerusalém sucumbira em 637, mas o califa Omar respeitara a rotunda do Santo Sepulcro, enquanto em toda a parte o avanço árabe foi assinalado por destruições de igrejas, cujos solos muitas vezes cobertos de mosaicos a arqueologia moderna redescobre.

Imagina-se que, durante esses assaltos sucessivos, o movimento de peregrinações tenha se desacelerado consideravelmente, embora jamais tenha cessado. Sob Carlos Magno, dois mosteiros cristãos puderam ser estabelecidos, um no Monte Sião, reunindo monges, outro das monjas perto do Santo Sepulcro. De vez em quando os textos — de qualquer maneira raros para a época — mencionam peregrinos: o anglo-saxão Willibald no século VIII, aquele a quem se chama de Bernardo, o Monge, no século seguinte. No século XI, o conde de Anjou, Folque Nerra realiza quatro vezes a peregrinação a Jerusalém, para se penitenciar por seus erros.

Nessa época, a Europa passa por um período de relativa calma, depois das perturbações provocadas pelas invasões mais duras, as dos normandos ao norte, dos sarracenos ao sul, dos húngaros e dos lombardos a leste. Imagina-se como as notícias do Oriente Médio impressionavam: a dinastia dos fatímidas apoderou-se de Jerusalém em 969, e, em 1009, o califa Hakim mandou destruir a esplêndida rotunda erguida, cerca de setecentos anos antes, pelo imperador Constantino no sítio do Anastasis, o Lugar Santo da Ressurreição. Os

bizantinos obtêm com muita dificuldade, em 1054, a autorização para reconstruir a rotunda em parte. Porém, é então que os turcos seljúcidas irrompem na Ásia Menor, destroem a cidade dos armênios e sua Catedral de Ani, assenhoram-se da Cidade Santa e esmagam o exército que o imperador de Bizâncio tentava opor a eles. Uma peregrinação organizada pelo bispo de Bamberg, Gunther, que reunia cerca de 12 mil fiéis, termina num terrível massacre na Sexta-Feira Santa de 1065, a dois dias de marcha de Jerusalém.

Em 1074, o imperador de Bizâncio lança um apelo ao papa. Serão no entanto necessários mais 20 anos para que então se decida a intervenção dos ocidentais, no Concílio de Clermont em 1095. Dessa vez é uma peregrinação armada que se põe em marcha, com um objetivo preciso: libertar Jerusalém.

Muitas mulheres dela participam, e isso parece natural a todos. Algumas não hesitam em envergar a cota de malhas, o capacete e em manejar a espada, como as esposas dos normandos da Sicília, ou a margravina Ida da Áustria que, em 1101, pegará ela mesma em armas e partirá para a Palestina ao mesmo tempo em que o duque Wolfe da Baviera. A maioria delas serve contudo mais como auxiliar do que como combatente, ocupando-se por exemplo em fornecer água e cuidar dos feridos; mas, como na maioria das peregrinações, a dama parte ao mesmo tempo em que o cavaleiro.

A partida é aliás muito típica de seu tempo; nenhum chefe de Estado propriamente dito está presente, nem rei, nem imperador, são os feudais que pegam a estrada, e é natural eles viajarem em família. Quando o rei Coloman exige reféns para a travessia da Hungria a fim de evitar saques, vemos oferecerem-se para esse papel Balduino de Boulogne, o irmão de Godofredo, com sua mulher e filhos.

Do mesmo modo, depois da Cruzada, são famílias e linhagens que permanecerão na Terra Santa e ali se instalarão. Teremos a oportunidade de compreender a importância das estruturas familiares na própria Jerusalém quando ela for reconquistada em condições que assombraram o mundo a 15 de julho de 1099. Se o reino de Jerusalém conseguiu viver então 100 anos ou quase e sobreviver mais 100 na Palestina e 200 em Chipre, é graças às mulheres que manterão e

transmitirão uma presença ocidental que tudo tornava improvável, quando se considera a minúscula ilhota perdida no meio de um mar hostil — o do Islã, que recobre então três quartos do mundo conhecido.

As mulheres: uma presença ativa

Desde o século XVII, estamos habituados a calcar nossa concepção da história na do mundo romano: com chefes vencedores e implantações metódicas de colonos esquadrinhando o território conquistado graças aos soldados e depois aos funcionários da metrópole. Nada se encontra dessa ordem na história das "Cruzadas". A presença das mulheres, o papel que desempenham proíbem qualquer assimilação e introduzem-nos, em compensação, num outro universo, que não deixa de ser interessante redescobrir no século XX. Essas mulheres não nos poderiam revelar que alguns *a priori*, aos quais nos submetemos por hábito, poderiam ser recolocados em questão? Em vários pontos do mundo, as mulheres já manifestaram capacidades das quais se esteve bem longe de suspeitar na época clássica, e, sem nem mesmo se ter de citar Corazón Aquino, Benazir Bhutto ou Violeta Chamorro, lembremos que elas reconquistaram muitos domínios que no século passado lhes eram obstinadamente recusados, por exemplo, na pesquisa científica, na Medicina ou na vida cultural.

Só estamos ainda mais bem preparados para reler a história prestando atenção às mulheres que em grande parte a fizeram. Elas estão aí, e diríamos para o melhor e para o pior. Pois essas mulheres são tão diversas, tão surpreendentes durante os quatro séculos — XII a XV — do reino de Jerusalém quanto puderam ser ao longo de toda a história do mundo; e sua atitude ora nos parece admirável, ora desconcertante.

Em Jerusalém ou nos diversos feudos que cercam e protegem a Cidade Santa, irão se misturar mulheres de origens muito diversas. Se muitas vêm do Ocidente, muitas são nativas da região, principalmente as armênias; uma simpatia espontânea desenvolve-se entre cristãos de diversas tendências, e isso já desde o primeiro assalto. Das pequenas

burguesas que povoam a cidade à rainha Melisenda, das monjas logo estabelecidas, principalmente no antigo vale do Josafat, às princesas cujos amores infletem o curso dos acontecimentos, a todas aquelas cuja presença prolongará em São João de Acre, depois na Ilha de Chipre, a existência de um reino que se tornou fantasmático, quantos rostos trágicos ou sedutores, quantas histórias romanescas ou heróicas! E como dispensar semelhante perspectiva humana, sem a qual a realidade permanece truncada e incompleta...

ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE, OU A "PRIMEIRA CRUZADA"

A "Primeira Cruzada" parte portanto no verão de 1096. Compõem-se de três expedições distintas, uma conduzida por Godofredo de Bouillon e por seu irmão Balduíno, outra por Roberto de Flandres, com o irmão do rei da França, Hugo de Vermandois e Estêvão de Blois, e a terceira por Raimundo de Saint-Gilles, com os franceses de *langue d'oc*: longa marcha pela Europa central, que se avalia em quatro mil quilômetros em linha reta, bem mais quando se consideram os desvios da estrada e os obstáculos naturais a serem contornados. Os senhores vão a cavalo, as damas nobres também, às vezes de liteira; seguem-nos as carroças com armas e bagagens, escoltadas pelos subalternos a pé, homens e mulheres e inúmeros clérigos também.

Godofredo de Bouillon é o primeiro a chegar a 23 de dezembro de 1096 diante de Bizâncio, o que nos vale a narrativa de Ana Comnena já evocada.

Seu testemunho é ainda mais interessante porque coloca bem, através das reações de Ana, o confronto entre essa horda de “bárbaros” e Bizâncio, cidade dos imperadores do Oriente, consciente de sua alta nobreza e de suas tradições gloriosas, que remontam, por nomes prestigiosos, como os de Justiniano e Constantino, até a Roma antiga. De nobilíssima linhagem, a própria Ana nasceu “na púrpura”, naquela sala da Porfira onde as imperatrizes tradicionalmente dão à luz. Ela recebeu uma educação das mais bem cuidadas, leu Aristóteles e Platão, Demóstenes e Homero, chegou a adquirir noções de matemática, teologia e medicina. Seu livro, a *Aleixiada*, que consagra a seu pai, o imperador Aleixo, proporciona-nos a melhor descrição de que dispomos da sociedade bizantina da época: refinada, jogando todo o tempo um jogo ambíguo que os iniciados sabem interpretar e no qual não há uma única frase, nem uma única palavra que não possa ser entendida num duplo sentido.

A diplomacia bizantina terá de se desdobrar para exprimir-se com a chegada da Cruzada, verdadeira vaga humana, que o imperador gostaria de utilizar em seu benefício. Ana descreve-nos com detalhes as manobras de Aleixo para conter e canalizar o entusiasmo desses “celtas” bárbaros, a fim de transformá-los num exército imperial e para que eles lhe entreguem os territórios que arrancarão aos turcos. As coisas no entanto começam mal. Como uma embaixada enviada pelos cruzados, que acampam fora da cidade, demora para voltar, estes acreditam que seus companheiros foram detidos como reféns pelo imperador. O desassossego toma conta deles; eles marcham rumo às muralhas e ameaçam saquear tudo. Aleixo no entanto não perde o domínio de si; ao invés de pegar em armas, dirige-se ao trono imperial, no qual se senta, e proíbe a todos que saiam das fortalezas contra os “latinos”, “em virtude”, diz Ana, “tanto do caráter do dia — era quinta-feira da grande e santa semana durante a qual o Salvador sofreu uma morte ignominiosa por todos os homens (quinta-feira, 2 de abril) — quanto da vontade que tinha de evitar um massacre fratricida... Os latinos não só não o ouviam como também reforçavam suas tropas; enviavam tais nuvens de flechas que alguns homens postados perto do trono imperial foram feridos no peito. Ao ver isso,

a maioria dos que estavam ao lado do *basileus* (o imperador) recuou; ele permaneceu sentado sem se mexer, reconfortando os seus e censurando-os suavemente, para a admiração de todos.”

Ele dá ordens a Nicéforo Bryenne (mais tarde seu genro e esposo de Ana Comnena) e manda abrirem nas muralhas uma das portas, a porta de São Romão, de onde saem em ordem alguns arqueiros que atiram flechas tomando muito cuidado em dirigi-las não contra os cavaleiros, mas contra os cavalos; ele próprio vai a uma das torres, mandando de vez em quando lançar uma flecha quando algum dos agressores se mostra insolente demais. E é desse modo que ele contém o assalto, aliás travado por um mal-entendido, pois só a demora das negociações retivera os enviados de Godofredo por mais tempo do que o previsto, suscitando a inquietação de uma multidão que se tornara irritável pelo cansaço e pelas emoções de sua longa viagem.

O resultado foi que, no dia seguinte, Godofredo e seus companheiros prestavam a Aleixo o juramento que o último exigia: que “todas as cidades e regiões das quais eles se apoderassem lhe seriam entregues como pertencentes a ele antes de cair nas mãos dos turcos; graças ao que ele providenciaria o abastecimento das tropas cruzadas e cumularia seus chefes de presentes”. A conduta engenhosa do imperador — e também a sua coragem — evitara que o mal-entendido terminasse em massacre.

Se nos deixa inúmeras descrições de mulheres bizantinas — principalmente as muito lisonjeiras de sua avó Ana Dalassena, de sua mãe Irene Ducas, doces, dedicadas, sensatas, piedosas —, Ana, em compensação, quase não se estende sobre as mulheres do exército dos cruzados, que engloba no mesmo desprezo que sente por aqueles “celtas”, grosseiros e arrogantes. Só descreve algumas, como a normanda Sichelgaïte, mulher de Roberto Guiscarde, capaz de se armar como um soldado e lutar, ou reunir fugitivos para trazê-los de volta ao combate. Pelo menos Ana assinala a presença dessa “multidão” de mulheres anônimas que acompanha os combatentes, e isso é precioso para nós, tanto é difícil nas crônicas, que mencionam longamente as damas nobres, acompanhantes dos barões, entrever as mulheres junto

aos “subalternos a pé”: como quase não participam dos combates, não conquistam a honra de serem mencionadas nas narrativas.

É divertido notar que os preconceitos demonstrados por Ana com relação aos cruzados em geral capitulam diante de um motivo mais feminino. Observou-se muitas vezes a paixão contida que a anima quando ela evoca a figura de Boemundo de Tarento, o normando que alcançou os outros cruzados com todo o ardor de seus ancestrais vikings e visivelmente com muito pouco dessa piedade que se sente num Godofredo de Bouillon e até num Raimundo de Saint-Gilles. “Esse homem, a tal ponto superior, só capitulava diante de meu pai com relação à fortuna, à eloquência e outros dons da natureza”, reconhece; e descreve-o longamente, demorando-se, 40 anos depois, numa lembrança que visivelmente nela desperta algum vestígio de paixão reprimida: “Jamais se viu anteriormente na terra dos bizantinos homem semelhante a este, bárbaro ou grego”, ela escreve, “pois a visão dele gerava a admiração e sua fama, o temor... Era tão alto que ultrapassava em quase um côvado os maiores, e era esbelto sem opulência, com os ombros largos, o peito desenvolvido, os braços vigorosos. Sua pessoa, no conjunto, não era nem mirrada, nem corpulenta, mas de acordo, por assim dizer, com os cânones de Policeto; suas mãos eram fortes e estava solidamente plantado em seus pés, o pescoço e os ombros robustos...” Tal retrato só poderia ser traçado por uma mulher.

As mulheres no meio da confusão

Depois de deixarem Bizâncio, os cruzados dirigem-se para a Ásia e tomam Nicéia — que, aliás, o imperador apressa-se em recuperar em seu proveito — e em seguida continuam sua marcha para a Terra Santa. É na primeira batalha contra os turcos, a 1ª de julho de 1097, que a presença das mulheres é mencionada pelos historiadores ocidentais. Aquele a quem chamamos de *Anônimo da Primeira Cruzada* escreve, ao contar o combate de Doriléia: “Naquele dia, nossas mulheres prestaram-nos grande auxílio trazendo água para beber a nossos combatentes e também não cessando de encorajá-los à luta e à defesa.”

Tratava-se no entanto de um confronto muito difícil: enfrentando-os pela primeira vez em campo aberto, os cruzados nada sabiam a respeito da tática dos turcos. O narrador — um normando que fazia parte do séquito de Boemundo de Tarento descrito por Ana Comnena — relata-nos sua surpresa quando se viram de repente cercados pelas tropas do sultão Kiliç Arslan, numa planície onde o sol de verão devia fazer reinar um calor pouco suportável: “Todas as elevações e as colinas e os vales... estavam inteiramente cobertos por essa raça excomungada.” O inimigo procedia por ondas de assalto, lançando seus projéteis tanto sobre os homens quanto sobre os cavalos, depois recuava de repente para voltar em seguida: “Os turcos nos cercavam por todos os lados, lançando dardos e atirando flechas de uma distância fantástica.” O exército de Boemundo provavelmente teria sido aniquilado se os outros corpos, os de Godofredo de Bouillon e de Raimundo de Saint-Gilles, não tivessem percebido suas dificuldades e lhes trazido socorro até a vitória final.

A ajuda das mulheres e — o cronista volta a isso — sua coragem intrépida permitiram enfrentar o inimigo nesse primeiro confronto cuja importância excepcional todos os historiadores observaram. Para os vencedores, o sucesso é antes de mais nada de ordem material: “(o inimigo fugiu) e nós o perseguimos por um dia inteiro, e pegamos um butim considerável, ouro, prata, cavalos, asnos, camelos, ovelhas, bois e muitas outras coisas.” O que nos lembra que então cada um dos exércitos carrega seu reabastecimento a pé; afora os combatentes propriamente ditos, há o que o Anônimo chama de “pedestres”, os que permanecem ao lado dos animais de carga, dos rebanhos, das carroças onde se encontram os recursos em equipamento. Evidentemente, as mulheres estão entre esses pedestres, com exceção das damas nobres que muitas vezes auxiliam diretamente seus maridos.

Para os turcos, habituados a fazer tremer tanto os bizantinos quanto os ocidentais e vencedores em todos os campos de batalha desde aquele dia famoso de Mantzikert, em 1071, que lhes abrira a Ásia Menor, começava uma nova era com a vitória das forças francas em Doriléia — vitória “decisiva para a história do Oriente Médio”, constata o historiador Josuah Prawer.

A presença das mulheres ao lado dos combatentes, mencionada em Doriléia, não mais se desmentirá ao longo do que chamamos de Cruzadas. Ainda durante a Primeira, circularam narrativas comoventes relativas a Florina, filha do duque Eudes I de Borgonha, que teria combatido ao lado de Suenon, filho do rei da Dinamarca. Ambos haviam decidido casar-se em Jerusalém, porém, atacados nos desfila-deiros da Capadócia, os dois noivos teriam morrido sob as flechas turcas antes de alcançarem seu objetivo. Muitas vezes serão mencionadas, também durante esse período, mulheres que atiram com arco e acionam as manganelas (a artilharia da época). Como a mulher “de manto verde”, que conhecemos através da crônica do historiador árabe Beha-ed-Din, companheiro de Saladino. Ele conta que, durante o sítio de Acre (exatamente a 3 de julho de 1191), ela não cessava de lançar flechas e atingiu vários inimigos: “Finalmente conseguimos matá-la e levamos seu arco ao sultão.” Ou ainda esta outra, quando do cerco do castelo de Burzey, mais uma vez por Saladino; ela dirigia sua manganela com tal habilidade que colocou fora de combate vários engenhos de atirar pedras dos sitiadores.

Há também as que trabalham nos fossos, carregando pedras para permitir a abordagem das muralhas. Ambrósio, que acompanhou a expedição de Ricardo Coração de Leão, conta-nos como uma delas, “muito agitada”, foi notada por um “sarraceno”, que disparou contra ela uma flecha mortal. Seu marido acorreu, mas a única coisa que pôde fazer foi tirá-la do fosso onde expirara; e “uma mulher assim, diz a História, / Deve cada um ter na memória”, conclui o cronista.

Foucher de Chartres também conta como, quando da primeira expedição, viu “vários indivíduos de um e do outro sexo” morrerem de frio quando da travessia dos “desertos”, terras desprovidas de água e inabitáveis, e depois agüentarem torrentes de chuva em sua marcha rumo a Antióquia. A descoberta da cana-de-açúcar serve-lhes para algo: “Nós a devorávamos, famintos, por causa de seu sabor açucarado, mas ela era para nós um parco recurso.”

Longa marcha através de um país hostil, onde felizmente são bem acolhidos por algumas comunidades cristãs, de armênios por exemplo, ou pelos cristãos da Síria. Quando do sítio de várias cidades, Antióquia em particular, as mulheres dessas comunidades aparecem

no alto das fortalezas furtivamente — enquanto os homens, por sua vez, são estreitamente vigiados pelos turcos de dentro da cidade; elas fazem sinais para o exército que avança e testemunham-lhe de longe, em segredo, sua simpatia.

Aliás, foi graças a um armênio chamado Firuz que os cruzados conseguiram penetrar em Antióquia, a cidade inexpugnável. Trata-se de um renegado, convertido ao islamismo e que conquistara a confiança dos turcos a ponto de os últimos lhe terem confiado a guarda de uma das torres de defesa, a torre das Duas Irmãs. Conta-se que Firuz surpreendera sua mãe nos braços de um turco e que se vingava dessa maneira de um rancor pessoal. A verdade é que aceitou a abordagem de Boemundo de Tarento e lhe abriu, a um sinal combinado, a porta da torre. Os homens de Boemundo penetraram na cidade e, de manhã, a bandeira do barão normando tremulava na torre (3 de junho de 1098), enquanto o pânico tomava conta dos habitantes. Antióquia fora tomada.

Carta àquela que ficou

Por intermédio de uma mulher que dela não participou e pelas notícias que ela recebe, podemos acompanhar o desenrolar dessa Primeira Cruzada.

“Do conde Estêvão a Adélia, sua muito doce e amável esposa, a seus queridos filhos e a todos os vassalos de sua linhagem, salvação e bênção! Podeis ter certeza, muito cara, que o mensageiro que vos envio para vos confortar deixou-me diante de Antióquia são e salvo e, pela graça de Deus, na maior prosperidade. E, nesse momento, com todo o exército eleito por Cristo e por ele dotado de grande valor, avançamos continuamente durante vinte e três semanas rumo à Casa de Nosso Senhor Jesus. Podeis estar certa, minha bem-amada, que tenho agora duas vezes mais prata, ouro e todo tipo de riqueza do que vosso amor me entregou quando vos deixei. Pois todos os nossos príncipes, com a concordância do exército inteiro, contra meus próprios desejos, me fizeram até o presente o chefe, o líder, o diretor de sua expedição.”

É assim que começa a carta escrita pelo conde Estêvão de Blois à sua esposa Adélia. Esta, de fato, ao contrário de Elvira ou de Godvere, esposas de Raimundo de Saint-Gilles ou de Balduino de Boulogne, não partiu com o esposo, o que decerto deve ter lhe custado muito, pois Adélia, condessa de Blois e de Chartres, é a filha do próprio Guilherme, o Conquistador; nenhuma viagem conseguiria assustá-la por pouco que interferisse o instinto hereditário tão forte entre os normandos! E, com seu esposo Estêvão, assistiu igualmente à partida de seu irmão, Roberto Courte-Heuse. Porém Adélia também lembrava do papel desempenhado por sua mãe Matilde, que assumiu as rédeas do poder na Normandia enquanto seu esposo Guilherme se empenhava na Inglaterra em fazer aceitarem sua conquista.

Adélia parece ter nascido no próprio ano dessa conquista, em 1066. Tinha portanto um pouco mais de 30 anos quando da partida de seu esposo. Tratava-se para ela de cuidar da administração de seu imenso domínio dos condados de Blois e Chartres, assim como da educação de seus três filhos. O mais velho, Guilherme, tinha aparentemente o espírito débil e foi afastado da sucessão. Um grande destino preparava-se para os outros dois, Teobaldo e Estêvão; Teobaldo devendo suceder seu pai, e Estêvão reivindicando a seguir a coroa da Inglaterra. Naquela época, eles eram menores, e Adélia vigiava de perto sua educação.

A carta de seu esposo, Estêvão, estimula várias reflexões. Teria sido ditada entre dois combates no momento em que o exército dos cruzados sitiava Antióquia em março de 1098. O conde de Blois dispunha evidentemente em seu séquito de um capelão ou de clérigos que escreviam o que ele ditava. Porém, imaginem-se as dificuldades dos mensageiros encarregados de levar as missivas em seguida, provavelmente, para Constantinopla, depois, por terra ou por mar, através de inúmeras etapas, e fazê-las chegar a seu destinatário... O fato é que, no entanto, muitas cartas dos cruzados foram conservadas para nós e puderam ser publicadas atualmente¹. Para cada carta, o

costume era conservar uma cópia sua à partida e à chegada, na maioria das vezes, transcrevê-la num registro e também fazer circular cópias suas para todos os interessados nela. A condessa de Blois não deve ter deixado de passá-la a seu séquito, numa época em que a aventura, iniciada dois anos antes, desses peregrinos em armas que queriam reconquistar Jerusalém apaixonava todo o Ocidente.

Aliás, o tom da carta era otimista: “Com certeza ouvistes dizer”, escrevia Estêvão, “que, após a tomada da cidade de Nicéia, travamos uma grande batalha contra os pérfidos turcos e, com a ajuda de Deus, os vencemos.” Ele aludia aqui à Batalha de Doriléia. “Depois”, prosseguia, “conquistamos para o Senhor toda a Romanía (Ásia Menor) e em seguida a Capadócia... Daí, acompanhando todo o tempo os turcos malvados, nós os conduzimos rumo ao meio da Armênia até o grande Rio Eufrates; deixando bagagens e animais de carga na margem, fugiram por além do rio para a Arábia.”

Todos esses nomes não eram estranhos para Adélia. Primeiro, porque ela era uma daquelas mulheres muito letradas, numerosas em sua geração; e também porque conhecemos sua atração pelas ciências geográficas e astronômicas. O Eufrates, a Capadócia são nomes que para ela têm um sentido e que ela é capaz de situar. De fato, ocorre que um poema dedicado à condessa Adélia por um de seus fervorosos admiradores, Baudri de Bourgueil, descreve seu quarto, ou seja, sua sala de aparato, onde ela vive e recebe. As paredes desse quarto são cobertas de tapeçarias: uma representa a Criação até o Dilúvio; outra, cenas bíblicas desde a Arca de Noé até Salomão, que construiu o templo de Jerusalém; outra ainda descreve cenas da mitologia grega, Saturno e Júpiter, Píramo e Tisbe. O teto da sala é pintado de estrelas, planetas, figuras do zodíaco, e o chão de mármore é um mapa-múndi: a terra, seus rios, suas montanhas, o mar com seus peixes e seus monstros fabulosos, os animais que povoam o universo etc. Letrada, até erudita, Adélia atrai para seu círculo grande número de poetas, como o próprio Baudri de Bourgueil, Hildeberto de Lavardin, o bispo de Mans — ou prelados eruditos, como Ivo de Chartres.

Isso para dizer que ela devia esperar com impaciência as cartas que lhe eram enviadas por seu esposo. A que citamos, aliás, foi escrita num momento particularmente crítico da longa marcha cruzada. A

1. Principalmente por Dana Munro no contexto da grande *História das Cruzadas*, editada pela Universidade de Pensilvânia, na Filadélfia.

sua continuação demonstra-o: “Os soldados turcos mais audaciosos”, escreve Estêvão, “entrando na Síria, apressaram-se com marchas forçadas noite e dia a fim de poderem entrar na cidade real de Antióquia antes de nossa aproximação. Ao saber disso, todo o exército de Deus rendeu graças e louvores a Deus Todo-Poderoso. Precipitando-nos com grande alegria rumo à citada cidade de Antióquia, sitiámo-la e ali tivemos com muita frequência conflitos com os turcos e, por sete vezes, com os habitantes de Antióquia e as inúmeras tropas que vieram ajudá-los, contra as quais lutamos. Combatemos com a mais ávida coragem sob a conduta de Cristo. E em todas essas sete batalhas, com a ajuda do Senhor, vencemos e com certeza matamos um número considerável de inimigos. Nessas batalhas, a bem dizer, e nos muito numerosos ataques contra a cidade, muitos de nossos irmãos e de nosso séquito foram mortos. Suas almas foram levadas às alegrias do paraíso.

Achamos a cidade de Antióquia muito extensa, fortificada com um poder incrível e quase inexpugnável. (As muralhas de Antióquia não comportavam menos de quatrocentas torres, onde os bizantinos haviam acumulado os trabalhos de defesa até o momento em que tiveram de abandonar a cidade aos turcos em 1085.) Mais de cinco mil soldados turcos corajosos entraram na cidade, sem contar os sarracenos, árabes, turcoplas, armênios e outras raças diferentes, das quais uma multidão infinita ali se reuniu. Combatendo esses inimigos de Deus com nossas próprias mãos, pela graça de Deus, agüentamos muitos sofrimentos e inúmeros males até agora. Muitos já esgotaram todos os seus recursos nesse santíssimo sofrimento. Um número enorme de nossos francos, na verdade, teria morrido de fome se a clemência de Deus e o nosso dinheiro não os tivesse socorrido. Diante dessa cidade de Antióquia, na verdade, durante todo o inverno, sofremos por Cristo Nosso Senhor um frio excessivo e enormes torrentes de chuva. O que alguns dizem sobre a impossibilidade de suportar o calor do sol em toda a Síria não é verdade”, acrescenta, “pois o inverno aqui é totalmente semelhante ao nosso inverno do Ocidente.”

A partir dessa observação amarga, o conde de Blois continua detalhando os vários combates travados diante de Antióquia durante toda a Quaresma até essa época da Páscoa — portanto, final de março ou início de abril de 1098 — para terminar dizendo: “Só vos relato

pouquíssimas coisas, muito cara, entre as inúmeras que fizemos, porque não sou capaz de vos dizer tudo o que me passa pela cabeça. Encarrego-vos de agir bem e zelar cuidadosamente por nossas terras, de fazer vosso dever como deveis com respeito a nossos filhos e vassalos. Voltareis a me ver assim que eu puder retornar à nossa casa. Adeus.”

Quando essa carta chegou à condessa Adélia, os acontecimentos haviam se multiplicado, fazendo desse sítio de Antióquia o obstáculo mais difícil na marcha rumo a Jerusalém. Os cristãos haviam alcançado a cidade a 21 de outubro de 1097. Foram imobilizados até 3 de junho do ano seguinte, 1098, passando por sofrimentos atrozes, inclusive a fome; a ponto de o desânimo atingir certos senhores que tentaram fugir, como o visconde de Melun, Guilherme, o Carpinteiro, e até o famosíssimo Pedro, o Eremita — o que arrastara os bandos populares e conseguira escapar ao massacre dos mesmos em 1096. Ele foi reconhecido e trazido de volta sem deferências pelo normando Tancredo, sobrinho do famoso Boemundo.

O último tinha opiniões pessoais sobre Antióquia. Acabou por nela penetrar graças, como vimos, às conivências que conseguiu manter com o armênio Firuz dentro da praça. Porém, mal a cidade foi tomada, um vasto exército turco comandado pelo emir que os cronistas chamam de Kerbogah (Kurbuqa) chegava, por sua vez, ao pé das muralhas, e, de sitiante, os cruzados tornam-se sitiados. Isso ocorreu entre 5 e 7 de junho de 1098, apenas três dias após a tomada da cidade; e dessa vez a fome, que não tardou a ser sentida novamente, não contava mais com qualquer recurso; o bloqueio era total, e os víveres na cidadela haviam se tornado mais raros em virtude do bloqueio precedente.

Assiste-se então a um enfraquecimento consternante, o do próprio Estêvão de Blois. Com um companheiro, Guilherme de Grandmesnil, ele consegue alcançar o porto de Alexandreta e vai para a Ásia Menor; ali, assinalam-lhe que o imperador, Aleixo Comneno, reuniu um exército e prepara-se, de Filomelion, para socorrer os sitiados de Antióquia. Depois de tê-lo alcançado, Estêvão e seu companheiro Guilherme garantem-lhe que qualquer novo esforço é

inútil, pois naquele momento as tropas de Kerbogah já devem ter penetrado na cidade e aniquilado seus defensores. Só um irmão de Boemundo, chamado Guido, presente no local, exorta o imperador a tentar de qualquer forma tomar a estrada da Síria para, se possível, salvar os sobreviventes. Porém as afirmações de Estêvão têm mais peso e o imperador retorna a Bizâncio. “E a Cristandade que estava em Antióquia, que tinha tanta necessidade de auxílio, perdeu um socorro desse porte, através do qual teria vindo a libertação completa”, constata o historiador Guilherme de Tiro, contando esse episódio pouco glorioso.

Felizmente, à energia invencível de Boemundo agrega-se uma circunstância favorável: a descoberta, por um padre chamado Pedro Barthélemy, sob as lajes do chão da Igreja São Pedro de Antióquia, da Santa Lança com a qual as costelas de Cristo foram trespassadas. Essa descoberta proporciona de repente ao exército uma moral e uma coragem inesperadas, de forma que esse exército de famintos, no dia 29 de junho, dispersa o exército de Kerbogah, o que ao mesmo tempo liberta Antióquia e permite acumular um enorme butim. A descrição de um cronista restitui mais uma vez para nós o que era um exército na época, pois, ao enumerar as riquezas que se encontravam no campo do sultão, ele acrescenta: “Havia uma enorme quantidade de bois e vacas e carneiros, de trigo, farinha moída de que tanto se precisava, havia tamanha quantidade que mal conseguiram transportá-la.” À fome sucedia a abundância. Com esse segundo sítio de Antióquia, o irmão de Adélia, Roberto Courte-Heuse cobriu-se de glória.

Estêvão de Blois, por sua vez, voltou envergonhado. Quando retornou à França e aos seus domínios com seus homens, seu comportamento provocou indignação e vergonha, em primeiro lugar em Adélia, sua esposa. O cronista Orderico Vital contou suas reações de maneira muito viva: “Muitas pessoas censuravam Estêvão, e ele se sentiu obrigado a voltar ao exército de Cristo tanto por medo quanto por confusão. Sua esposa Adélia condenava-o com frequência e, ao mesmo tempo em que se desdobrava nas carícias da intimidade conjugal, dizia-lhe: ‘Deus não aprova, meu caro senhor, que sofra a reprovação com que as pessoas te acabrunham. Lembra-te do ardor que te tornou famoso em tua juventude e volta às armas do louvável exército para a salvação de milhares de pessoas, para que brote a

grande exultação dos cristãos em todo o universo e, para os pagãos, o temor e a vergonha de suas leis celeradas.’ Essa mulher sensata e cheia de zelo dizia-lhe isso e muitas outras coisas semelhantes; ele, porém, que conhecia os perigos e as dificuldades, temia ir enfrentar pela segunda vez sofrimentos tão duros. No entanto, ao final, recobrou o ardor e as forças e pegou a estrada com outros milhares de francos, chegando até o Sepulcro de Cristo, apesar de todos os inconvenientes tão funestos e dos obstáculos que a ele se opunham.”

Em poucas palavras, Orderico Vital faz surgir aqui uma cena de canção de gesta: a heróica Guibourc da *Canção de Guilherme* defende o castelo de Orange e, ao ver seu esposo fugindo da batalha, manda-o de volta três vezes ao combate antes de consentir em abrir as portas diante dele; ela não admite que Guilherme volte de outra forma que não como vencedor. Mais delicadamente ainda, Reto Bezola compara essa narrativa do cronista a uma cena de romance: trata-se de *Erec et Enide*, que saboreiam a felicidade de sua união, a ponto de Erec esquecer-se dos feitos cavaleirosos com os quais provocou a admiração de toda a Corte. E é Enide que, alarmada por surpreender os ares de reprovação e até as zombarias dos outros cavaleiros, incita suavemente o esposo a não se deixar desviar, nem pela felicidade, nem pelo sentimento de plenitude que ambos experimentam, de sua vocação cavaleiresca. Também voltarão a partir para enfrentar juntos novos perigos, para ir por conta própria além dessa felicidade que os cumula, para provocar a “alegria da Corte”, libertando os prisioneiros que serão salvos graças à sua valentia.

Essa é uma característica profunda da época, e quando, um pouco depois, André, o Capelão, em seu *Tratado de amor*, declara que tudo o que se faz de bom e de belo na terra se deve às mulheres, pode-se pensar — embora ele se tenha situado num plano sobretudo literário, o da lírica cortesã — que esse mesmo estado de espírito permanecia presente.

Adélia não se contentava com o suntuoso ambiente descrito por Baudri de Bourgueil e tampouco com as inúmeras homenagens que lhe eram prestadas pelos poetas da época. Celebraram-na como “rosa da pátria, luz da linhagem”. Elogiaram a beleza de seu rosto, o esplendor de sua raça e também sua fidelidade sem falhas, sua corre-

ção. A correspondência do bispo Ivo de Chartres revela que, seguindo seu conselho, Adélia interveio junto à sua prima, Adelaide de Champagne, para que a última rompesse a relação adúltera que mantinha com Guilherme de Breteuil. Ela teria deixado uma imagem de fidelidade a seus contemporâneos — o que, escreve um deles, é “mais raro do que um corvo branco”!

A verdade é que Estêvão, seu esposo, voltou à Terra Santa. Entrementes Jerusalém havia sido tomada de assalto contra qualquer expectativa a 15 de julho de 1099. A maioria dos cruzados iria, a partir de então, terminada a peregrinação, tendo o seu objetivo sido alcançado, voltar ao Ocidente. A notícia da chegada de um exército egípcio à altura de Ascalon atrasou um pouco a partida dos que já faziam seus preparativos. Porém, após uma nova batalha vencida, a 12 de agosto de 1099, Roberto Courte-Heuse, assim como o conde Roberto II de Flandres, cuja esposa também permanecera em seu domínio, e muitos outros com eles, voltaram a Constantinopla para retornar à Europa. Antes de partirem, Godofredo de Bouillon, que permaneceu com algumas centenas de cavaleiros para defender a Cidade Santa, recomendou-lhes vivamente que avisassem aos cristãos o quanto sua situação era difícil e quão precária uma reconquista defendida por forças tão frágeis.

A partir de então, as peregrinações armadas irão se suceder e, embora o próprio Godofredo tenha morrido no mês de julho de 1100, a obra simbolizada por seu nome prosseguirá graças às chegadas quase incessantes de novos cruzados. Da Provença e da Itália partem naus carregadas de peregrinos armados — quase sempre há mulheres entre eles —, que, quando as tempestades e os piratas permitem, desembarcam em Caifa, em Jaffa, em Cesaréia ou em outras praças marítimas. São reforços para o irmão e sucessor de Godofredo, Balduíno I, que assumira, ao contrário de Godofredo, o título de rei de Jerusalém. Ali os combates se sucediam, quase sempre, com espantosas desigualdades numéricas, mas as vitórias conquistadas só faziam aumentar no próprio Oriente Médio o prestígio desses “francos” que eram vistos combatendo na proporção de um contra dez. Estêvão de Blois participou de um desses novos contingentes, que os historiadores das Cruzadas não retiveram em sua numeração — e isso teria complicado bastante a sua tarefa, pois essas chegadas eram incessan-

tes, assim como os retornos desses peregrinos, logo que cumpriam suas promessas. Tratava-se de certo modo de garantir uma presença, mesmo breve, mas contínua, do Ocidente junto ao núcleo que permanecera na Terra Santa — alguns optando por permanecer ali e dedicar sua vida àquele território.

Estêvão de Blois está entre os novos barões que desembarcam, reunidos em torno de Guilherme IX de Poitiers, duque de Aquitânia, e sua presença é uma vitória para Adélia. Com seus companheiros, festejam as festas da Páscoa do ano 1102; depois do que Guilherme de Poitiers, Estêvão de Blois e um outro Estêvão, filho do conde Reinaldo I da Borgonha, contavam reembargar. Porém a nau que carregava os dois Estêvãos foi jogada pela tempestade na costa de Jaffa. Ora, o vizir do Egito concentrara um exército forte (20 mil árabes e sudaneses) nos arredores de Ascalon. Essa tropa impressionante subia em direção a Ramlah, e, evidentemente, destinava-se a retomar Jerusalém dos cristãos.

Estêvão de Blois e seu companheiro, o filho do conde de Borgonha, foram até o rei Balduíno que, por ter se tornado um tanto temerário devido às suas vitórias precedentes, nem se preocupou em enviar batedores para avaliar as forças inimigas. Ao desembocar na planície de Ramlah, “surpreendeu-se com a enorme quantidade de gente de que elas dispunham e começou a se arrepender por ter avançado tanto”, escreve o cronista. Estêvão de Blois morreria, assim como Estêvão de Borgonha, quando desse assalto dos egípcios sobre Ramlah, a 19 de maio de 1102. E, evocando essa morte, o cronista concluiu: “Ficou bem claro que Nosso Senhor perdoara àquele que tanto se devotara a seu serviço, porque Ele permitiu que o mesmo morresse servindo-o.”

A mulher do xeque

Quanto ao rei Balduíno, foi salvo, e isso graças a uma intervenção que merece ser narrada. Guilherme de Tiro, que é nosso melhor historiador, o mais próximo dos acontecimentos, pois, nascido na Terra Santa, ali deveria morrer em 1185, contou-nos toda a história.

O reinado de Balduíno passava-se constantemente em deslocamentos e ousadias destinadas a garantir uma segurança relativa com as forças irrisórias (300 cavaleiros e o mesmo número de gente a pé!) de que dispunha. Ora, certo dia, no ano de 1101, portanto bem no início de seu reinado, ele soube da passagem de uma caravana cujo acampamento fora estabelecido na Transjordânia. Reunindo suas forças, ele atravessou o Jordão de noite e assaltou o acampamento, recolhendo um butim considerável. Ora, entre os cativos que levou a Jerusalém, uma dama, mulher de um xeque árabe, montada num camelo, começou a sentir as dores do parto.

“Chegara a hora de ela dar à luz. Ela começou a gritar muito alto devido à angústia de que sofria. Contaram o fato ao rei (Balduíno), que cavalgava perto dali. Assim que foi informado, ocorreu imediatamente. Sentiu muita compaixão pela dama; com muita suavidade, fê-la descer do camelo, mandou que lhe preparassem uma boa cama com colchão, colcha e lençóis brancos. Como os cobertores não foram encontrados logo, ele cobriu-a com um manto verde que usava em seu pescoço por cima da armadura. Deixou-lhe alimentos em grande abundância, pequenos odres de vinho e de água e uma de suas criadas e duas camelas para tirarem o leite. Assim deixou-a e foi embora com seu exército.” Entrementes, o chefe árabe que fugira acompanhava o rei e seu exército de longe “para tentar ouvir notícias da coisa no mundo que ele mais amava. Cavalgou tanto que a encontrou (sua esposa). Então ficou muito alegre quando soube que o rei fora tão gentil. Comovido, começou a chorar, abençoava o rei e louvava-o muito. Sobre todas as coisas, ele desejava em seu coração que pudesse chegar o momento e o lugar em que prestaria serviço e demonstraria bondade ao rei”.

Ora, o xeque encontraria essa oportunidade. Após a jornada de Ramlah, com efeito, Balduíno retirara-se para sob sua tenda, dentro da cidade, esperando o próximo assalto do exército egípcio que não poderia deixar de acontecer. Aproveitando o descanso da noite, um chefe árabe apresentou-se diante da muralha e pediu para falar com o rei pessoalmente; fizeram-no entrar; era o mesmo xeque cuja esposa Balduíno protegera no ano precedente. Ele vinha avisar a Balduíno para fugir naquela mesma noite, pois o exército egípcio atacaria no dia seguinte. Seguido de um escudeiro e de três ou quatro companhei-

ros, o rei montou imediatamente em seu cavalo árabe que chamavam de “gazela”, tanto era rápido, e, embora as vanguardas dos sarracenos o tenham impedido de chegar à Cidade Santa, ele conseguiu se salvar e alcançar as montanhas. Vagaria por dois dias e duas noites, para atingir finalmente a cidadezinha de Arsuf, ao norte de Jaffa, onde encontrou alguns dos barões e conseguiu reagrupar suas forças. Entrementes, anunciara-se por toda a parte a morte do rei, de forma que seu retorno repentino foi “como a estrela d’alva que anuncia que o dia está próximo; então todos ficaram tão contentes que aqueles que antes choravam de luto choraram então de alegria”.

Um mês depois, a chegada de um novo comboio de ocidentais entre os quais muitos cavaleiros franceses, ingleses e alemães permitiria reconstituir o exército do reino e salvar de novo Jerusalém. Balduíno retomava então a ofensiva e, no ano seguinte, decidia sitiar a cidade de Acre para organizar um acesso direto por mar para as forças francas. Afinal cada vez mais chega-se aos Lugares Santos da Palestina por via marítima; por isso, a posse de vários portos torna-se vital para aqueles que os defendem.

Não podemos concluir este capítulo sem evocar uma outra mulher de cruzado que permaneceu na França, menos conhecida decerto do que Adélia de Blois, mas imortalizada por uma admirável peça esculpida, conservada na igreja dos franciscanos em Nancy. Trata-se de Ana da Lorena, cujo esposo, Hugo I de Vaudemonte, foi mantido prisioneiro por 16 anos na Terra Santa. O escultor representou sobre a pedra de seu túmulo a cena de sua volta: o cruzado, esfarrapado, é abraçado por sua esposa que, atormentada por todos para voltar a se casar porque o acreditavam morto, recusou-se a isso com obstinação. Essa cena, em que foi fixada sua fidelidade mútua num momento tão patético, simboliza muitas outras esperas semelhantes; nem todas, evidentemente, tiveram um desfecho tão feliz. Em todo caso, atesta que o amor cantado pelos poetas no tempo da lírica cortesã se enraíza também na vida conjugal.

O INÍCIO DO REINO DE JERUSALÉM

São muitas as mulheres que tomaram a cruz desde o início — heroínas discretas cujo vestígio encontramos ao acaso dos textos quando de sua partida, em cartulários, que as mencionam aqui e ali. Foram decerto muitas. Um necrológio datado de 1102¹, que contém o nome dos falecidos da colegiada de Serrabone, próxima de Perpignan, desde a sua fundação em 1081, traz o nome de quatro conversas — em outras palavras, quatro mulheres consagradas que ali viviam, fazendo provavelmente o serviço das cónegas, ao mesmo tempo em que assistiam seus ofícios: Alsava, Estevania, Ricarda e uma outra Estevania. Duas delas partiram para Jerusalém, muito certamente quando do primeiro chamado à peregrinação armada: Ricarda e a segunda Estevania. O necrológio diz: “*que perrexit Jerosolimam*”, “que se foi a Jerusalém”.

1. Esse necrológio de Serrabone nos foi assinalado pelo erudito Pierre Ponsich, a quem exprimimos nossos agradecimentos.

Sabemos do caso de uma terceira mulher da mesma região, uma nobre dama da região de Toulouse chamada Emerias. Em 1098, ela marcou seu ombro direito com uma cruz e dispunha-se a partir para Jerusalém. Antes da viagem, veio pedir a bênção do bispo de Toulouse, Isarn, então em turnê pastoral. O bispo exortou-a a consagrar seus bens a uma fundação para os pobres em vez de partir: talvez tenha sido essa a origem do asilo fundado perto da antiga capela de Saint-Orens², mais tarde vinculada à Abadia de Vielmur.

Uma pesquisa metódica dos textos poderia nos revelar o nome de muitas outras mulheres que tomaram a cruz ao longo das “Cruzadas”, desde Belina de Château-Landon, esposa de um oficial da corte, Roberto Clément, que participou da primeira expedição, até Adelaide d’Audenarde, conhecida por uma carta do ano de 1264, pela qual ela se inscreve para a última partida efetiva, a do rei São Luís.

Também se encontram inúmeras alusões à partida de mulheres na controvérsia divertida que opõe a Foucher de Chartres seu contemporâneo irascível Guiberto de Nogent. O primeiro contou como, no mês de março de 1097, alguns cruzados, entre os quais Estêvão de Blois, prepararam-se para embarcar em Brindisi. “Como os juízos de Deus são desconhecidos e incompreensíveis!”, exclama. “Entre todas as naus, vimos uma que, sem que qualquer perigo extraordinário a ameaçasse, foi, por um acontecimento súbito, jogada para fora do alto mar e espatifou-se perto da margem. Cerca de quatrocentos indivíduos de *ambos os sexos* pereceram afogados. Mas logo se teve de fazer ressoar em sua homenagem louvores agradáveis ao Senhor: depois de recolherem o máximo de cadáveres possível dessa gente, os que de fato foram espectadores desse naufrágio encontraram nas omoplatas de alguns dos mortos marcas representando uma cruz impressa em sua carne. Dessa forma, portanto, o senhor quis que essa gente morta de antemão a seu serviço conservasse em seu corpo como testemunho de sua fé o sinal vitorioso que durante sua vida havia carregado sobre seus hábitos.”

2. Artigo publicado no nº 23 dos *Cahiers de Fanjeaux*, consagrado à “La femme dans la vie religieuse du Languedoc”, 1988, p. 210.

Guiberto, que consagrou toda uma obra para censurar a credulidade excessiva de alguns amantes de relíquias, exerce de novo seu senso crítico contra a narrativa de Foucher de Chartres. “Ele conta”, escreve, no início de sua pequena obra, “que alguns daqueles que empreenderam a viagem a Jerusalém, depois de terem elogiado muito os barcos, embarcaram no mar que separa os habitantes da Púlia dos habitantes do Épiro (Adriático) e, seja porque se entregaram a um mar que eles não conheciam, seja porque estavam amontoados demais em seu navio, de qualquer modo, é certo que perderam cerca de seiscentos homens nessas naus.” Explicação bem mais natural, como se vê, do que a dada por Foucher. “Conta-se que o sinal da cruz foi encontrado em seus ombros”; isso, em sua opinião, não deve ser aceito sem exame. Não que tenha a menor dúvida quanto à possibilidade de um milagre — “nenhum fiel poderia duvidar disso por um único instante” —, mas é necessário que o fato seja devidamente constatado: “Que aquele que escreveu essas coisas examine com cuidado se elas realmente ocorreram como ele nos conta.”

Ele acrescenta um detalhe que nos confirma a repercussão extraordinária que a partida para a Cruzada teve sobre as populações naquele final de século XI. “Sabe-se”, ele escreve, “que, quando a notícia da expedição se espalhou por todas as nações cristãs, e enquanto se proclamava por todo o Império Romano que tal empreendimento só poderia ocorrer pela vontade do céu, homens da categoria mais obscura e mesmo mulheres das menos dignas usurparam o pretenso milagre, empregando invenções de todo tipo. Uns tiravam um pouco de seu sangue e traçavam sobre seu corpo listras em forma de cruz, mostrando-as em seguida a todos; outros produziam a mancha com a qual marcavam a pupila e que obscurecia sua visão como um oráculo divino que os advertia para empreender a viagem.” E, depois, ele enumera seus subterfúgios: sucos de frutas ou cores, até pintura de rosto para pintar uma cruz na pele e “depois da fraude poder se apresentarem como testemunhos vivos dos milagres do céu.” Ele próprio, habitando então em Beauvais, viu uma vez “no meio do dia algumas nuvens dispostas umas diante das outras um pouco obliquamente e de maneira que no máximo se conseguia achá-las com a forma de um grou ou de uma cegonha quando, de repente,

milhares de vozes, erguendo-se de todos os lados, proclamaram que uma cruz acabara de aparecer no céu.”

Em outras palavras, Guiberto de Nogent é impermeável a uma *vox populi* um pouco crédula demais. Ele vai continuar provando-nos isso prosseguindo, no tom da obra que ele consagrou às relíquias falsas, com a seguinte anedota: “Uma mulherzinha empreendera a viagem a Jerusalém... Ora, um ganso, instruído não sei em que escola... caminhava balançando-se atrás dessa mulher. Imediatamente espalhou-se a notícia nos castelos e nas cidades que os gansos eram enviados de Deus à conquista de Jerusalém, e ninguém se lembrou de que talvez fosse essa pobre mulher quem estivesse conduzindo seu ganso; ao contrário, era o ganso, dizia-se, que a conduzia.” Para concluir, Guiberto declara que a maneira mais segura de conduzir um ganso até a Cidade Santa era comê-lo antes de partir! E acrescentou com um rigor que não se pode censurar: “Só contei todos esses detalhes... a fim de que todos saibam que se deve tomar cuidado para não rebaixar a gravidade de sua qualidade de cristão adotando levemente fábulas que se espalham entre o povo.”

Como se vai a Jerusalém?

Barcos que naufragam, mulher que caminha acompanhada por seu ganso, todos os meios servem para alcançar Jerusalém de acordo com as circunstâncias e os recursos de cada um.

A primeira viagem, antes mesmo de Godofredo de Bouillon, é feita sem qualquer ordem — a da plebe que segue os passos de um Pedro, o Eremita, ou de um Gualter-Sem-Haveres. Essa gente logo se transforma numa multidão estafada e sem recursos, sobre a qual é o caso de se perguntar como não se converteu num bando de saqueadores; de fato, haverá um número relativamente pequeno de pilhagens em sua passagem pela Europa central. Os infelizes acabarão massacrados pelos turcos quando de uma investida imprudente a partir da fortaleza de Civitot, onde haviam se entrincheirado a conselho dos bizantinos; o espetáculo de sua ossada esbranquiçada pelo sol ao

longo da estrada de Nicomédia a Nicéia impressionará vivamente os membros das expedições seguintes.

Na medida do possível, as expedições dos senhores serão cuidadosamente organizadas. Relevamos a divisão em três corpos distintos da “Primeira Cruzada” — precaução sensata para que cada um pudesse conseguir na estrada o reabastecimento necessário. A plebe que se uniu espontaneamente aos grandes barões e a seus vassallos teve de se munir, quando da partida, de algumas provisões: roupas, moedas na bolsa de couro pendurada no pescoço ou na cintura, ou costuradas com cuidado na bainha da cota para melhor escondê-las. Mas é claro que isso está longe de bastar para a viagem: a partida é uma aventura durante a qual será necessário improvisar para viver e para se alimentar — como devia ser, aliás, toda a peregrinação.

Os recrutados entre os “homens” de algum senhor podem pelo menos contar com uma certa segurança material: serão alimentados e mantidos por aquele do qual dependem. Há também os clérigos que trazem o dinheiro recolhido por coletas para ajudar os necessitados no caminho. Há gente que se beneficia de alguma oportunidade favorável, da generosidade de algum barão que deseja recrutar alguns reforços; às vezes também de um emprego no meio do caminho. Em Antióquia, por exemplo, após o sítio e a conquista da cidade, é necessário erguer muralhas; “os operários que não tinham por conta própria recursos suficientes para trabalhar gratuitamente recebiam um pagamento que se levantava com as oferendas feitas pelo povo”.

Com o correr do tempo, os textos tornando-se mais numerosos, encontramos outros detalhes, por exemplo sobre as condições da viagem por mar, que se tornará mais habitual. Os estatutos da cidade de Marselha, estabelecidos por escrito no início do século XIII, preocupam-se em garantir aos peregrinos que partem por mar “das Ilhas” — If, Pomègues e Ratonneau, diante do porto propriamente dito — um mínimo de conforto. Os donos de navio devem prever para cada peregrino transportado um lugar de dois panos e meio de largura por seis e meio ou sete de comprimento (0,62 metro por 1,76 metro); porém, acrescenta-se, são autorizados a conquistar mais lugar instalando os passageiros “a cabeça de um tocando nos pés do outro...”.

Cada um dos que embarcam na nau é inscrito pelo tabelião de bordo que lhe entrega, como hoje em dia, um bilhete com o número de seu lugar. Se o peregrino estiver levando um cavalo, o animal é colocado no porão por uma abertura feita no casco, que se torna a fechar cuidando de sua impermeabilidade, pois ficará imersa durante a travessia. Até o desembarque, os cavalos ficam suspensos em correias, seus cascos mal tocando o solo a fim de evitar acidentes em caso de tempestade.

Quantos cruzados chegam ao destino, até Jerusalém? Só sabemos o número daquelas e daqueles, nobres damas e senhores, cujos nomes as crônicas conservaram. Godvere de Toesny, esposa de Balduíno — o irmão de Godofredo de Bouillon — jamais verá a Cidade Santa. Morre no caminho, em Marash, em outubro de 1097, durante a marcha interminável de três anos dos primeiros cruzados. Muitos outros, felizmente, chegam ao termo da viagem.

A vida na Terra Santa organiza-se

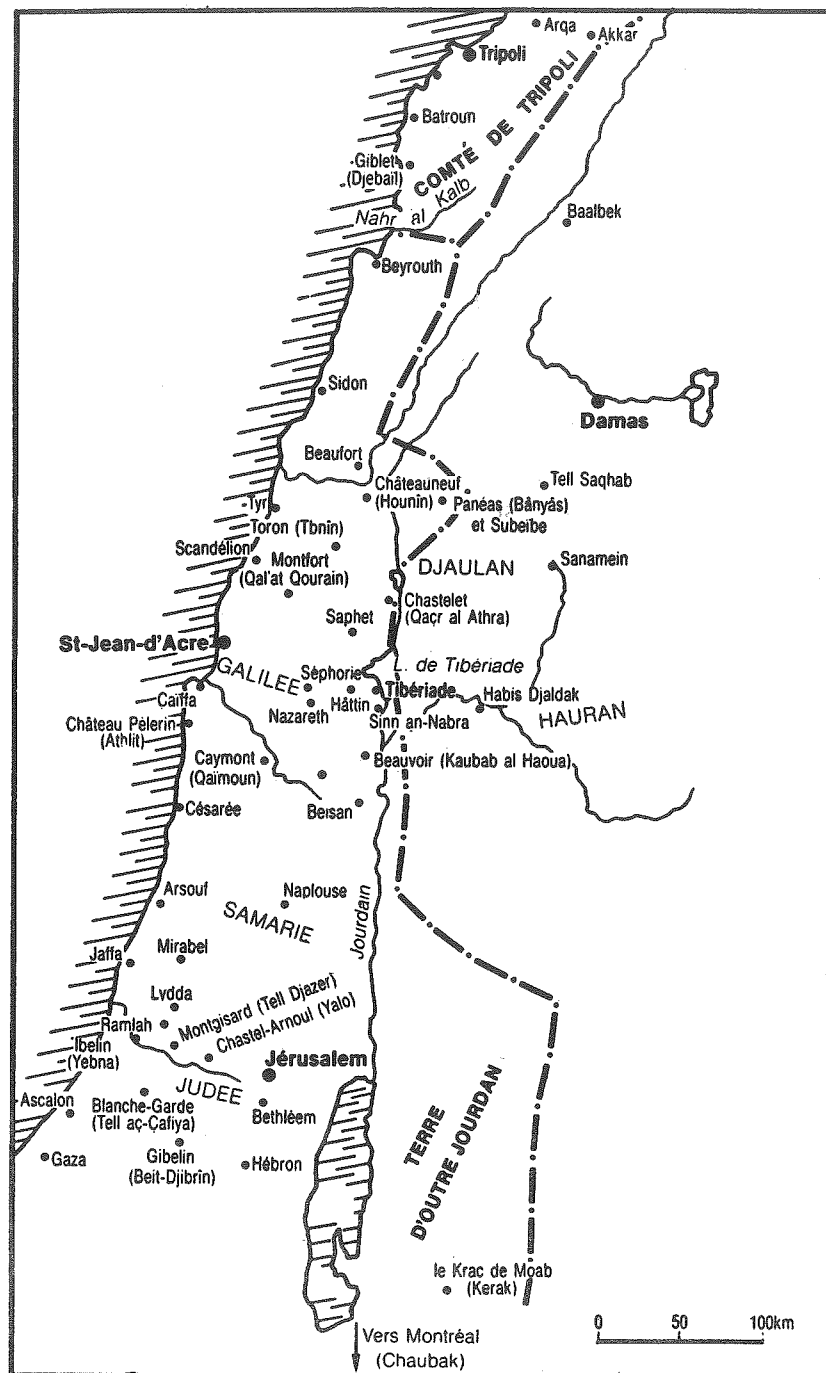
Entre aqueles e aquelas que chegam, alguns instalam-se definitivamente no local, como já vimos. Um homem como Raimundo de Saint-Gilles já tomara a decisão de permanecer antes de sua partida. Abandonou seus direitos sobre seu belo Condado de Toulouse para dedicar sua vida à Terra Santa. Nem Godofredo, nem seu irmão Balduíno voltarão ao Ocidente. Todos esses homens e mulheres, célebres ou anônimos, que aceitaram prosseguir sua Cruzada além do tempo previsto, povoarão e farão o reino de Jerusalém viver.

É claro que os combates são travados pelos homens. Porém estes, por mais impressionantes que sejam, estão longe de ser a coisa mais importante na vida do reino. Mesmo do ponto de vista do passado: o historiador Jean Richard contou, no segundo século dessa história, que foi de longe o mais conturbado, 80 anos de paz para 20 anos de guerra. Durante esses anos, dá-se à luz, constrói-se, planta-se, colhe-se, e os bens são transmitidos de uma geração a outra. Em todas essas circunstâncias, as mulheres desempenham um papel essencial, e isso em todos os níveis, tanto as do povo quanto as da cúpula do Estado.

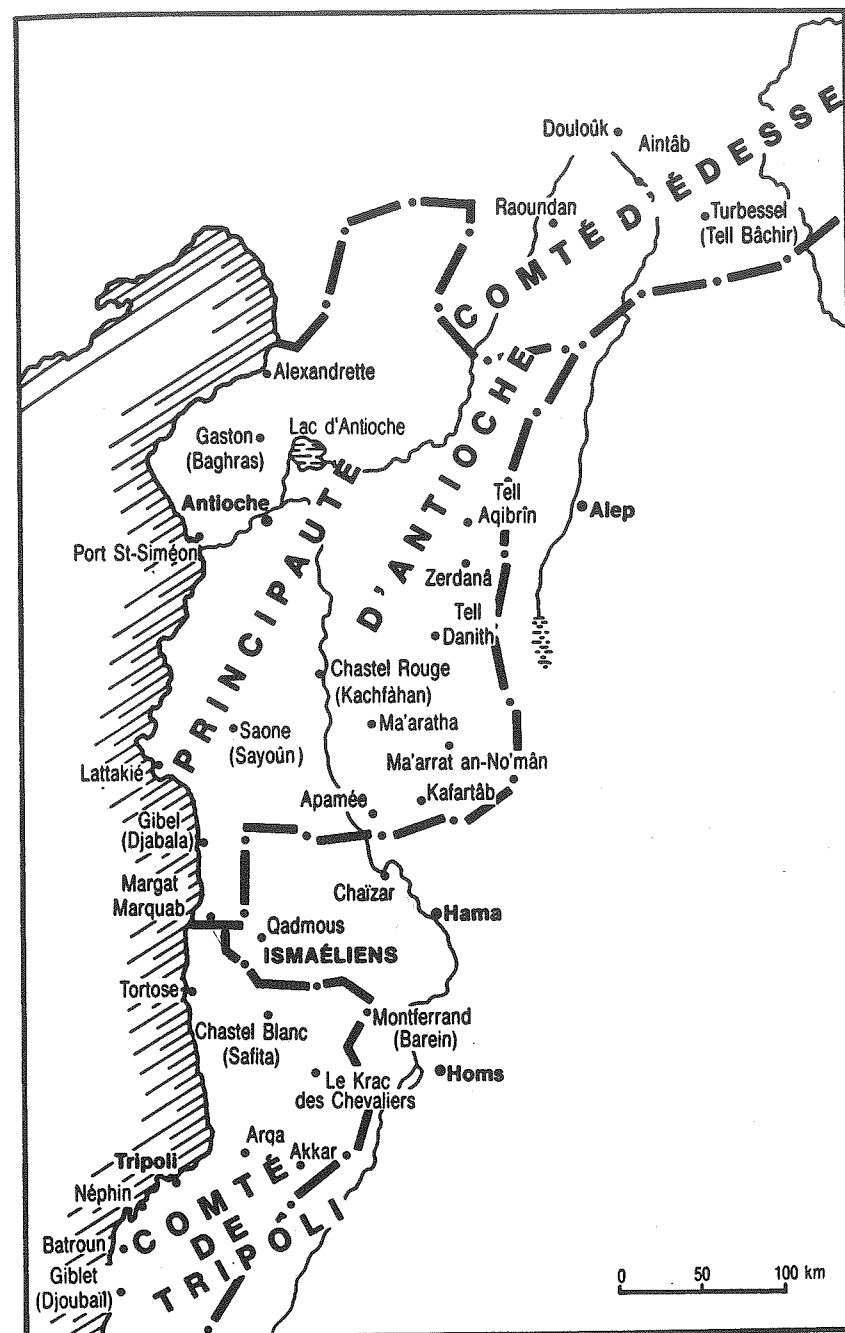
É claro que são elas que dão a vida. Elvira de Aragão, esposa de Raimundo de Saint-Gilles, põe no mundo durante a própria marcha um menino que é batizado no Jordão e ao qual se dá o nome de Afonso Jordão. (Inúmeros patronímicos derivados de Jordão lembram em nossos dias os peregrinos de Jerusalém.) Em seguida, as mulheres desempenham um papel essencial na transmissão dos bens familiares, assim como na sucessão ao trono: isso aparece com evidência nos textos e é bastante surpreendente para nós, gente do século XX, principalmente na França, onde a parcela do poder político conferido às mulheres continua sendo assombrosamente restrita. Finalmente elas estão presentes em todos os aspectos da atividade cotidiana, como vemos nos documentos e arquivos: estão todo o tempo intervindo em Jerusalém e nos campos ao redor da cidade, e trata-se de uma presença ativa, variada, responsável. Documentos precisos, como o *Cartulário do capítulo do Santo Sepulcro de Jerusalém*, fornecem-nos amplas informações sobre a vida nos primeiros tempos do reino.

Em 1118, Balduíno I morre, e seu primo, Balduíno II, que tomara a cruz desde o princípio, sobe ao trono, eleito unanimemente pela assembléia dos barões. “Homem muito sensato e de grande providência”, de acordo com o autor anônimo da *História de Heráclio*, Balduíno II vai fazer muito pelo enraizamento do reino de Jerusalém na Terra Santa através de sua política sensata assim como da dinastia do qual é fundador. No plano militar, ele assume sua tarefa difícil com muito discernimento num reino constantemente em alerta. Ele está sempre pronto a levar socorro aos pontos mais ameaçados.

No plano econômico, ele inaugura uma política muito sensata de abertura e assimilação. Abole todos os pedágios e imposições à entrada da cidade de Jerusalém para os gêneros de primeira necessidade, fermento, cevada, favas, lentilhas e depois grão-de-bico. Isso em 1120, logo no início de seu terceiro ano de reinado. A *História de Heráclio* escreve: “Desse modo, todos vendiam e compravam livremente quanto queriam na cidade; ele outorgava isso aos sírios, aos gregos, aos armênios e até aos sarracenos: que eles podiam trazer para a cidade fermento e cevada e todas as espécies de legumes sem nada pagar. Ele abandonou tudo, as medidas de trigo e as balanças com as quais se pesam os gêneros... O povo e os homens importantes da cidade ficaram muito satisfeitos e agradeceram-lhe de todo o coração.



Reino de Jerusalém



Síria do Norte

Eles compreenderam bem o que o rei fizera com grande bondade e que a cidade aproveitaria isso de duas maneiras, pois a ela viria mais gente em virtude da liberdade e todos trariam de mais bom grado mercadorias, pois não se pagaria nem pedágios, nem direitos." Em outras palavras, uma política liberal evidentemente feita para trazer a prosperidade.

Nas cartas, os documentos jurídicos, podemos ver como se organiza o cotidiano, principalmente graças à política de Balduino, a vida no reino de Jerusalém e a coabitação de cruzados e populações locais. É preciso implantar-se, comprar uma casa ou uma terra, produzir, vender. Dessa forma, são mencionados inúmeros acordos relativos a bens agrícolas, terra ou "casais" — provavelmente terrenos com casas, o que chamaríamos de fazendas. O estudo de Prawer sobre a população agrícola da Palestina mostra que essa população é em sua maioria formada de sírios cristãos ou muçulmanos, mas um certo número de peregrinos também se tornaram exploradores. Inúmeras cartas enumeram, assim, os camponeses que vivem nos diversos casais dependentes da autoridade real ou da Igreja de Jerusalém.

Os terrenos são avaliados em charruadas — provavelmente a superfície que uma ou duas charruas podem revolver em um dia. Desse modo vemos aparecer toda uma família cujos bens são enumerados quando de uma troca: João Patrício, com sua mulher Bruna e seus dois filhos, Tomás e Eustáquio, troca seus dois casais, um dos quais se chama Megina e o outro Mezera, com os de Kafr Malik e Aïn-Kaniah pertencentes ao Santo Sepulcro. Haviām sido doados ao capítulo, um pelo próprio Godofredo de Bouillon e o outro por Balduino II. São portanto exploradores que vieram com alguma das primeiras expedições e a partir de então se estabeleceram na Terra Santa. Ou, ainda, é o cavaleiro Gibelino com sua mulher Inês e o filho Anselino, que vendem o casal chamado Saforia por 180 besantes e uma pelica; as cónegas entregam a seu filho uma espada e cinco besantes (130)³.

O que se pode notar através desses dois exemplos — que muitos outros virão corroborar — é o hábito bem significativo da época de mencionar nos atos os membros da família ao mesmo tempo

3. Os números são os dos atos citados na edição do *Cartulário do capítulo do Santo Sepulcro de Jerusalém*.

em que o próprio doador; este não pode agir de forma válida sem a aprovação de sua mulher e de seus filhos, às vezes de primos e parentes mais afastados que têm direitos sobre os bens de que eles dispõem. Desse modo aparecem muitas mulheres de cuja existência nem poderíamos suspeitar se tais certificados tivessem sido escritos no século XIX, e até nos século XVII ou XVIII, tempos em que o pai de família volta a ser gradualmente o proprietário dos bens da família. No século XII sempre se está diante não da propriedade do *pater familias*, mas de bens de família cujo usufruto concerne não apenas à mulher, mas também aos filhos, por mais jovens que sejam.

Às vezes são altos nobres que procedem a essas vendas ou intercâmbios — senhores cruzados aos quais foram atribuídos os diversos feudos da Terra Santa que constituem dessa maneira, sob a autoridade do rei, o reino feudal de Jerusalém: Hugo de Ibelin (Yebna), Gualter de Cesaréia, Raimundo de Trípoli, Hugo de Jaffa ou Hugo de Gibelet (Jbaïl). Também nesses casos, é claro, a aprovação da dama é indispensável para a conclusão da transação. Assim vemos Hugo de Ibelin proceder a uma venda importante de casais ao capítulo do Santo Sepulcro no ano de 1155; o que faz com a concordância de sua mãe Heloísa, de sua irmã Ermengarda, dama de Tiberíade, e até de seus tios, Filipe de Naplusa, Guido, o Francês etc, e também a de seus irmãos e irmãs ainda menores, Baliano e Estefânia, dos quais se espera que confirmem sua concordância quando chegarem à maioria (50). Hugo terá necessidades urgentes para pagar seu resgate e venderá parte de seu feudo quando for aprisionado no vau de Jacó em 1157.

Entre os bens fundiários, os plantados com vinhedos são sempre objeto de uma menção particular. Como o vinhedo que fora legado aos cônegos do Santo Sepulcro por uma tal de Geltides, esposa de Roaldo, e cuja atribuição a rainha Melisenda — voltaremos a falar dela com mais vagar — confirma. Ou ainda aquele que Guilherme, prior do Santo Sepulcro, compra de Pedro de Saint-Gautier, de sua mulher Hodierna e de seu filhos André e Petronilha — um vinhedo e uma terra situados perto da Maomeria, isso em 1128 (66). A aceitação de Hodierna é mencionada expressamente, assim como a das duas crianças. Ora, um pouco depois, um novo ato informa-nos que André se recusou a ceder esse vinhedo quando da morte de sua mãe, que era

co-irmã da fraternidade do Santo Sepulcro. Bons príncipes, os cônegos consentem que ele o conserve enquanto viver, contanto que lhes entregue o terço do fruto (67). Um vinhedo também é concedido por Raul de Fontenelles, sua esposa, sua filha e seu genro, a um de seus parentes, Gofredo Acu, vinhedo situado na estrada de Belém.

Assim, estão mencionadas nas cartas tudo o que constitui a vida cotidiana. Ao lado do vinho dos vinhedos, há o azeite das oliveiras que desempenham um papel importante, não apenas para a alimentação, como também para a iluminação. Os cônegos do Santo Sepulcro devem ter apreciado o direito que lhes foi outorgado pelo conde de Trípoli, Raimundo II, e sua mulher Hodierna, em 1140, de importar do porto de Trípoli o azeite e outros gêneros dos quais necessitam para suas igrejas (81). No ano seguinte, essas isenções de taxas lhes são confirmadas, e o ato precisa as terras, os vinhedos e as oliveiras que lhes foram dados já no início das expedições pelo conde Raimundo de Saint-Gilles em pessoa, por Guilherme Jordão, seu sobrinho, e pelos condes Beltrão e Pons que se sucederam na liderança do condado.

A pesca também ocupa um lugar importante na atividade das populações. Echive, esposa de Gualter, príncipe da Galiléia, confirma no capítulo seu direito de pesca, precisando seus limites no lago de Tiberíade (136).

Um produto mais específico da Terra Santa é a cultura da cana-de-açúcar. O conde e a condessa de Cesaréia, Hugo e Isabel, têm o cuidado de reservar para si, quando concedem às cónegas um território montanhoso, os condutos de água que lhes permitirão regar suas plantações de cana-de-açúcar. Designam com cuidado, no ato que redigem a esse respeito em 1166 (139), o percurso desse conduto que jorra como uma torrente da montanha no inverno e depois se espalha pela planície. O produto dessa cana-de-açúcar logo será adotado em todo o Ocidente. Específica igualmente é a exploração do betume e do sal do Mar Morto. Quando de um intercâmbio de territórios entre o capítulo do Santo Sepulcro e as monjas da Igreja de São Lázaro de Betânia, os habitantes dos casais perto de Teqoa ficam isentos de qualquer pagamento sobre o produto dessa exploração.

Os fornos desempenham um papel importante na vida cotidiana. Cecília, condessa de Trípoli, concede a livre utilização daquele de propriedade dos cônegos no Monte Peregrino para que todos possam vir cozinhar à vontade sem pagar nada. Aliás, encontramos a lista dos 25 fornos pertencentes ao Santo Sepulcro. Dois outros devem ter sido dados por mulheres, o de Anastásia e o de Colomba — a não ser que sua denominação provenha do lugar onde eles se encontravam.

E dá-se naturalmente muita atenção aos cursos de água, cisternas, lagos, a tudo o que permite conter e distribuir água, o gênero mais precioso de todos! Emelot, esposa de Eustáquio Garnier, concede aos cônegos, dada a penúria de água, o uso do riacho que aciona um moinho situado no lugar da Quarentena durante 24 horas a cada 15 dias. Em seguida, depois de se tornar a esposa de Hugo de Jaffa, ela irá conceder-lhes esse uso de água todos os sábados. Sabe-se que os acordos desse gênero continuam sendo praticados, principalmente no sul da França, distribuindo a água entre os agricultores nas localidades que sofrem com a seca no verão.

Num acordo firmado em 1175, trata-se desse “lago de Germano”, do qual também fala o cronista Ernoul: uma vasta cisterna ou piscina escavada por iniciativa de um burguês de Jerusalém, chamado Germano, para o uso dos cristãos, perto de um vinhedo que ele possui ao pé do Monte Sião. É para lá que são levados para beber água os cavalos da cidade (161). Também existe, mais para as pessoas do que para os animais de carga, ao que parece, o que se chamam banhos de Tancredo, situados decerto perto da torre de mesmo nome e preciosos durante os verões tórridos.

Por volta de 1150, é mencionado um outro moinho de água, comprado pelo capítulo de Morage Raïs, com a intenção de reconstruí-lo, colocar pilares sob as paredes, encimá-las de abóbodas, nelas abrir janelas, etc. (111). “Raïs” é um título que designa um notável, um homem importante entre os muçulmanos. Os intercâmbios são um fato natural e corrente entre os ocidentais e os árabes.

Mulheres do Ocidente e mulheres do Oriente

Efetivou-se a assimilação dentro do reino de Jerusalém, na maioria das vezes por intermédio das mulheres, como diz claramente uma passagem de Foucher de Chartres. “Ocidentais, eis-nos transformados em habitantes do Oriente... Um já tomou por esposa uma síria, uma armênia, às vezes até uma sarracena batizada, outro mora com toda uma família nativa por parte da esposa; usamos alternadamente as várias línguas da região.” Não se contou que Thomas Becket nasceu de um normando e de uma sarracena? E na história encantadora que leva o seu nome, Aucassin também não está apaixonado por uma sarracena, Nicolette?

Nessa narrativa muitas vezes assistiremos ao aparecimento das mulheres da região, armênias sobretudo, ou árabes cristãs. Apenas a religião é um obstáculo a uma aproximação entre as comunidades. De fato, só raras vezes veremos as “sarracenas” e por bons motivos: elas são rigorosamente mantidas à parte, com véus e encerradas no harém; trata-se da honra do esposo, do pai e até do irmão. Usama explica por que fica escandalizado com a liberdade de costumes das mulheres cristãs; para ele, existe nisso uma falta de sentido de honra da parte do homem do qual elas dependem. As sarracenas quase não aparecem, exceto em raras anotações. Alguns peregrinos ouvem os gritos das carpideiras quando dos ritos de lamentações que elas praticam “no dia em que se comemora o arcanjo São Miguel”, escreve um deles que foi testemunha da cerimônia perto de Gaza no século XIV.

Conta-se incidentalmente que um Saladino foi censurado por seus emires por ser avarento com relação às despesas dos combates, quando, vendendo as jóias de suas mulheres, ele poderia custear novos assaltos, o que não deixou de fazer⁴.

Um ato que teve muita importância, para a Igreja de Jerusalém e portanto para os clérigos e prelados e, além deles, para o povo comum que ali residia, foi o que restabeleceu o patriarca Arnulfo de

4. O detalhe é relatado na excelente obra consagrada a Saladino por Geoffrey Hindley.

Roeulx em suas funções. De fato, acusava-se-o de ter sido eleito irregularmente, de provir de nascimento ilegítimo e, circunstância mais grave, de ter tido relações ilícitas com mulheres. Ora, o papa Pascoal II, em 1117, após uma investigação no local, iria restabelecê-lo em seus direitos; afasta a acusação de nascimento ilegítimo, que não parece pesar muito a seus olhos, lembra-se de que Arnulfo compartilhou as dificuldades e os combates dos primeiros cruzados, apela às testemunhas que juraram que sua eleição fora regular e, finalmente, designa as duas mulheres com as quais o patriarca teria tido relações passíveis de culpa. Uma é a “mulher de Girard” — com toda a certeza um cruzado ocidental —, e a outra uma sarracena com a qual o patriarca teria tido um filho; porém, com respeito às duas questões, ele declara sob juramento não ser culpado daquilo de que se o acusa. O juramento, prestado sobre os Evangelhos, liberta-o, de acordo com o direito da época, de qualquer acusação. O patriarca é portanto restabelecido em suas funções pelo papa.

Melisenda, a rainha ilustre

O próprio rei Balduíno deu o exemplo de assimilação entre as comunidades cristãs; ele de fato casou-se com uma armênia, Morfia. Sua linhagem desempenhará um papel considerável na história do reino, e o notável é constatar que só teve filhas. Isso ilustra bem o lugar privilegiado das mulheres na transmissão do poder.

Essas quatro irmãs, Melisenda, Alice, Hodierna e Ivete terão, cada uma à sua maneira, um destino fora do comum. A mais nova, Ivete, nascida após o ascensão de Balduíno ao trono, passa ainda criança por uma trágica provação. Como seu pai fora feito prisioneiro, ela é entregue como refém, aos cinco anos de idade, juntamente com o jovem Jocelino II de Edessa e outros dez jovens, em troca de sua libertação. Balduíno II apressa-se em concluir um acordo com os emires hostis aos turcos e obtém sucesso suficiente para esmagar o inimigo em Azaz. O enorme butim que ali recolhe permite-lhe pagar seu resgate e libertar os jovens reféns; volta triunfalmente a Jerusalém com sua pequena Ivete. Ela irá mais tarde tornar-se freira em Santana de Jerusalém.

Hodierna desposa Raimundo de Trípoli e, com ele, passará por graves dissabores, antes que ele caia sob o cutelo dos assassinos — mais tarde voltaremos a encontrar os dois filhos do casal. Alice, por sua vez, tão ambiciosa quanto sem escrúpulos, irá colocar em perigo, com suas intrigas, um reino já tão ameaçado. Quanto a Melisenda, ela é, com Eleonora de Aragão dois séculos depois, a figura feminina mais memorável da história das Cruzadas. Duas rainhas de Jerusalém de espírito forte e de caráter enérgico, que ilustram, para o melhor e às vezes para o pior, a liberdade de iniciativa e a parcela de poder que a Idade Média deixa para as mulheres.

Melisenda é a filha mais velha de Balduíno e um dia é chamada para subir ao trono de Jerusalém. Portanto é importante escolher aquele que, ao se tornar seu esposo, será rei. Esse advento inesperado à liderança de um reino todo o tempo ameaçado pelas forças muçulmanas que o cercam e abalado por dissensões internas exige evidentemente a presença de um combatente, de um cavaleiro enérgico e pronto para reagir. Tendo ele próprio passado tanto pela experiência dos combates como da prisão, Balduíno II sabe melhor do que ninguém o quanto custa manter uma terra ameaçada em todos os pontos cardeais.

Ora, um barão franco fez, em maio de 1120, uma peregrinação a Jerusalém. Trata-se do conde de Anjou, Folque V. Seu comportamento, quando dessa peregrinação, impressionou muito os barões de além-mar, e ele mereceu “os elogios de todo o país”. “Todos os barões consideravam-no um homem muito sensato, e eles o homenagearam de várias maneiras como um benfeitor da terra, pois ele mantinha por sua conta cem cavaleiros por um ano inteiro.”

De fato, o conde de Anjou é um senhor muito nobre; ao seu próprio domínio, herdado em 1109 com a morte de seu pai, Folque, o Réchin, ele acrescentou o Maine desposando a herdeira Aremburge. Em circunstâncias difíceis, ele conseguiu continuar em paz tanto com o rei de França quanto com o da Inglaterra, mesmo depois do socorro que teve de levar ao primeiro como vassalo leal contra o último, sob a bandeira do Capeto. Uma altíssima personalidade, cuja sensatez é tão reconhecida quanto a coragem.

Quando, em 1128, Balduíno II procura um esposo para a sua filha Melisenda, o rei Luís VI designa a seus dois emissários na França o conde de Anjou. Esses emissários, o condestável Guilherme de Bures e o senhor de Beirute, Guido Brisebarre, são recebidos favoravelmente por Folque V. Este, viúvo há três anos, acaba de casar seu filho com a filha do rei da Inglaterra; sente-se portanto livre e pronto para se lançar numa nova existência. Sua decisão de aceitar a oferta que lhe é feita é, no entanto, matéria de reflexão. Com apenas 40 anos, em plena posse de seus meios, ele não hesita em abandonar seu domínio de Anjou, tão tranquilo e alegre, para ir subir no trono mais longínquo e perigoso de todos. Seu gesto é comparável ao de Raimundo de Saint-Gilles, que abandonou seu vasto Condado de Toulouse para consagrar a vida à Terra Santa.

Folque deixa portanto o Anjou e, na primavera de 1129, aborda em São João de Acre com Guilherme Bures e Guido Brisebarre. No dia 2 de junho seguinte, pouco antes de Pentecostes, ele desposa a princesa Melisenda e assume seu novo destino com o mesmo zelo e a mesma aplicação com que se ocupava de seu Condado de Anjou. Aliás, mostra-se perfeitamente leal com seu sogro Balduíno II e, como escreve a *História de Heráclio*, “foi muito obediente às vontades do rei enquanto o último viveu e obedecia-lhe com doçura e de bom grado como se fosse seu próprio filho”. Seu casamento é celebrado “para grande alegria de toda a terra e houve uma grande festa como era o caso para a filha de um rei e um homem tão importante”. Folque recebera em apanágio a cidade de Acre, assim como a de Tiro, anteriormente conquistada por Balduíno II. Aparecia um homem novo nessa terra tão difícil de defender: a herança da rainha Melisenda estava, de agora em diante, em boas mãos.

Quase que imediatamente o rei de Jerusalém empreende com o novo genro uma expedição contra a cidade de Damasco. Ela não dá certo, aliás, menos por motivos militares do que em virtude de chuvas diluvianas, “de maneira que uns não viam os outros” e de uma verdadeira tempestade que se desencadeia no momento do assalto decisivo. Essa expedição é marcada por uma aliança dos cristãos com os muçulmanos mais extremistas, os ismaelianos, xiitas sectários cuja arma favorita era o assassinato político e que serão vistos ao longo de

toda a presença ocidental na Palestina oferecendo de bom grado sua aliança contra os outros muçulmanos.

É muito notável para nós ver que, já no ano de 1129, as cartas do rei Balduíno II não deixam de mencionar a aprovação de sua filha, a rainha Melisenda. “Melisenda, filha do rei, aprova isso e dá seu consentimento”, lê-se numa carta dada à Igreja do Santo Sepulcro. Ou ainda: “Melisenda, filha do rei e herdeira do reino de Jerusalém”, é mencionada à frente das testemunhas de um outro privilégio em homenagem à Abadia de Santa Maria de Josafat. Essas fórmulas de chancelaria não são utilizadas por acaso⁵. Demonstram de que maneira se processa a devolução do poder real, mesmo quando a herdeira é uma mulher e enquanto o rei, seu pai, está vivo: de fato é estabelecida uma espécie de partilha.

Balduíno II morre em Jerusalém a 21 de agosto de 1131. Quando sente suas forças abandonarem-no, ele manda que o transportem para a casa do patriarca de Jerusalém, contígua ao Santo Sepulcro, “pois ele queria morrer perto desse lugar. Chamou para perto de si sua filha mais velha, Melisenda, e seu genro Folque d’Anjou e deu-lhes sua bênção. Depois, disse que queria morrer pobre para a honra de seu Salvador que, para ele e para os outros cristãos, havia sido pobre nesse mundo; imediatamente abandonou os trajes e outras coisas pertencentes a um rei e vestiu um hábito religioso e tornou-se cônego de acordo com as regras da Ordem do Santo Sepulcro... Nobres e plebeus fizeram luto fechado como se deve fazer para um rei probo quando ele morre”. Deve-se dar aqui ao termo “probo” toda a sua força: implica sensatez, equidade, espírito cavalheiresco.

Quando, no momento de sua morte, o rei chamou sua filha e seu genro para junto de si, o filho deles também estava presente. Trata-se do pequeno Balduíno que não tem nem dois anos, tendo nascido numa data que não conhecemos com precisão, certamente antes de agosto de 1130. É aos três que o rei, em presença do patriarca, entrega o cuidado do reino e dá plenos poderes. Os historiadores surpreende-

5. O historiador do reinado de Melisenda, Hans Eberhard Mayer, mostrou sua importância.

ram-se com uma disposição que a seu ver era um golpe ao poder de Folque. A coisa não parece ter sido entendida dessa maneira pelas pessoas que o cercavam: a transmissão do poder à linhagem, ao conjunto formado pelo casal e pelo futuro herdeiro, está totalmente de acordo com os costumes feudais, para os quais o que importa é a estrutura familiar. Estamos longe de qualquer espírito monárquico.

Alguns dias depois, a 14 de setembro de 1131, Folque e Melisenda são coroados juntos na Igreja do Santo Sepulcro — cuja construção ainda não está concluída —, e começam seu reinado.

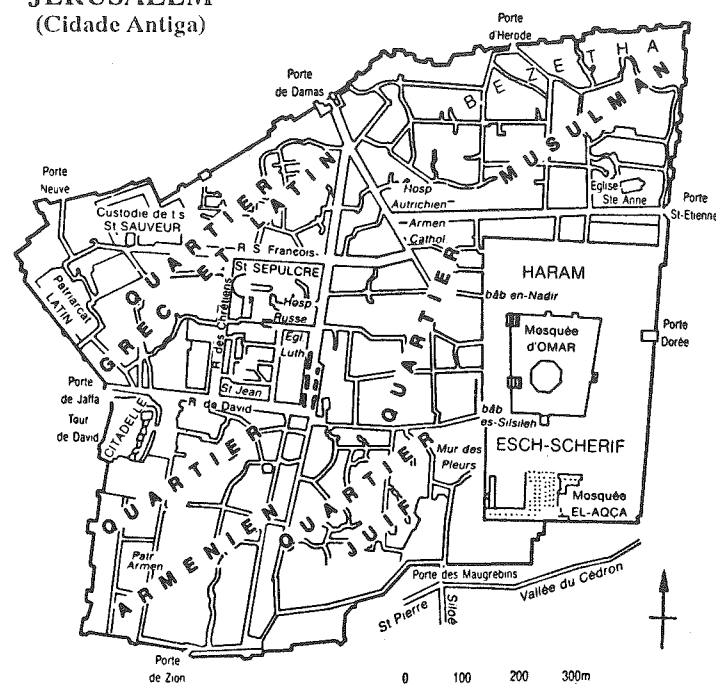
O lugar das mulheres revelado pelos atos jurídicos

A igualdade entre o rei e a rainha também se revela entre seus súditos homens e mulheres, como demonstram mais uma vez esses documentos jurídicos que ressuscitam o dia-a-dia no reino. Em 1138, por exemplo, vemos Folque e Melisenda, juntos, com seu filho Balduíno, conceder ao capítulo do Santo Sepulcro dez casas em Jerusalém, uma das quais está ocupada por uma mulher chamada Mabília: “domum Mabilie”. Algum tempo depois, a irmã de Melisenda, Hodierna, com seu esposo Raimundo II de Trípoli e seu filho Raimundo (tem naquele momento três anos no máximo), confirmam a compra por uma das cônegas, chamada Vulgrin, de um certo Guilherme de Sira, de uma casa situada em Trípoli, pela soma de 81 besantes de ouro. Alguns detalhes são acrescentados relativos a uma estrebaria e a um cercado abobadado.

São inúmeras as transações: atos de venda, arrendamentos, transferências, ou vários tipos de cessão de casas situadas em Jerusalém ou nos arredores próximos, nos quais as mulheres aparecem. A Mabília que ocupa uma das casas concedidas por Folque e Melisenda talvez seja a mesma de que se fala seis anos antes e que é co-irmã do Santo Sepulcro. Legara então, para o repouso da alma de seu esposo e de seu filho e porque seu estado de saúde a incitava a isso, sua casa e seu jardim por uma soma de 170 besantes. As cônegas do Santo Sepulcro haviam mandado fechar o jardim e limpar a cisterna (custo: 40 besantes) e haviam se comprometido a lhe fornecer até a morte sua

alimentação diária. Estava especificado que Mabília receberia todos os dias das cômegas um pão e a metade de um litro de vinho (*litra*, que traduzimos aqui por litro, significa uma porção cotidiana), e também uma tigela de um prato quente. Ela tivera o cuidado de assinalar que, nos domingos e feriados, ela teria direito a um prato de carne e da comida preparada para as cômegas. Essa Mabília garantiria portanto, por uma espécie de venda vitalícia, os víveres e a proteção da casa, por intermédio do que as cômegas do Santo Sepulcro se transformavam em suas herdeiras; e o rei e a rainha teriam dessa maneira confirmado em 1138 a posse de sua casa, ao mesmo tempo em que outros bens que lhes pertenciam (33). Mais tarde ainda, o rei Amauri devia mencionar a casa de Mabília (135) entre os bens do Santo Sepulcro em 1164.

JERUSALÉM (Cidade Antiga)



Isso nos evoca de passagem as associações que se criaram na Cidade Santa após a conquista: o capítulo, ou seja, as cômegas que assistem o patriarca e garantem o culto; em torno deles, a Ordem do Santo Sepulcro, consagrada à defesa dos Lugares Santos, e também os confrades e co-irmãs, unidos à ordem por um laço espiritual (participação da liturgia e das preces) e muitas vezes temporal como no caso de Mabília.

Aqueles ou aquelas que entram para a fraternidade quase sempre doam, nessa oportunidade, um bem fundiário, casa ou casal, cujo usufruto é reservado a eles e que caberá ao capítulo após sua morte. Assim procedem Balduino Roux e sua mulher Artemília, que doam metade de sua casa e que participarão a partir de então das preces e dos benefícios espirituais da fraternidade. Essa casa se situa perto de São João, posse do Hospital, cuja igreja (reconstruída) existe ainda hoje. Trata-se de um costume comum da igreja do Oriente e do Ocidente, mas ela adquire uma importância particular em Jerusalém.

A presença da mulher e dos filhos atestada nesses atos revela bem uma instalação durável depois de uma peregrinação. Desse modo essa Alois ou Heloísa que, com seu marido Girard e seus filhos Rogério, Albuíno, Marco e Amelina, vende duas lojas ao Santo Sepulcro, cada uma delas com um andar qualificado de *solarium* — um terraço, cujos limites são bem determinados: a leste a rua, a oeste o pátio do Santo Sepulcro, ao sul a casa de Miguel, ao norte a casa de um certo Guisle de São Abraão. Essa venda acontece no ano de 1155 (116); talvez a família pretenda adquirir com os 170 besantes que consegue uma outra loja, ou ainda mudar o lugar de residência?

Faz parte da fraternidade um outro casal, Bernardo Berrichon e sua mulher Havoise. Juntos, eles fizeram inúmeras transações com as cômegas do Santo Sepulcro, mostrando que também eles haviam se instalado em Jerusalém. O nome Berrichon implica que Bernardo vem do centro da França — ele é também chamado de Bernardo de Bourges ou de Châteauroux. A princípio, vê-se-os venderem no Santo Sepulcro sua casa “situada dentro dos muros de Jerusalém”, precisam, por uma soma de 200 besantes. Ela é localizada entre uma casa já pertencente às cômegas, que foi a de Guilherme, o Drogman — ou seja, o intermediário ou o intérprete —, a igreja São Cáriton, a rua (a

via pública) e a casa de um certo Teodoro. Entre as testemunhas do ato, vários são ourives. Talvez Bernardo e eventualmente sua mulher exercessem essa profissão (70)? Antes desse ato, redigido em 1135, Bernardo e Havoise haviam comprado, provavelmente no final de 1124, uma casa de Jorge Raïs por 80 besantes (95), que devia situar-se próxima da torre de Davi, onde o clérigo Ogier menciona a lavração do ato.

O casal entrou para a Fraternidade do Santo Sepulcro por volta de 1130 e concluiu um arranjo com o capítulo, dando sua casa às cónegas, assim como uma terra próxima da Porta Santo Estêvão, ao mesmo tempo em que se reservavam seu usufruto. Bernardo e Havoise recebiam todo ano, como sinal de sua participação nos bens da Igreja do Santo Sepulcro, uma jarra de vinho e pão três vezes por ano: no Natal, na Páscoa e no dia de Jerusalém. Vemo-los fazerem uma segunda transação com o prior do Santo Sepulcro, Pedro, e o capítulo, pela qual o casal obtém a concessão de uma casa com uma loja, da qual se deduz apenas dois cômodos e as estrebarias em proveito de um tal de Lamberto de Ptolomeu (de Acre) e de sua esposa. Mais uma vez alguns ourives são testemunhas desse ato, um chamado Humberto, o outro Bernardo; uma terceira testemunha, Roberto, é cozinheiro.

A casa que é objeto do primeiro ato (70) terá em 1135 um destino bem preciso. O Capítulo do Santo Sepulcro vende-a a uma tal de Petronila, que se menciona como húngara, para transformá-la num asilo destinado aos peregrinos vindos da Hungria. Ao mesmo tempo, as cónegas vendem-lhe a casa contígua de Guilherme, o intérprete. Petronila, anteriormente pensionista do Santo Sepulcro e que recebia quatro prebendas, vai, a partir de então, contentar-se com duas, a de um cônego e de um servidor do refeitório do Santo Sepulcro. O ato é lavrado diante de várias testemunhas, entre outros o prior da Ordem do Templo, o do Mosteiro de Monte Sião, Raimundo, o mestre do Hospital, um certo Cosmas sobre o qual se menciona que se trata de um eremita húngaro e um outro arquidiácono, igualmente húngaro, chamado Simeão. Petronila pagou 440 besantes por essa compra destinada a seus compatriotas (101).

Há os que vendem, os que comprem e também os que constroem. Desse modo, o prior do Santo Sepulcro concede a um tal de

André, cuja mulher se chama Hosana, o direito de construir uma casa numa terra pertencente à Igreja, dentro das muralhas de Jerusalém. Um de seus lados é contíguo à própria casa dos cônegos do Santo Sepulcro, o outro à casa do Hospital que outrora pertencia a uma mulher chamada Garcia e o outro, ainda, à casa de um certo Roberto Galatin. Hosana e André pagarão todo ano um foro de 11 besantes. Cada um dos membros do casal compromete-se a continuar a pagar esse foro se o outro morrer, o que significa que ambos têm a intenção de residir ali até sua morte. Embaixo das escadas, especifica-se, encontra-se a cisterna dos cônegos do Santo Sepulcro, e o casal terá o direito de dela tirar água para suas necessidades diárias.

São também citados Açad e sua mulher, Bela, que venderam sua casa situada na Maomeria, portanto no bairro muçulmano, a Nicolau e sua mulher Pôncia. Ou uma certa Ermelina que vendeu a sua, ainda na Maomeria, ao prior do Santo Sepulcro, Pedro (128). Entre as casas das quais o capítulo recebe um foro — um aluguel —, muitas são habitadas por mulheres: desse modo Maria Lachevere no bairro de Monte Sião ou a dama Goda no bairro do Templo. Menciona-se igualmente na enumeração a casa que a esposa de Pedro da Espanha, que pertencia à confraternidade e que morreu em Acre, legou ao capítulo, casa situada em Jerusalém, na rua da Marechalaria ou rua Santa Anastácia.

Às vezes os atos revelam longas transações, decisões sucessivas, se necessário contraditórias, e até obscuras querelas familiares. Desse modo, Maria de São Lázaro, cujo primeiro marido, chamado Pedro, era um confrade do Santo Sepulcro. Fora combinado que, após a sua morte, o feudo seria entregue à sua viúva e que sua filha, então menor, o herdaria quando de seu casamento. Quando esta cresceu, oferecem-lhe como esposo um assíduo da Igreja do Santo Sepulcro, também chamado Pedro. Mas sua mãe não quer ouvir falar nisso. Ela não pretende aceitar o genro, nem tampouco renunciar ao feudo. Mandam que mãe e filha compareçam diante do patriarca, do convento, dos tutores e de outras testemunhas. Ali, a moça declara que por nada no mundo ela quer aquele esposo e que preferia “ir embora e mendigar seu pão”. Finalmente, como Maria casa em segundas núpcias com um tal de Rogério, o capítulo deixa-lhe o Feudo de São

Lázaro por toda a vida e, como o novo casal tem um filho, promete a este após a morte dos pais víveres e roupas (65).

A moça, por sua vez, vai se casar segundo a sua vontade com um tal de Bernardo, e Maria de São Lázaro deve ter acabado por aceitar esse segundo genro, pois, após ter recusado o dote de 100 besantes à sua filha, o enxoval e o usufruto de um vinhedo que seu pai plantara, confirma-lhe um outro legado: um quarto de uma casa situada na praça do Templo em Jerusalém e, no caso de ela perder o filho de seu segundo casamento, um segundo quarto dessa mesma casa (102). Isso acontece no ano de 1135, e cerca de 20 anos depois, em 1153, é novamente mencionado o caso da moradia de Maria e Rogério de São Lázaro que é vendida a um tal de Benscelino e à sua mulher Goda.

As extravagâncias de Alice

Voltaremos a encontrar dentro da própria família real um conflito de sucessão semelhante. É, de certa forma, a contrapartida da autonomia de que então usufruem as mulheres, o mau uso que fazem dela. A irmã de Melisenda, Alice, segunda filha de Balduíno, desposara em 1126 o jovem Boemundo II, filho do famoso Boemundo de Tarento, que conseguira tomar Antióquia em 1098. Depois de ter passado sua juventude na Itália, Boemundo II apresentara-se em 1126 em Antióquia, onde o rei Balduíno II se apressara em entregar-lhe o feudo que lhe era devido por herança. As crônicas da época fazem um elogio entusiasta desse rapaz, ainda com menos de 18 anos e cavaleiro consumado: “Alto, íntegro e muito belo, seus cabelos eram loiros e tinha um rosto doce e gracioso muito bem feito. Entre todas as outras pessoas, nele se reconhecia um senhor.” E, por sua vez, o cronista Mateus de Edessa declara: “Sua ascendência era irresistível.”

O normando belo e louro casou-se com a jovem Alice, e os habitantes de Antióquia acolheram com alegria as promessas que esse casamento proporcionava. “Os da terra ficaram felizes, pois achavam que o rei amaria mais o seu país e os socorreria com mais boa vontade em suas necessidades.” Infelizmente, Boemundo foi assassinado em

fevereiro de 1130, no combate chamado de Prado das Palhas, após um reinado curto demais de menos de quatro anos — sua morte foi uma “verdadeira catástrofe para Antióquia e para a Síria franca”. O emir da Capadócia, Ghazi, num encontro bastante insólito, reconheceu sua cabeça entre as dos mortos no campo de batalha, mandou que a recolhessem e enviou-a, com vários outros presentes, ao califa de Bagdá.

Ora, a princesa Alice tivera, com seu belo esposo, uma filha chamada Constância: era ela que, por direito, receberia a herança paterna. Alice não conseguiu suportar a idéia de ser um dia deserdada pela filha. Teve um reflexo assombroso: dirigiu-se a Zengi, o emir de Alepo, e “informou-lhe por carta e através de um mensageiro que o ajudaria a conservar a terra de Antióquia. Pois ela sabia que, se ele quisesse, ninguém a tiraria à força e que ela a conservaria apesar de todos os barões do país”. Um mensageiro, montado num cavalo nobre, ferrado de prata, enfeitado com uma esplêndida sela de prata e de brocado branco, pegou a estrada de Alepo para ir intervir junto ao chefe muçulmano mais temível da região. Ora, o mensageiro foi detido no meio do caminho e levado diante do rei — então Balduíno II — que mandou enforcá-lo imediatamente.

Alice perdeu a cabeça e deu a ordem de fecharem as portas de Antióquia diante dos exércitos de seu pai e dos barões convocados para ir reapoderar-se da cidade ameaçada. Ela tentara, através de doações e muita generosidade, criar para si um partido na cidade. Porém seu comportamento só fizera levantar a indignação da maioria dos habitantes. As portas foram abertas sem maiores dificuldades à chegada do rei, enquanto Alice se entrincheirava numa das torres.

É possível imaginar então os sentimentos de Balduíno II. Entremetidos alguns dos habitantes mais notáveis intervieram junto ao pai e à filha, e Alice aceitou jogar-se aos pés de Balduíno. “Ela ajoelhou-se diante dele, pediu-lhe perdão, prometeu-lhe que se comportaria em todos os detalhes como ele o desejasse.” Balduíno acalmou-se. Alice foi despojada de qualquer direito sobre a cidade de Antióquia, da qual ele próprio se declarou regente em nome de sua neta Constância, à qual os barões vieram jurar fidelidade. Depois enviou Alice para residir na praça marítima de Laodicéia (Latakiah),

que era seu feudo pessoal, entregue como herança por seu esposo Boemundo, da mesma forma que Jebel.

Alguns anos depois, após a morte de Balduino — reinavam então Folque e Melisenda —, Alice manifestou novamente suas ambições pessoais. Dessa feita, ela não cometeu um ato de traição tão enorme quanto dirigir-se a Zengi. Mas pôs-se a tramar várias combinações para voltar de Latakieh a Antióquia garantindo para si o apoio de alguns barões complacentes, entre outros Guilherme, castelão da fortaleza de Saône (Sahyun), a cerca de apenas 25 quilômetros da residência de Alice. O conde de Edessa, Jocelino II, também ouviu com complacência as propostas que lhe eram feitas pela princesa herdeira. Finalmente, ela conseguiu colocar Pons, o conde de Trípoli, em seu jogo. O apoio dos três poderosos senhores era de natureza a permitir-lhe restaurar seu próprio poder em Antióquia. Os outros barões da cidade compreenderam-no e informaram ao rei de Jerusalém o complô que se preparava.

Folque pegou em armas imediatamente; os direitos da herdeira legítima, a pequena Constância, do qual era suserano, estavam novamente em jogo. Ora, ele próprio e seu exército mal haviam ultrapassado Beirute quando viu sua passagem ser recusada nas fronteiras do Condado de Trípoli. Era um insulto grave por parte de um vassalo (além do mais, seu cunhado, pois Pons de Trípoli desposara sua irmã, Cecília d'Anjou). No entanto, com sensatez, Folque não insistiu; mantendo a seu lado apenas um companheiro, Anseau de Brie, embarcou em Beirute para o porto de São Simeão, que servia Antióquia. Quando chegou, foi recebido com grandes demonstrações de alegria pelos habitantes da cidade que “colocaram a eles e a todas as suas terras nas suas mãos para proteger a pequena senhorita que era herdeira delas”.

Nesse momento, Pons de Trípoli faz eclodir uma revolta aberta, entrincheirando-se nas duas fortalezas que lhe pertenciam no principado de Antióquia, uma chamada Châtel-Rouge e a outra Arzeghan. O rei “reuniu as pessoas da região e partiu para ir combater o conde de Trípoli”. Venceu-os facilmente, a ponto de Pons dever sua salvação exclusivamente à fuga, enquanto os cavaleiros que o haviam seguido foram feitos prisioneiros e levados pelo rei a Antióquia.

Seguiram-se negociações, e os prisioneiros foram libertados, enquanto era restabelecida a paz entre o conde Pons e o rei Folque. Porém, este permaneceu por algum tempo em Antióquia para garantir a segurança da cidade e de seu território. “Ele organizou muito bem os negócios da cidade. Fez com que as fortalezas fossem guarnecidas, cada qual segundo seu direito, apaziguou as disputas e os rancores da região. Desse modo, não deixou pendente qualquer negócio de onde pudesse sair guerra... Conquistou a benevolência e o amor de todos.” Finalmente, deixou Antióquia após tê-la colocado nas mãos do condestável Reinaldo Masoier.

O amigo de infância e o marido ciumento

Pouco tempo depois, a vida conjugal do rei e da rainha passou por uma crise dramática. Um primo de Melisenda, Hugo do Puiset, jovem cavaleiro da melhor extração, freqüentava o círculo próximo da rainha. Desde a juventude, era um dos companheiros preferidos de Melisenda. “Sensato e bem falante, robusto de corpo e bem apessoado, seu rosto era claro e corado, um cavaleiro orgulhoso e ousado, cortês e generoso com todos os homens segundo a valentia do século.” Ele tivera uma vida conjugal difícil com Emelot, uma viúva que tinha dois filhos pouco mais jovens do que ele. Hugo, que herdara de seu pai o feudo de Jaffa, era um tanto invejado pelos seus enteados. Eles próprios haviam herdado do pai deles, Eustáquio Garnier, o primeiro — Geraldo — o feudo de Sidon, e o outro — Gualter — o de Cesaréia.

O arcebispo Guilherme de Tiro, a quem devemos a melhor história daquele tempo, da qual foi testemunha, escreve: “Não era assombroso Hugo ser mais próximo da rainha do que os outros, mas muitas pessoas pensaram mal disso.” Entre os últimos, Folque, provavelmente atormentado pelos seus 40 anos diante da juventude de sua esposa, revelava ter ciúmes do jovem e belo cavaleiro. Hugo não parecia dar importância ao fato, o que só fazia o ciúmes de Folque exasperar-se. A corte de Jerusalém não tardou a dividir-se entre os partidários de um e de outro, ainda mais porque os filhos do primeiro casamento de Emelot eram abertamente hostis a seu padrasto jovem

demais. Hugo do Puiset procurou apoio. O senhor do Além-Jordão, Romano do Puy, mostrou-se interessado em seu caso, e logo estabeleceu-se na corte um verdadeiro clima de complô.

Mais cedo ou mais tarde, o drama teria de eclodir. O que aconteceu por iniciativa de Gualter de Cesaréia, enteado de Hugo. Um dia, quando de uma assembléia de prelados e barões, ele tomou a palavra e acusou Hugo do Puiset em público de traição: "Gualter avançou diante do rei e dos barões e disse: 'Dignos senhores, ouvi-me! Asseguro que Hugo, o conde de Jaffa, jurou perseguir a morte de seu senhor, o rei, traidor que é. E se for ousado o suficiente para negá-lo, mostrarei a ele a verdade enfrentando-o num duelo.' Então, ele estendeu sua garantia." Ao ouvir aquilo, o conde Hugo foi até ele e disse que "Era uma mentira", desafio dramático lançado em plena corte real e que obrigava os dois adversários, o filho de Emelot e seu marido, a confrontar-se em duelo.

Como de hábito nesses casos, foi dado um prazo e marcada uma data para o duelo judiciário, processo ainda usado na época, que seria abolido por São Luís no século seguinte. Hugo achou preferível voltar a Jaffa. Ora, na data marcada, ele não apareceu. Fuga? Encontrava-se na situação de um Lancelote, que jurara em falso para não trair a honra da rainha Guenevere? Contudo, era um erro grave recusar-se a comparecer nesses casos. O conselho do rei reunido constatou que um dos cavaleiros não comparecera e declarou-o culpado de traição, pois sua ausência parecia acusá-lo.

Quando lhe contaram o julgamento da corte, Hugo do Puiset perdeu a cabeça. Foi colocar-se sob a proteção do sultão do Egito na cidade de Ascalon, que continuava entre as mãos dos muçulmanos; ao fazer isso, tornava-se de fato culpado de traição. Encantados com a oportunidade, os egípcios começaram a pilhar o campo ao redor de Jaffa até a região de Arsuf. Porém, os partidários de Hugo, ultrajados por seu comportamento, abandonaram-no e juntaram-se ao exército real que marchava rumo a Jaffa. Ao ver-se totalmente isolado, Hugo viu-se diante de um único recurso: ir implorar o perdão do rei. Foi o que fez.

O patriarca de Jerusalém, que era então Guilherme de Messina, homem de paz, não teve dificuldade para explicar a Folque e ao seu círculo o efeito desastroso de qualquer desentendimento entre francos, num país onde o inimigo estava por toda a parte e só poderia rejubilar-se com aquelas querelas internas. E, de fato, enquanto o exército real estava se dirigindo para Jaffa, o atabeg de Damasco tratou de tomar a fortaleza de Banyas, no outro canto do reino, dos francos. Decidiu-se em conselho exilar Hugo do Puiset por três anos, o que deixava tempo para que as rivalidades e os rancores se apaziguassem; em seguida ele poderia voltar à Síria "por graça do rei".

Depois disso, Hugo do Puiset, cuja natureza devia ser um tanto despreocupada, voltou a Jerusalém para aguardar a partida de um navio para a Itália. Passara sua infância ali. Nascera na região da Apúlia, quando de uma peregrinação de seus pais. Como os últimos hesitassem em impor a um recém-nascido os acasos da vida na Palestina, confiaram-no a Boemundo II de Tarento, futuro príncipe de Antióquia. Hugo portanto aguardava a sua partida, quando uma noite, no bazar dos peleteiros, enquanto, muito tranqüilo, jogava dados, confiante na palavra do rei, foi agredido por um cavaleiro bretão, que o deixou moribundo: "Prestou muita atenção para que o conde estivesse absorvido em seu jogo; então tirou a espada e atingiu-o na cabeça; em seguida, de uma estocada, traspassou-lhe o corpo em vários lugares; provocou-lhe grandes ferimentos."

Comoção violenta em Jerusalém. O rei teria faltado à sua palavra e tentado executar seu rival? "Grandes boatos brotaram por toda a cidade muito depressa, e todos acorreram a ela. E a cidade ficou muito perturbada." Faziam-se acusações simplistas: "Correram boatos de que o rei ordenara aquele assassinato. Pois aquele cavaleiro (o bretão) não teria sido tão ousado em empreender aquilo se não tivesse o consentimento do rei. A plebe começou a desculpar o conde e disse que ele nunca cometera o erro de que o acusavam, mas que o rei o odiava por ciúmes."

Era grave, ainda mais grave porque as simpatias da multidão voltavam-se para Hugo do Puiset, bem conhecido em terras sírias, enquanto, afinal de contas, o rei Folque era um "estrangeiro". Na realidade, ele nada tinha a ver com o assassinato. E o cavaleiro bretão

agira assim por iniciativa própria, porque ficara escandalizado com a aliança do conde de Jaffa com os exércitos egípcios.

O rei Folque agiu com prontidão, reunindo imediatamente seu conselho e ordenando o julgamento do assassino. Este foi torturado com atrocidade, seus membros cortados uns após os outros e jurou até a morte que agira sozinho, que o rei nada tinha a ver com o caso. “Ele fizera tudo por conta própria, sem conselho de ninguém.” Pelo menos esse julgamento enérgico e sem piedade conseguiu isentar o rei Folque de qualquer suspeita e resgatar sua popularidade.

Ora, ao contrário de todas as previsões, Hugo do Puiset sobreviveu aos ferimentos. Compreendeu que daquele momento em diante sua presença na Palestina era indesejável e retirou-se para a Itália, onde o rei Rogério II da Sicília doou-lhe o condado de Gargano — presente ainda mais bem-vindo, pois as rendas de seu condado de Jaffa haviam sido confiscadas para pagar as dívidas que ele deixava. Aliás, o belo cavaleiro não teria tempo para envelhecer. Talvez meditasse em ir encontrar a rainha Melisenda quando morreu subitamente na Itália.

Podia-se temer tudo das reações de Melisenda. Ela perdera o belo cavaleiro servidor que fora o companheiro de sua juventude. E como dizem os cronistas da época, “o conde morrera longe de seu país por ela”. Melisenda era uma semilevantina de paixões violentas: se Alice apelara outrora para os turcos para saciar sua sede de poder, o que se poderia esperar de sua irmã mais velha? Parece que o próprio rei Folque temeu por sua vida. Porém, sobretudo, a rainha passou a perseguir com um ódio mortal todos aqueles que haviam tomado partido contra Hugo do Puiset, entre outros o conde Roaldo de Naplusa, que não ousava mais aparecer diante da rainha, nem mesmo sair entre a multidão, onde temia ser vítima de uma punhalada.

Com o tempo, no entanto, a cólera da rainha foi se apagando. O rei insistia em agradar a sua jovem mulher, e esta logo sentiu que seu poder pessoal realmente aumentara. Como escreve Guilherme de Tiro, o rei “decidia todos os casos do reino a partir de seus conselhos e depois de se informar sobre a vontade da rainha, jamais participou de qualquer reunião, mesmo pequena, sem ela”.

O feudo de uma criança e a ambição de uma mãe

Houve um caso, no entanto, em que a rainha Melisenda foi mantida afastada numa decisão do rei Folque. Este conhecia bem demais o temperamento da família, demonstrado pelas quatro filhas de Balduíno quando seu poder estava em jogo, para não esconder com cuidado seus projetos relativos à pequena Constância de Antióquia, sua pupila. A mãe de Constância, de fato, continuava a se agitar em seu feudo de Latakiah e apelava para a influência de sua irmã mais velha para obter a permissão de voltar a Antióquia. Como Melisenda insistisse nesse ponto, Folque acabou por consentir. E, como escreve Guilherme de Tiro, “nisso a dama agiu e ordenou o que quis, conduzindo a cidade inteira de acordo com sua vontade”.

Ora, em 1135, o patriarca de Antióquia, Bernardo de Valença, morria, após ter dirigido durante 36 anos o mundo eclesiástico daquela cidade famosa — onde, dizem-nos os Atos dos Apóstolos, os adeptos do Evangelho tinham, pela primeira vez, recebido o nome de cristãos. Bernardo ocupara esse posto desde a conquista da Terra Santa. Depois da sua morte, os prelados haviam se reunido para eleger um novo patriarca, quando um tal de Raul, arcebispo de Mamistra e originário de Domfront, passou por cima de sua vontade e, com o apoio popular que conseguira, considerou-se eleito e apoderou-se literalmente do patriarcado. Em seguida, revelou-se brutal e autoritário, mandando aprisionar os cônegos que não lhe agradavam e cercando-se de uma escolta de homens armados. De tal forma que, como escreve ainda Guilherme de Tiro, “parecia que ele não era o patriarca, mas o príncipe de Antióquia”.

Nele a princesa Alice reconheceu, se é possível dizer, um homem da mesma tempera que ela, com ambições equivalentes. Raul de Domfront, por sua vez, logo percebeu que, se manobrasse Alice, poderia agir à vontade. Quanto aos barões do país, não tardaram a compreender que era urgente encontrar um verdadeiro senhor para o principado de Antióquia. A pequena Constância tinha então apenas oito ou nove anos, mas, proporcionando-lhe de imediato um esposo, seria possível acabar com as maquinacões sempre imprevisíveis de sua mãe — agora apoiada pelo poder eclesiástico.

Os barões reuniram-se em segredo absoluto e pediram para que o rei os recebesse. "Perguntaram-lhe que barão poderia desposar sua donzela e receber o domínio das terras tão belas que ela possuía; fizeram questão de dizer-lhe que eles confiavam muito em seu bom senso e em sua lealdade e que seguiriam em tudo seus conselhos. O rei acolheu suas palavras de bom grado e pareceu-lhe que eles lhe estavam prestando uma grande homenagem. Então começou a citar os nomes dos barões das terras além das montanhas até a Inglaterra. E expunha-lhes as linhagens e as relações como se os conhecesse a todos." Finalmente, a escolha dos reunidos recaiu sobre o filho do conde de Poitiers, Guilherme IX, o do meio, chamado Raimundo. Ele nascera no próprio ano da tomada de Jerusalém, em 1099, e tinha portanto pouco mais de 30 anos. Encontrava-se então na corte do rei da Inglaterra, Henrique Beauclerc, que o armara cavaleiro; em suma, era representante da França do Norte, da Aquitânia e da Inglaterra.

Ainda em segredo absoluto, o rei Folque e seus barões fizeram seu plano de campanha. Tratava-se de ir pedir a opinião de Raimundo de Poitiers sem despertar as suspeitas da princesa Alice. Depois de refletir, ao invés de lhe mandarem uma escolta, eles contentaram-se em enviar-lhe um único homem de confiança, um cavaleiro do Hospital, Geraldo Jéberon. Este — que poderia ter mil outras razões oficiais para ir ao Ocidente — chegou até a Inglaterra, à corte do rei Henrique Beauclerc, e revelou a Raimundo de Poitiers a missão da qual fora encarregado, registrada em cartas seladas com o lacre do rei Folque de Jerusalém. O jovem aceitou a oferta passavelmente romanesca que lhe faziam de ir até a Terra Santa para desposar a herdeira do principado de Antióquia.

Ora, assim que Raimundo partiu por mar, a notícia espalhou-se, apesar do segredo em que era mantida. Chegou até os ouvidos de Rogério II da Sicília. Este era, por parte de pai, primo do famoso Boemundo que outrora se apoderara de Antióquia. Por isso, ele tinha com relação a esse principado objetivos bem claros, embora seus direitos fossem, evidentemente, menores do que os da pequena Constância, neta de fato de Boemundo. Pela primeira vez, achou que seria viável satisfazer suas ambições. De fato, sua mãe, a condessa Adelaide da Sicília, fora pedida em casamento pelo rei de Jerusalém,

Balduíno I, quando ele repudiara, em 1113, sua primeira mulher, a armênia Arda, cujo comportamento dava azo a suspeitas.

A condessa Adelaide partira de imediato, por mar, para a Palestina, com grande séquito; os cronistas descreveram sua entrada deslumbrante no porto de São João de Acre, diante de uma verdadeira armada de aparato. Ela própria pontificava a bordo de uma nave cujo mastro havia sido inteiramente recoberto de ouro e cuja proa era incrustada de ouro e de prata; o navio acompanhante, tão brilhante quanto o primeiro, levava a bordo os 500 guerreiros de elite da guarda pessoal da rainha, arqueiros árabes envergando albornozes brancos, resplandecentes sob o sol de agosto. Sete outros barcos escoltavam-nos, trazendo os tesouros pessoais da rainha da Sicília. O cronista não fornece mais detalhes, contentando-se em nos dizer que estavam carregados de ouro, de prata, de púrpura, de pedrarias, de tecidos preciosos e de armaduras cintilantes. Para não ser considerado de categoria mais baixa, o rei Balduíno aguardava-a com toda a sua pompa real, cercado por seus parentes e pajens, com cavalos e mulas revestidos de carapaças de púrpura e de ouro, ao som de trombetas e em meio ao tumulto alegre da multidão que acorrera ao chamado dos campanários da cidade; as ruas estavam atapetadas de tecidos nobres e tapeçarias de todas as cores, recobertas de ervas cheirosas. Todos sabiam o que significaria para o pequeno reino de Jerusalém a contribuição dos normandos da Sicília; e o filho de Adelaide, Rogério II, alimentava grandes esperanças, pois fora estipulado que, se Balduíno e Adelaide não tivessem filhos, caberia a ele a coroa de Jerusalém.

Porém, o papa então se opusera com energia àquele casamento, pois a mulher de Balduíno, Arda, ainda era viva; e Rogério assistira à decepção de seus desejos. Quando, alguns anos depois, ele tomou conhecimento dos projetos de casamento entre a herdeira de Antióquia e Raimundo de Poitiers e da chegada do último, deu ordens, em cada um dos portos do reino das Duas Sicílias, de deter Raimundo caso ele ali aparecesse.

A continuação da história tem algo de romance policial e de teatro burlesco. "Raimundo, que era sensato e sagaz, soube que o espreitavam e soube se esconder bem. Para escapar melhor, seu séquito inteiro se espalhou. Uns viajavam dois dias antes dele, outros,

três. Os terceiros, após um grande intervalo de tempo. Ele caminhava ora vestido com toda a pobreza, ora levava um carregamento numa mula, como um auxiliar de comerciante. Outras vezes a cavalo, ou como um pobre peregrino. E, dessa maneira escapou aos espiões que o duque Rogério havia designado para pegá-lo.”

Essa travessia movimentada acabou levando-o até Antióquia. Ali, ele revelou sua identidade aos barões, entre os quais alguns o receberam “com muita alegria”, enquanto os outros, partidários da princesa Alice, ficaram muito embaraçados. Raimundo logo compreendeu que dois poderes dirigiam a cidade: o de Alice e o do patriarca Raul de Domfront. Era evidente que seria mais fácil conquistar o último para seu jogo. Raimundo de Poitiers soube escolher emissários que deram a entender discretamente ao patriarca que o futuro príncipe de Antióquia estava pronto para concluir com ele um pacto para uma espécie de partilha do poder. Raul quis prestar-lhe uma “homenagem de enfeudado”, o conde tornando-se assim o “homem” do patriarca: Raimundo jurou tudo o que ele quis. Raul teve então a idéia de ir até a princesa Alice para anunciar-lhe que o belo cavaleiro recém-chegado em Antióquia aspirava a tornar-se seu esposo. “Esta ficou muito contente.” Esse casamento romanesco, que consagraria seu poder, só poderia satisfazer seus desejos. Entrando no jogo, Raimundo nada negligenciou para manter as ilusões de Alice.

Um certo dia, a princesa aguardava-o, quando ouviu o dobre dos sinos; soube dessa maneira que Raimundo estava celebrando suas núpcias com a jovem Constância, sob a égide do patriarca Raul de Domfront! Furiosa e humilhada, ela voltou a seu feudo de Latakieh: o poder escapara-lhe. Quanto a Raul de Domfront, que a traíra após ter sido seu cúmplice, sua dedicação a Raimundo de Poitiers não foi muito bem-sucedida, pois o príncipe de Antióquia esqueceu bem depressa a homenagem que ele lhe prestara para alcançar seus objetivos; após várias desventuras (ele negligenciara pedir a aprovação de sua eleição ao papa de Roma!), ele foi deposto e substituído por outro clérigo, Aimery de Limoges, até então diácono do capítulo.

Não se sabe a opinião da rainha Melisenda, que tanto apoiara sua irmã, a respeito dessa aventura. Parece, no entanto que ela aceitou

o casamento de sua sobrinha Constância com o cavaleiro belo e jovem, que deveria, aliás, revelar-se um marido fiel para a mulher-criança.

A irmã mais nova torna-se abadessa

O destino de Melisenda e de suas três irmãs está vinculado ao da Síria franca. Vimos as tribulações de Alice, finalmente conformada em deixar o poder para sua filha Constância e seu genro. Sua segunda irmã, Hodierna, desposara Raimundo II de Trípoli, colocado em 1137 na liderança do condado pela morte de seu pai, Pons. Quanto à última, Ivete, visivelmente ocupou um lugar importante no coração de Melisenda.

Ela entrara no convento de religiosas de Santana de Jerusalém. Em 1138, é feita uma fundação, que o papa Celestino II deveria confirmar em seguida, a de uma abadia situada em Betânia (El-Azarieh), onde, de acordo com o Evangelho, encontrava-se a casa de Lázaro e de suas duas irmãs, Marta e Maria. Ali Melisenda mandou erigir, de acordo com a crônica, “uma torre alta e forte, para onde as religiosas poderiam se retirar caso fosse necessário (a região era exposta a assaltos vindos da Transjordânia). Depois, mandou construir uma bela igreja, um claustro, um capítulo, um dormitório e outras dependências, como as demais existentes para os religiosos. A grande dama doou com generosidade cálices e cruzes de ouro, incensórios de prata e lençóis de seda, casulas e fivelas e outros trajes ricos. Doou também rendas e terras em quantidade, de maneira que não houve naquele lugar um convento mais rico de homens e de mulheres, pois, entre as outras possessões que foram dadas àquela abadia, a rainha proporcionou-lhes um lugar que é renomado, rico e deleitável, na planície do Jordão, que se chama Jericó... Uma abadessa, já velha e religiosa, que conhecia bem sua ordem”, foi colocada na liderança da nova comunidade de Betânia; quando de sua morte, as religiosas elegeram Ivete como abadessa. “Desde então”, diz a crônica, “a rainha passou a gostar mais daquele lugar com o qual não estava acostumada.”

Anteriormente, a Igreja de Betânia pertencia aos cônegos do Santo Sepulcro. Melisenda e seu marido ofereceram-lhes em troca, as rendas da terra de Teqoa, a leste da estrada de Jerusalém a Hebron.

Isso lembra-nos a importância das ordens religiosas na vida do reino e as inúmeras doações que lhes eram feitas para ajudá-las a manter essa importância. Já evocamos a Ordem do Santo Sepulcro, vinculada à guarda dos Lugares Santos, e sua fraternidade. A Ordem de São Lázaro, cujo cartulário também possuímos, era encarregada dos leprosos. Essa ordem não tardou a receber vários donativos na Terra Santa. Menciona-se já em 1130 uma cisterna dada à casa dos leprosos de São Lázaro em Jerusalém por um monge armênio chamado Abraão; durante toda a sua vida, ele terá o direito de usá-la e, ademais, receberá da ordem víveres e roupas; após a sua morte, a cisterna pertenceria à ordem para sempre.

Em 1142, o rei Folque e a rainha Melisenda com seu filho Balduíno, mencionam uma outra doação feita à mesma casa por Balduíno de Cesaréia. Trata-se mais uma vez de uma cisterna, situada entre o Monte das Oliveiras e o que o ato chama de cisterna vermelha “na estrada que conduz ao rio Jordão”, acrescenta o próprio ato.

Quando de sua estada na Terra Santa, o rei Luís VII doa igualmente dez libras de renda anual à casa de Jerusalém; ao voltar à França em 1154, ele substitui essa renda pela receita das terras que ele possui num lugar ao qual ele chama de Ballivacum — talvez Boigny dans le Loiret —, com exceção dos bosques que nelas se encontram. No mesmo ano, a viscondessa de Tiberíade, Ermengarda, com a aprovação do seu filho Gualter e da sua filha Hodierna, doa à casa dos leprosos do mesmo local de Tiberíade duas charruadas de terra, assim como uma fazenda — atestando que a Ordem de São Lázaro lá também possui uma fundação. Da mesma forma, toda uma família se une na doação de Roberto e Inês de Franchieu, pois seus seis filhos estão ali enumerados: Amauri, Godofredo, Alberico, Guido e suas filhas Maxenda e Isabel; dão ao Convento de São Lázaro de Jerusalém sua vinha, contígua à vinha dos leprosos, isso na época do mestre Bartolomeu, no ano de 1153.

Outras doações mais importantes mencionam igualmente toda uma família. Assim o casal chamado Zaithar (Kharbet-Zeita), sobre o território de Naplusa, que não representa menos do que dez charruadas de terra; a família de Felipe de Naplusa doa-o aos leprosos, com testemunho da sua mulher Isabel, de sua mãe Estefânia, de seu filho Ranieri e de suas duas filhas, Helena e Estefânia, e até de seus dois irmãos, Guido e Henrique. Depois do sítio de Ascalon, a Ordem de São Lázaro também instala uma casa naquela cidade sob o magistério de Hugo de São Paulo; o irmão do rei de Jerusalém doa-lhes em 1155 um casal com terra e jardim cujo usufruto lhes garante. Há muitos leprosos na Terra Santa, e vemos a rainha Melisenda intervir para que sua casa de Jerusalém consiga manter um doente a mais em 1159. Na mesma data, Gofredo, o Torto, e sua esposa, Flandina, doam-lhe uma renda anual de 20 besantes, que depositarão no dia de Natal, ainda para a casa de Jerusalém.

A Ordem de São Lázaro contaria com altas personalidades, pois dela fazia parte Eustáquio, o irmão de Hugo de Cesaréia. Com o assentimento de sua esposa Isabel, ele dá à ordem, “por amor por seu irmão defunto”, um pomar e uma casa que haviam pertencido ao último. A dama de Beirute, Maria, acrescenta em 1154 à sua receita uma renda de dez besantes, de um casal, ainda para aquela casa de Jerusalém, que parece ter sido contígua às fortalezas da cidade. Às vezes operam-se retificações em seu proveito. Como a que Hugo de Ibelin faz a conselho de sua mulher Inês e de seus dois irmãos, Balduíno e Barisan. De fato ele ordenara a modificação das demarcações que delimitavam, no território de Ramlah, a terra dada outrora aos leprosos por seu avô Ranieri, e retomara o que se situava fora das demarcações para uso pessoal. Em 1169, ele renuncia a essas terras e doa-as todas. A casa dos leprosos de Jerusalém parece ter sobrevivido ao desastre de 1187, que fará Jerusalém tornar a cair sob a autoridade dos muçulmanos, e será objeto de novas doações no século XIII.

Aqui e ali aparecem também nos textos os atos da vida litúrgica em Jerusalém, como as procissões solenes que ocorrem na Cidade Sagrada nos dias das várias festas. Certo dia ocorreu uma alteração entre os cônegos do Santo Sepulcro e os monges do Mosteiro do Monte das Oliveiras. Os últimos proibiram que a procissão da Ascensão se detivesse em sua igreja, como era habitual. Por isso, deverão

pagar uma multa honrada ao Santo Sepulcro e, a partir de então, será decidido que o clero daquela igreja celebrará a missa em cada dia de festa, com procissão solene: dia da Purificação, no Templo; dia da Ascensão, no Monte das Oliveiras; de Pentecostes, no Monte Sião; da Ascensão da Virgem, no vale de Josafat.

Ainda veremos Melisenda intervir várias vezes nas relações entre as comunidades cristãs da Terra Santa. Entre outras coisas, deve-se-lhe o acordo entre o clero ocidental e o clero jacobita instalado em Jerusalém. A maioria dos membros desse clero desertara a cidade com a aproximação dos cruzados, pois provavelmente temia ver-se encerrada entre os ocupantes árabes e os recém-chegados. Duas aldeias que lhes pertenciam nos arredores, Adesia e Bait Arif, haviam sido outorgadas a um cavaleiro chamado Gauffier. Este foi feito prisioneiro pelos fatímidas quando dos combates do início do século, em 1103, e seu feudo foi recuperado pelo clero jacobita. Ora, para assombro geral, Gauffier voltaria são e salvo após 33 anos de prisão e reclamaria seus bens. Com a intervenção de Inácio, metropolita armênio de Jerusalém, Melisenda encarregou-se de indenizar o velho cavaleiro, e os bens continuaram pertencendo à Igreja jacobita.

A morte trágica do rei Folque

Parecia que, esquecidas as tempestades da juventude, o rei Folque e a rainha Melisenda conseguiriam terminar calmamente seu reinado comum, quando sobreveio o acidente inesperado de 10 de novembro de 1143. "O país estava em paz, o rei e a rainha passavam uma temporada na cidade de Acre. O inverno aproximava-se, e a estação a que chamamos de outono já passara. Um dia, a rainha quis ir passear fora da cidade, perto dela, num belíssimo lugar onde há fontes. O próprio rei, quando soube que a rainha queria ir até lá, disse que a acompanharia e mandou selar seus cavalos. Desse modo, montou, e seu séquito com ele, cavaleiros e sargentos. Todos cavalgavam juntos: o rei, a rainha e sua gente, pajens e crianças espalharam-se pelos campos, quando viram uma lebre que saiu da tapada onde tinha a sua cova. O rei, que montava um belíssimo corcel, correu imediatamente para pegar um gládio a fim de matar a lebre. Esporeou sua

montaria com força para alcançá-la, mas o cavalo colocou os pescoço entre as pernas e voou por cima dele ao contrário, de maneira que os estribos, na parte de trás da sela, atingiram-no na cabeça e despedaçaram seu cérebro. Todas as pessoas que viram o rei cair acorreram, e muitos se reuniram ao seu redor. Então, ajudaram-no a sentar, achando que estariam auxiliando-o. Mas nada conseguiram: o cérebro saía-lhe pelas narinas e pelas orelhas. Começou para todos um luto fechado, como convém diante de tal desventura cruel... Quando a rainha chegou ao local em que o corpo jazia, ela deixou-se cair sobre ele, e beijava-o nos locais onde o marido estava mais ensanguentado... Em seu desespero, nem conseguia chorar, mas os gritos que dava e suas palavras mostravam o quanto sua dor era grande. Os que a viram testemunham a profundidade da sua dor, e todos sabem a que ponto ela ficou transtornada."

Era de fato um grande desastre para a Terra Santa, e todos sentiam isso. "A notícia da morte do rei logo chegou ao interior da cidade de Acre. Todos, plebe e nobres, acorreram, e foi uma cena lastimável ouvir seu luto e ver como todos afluíam para ver aquela coisa surpreendente. Homens e mulheres desmaiaram. O rei foi levado para dentro da cidade. Correram muitas lágrimas, muitos estavam de mãos postas e descabelados..." Aparentemente Folque só morreu três dias depois do terrível acidente inesperado. Foi embalsamado e enterrado em Jerusalém na Igreja do Santo Sepulcro, onde Guilherme, o patriarca, enterrou-o à direita, ao lado da porta, sob o calvário, "perto dos outros reis que haviam reinado antes dele".

Melisenda ficava viúva com dois filhos ainda pequenos: Balduíno, de 13 anos, que reinaria com o nome de Balduíno III, e Amauri, de 7 anos.

Folque d'Anjou tivera outros filhos de seu primeiro casamento com Aremburgo do Maine. A história de sua filha Sibila merece ser lembrada aqui. Ela desposara em segundas núpcias Teodorico da Alsácia, conde de Flandres. Ora, o casal partiu em peregrinação para Jerusalém em 1157. Sibila parece ter ficado comovida ao encontrar na Cidade Sagrada a lembrança de seu pai. Até recolheu-se ao Convento de São Lázaro de Betânia no Monte das Oliveiras, onde Ivete, irmã de Melisenda, era abadessa.

Uma vez ali, simplesmente recusou-se a voltar a Flandres. A seu esposo, que insistia que voltasse com ele, “a dama respondeu que jamais retornaria a Flandres, nem atravessaria o mar”. Depois de Teodorico, seu meio-irmão, Balduíno III, o novo rei de Jerusalém, e o patriarca da cidade, cada qual por sua vez, tentaram convencê-la. “Quando ela soube que eles viriam até ela, pediu à abadessa os hábitos de freira. A abadessa deu-lhos. Quando eles chegaram no convento, encontraram-na vestida de freira.” Assim, o conde Teodorico de Flandres, “muito aflito”, teve de aceitar aquela súbita vocação.

Sibila permaneceu na Terra Santa. Pouco depois, as religiosas quiseram nomeá-la abadessa, o que ela recusou. “Ela não viera para ser abadessa, mas para ser discípula.” Ela morreria em 1135 no Convento de São Lázaro. Seu esposo, que retornou sozinho a Flandres em 1159, voltou à Terra Santa em 1164. Será que para rever sua esposa? Os textos não nos dizem se ele teve tempo de fazê-lo antes da morte de Sibila.

Entrementes Melisenda assumira os negócios de seu reino, pois seu filho, Balduíno III, ainda não tinha idade para governar — embora se revelasse, apesar de sua juventude, muito ousado e tenha ele próprio acompanhado a expedição que iria tomar dos beduínos a fortaleza do Vale de Moisés, situada perto da antiga Petra. Melisenda, se quisermos crer no patriarca Foucher de Jerusalém, “tinha um enorme coração e muito caráter. Ela ousava empreender grandes negócios e levá-los a bom termo. Como seu filho era jovem demais, ela governou o reino tão bem, com tanta sensatez, que ele jamais perdeu alguma coisa. Não houve qualquer falha na justiça. Os barões orgulhosos, que, por orgulho e seu grande poder, queriam reprimir seus vizinhos, temiam-na ainda mais, devido à sua correção para reparar erros, que o povinho”.

Guilherme de Tiro também lhe tece elogios: “Mulher das mais sensatas, com experiência completa em quase todos os negócios do século, deixando de lado sua condição de mulher a ponto de se comprometer em atos que exigiam grande coragem.” No decorrer de seu reinado, os acontecimentos proporcionar-lhe-iam muitas vezes a oportunidade de demonstrar sua coragem e sua energia, em particular a perda de Edessa, acompanhada de terríveis massacres, que abalou

profundamente o mundo cristão e determinou uma nova expedição proveniente do Ocidente.

Edessa foi perdida em dois tempos. Foi tomada pela primeira vez a 23 de dezembro de 1144 de Jocelino de Courtenay pelo emir de Mussul, Zengi. Informada sobre os acontecimentos, Melisenda enviou às pressas um exército de socorro, que, no entanto, chegou tarde demais. Entrementes Zengi foi assassinado a 15 de setembro de 1146 pelos pajens de seu séquito. Um de seus filhos apoderou-se imediatamente do anel de comando, que estava no dedo de seu pai, e fez com que o reconhecessem na cidade de Alepo como seu sucessor legítimo. Porém, os armênios de Edessa haviam percebido que a guarnição turca era pequena na sua cidade. “Quando viram a situação, enviaram mensageiros ao conde Jocelino e pediram-lhe para se apressar em acorrer com uma grande companhia de cavaleiros. Desse modo poderia recuperar a cidade de Edessa sem perigo e sem sitiá-la, pois eles a entregariam com muita facilidade.”

Era não contar com a prontidão de ação e com o talento militar de Nur-el-Din, filho digno de Zengi. Ele veio às pressas fazer o bloqueio da cidade cuja população, embora em pânico e faminta, decidiu sair em massa. Seguiu-se uma carnificina inexprimível, tendo sido a população armênia massacrada sem piedade pelos turcos. “Uma estrada de sangue”, escreve o cronista Miguel, o Sírio. Seria possível dizer que este foi o primeiro massacre de armênios, se não houvesse ocorrido, algum tempo antes do início do que chamamos de “Cruzadas”, o da população de Ani. Só os que possuíam cavalos rápidos conseguiram fugir. Toda a população armênia e síria foi traspassada por armas ou reduzida à escravidão. Isso aconteceu a 3 de novembro de 1146. Depois do que, Nur-el-Din voltou-se contra o principado de Antióquia.

Ao chegar ao Ocidente, a notícia desses acontecimentos teria provocado uma reação semelhante à do Concílio de Clermont 50 anos antes. Assistiu-se então aos preparativos de reis e imperadores para a partida. E, de novo, as mulheres participaram da expedição, uma delas muito ilustre.

A CRUZADA DE ALIENOR DE AQUITÂNIA

As carroças passavam uma após a outra pela estrada, longa fila irregular que não acabava nunca: ora leves, puxadas por dois cavalos, ora pesadas e carregadas, puxadas por quatro cavalos que penavam, excitados pelos criados e pelos palafreiros, que se esforçavam por desviá-los de poças de lama ou de sulcos de outras rodas. Muitas, muitas carroças; demais, diziam os guerreiros experientes, preocupados com um exército que transportava tanta bagagem. O que essas carroças continham? Víveres para o exército, farinha, barris de azeite e de vinho, carne salgada para os homens e, para os cavalos, forragem e aveia. Muitas também transportavam as armas, os capacetes, as cotas de malha dos combatentes que teriam de vesti-las em território inimigo e que eram carregadas em bastões, penduradas como em cabides.

Contudo murmurava-se também que muitos desses comboios pesados, cobertos de cortinas de couro ou de toldos de tecido forte viam amontoar-se, ao lado das tendas indispensáveis para as escalas, uma quantidade demasiado grande de baús com ferragens, que continham os mantos, os vestidos e os véus das damas. Até, além das

canecas, das tigelas e da louça indispensável, grandes quantidades de roupa de baixo e também acessórios de toalete — bacias, sabonetes e espelhos, pentes, escovas, potes de maquilagem e cremes da mais fina banha, de pés de porco — que as damas que haviam tomado a cruz com seus maridos julgavam indispensáveis à sua caminhada, assim como suas jóias, braceletes, colares, fíbula e diademas, dos quais suas acompanhantes tomavam conta. “Havia grande quantidade de carroças de quatro cavalos”, escreve o cronista que é nossa principal fonte da expedição de Luís VII e de Alienor, Eudes (ou Odon) de Deuil. E observa: “Assim que uma encontrava um obstáculo, todas as outras paravam igualmente. Ou então, se lhes acontecia encontrarem vários caminhos, às vezes elas os obstruíam a todos igualmente e então os condutores dos animais de carga, para evitar tantos problemas, expunham-se muitas vezes a enormes perigos. Por isso um grande número de cavalos morria e muita gente se queixava da lentidão da marcha.”

Nenhuma das damas que participava da expedição pretendia dispensar todo o conforto possível; nenhuma tampouco renunciara ao número que lhe parecia indispensável de camareiras e acompanhantes. Nem a condessa de Blois, nem a condessa de Flandres, Sibila d’Anjou (ela ainda não sabe que se apegará à Terra Santa a ponto de retornar a ela depois e querer acabar os seus dias ali), nem a condessa de Toulouse, Faída, ou a de Borgonha, Florina, e menos do que qualquer outra, Alienor, rainha da França, duquesa da Aquitânia, que muito agiu e se estusiasmou para preparar aquela partida.

Uma rainha toma a cruz

Afinal, ela foi precedida de múltiplos episódios e negociações. Em 1145, o rei e a rainha de França tomaram a cruz quando das festas de Natal em Bourges e anunciaram sua intenção a seus vassallos, reunidos nas assembléias solenes que ocorrem todos os anos na ocasião. Luís preocupa-se em cumprir a promessa que seu irmão mais velho, Filipe, morto quando de uma queda de cavalo, não pode levar a bom termo. Além disso, quer tornar pública sua penitência pelo incêndio de uma igreja de Vitry-le-François, onde, durante uma cam-

panha imprudente, pereceu uma multidão de gente infeliz que achava estar protegida ali. Apesar de sua responsabilidade na campanha de Vitry, empreendida sob sua instigação, Alienor não enverga, como seu marido, o hábito de penitente; mas toma a cruz e, como ela, muitas outras damas. A atração pelo Oriente, o gosto pela aventura provavelmente seriam suficientes para motivar a partida delas; contudo, a isso acrescentam-se as graves notícias procedentes da Terra Santa, pois se soube que a cidade de Edessa, outrora conquistada por Balduino de Bolonha, voltara a cair nas mãos dos turcos após um terrível massacre da população armênia. Observemos que Luís e Alienor são os primeiros rei e rainha da França a pegar em armas para partir.

Uma vasta assembléia fora reunida para as festas da Páscoa seguinte, de 1146, na colina de Vezelay, onde Bernardo, o abade de Clairvaux, que era um pouco a consciência viva da cristandade de então, viera lançar um apelo vibrante ao recrutamento — repetindo o de Urbano II 50 anos antes no Concílio de Clermont. Sua palavra provocara um abalo profundo em toda a cristandade. E conta-se que ele teve de recortar de seu próprio hábito cruzinhas que cada um insistia em pregar no ombro como sinal de seu voto de cruzado.

Os preparativos haviam começado imediatamente. “O rei mandou pedir ao rei dos alemães e dos húngaros autorização para passar por suas terras e abastecer-se em seus mercados, e deles recebeu mensageiros e cartas conforme o que desejava. Muitos duques e condes dessas mesmas regiões, estimulados por tal exemplo, escreveram ao rei para associar-se à viagem. Assim todas as coisas prosperavam de acordo com seus desejos. Entrementes, a fama voou, transpôs o mar, penetrou na Inglaterra e nos retiros das outras ilhas. Os habitantes da beira-mar prepararam suas naus para o embarque e partiram atrás do rei”, escreve Eudes de Deuil.

Alienor parece ter se empenhado de forma surpreendente para despertar entre seus vassallos pessoais o entusiasmo pela “Santa Peregrinação”. Muito provavelmente fez uma turnê pela Aquitânia, pois seus vassallos reagem com um belo conjunto. Em primeiro lugar, Godofredo de Rancon, proprietário do castelo de Taillebourg, onde ela passou sua noite de núpcias cerca de dez anos antes. E ainda Hugo de Lusignan, Guido de Thouars e muitos outros barões da Gasconha

e do Poiteau. Vemo-la também fazendo importantes doações, como é hábito quando de semelhantes partidas, às abadias de seu domínio, Montierneuf, Saint-Maixent e, principalmente, Fontevraud. A doação que fez a essa abadia importante (onde os monges e as monjas fazem, ambos, profissão de fé junto a uma abadessa, como acontecia aliás em todas as abadias que abrigavam ambos os sexos na Alta Idade Média) é evocadora para nós, pois semelhantes doações irão se repetir periodicamente durante a longa existência de Alienor, que sempre assinalará uma grande predileção por Fontevraud e os inúmeros mosteiros que se derivaram de sua ordem.

Sentimos reviver em Alienor algo do espírito aventureiro de seu avô, Guilherme, o Trovador. Ele tomara a cruz em 1101, quase só passara por desventuras durante sua expedição, mas, assim que voltou às margens do rio Garonne, compusera muitas canções engraçadas, provando galhardamente como encarava os perigos que correra. Alienor também se sentia atraída por aquelas terras distantes — o “*amor de lonh*”, que um dos trovadores do qual se diz que se engajou em seu séquito, o “príncipe de Blaye”, Jofre Rudel, deveria cantar.

Antes de mais nada era necessário determinar o itinerário da expedição, sua ordem de marcha e seu ponto de encontro. Luís VII mandou um aviso a todos aqueles que queriam participar, marcando uma reunião em Etampes para 16 de fevereiro de 1147. “Uma imensa e gloriosa multidão de bispos e nobres reuniu-se então no dia e no lugar combinado, o abade (Bernardo de Clairvaux) apresentou-se. Quando foi visto, ergueram-se grandes aclamações, e toda a assembléia mostrou-se muito alegre, pois ele estava chegando da Alemanha, onde confederara para a milícia da Cruz de Cristo o rei e os grandes desse reino.”

Por maiores que fossem as promessas desse reforço, havia uma opção importante a fazer: via marítima ou terrestre? A primeira era preconizada pelos agentes do rei da Sicília, Rogério II, que haviam ido a Etampes e ofereciam com muita insistência seu porto e sua ajuda aos cruzados. Manuel Comneno, o imperador de Bizâncio, por sua vez, também oferecia seus préstimos à assembléia e garantia sua dedicação. Finalmente, concordou-se com a opinião do último — portanto, a via terrestre através da Europa central. “Resolveram se-

guir seu caminho pela Grécia (Bizâncio), onde deveriam encontrar a morte. Assim terminou aquele dia de funesta memória”, escreve Eudes de Deuil. “Os nobres homens, mensageiros do rei Rogério retiraram-se bem confusos, mostrando o suficiente, com a sua tristeza, o sentimento de seu senhor e predizendo-nos as perfídias dos gregos, que, em seguida, sentimos em nossa pele. Não é surpreendente que Rogério, esse rei sensato e poderoso, desejasse atrair o rei, pois ama os franceses, porque é ele próprio originário de nosso país.”

É possível imaginar que essa decisão se deveu à intervenção de Alienor de Aquitânia. Ela decerto recebera mensageiros de seu tio, Raimundo de Poitiers, que há cerca de dez anos se tornara o príncipe de Antióquia ao desposar a filha de Alice, a jovem Constância. Ora, Raimundo conseguira, apesar do lastimável início da primeira expedição, travar amizade com os imperadores de Bizâncio. Com o acordo dos reis de Jerusalém, ele reconhecera as pretensões bizantinas sobre a cidade de Antióquia, outrora tão dificilmente reconquistada graças à astúcia e à tenacidade de Boemundo. Essa aliança, em compensação, indispusera-o com os sicilianos. É muito provável que ele tenha aconselhado a via terrestre por Constantinopla e que a própria Alienor em Etampes tenha feito as decisões da assembléia inclinar-se nesse sentido. Eudes de Deuil não fala da posição da rainha, mas ele não encontra termos suficientes para reprovar a decisão e imputar todos os desastres seguintes à “perfídia dos gregos”.

Chegou o momento dos últimos preparativos: reunir os víveres, fabricar carroças para o transporte, ferraduras para os cavalos, barracas para abrigar as pessoas durante as escalas etc. Finalmente, tudo ficou pronto na semana de Pentecostes, que coincidiu com a feira de Saint-Denis, de onde o rei e a rainha iriam partir. Porém, antes disso, Luís VII cuidou de passar por todas as abadias parisienses, pedindo preces aos monges e sobretudo “saiu da cidade e foi à casa dos leprosos: lá, eu próprio o vi, positivamente”, escreve Eudes de Deuil, “acompanhado apenas por dois servidores e mantendo por muito tempo a multidão dos seus longe dele. Entrementes, sua mãe, sua mulher e uma indescritível quantidade de gente avançaram para junto do bem-aventurado Denis.” Sabemos que, um século depois, seu bisneto São Luís voltará a fazer uma visita aos leprosos (cuja casa se situava no bairro onde hoje se encontra a estação Saint-Lazare) para

implorar do mesmo modo a prece daqueles que ali se encontravam, pobres entre pobres, isolados por sua doença do resto da sociedade.

Luís VII foi em seguida a Saint-Denis “e encontrou reunidos o papa, o abade (Suger) e os monges da Igreja. Então, prosternando-se com muita humildade no chão, adorou seu patrono”. Vemo-lo em seguida venerar as relíquias de Saint-Denis, pegar o estandarte no altar (a auriflama de vermelho e dourado) e “receber do soberano pontífice a cruz e a bênção; retirou-se para o dormitório dos monges para escapar à multidão, pois não conseguiria permanecer por mais tempo no meio daquela gente solícita, enquanto sua mãe e sua mulher estavam quase sufocadas pelas suas lágrimas e pelo calor”. Era 12 de maio de 1147.

Bizâncio, deslumbrante e perigosa

O mesmo cronista oferece detalhes a respeito das cidades por que passaram: Metz, onde fora marcada a reunião geral das forças cruzadas, Worms, Wurtzburg, Ratisbona, Passau. Descreve a Hungria com seus riachos, suas fontes e pradarias. “Quando atravessei aquela região”, escreve, “ela me pareceu rude e difícil em virtude das montanhas. Agora ela me parece uma planície comparada com a Romania (a região de Bizâncio).” Ele indica, para os outros viajantes, como diz, os rios que atravessam aquelas regiões, o Drava, o Danúbio. “Todo esse território é coberto de água, reunida em lagos ou lagoas, e nascentes... A região é tão fértil em forragem que se diz que foi lá que Júlio César estabeleceu seus armazéns. Ali encontramos forragem à vontade e mercados, e meios de troca, e demoramos 15 dias para atravessar aquele sítio”, que os leva até o limiar da Bulgária.

Na cidade de Ratisbona, o rei recebe a visita dos primeiros delegados do imperador bizantino. “Eles apresentaram-se diante dele; depois de cumprimentá-lo e de entregar-lhe suas cartas consagradas, permaneceram de pé aguardando a resposta, pois não se sentariam sem que se lhes desse essa ordem. Quando a receberam, depuseram os assentos que carregavam com eles e sentaram-se neles.” Ele obser-

va com surpresa aquele hábito dos gregos. E um pouco além, ele fala do conteúdo das cartas enviadas: “Eram tão humildes e redigidas com tanta baixeza para captar a benevolência que eu poderia dizer que tal linguagem, afetada demais, pois não provinha absolutamente de um sentimento de afeição, não convinha, não digo a um imperador, mas a um histrião... Não pude evitar dizer que, apesar de muito bajuladores, os franceses não poderiam, mesmo que quisessem, igualar-se aos gregos nesse ponto. No início, o rei agüentou, embora enrubescesse pelo fato de lhe estarem dizendo tais coisas, mas sem conseguir imaginar o que semelhante linguagem significava. Finalmente, como, estando na Grécia, encontrasse deputados com maior freqüência e como eles comesçassem a falar-lhe da mesma maneira, mal conseguia suportá-los.”

De tal modo que se compreende desde o início da narrativa do cronista tudo o que chocará os “francos” em suas relações com os gregos; as fórmulas obsequiosas, os títulos pomposos que ostentam, a polidez excessivamente refinada que exige circunlóquios e cerimônias intermináveis — tudo isso só poderia irritar prodigiosamente um ser como Luís VII com sua natureza correta e simples. Por outro lado, ele não tomara a precaução, quando de suas negociações com o imperador da Alemanha, de prever itinerários diferentes, como o haviam feito os chefes da Primeira Cruzada. De forma que seu exército chegava depois do dos alemães, que eram acusados de inúmeras pilhagens e depredações. O rei da França proibira rigorosamente as pilhagens, mas seus batedores tinham de lidar com camponeses que, por sua vez, haviam aprendido a negociar e praticar a lei da oferta e da procura, de modo que em cada etapa as despesas superavam as previsões. Somente ao final de cinco meses de uma marcha já penosa chegaram a Constantinopla, a 4 de outubro de 1147.

A um dia de marcha dali, o rei, a rainha, o irmão do rei, Roberto do Perche e os principais feudatários que os cercavam haviam sido acolhidos por todo um cortejo de dignitários bizantinos encarregados de levá-los até o palácio de Blanchernes, onde o imperador Manuel Comneno deveria acolhê-los. Através do próprio testemunho de Eudes de Deuil, que ao longo de toda a narrativa não tenta esconder sua antipatia, o casal real encontrou “sob o pórtico do palácio o imperador que veio recebê-los de uma maneira bastante conveniente”. Após a

primeira acolhida durante a qual um teve boa impressão do outro, “separaram-se como irmãos, e os nobres do império acompanharam o rei para fora do palácio até aquele que fora preparado para alojá-lo”. Luís e Alienor alojaram-se de fato no Filopation, residência de lazer onde os imperadores se encontravam para caçar e que não era longe de Blanchernes, fora das próprias muralhas de Constantinopla.

Imagina-se sem dificuldade a impressão que a cidade bizantina provocava nos franceses da época. “Constantinopla, que glorifica os gregos, cidade famosa por suas riquezas e mais rica ainda que sua reputação”, escreve Eudes de Deuil... “Sua beleza exterior é quase incomparável e a do interior ultrapassa em muito tudo o que eu poderia dizer dela. Por todos os lados, só se vêem douraduras e pinturas de várias cores”, acrescenta a respeito do palácio de Blanchernes. “O pátio é pavimentado de mármore com uma habilidade extraordinária, uma arte maravilhosa nele é exibida...”

Imagina-se do mesmo modo como Alienor ficou maravilhada quando da cerimônia religiosa que ocorreu na Basílica de Santa Sofia, inundada do ouro dos mosaicos de que então era recoberta e que resplandecia à luz dos grandes lustres em coroa com círios e lamparinas de óleo — só após sua conquista pelos otomanos em 1453 todo esse esplendor lhe foi metodicamente arrancado! Recebida no palácio sagrado pelo imperador Manuel Comneno e sua esposa, deve ter apreciado tudo o que era novo para os ocidentais quando do magnífico banquete que lhes foi servido: a começar pelo caviar que guarnecia muitas vezes a mesa imperial até os legumes desconhecidos, como as alcachofras, que só foram introduzidas mais tarde na Europa, ou então o uso do garfo de dois dentes que com certeza passou a empregar em sua própria mesa. Finalmente, não deve ter ficado insensível ao vinho da Grécia servido em profusão em taças leves, ela que, em sua Guiana natal, conhecia o valor das safras degustadas com conhecimento de causa e introduziria mais tarde na Inglaterra os produtos dos vinhedos da Aquitânia.

Houve também, parada bem-vinda em uma caminhada terrivelmente difícil, alguns dias de delícias que deve ter aproveitado amplamente: caçadas nos bosques que cercavam o Filopation, corridas no hipódromo, com capacidade para 35 mil espectadores, que

aplaudiam as proezas de cocheiros de túnica verde ou azul. Nele era possível admirar o belo obelisco que assinalava o centro do campo de corridas e do qual se dizia que remontava a cerca de 20 séculos, ou ainda o conjunto de esculturas já famoso no mundo, como a loba de bronze amamentando Rômulo e Remo — ou ainda os magníficos cavalos, também de bronze, que os imperadores bizantinos mandaram roubar de Alexandria e que um dia iriam se encontrar no frontão da Basílica de São Marcos de Veneza, após a tomada de Constantinopla pelos ocidentais em 1204.

O casal real passou cerca de três semanas em Constantinopla, época decerto de maravilhamento para Alienor, matizada para seu esposo por uma certa preocupação: circulavam boatos que o faziam duvidar da boa vontade do imperador. De fato, a diplomacia bizantina não permanecia inativa e verificar-se-ia que uma aliança secreta fora concluída entre os gregos e os seljúcidas — na pessoa do sultão de Konieh, Masud, cujo território os alemães e depois os francos deveriam atravessar.

À véspera de sua partida, o rei da França recebia uma notícia tranqüilizadora de Manuel Comneno: as tropas do imperador Conrado de Hohenstaufen, cuja Cruzada precedia a dos francos, acabavam de conquistar uma grande vitória na Anatólia. Porém Luís VII encontrava-se a apenas algumas jornadas de Constantinopla quando deparou com os primeiros sobreviventes do desastre que fora, de fato, para os alemães, a travessia dos desertos anatolianos. Os guias bizantinos haviam afirmado que bastaria levar oito dias de víveres, depois haviam desaparecido à noite, deixando sem recursos e sem indicações um exército ao qual teriam sido necessárias pelo menos três semanas de reabastecimento: o tempo para chegar à Síria por aqueles desertos sem qualquer água ou víveres.

O rei da França decidiu de imediato mudar de itinerário para evitar um destino semelhante ao seu próprio exército. Partiu para a costa, por Pérgamo e pelo golfo de Smirna, para alcançar o porto de Adália — percurso bem mais longo, mas também mais seguro do que aquele no qual o exército alemão fora dizimado. Luís VII deu ordens rígidas: caminhar em fileiras tão apertadas quanto possível, o corpo principal sendo constituído de carroças, cada vez mais numerosas; ele

próprio dirigia uma retaguarda de combatentes móveis e prontos para se desdobrar, e, na vanguarda, avançavam outros combatentes sob a autoridade do conde de Maurienne, o tio do rei, e de Godofredo de Rancon. Amazona intrépida, Alienor não hesitou em participar dessa vanguarda que comportava muitos vassalos seus.

A imprudência de Alienor e dos aquitanos

Chegou-se então muito em ordem até a Pisídia, perto do Monte Cadmos. Ali era necessário atravessar uma passagem perigosa de desfiladeiros estreitos, expostos à ameaça dos turcos, prontos para aproveitar as inúmeras oportunidades de emboscadas fornecidas por aquela região erizada de rochedos, com precipícios que se abriam a cada desvio da estrada. Era o dia da Epifania, 6 de janeiro de 1148. Era preciso dobrar a prudência, e o rei repetiu suas instruções à véspera de uma travessia particularmente perigosa.

“O rei resolvera empregar todo um dia para atravessar a montanha execrável e nela não parar para erguer suas tendas. Como não tivessem sido barrados por qualquer obstáculo e, esquecendo-se do rei que cuidava então da retaguarda, os que primeiro chegaram até ela, ainda bem cedo, escalaram a montanha. E, enquanto os outros os seguiam de bem longe, ergueram suas tendas do outro lado por volta da nona hora (tarde). A montanha era escarpada e coberta de rochedos. Tínhamos de subir por uma vertente difícil. A nós parecia que seu pico alcançava os céus, e a torrente que corria para o fundo do vale, vizinha do inferno. A multidão, no entanto, se acumula no mesmo ponto; uns apertam-se contra os outros, param, estabelecem-se, sem pensar nos cavaleiros que vão à frente, e permanecem como colados no lugar ao invés de marchar. Os animais de carga caem de cima dos rochedos escarpados, arrastando aqueles que encontram em sua queda até as profundezas do abismo. Os próprios rochedos, o tempo todo deslocados, provocavam grandes estragos, e aqueles dos nossos que se dispersavam por todos os lados para buscar os melhores caminhos tinham a temer igualmente caírem eles próprios ou serem arrastados pelos outros. Entrementes, os turcos e os gregos, atirando sem cessar suas flechas para impedir aqueles que haviam caído de se

erguer, reuniram-se para atacar o outro corpo, rejubilando-se com tal espetáculo, com a esperança da vantagem que teriam com a noite. O dia caía, e o abismo se enchia cada vez mais dos destroços de nosso exército. Mas logo esses êxitos não bastam mais a nossos inimigos. Ainda com maior audácia, voltam a nosso corpo do exército, pois eles já não temem os que estão na vanguarda e não avistam ainda os que formam a retaguarda. Atacam portanto, e o pobre povo desarmado cai. Foge-se como um rebanho de carneiros. Então erguem-se grandes gritos que sobem até os céus e chegam ao mesmo tempo aos ouvidos do rei.”

Alertado, Luís VII avança com vivacidade para o corpo principal que permaneceu indefeso; ele próprio e os cavaleiros que o cercavam não se haviam equipado para combater (pois havia sido combinado que os desfiladeiros só seriam transpostos no dia seguinte), entretanto “de novo o rei, esquecendo a própria vida para salvar aqueles que pereciam em massa, transpôs as últimas fileiras e resistiu vigorosamente aos inimigos que devastavam o corpo do meio... Ocupando um terreno escorregadio, os nossos brandiam suas lanças com todas as forças, mas sem conseguir utilizar a força de seus cavalos. E, ao mesmo tempo, os inimigos atiravam suas flechas com a maior segurança, apoiando-se nas árvores e nos rochedos. Nessa confusão, o rei perdeu sua escolta pouco numerosa, mas ilustre. E ele, continuando a conservar um coração de rei, tão ágil quanto vigoroso, agarrando-se aos galhos de uma árvore que Deus ali colocara para a sua salvação, precipitou-se para o alto do rochedo. Um grande número de inimigos lançou-se em seu encalço para apoderar-se de sua pessoa, enquanto outros, mais afastados, atiravam-lhe suas flechas, mas, pela vontade de Deus, sua couraça (cota de malha) protegeu-o das flechas e, com seu gládio todo ensanguentado, defendendo seu rochedo para defender sua liberdade, derrubou as mãos e as cabeças de muitos inimigos. Finalmente estes, não o reconhecendo e vendo que seria difícil pegá-lo e temendo que sobreviessem outros combatentes, desistiram de atacá-lo e afastaram-se para ir, antes da noite, recolher os despojos do campo de batalha”.

E o cronista Eudes de Deuil, testemunha desses feitos de armas que conta com muita vivacidade e ele próprio não combatendo devido à sua qualidade de monge, é enviado ao campo de vanguarda. “Ali

contei”, diz, “o que estava acontecendo; todos, muito consternados, pegaram em armas. Gostariam de voltar atrás a toda pressa, mas mal conseguiam caminhar, tanto devido à aspereza dos lugares quanto porque o inimigo, indo ao seu encontro, os impedia de avançar.”

Imagina-se de fato a consternação e o estupor dessa vanguarda despreocupada quando constata a extensão do desastre. Nem Eudes de Deuil, nem qualquer outro cronista nos diz o que a rainha estava fazendo naquele momento. Porém, o resto do exército tornava essa vanguarda que esquecera as instruções responsável pelas desgraças que haviam acontecido. Não fosse a valentia pessoal do rei, a cruzada terminaria nas gargantas de Pisídia. Só a noite teria detido o massacre. E Alienor parece ter sido compreendida na responsabilidade dos aquitanos, seus vassalos.

Alguns dias passaram-se com o enterro dos mortos e com o reparo possível do comboio, antes que se retomasse ainda mais lentamente a estrada rumo ao porto de Adália. Quando o rei ali chegou, decidiu ir por mar, pois então avaliava melhor os perigos e as demoras da via terrestre: já se haviam passado cinco meses desde sua partida de Constantinopla! Os mensageiros que ele enviou a Bizâncio voltaram com a promessa do imperador de equipar barcos para atravessar os restos do exército para a Síria. Mas ele não forneceu nem a metade da frota prometida. Mesmo assim, o rei e a rainha embarcaram para Antióquia, esperando que o resto de seu exército os acompanhasse. De fato, ele seria recuperado pelo imperador bizantino para seu próprio serviço.

O rei e a rainha da França no Santo Sepulcro

Finalmente o porto de São Simeão que servia a cidade de Antióquia foi avistado a 19 de março de 1148. Ali ocorreu a recepção normalmente preparada para os cruzados que desembarcavam: os sinos dobrando por toda a cidade, os clérigos e prelados reunindo-se em longas procissões para se dirigir ao porto, munidos da cruz e acompanhados por toda uma multidão exultante que cantava o *Te Deum*. Tal acolhida podia reconfortar um pouco o rei e a rainha e esta, entre aqueles que a aguardavam no porto, deve ter logo reconhecido

seu tio, Raimundo de Poitiers: dez meses de uma longa marcha durante a qual ela esperara por esse momento de encontro. Antes de sua partida para a Inglaterra, ele fora, durante a infância de Alienor e de sua irmã mais nova, o grande companheiro que se admira. O patriarca latino de Antióquia na época era Aimery de Limoges, portanto um vassalo da rainha. A cada instante, outros senhores meridionais, como Pagano de Fayes ou Carlos de Mauzé, vinham prestar-lhe homenagem ou colher lembranças junto dela e, ao seu redor, utilizava-se aquela *langue d'oc* que fora a de sua infância e dos primeiros trovadores que haviam cantado em sua homenagem.

Raimundo de Poitiers também gostava dos trovadores. No momento em que recebia Alienor em sua corte, esta contava com um poeta, Ricardo, o Peregrino, que compunha a *Canção dos fracos*, longo poema que narrava a Primeira Cruzada meio século atrás. Podemos imaginar a alegria de Alienor quando voltou a encontrar a atmosfera de corte que ela suscitara ao seu redor na França (não sem algumas reticências por parte de seu esposo). Era primavera no Oronte, o rio que trazia à cidade, das elevações de Djebel Akra, o frescor das montanhas e a água da neve que derretia. Antióquia exibia então toda a sua beleza (que seria destruída pelo terrível terremoto de 1170), com suas muralhas escandidas de torres, suas igrejas, São Cosme e Damião, Santa Maria Latina, São João Crisóstomo e sobretudo a Catedral de São Pedro. Ali se mostrava o túmulo do bispo Ademar do Puy, que guiou até lá aqueles que, pouco depois de sua morte, haviam reconquistado Jerusalém em 1099. Para Alienor, um verdadeiro encantamento após o suplício dos meses precedentes aquela chegada à cidade da qual seu tio se tornara príncipe.

Já o rei Luís VII pouco parece compartilhar seu entusiasmo e permanece circunspecto. Decerto continua muito apaixonado pela sua jovem esposa de 25 anos, mas ele próprio — aliás, pouco mais velho — conserva a lembrança mordaz das temeridades para as quais ela o arrastara e que terminaram mal, tanto o incêndio de Vitry quanto a travessia da “montanha execrável”...

O fato é que, após alguns dias consagrados ao repouso, os cruzados reúnem-se com Raimundo de Poitiers e seu círculo para estabelecer um plano de ação. Precisamente, acaba-se de saber que o

imperador Conrado, recuperado de suas angústias e devidamente cuidado, aliás, pelo imperador Manuel Comneno, reagrupou os restos das forças que o acompanhavam e decidiu também alcançar a Terra Santa, cumprindo sua promessa de cruzado.

Para os senhores estabelecidos no país, não há dúvidas de que os combatentes vieram para libertar Edessa, sentinela avançada ao norte, verdadeiro fronte do reino palestino. Foi sua queda, aliás, que determinou a tomada da cruz pelo rei e pelo imperador da Alemanha. Ora, extraordinariamente, o rei Luís VII recusa-se a considerar essa reconquista: prometeu ir a Jerusalém e é rumo à Cidade Santa que ele se dirigirá com suas tropas.

Ao mesmo tempo em que, sobre Edessa, Raimundo de Poitiers projetava uma ação sobre as duas cidades de Alepo e Hama, que, tendo permanecido nas mãos dos turcos, eram uma ameaça constante para o reino latino da Palestina. Os cronistas do tempo, Guilherme de Tiro em particular, observaram que, se aproveitasse o estado de surpresa que sua chegada provocou entre os turcos, o rei Luís VII conseguiria facilmente realizar essas conquistas que assegurariam o futuro da Síria franca. Estupefato e depois exasperado com a incompreensão do rei, Raimundo de Poitiers tentou e provavelmente conseguiu convencer a rainha com facilidade. Ele multiplicava as gentilezas, não só com relação a ela, mas também com relação às condessas de Toulouse, de Blois e de Flandres que a acompanhavam e em homenagem às quais ele dera festas brilhantes, exibindo todo o fausto que agradava à corte de Antióquia. De fato, Alienor aderiu com ardor aos projetos de Raimundo; estes impunham-se do ponto de vista estratégico. E foi necessária a cegueira, somada a um ciúme crescente do rei Luís com relação ao príncipe de Antióquia, para velar-lhe a verdade.

Todas as discussões, dia após dia, no clima de preocupação mantido pela lembrança dos desastres recentes, convertiam-se em drama para o casal real. Alienor chegou a ameaçar permanecer em Antióquia com sua gente. Luís reagiu argumentando com seus direitos de marido. Ao que a rainha convidou-o a verificar os direitos em questão: havia entre eles um laço de consangüinidade que colocava seu casamento sob a ameaça de um caso de anulação.

Assim, revelava-se uma discórdia latente entre Luís e Alienor, como às vezes acontece sob o efeito de uma discussão violenta. Na noite seguinte, sem se despedir de Raimundo de Poitiers, Luís abandonava Antióquia em segredo e, levando a esposa à força, ordenou ao seu exército que seguisse rumo a Jerusalém. Uma falha irreparável não deixou de se produzir no casal real. Seu casamento em Bordeaux há 11 anos despertara grandes esperanças para o reino da França, introduzindo no domínio direto da coroa todo o oeste do país, do Loire aos Pireneus. A bela aventura oriental acabava com essas esperanças e instalava entre as duas partes do reino um desentendimento que não terminaria tão cedo.

A assembléia de São João de Acre

Entrementes, no entanto, os acontecimentos prosseguiram, mas não no sentido das vitórias esperadas. O casal foi contudo acolhido com muita alegria e solenidade na cidade santa: “Toda a cidade saiu para ir ao seu encontro, principalmente o clero com todas as suas procissões. O rei Balduíno III — o filho de Melisenda, então com 16 anos — e os outros barões levaram-nos a passeio pelos Lugares Santos que eles tanto desejavam ver. Quando terminaram suas orações, conduziram-nos ao seu palácio que era muito rico e deixaram-nos lá.” Luís VII e Alienor terão sido em toda a história os únicos rei e rainha da França a terem realizado de fato a peregrinação ao Santo Sepulcro.

Algum tempo depois, uma assembléia imponente — a mais imponente que o reino latino já viu — foi reunida, dessa vez em São João de Acre, a 24 de junho de 1148, sob a presidência da rainha Melisenda. Ao seu lado, Balduíno III, que compartilha o poder com a mãe. Estão presentes o rei e a rainha da França, o imperador da Alemanha, Conrado III, seu meio-irmão Otto de Freisingen, o futuro Frederico Barba-Ruiva (que não passa então de Frederico da Suábia), o duque Henrique da Áustria, o duque da Baviera, Bertoldo de Andechs, assim como outros prelados imperiais, como o bispo Estêvão de Metz ou Henrique de Toul, irmão do conde de Flandres também presente, Teodorico da Alsácia. O marquês Guilherme de Montferrat,

cuja descendência irá ilustrar-se na Terra Santa, também está lá, com o margrave Hermann de Bade e o duque Welf da Suábia. Ao lado do rei da França, está seu irmão, Roberto do Perche e seu cunhado, Henrique de Champagne; enfim, todos os prelados e barões importantes da Terra Santa, a começar pelo patriarca de Jerusalém, Foucher d'Angoulême, os arcebispos de Cesaréia, Balduino e de Nazaré, Roberto, o mestre do Templo, Roberto de Craon, um dos pilares da Ordem que fora criada 30 anos antes, e o mestre do Hospital, Raimundo do Puy. Finalmente todos os senhores que seria enfastiante enumerar: Baliano, senhor de Ibelin, Onofre II de Toron, Guido de Beirute e tantos outros cujos nomes evocam, cada um, lembranças bíblicas: Sidon, Cesaréia, Tiberíade etc.

Infelizmente, dessa vasta assembléia só resultará uma decisão de menor importância sem relação com as verdadeiras necessidades da época. Era evidente que, na época, Alienor de Aquitânia tivera razão em apoiar os desejos de Raimundo de Poitiers. Ao invés de atacar Alepo ou tentar retomar Edessa do temível Nur-el-Din, os cruzados vão empreender uma operação contra Damasco — cujos sultões, muito pacíficos, só pensavam em conquistar a amizade dos francos para resistir, se necessário, aos seus vizinhos da Turquia ou do Egito. O marido de Melisenda, o rei Folque, até travara amizade pessoal com o velho emir Unur de Damasco. É verdade que no ano anterior já fora desencadeada uma primeira ação contra Damasco que, aliás, terminou mal.

De qualquer modo, conduzida frouxamente, o saldo da operação foi o fracasso. O imperador Conrado III voltou a embarcar a 8 de setembro de 1148 em São João de Acre, enquanto Luís e Alienor prolongavam sua estada na Palestina durante o inverno.

Sua volta foi tão movimentada quanto o conjunto de sua peregrinação. Tendo partido depois das festas da Páscoa de 1149, o rei e a rainha embarcaram cada um num navio diferente no mesmo comboio siciliano. Ora, o rei da Sicília, Rogério II, estava então em guerra aberta com o Império Bizantino e o comboio travou combate em pleno mar, nas costas do Peloponeso e ao largo da Maléia, com uma frota bizantina. Os marinheiros gregos conseguiram apoderar-se de Alienor e já singravam rumo a Constantinopla com aquele refém de

valor entre as mãos quando um novo ataque siciliano libertou a rainha. O rei, por sua vez, desembarcava a 29 de julho na costa da Calábria, enquanto os sicilianos vencedores levavam Alienor para Palermo. Após terem permanecido sem notícias um do outro por três semanas, conseguiram finalmente voltar a se encontrar em Potenza, onde o rei da Sicília, Rogério II (cujas propostas não haviam sido aceitas em outros tempos), veio encontrá-los e fez questão de recebê-los com grandes honras. Foi durante essa estada que eles receberam a notícia da morte de Raimundo de Poitiers, morto no dia 29 de junho anterior em Maaratha num combate contra Nur-el-Din. Este mandara decapitá-lo e, gesto tradicional, enviara sua cabeça como troféu ao califa de Bagdá.

Contragolpe de tanto cansaço, de tanta emoção e de tantos desgostos também, Alienor caiu doente, e a viagem de volta foi feita aos poucos, com uma parada prolongada na bela Abadia beneditina de Monte Cassino. Depois do que, ao saber da chegada do casal, o papa Eugênio III, então expulso de Roma pelo agitador Arnaldo de Brescia, recebeu-os em sua residência de Tusculum. Nela foram acolhidos em meados de outubro e, muito comovido com todos os perigos e sofrimentos do casal, o papa esforçou-se por fazer renascer a ternura entre eles e também por acalmá-los quanto a esse caso de parentesco para o qual ele lhes prometia, se necessário, uma dispensa.

Alienor e Luís VII voltaram às margens do Sena por volta do dia de São Martinho, em novembro de 1149, e, no ano seguinte, nascia um filho deles, uma menininha chamada Alice. Em sua ausência, o reino havia sido governado com sabedoria pelo abade de Saint-Denis, Suger, ao qual foi concedido o título de “pai da pátria”. Este, porém, morreu no ano seguinte, a 13 de janeiro de 1151 e, a partir de então, o casal iria desfazer os laços que o uniam. Casados sem terem se escolhido, quando um tinha 15 e o outro, 16 anos (ou talvez até menos), seria possível pensar que a aventura oriental os amadurecera afirmando suas diferenças. A partir de então prosseguirão um destino separado — sem que se possa no entanto esquecer que chegaria o dia em que Alienor, decepcionada com o segundo marido, voltar-se-ia para o primeiro que, com uma verdadeira grandeza de alma, aceitaria acolhê-la. A continuação dessa história, contudo, iria nos levar para longe demais de nosso assunto.

A RAINHA MELISENDA E SEUS FILHOS

O fracasso da expedição de Luís e Conrado enfraquece o reino de Jerusalém. “A partir dessa época”, observa a *História de Heráclio*, “a condição dos cristãos da Terra Santa começou a piorar muito, pois seus inimigos, que muito temeram a chegada de grandes príncipes e constatarem que estes haviam voltado a partir sem nada fazer, avaliaram em nada os esforços da cristandade e tornaram-se tão orgulhosos que estimavam poder matar com facilidade ou prender todos os cristãos restantes.” A primeira vítima dessa mudança das mentalidades fora Raimundo de Poitiers. Por pouco a própria cidade de Antióquia não foi dominada por Nur-el-Din. Só foi salva pela intervenção do rei Balduíno III, que veio socorrer a princesa Constância, viúva aos 22 anos e que permanecera sem defensor com seu filho Boemundo III ainda muito pequeno.

Beatriz defende seu feudo

Não longe dali, uma outra mulher mantinha da melhor maneira possível os destroços do Condado de Edessa, entrincheirada na forta-

leza de Tell Bachir: Beatriz, a esposa de Jocelino II de Courtenay, um triste senhor que se tornara o inimigo jurado de Raimundo de Poitiers. No mês de junho de 1148, quando se poderia acreditar que todas as forças cristãs estavam unidas num esforço unânime para salvar a Terra Santa, ele fora pilhar o grande Mosteiro jacobita de Mar Barsauma no alto Eufrates. Ora, dois anos depois, Jocelino II cairia por acaso numa emboscada. Pego pelos turcomanos que a princípio não o reconheceram, foi levado a Alepo e aprisionado. O sultão Nur-el-Din manteve-o cativo até a sua morte, portanto durante nove anos, e ameaçou-o várias vezes com os piores suplícios se não abjurasse a sua fé, o que Jocelino recusou com obstinação. Os últimos sacramentos foram-lhe ministrados pelo bispo jacobita de Alepo, Inácio, depois que o conde pediu perdão por seu ataque repentino ao mosteiro de Barsauma.

Entrementes sua esposa Beatriz, que permanecera em Tell Bachir com o filho pequeno deles, Jocelino III, “mandava reforçar bastante as fortalezas e as guarnecia com todas as coisas das quais necessitavam. Essa boa dama”, acrescenta o cronista, “comportou-se por toda a parte tão bem que Deus e o mundo sabiam que tinha boa vontade. Naquela época, as coisas haviam chegado a tal ponto que o Principado de Antióquia e o Condado de Edessa eram governados por duas damas”, observa Guilherme de Tiro.

Nos campos próximos, as fortalezas rendiam-se uma a uma diante do avanço dos turcos. Beatriz manteve-se com firmeza na de Tell Bachir. “Ela ouvia de muito bom grado os inúmeros conselhos que lhe davam seus barões e governou bem e com firmeza a terra que lhe pertencia, de maneira que o direito nela foi bem aplicado.” E, quando Tell Bachir foi atacada pelo sultão de Konya, Masud, os sitiados “combateram com valentia por sua fé e, embora os infiéis tivessem acionado diversos meios de ataque e manobrassem todo o tempo suas máquinas de guerra, os turcos foram obrigados a voltar a seu país, desencorajados”.

Desse modo, tanto em Tell Bachir quanto em Antióquia, as mulheres mantinham o que seus esposos não haviam conseguido salvar. Porém, a situação de ambas era mais do que crítica. O rei Balduíno III compreendeu isso e, acompanhado de Onofre de Toron

e de Guido de Beirute, logo alcançados por Raimundo II de Trípoli, dirigiu-se com o exército real rumo a Antióquia.

Ao mesmo tempo, a condessa Beatriz em Tell Bachir recebia propostas inesperadas. O duque Tomás da Cilícia fora-lhe enviado pelo imperador bizantino Manuel Comneno. Estava encarregado de para ele negociar a renúncia ao Condado de Edessa. “(Manuel Comneno) confiava tanto em suas riquezas e em seu grande poder que tinha de fato a esperança de defender contra os turcos aqueles castelos que lhe dariam e de recuperar à força os que já estavam perdidos.” Em outras palavras, ele propunha que a condessa lhe cedesse seus direitos em troca de uma boa quantidade de riquezas: “Uma soma enorme com a qual ela poderia viver com largueza em grande honra.” Para Beatriz, a oferta era atraente. O antigo domínio de Jocelino de Courtenay voltara a cair, quase que inteiramente, uma fortaleza após a outra, entre as mãos dos turcos, e era visível que o rei de Jerusalém não poderia garantir uma ajuda eficaz para recuperá-las.

O próprio Balduíno III foi informado das negociações ao chegar em Antióquia. “Mandou chamar os mensageiros do imperador que expuseram o problema diante de todos os barões. O rei pediu-lhes conselho a esse respeito. Eles não estavam todos de acordo, pois alguns disseram que a coisa ainda não chegara ao ponto em que convinha colocar a região na mão dos gregos; outros diziam que era mais seguro ela estar na mão dos gregos e que, se os sarracenos tivessem de tomá-la aos que a possuíam, eles não poderiam defendê-la por muito tempo.” Quanto a Balduíno III, foi o primeiro a perceber que “não tinha um poder tão grande a ponto de conservar ao mesmo tempo sua própria terra (Jerusalém) e o Condado de Edessa, afastados um do outro em 15 jornadas. A própria terra de Antióquia, que se situava entre os dois, encontrava-se há muitos anos numa situação aventureira e passava por grandes dificuldades. Por isso, o rei concordou que se dessem à gente do imperador de Constantinopla os castelos que pediam pelas condições que ofereciam”.

Aliás, uma cessão mais fácil de negociar do que de realizar. O rei Balduíno foi a Tell Bachir, assumiu a condessa e seus filhos sob sua proteção e declarou que faria o mesmo com todos aqueles, latinos ou armênios, que quisessem deixar Tell Bachir, então entregue aos

bizantinos. Ora, muitos na população preocupavam-se em cair sob a tutela do imperador por razões de ordem política ou religiosa, dada a intolerância demonstrada pelo clero grego. Ocorreria um novo êxodo de população. “Grande quantidade dos da terra levavam todas as suas coisas em carros, carroças, animais de carga. Havia muitas mulheres, crianças e outras pessoas indefesas. O rei pegou a estrada fazendo sua gente avançar da melhor maneira possível para conduzir esse povinho até onde estivesse em segurança.” E o cronista da *História de Heráclio* encontra palavras comoventes para nos descrever a partida e o desespero das populações que evacuavam daquela maneira suas casas e campos. “Dava muito dó ver os fidalgos do país levando suas mulheres, suas filhas donzelas e suas crianças pequenas e deixando suas terras e as casas onde haviam nascido. Eles abandonavam seu país para sempre e não sabiam onde iriam morar. Ao partir, os nativos choravam e gritavam muito. Todos os que viam aquilo choravam de compaixão.”

O sultão Nur-el-Din não poderia deixar de aproveitar a emigração maciça para despedaçar as populações que fugiam. “Ele achou que poderia executar uma boa operação se encontrasse o rei que estava carregado e importunado por todo aquele povinho sem defesa que arrastava atrás de si com muita dificuldade toda a sua bagagem.” No entanto seus projetos não foram adiante diante do magnífico comportamento e da disciplina exata do exército conduzido por Balduíno III a despeito dos sofrimentos, do calor e da sede. Apesar de serem incomodados pela cavalaria turca que lançava suas flechas sobre os comboios a ponto de os animais de carga e as bagagens parecerem, conta-se, “ourigos”, a retirada, por algumas etapas previstas, operou-se em perfeita ordem, o comboio dos refugiados sendo defendido pelos cavaleiros. De maneira “que a noite se aproximou e o sol começou a deitar-se. Os turcos, que não tinham mais provisões em seu exército, partiram. Tendo perdido seus melhores cavaleiros, achavam ser um grande milagre os nossos terem se comportado tão bem durante o dia sem que transparecesse em sua atitude as grandes desgraças que os acometiam”. Chegou-se a contar que um dos turcos, depois de reconhecer Onofre de Toron, que protegia a retaguarda, veio cumprimentá-lo para dizer-lhe que ele não tinha nada a temer, que Nur-el-Din partiria naquela mesma noite, de modo que foi possí-

vel prosseguir a retirada com maior serenidade; os refugiados chegaram sem problemas em Antióquia, onde a princesa Constância também aguardava socorro.

Entre mãe e filho...

Quem reinava em Jerusalém durante todo esse tempo? O jovem Balduíno III, que fora ungido e consagrado em 1143, no dia de Natal, cerca de seis semanas após a morte de seu pai, Folque. Fora também coroado, juntamente com sua mãe — ela que recebera a unção e a consagração em 1131 quando de seu advento. O rei de fato tinha apenas 13 anos, e considerava-se em Jerusalém que os reis só podiam ser considerados maiores aos 15 anos. Era portanto normal que sua mãe exercesse o poder. Sua pouca idade não o impediu, no entanto, de participar ativamente das operações militares desde os 13 anos. Porém os atos de governo, as cartas que provêm da autoridade real trazem a partir de então os nomes do rei Balduíno e da rainha Melisenda; como uma determinada doação feita aos hospitaleiros de Jerusalém em 1145. Sob a pressão das circunstâncias, a ordem começava a tornar-se tão militar quanto de caridade, pois era um dever de primeira importância a defesa de seus hospitais e asilos. Em outros atos, encontram-se fórmulas como: “O supracitado rei Balduíno e sua mãe, a rainha Melisenda, reinando com êxito (1º de fevereiro de 1146).” Ou ainda: “Reinando o rei Balduíno supracitado e a rainha Melisenda, dirigindo o reino com êxito.”

Logo após a morte de seu marido, Melisenda designara um de seus parentes, Manassés de Hierges, como condestável. Seu ofício era um dos mais importantes, porque o condestável presidia a corte dos barões quando o rei estava ausente e era encarregado do comando militar logo após o rei. Vemos a rainha Melisenda enviar seu condestável para socorrer Edessa, ao mesmo tempo em que Filipe de Naplusa e Elinardo de Tiberíade, dois senhores que eram totalmente dedicados a ela. Da mesma maneira, ela nomeia como chanceler um certo Raul que, mais tarde, deveria tornar-se bispo de Belém. Sobrevêm em seguida os acontecimentos da Cruzada e a assembléia imponente e vasta de Acre a 24 de junho de 1148, na qual o rei está

presente assim como sua mãe. Não se sabe aliás quem, dos dois, teve voz preponderante nos acontecimentos que se seguiram e, conseqüentemente, no fracasso dessa importante expedição internacional. A seguir, é Melisenda quem aprova a troca feita pelos cavaleiros de São João em Acre entre os banhos públicos que eles possuem na rua São Leonardo e as casas que pertenceram outrora ao castelão de Acre, Franco. A rainha age designando seu filho Balduíno como aquele que concordou. Parece que ela privilegiou com generosidade os hospitaleiros, pois em 1150 ela lhes fez outra importante concessão.

Melisenda, aliás, favoreceu muito as ordens religiosas, sendo ela própria animada por uma profunda piedade. Guilherme de Tiro tece-lhe elogios, e seu Tradutor (para o francês — não era raro os tradutores acrescentarem seus comentários ao texto) insiste ainda mais em suas qualidades: “A rainha Melisenda, que era uma boa dama para Deus e para o mundo conservou intactos e governou bem sua terra e seus filhos com firmeza e bom senso. Ela se aconselhava junto aos barões para os problemas importantes, mas ela, que estava acima deles, quando não se chegava a um acordo, sabia escolher bem aquele que melhor falava. E sempre ouvia os homens mais leais e seguia seus conselhos.”

Não se possui menos de quatro cartas dirigidas a Melisenda por Bernardo de Clairvaux, aquele que foi a “Voz da Cristandade” na época: “Viveis com complacência e em paz”, escreve ele, “governando a vós e a vossos bens através do conselho dos sábios. Dais preferência aos irmãos do Templo e contaís com eles entre vossos amigos. Enfrentais os perigos iminentes da Terra Santa com sabedoria e providência, com o conselho de gente experiente...” Ele escrevia-lhe assim algum tempo antes da expedição de Luís VII e de Alienor, da qual ele próprio iria participar por um bom tempo, pregando na colina de Vézelay e convencendo um bom número de barões a tomar a cruz com seus rei e rainha.

A apoteose do reino de Melisenda será a consagração solene da Basílica do Santo Sepulcro, a 15 de julho de 1149. Há exatamente 50 anos Jerusalém fora retomada pelos ocidentais. A nova basílica, a que os peregrinos e turistas visitam ainda hoje, obra audaciosa que reunia num único monumento o sítio do Anastasis e do Calvário, assim como

os lugares onde as três cruzes teriam sido encontradas por Santa Helena, era uma realização esplêndida, digna daquelas que surgiam em toda a parte no Ocidente na mesma época. Seria impossível subestimar esse aspecto da reconquista de Jerusalém, que, aliás, acontece ao mesmo tempo que a tentativa mais convincente de se conhecer melhor o Islã, pois em 1141, Pedro, o Venerável, abade de Cluny, manda traduzir o Corão. Desse modo, esses 50 anos de presença na Palestina são marcados pela via pacífica de um conhecimento melhor daqueles que eram chamados de infiéis ou sarracenos, assim como pelo edifício imponente destinado a sobreviver até nosso tempo. E caberia a Melisenda a honra dessa consagração solene.

Pode-se considerar obra sua a edificação do campanário da Basílica do Santo Sepulcro. Da mesma maneira, é possível atribuir-lhe a ornamentação da Basílica da Natividade em Belém: mosaicos magníficos até o fundo, ora representando a genealogia de Cristo, os concílios ecumênicos e algumas cenas do Novo Testamento. O conjunto só foi terminado depois da morte da rainha. Alguns nomes de artistas que ali trabalharam são conhecidos: o mosaísta Efrem e também um tal de Basilius que se diz ser *pictor*, pintor. Provavelmente é também a ele que se deve a iluminura do belíssimo saltério da rainha.

Este merece que o detalhemos um pouco, pois se trata de uma obra-prima da pintura do século XII e dá uma boa idéia da atividade artística na Palestina da época. Esse saltério¹ foi provavelmente executado entre 1131, data da morte de Balduíno II, já que seu *obit* é nele mencionado, e 1144, pois o do rei Folque nele não figura. Melisenda, que só morreu em 1161, deve tê-lo tomado nas mãos pelo menos durante cerca de 20 anos. Foi ela, com toda certeza, quem escolheu as 24 miniaturas de página inteira, a última das quais leva a assinatura “*Basilius me fecit*”. As cenas representadas pertencem todas ao Novo Testamento, a primeira sendo a Anunciação, a última o Cristo em glória pontificando entre a Virgem e São João. Os tipos de rosto, narizes alongados, olhos profundamente marcados, evocam totalmen-

1. Conservado no British Museum (Egerton 1139).

te os tipos tradicionais dos ícones bizantinos, tipos que hoje se tende a aproximar do rosto do Santo Sudário, então conservado em Constantinopla. Os personagens em cada imagem são numerosos, com muitos anjos, tecidos em movimento, cenários sugeridos: as mulheres estão presentes por toda a parte, não apenas na cena da ressurreição de Lázaro, onde Marta e Maria figuram de acordo com a narrativa evangélica, mas também na da entrada de Cristo em Jerusalém ou da descida ao Inferno. E o sudário, assim como “o pano que envolve a cabeça”, de que fala São João, são desenhados com muita nitidez na página que mostra as mulheres santas no Túmulo; finalmente a imagem da Ascensão é alegre, com a Virgem no centro num cenário de árvores em flor.

... Uma coroa disputada

Nos seus últimos anos de vida, a rainha começou a gostar do poder. “O rei Balduino fazia tudo o que sua mãe queria”, observa o autor da *História de Heráclio*. Ora, ao mesmo tempo, o condestável que ela escolhera, Manassés de Hierges, nada fazia para tornar o poder agradável aos outros barões. Certo dos favores de Melisenda, ele tratava a todos com altivez e acabava por se tornar insuportável. “Ele confiava tanto na Dama, que se tornou muito orgulhoso e não tinha qualquer consideração pelos outros barões, mas era desagradável, dava respostas infames e dizia palavras grosseiras a todos.” O descontentamento dos barões só podia se voltar contra a rainha e era endossado pelo rei.

O último atingira a maioridade e, além do mais, conquistara a estima geral por seu comportamento quando das expedições militares. É objeto de louvores estusiasmados da parte de Guilherme de Tiro, entre outros: “Da mesma forma que seu corpo era bem feito e seu rosto belo e colorido, seu coração”, escreve, “era nobre e grande. Ele era perspicaz, generoso e benevolente. Muitas vezes dava mais do que lhe era fácil doar, e não invejava o bem dos outros. Não queria possuir nada sem motivos... Tomava cuidado com perfeição das coisas da Igreja. Desde a sua infância, temia Nosso Senhor e amava-o, e todos os dias ouvia o ofício com grande devoção.”

Ora, Melisenda não parecia disposta a deixar o poder àquele filho tão dotado, que chegava à idade de 21 anos; em outras palavras, ela manifestava as tendências possessivas e aquela ambição que outrora haviam caracterizado sua irmã Alice. Era o caso de se prever uma crise, ainda mais ativada pela presença de Manassés de Hierges. “Entre os primeiros que sentiram um grande ódio de Manassés, estava o próprio rei. Pois ele dizia que o último lhe tirara o amor e a misericórdia de sua mãe, de maneira que ela não fazia nada do que o rei queria... Os barões do país inteiro mantinham-no naquele ódio e atigavam-no cada vez mais, de modo que aconselhavam ao rei não admitir mais que a mãe dirigisse o reino. Pois era uma grande vergonha para ele, que era grande e sensato, não deter o poder, e ainda que uma mulher fosse sua regente como se ele ainda fosse uma criança”, escreve Guilherme de Tiro, no entanto justo e que distribui elogios vivos tanto à rainha quanto ao seu filho.

A crise encubada eclodiu na época da Páscoa, a 30 de março de 1152. “O rei, aconselhado pelos barões, havia pensado em fazer uma belíssima festa em Jerusalém no dia da Páscoa, quando seria coroado. O patriarca e outros homens probos que gostavam da paz no reino, pediram-lhe inúmeras vezes que aceitasse que sua mãe fosse coroada com ele. Ele não quis ceder, mas adiou sua coroação para o dia seguinte ao da Páscoa; no terceiro dia, quando a boa Dama nem mais esperava por isso, o rei chegou coroado na igreja, cercado por todos os seus barões.”

Não se sabe com certeza se esse golpe de autoridade da parte do rei aconteceu na segunda-feira da Páscoa, dia 31 de março, ou na terça-feira. Não há nada de surpreendente por ele ter sido coroado de novo; era um hábito da época repetir a cerimônia de coroação quando era o caso, mas ser coroado sozinho significava que ele não pretendia mais compartilhar o poder com a sua mãe. Foi difícil convencer Melisenda a renunciar ao poder, como se lhe pediu. Balduino III previra uma assembléia para que a renúncia fosse pública: “O rei manteve seus barões com ele (estavam presentes o conde Ivo de Soissons e Gualter, castelão de Saint-Omer). Diante de todos eles, discutiu com sua mãe e disse-lhe que não era bonito ela agir daquela maneira; por isso queria governar a terra segundo a sua vontade... Os barões falaram tanto com a mãe que ela disse aceitar a divisão do

reino e que o rei ficasse com uma metade e ela com outra, porque todas as terras faziam parte de sua herança.” Não ocorreu portanto uma entrega de poder, mas uma partilha entre filho e mãe: a última pretendia conservar Jerusalém e Naplusa. Naquele momento, Balduíno teve de se contentar com Tiro e Acre e suas dependências.

Seria tal partilha viável? Era evidente que o precário reino de Jerusalém, praça-forte minúscula ameaçada pelo Islã por todos os lados, exigia uma defesa militar constante, exposto como era aos assaltos; bastava um chefe turco valoroso como Zengi ou Nur-el-Din para reduzir a nada as defesas que eram possíveis opor a eles. E não eram demais todas as forças reunidas na estreita faixa do território, entre o mar e o Jordão, mantida com dificuldade ao norte até Antióquia, no sul até Gaza, para prestar auxílio em caso de ameaça. Balduíno III acabara de concluir duramente seu aprendizado militar quando da evacuação de Tell Bachir; quando ele fora socorrer o Principado de Antióquia, os barões dependentes dos feudos de sua mãe não haviam contribuído com seu esforço, nem respondido ao seu chamado. Após sua coroação, apressou-se em nomear condestável Onofre de Toron, que o assistira com bravura na circunstância e que só poderia incitá-lo a reagrupar todas as forças do reino. “Ele dizia que convinha mais a ele, que era rei, do que à sua mãe, desgastar-se pelas necessidades do reino e que ele não tinha o suficiente da metade do reino.”

As discordâncias entre Melisenda e seu filho adquiriam a aparência de guerra civil. Decididamente muito cauteloso, Balduíno III atacou em primeiro lugar o condestável nomeado pela rainha, Manassés de Hierges; suspeitava de que ele exercia sobre a mãe uma influência das mais detestáveis. Marchou sobre seu castelo de Magdiel e logo obrigou-o a capitular. Seu castelo e o feudo que dele dependia foram concedidos à família dos Ibelin, enquanto o condestável era intimado a transpor o mar imediatamente e não mais reaparecer na Terra Santa.

Melisenda colocara seu feudo de Naplusa em estado de defesa. Balduíno apoderou-se da praça com facilidade e em seguida foi sitiá-la em Jerusalém. Assistiu-se à cena estranha do rei de Jerusalém sitiando a Cidade Santa, enquanto sua própria mãe se encerrava na torre de Davi

com alguns partidários, o castelão de Jerusalém, Roaldo, o Velho, o senhor de Naplusa, Filipe de Milly e, finalmente, o conde de Jaffa, que não passava do segundo filho de Melisenda, Amauri, com 15 anos, que decidiu ficar ao lado dela contra seu irmão mais velho.

Imediatamente, o patriarca Foucher d’Angoulême, com seus clérigos e religiosos da cidade, resolveu interpor-se entre mãe e filho. Dirigindo-se ao rei, “deu-lhe inúmeras razões pelas quais ele deveria manter a paz tal como sua mãe a fizera e disse-lhe que seus inimigos ficariam muito contentes se a briga entre os dois durasse, pois seu poder se enfraqueceria muito”. Balduíno III recusou-se a ouvir qualquer argumento. “O rei dirigiu-se a Jerusalém e encontrou as portas fechadas. Mandou seu exército acampar ao redor das muralhas e sitiou a cidade”; entretanto, os habitantes “temeram tanto sua cólera que não ousaram deixá-lo fora, mas abriram as portas e receberam-no no interior, a ele e a todo o seu exército.”

Melisenda resistia na torre de Davi. O rei mandou erguer lançadores de pedra e manganelas e instalou-se como que para um sítio demorado. Estava certo de que tal bloqueio não poderia persistir por muito tempo. “Pessoas bem-intencionadas falaram com a rainha que se tornara mais sensata e mostraram-lhe os males que atingiriam a cristandade em virtude da querela deles. Falaram tanto que eles fizeram a paz, de maneira que a rainha conservaria a cidade de Naplusa e suas dependências e deixaria toda liberdade a seu filho em Jerusalém, que era a capital do reino.” Foi assim que se conseguiu a paz e que foram trocados juramentos entre mãe e filho.

Na realidade, os acontecimentos de 1152 que se haviam convertido em guerra civil haviam sido dramáticos, mas rápidos². A crise durara apenas cerca de 20 dias. O rei agira com discernimento e rapidez. De fato, a chancelaria estava vaga. Melisenda tivera de recorrer a um tal de Guido que se diz “clérigo da rainha” para redigir os acordos concluídos durante esse período. Esse clérigo Guido con-

2. H. E. Mayer, que estudou muito minuciosamente esse período baseando-se nas cartas e nas fórmulas empregadas, concluiu que a crise terminou a 20 de abril.

tinuou esse serviço depois que Melisenda se retirou para seu feudo de Naplusa, enquanto Balduíno III restabelecia a chancelaria real em favor de Raul, que ocupara o cargo anteriormente.

Hodierna, a terceira irmã

Aliás, era uma bom momento para a reconciliação do rei e de sua mãe, pois eles teriam de agir juntos numa circunstância que se revelou mais grave do que o previsto. Uma das irmãs de Melisenda, Hodierna, desposara Raimundo II de Trípoli. Filho de Pons e descendente de Raimundo de Saint-Gilles, o conde de Toulouse, sua reputação era um tanto suspeita. Desconfiava-se que, quando o próprio filho e o neto de Raimundo de Saint-Gilles desembarcaram um dia para fazer seus direitos sobre Trípoli valerem, ele mandara envenenar um deles e aliara-se a Nur-el-Din para barrar a estrada ao outro (ele foi mantido cativo em Alepo por 12 anos).

Ora, Raimundo comportava-se com sua esposa Hodierna mais como o sultão de um harém do que como um príncipe cristão. Insuportavelmente ciumento, ele a mantinha quase seqüestrada e não lhe dava qualquer liberdade; aparentemente, no entanto, o comportamento de Hodierna jamais fora maculado de suspeitas como as que circularam a propósito de Melisenda e Hugo do Puiset. Como fizera com Alice, a rainha tomou impetuosamente a defesa de sua irmã mais nova. Foi a Trípoli acompanhada por seu filho Balduíno III. “A rainha Melisenda viera a Trípoli para apaziguar as coisas. Falou ao conde com sensatez e pediu-lhe para deixar de lado aquela loucura, aquela desconfiança de sua mulher.” Mas não era uma missão fácil. “Quando a rainha viu que não conseguiria convencê-lo, achou então que devia levar a irmã para seu país porque ali ela era muito infeliz.” Podemos imaginar as conversas, os conselhos apaziguadores e, para terminar, a sugestão de uma estada em Jerusalém para a jovem Hodierna, de modo que o casal pudesse retomar em seguida uma vida mais tranqüila.

Todo mundo concordara com o projeto, o próprio conde de Trípoli, Raimundo II, assumiu o dever de escoltar a rainha e sua irmã

até a saída dos subúrbios de Trípoli. Ali, o lance teatral: “O conde acompanhara sua princesa e, depois de ter se despedido dela, fora embora. Quando voltou, no momento em que quis entrar pela porta da cidade, os assassinos já estavam nas seteiras. Precipitaram-se sobre ele, desembainharam suas espadas e mataram-no. Raul de Merle, o bom cavaleiro, cavalgava ao lado do conde e, quando viu aquilo, voou para socorrê-lo, mas não conseguiu e foi morto, assim como um cavaleiro seu que quis auxiliá-lo.”

Esses assassinos terríveis (*Haschichin*, “comedores de haxixe”) eram drogados pagos pelo sultão de Cadmus, verdadeiros assassinos mercenários cujo punhal jamais poupava aqueles que haviam sido designados por seu senhor, o Velho da Montanha. Nada permite saber, no caso, quem ordenara aquele assassinato, que parece ter surpreendido muito os cristãos de Trípoli e de outros lugares.

Enquanto isso, o rei Balduíno, que permanecera em Trípoli, estava jogando dados com toda a tranqüilidade. Gritos ergueram-se por toda parte na cidade e correu-se para as armas. Cometeram-se inclusive alguns erros: árabes ou sírios mortos porque foram confundidos com aqueles que eram chamados de ismaelenses. “Quando o rei ouviu a notícia, enlutou-se pesadamente; mandou que buscassem sua mãe e sua tia que estavam indo embora. Ao voltarem, elas sentiram muita dor e verteram prantos e deram grandes gritos sobre o corpo do defunto. Depois disso, ele foi enterrado com muita honra.” O conde só deixava um filho de 12 anos, Raimundo III, e uma filha, também chamada Melisenda. Os barões do país vieram prestar homenagem a Hodierna e a seus filhos diante do rei, que, em seguida, partiu para Jerusalém.

Desse modo, mais um principado ficaria sem defensor capaz de empreender as ações militares. Na época, era normal uma rainha exercer o poder. Mas é evidente que a defesa armada exige cavaleiros treinados, experientes no manejo da lança e da espada e que possuam uma força física sem a qual não é possível se igualar ao inimigo — que está por toda a parte, no caso.

Naquele ano de 1152, o rei estava preocupado, por razões semelhantes, com o destino de Antióquia.

De fato, o Principado de Antióquia também estava nas mãos de uma mulher, Constância, e de um menor, Boemundo III. Se Trípoli era relativamente próxima de Jerusalém, o mesmo não ocorria com Antióquia, exposta na Síria do Norte aos assaltos dos turcos. Era evidente para todos que Constância, com 21 anos quando seu esposo Raimundo de Poitiers morreu, deveria voltar a se casar o mais depressa possível a fim de ter a seu lado um príncipe capaz de defender suas terras e seus súditos. É isso que achava Balduíno quando viera em 1150 ajudar a evacuar as populações de Tell Bachir, que não queriam permanecer sob o domínio bizantino. "O rei Balduíno refletiu de forma correta que o local correria grande perigo quando ele partisse. Chamou a princesa e expôs complacentemente todas essas coisas. Depois, deu-lhe conselhos e pediu-lhe com muita suavidade que, para garantir à cristandade a honra que ela tinha, ela examinasse com atenção e escolhesse um dos barões que estava ali para tomá-lo como senhor. Muitos deles eram sensatos, leais e bons cavaleiros, capazes de governar bem aquela região."

Ora, o Tradutor de Guilherme de Tiro prossegue: "A princesa, que conhecia o perigo que um marido pode representar e o pouco poder que se deixa às damas que têm um esposo não considerou tanto a salvaguarda de sua terra quanto o domínio que exercia e que lhe permitia fazer o que quisesse. E ela respondeu ao rei que não tinha vontade de se casar." Balduíno estava cercado de cavaleiros excelentes, como Ivo de Nesles, conde de Soissons, ou Gualter de Fauquembergue ou de Saint-Omer, príncipe de Tiberíade, ou Raul de Merle (que mais tarde iria perecer dramaticamente tentando assistir Raimundo de Trípoli); todos cavaleiros experientes e, além disso, solteiros, teriam casado de bom grado com a princesa Constância de Antióquia. Tempo perdido, Constância recusava-se com obstinação. Em vão o rei recorreu a uma assembléia solene para tentar convencê-la; ele reuniu os barões e os prelados do principado de Antióquia, assim como os do reino de Jerusalém e, para melhor influenciar Constância, chamou também a condessa Hodierna e a rainha Melisenda, suas tias. "Porém nunca elas conseguiram dobrar sua vontade e (Constância) respondeu que não faria nada daquilo."

A situação era delicada, pois Constância aparentemente se apoiava no patriarca de Antióquia, Aimery de Limoges, a quem não desagradava desempenhar o papel de defensor e protetor da região. Pouco depois, houve uma intervenção do imperador bizantino, Manuel Comneno. Propunha que Constância desposasse seu cunhado, João Rogério, viúvo há pouco de sua irmã Maria. O último foi até Antióquia, com a esperança de seduzir Constância. João Rogério era um normando; podiam existir grandes afinidades entre aquele cavaleiro aprovado pelo mundo bizantino e um principado outrora criado pelos normandos durante a Primeira Cruzada; tempo perdido, pois Constância mais uma vez recusou o marido que viera se oferecer.

Contudo, ela de repente revelaria suas inclinações romanescas. Aquela mulher jovem, que se acreditava insensível às paixões e decidida a prosseguir sua vida como amazona solitária, apaixonou-se por um jovem cavaleiro, caçula sem fortuna, recém-chegado à Terra Santa, chamado Reinaldo de Châtillon.

Guilherme de Tiro traduz o assombro geral produzido por esse lance teatral: "Não deixou de provocar a surpresa de um grande número de gente essa mulher tão notável, tão poderosa e de tão alta nobreza, esposa de um homem tão superior, consentir casar-se com um quase simples soldado." Reinaldo de Châtillon era um aventureiro com todas as qualidades e defeitos do aventureiro clássico: era belo, fogoso, excessivo em seus amores e suas cóleras. Para a princesa Constância, foi amor à primeira vista. No entanto, como dama sensata, embora tivesse entrado em acordo em segredo, "de coração", como diz o cronista, com aquele que queria transformar em seu esposo, "ela não quis concluir o casamento até que obtivesse a permissão e a concordância do rei que era seu primo-irmão e que tinha sob sua guarda o Principado de Antióquia".

Isso aconteceu em 1153; na época, Balduíno estava ocupado com o sítio de Ascalon, no sul do reino. Pouco importa. Reinaldo partiu esporeando o seu cavalo e acabou encontrando o rei, depois de ter percorrido toda a extensão da Palestina de norte a sul. Provavelmente Balduíno ficou estupefato com a escolha da jovem princesa. Porém, afinal de contas, estava procurando um defensor para Antióquia e visivelmente Reinaldo tinha a valentia e até a temeridade de

que se precisava. Deu sua permissão, mandou redigir os proclamas necessários, e Reinaldo voltou imediatamente “na maior alegria” para Antióquia, onde “desposou a dama que muito desejava”. O casamento ocorreu no início do ano de 1153, e Reinaldo de Châtillon, do qual René Grousset fala com correção que era “um guerreiro de prestígio, meio saltimbanco, meio bandido”, tornou-se príncipe de Antióquia ao desposar Constância para o melhor, mas também, como veremos, para o pior.

Aliás, ele não tardou em celebrar-se por um ato de barbárie intolerável. O patriarca Aimery de Limoges não vira com bons olhos um casamento que praticamente o privava do poder que exercia na cidade. Demonstrou uma certa insolência com relação ao recém-chegado, o que feriu demais o último, ainda mais porque provinha de família humilde. Como escreve o Tradutor de Guilherme de Tiro, “o príncipe ficou extremamente magoado e muito perturbado. Ficou tão enraivecido a esse respeito que agiu como um demônio, pois mandou deterem o patriarca e levarem-no ao torreão de Antióquia... Aquele que era sacerdote e bispo consagrado era um ancião doentio. Reinaldo mandou que o amarrassem no topo da torre e que untassem sua cabeça de mel. Ali, exposto ao sol ardente do verão por um dia inteiro, ele sofreu um grande tormento em virtude do sol e das moscas”. Isso depois de ter mandado que chicoteassem o pobre velho até tirar sangue. Quando Balduíno soube do caso, mandou imediatamente a Antióquia o bispo de São João de Acre (Ferry de la Roche) e seu chanceler Raul, com a ordem de soltarem incontinenti Aimery de Limoges e devolverem-lhe seus títulos e dignidades. Mas o patriarca libertado não quis permanecer numa terra que se tornara tão pouco hospitaleira e foi se estabelecer em Jerusalém. “O rei e sua mãe, a boa Dama, o patriarca e os outros prelados do país receberam-no com todas as honras e muita alegria, e ele permaneceu entre eles não sei por quantos anos.”

A seqüência da história só faz confirmar essa primeira impressão lamentável de Reinaldo de Châtillon. Observemos no entanto que ele deveria assistir à consagração da igreja que a princesa Constância decidira mandar erguer no lugar em que um menino, filho de um dos cavaleiros francos de Antióquia, fora milagrosamente curado pela intervenção de São Barsauma, o famoso santo da Igreja Siríaca. O

episódio ocorrera em 1152. “Os pais, com muita alegria, foram ao encontro da princesa (Constância). Os nobres francos e a própria princesa juntaram-se a eles, assim como uma multidão de armênios, sírios e francos. E todos vieram ao lugar onde ocorrera o milagre e onde a criança indicava que estava o santo quando apareceu a ela. A princesa prosternou-se chorando.” Ela então decidira mandar construir no lugar uma igreja jacobita, e foi essa igreja que foi inaugurada na presença de Constância e seu marido Reinaldo a 9 de dezembro de 1156. Miguel, o Sírio, observa que uma multidão de armênios e sírios estava presente naquela cerimônia de consagração, que hoje qualificaríamos de ecumênica; abstiveram-se somente, sublinha, os representantes da Igreja Bizantina.

Alianças entre francos e bizantinos

Entrementes Balduíno iria se dar conta — corria o ano de 1158, ele tinha então 27 anos — de que ainda não se havia casado. Aparentemente tivera até então um comportamento bastante livre (“abusara do pecado da carne mais do que convinha a um rei”, observa a *História de Heráclio*). A tendência de então era uma aliança com Bizâncio. Nada mais natural do que pensar em fortalecer os projetos de entendimento com um projeto de casamento. “(O imperador de Constantinopla) tinha em seu palácio uma grande quantidade de moças de alta linhagem. Decidiu-se que se mandariam mensageiros até lá para pedir ao rei uma delas, pois tinham muita esperança de que, feito isso, viessem apoios e muita ajuda com freqüência do imperador na terra da Síria”, escreve Guilherme de Tiro. Balduíno III enviara desse modo a Constantinopla seu condestável, Onofre de Toron, Guilherme de Barres e um cavaleiro chamado Jocelino Pessel, assim como o arcebispo de Nazaré, que morreu durante a viagem.

A princípio, os embaixadores depararam com algumas hesitações da parte do imperador, Manuel Comneno, que estava muito irritado com a última extravagância de Reinaldo de Châtillon, que promovera um assalto à ilha de Chipre (ela pertencia aos bizantinos) e se comportara, com seus companheiros, como um verdadeiro corsário, saqueando todas as riquezas ao seu alcance, maltratando as

populações, ultrajando as mulheres etc. Os enviados podiam, no entanto, garantir que o rei desaprovava expressamente Reinaldo de Châtillon: Balduíno III lamentava amargamente ter introduzido aquele aventureiro perigoso em Antióquia.

Portanto, Manuel Comneno consentiu que sua sobrinha Teodora, filha de Isaac Comneno, se casasse com o rei de Jerusalém. Ela tinha 13 anos e “era considerada muito bela. Seu corpo era gracioso e ela era toda bem-feita. Seu rosto era bem modelado, sua pele branca e corada, cabelos louros abundantes. Era sensata e agradava a todos”, diz o Tradutor de Guilherme de Tiro. O imperador dotou-a realmente e mandou entregarem “ouro, pedras preciosas, belíssimos vasos estrangeiros, lençóis de seda, tapetes, em tão grande número que se avaliou o conjunto dessas jóias em quarenta mil pérperas” (era uma moeda bizantina; naquela época, cada pérpera equivalia a sete centavos parisis³).

O rei, por sua vez, outorgava como dote a sua esposa a cidade de São João de Acre e seu território. Feitos os acordos, a jovem Teodora embarcou com os embaixadores francos e uma escolta de dignitários bizantinos. Chegou a Tiro em setembro de 1158 e partiu imediatamente para Jerusalém, onde ocorreram as núpcias. Como o novo patriarca, Amauri de Nesle, ainda não fora confirmado por Roma, foi Aimery de Limoges, outrora tão maltratado por Reinaldo de Châtillon, quem celebrou a cerimônia. Ao mesmo tempo que o casamento, ele consagrou e coroou a rainha. Balduíno parece ter se apaixonado por ela. “No dia em que desposou sua mulher, abandonou todos os maus hábitos de sua conduta anterior... e enquanto viveu, foi fiel no casamento, nunca mais pecou com uma mulher. E ele amou tanto sua mulher que lhe prestava grandes homenagens. Usou todos os bons hábitos e um comportamento sensato como se fosse um homem bem mais velho.” Assim se exprime o Tradutor de Guilherme de Tiro, que sublinha a alegria com a qual foi recebida em Jerusalém a jovem rainha bizantina.

3. Antiga moeda cunhada em Paris, que valia um quarto a mais que a cunhada em Tours.

Essa reconciliação com a casa imperial era uma promessa de paz que todos sentiam. A chegada de uma moça da Grécia na casa real dos francos terminava com as discórdias e mal-entendidos que ocorreram desde o momento em que Aleixo Comneno, cerca de 60 anos antes, vira a chegada dos primeiros cruzados e tentara deles obter o juramento de fidelidade. Eles não vinham para recuperar as praças perdidas pelo imperador de Bizâncio, mas para libertar o túmulo de Cristo. Ambigüidade fundamental que não cessara de envenenar as relações entre francos e gregos e que fora agravada mais recentemente pela atitude de Manuel Comneno com o rei Luís VII.

A chegada da princesa Teodora significava que aqueles tempos haviam ficado para trás. Balduíno III estava bem disposto a ajudar o imperador a reparar e, se necessário, a castigar os erros cometidos pelo seu novo e insuportável vassalo, Reinaldo de Châtillon. De fato, este teve de dobrar-se e, antes mesmo de Manuel Comneno chegar ao território de Antióquia, ele foi implorar seu perdão, “cabeça descoberta, descalço, braços nus até os cotovelos, segurando pela ponta sua espada cuja empunhadura ele apresentava ao imperador”. Para o último esta foi uma oportunidade de recuperar Antióquia, que outrora fora arrancada aos turcos pelos primeiros cruzados graças à astúcia do chefe normando Boemundo I. Em compensação, Manuel Comneno perdoava os desvios de Reinaldo e principalmente as pilhagens às quais ele se entregara na ilha de Chipre; além disso, Balduíno III intervinha para que a paz fosse restabelecida entre o imperador e a população armênia de Cilícia onde ocorrera uma revolta há certo tempo.

O rei de Jerusalém era decididamente um rei pacífico. Entre ele e Manuel Comneno, o entendimento diplomático completava-se com uma amizade pessoal. Os dois príncipes haviam aprendido a se estimar mutuamente.

Um incidente ocorrido a 21 de maio de 1159 testemunha esses laços pessoais. A *História de Heráclio* conta-nos esse episódio: “Manuel Comneno quis ir caçar nos bosques e montanhas perto da cidade (Antióquia). O rei, que conhecia melhor o país do que os gregos, disse que os acompanharia e os levou aos lugares onde a caça era mais abundante. Porém, ocorreu que, no dia da Ascensão, enquanto se

entregava a esse divertimento, o rei estava montando um cavalo cuja boca era sensível demais. Quando o esporeou, o cavalo derrubou-o perto de um rochedo, ambos caíram, e o rei quebrou o braço. Quando o imperador soube disso, teve muito dó e partiu imediatamente para aqueles lugares, aproximou-se do rei, desceu do cavalo e, tal como um médico, permaneceu por muito tempo de joelhos diante dele para ajudá-lo a reparar seu braço, como o faria um simples cirurgião. Os barões da Grécia que o viram ficaram muito espantados e pasmos pelo fato de seu senhor ter esquecido sua grandeza e ter se comportado daquele modo, pois não conceberiam que, por amor a outro, ele se humilhasse e descesse tanto. Depois que o braço foi devidamente amarrado e colocado no lugar, eles voltaram a Antióquia. Todos os dias o imperador ia visitar o rei e, quando o cirurgião trocava faixas e ungüentos, o imperador o ajudava com suavidade: não teria prestado mais assistência a seu próprio filho.”

Ora, várias outras uniões franco-bizantinas se seguiriam a estas.

O imperador Manuel Comneno havia de fato perdido sua mulher, a princesa Berta de Sulzbach, uma alemã, durante o verão de 1160. Despachou para o rei de Jerusalém seu sobrinho para pedir a mão de uma princesa franca. Balduíno apressou-se em responder a uma oferta que o honrava e propôs-lhe a jovem Melisenda, sua prima, filha da condessa Hodierna de Trípoli (e portanto sobrinha da rainha Melisenda). Depressa prepararam-lhe um magnífico enxoval. “Grandes adornos e ornamentos foram arranjados para essa moça. O próprio rei e todos os da linhagem cederam de muito bom grado alguns de sua propriedade. Havia muitos vestidos, ricos lençóis de seda, e de todos os tipos; procuraram uma grande quantidade de trajes escarlate e esverdeados, verdes e castanhos; confeccionaram coroas de ouro e de pedras preciosas, cintos, colares, fivelas e anéis e também um outro tipo de jóias que as damas penduram no pescoço e nas orelhas, todos muito ricos e de grande valor. Arranjaram muitos potes de ouro e de prata, louças, caldeirões e panelas e material de cozinha de todo tamanho e de prata fina, sem falar de selas de couro, de lençóis e ricas cobertas, pois havia disso em quantidade demasiado grande e custosas demais.” O conde Raimundo III de Trípoli, seu irmão, mandou construir 12 galeras “muito belas e guarneceu-as de todas as espécies

de coisas, pois tinha a intenção de entrar nessas galeras e acompanhar o comboio de sua irmã até Constantinopla.

Lance teatral: Manuel Comneno mandou avisar, após adiar a data do casamento previsto, que escolhera outra pessoa: decidira-se pela princesa Maria de Antióquia, a filha de Constância e Raimundo de Poitiers; irmã do príncipe Boemundo III, ela devia ter 14 ou 15 anos na época. “Ela era bela”, diz um cronista bizantino, “mais do que bela; bela a tal ponto e de uma beleza tão notável que perto dela pareciam puras lendas todas as narrativas feitas de Afrodite do sorriso doce, de Juno dos braços brancos, de Helena do pescoço flexível, dos pés encantadores e de todas as belas damas que a Antiguidade colocou na categoria dos deuses por sua beleza.”

De fato soube-se que, enquanto ele enviava três embaixadores para negociar o casamento tripolitano com a corte de Jerusalém, Manuel despachara um outro mensageiro para Antióquia para pedir à princesa Constância a mão de sua filha Maria; essa maneira de negociar parecia ser comum na diplomacia bizantina!

O que fazer? Raimundo III de Trípoli sentiu-se ultrajado pela fraude do imperador e pela afronta à sua jovem irmã, mas Balduíno III, mais razoável, resolveu de qualquer forma dar o seu consentimento. “Ele não aplaudia a atitude do imperador nesse caso, mas, como a donzela (Maria de Antióquia) era também sua prima e não tinha pai, ele não quis desviá-la do alto casamento com o imperador.”

Prepararam-se portanto às pressas um dote e um enxoval para Maria, que embarcou em São Simeão, o porto de Antióquia, e, pouco depois, a 25 de dezembro de 1161, ela se tornava a esposa de Manuel Comneno.

O rei Balduíno III não sobreviveu por muito tempo após essa nova aliança franco-bizantina. Morreu muito brutalmente em Beirute, a 10 de fevereiro de 1163, provavelmente envenenado. Acusou-se o médico de Trípoli, Barac, de ter usado suas drogas. A morte de Balduíno, aos 33 anos, foi sentida por toda a população como uma perda inestimável. “O povo acorria de todas as cidades vizinhas, dos castelos e das cidades para fazer luto. Sua dor era aumentada pelo

afluxo de mais gente que acorria. Chorava-se e gritava-se tanto pelos caminhos que se podia ouvir os lamentos de muito longe. Em nenhuma história se relata um luto tão grande por um príncipe em seu reino, pois levou-se oito dias para ir de Beirute a Jerusalém. Todos os dias a região ficava coberta de gente que gritava quando o corpo passava. Até os árabes desceram das montanhas para se misturar aos nossos e faziam um luto maior que o nosso com toda a sinceridade”, escreve Guilherme de Tiro como comentário dessa morte imprevista de um príncipe tão notável. Menciona até que Nur-el-Din, a quem se aconselhou aproveitar a dor da população para invadir as terras do rei de Jerusalém, nada quis fazer, pois, dizia, “nenhum príncipe fora tão bom nessa terra”.

Sua morte ocorria apenas alguns meses depois da de Melisenda, sua mãe (a 11 de setembro de 1161), com a qual ele se reconciliara dez anos antes e que administrava em paz seu feudo de Naplusa. Da mesma forma, Balduíno apagara qualquer vestígio de rancor contra seu irmão Amauri, que o sucedeu sem dificuldades e foi coroado em Jerusalém a 18 de fevereiro de 1163.

CAPRICHOS DE MULHERES, LOUCURA DOS HOMENS

Como sua irmã Alice, Melisenda decerto gostara excessivamente do poder. Pelo menos ela soube, chegada a hora, dominar esse gosto que se transforma com facilidade em paixão descontrolada e entregar a seu filho Balduíno a responsabilidade que a partir de então passou a caber-lhe. O período no qual estamos entrando vai ser marcado por essas paixões descontroladas que atingem tanto o reino de Jerusalém quanto o império de Bizâncio e que levarão ambos a seu declínio. Entre uma rainha Melisenda e uma rainha Sibila, sua neta, uma cabeça louca após uma cabeça forte, encontra-se resumida a decadência prematura da Terra Santa.

Nas últimas décadas do século XII encontramos em primeiro plano as mesmas linhagens com nomes prestigiosos. Porém os descendentes dos primeiros cruzados arruinarão com seu comportamento desregrado a obra de seus ancestrais, que, ao contrário, exigia tanta vigilância e firmeza para ser mantida.

Com a morte de Balduíno III, seu irmão Amauri sucedeu-o no trono. Ele tinha 27 anos, era muito alto e gordo, mas, segundo as testemunhas, sua postura era inegavelmente real. Homem de sangue frio, excelente jurista, era “sensato e prudente, sem medo e sem temor”. Sua mulher era Inês de Courtenay, filha daquela Beatriz que garantira com tanta firmeza a defesa de seu feudo de Tell Bachir, mas também de Jocelino, de moralidade precária. Infelizmente Inês parece ter herdado mais o caráter do pai do que o da mãe: era conhecida pela leviandade que a continuação da história confirmará. Às vésperas da coroação de Amauri, os barões reuniram-se e dirigiram-lhe um ultimato: “Só concordaremos com a vossa coroação depois que vos separardes da mulher que tendes, pois essa mulher não deve ser rainha de uma cidade tão importante quanto Jerusalém”, é o que diz a *Crônica* de Ernoul.

Amauri não demorou para se convencer, já que sua coroação ocorreu apenas oito dias depois da morte de seu irmão. Entrementes Inês fora repudiada, tendo os clérigos argumentado um impedimento de ordem canônica — provavelmente a consangüinidade — que permitia declarar o casamento nulo. Entretanto, admitiu-se expressamente que os dois filhos do casal real, Balduíno e Sibila, conservariam seus direitos à coroa.

Após várias expedições, que, aliás, honraram-no ainda mais, o rei Amauri começa a pensar em se casar novamente. Enviou uma embaixada a Constantinopla, que se prolongou por dois anos e só chegou a bom termo em 1167. Os dois delegados voltaram acompanhando a princesa Maria Comnena, filha de João Comneno e sobrinha-neta do imperador Manuel. Seu casamento com Amauri foi celebrado a 29 de agosto de 1167 em Tiro, onde ela foi coroada com grande solenidade; e, acrescenta a crônica, “o país inteiro se rejubilou”. O rei seguia portanto a política de aliança com os bizantinos inaugurada pelo seu irmão Balduíno — sem dúvida, uma caução de sobrevivência para o reino de Jerusalém, assim como para o próprio império. De sua união com Maria Comnena, Amauri teve uma filha,

Isabel, cujos amores, assim como os sucessivos casamentos, deveriam influenciar por muito tempo os destinos da Síria franca.

Entrementes vários episódios romanescos chamam a atenção sobre as linhagens francas e bizantinas e não cessam de trazer complicações a elas.

Andrônico, o sedutor, e suas conquistas

Entre os parentes do imperador Manuel Comneno encontrava-se seu primo Andrônico, descrito pelas crônicas em termos ditirâmbicos: alto, muito elegante, cavaleiro consumado, às vezes guerreiro temerário, também dizia-se que era dotado de uma eloquência natural e de grande força de persuasão, ao mesmo tempo em que era alegre, espirituoso e até irônico. Esse retrato lisonjeiro não devia estar longe da verdade se acreditarmos nas aventuras que compõem sua existência.

Manuel Comneno designara-o para assumir um comando militar na Cilícia. Ali, Andrônico ouviu falar da jovem Filipa de Antióquia, irmã caçula de Maria, que se tornara imperatriz. Andrônico não tardou a ir a Antióquia e encarou como um dever seu seduzir a jovem Filipa, que devia ter entre 20 e 21 anos. Ele era convincente e ela deixou-se convencer. Provavelmente prometeu-lhe casamento. Ocorre que o imperador, informado dos feitos de seu primo com relação à sua cunhada, enviou prontamente um outro governador da Cilícia, o príncipe húngaro Coloman, para tentar acabar com a aventura esboçada daquela maneira. Parece aliás que Coloman, talvez por excesso de zelo, quis, por sua vez, seduzir a jovem Filipa. Nada conseguiu.

Isso até o dia em que Andrônico, prosseguindo em outra parte seus feitos de sedutor profissional, abandonou aquela que se abandonara a ele. Achando preferível não voltar ao país bizantino, veio oferecer seus préstimos ao reino de Jerusalém. Amauri, que voltava de uma campanha no Egito, onde demonstrara ao mesmo tempo sua habilidade e seu valor militar, apreciou a ajuda que o belo cavaleiro lhe poderia dar e entregou-lhe como feudo a cidade de Beirute.

Andrônico não estava disposto a parar quieto. Não longe do que se tornara seu domínio, em São João de Acre, vivia a princesa Teodora, viúva há cinco anos do rei Balduino III. Ela era muito bonita e só tinha 22 anos naquele ano de 1167. O bizantino foi visitá-la, não conseguiu evitar fazer-lhe a corte e, como geralmente acontecia com ele, soube fazer-se amar. Teodora foi a Beirute e nunca mais foi embora. Furioso quando o soube, Manuel Comneno mandou dizer ao rei Amauri que ele deveria sem mais demora apoderar-se de seu primo sedutor e mandar furarem-lhe os olhos, de acordo com uma tradição estabelecida em Bizâncio. Percebendo que a estada em Beirute deixara de ser segura para ele, Andrônico decidiu fugir com sua nova conquista. Mandou anunciarem sua partida por toda a parte. Teodora fingiu querer acompanhá-lo até as portas da cidade e ali pegou a estrada com ele.

Onde se refugiar, quando nem o império de Bizâncio, nem o reino de Jerusalém constituiriam um abrigo seguro para eles? Os dois amantes rumaram para Damasco, onde foram acolhidos pelo sultão Nur-el-Din. Em seguida alcançaram Harran, onde a princesa deu à luz um filho e, depois, Bagdá. Porém a hospitalidade dos Estados turco-árabes era por demais limitada, pois vê-se-os a seguir indo a Mardin e Erzurian: uma vida de casal perseguido durante a qual a ex-rainha Teodora foi finalmente reconhecida e presa pelo governador de Trebizonda. Andrônico resolveu então ir implorar a misericórdia de Manuel Comneno e jurou-lhe submissão. Prestou-lhe juramento de fidelidade, assim como a seu filho Aleixo II. Isso aconteceu no mês de julho de 1180. O imperador morreria pouco tempo depois, a 24 de setembro do mesmo ano.

Deve-se assinalar entretanto a terrível catástrofe que abalou a região: o terremoto de 29 de junho de 1170. A cidade de Antióquia foi arruinada e não voltaria a recuperar-se da catástrofe. Houve danos sérios igualmente em Laodicéia, no Crac dos Cavaleiros, em Trípoli, assim como em Alepo, em Homs e outras praças muçulmanas. Toda a região sentiu o tremor com força. Em Antióquia, a catedral grega desmoronou, enterrando padres e fiéis no momento em que era celebrada a missa. O patriarca grego Atanásio II foi atingido mortalmente e o velho patriarca latino, Aimery de Limoges, aproveitou para voltar a seu posto no antigo principado normando.

A despeito da trégua forçada imposta pela ruína do país, a data também coincide com a ascensão ao poder de um personagem novo, que se tornaria lendário: Saladino. A situação do pequeno reinado franco tornava-se cada vez mais crítica, entre Nur-el-Din, que iria atacar mais uma vez o Principado de Antióquia e o Condado de Trípoli, e Saladino, que assumiria o poder no Egito após uma série de ataques. Também a morte de Manuel Comneno acontece numa época em que o Império Bizantino encontra-se cada vez mais ameaçado. Em 1180, sua esposa Maria de Antióquia exerce a regência, pois seu filho, Aleixo II, tem apenas 11 anos. Associando seu filho ao trono, Manuel confiara expressamente a regência a sua esposa contanto que ela tomasse o hábito — o que impediria que ela voltasse a se casar com um príncipe franco ou bizantino.

Mesmo depois de tomar o hábito monástico, Maria de Antióquia permaneceu no palácio de Constantinopla, com a ajuda de um sobrinho de Manuel, cujo nome também era Aleixo. Mas Maria era estrangeira; os outros membros da família dos Comneno não apreciavam a autoridade que ela exercia. Houve um complô atrás do outro, fomentados principalmente por uma outra Maria, filha do primeiro casamento de Manuel Comneno, e por seu esposo Ranieri de Montferrat, com o apoio do patriarca Teodósio, e as revoltas sucederam-se.

Andrônico logo compreendeu como poderia aproveitar a situação. Ele residia então às margens do Mar Negro, em Oinaion ou em Sinope, e acompanhava com atenção os acontecimentos. Na primavera de 1182, depois de reunir um exército, atacou Constantinopla e sua chegada provocou um levante sem precedentes. Logo a cólera popular voltou-se contra os ocidentais. Todos os que não conseguiram refugiar-se em seus barcos foram massacrados selvagememente, padres e monges gregos excitando o povo e chegando a decapitar o cardeal João, legado do papa Alexandre III.

Após algumas alianças que poderiam dar esperanças de um entendimento durável, o fosso era mais profundo do que nunca entre Bizâncio e o Ocidente.

Andrônico deixou passar algum tempo antes de entrar na cidade de Constantinopla; depois, apaziguados os levantes, seguro de si,

ele manifestou-se com a habilidade e também com a brutalidade que se poderia esperar dele. Começou por fazer coroar em setembro de 1182 o jovem Aleixo II, ao mesmo tempo em que se livrava com veneno de Maria e Ranieri de Montferrat e acusava de traição a regente Maria de Antióquia, que foi condenada à morte e estrangulada em seu cárcere. Substituindo por seus homens os principais funcionários e até o patriarca Teodósio, Andrônico conseguiu ser coroado um ano depois em Santa Sofia pelo novo patriarca, Basílio. Restava o jovem Aleixo; mandou estrangulá-lo em seu leito e desposou sua noiva, Inês, que tinha 11 anos e era filha do rei da França, Luís VII.

O que aconteceu em seguida leva ao extremo as inconseqüências tão freqüentes na história — e particularmente, deve-se dizer, na dos últimos anos do Império Bizantino. Andrônico toma uma série de medidas mais sensatas, suprime os abusos, diminui os impostos, proporciona aos agricultores uma segurança que até então lhes fazia falta, empreende reformas úteis, mas choca-se com todos aqueles que o censuram por ter usurpado o trono e que imediatamente são objeto de represálias cruéis. Em 1184, um sobrinho de Manuel, Isaac Comneno, apodera-se da ilha de Chipre e ali se proclama imperador: Andrônico manda massacrar seus parentes que haviam permanecido em Constantinopla, multiplica as violências e entende-se com Saladino para uma partilha dos Estados cristãos.

Ora, ao mesmo tempo, um descendente dos normandos, tradicionalmente inimigos dos bizantinos, Guilherme II, rei da Sicília, acolhia um dos sobrinhos de Manuel em sua corte. Também chamado Aleixo, faziam-no passar por Aleixo II, o filho de Manuel que teria escapado à morte. Guilherme II embarcou com uma frota importante e o desígnio confesso de retomar Constantinopla de Andrônico, o usurpador. A 24 de junho de 1185, ele se apoderava de Durazzo e a 24 de agosto tomava de assalto Tessalônica, feudo dos Montferrat. Em Constantinopla, todos entraram em pânico. Os membros da nobreza sublevaram-se contra Andrônico. Um deles, Isaac, o Anjo, foi proclamado imperador pela multidão a 12 de setembro de 1185, durante um levante. Rejeitado por todos, Andrônico tentou embarcar no Mar Negro, foi reconhecido, pego e linchado pela população: fim miserável para um aventureiro. Desde então se irá afirmar o declínio, lento mas definitivo, do Império Bizantino.

O heróico rei leproso

Na mesma data, o reino de Jerusalém também se aproximava de seu fim.

O rei Amauri morrera cerca de dez anos antes, a 11 de julho de 1174, de um acesso de disenteria. Seu jovem filho Balduíno IV fora reconhecido rei e consagrado três dias depois na Basílica do Santo Sepulcro. Ele tinha 13 anos: quando criança, “era muito belo, prestativo e aberto e cavalgava muito bem, melhor do que seu pai... Tinha uma ótima memória, conhecia as letras bastante bem e guardava muito bem as histórias, contando-as de muito bom grado”. Guilherme de Tiro, a quem fora confiada sua educação, descreve nos termos mais favoráveis esse jovem tão bem-dotado. Com grande tristeza também, conta como percebera que, ainda criança, Balduíno ficara *mesel* (leproso). Um dia em que o estava observando brincando com outras crianças, ele percebera que Balduíno não sentia qualquer dor nos braços e nas mãos quando se arranhava. Depois de examiná-lo com maior atenção, constatou que o tecido adiposo que precede a lepra já invadira suas mãos e seus braços. Nada conseguiu deter os progressos da terrível doença. O reinado de Balduíno IV¹ deveria ser apenas uma longa agonia.

Esse adolescente, que morreu aos 24 anos, iria no entanto conquistar as últimas e mais surpreendentes vitórias do reino de Jerusalém, e isso contra um adversário como Saladino. Entre outras a de Tell Gezer onde, a 25 de novembro de 1177, 300 cavaleiros afugentaram e encurralaram até a derrota os exércitos turcos, apesar de sua assombrosa superioridade numérica, incluindo os mil mame-lucos que cercavam Saladino. O rei tinha então 17 anos. Dia épico, contado pelos cronistas em termos entusiasmados: um deles era Miguel, o Sírio, patriarca da Igreja Jacobita, que foi testemunha dos acontecimentos.

1. Remetamos aqui à obra que lhe foi consagrada por Pierre Aubé, *Baudouin IV de Jérusalem, le roi lépreux*, Paris, 1981.

“Todos”, escreve, “havia perdido a esperança, pois o mal da lepra começava a aparecer no jovem rei Balduíno que ficava mais fraco e, desde então, todos tremiam. Mas Deus, que faz sua força aparecer nos fracos, inspirou o rei enfermo. O resto de suas tropas reuniu-se ao redor dele; ele desceu de sua montaria, prosternou-se, o rosto no chão diante da cruz, e orou chorando. Ao ver isso, o coração de todos os soldados se comoveu. Todos estenderam a mão sobre a cruz e juraram jamais fugir e, em caso de derrota, considerar traidor e apóstata quem fugisse em vez de morrer. Voltaram a montar e avançaram contra os turcos que se rejubilavam, pois acreditavam ter vencido. Ao ver os turcos cujas forças pareciam um mar, os francos concederam-se a paz e pediram uns aos outros o perdão. Em seguida travaram a batalha. No mesmo instante, o Senhor ergueu uma tempestade violenta que tirava a poeira do lado dos francos e jogava-a no rosto dos turcos. Então os francos, compreendendo que o Senhor aceitara seu arrependimento, tomaram coragem, enquanto os turcos recuavam e fugiam. Os francos perseguiram-nos matando e massacrando o dia inteiro.” E a crônica de Ernoul resume: “Nunca Rolando ou Olivier fizeram tantas proezas em Roncevaux quanto... naquele dia com a ajuda de Deus e de monsenhor São Jorge que estava no combate conosco.”

Mais difíceis de vencer seriam as inconseqüências e as intrigas do círculo do jovem rei leproso. Sua mãe Inês de Courtenay reapareceu no primeiro plano após a morte de Amauri; quanto à sua irmã Sibila, seus amores extravagantes colocariam o reino em perigo.

A extravagante Sibila

Sibila fora criada por sua tia-avó Ivete no Convento de São Lázaro de Betânia, do qual a irmã caçula de Melisenda era abadessa. Porém, ao sair de lá, não tardou a manifestar uma vontade caprichosa pouco compatível com suas obrigações de futura rainha de Jerusalém. É a ela de fato que cabia uma sucessão que, com o passar dos anos e o agravamento do mal de Balduíno, era previsível, logo lhe calharia.

Sibila, senhora do feudo de Jaffa, ficara viúva após poucos meses de casamento com Guilherme de Montferrat e era mãe de um

outro pequeno Balduíno. Impunha-se um novo casamento para a defesa do feudo. O desejo do rei leproso era de que ela desposasse Hugo II de Borgonha, do qual se diziam ter tomado a cruz, porém jamais foi à Terra Santa. Por outro lado, ela era cortejada por Balduíno de Ramlah, da família dos Ibelin, viúvo da condessa de Cesaréia. Há muito tempo Balduíno estava apaixonado por Sibila: chegara a abandonar sua primeira mulher, Richilda de Beisan, por amor a ela, e foi por despeito que desposara em seguida a condessa de Cesaréia; porém esta morrera no início de 1180, deixando-lhe uma filha.

Entrementes Balduíno de Ramlah fora feito prisioneiro quando da batalha de Marj Ayun e definhava numa prisão de Damasco. Foi ali que lhe chegou um dia uma mensagem de Sibila. A jovem informava-lhe que, assim que ele comprasse sua liberdade pagando um resgate, ela se casaria com ele. Seguiu-se uma cena penosa. Balduíno pede que Saladino estabeleça o resgate, e o último impõe a enorme soma de 200 mil besantes: resgate real. Balduíno confessou que não tinha como pagá-lo. O sultão, furioso, ameaçou arrancar-lhe todos os dentes e começou por mandar extirpar dois deles. Balduíno implorou e acabou por inspirar dó, jurando que ele liquidaria seu resgate assim que fosse libertado; Saladino soltou-o. E Balduíno de Ramlah, todo feliz, correu para Sibila.

Estupor: esta mudara de idéia. Começou informando seu apaixonado que, em primeiro lugar, ele deveria recuperar de fato sua liberdade pagando o resgate estabelecido. Balduíno foi a Constantinopla e solicitou a ajuda do imperador — era ainda Manuel Comneno —, que, generoso, mandou que dessem a ele, em besantes de ouro, a soma enorme de que necessitava. Tempo perdido, pois, quando Balduíno saiu de Constantinopla para voltar a Acre, Sibila já tinha outros planos.

Na realidade, um verdadeiro complô havia sido montado em torno da jovem, extravagante e sentimental, por alguns membros da família Ibelin. Um cruzado recém-chegado na Terra Santa, Amauri (ou Aimery) de Lusignan, desposara Echive de Ibelin, justamente a filha que Balduíno de Ramlah tivera de sua primeira esposa repudiada. Ora, esse Aimery não cessava de louvar diante de Sibila um irmão que ele tinha na França e que diziam ser o mais belo cavaleiro de seu

tempo: Guido de Lusignan. Com a conivência de Inês de Courtenay, aticava cada dia mais na romanesca Sibila o desejo de conhecer o belo cavaleiro. Guido acabou por desembarcar na Síria, e sua aparência não decepcionou a jovem mulher: suas maneiras eram elegantes, tinha um rosto sedutor à vontade. Eram seus melhores trunfos; como escreve de fato o cronista normando Ambrósio: “Era menos dotado de fato de inteligência, pois era o que chamamos ‘um simples’.” Sibila nem por isso deixou de se apaixonar por ele e, por volta da época da Páscoa de 1180, seu irmão leproso resignou-se a aceitar sua união — aliás, tornada indispensável... — com o cavaleiro de Poitevin que se tornava conde de Jaffa e Ascalon.

Aquele casamento trazia muitas ameaças para o futuro do império. Por volta da mesma época, uma outra união, não menos nefasta para o reino, também foi concluída.

A aventureira Estefaneta

Ela concerne a Estefaneta de Milly, a que é chamada de Dama do Crac. Não se trata do Crac dos Cavaleiros situado ao norte, na Síria, mas do Crac de Moab, a leste do Jordão. Estefaneta é dama da terra do Além-Jordão, o que se chama hoje de Transjordânia. Teve uma vida bastante movimentada, já havia se casado duas vezes, e seu segundo marido acabou assassinado um dia nas ruelas de Acre bastante misteriosamente.

A dama do Crac não poderia permanecer viúva por muito tempo: era difícil imaginar a terra e o castelo de Além-Jordão sem um defensor armado. Sua fortaleza de Kerak (é o nome que permaneceu até hoje) fora construída pelos cruzados em 1142 para defender um território percorrido por caravanas que se dirigiam para o Mar Vermelho. Era uma construção imponente; da obra dos cruzados subsiste principalmente uma grande muralha aparelhada de pedras vulcânicas que eles haviam extraído no local e desbastado rapidamente. Estefaneta casou-se portanto pela terceira vez com o famoso Reinaldo de Châtillon (viúvo de Constância de Antióquia). Este, do qual já falamos acima, acabara de passar 16 anos nas prisões de Alepo, mas nem por isso melhorara muito. Deve-se acreditar que nada perdera de sua

sedução, pois Estefaneta foi logo conquistada; seu passado de aventureiro fazia dele, em todo caso, um defensor possível e provavelmente zeloso da terra de Além-Jordão. O rei Balduíno IV aceitou o casamento, pois achava que um combatente intrépido poderia ser útil, principalmente numa região afastada o suficiente de Jerusalém para não prejudicar demais o reino. Nisso, o infeliz rei leproso estava enganado.

Por sua vez, o terrível “Arnaout”, como o chamam os cronistas árabes, o “Satã dos francos”, como ainda dizem, considerou com entusiasmo a perspectiva de tornar-se o senhor da terra de Além-Jordão: Kerak não se situava no percurso das caravanas que seguiam a estrada de Hedjaz para ir à Meca? As vias dos peregrinos são igualmente as dos mercadores; os comboios de camelos provenientes de Damasco transportavam número suficiente de tecidos preciosos, perfumes, temperos, incenso, ouro e prata — sem falar das armas “marchetadas” — para despertar a cobiça de um pilhador inveterado como ele. Realizou seu feito mais audacioso em 1182. Tratava-se de nada menos do que lançar uma frota no Mar Vermelho para se apoderar do tráfego comercial e cortar a rota dos peregrinos do Islã; um cronista árabe chega a afirmar que ele queria apoderar-se do corpo do Profeta para obrigar os que iam em multidão venerá-lo a pagar pedágio em seu próprio território. Reinaldo mandou construir cinco barcos que foram transportados em pedaços em lombo de camelo até Eilat; dois deles bloquearam o porto, enquanto os outros içavam velas rumo à Núbia, saqueavam o porto de Aidhab, capturavam uma caravana, apoderavam-se na costa do Hedjaz de um grande navio de comércio que partira de Djeddah. “Grande era o terror dos habitantes da região, principalmente dos de Meca, que viam luzir como sinistros clarões as conseqüências dessa invasão. Nunca se havia ouvido semelhantes notícias, nem se visto a gente de Rum (francos) naquelas paragens. Acreditava-se que estava chegando a hora do juízo final.”

Saladino apelou para seu irmão, Malik al-Adil, que, por sua vez, mandou desmontar navios do porto de Damietta para fazê-los subir até Eilat onde venceram as naus francas que ali se encontravam. A seguir, ocorreu uma caçada em regra aos corsários pelo Mar Vermelho. Saladino ordenou que se decapitassem todos os que caíssem nas mãos dos egípcios.

Algum tempo depois desse audacioso intermédio, a Dama do Crac decidiu celebrar as núpcias de seu filho Onofre com Isabel de Jerusalém, de quem ele era já noivo há três anos. Mandaram-se convites para todos os barões. Reinaldo de Châtillon, que provavelmente desejava que esquecessem seu passado duvidoso e seu fracasso recente com uma cerimônia que veria entrar em sua senhoria do Além-Jordão a própria irmã do rei de Jerusalém, não mediu despesas. Foram chamados saltimbancos e menestrelis. Podemos nos reportar à descrição de um casamento cristão do qual o cronista árabe Ibn Djobair foi testemunha na cidade de Tiro para imaginar o dos dois juvenzinhos que se uniram naquele dia na capela de Kerak: “A noiva estava esplendidamente enfeitada e usava um vestido de seda magnífico tecido de ouro cuja cauda varria o chão de acordo com o modo deles habitual de se vestir; em sua fronte brilhava um diadema de ouro recoberto por uma rede tecida de ouro, e seu peito estava ornado da mesma forma. Assim ornamentada, ela avançava oscilando em passinhos, parecida com uma rolinha... Os cristãos principais, vestidos com trajes suntuosos de cauda muito longa, eram nisso acompanhados pelas cristãs, seus pares e iguais que, igualmente recobertas com seus vestidos mais belos, avançavam, arrastando com elas seus mais belos ornamentos. Começou-se a andar, a orquestra na frente, enquanto os espectadores, muçulmanos e cristãos, assistiam ao desfile.”

Os dois esposos juntos não têm 30 anos; Isabel tem apenas 11, mas as meninas desenvolvem-se depressa no Oriente com essa idade. Quanto a Onofre, as testemunhas árabes da época reconhecem que sua beleza era digna daquela com quem estava se casando (“Vi o jovem: era realmente muito bonito”, declaram os cronistas). Onofre é, além disso, culto, fala a língua da região tão bem quanto o francês e, mais de uma vez em sua vida, servirá de intérprete. Os jovens esposos estão muito apaixonados e nada se poupou para o brilho de suas núpcias, apesar de as circunstâncias terem se tornado dramáticas naquele 22 de novembro de 1183. De fato, Saladino, desejoso de se vingar de “Arnaout” foi naquele mesmo dia sitiá-lo Kerak. Suas tropas investiram tão brutalmente contra a cidadela que quase entraram no castelo de surpresa; citam-se nessa oportunidade as proezas de um

cavaleiro chamado Yvain, como o do famoso romance (*Yvain ou le Chevalier au lion* [Yvain ou o Cavaleiro do leão]) que, dando grandes estocadas à direita e à esquerda, conseguiu defender a entrada, enquanto às pressas se erguia a ponte levadiça, para onde, todo crivado de flechas, ele conseguiu saltar no último momento.

Apesar do ataque inesperado, as festas do casamento prosseguiriam na vasta fortaleza contra a qual Saladino mandou erguer oito manganelas com as quais bombardeava as muralhas sem cessar. Ora, Estefaneta mandou mensageiros ao sultão; as portas abriram-se, deixando os criados encarregados do banquete de núpcias passarem. Gostaríamos aqui de contar com a descrição de pratos refinados — patês de carne de caça, pássaros assados enfeitados com suas penas, frutas dispostas em andares em guardanapos cintilantes etc... mas o cronista Ernoul enumera apenas “pão e vinho, boi e carneiro” sem entrar em maiores detalhes. Em outras palavras, Estefaneta convidava Saladino e seu exército a participar do festim. “A Dama do Crac cumprimentava-o”, disseram. “Lembrava-lhe de que, quando ele era criança e ficara como refém naquele castelo, ela muitas vezes o carregara nos braços. Comovido com essa recordação, Saladino “agradeceu-lhe muito”. Perguntou aos mensageiros em que torre estava ocorrendo o banquete. Imediatamente deu ordens a seu exército para que poupasse aquela parte da fortaleza.

Apesar daquela troca de cortesia, Reinaldo estava prestes a ser pego numa armadilha. Mandou acender uma enorme fogueira no último andar da torre mais alta. Quando o tempo estava claro, a uma distância de cerca de 80 quilômetros, divisavam-se de lá os topos da torre de Davi em Jerusalém ou pelo menos as do Jardim das Oliveiras. Um castelo se correspondia com o outro por aquelas fogueiras durante a noite e, durante o dia, acrescentava-se palha molhada ao fogo, o que produzia uma fumaça negra também bem visível. O rei Balduino logo foi avisado do perigo que o Crac de Moab estava correndo. Convocou seu “ost” imediatamente e se pôs a caminho. Saladino não insistiu e ergueu o cerco. Deveria se vingar quatro anos depois, quando do desastre de Hattin.

O rei leproso acabou morrendo a 16 de março de 1185. A coroa cabia de direito a Sibila, ainda mais porque seu filho, chamado pelos cronistas de Balduininho, morreu alguns meses depois, em setembro de 1186. Sibila iria usar seu novo poder de maneira extravagante: apesar da oposição dos barões, depois de ter sido ela própria coroada, “pegou a coroa e chamou seu senhor, Guido de Lusignan e disse-lhe: ‘Senhor, aproximai-vos e recebei essa coroa, pois não sei de lugar melhor para colocá-la.’ Este se ajoelhou diante dela e ela colocou-lhe a coroa na cabeça.”

Sibila tinha a alma romanesca, mas, era evidente, pouco senso político. Seu gesto criava-lhe dois inimigos: em primeiro lugar, o conde Raimundo III de Trípoli, ao qual o rei leproso confiara durante dez anos a defesa do reino de Jerusalém em seu leito de morte e que não fora nem consultado, nem poupado. E também o antigo apaixonado pela rainha, Balduíno de Ramlah, que, em vez de prestar homenagem a Guido de Lusignan, preferiu abandonar suas terras, entregá-las a seu irmão Baliano II de Ibelin e retirar-se para Anti-óquia, onde o príncipe Boemundo III o recebeu muito bem. O Continuidor de Guilherme de Tiro acrescenta que, ao se retirar, Balduíno de Ramlah profetizou o futuro dizendo de Guido de Lusignan: “Não será rei nem por um ano!” — e, observa o cronista, “coroadado em meados de setembro (1186), perdeu seu reino em São Martinho” (a segunda festa de São Martinho, a 4 de julho (1187), que se chamava São Martinho, o Fervoroso).

Sibila fizera o vazio em torno dela, afora algumas personalidades culpadas de terem lhe dado conselhos ruins; em primeiro lugar, sua mãe, Inês de Courtenay; com esta, o patriarca de Jerusalém, Heráclius, de costumes dissolutos e muito desconsiderado; e ainda o mestre do Templo, Geraldo de Ridefort, cavaleiro errante que conseguira ser eleito pelos templários e odiava o conde de Trípoli. Quanto aos outros barões, apavorados com as pessoas nas mãos das quais estava o destino da Terra Santa, a princípio tentaram encontrar um outro senhor e para isso dirigiram-se a Onofre de Toron, cuja linhagem, estabelecida no reino de Jerusalém desde as origens, ilustrara-se

mais do que as outras entre eles. Onofre era um rapaz extremamente belo, mas sem caráter. Declinou a honra perigosa que lhe faziam e chegou até a se desculpar perante Sibila e Guido por ter sido sondado para o cargo.

Entrementes, aquele que a imprudente Estefaneta de Milly havia transformado em seu esposo, Reinaldo de Châtillon, cometeu o ato inqualificável que deveria desencadear a catástrofe: saqueador inveterado, da mesma forma que outrora pilhara a ilha de Chipre, atacou uma caravana de peregrinos que ia a Meca — os quais, cúmulo da fatalidade, estavam levando com eles a própria irmã do sultão Saladino.

Ora, esse ato de pirataria foi cometido num momento em que os adversários haviam jurado uma trégua de quatro anos. Não havia desculpas para aquele gesto e sua gravidade colocava em perigo o reino de Jerusalém inteiro. Intimado pelo rei Guido a renunciar ao butim que conseguira e a oferecer reparação ao sultão, Reinaldo de Châtillon recusou-se a isso com insolência.

A conclusão dessa série fatal de erros e de violências foi a batalha dos Chifres de Hattin a 4 de julho de 1187, onde iriam desaparecer o exército franco e o conjunto das forças ocidentais ao redor de Jerusalém, a Cidade Sagrada. Saladino ali entrou como vencedor a 2 de outubro. Ao final daquela batalha de Hattin, como ele se prometera, ele próprio cortou a cabeça de Reinaldo de Châtillon. Em compensação tratara com cortesia os outros prisioneiros, entre eles Guido de Lusignan, e concedera a liberdade à rainha Sibila, a Maria Comnena, a ex-rainha proprietária de terras que se tornara a esposa de Baliano de Ibelin, assim como a Onofre de Toron — acedendo de novo, como quatro anos antes, aos pedidos de sua mãe Estefaneta.

Saladino sentia-se senhor da situação. Ninguém de fato duvidava então do desaparecimento do Reino de Jerusalém.

ISABEL OU A RAZÃO DE ESTADO

“No ano de 1187, no quarto dia de julho, os cristãos foram derrotados e a Verdadeira Cruz perdida; e o rei Guido preso e Acre rendida e Ascalon rendida aos sarracenos e todo o reino de Jerusalém fora de Tiro; e, nesse dia, o sol ficou escuro.” Assim se exprimem os *Anais da Terra Santa*, aos quais uma outra crônica, a *Gesta da gente de Chipre*, acrescenta apenas que ocorreu, ao mesmo tempo, um terremoto em Chipre e que, pouco depois, a cidade de Jerusalém foi perdida.

Assim encontra-se exposta em resumo a série de acontecimentos catastróficos que acabou com o reino de Jerusalém propriamente dito. Perdida, a Cidade Santa jamais será reconquistada (a não ser durante 15 anos, e de maneira muito precária). Durante quase um século, de julho de 1099 a julho de 1187, o desejo do papa Urbano II, ouvido pelo conjunto dos povos do Ocidente terá sido realizado, aliás, contra todas as expectativas. A história do mundo conhecido foi transformada por aquela excursão de homens e mulheres, dos quais muitos se implantaram na estreita faixa de terra que por três vezes na história da humanidade foi a Terra Prometida: na antiguidade hebrai-

ca, na época feudal de que tratamos aqui e no nosso século XX com a formação do Estado de Israel. Entre o Mediterrâneo e o Jordão, num sítio, é verdade, de beleza excepcional, jamais qualquer território orientou como aquele a atenção dos homens, jamais qualquer reino foi reivindicado com maior ardor.

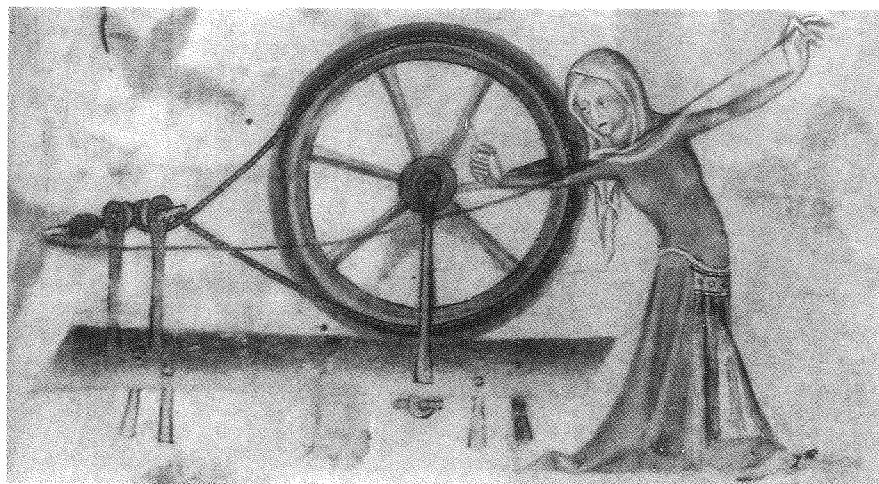
A data da batalha de Hattin marca nessa história uma reviravolta decisiva e nela, mais uma vez, as mulheres desempenham um papel da maior importância, enquanto outras, em grande número, sofrerão os desastres que se seguirão. O destino de uma dessas mulheres, que viveu todos os acontecimentos surpreendentes do final do século XII, é particularmente cativante: o de Isabel de Jerusalém, cuja história tocante todos os historiadores evocaram. Destino exemplar que pode servir de fio condutor para lembrar esses acontecimentos, onde se entrecruzam muitas outras personalidades heróicas ou nefastas.

Isabel tem 15 anos quando do desastre de Hattin. Sua infância e sua juventude foram marcadas pelos acontecimentos que, sob o olhar do historiador e com o recuo do qual usufrui, poderiam fazer prever esse final de época. Filha do rei Amauri I e de sua segunda mulher, Maria Comnena, é meia-irmã de Sibila e de Balduino IV; viu seu irmão tornar-se leproso, a doença executar sua obra e realizar seus danos no corpo do adolescente, cerca de dez anos mais velho do que ela. Nascida em 1172, só tem dois anos quando seu pai morre. Sua mãe, que foi então afastada da corte e ganhou o feudo de Naplusa, seu território pessoal, voltou a se casar dois anos depois, em 1177, com Baliano II de Ibelin.

Ao redor do jovem rei, que viveu sua curta vida num heroísmo cotidiano e se desdobrou para defender o reino com uma energia assombrosa, os sintomas de decomposição — desta vez moral — apareceram aos poucos; deve-se imputá-la ao ambiente que incitava ao langor, a uma espécie de perda de identidade em contato com a mistura de populações entre as quais se vive? Um exemplo marcante é fornecido pelo historiador do Principado de Antióquia, outrora conquistado graças à astúcia e à tenacidade de Boemundo de Tarento.



Durante as escavações que mandou fazer em Jerusalém, Santa Helena, mãe do imperador Constantino, ao lado do sítio do Calvário, descobre as três cruzes e discerne a de Cristo, com o auxílio de um judeu converso chamado Judas. A Descoberta da Santa Cruz é comemorada na Igreja a 14 de setembro, ao mesmo tempo em que se comemora a inauguração da basílica constantiniana, a 14 de setembro de 335. Manuscrito do século VIII (CLXV da Catedral de Vercel, *Canones conciliorum*) (1).



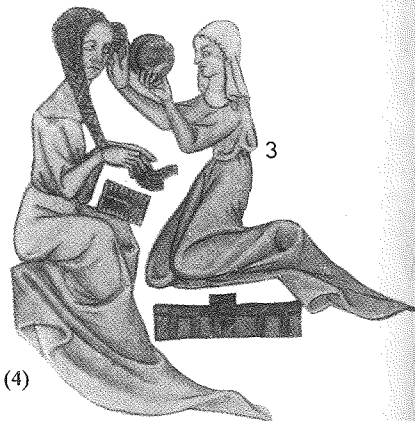
2

As tarefas cotidianas

Mulher penteando a lã e fiando-a na roca (2)

Mulher fazendo a toalete, o pente no colo; uma serva apresenta-lhe o espelho (3)

Mulher, a rocada debaixo do braço, jogando grãos às aves (4)



3



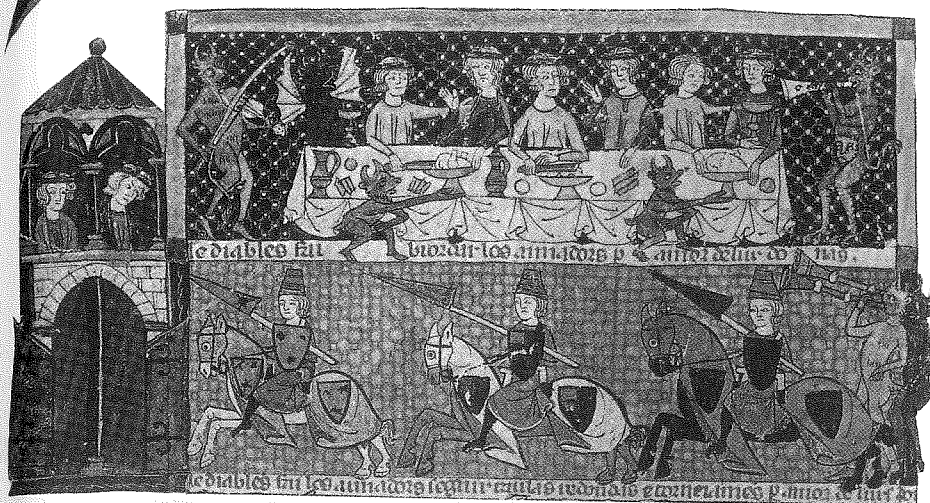
4

5

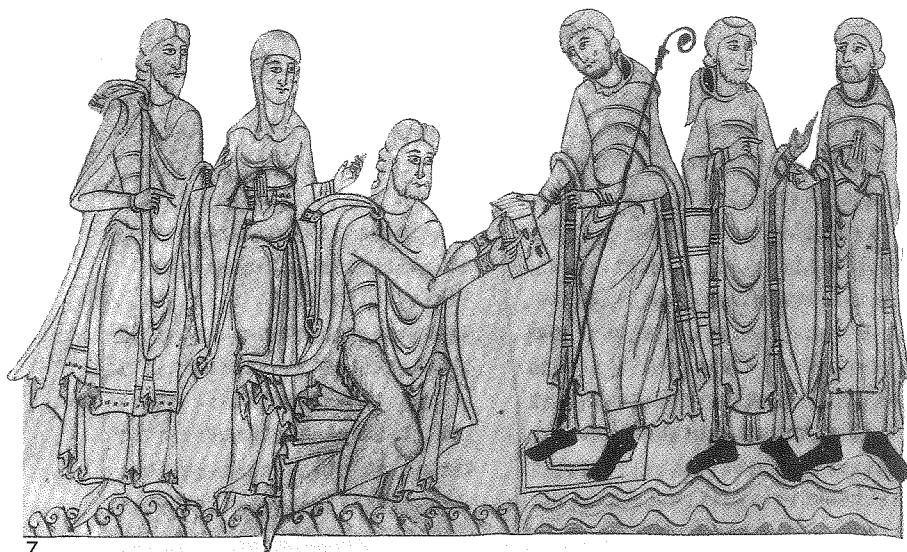
Amor e cortesia

O trovador sonha com o amor distante. Inicial L do poema de Jofre Rudel: "*Lanquan li jorn son lonc en mai*" ("Quando os dias são longos em maio"), que evoca o amor de *lohn* (5).

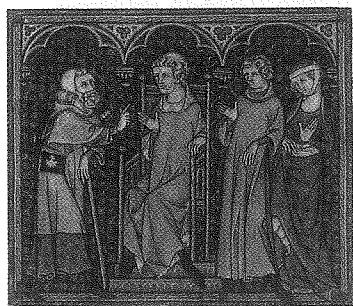
Para Matfré Ermengau, franciscano de Béziers (morto em 1322), são os diabos que levam os cavaleiros a banquetear com as damas, a por elas fazer feitos nos torneios, a dançar, a lhes falar de seu amor; finalmente, eles carregam sua alma (6).



6



7



8

A vida familiar

Um senhor e sua esposa dão a Aimery, abade de Saint-Pierre, várias terras na região de Bourges (7).

Um peregrino que se acreditava morto encontra, quando volta, sua mulher casada outra vez (8).

Cena de noivado (9).



9



10 11



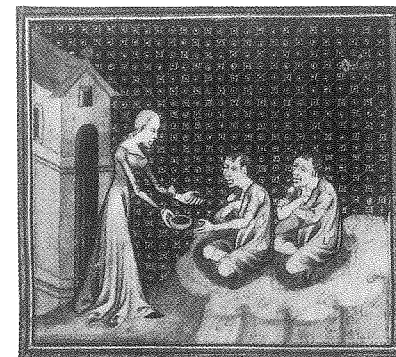
As peregrinações

Peregrino e peregrina caminhando, o saco pendurado num bastão (10).

A chegada ao santuário (11).

Na estrada, Caridade alimenta dois peregrinos pobres (12).

Figuras alegóricas da "Peregrinação de vida humana" (13).



12

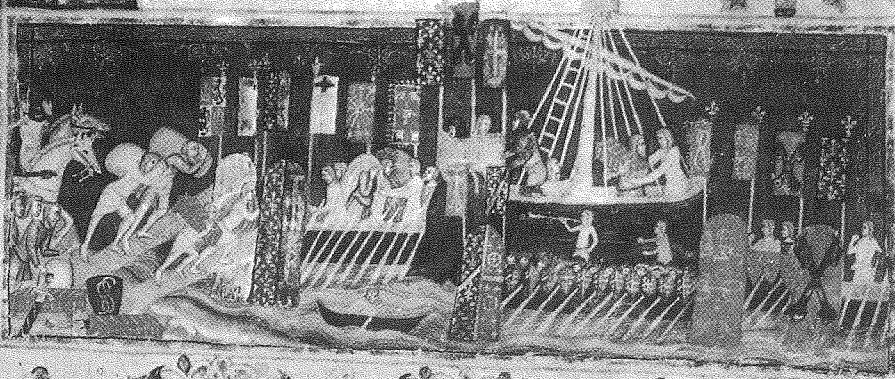


13

a ce saint seigneur et les vire deus representacione i
les ordes d'armes tenant le prince et son conseil et
celles qui auoir pence et conseil semblaient estre tou-
gnes et ramener pour les vire deus les metront en don-
preceus un livre le quel s'appelle le livre des aue-
mens ans chevaliers de la compaignie du saint espi-
rit au vire estre. Et demora le dit livre tous iours en la
vire chapelle.

Dem se la sainte eglise et royaume ou au i
ans princeps des cretiens en preist le
uonage toutre mer pour la terre sainte
la ou est le sepulchre de nostre seigneur
recourir et le gretter les bras des mains des
mesurans chascun chevalier et la vire a
compaignie seint venus d'estre en propre
peissant si poront honnement et se chose
faist que le prince et la vire compaignie
et qui le dit leuonage tout estre malonnelle

ont empris le dit uonage ou passage alant de la i
sainte eglise et les autres princeps et s'ensuivent ou le dit
Prince valant personnellement en la compaignie tant
chascun des vire chevaliers soient tenuz de aller personne-
liement et de demourer continuellement tant comme le
dit Prince yroit ou saine se aucune exception et appa-
rant necessite ne le contrainst.



Os "Cavaleiros da Companhia do Espírito Santo do desejo correto" embarcam para a Cruzada. Em meados do século XIV criam-se muitas "ordens de cavalaria", muitas das quais afirmam em seus estatutos seu desejo de se colocar a serviço da Terra Santa. A miniatura descreve um embarque com muitos detalhes: vê-se claramente o "castelo", o lugar mais elevado para os passageiros de nome, os escudos trazendo brasões alinhados de acordo com o costume ao longo da ponte, os pacotes e baús que serão amontoados no porão e principalmente os magníficos pendões (estandartes enganchados nas lanças) com as armas dos cavaleiros (14).

roine marguerite la fa-
me et si y passerent touz
les freres. Et ala secon-
de fois il mena la ouce
ques li touz les freres q
il auoit adonques. De
.iiij. filz que il auoit
il en mena ouce li les
.iiij. aunes. et la tres chr-
re fille la roine de na-
uame. En la quele se

conde fois en poursuat
son passage. et en laud-
cement de la foy crestie-
ne il fina benheurement
et saintement ses iours
en la terre d'outremer.
Et tenist le tres cha-
pitre. Et ci apres com-
mence le quart qui est
de la droite et bonne el-
rance. Rebutie.



São Luís e seus companheiros no mar quando da expedição contra Damietta e contra o Egito. Embora muito estilizada, a miniatura mostra bem o "castelo" na proa e na popa do navio e também o leme de cadaste graças ao qual a manobra se tornava rápida, como observava Joinville; as velas estão infladas pelo vento e, no centro, o rei parece estar dando instruções a seu círculo. A imagem é tirada da *Vie de Saint Louis* por aquele que se designou por muito tempo como Confessor da Rainha Margarida, Guilherme de Saint-Pathus (15).



16

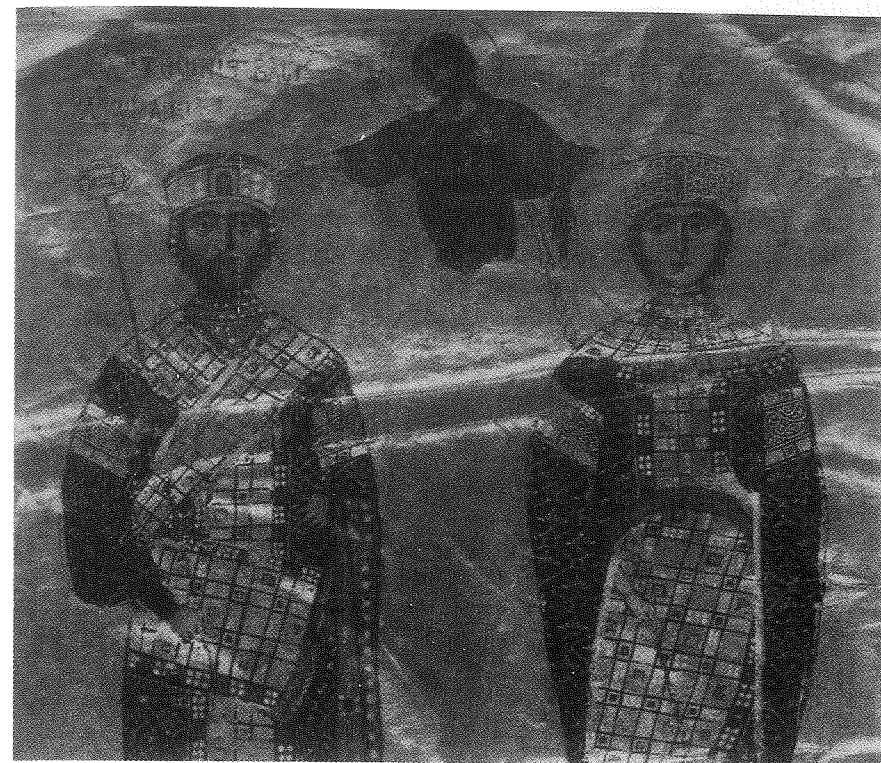
Bizâncio na época de sua grandeza

Um batismo de adultos, ilustrando uma coletânea de homilias de São Gregório de Nazianze (329-390) num manuscrito do século XII (16).

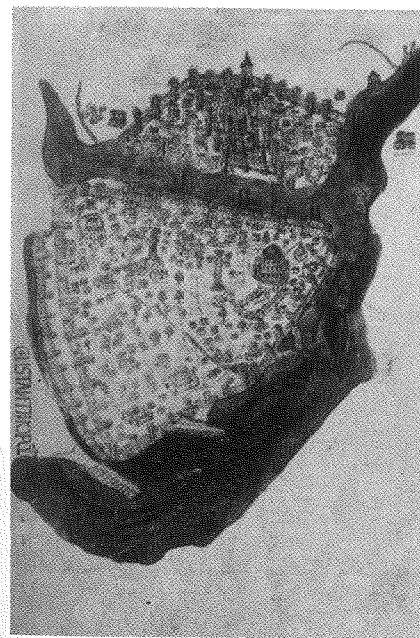
O imperador Nicéforo Botaniato — o que seria destronado por Aleixo Comneno, o pai de Ana, a historiadora — e a imperatriz, sua esposa, coroados por Cristo. Ilustração de uma *Coletânea de sermões* de São João Crisóstomo (334?-407), que foi arcebispo de Constantinopla (17).

Nesse mapa de Constantinopla (florentino, século XV), destacam-se os principais monumentos e muralhas da cidade (18).

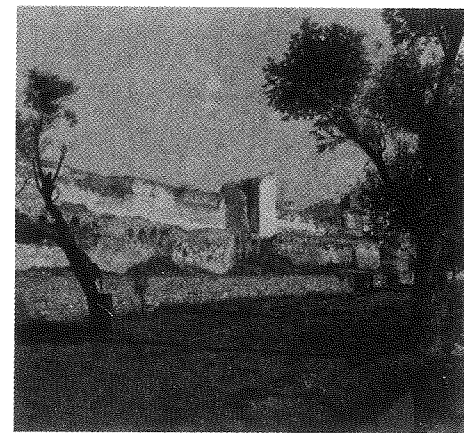
O que subsiste hoje das muralhas de Constantinopla (19).



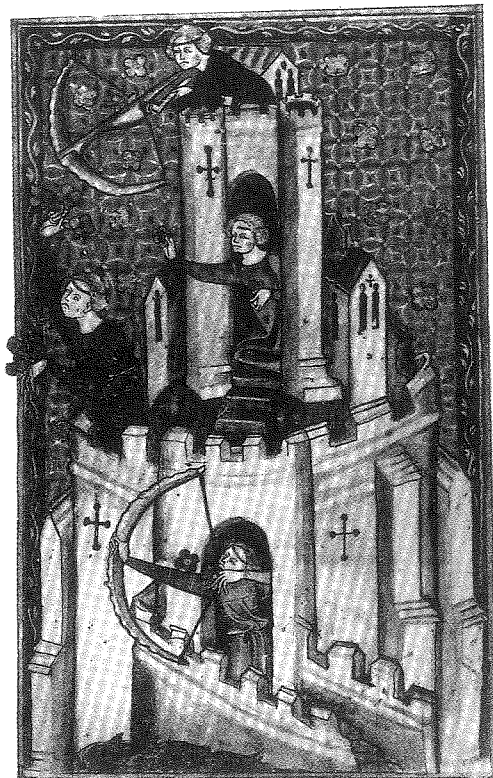
17



18



19

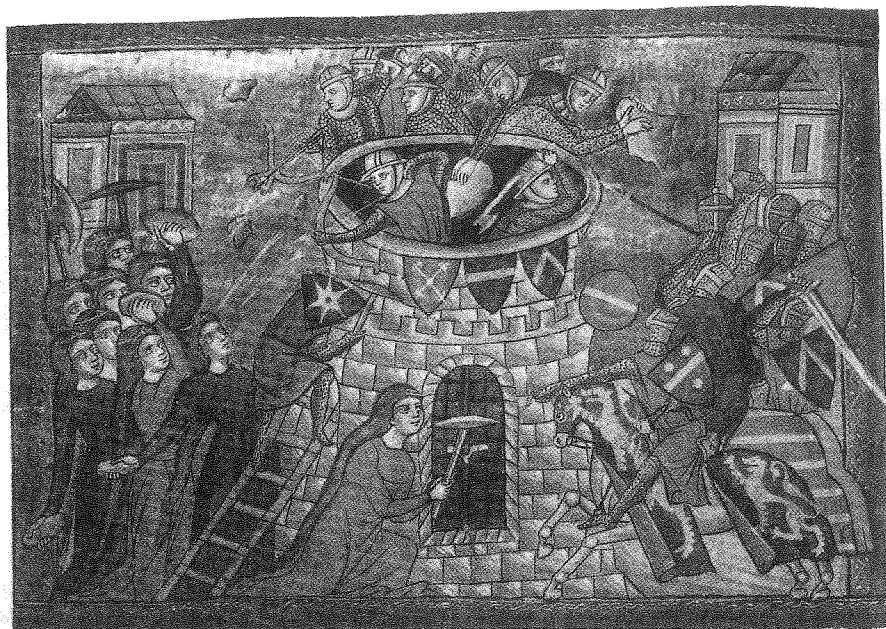


20

As mulheres no combate

Quatro mulheres defendem uma torre: uma atira com o arco, a outra com a balestra (20).

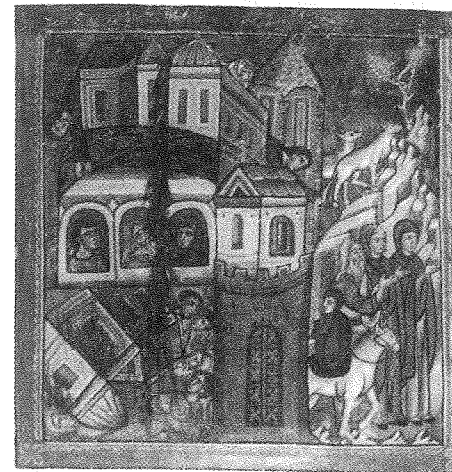
Essa miniatura e as três seguintes apresentam um interesse particular pelo fato de ilustrarem uma *História universal* composta em São João de Acre em 1285 — menos de dez anos antes da tomada da cidade pelos mamelucos. Pode-se ver nessas mulheres de “Scite” (Cítia), que vão “vingar seus barões e seus filhos e seus amigos”, uma imagem inspirada por realidades muito próximas (21).



21



22



23

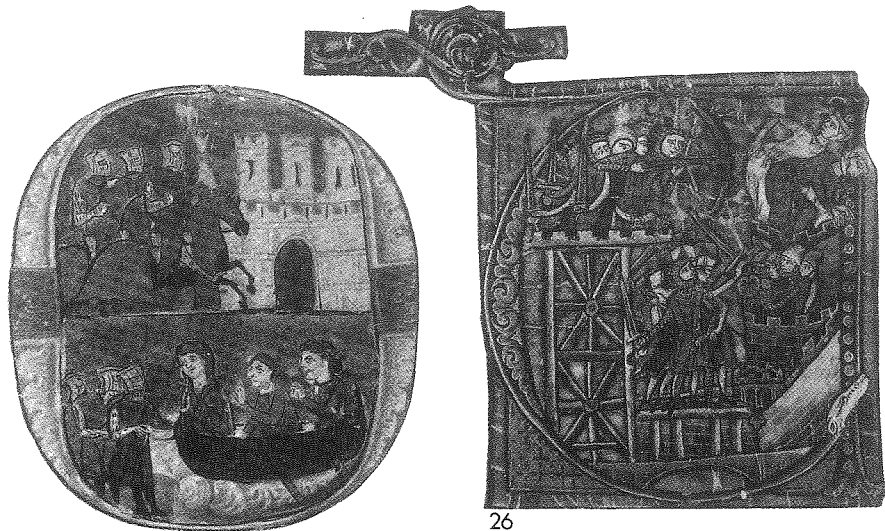
Aqui uma mulher que tomou o cuidado de vestir uma cota de malhas, embora em má posição, conseguiu desmontar o cavaleiro (22).

Representando Lot deixando Sodoma com a família, o miniaturista deve ter se inspirado em cenas de desastre e partidas que via sempre (23).

Judite diante de Holofernes evoca provavelmente algumas mulheres diante do sultão (24).

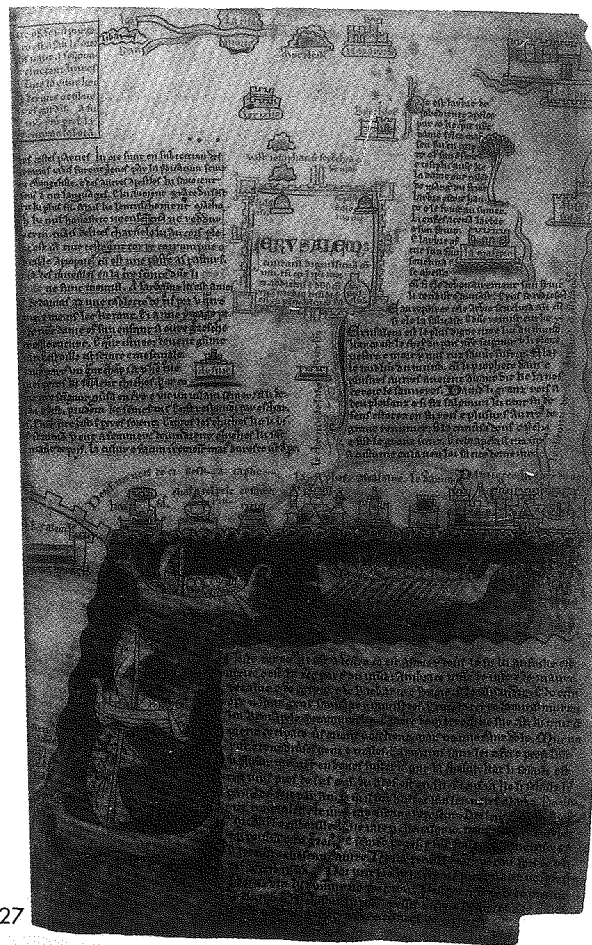


24



25

26



27

Rumo a Jerusalém

Inicial historiada: no alto, a tomada de Nicéia pelos cruzados; embaixo, a esposa do sultão, que tentava fugir, é presa (25).

Inicial de um outro manuscrito da *História de além-mar*, de Guilherme de Tiro, que foi preceptor do rei leproso Balduíno IV e chanceler do reino. Sítio de Jerusalém: nas muralhas, mulheres (26).

Um mapa de Jerusalém e do reino dos cruzados, como eram representados no século XIII (27).

Sibila, a espiã de Saladino

Em Antióquia, de fato, verdadeiras tempestades abalavam — já há vários anos na época de Hattin — o Principado por causa de uma mulher. O príncipe Boemundo III, apelidado o Gago, separara-se sucessivamente de suas duas esposas — uma se chamava Orgulhosa e era filha do senhor de Harenc, a segunda foi uma princesa bizantina, Teodora Comnena. Por volta do ano de 1183, ele voltara a se casar com uma certa Sibila, cunhada do castelão de Burzey, que se situava perto das margens do Orontes, ao sul do principado. A reputação daquela Sibila é francamente ruim. Alguns cronistas tratam-na de perversa, outros simplesmente de prostituta. O fato é que Boemundo era loucamente apaixonado por ela. Imagina-se o escândalo provocado por sua conduta; barões e prelados não lhe poupavam censuras; furioso por ouvir tratarem-no de bígamo e até de trígamo e por ter sido excomungado pelo patriarca Aimery de Limoges, foi tomado por um verdadeiro delírio de perseguição contra todo o clero. “Começou a combater os bispos e todos os clérigos, mandava bater neles, feri-los e matá-los; mandava demolir mosteiros e abadias; dali tirava tudo o que encontrava, relíquias e outras coisas.”

Um de seus vassallos, Reinaldo, o Masoier, senhor de Margate, ultrajado com aqueles procedimentos, recolheu o patriarca e tornou-se o protetor dos clérigos perseguidos que, abrigados em sua fortaleza poderosa, escapavam da fúria de Boemundo. O Principado de Antióquia foi interditado, os barões e o próprio rei, Balduíno IV, tentaram apaziguar a fúria do príncipe. Por um certo tempo, acreditou-se que ele se acalmara depois da intervenção do rei leproso; mas logo ele voltou ao seu desvario. E como alguns dos cavaleiros perseguidos por ele haviam se refugiado na Armênia, entrou em conflito com os armênios da Cilícia. Isso ocorria exatamente no momento em que estavam começando os acontecimentos que iriam terminar no campo de batalha de Hattin. Logo o próprio Principado de Antióquia foi ameaçado pelo avanço de Saladino, que tomou o Porto de Latakieh. Aos poucos os castelos que garantiam a defesa do país caíam em suas mãos, inclusive a extraordinária fortaleza de Sahyun, da qual ainda hoje se vê uma parte das muralhas e sobretudo a surpreendente pilha vertical monolítica (28 metros de altura), que os construtores conser-

varam na rocha quando da escavação do vasto fosso de proteção para servir de apoio à ponte levadiça.

Ora, diante desses ataques, Boemundo III parecia impotente; todas as suas tentativas de reação eram infalivelmente desmontadas pelo inimigo. Uma revelação assombrosa logo surgiria: aquela famosa Sibila, pelo amor da qual ele entrara em conflito com os barões francos, era uma espiã a serviço de Saladino. “A mulher do príncipe de Antióquia aderira ao partido do sultão”, escreve o cronista Imad-al-Din; “espionava para ele seus inimigos, aconselhava-o, dirigia-o e revelava-lhe seus segredos; o sultão lhe enviava presentes ricos.” Isso é confirmado por Ibn-al-Athir: “Despachava mensageiros ao sultão, dava-lhe muitas informações das quais ele necessitava.” O castelão de Burzey, a castelã e toda a sua família foram colocados em liberdade com muita consideração depois da tomada de seu castelo e enviados a Antióquia.

Essa Sibila famosa demais que explorava a fraqueza ou, para resumir, a baixeza de alma de Boemundo III, não iria parar por aí. Achando provavelmente que, com as perdas infligidas por Saladino, Boemundo não era mais um partido interessante, voltou-se para aqueles armênios com os quais ele entrara em conflito por causa dela. Vemo-la seduzir em 1194 o príncipe Leão II, o Grande, da Cilícia. Chegou até a tramar com ele a morte de seu ex-esposo. Num dia de lazer com alguns de seus barões, Boemundo foi a um local chamado a “Fonte de Gastão”, onde foi feito prisioneiro pelo príncipe armênio. Fizeram-no optar entre a liberdade e a cidade de Antióquia, que ele se resignou a entregar. Em suma, após um levante da população da cidade e uma intervenção do novo rei de Jerusalém (como se verá, o título permanecia mesmo depois da perda da cidade), Henrique de Champagne, as coisas arranjaram-se com algumas concessões territoriais e o casamento do filho de Boemundo com a sobrinha de Leão II. Isso ocorreu em 1195, após o desastre de Hattin.

A história de Sibila, espiã paga por Saladino, coloca o problema dos limites da assimilação ao meio local de homens e mulheres que, a princípio, deveriam defender a fé e os costumes do Ocidente cristão.

É evidente que Boemundo III com suas três esposas sofreu em sua vida privada a influência dos costumes muçulmanos; é provável que sua parceira estivesse apaixonada por Saladino, ou, em todo caso, pelas larguezas que o sultão lhe dispensava. No entanto, os casos desse gênero parecem pouco numerosos. Cita-se o de uma mulher que desposou um muçulmano e teve um filho com ele; em seguida, ela voltou para junto dos francos. Alguns cavaleiros foram estigmatizados como renegados. E também se acusou o nefasto mestre do Templo, Geraldo de Ridefort, a quem se pode imputar a iniciativa da batalha de Hattin, de ter “gritado a lei”, ou seja, adotado a lei muçulmana; de fato, ele foi o único templário libertado por Saladino depois de ter sido feito prisioneiro, enquanto apenas dois fugitivos escaparam do desastre, tendo sido todos os outros mortos. Casos raros, portanto. O que em compensação é certo é uma assimilação moral latente que atingia e muitas vezes indignava os recém-chegados. Eles censuravam os que chamavam de “potros”, nascidos na Terra Santa, por sua adaptação rápida demais.

De fato, estabelecera-se uma confraternização, travaram-se amizades com turcos e sírios muçulmanos; são conhecidos os laços pessoais entre o rei Folque e o velho emir de Damasco, Unur. Acontece até de, na vida cotidiana, essa confraternização estender-se aos combatentes. O cronista Beha-al-Din constata, quando do sítio de Acre, que “se estabeleceu uma espécie de familiaridade entre os dois campos. Conversava-se quando os combates cessavam e, como consequência dessa longa freqüentação, acabava-se por cantar e dançar junto, e, uma hora depois, recomeçava-se o combate”.

Num nível bem diferente, um conhecimento mútuo melhor entre cristãos e muçulmanos nasceu, pois, desde 1141, como vimos, o abade de Cluny, Pedro, o Venerável, mandou estabelecer uma tradução do Corão por uma equipe de tradutores que comportava um muçulmano. Em seguida, foi proibido aos clérigos pregar a tomada da cruz sem terem lido o Corão. Acrescentemos que não se observaram esforços semelhantes entre os sábios e letrados muçulmanos: o Evangelho não foi objeto na época de uma tradução para o árabe.

Deve-se ceder lugar aqui à maneira como se considerava a mulher em cada um dos campos. O autor do *Livro dos dois jardins* não esconde seu desprezo pelos muçulmanos que se deixam seduzir pelas mulheres francas. “Uma nau”, conta, “levava para junto dos francos trezentas mulheres notáveis por sua beleza. Elas haviam sido recrutadas para essas vergonhas, tinham se exilado para o consolo dos exilados... Longe de recusar seus favores aos celibatários, elas se davam espontaneamente como a oferta mais meritória e acreditavam que nenhum sacrifício ultrapassava o seu, sobretudo se aquele ao qual se abandonavam reunia a dupla condição de estrangeiro e celibatário. De fato, os francos”, acrescenta, “não consideram criminosas as mulheres livres que se abandonam aos celibatários, e elas permanecem puras aos olhos deles se proporcionam esse consolo aos rapazes infelizes. Ora, muitos de nossos mamelucos pervertidos desertaram nosso campo. Esses seres miseráveis e ignorantes, aguilhoados pelo desejo carnal, seguiram essa via de perdição. Alguns aceitaram a vergonha, por atração pelo prazer, outros se arrependeram de sua queda e logo fugiram através de ardis.” Deixemos ao autor a responsabilidade desse relato e dos sentimentos que atribui às mulheres cristãs das quais muitas, é evidente, seguiram os exércitos ocidentais como sempre estiveram junto de todos os exércitos do mundo. Nada de fato escandaliza mais o muçulmano do que a liberdade que desfrutam as mulheres cristãs e ver os francos considerarem essas mulheres como algo além de um bem que lhes pertence. Pode-se citar a esse respeito a anedota divertida contada por Usama, a do mercador de vinho de Naplusa. “Um dia”, ele diz, “entrando em sua casa, esse mercador de vinho encontrou um desconhecido na cama com sua mulher: ‘O que significa isso?’, exclamou. ‘Eu estava cansado’, respondeu o outro, ‘e entrei para descansar um pouco.’ ‘E por que em minha cama?’ ‘Eu a encontrei arrumada e nela adormeci.’ ‘Mas a minha mulher está contigo!’ ‘A cama é dela, como eu poderia expulsá-la?’” Ora, acrescenta o cronista, a única coisa que o mercador de vinho conseguiu responder foi o seguinte: “Cuidado para que eu não te pegue mais!” E o narrador indigna-se contra essa “estranha concepção de honra”. A bem da verdade, nós hoje em dia iríamos nos indignar — ou nos divertir — bem mais com a credulidade do marido.

Mulheres no exílio e na escravidão

Em 1187, um período negro, marcado por uma absoluta confusão, segue-se à derrota de Hattin. O exército franco fora aniquilado. As duas ordens militares, templários e hospitaleiros, que forneciam o essencial das forças de defesa, foram objeto de um extermínio em regra. Para eles, o estado de prisioneiro não existia: deixava-se aos cavaleiros a opção entre “gritar a lei” (adotar a religião muçulmana) ou morrer. Por várias vezes, os cronistas árabes descrevem-nos a cena, também contada por Joinville: “Queres renegar? Ora, os que não queriam renegar, mandava-se-os ficarem de um lado e cortava-se-lhes a cabeça, e os que renegavam eram colocados do outro lado”; a ordem do Templo — não levemos em conta o nefasto Geraldo de Ridefort — pôde glorificar-se pelo fato de nenhum de seus membros ter aceito “renegar”.

Imediatamente após sua vitória, o sultão empreendera a conquista dos sítios da Terra Santa, e sucessivamente Acre, Nazaré, Cesaréia, Sidon e depois Ascalon caíram sob seu poder ou o de seus emires. Em Jerusalém, diante da resolução do defensor da cidade, Baliano de Ibelin, que às pressas armara cavaleiros 60 burgueses e organizara uma resistência desesperada, Saladino aceitou negociar. Os habitantes teriam a liberdade de abandonar a cidade se pagassem resgate: dez dinares (moedas de ouro) para cada homem, cinco para cada mulher, dois para as crianças de ambos os sexos. Após um prazo de 40 dias, os que não pudessem pagar o resgate exigido se tornariam escravos dos vencedores. Ibn-al-Athir fornece alguns detalhes que permite avaliar a população da cidade. “Estimara-se o número de cristãos da cidade em condições de pegar em armas”, escreve, “em sessenta mil, sem contar as mulheres e as crianças. De fato, a cidade era grande, e sua população aumentara com os habitantes de Ascalon, de Ramlah e de outras cidades próximas. A multidão obstruía as ruelas das igrejas e era difícil ali encontrar lugar. Uma prova dessa multidão é que um número enorme pagou o tributo e foi libertado. Saíram também dezoito mil pobres para os quais Baliano dera trinta mil moedas de ouro. E, no entanto, restavam ainda dezesseis mil cristãos que, por falta de resgate, foram transformados em escravos... Acrescentai a isso que um grande número de habitantes saiu por

fraude sem pagar o tributo. Uns esgueiraram-se furtivamente pelo alto das muralhas com cordas, outros compraram trajes muçulmanos a preço de prata e saíram sem pagar nada. Finalmente”, acrescenta, “alguns emires reivindicaram um certo número de cristãos como pertencentes a eles e ficaram com o resgate para si. Em resumo”, termina ele com azedume, “só uma parte mínima daquele dinheiro foi para o tesouro.”

Deixar Jerusalém a fim de ir para onde? Uma após a outra, as cidades da Palestina caem em poder de Saladino, como São João de Acre, onde aliás a população foi poupada e pôde permanecer. Em outras partes, como Jaffa e Naplusa, foi reduzida à escravidão. Sarepta foi tomada no final de julho, Beirute alguns dias depois, a 6 de agosto. Os habitantes da costa da Palestina refugiaram-se em Tiro, os do norte alcançaram Trípoli. Os de Ascalon fugiram rumo ao delta do Nilo, onde alguns conseguiram embarcar em navios de comércio, principalmente italianos que, aliás, só foram aceitos de mau grado, e voltaram ao Ocidente. As fortalezas resistiram por mais tempo: as de Tibnin e de Hunin seriam tomadas no mês de dezembro daquele ano fatal de 1187. Safed e Kabab el Hawa resistiram até o final de dezembro de 1188. O Crac dos Cavaleiros enfrentou os vencedores, assim como Margate e a torre de Tartuz, enquanto a cidade próxima era tomada e pilhada.

Não é difícil para nós do século XX imaginarmos as multidões lastimáveis amontoando-se nas estradas, procurando na fuga uma salvação improvável. Nessa tormenta, o que foi feito das mulheres? Para as do povinho, plebléias, camponesas ou cidadinas, o destino comum é a escravidão, assim como para os homens. O autor do *Livro dos dois jardins*, um dos cronistas muçulmanos da época, escreve: “O homem, a mulher e as crianças vendiam-se em lote, de uma só vez. O preço dos prisioneiros caiu a três dinares em Damasco; vi um homem, sua mulher e seus cinco filhos, três meninos e duas meninas venderem-se por oitenta dinares.” Imagina-se sem muito custo aquela multidão lamentável, destinada ao serviço dos senhores muçulmanos, que nem sempre demonstram a mesma compaixão que o historiador Ibn-al-Athir, testemunha dessa época, que, ao ver a jovem escrava

que o destino lhe atribuíra chorar, tenta reconfortá-la e fica sabendo que aquela mulher perdera seis de seus irmãos na batalha e ignora onde estão seu marido e suas duas irmãs. Ainda conta como um homem faz sair de um harém de Alepo uma mulher franca que volta a encontrar na rua sua própria irmã: “Ambas começaram a gritar, abraçaram-se aos prantos e jogaram-se no chão para conversar; eram duas irmãs e elas tinham um certo número de parentes sobre cujo destino não tinham qualquer informação.”

A sina das mulheres escravizadas é simples, isso desde o início da história das Cruzadas: para as jovens, o harém, para as outras, o serviço dos senhores. A tradição contava que a margravina da Áustria, Ida, que se juntara na Anatólia à expedição de Guilherme, o Trovador, em 1101, e desaparecera no meio do combate, acabara seus dias num harém, onde teria dado à luz o futuro vencedor de Edessa, o atabeg Zengi. Mais comprovada é a história da esposa de Ranieri Brus, senhor de Baniyas, cujo castelo de Subeibe foi tomado em 1132. Sua mulher foi levada em cativeiro durante o combate. Dois anos depois, ela recuperava a liberdade, mas entretanto os vencedores haviam abusado dela. Retirou-se para um convento de Jerusalém, pois seu esposo não quis mais tratá-la como sua mulher depois de tamanha desventura. Imagina-se quantas mulheres foram violadas e submetidas à lei do vencedor após o desastre de Hattin.

Entre os francos, o Concílio de Naplusa previra castigos para qualquer um que violasse uma sarracena, mesmo que a última fosse escrava. Pois o contágio com o Islã é sentido, e às vezes se menciona escravos e até, em seguida, em São João de Acre, mercados de escravos mantidos pelos venezianos. Ou ainda de donos de navios marseheses que de vez em quando levam escravos para a sua cidade; mas, de qualquer maneira, o batismo recebido liberta de imediato qualquer escravo entre os francos. Os que foram libertados dessa maneira chamam-se os “libertinos”. Um deles usufruía da confiança do próprio rei Balduíno I, que o tornara seu camareiro; ele pediu para ser batizado; o rei fez questão de ser seu padrinho e dar-lhe seu próprio nome. Na redação dos *Fundamentos dos burgueses*, mencionam-se esses casos: “O libertino é aquele que foi escravo sarraceno e se tornou cristão.”

A compaixão do sultão

Entre as damas nobres, esposas de barões ou elas próprias suseranas, algumas escapam ao desastre. A condessa Echive de Trípoli, esposa de Raimundo III, trancara-se na fortaleza de Tiberíade, da qual era a dama, com alguns defensores. Essa fortaleza foi a primeira que Saladino reocupou após a batalha de Hattin. Já a 5 de julho, ele se apresentava nela e, como não fosse possível qualquer esperança de defesa, a condessa solicitou e obteve um salvo-conduto: saiu com seus bens, sua equipagem, seus servidores, homens e mulheres, e dirigiu-se sã e salva de posse de todas as suas coisas para Trípoli.

Quanto à rainha Sibila, ela fora avisada pelo próprio Saladino que o rei Guido de Lusignan, seu esposo, estava sendo enviado por ele a Naplusa; imediatamente ela abandonou Jerusalém para ir ter com o esposo. Saladino mantinha-o como prisioneiro, esperando utilizá-lo para convencer os habitantes a capitularem quando se aproximasse. Assim, enviou-o igualmente a Ascalon, onde Guido foi bem mal recebido; os habitantes cobriram-no de censuras por ter ele se tornado daquela maneira mensageiro do sultão e, uma vez sitiados, eles só aceitaram a capitulação sob condições honrosas: puderam abandonar a cidade levando seus bens. Cumprindo a sua palavra, Saladino libertou Guido após a tomada de Jerusalém. “Saladino, que era um homem muito sábio”, observa o cronista Ambrósio, “sabia que o rei Guido era azarado e que, na guerra não era ávido nem terrível. Ele não insistia em mudá-lo e ter um outro rei...”

A atitude do sultão aliás contribuiu muito para que ele conquistasse a estima e até a admiração dos francos. Algumas damas não hesitaram em tentar negociações com ele após a tomada de Jerusalém. “Vou contar-lhes”, diz o cronista Ernoul, “a grande cortesia de Saladino então, quando as damas e as filhas dos cavaleiros de Jerusalém que haviam sido pegos ou mortos na batalha foram resgatadas e tiradas de Jerusalém. Elas foram diante de Saladino para pedir-lhe misericórdia. Disseram que, por Deus, ele tivesse piedade delas, que ele detinha seus maridos na prisão, que elas haviam perdido suas terras e que, por Deus, ele as ajudasse e aconselhasse. Quando Sala-

dino as viu chorando, teve muito dó e disse às damas que, se seus barões estavam vivos, elas lhe dissessem se estavam na prisão e que, então, ele mandaria libertar todos os que detinha; e todos os que foram encontrados viram-se em liberdade. Depois, ele ordenou que se desse grandes doações às damas e às donzelas cujo senhor ou pai estivesse morto, a cada uma de acordo com sua condição.” Da mesma forma, ele mandara libertar 500 habitantes da cidade, pobres demais para pagar seu resgate. Comovido com o destino de dois anciãos que viviam ali, um centenário, Roberto de Corbie, que participara do assalto à cidade em 1099, e um outro, Foucher Fiole, nascido no mesmo ano em Jerusalém, ele mandou colocá-los ambos em liberdade.

Isabel de Jerusalém não deixou de experimentar também um sentimento de gratidão pelo sultão Saladino, que poupou a vida de seu jovem esposo Onofre. Provavelmente ela poderia, naquelas horas de angústia, ter se refugiado no Crac de Moab com Estefaneta de Milly, sua sogra. Ela não sabia que os acontecimentos que abalavam a Terra Santa iriam influenciar de maneira decisiva sua vida privada.

Enquanto isso, um episódio surpreendente ocorreu entre São João de Acre e a cidade de Tiro, para onde afluíam os refugiados. Tiro era a única praça forte, com Trípoli e Antióquia, que permanecera nas mãos dos Ocidentais.

Exatamente dez dias após o desastre de Hattin, a 13 de julho de 1187, uma nave apareceu diante de São João de Acre. Ela pertencia ao marquês Conrado de Montferrat, um piemontês cuja família estava estreitamente envolvida com os negócios de Constantinopla e da Terra Santa. O irmão mais velho de Conrado, aquele que era chamado de Guilherme Espada-Longa, fora o primeiro esposo da rainha Sibila, que morrera pouco após o nascimento do filho deles, o pequeno Balduino V. Um outro irmão de Conrado, Bonifácio, um dia participaria do assalto contra Constantinopla. No momento, o pai de Conrado era prisioneiro de Saladino desde Hattin. Ao penetrar no porto de Acre, Conrado e seu séquito ficaram surpresos por não ouvirem o dobre dos sinos, como era o hábito à abordagem de uma nau franca; não ficaram menos surpresos de só ver às margens rostos barbudos, com turbantes na cabeça, à moda sarracena. Como o vento

caíra, Conrado teve de aportar, apesar de sua desconfiança. Fez-se passar por um mercador italiano e, através de fragmentos de conversas, ficou sabendo ao mesmo tempo da derrota dos Ocidentais e da queda de Jerusalém. Voltando à galera, ele conseguiu, graças ao vento que soprava novamente, afastar-se da costa sem passar pela vigilância das naus egípcias e retornou ao largo; rumou para Tiro e, assim que desembarcou, organizou com vigor a defesa da cidade na qual, aterrorizados com o avanço de Saladino, os habitantes só falavam de capitulação.

Conrado era o homem para a situação. “Um homem parecido com um demônio, cheio de prudência e vigilância, dotado de grande bravura”, escreve o cronista Ibn-al-Athir a seu respeito. Tratou de mandar jogar os estandartes sarracenos que já haviam sido desdobrados nas muralhas nos fossos e colocou sem mais tardar a cidade em estado de defesa, reforçando as poderosas muralhas que mergulhavam no mar “de maneira que Tiro se transformou numa espécie de ilha inacessível situada no meio das águas”. Ao final do ano de 1187, Saladino tentou sitiá-la, bloqueando a cidade por terra e por mar, mas sua esquadra foi destruída e ele teve de erguer o sítio sem insistir mais na noite de 1º a 2 de janeiro de 1188. Na cidade de Tiro nasceria uma resistência imprevista, e Conrado, cujo sentido prático era imbatível, tratou de distribuir assim que chegou amplas concessões a todos os mercadores de Marselha, de Montpellier, de Pisa e de Gênova que quisessem vir se instalar ali.

Ao mesmo tempo, o Ocidente comovera-se com a perda de Jerusalém. O papa enviava seus legados aos príncipes cristãos, para suplicar-lhes que acabassem com suas querelas e autorizando-lhes a levantar um dízimo especial a partir dos bens do clero — o que foi chamado de dízimo saladino — para constituir reforços e ir socorrer a Cidade Santa. O primeiro a empreender uma expedição muito importante, cujo anúncio semeou o terror no mundo muçulmano e que efetivamente poderia ser bem-sucedida se a 10 de junho de 1190 ele não se tivesse afogado nas águas do Selef, um rio armênio, foi o imperador Frederico Barba-Ruiva. Seu exército, com forças de cerca de 100 mil homens e notavelmente bem-organizado, com etapas de reabastecimento previstas com antecedência, decompôs-se então literalmente. Mas ele voltou a dar coragem os cristãos e permitiu que a

contra-ofensiva no local conseguisse organizar-se. O próprio Guido de Lusignan, reunindo forças dispersas, empreendera o sítio de São João de Acre em 1189. E anunciava-se como próxima a chegada do rei da França e do rei da Inglaterra.

Isabel deve abandonar aquele a quem ama

Ora, a rainha Sibila de Jerusalém morreu no mês de outubro de 1190 durante o sítio de Acre empreendido por seu marido. Como não tinha herdeiro, era Isabel quem assumiria a coroa a partir de então, pois era a última filha do rei Amauri I. Ela proclamou sua intenção de repetir o gesto de sua meia-irmã e outorgar a coroa a seu esposo Onofre pelo qual estava muito apaixonada. Mas os barões da Terra Santa recusaram unanimemente a idéia: bastava-lhes terem tido um Guido de Lusignan para perder Jerusalém; não era o caso de terem a mesma experiência novamente. Era evidente que junto à rainha deveria estar um cavaleiro capaz de se impor e reconquistar o que fora perdido. Para enfrentar Saladino, não bastava ser um rapaz bonito; Onofre não revelava a coragem que tornara a sua linhagem célebre, e os barões queriam um homem forte. Este se impôs na pessoa de Conrado de Montferrat.

Era a própria voz da razão, mais ainda, uma razão de Estado. Porém Isabel, assim como Sibila alguns anos antes, mostrava-se perfeitamente despreocupada com a razão de Estado. Adorava seu marido, lindo rapazinho, e não pretendia separar-se dele. Nas discussões que agitaram toda a sociedade ocidental, a maioria dos prelados, liderados pelo arcebispo de Cantorbery, que chegara há pouco na Palestina, escandalizavam-se com a idéia de romper um casamento válido aos olhos da Igreja. Já os barões colocavam antes de mais nada a posse da Terra Santa e a reconquista de Jerusalém.

Alguém então interveio: a rainha-mãe Maria Comnena. Ela observou que sua filha ficara noiva aos oito anos e se casara aos onze: não tivera portanto liberdade de opção em sua decisão. Na realidade, tratava-se de uma boa oportunidade para Maria Comnena, casada em segundas núpcias com Baliano de Ibelin, cuja voz era preponderante

entre os barões, vingar-se de Estefaneta de Milly — a mãe de Onofre —, que sempre invejara e que não deixara de voltar a jovem Isabel contra ela. Maria Comnena reconquistava algo de sua autoridade materna protestando contra as condições do casamento da filha cerca de dez anos antes na cidadela de Kerak. Foi sustentada pelo legado do papa que apressou-se em valorizar seu argumento: Isabel casara antes mesmo de chegar àquela idade da maioridade que o costume estabelecia em 12 anos na época para as moças. Transformou isso num motivo para a anulação. O legado chamava Ubaldo e era arcebispo de Pisa; ora, os pisanos haviam sido amplamente gratificados com vantagens comerciais por Conrado. Os móveis econômicos começam a prevalecer sobre todos os outros naquela Terra Santa que se tornará, sob muitos aspectos, uma terra de comércio.

Finalmente, o próprio Onofre teria de assumir a responsabilidade pelo seu divórcio.

No decorrer de uma conversa tumultuosa, um dos barões do partido de Montferrat, o garrafeiro Guido de Senlis, estendeu sua luva a Onofre de Toron: gesto tradicional para dizer que ele estava pronto para desafiá-lo em duelo. Ora, Onofre não a pegou; “faltou-lhe coragem”, segundo um cronista. Escandalizados, os barões retiraram-lhe todo o apoio, e os dois esposos, tão apaixonados um pelo outro, tiveram de se separar. Isabel casou-se com o homem forte, Conrado de Montferrat, a 24 de novembro de 1190. Acrescentemos que alguns barões quiseram em vão reivindicar os direitos de Guido de Lusignan em continuar com a coroa, que só lhe cabia através de sua mulher.

A irmã e a noiva do rei Ricardo

Outros acontecimentos chamariam a atenção do Oriente e do Ocidente cristão naquele ano de 1190. O rei da França, Filipe Augusto, e o rei da Inglaterra, Ricardo Coração de Leão, cumprindo a promessa que cada um deles fizera de tomar a cruz, singravam para a Sicília, onde suas respectivas frotas deveriam encontrar-se. Ventos contrários pontuados de tempestades horríveis, como a que fez um dos navios naufragar no próprio porto de Messina alguns dias antes

do Natal, os retiveram ali até a primavera de 1191. Filipe voltou a partir a 30 de março e a 20 de abril desembarcava em Acre, onde o sítio iniciado há dois anos para retomar a cidade dos turcos se arrastava não sem sofrimentos terríveis para Guido de Lusignan e os que se haviam juntado a ele. Presos entre as muralhas fortes da cidade e os exércitos de Saladino que os atormentavam, aguardavam desesperadamente socorro pelo mar. Ricardo partiu um pouco depois, a 10 de abril. Porém um incidente no trajeto reteve-o alguns dias em Chipre — o tempo para conquistar a ilha.

Chipre fizera parte do Império Bizantino. Mas, em 1184, Isaac Comneno, cansado de carregar o título bastante vago de governador em nome do imperador de Bizâncio, declarara-se independente. Sua soberania não deixava de demonstrar muito boa vontade com relação a Saladino e aos muçulmanos em geral. Ora, enquanto navegava rumo a São João de Acre, Ricardo Coração de Leão enfrentou uma forte tempestade ao sair da ilha de Rhodes onde havia feito escala. Uma parte de sua frota encontrou-se a 1º de maio de 1191 arrastada pela tempestade ao largo de Chipre, e três de suas naus de transporte — os “buzzes” — desmantelaram-se em Limassol.

Entre os afogados estava o vice-chanceler do rei, Rogério Mauchat, que trazia o selo real pendurado no pescoço. Os que escaparam foram imediatamente presos por ordem de Isaac, e conta-se que só escaparam à morte graças à intervenção de um cavaleiro normando que recusou transmitir as ordens e por isso foi executado. De qualquer maneira, um quarto navio fora pego pela tempestade, mas permaneceu praticamente são e salvo. Ora, ele carregava dois entes queridos do rei da Inglaterra: sua irmã Joana, viúva aos 25 anos do rei Guilherme II da Sicília e que ele encontrara em Messina, e sua noiva Berengária, filha do rei Sancho de Navarra e que também viera a Messina com grande equipagem. Fora trazida para ali pela própria mãe de Ricardo, Alienor de Aquitânia, que deveria reencontrar na Sicília o clima daquele tempo em que ela própria tomara a cruz. A nau na qual o rei as instalara resistira melhor à violência das vagas e permanecia em alto mar.

Isaac despachou de Chipre um galeão para investigar o estado do navio, “saber quem estava nele e de onde vinham”. Informado,

escreve o Continuador de Guilherme de Tiro, ele “pensou num *barat* (truque) e numa traição e enviou seus mensageiros à dama (Joana de Sicília), pedindo-lhe e exigindo que ela viesse hospedar-se em sua terra e reabastecer-se de água e de carnes, até que tivesse notícias do rei, seu irmão. Ela se aconselhou junto a seus homens e respondeu aos mensageiros que agradecessem a seu senhor, mas ela não ousaria abordar sem ordens do irmão. Os mensageiros voltaram e informaram a seu senhor o que a rainha lhes dissera e respondera, mas que ela lhe pedia para que seus homens fossem se reabastecer de água. Quando Isaac ouviu aquilo, comandou a seus homens que não permitissem que os da nau viessem se reabastecer de água. Proibiu-o porque não queria que ninguém abordasse em Chipre. Depois, mandou aparelhar suas galeras para tomar as naves por força. Porém os da nave perceberam a traição (projetada por Isaac), ergueram as âncoras, singraram e puseram-se em alto mar, e no dia seguinte encontraram a frota do rei Ricardo, o que os deixou muito contentes.”

Chegando, por sua vez, diante de Limassol, o rei da Inglaterra despachou em primeiro lugar mensageiros para “se reabastecer de água e de carnes”, de acordo com o hábito dos navegadores; como lhes foi recusada qualquer ajuda, “ele ficou muito encolerizado”. Mandou suas tropas desembarcarem e, em pouco tempo, tomou o porto e a cidade. Aterrorizado, Isaac a princípio tentou amansá-lo, fez-lhe promessas que não cumpriu, depois proferiu ameaças que ele seria incapaz de executar. Como as negociações só piorassem as coisas, Ricardo confiou parte de sua frota a seu companheiro, Roberto de Turnham, e conservou a outra; tendo os dois dado a volta completa na ilha, apoderaram-se de passagem dos castelos e praças fortificadas, ali deixando pequenas guarnições, de forma que, quando as duas flotilhas se encontraram, a conquista de Chipre estava praticamente concluída. Tudo acontecera com a maior rapidez. Chegando a 6 de maio em Limassol, Ricardo ali celebrou, menos de oito dias depois, no domingo, dia 12 de maio, seu casamento com Berengária de Navarra diante dos bispos, prelados e senhores de todas as categorias que o acompanhavam.

Durante sua curta estada na ilha, Ricardo recebeu a visita dos dois Lusignan, Guido e seu irmão Gofredo, acompanhados de Onofre de Toron. Vinham informar o Plantageneta do que estava ocorrendo

na Terra Santa e sobretudo implorar um socorro urgente para que se acabasse com o cerco de Acre. Foram, aliás, para Ricardo, um reforço oportuno, que decidiu a batalha de Tremítússia, durante a qual foi vencido o exército de Isaac Comneno, que foi preso. Como ele fizera Ricardo jurar que não o colocaria em “correntes de ferro”, o rei ordenou que forjassem correntes de ouro e prata para seu cativo. Depois de saber que a filha de Isaac se encontrava em Querínia, um dos castelos do norte da ilha, dirigia-se para lá com uma escolta armada quando ela saiu da fortaleza e veio ela própria entregar-se à misericórdia do rei da Inglaterra. Foi confiada aos cuidados de Joana e Berengária e todos voltaram a singrar a 5 de junho para chegar no dia 7 em São João de Acre. O sítio terminou então com a mesma vivacidade que caracterizava os empreendimentos de Ricardo. Para todos, diante de um “imperador” que se comportava como “pilhador de destroços”, ele aparecia como o típico rei cavaleiresco, que libertava as damas aprisionadas e conquistava um reino, como um herói da Távola Redonda.

Sua esposa Berengária e sua irmã Joana de Sicília eram agora parte de seu séquito e participaram de sua epopéia. Joana iria até desempenhar um papel dos mais imprevisíveis. Com 24 ou 25 anos, ela era bem bonita; impressionara muito Filipe Augusto quando este a conhecera em Messina, a ponto de a multidão, testemunha de sua perturbação, já andar repetindo que o rei de França desposaria a irmã do rei Ricardo... O último apressara-se então em tirar Joana de perto de Filipe levando-a para o castelo de La Bagnara: ele não pretendia dar um presente daquele porte ao rei da França, pois entre eles já haviam surgido vários pontos de desentendimento durante sua expedição em comum para a Terra Santa. Em seguida, em compensação, Joana parecerá encarnar uma possibilidade de aproximação inesperada entre francos e muçulmanos. Ricardo não terá a idéia — isso por volta do final do ano de 1191, durante o qual São João de Acre é retomada e o poder dos ocidentais reforça-se com isso consideravelmente — de uma união entre francos e muçulmanos, um pouco como acontecia no Ocidente quando os tratados de paz eram singularmente abastecidos de um casamento entre duas famílias outrora inimigas?

“Malik al-Adil convocou-me”, conta o cronista sarraceno Beha-al-Din, “para me comunicar os resultados de suas últimas con-

versas. Segundo o acordo considerado, al-Adil desposaria a irmã do rei da Inglaterra. Esta fora casada com o senhor da Sicília que havia morrido. O inglês levava portanto sua irmã consigo ao Oriente e propunha-se a casá-la com al-Adil. O casal residiria em Jerusalém; o rei daria as terras que ele controla de Acre a Ascalon à sua irmã que se tornaria rainha do litoral. O sultão cederia suas posses do litoral a seu irmão que se tornaria o rei. A Cruz (a Verdadeira Cruz que foi tomada por Saladino quando da batalha de Hattin) ser-lhes-ia confiada, e os prisioneiros dos dois campos seriam liberados; depois, concluída a paz, o rei da Inglaterra voltaria a partir para seu país além dos mares." Ora, a proposta foi bem recebida. Al-Adil até obteve a concordância de Saladino, "mas o maldito inglês", acrescenta Behal-Din, "mandou dizer que sua irmã se encolerizara muito quando a proposta foi encaminhada a ela: ela jurara que jamais se entregaria a um muçulmano!" A perspectiva de fazer parte de um harém não a seduzia!

Recusada a solução romanesca, os parceiros voltaram a lutar. A culpa foi de Joana? É possível pensar que esse acordo, por mais milagroso que parecesse, quase não era viável, e que o problema, no fundo, não seria resolvido com isso. Acrescentemos que Joana, em seguida, não iria cair em mãos melhores, pois desposou o reles Raimundo VI de Toulouse — do qual era a quarta esposa! — que a abandonou grávida, no meio de um sítio que ele considerava perigoso para sua própria pessoa... Ela própria morreria em Rouen pouco tempo depois de Ricardo Coração de Leão, em 1199.

Este tornara-se o senhor da ilha de Chipre um pouco sem querer; porém, como estrategista experiente, devia apreciar a importância de uma escala na ilha, admiravelmente situada à beira da Terra Santa. Ele entregou-a aos templários que ali se instalaram, mas, mal recebidos pela população, eles não tardaram a lamentar o fato.

Entrementes, com a reconquista de São João de Acre, seguida de várias vitórias decisivas para os ocidentais, como em Jaffa e em Arsuf, a reconquista de Jerusalém, que a cristandade continuava esperando, parecia esboçar-se. Enquanto isso aumentava o fosso entre partidários de Conrado de Montferrat e de Guido de Lusignan. Guido, sendo de Poitou, e portanto vassalo do rei da Inglaterra (que na época

estende seu domínio ao oeste da França e da Normandia) podia reivindicar o apoio de Ricardo. Este acabou no entanto aceitando a opção que se impunha e decidiu proceder ao coroamento do senhor que usufruía dos favores de todos os barões da Terra Santa: Conrado de Montferrat, que se tornara o esposo da rainha Isabel.

Isabel dos amores trágicos e da posteridade gloriosa

28 de abril de 1192. Um dia de primavera como muitos outros. Na cidade de Tiro, libertada há quase dois anos, o impulso da reconquista manifestava-se, e preparava-se com alegria a coroação de Conrado de Montferrat. Após ter reunido o conselho dos barões em Ascalon, Ricardo, instado todo o tempo por mensageiros da Inglaterra para voltar ao Ocidente em virtude das intrigas de seu irmão mais novo, João Sem Terra, despachara para Tiro seu sobrinho Henrique de Champagne para que trouxesse Conrado a São João de Acre, onde o último receberia a coroa que o faria rei de Jerusalém. Por sua vez, o futuro rei também fazia seus preparativos para a cerimônia que se aproximava.

Algum tempo antes, ele tomara um carregamento rico de um navio pertencente aos ismaelianos, adeptos da famosa seita xiita comandada, das elevações de seu palácio de Cadmus, por aquele que era chamado de Velho da Montanha, Sinan. Este instara Conrado a devolver-lhe as riquezas conquistadas, mas o bailio de Tiro, Bernardo do Templo, empenhara-se em tranquilizar seu senhor. Por precaução, ele mandara afogar os marinheiros da galera tomada daquela maneira, e Conrado não pensara mais no incidente.

Na manhã daquele dia, 28 de abril, ele foi abordado nas ruas de Tiro por dois sarracenos que declararam querer receber o batismo. Eles pediam que dois senhores francos, Baliano de Ibelin e Conrado, fossem seus padrinhos na cerimônia. Esta ocorreu normalmente, e depois dela, cada qual voltou a seus afazeres. À noite, Conrado e Isabel deveriam comparecer a um jantar com o bispo de Beauvais, Filipe de Dreux. Isabel, que estava grávida, atrasou-se um pouco no banho. Conrado partiu na frente, seguido por dois cavaleiros. "Fora

da porta do arcebispado de Tiro que é perto do Câmbio (lugar onde ficam os cambistas, diríamos os banqueiros), entrou na rua que é estreita; havia um homem sentado de um lado e outro, do outro; tratava-se dos dois sarracenos batizados naquela mesma manhã. Um deles mostrou-lhe uma carta, e o marquês, sem desconfiar, estendeu a mão para pegá-la. O homem agarrou uma faca e apunhalou-o (Conrado) no meio do corpo e o outro também, que estava do outro lado, saltou na garupa do cavalo, atingiu-o de lado e derrubou-o morto.” Era a vingança do senhor dos Assassinos.

Conrado foi enterrado em meio ao luto e às lamentações que podemos imaginar, na casa dos hospitaleiros de São João. O drama acabava com as esperanças dos barões e do rei da Inglaterra. E, para todos, o tempo urgia.

De novo, estava-se diante da necessidade de dar um defensor ao reino. “Por conselhos dos barões do reino, Ricardo foi a Tiro e trouxe com ele o conde Henrique para fazê-lo desposar Isabel, a mulher que fora do marquês.” Tratava-se do jovem conde Henrique de Champagne, que chegara a Acre dois anos antes, em julho de 1190. Participara de todos os episódios daquele sítio, que foram terríveis, entre eles um inverno de fome, lembrança pungente para aquele jovem que só tinha cerca de 20 anos no momento em que singrara pelo mar para uma expedição ao termo da qual ele contava voltar à sua Champagne natal. Era o filho da extraordinária Maria de Champagne, portanto neto de Luís VII e de Alienor de Aquitânia e sobrinho de Ricardo Coração de Leão.

O rei da Inglaterra teve de vencer as hesitações do sobrinho: “O rei falou com o conde. Disse-lhe que aquela dama que ele queria dar-lhe estava grávida do marquês e que se ela carregava um herdeiro macho, ele teria o reino e ele (Henrique) respondeu: ‘E eu ficarei importunado com a dama.’” Ele lamentava também não poder mais voltar a Champagne. Ricardo fez-lhe muitas promessas, inclusive a de enviar-lhe todos os reforços desejáveis assim que voltasse para a Inglaterra. Finalmente Henrique mudou de idéia quando conheceu Isabel. Dizem os cronistas que ela era “mais branca que uma pérola”. Entrincheirada em Tiro enquanto aguardava a chegada dos barões aos quais haviam sido enviadas mensagens urgentes, ela também parece

ter sido facilmente convencida. Henrique era jovem e valente; cortesia e cavalaria haviam conseguido nele desabrochar na atmosfera de Troyes; a verdade é que já a 5 de maio, oito dias após a morte de Conrado — a época prestava-se a soluções rápidas —, Isabel de Jerusalém celebrava seu terceiro casamento em Tiro. Ela tinha 20 anos, era terna e sentimental, despreocupada como todas as moças, e na França provavelmente passaria seus dias rodeada de jovens amáveis cantando o amor cortês. Mas era herdeira do reino de Jerusalém; para a defesa daquele reino, tivera de se separar daquele que amava desde a infância, depois vira seu segundo marido ser assassinado. Hoje o destino e seu dever ordenavam-lhe casar-se com um terceiro — e se soubesse prever o futuro, faria esforços para não amá-lo, para não ter de sofrer de novo.

“Veríeis ali uma bela recepção, as procissões reunidas, as ruas enfeitadas de cortinas nas janelas e, diante das casas, incensórios cheios de incenso. Todas as pessoas da cidade, cerca de sessenta mil ou mais, saíram de Acre todos armados e foram ao seu encontro. Os clérigos levaram-na à igreja, trouxeram-lhe as relíquias e fizeram-lhe beijar a Santa Cruz, e (Henrique) entregou suas oferendas a muita gente.” É assim que o cronista Ambrósio nos descreve a alegria dos ocidentais com a conclusão desse novo casamento que proporcionava à Síria franca um defensor digno dela e capaz de enfrentar Saladino. E era de fato um grande acontecimento, a promessa de uma sobrevivência, que deveria ser confirmada pouco após pelo nascimento de uma pequena Maria, filha de Conrado e destinada a carregar o título de rainha de Jerusalém.

Aquele mês de 1192 foi decididamente rico em acontecimentos. Não sabendo o que fazer com a conquista inesperada da ilha de Chipre, Ricardo Coração de Leão entregara-a aos templários por cerca de 100 mil ducados em dinheiro, mas os cavaleiros foram mal aceitos pela população cipriota. Exatamente um mês antes do casamento de Isabel, a 5 de abril — era a véspera de Páscoa —, eclodira uma revolta violenta em Nicósia que o mestre do Templo, Arnaldo Bouchart, teve dificuldades em dominar. A ordem decidiu se retirar imediatamente e devolver ao rei da Inglaterra o que considerava um presente envenenado. Ricardo teve então uma idéia de futuro: confiou sua conquista a Guido de Lusignan como compensação apreciável a

esse título de rei de Jerusalém que ele teve de abandonar. Ninguém poderia prever que a dinastia do pequeno cavaleiro do Poitou iria perpetuar-se ali por 300 anos, até o final do século XV...

Quanto a Ricardo Coração de Leão, depois de ter se coberto de novo de glória e ter defendido Jaffa nas condições mais difíceis, voltou para a Europa a 9 de outubro de 1192. Ele não libertara Jerusalém, mas obtivera condições de peregrinação formalmente garantidas por Saladino num tratado de paz. Saladino, aliás, morreu no ano seguinte, a 3 de março de 1193. Sua morte marcava uma nova virada nos destinos do Oriente Médio muçulmano, ainda mais porque abria no seio do Islã uma sucessão singularmente complicada. De suas mulheres, deixava 17 filhos, sem contar seus dois irmãos e vários sobrinhos, todos cobijando a herança. Um deles declarou-se senhor do Egito, o outro tomou Damasco, um terceiro, Alepo. Ia-se assistir a cerca de nove anos de combates, alianças e traições, até o momento em que o irmão de Saladino, Malik al-Adil (aquele que quase se tornara o cunhado de Ricardo Coração de Leão) conseguiu reunir em seu poder a herança da dinastia dos aiúbidas.

Foi uma trégua apreciável para os cristãos: o frágil reino da Palestina, reduzido a uma faixa costeira que se estendia da Síria ao Egito, encontrava-se todo o tempo ameaçado quando se reuniu numa só mão o poder dos sultões do Egito e da Síria. Malik al-Adil, por sorte, considerou sem desagrado a coexistência pacífica com os francos e mais ainda a vinda de mercadores italiados, aos quais concedeu de bom grado privilégios e cauções, certo que estava de dali tirar lucros em forma de tributos, pedágios e taxas diversas sobre as mercadorias exportadas. Vemo-lo mais sensível que seu irmão ao interesse econômico de seus Estados.

Entrementes o reinado de Henrique de Champagne revelava “um homem prudente, reservado e paciente”, como se exprimem a seu respeito os cronistas árabes, apesar de sua juventude. Sempre corajoso, sua vontade de fazer reinar a paz entre os barões francos, fossem eles os mais trapalhões ou os mais suspeitos, como um Boemundo de Antióquia, sua vigilância enfim, que iria permitir em 1197 evitar um ataque de Malik al-Adil a São João de Acre, valeram-lhe uma autoridade incontestável.

Por volta da mesma data, ele recebia uma visita que deve ter nele despertado muitas lembranças de família: a da “rainha da Hungria”, Margarida, irmã de Filipe Augusto e tia de Henrique de Champagne, que desposara aquele que na Inglaterra era chamado de Jovem Rei, Henrique, e que em segundas núpcias se havia casado com o rei Bela III da Hungria. Este “morrera sem herdeiros. Ela desejou”, escreve o Continuador de Guilherme de Tiro, “ir a Jerusalém a fim de visitar o Sepulcro para o qual o imperador mandava tão grande socorro (o imperador da Alemanha naquela época, de fato, reunia um vasto exército de cruzados) que ela acreditava que ele recuperaria todo o reino de Jerusalém. Para isso, vendeu seu território pelo qual recebeu muito (grande riqueza) e tomou a cruz e levou consigo grande companhia de cavaleiros e veio com os alemães à Síria e chegou a Tiro... O conde Henrique foi a Tiro ver sua tia e recebeu-a com muitas homenagens e ela só sobreviveu após sua chegada oito dias e morreu, e foi enterrada no coro da igreja de Tiro. Doou todos os seus pertences ao conde Henrique porque ele era seu sobrinho, filho de sua irmã.” Destino surpreendente desta mulher cruzada que morreu na Terra Santa onde esperara venerar o Santo Sepulcro.

Henrique de Champagne não teve, porém, oportunidade de utilizar os “grandes bens” da rainha da Hungria, sua tia. Um acidente estúpido veio interromper bruscamente um reinado que representava a própria esperança da Síria franca. A 10 de setembro de 1197, quando reunia seus barões na grande sala do palácio de Acre, Henrique de Champagne, que se apoiara com imprudência na grade leve demais de uma janela, caiu de costas no pátio e quebrou o crânio. Sua morte foi imediata, como a de seu companheiro favorito, o anão Ecarlate que, ao ver seu senhor cair de costas, tentou segurá-lo e foi arrastado com ele.

“Ao ouvir a notícia, a rainha Isabel acorreu como louca; ela gritava arranhando o rosto e arrancava os cabelos; encontrou nas escadas do castelo os que traziam o corpo; assim que o viu, caiu sobre ele e começou a beijá-lo lamentando-se e exprimindo muitas saudades; seus gritos eram tão agudos que todos os que estavam ali tiveram muita compaixão dela pelo seu grande luto”, escreve o cronista da *História de Heráclio*.

Todos os cronistas exprimem a mesma consternação: “Grande perda ocorreu naquele dia para os cristãos de Jerusalém por sua morte, pois ele era um homem gentil e sábio e teria confortado e sido de grande proveito para a gente do reino se tivesse vivido mais, pois ele era cheio de bons costumes.” Henrique de Champagne foi inumado na Igreja Santa Cruz de São João de Acre.

Aos 26 anos, Isabel estava viúva pela terceira vez. Tivera duas filhas de seu terceiro esposo, Alice e Filipa, e mais uma vez colocava-se para ela o problema de proporcionar o título pelo casamento a um defensor seguro e eficaz do reino latino.

Decerto não faltavam pretendentes ao redor de uma rainha que continuava muito bela. Imagina-se que, apesar da viuvez brutal, ela era objeto de admiradores assíduos. Os cavaleiros do Templo e do Hospital apoiavam um dos pretendentes, Aimery de Lusignan, irmão de Guido e que o sucedera em 1194 no trono de Chipre concedido por Ricardo Coração de Leão. Ele julgara então prudente ser recomendado pelo imperador Henrique VI: no momento em que o Império de Bizâncio desmoronava totalmente, o Sacro Império Germânico parecia ser o único a ter autoridade para apoiar e confirmar um reino, mesmo na longínqua ilha de Chipre. De fato, a proteção buscada daquela forma deveria em seguida trazer muitas complicações.

O casamento de Isabel e Aimery foi seguido pela sua coroação — a quarta para a jovem mulher; é verdade que na época a coroação dos reis e das rainhas se repete com a frequência necessária. Aimery de Lusignan revelou-se rei atento e cavaleiro brilhante. Mal foi coroado e, em outubro de 1197, ele corria para socorrer a cidade de Beirute ameaçada de destruição e conseguia salvá-la, aliás, sem verter uma única gota de sangue, graças à cumplicidade dos escravos cristãos que trabalhavam na cidadela. Reconquista preciosa que tornava os francos senhores de toda a costa, de Trípoli a São João de Acre. A terra foi entregue a João de Ibelin, filho de Baliano II e da ex-rainha Maria Comnena: é aquele que nos textos é muitas vezes designado como “o Velho Senhor de Beirute”.

Aimery utilizou o reforço daqueles alemães com os quais viera a rainha Margarida da Hungria; porém, fato curioso, não se tardou a

se tomar conhecimento da morte do imperador Henrique VI e, a partir de então, aquela Cruzada alemã debandou como fora o caso da de Frederico Barba-Ruiva sete anos antes. Seus membros voltaram às pressas para o Ocidente, “como os que perdem a cabeça e sua vontade com a morte de seu senhor”, constata o cronista que é chamado de Continuador de Guilherme de Tiro. Aimery, aliás, não lamentou muito aquilo: ocorriam choques freqüentes entre os cruzados alemães e os outros ocidentais. Pouco depois da partida deles, a 1º de julho de 1198, era concluída a paz com as forças muçulmanas.

Quanto a Isabel, seu casamento com Aimery marcava o final de suas tribulações conjugais. Teve três filhos com ele: um filho que morreu muito novo e duas filhas, chamadas Sibila e Melisenda. Aimery morreu a 1º de abril de 1205; Isabel não sobreviveu muito tempo, pois morreu naquele mesmo ano de 1205. A coroa de Jerusalém cabia à sua filha mais velha, Maria, que ela tivera com Conrado de Montferrat. Ela só tinha 12 anos e, antes de sua morte, Isabel designara para exercer a “*baylie*” — a guarda do reino e da jovem princesa — o Velho Senhor de Beirute, João de Ibelin. Ele soube se comportar como regente calmo e firme.

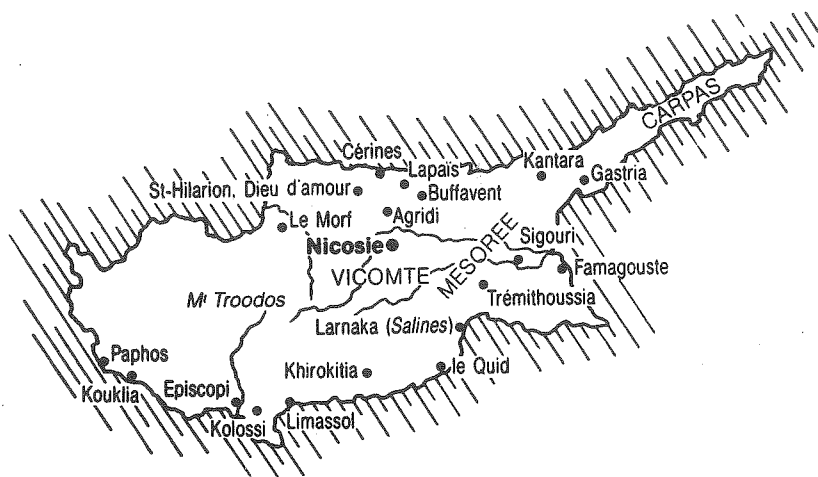
Isabel morre no momento em que mudanças profundas se estão preparando naquele Oriente Médio que, durante mais de um século, captara a atenção e as aspirações da Europa. Ora, do mundo novo que se esboça, ela é como a camada inicial. Foi dela que nasceram as dinastias que vão agir e das quais todos falarão; por toda a parte encontraremos seus descendentes. Antes de mais nada, no trono de Jerusalém, sua filha Maria, que desposa João de Brienne: ele tem 60 anos, ela 16 ou 17 anos quando do casamento em 1210, mas é um cavaleiro tão valoroso quanto vigoroso que não hesitará, mesmo sexagenário, a pegar em armas e cavalgar, a ponto de, apesar de sua idade avançada, proporem-lhe a regência do império latino de Constantinopla em 1229. As duas filhas de Isabel com Henrique de Champagne, embora instaladas em Chipre — de onde Alice, a mais velha, torna-se rainha — reivindicarão por muito tempo seus direitos sobre o Condado de Champagne, enquanto seus descendentes vão povoar as cortes de Chipre ou da Síria. Finalmente, as duas filhas suas com Aimery vão casar-se, a mais velha, Sibila, com o príncipe Leão II da Armênia e a segunda, Melisenda, com Boemundo IV, que reúne

sob seu poder os principados de Antióquia e de Trípoli. Isto significa que, através de todas as páginas de história que serão consagradas a essas regiões sempre movimentadas, aparecerão os descendentes e os descendentes de Isabel de Jerusalém, a apaixonada sacrificada à razão de Estado.

RAÍZES EM TERRA ESTRANGEIRA

Na segunda metade do século XII, um santo eremita da ilha de Chipre, de volta de uma peregrinação na Terra Santa, lançara predições sombrias que comoveram seus compatriotas. Esse monge, chamado Neofitos, retirara-se para as cavernas que dominam a baía de Pafo, onde, por volta de 1170, nascera um mosteiro, com discípulos que pouco a pouco se agruparam à sua volta. As grutas onde ele morava não tardaram a ser recobertas de afrescos magníficos; alguns são atribuídos a Teodoro Apsevdes, e o conjunto constitui hoje uma espécie de repertório da pintura mural bizantina dos séculos XII e XIII para o encantamento dos visitantes.

São Neofitos anunciava desastres a seus contemporâneos e, antes de mais nada, a perda de sua independência. De fato, eles tinham tido uma antecipação disso com a expedição de Reinaldo de Châtillon, pilhador sem escrúpulos, cujos danos pesaram tanto no destino da Síria franca; e, em seguida, seu destino não fora muito melhor quando Isaac Comneno achara ser o caso de declarar-se “imperador” da ilha, que até então fazia parte do Império Bizantino, o qual se contentava em delegar governadores para ela.



A ilha, que nos mapas parece uma mão apontando o indicador para Antióquia, não se assemelha de fato a nenhuma outra no Mediterrâneo. Não é produto de terremotos ou de movimentos vulcânicos submarinos, mas, segundo os geólogos, seria um verdadeiro continente que emergiu das águas originais. Daí provavelmente a sua singularidade: assistiu ao desabrochar de uma civilização autônoma desde os tempos pré-históricos, ao nascimento de uma escrita sobre a qual continua se exercendo a ciência dos epigrafistas e à renovação, em todos os tempos, da curiosidade dos arqueólogos, assim como, infelizmente, da avidez dos invasores.

Uma ilha cumulada pela natureza. “Plínio escreve que Chipre é famosa devido às esmeraldas, ao cristal, ao bronze que se denomina cobre, aos diamantes e ao alúmen que ali abundam”; é dessa maneira que se exprime a *Cosmografia universal* de Sebastião Münster, criada na Basiléia em 1550, que acrescenta: “Chipre envia muitas coisas às outras nações, com o que lucra, e não sabe o que fazer com as outras.”

De fato, o próprio nome de Chipre vem do termo grego que significa cobre. Mas, por contraste com o que conhecemos das paisagens mineiras ou metalúrgicas, Chipre é igualmente a ilha onde ocorreu o nascimento de Afrodite, e a enseada magnífica onde se ergue o rochedo que teria sido o quadro de seu surgimento é digna de tal visão, a que inspirou Botticelli.

A proximidade da Terra Santa (cerca de 100 quilômetros apenas separam Chipre de Latakiah, o porto sírio que foi o feudo pessoal de Melisenda) aparentemente não atraiu a atenção dos cruzados para a ilha, onde outrora São Paulo passara uma temporada. Aportara em Salamina, depois foi até Pafo, para alcançar em seguida o que é hoje a costa turca.

Como vimos, colocado no trono por Ricardo Coração de Leão, com a promessa de pagar uma soma de 100 mil ducados, Guido de Lusignan, que parecia manifestar uma maturidade conquistada tardiamente, soubera, quanto a ele, aproveitar a oportunidade oferecida. Tomara emprestado dos mercadores de Trípoli os 40 mil ducados exigidos pelo rei da Inglaterra e assumira como dever atrair para Chipre os cavaleiros desarmados, as damas viúvas, todos aqueles que haviam sido arruinados ou deixados inativos pelas conquistas de Saladino, a fim de valorizar a terra admirável que se tornara sua possessão. “Os cavaleiros deserdados porque os sarracenos haviam tomado suas terras”, escreve o cronista Ernoul, “e as damas cujos maridos estavam mortos e as moças órfãs foram para lá, e o rei Guido deu-lhes grande quantidade de terra, suficiente para cada um.” Logo após o sítio de São João de Acre, Chipre iria se tornar o refúgio de toda uma multidão que a queda de Jerusalém deixara literalmente abandonada. O cronista Ambrósio faz uma descrição comovente do fato:

Da (tomada da Cidade Santa), restaram tantos órfãos
Tantas donzelas perdidas
E tantas damas viúvas
E tantas heranças deixadas
E tantas linhagens rebaixadas,
Tantos bispados, tantas igrejas

Ficaram sem seus pastores;
Ali morreram tantos príncipes e condes,
Sem falar do povinho.
Que Deus os acolha em seu reino!

“Viram-se pobres remendões, pedreiros, escrivãos públicos tornar-se de repente na ilha de Chipre cavaleiros e grandes proprietários”, conta, por sua vez, o Continuador de Guilherme de Tiro.

Os costumes medievais desempenham seu papel: uma mulher deixada só vai encontrar o seu senhor ou o de seu esposo defunto, e este tem o dever de lhe garantir víveres e proteção. Guido de Lusignan tratou de casar as viúvas ou as órfãs com cavaleiros ou sargentos de seu séquito e fornecer-lhes bens: “Concedeu feudos”, continua Ernoul, “a trezentos cavaleiros e duzentos sargentos a cavalo, depois a burgueses a quem doou também grandes terras e muitos bens.” Por outro lado, nisso imitando Conrado de Montferrat, distribuiu amplos privilégios comerciais aos mercadores de Pisa que, quando do sítio de Acre, deram-lhe muito apoio. Política sensata, que Guido quase não teve tempo de aproveitar, pois morreu em abril de 1194. Seu irmão Aimery, como se viu, sucedeu-o no trono.

Finalmente, é em Chipre, conquistada por Ricardo para socorrer as damas nobres na miséria, que se vai estabelecer a continuidade do reino de Jerusalém. A ilha é uma escala preciosa na rota para a Síria muçulmana, e um dia será aproveitada pelos companheiros de São Luís. Sua história irá tornar-se parte integrante da dos reinos latinos de além-mar. Por 300 anos, Chipre, sob o domínio dos Lusignan, será a sede e a esperança de uma cristandade ainda orientada para a Cidade Santa, Jerusalém. Três séculos de uma hegemonia familiar que parece ter sido bem-aceita e foi traduzida, antes de mais nada, por um enriquecimento incontestável da ilha.

O papel e o lugar das mulheres ali serão um pouco diferentes do que foram na primeira fase do reino de Jerusalém quando nele se estabeleceu a vida feudal. Numa sociedade onde prevalecerão as preocupações de ordem econômica, o equilíbrio social, onde os direitos da castelã e da camponesa eram respeitados, vai ser abalado e

depois aos poucos destruído. Mas no entanto é através delas que a coroa continuará a ser transmitida e a autoridade real exercida e também os laços entre a ilha e o resto da cristandade, nos anos seguintes, garantidos.

Disputas por cima dos mares

Com a morte de Aimery de Lusignan opera-se, em primeiro lugar, a cisão, desejada e preparada, com o reino de Jerusalém. Seu filho, Hugo I sucede-o na ilha, enquanto Maria, filha de Isabel e Conrado de Montferrat, recebe a coroa de Jerusalém. Mas os laços restabelecem-se alguns anos depois, quando Hugo desposa Alice, meia-irmã de Maria. Hugo morre prematuramente aos 23 anos, em 1218, deixando apenas um filho de nove meses, e Alice recebe a coroa de Chipre. Dessa forma, assiste-se à atribuição pela rainha, já no mês de julho de 1218, na ilha, de privilégios comerciais aos genoveses, principalmente um terreno em Nicósia e outro em Famagusta.

Porém uma preocupação, mais forte que a com seu reino de Chipre, parece dominar o espírito de Alice. Quando fica sabendo, em 1201, da morte de seu primo Teobaldo III, conde de Champagne, ela reivindica imediatamente direitos sobre aquele condado na França como filha de Henrique de Champagne. Suas reivindicações, acrescidas às de sua irmã Filipa, vão prolongar-se ativamente por muitos anos. Ademais, Filipa desposara um homem de Champagne, Erardo de Brienne, que apoiava, não sem um certo azedume, ao que parece, os protestos conjuntos de sua esposa e de Alice.

Veremos essas reivindicações colocarem em confronto duas mulheres firmes, uma em Chipre, Alice, e outra no local, em Champagne, Branca. Mas antes assumamos um certo distanciamento para refletir no que supõem, no plano material, ações tentadas além dos mares, a três mil quilômetros de distância — e que se prolongam por cerca de meio século... Supõem, em primeiro lugar, comunicações bem mais ativas do que poderíamos imaginar. Há os envios de cartas por mensageiros — cartas cujas cópias são guardadas e das quais, por precaução, se redigem inúmeros exemplares. Para mandá-las, apro-

veita-se um navio de partida, um clérigo, um monge, levados a circular, por sua condição, no séquito de um legado ou encarregados de alguma missão por sua abadia. Existem também mensageiros por profissão, o que é atestado por algumas miniaturas desde o final do século XII: mensageiros reais, imperiais, pontificais, reconhecíveis por seu bastão, desde sempre atributo do viajante, e também por sua caixa de mensagens, muitas vezes parecida com um barrilzinho, que carregam no ombro, ou ainda com uma espécie de urna achatada na cintura. Mais adiante veremos muitas vezes essa caixa assumir a forma de um escudo com o brasão daquele que as envia. Com a multiplicação dos transportes por mar e no vaivém dos mercadores, esses envios de mensageiros irão tornar-se cada vez mais freqüentes.

A rainha Alice, contudo, não se contentou em enviar cartas e mensagens. Embarcou pessoalmente muitas vezes para ir defender os bens paternos em Champagne. Imagina-se-a entrando no navio onde lhe foi reservado o lugar de honra, naquilo que era chamado de "castelo". As condições de uma "passagem" na época foram-nos descritas por Tiago de Vitry — precisamente de Champagne, que se tornou bispo de Acre nos primeiros anos do século XIII. Ele conta como conseguiu embarcar em Gênova no mês de outubro, por volta do dia de São Miguel, graças aos navios genoveses que são "muito potentes e de grande capacidade", a ponto de conseguirem enfrentar as tempestades do outono — durante o qual, uma vantagem, os víveres e a água transportados estragam-se com menor facilidade do que no calor do verão.

Ele tomara a precaução de comprar um lugar num navio novo. Para ele e o séquito que o acompanha, reservara o "quarto do castelo superior", que comporta cinco *loca*, em princípio, cinco lugares de passageiro. Nas miniaturas vê-se esse castelo, construção que em geral se ergue na proa, acima da ponte superior. Tiago de Vitry distribui assim os lugares alugados por ele: "Ali", escreve, "comerei, estudarei meus livros e permanecerei de dia, a menos que haja tempestades no mar... Aluguei um quarto para dormir de noite com meus companheiros, outro para colocar minhas roupas e os víveres necessários para uma semana... Um outro quarto onde meus criados dormirão e prepararão minhas refeições." Por outro lado, reservou, mas na parte inferior do navio, um lugar para os cavalos que está

levando e, finalmente, no porão, há um outro canto onde são colocados à parte seu vinho, "biscoito, carnes (reabastecimento) e outras coisas suficientes para três meses".

Imagina-se a rainha Alice embarcando em Limassol para ir ao Ocidente com a mesma equipagem. Ela poderia desembarcar em Messina, em Gênova ou Veneza para ali pegar a estrada e ir rumo àquele que ela considera seu condado. Chega com o prestígio que lhe valem sua qualidade de rainha de Chipre e também seus vínculos com o Oriente Médio, onde a cristandade continua a considerar a Palestina em geral e sobretudo Jerusalém como seu feudo.

Nem por isso deixa de ser uma tarefa das mais rudes defender uma posição violentamente contestada. Duas personalidades femininas fortes estão se opondo.

Alice de Chipre e Branca de Champagne

A condessa de Champagne é Branca de Navarra, que desposara o irmão de Henrique, Teobaldo III. Este se dispunha precisamente a embarcar para a "passagem além-mar" quando morreu, em 1201; seus companheiros ficaram um tanto desorientados com isso. Eram em grande número e haviam sido chamados a tomar a cruz pela voz enérgica do pregador Folque de Neuilly, no mês de dezembro de 1199 — exatamente 100 anos depois da reconquista de Jerusalém. A expedição reuniria muita gente de Champagne e dos Ardennes, alguns nomes tendo atravessado os séculos, como o de Gofredo de Villehardouin que é o primeiro historiador da língua francesa.

Viúva, Branca de Champagne teria de enfrentar muitas dificuldades. O rei Filipe Augusto, também de Champagne por parte de mãe, cobiçava aqueles condados de Champagne e de Brie. Já mãe de uma menininha, Branca esperava outra criança, a que seria Teobaldo IV, o famoso cançonetista. Ela prestou homenagem, como era natural, a seu suserano e prometeu não voltar a casar sem o seu consentimento; ele conseguiu arrancar-lhe até, quando do nascimento do jovem Teobaldo, a promessa de não declará-lo maior antes dos 21 anos. Quando chegou aos 12 anos, em 1213, o conde de Champagne e sua mãe

selaram um outro tipo de compromisso, jurando servir ao rei com fidelidade.

Branca manifestava grande atividade para desenvolver o comércio em seu condado. Vemo-la construir estradas: estradas pavimentadas como a de Baudement, ao sul de Sézanne, que não comportava menos de 12 pontes no traçado previsto; a condessa faz contratos com empreendedores, fornece ela própria a madeira forte para a construção de pontes, estipula os prazos para os trabalhos, com concessão aos empreendedores, por sete anos, dos pedágios na nova estrada. É a época em que as feiras de Troyes, Provins, Bar-sur-Aube conhecem um desenvolvimento surpreendente, e a condessa Branca não poupa esforços para garantir a passagem das carroças que transportam as mercadorias. Pode-se calcular dessa forma que os carros transportavam até 3,9 toneladas de pedras talhadas por carregamento, o que, acrescentando o peso do próprio carro, perfaz um total estimado de 6,4 toneladas — daí a necessidade de estradas robustas.

É portanto uma administradora sensata e enérgica que se encontra diante da rainha Alice de Chipre.

A tenacidade que caracteriza ambas vai encontrar terreno para se exercitar numa época em que os interesses de Champagne estão estreitamente mesclados, como se disse, aos da família real da França. Ao reivindicar Champagne, Alice tem de enfrentar indiretamente Filipe Augusto e depois Luís VIII. Porém, a morte de Filipe Augusto em 1223 e, três anos depois, a de seu filho, deixam a coroa a uma criança de 12 anos, Luís IX (o futuro São Luís) e à sua mãe, outra Branca, a que chamamos de Branca de Castela. As reivindicações de Alice forneciam pretextos excelentes para os barões que esperavam aproveitar a juventude do herdeiro ao trono para se outorgar maior independência e satisfazer suas ambições à custa do domínio real. As contestações irão prolongar-se por um quarto de século e mobilizar um bom número de senhores e prelados, uns adotando a causa de Alice e Filipa, outros a de Branca e de Teobaldo de Champagne, portanto também da rainha Branca e de seu filho. A repercussão do caso transparece na obra do cronista Joinville, cujo pai prestou homenagem à rainha de França, assim como a outro senhor da região,

Hervé de Somberton, prometendo-lhe ajudá-lo contra as tentativas de Alice e de sua irmã.

Após terem renunciado pela primeira vez em 1221 a suas pretensões contra uma compensação financeira, as duas irmãs e principalmente Alice voltavam à ofensiva em 1227. Ainda mais porque a legitimidade de seu nascimento fora insidiosamente posta em questão (de fato, contestava-se principalmente que o casamento do pai de Alice e Filipa, Henrique de Champagne, fosse válido, pois Isabel de Jerusalém continuava sendo a esposa de seu primeiro marido Onofre). Na aliança das ambições e dos descontentamentos que se manifestaram quando da morte do rei Luís VIII, um dos barões mais virulentos, o conde da Bretanha, Pierre Mauclerc, chegou a propor o casamento à rainha Alice, cujas pretensões apoiava ruidosamente. Informado, o papa Gregório IX opôs-se ao projeto por motivos de consangüinidade. Além disso, o conde de Champagne, Teobaldo, que fora criado na corte da França, só olhava com ternura e versificava com ardor para a rainha Branca de Castela, o que de certo modo paralisava os esforços dos outros barões para arrastá-lo a arruinar seu poder.

Uma crônica contemporânea, a de Balduino de Avesne, resume bem, no caso, as contestações da rainha de Chipre:

“Quando os barões (em revolta contra a rainha da França) viram aquilo, mandaram buscar de comum acordo a rainha de Chipre que era herdeira direta do Condado de Champagne, como eles diziam, pois fora filha do conde Henrique de Champagne que foi rei de Jerusalém... Quando a rainha (Alice) chegou à França, exigiu o Condado de Champagne como sua herança. O conde Filipe de Boulogne ajudou-a com todo o seu poder (trata-se do bastardo de Filipe Augusto, chamado Filipe Hurepel). As negociações duraram vários dias. Por fim, ofereceram-se à rainha oito mil serviços de terra de herança e vinte mil libras de Tours para suas despesas. O conde de Boulogne, mais envolvido na tarefa do que todos os outros, fê-la recusar aquela paz... O conde Filipe de Boulogne morreu no ano da Encarnação de Nosso Senhor, 1233. Quando a rainha de Chipre para ali voltou..., aparentemente ela havia perdido, pois depois de muitas discussões, só lhe ofereceram dois mil serviços de terra enquanto estivesse viva e dez mil libras para as suas despesas... Quando a

rainha ouviu as ofertas que eram tão pequenas comparadas com aquelas que lhe haviam sido feitas anteriormente, sentiu grande irritação. Aceitou porém a paz, pois achou poucos que quisessem assumir seu processo agora que o conde lhe faltava. Essa paz foi confirmada pelo rei Luís da França.” Aqui aparece bem que suas exigências contínuas e a avidez com que insistia em sustentá-las acabaram por cansar seu círculo.

Efetivamente, foi diante de São Luís que essa longa série de contestações encontrou seu desenlace no mês de setembro de 1234. A rainha recebeu uma soma de 40 mil libras de Tours e uma renda vitalícia de duas mil libras sobre um bem fundiário situado na França. Alice voltou a Chipre na primavera de 1235. Mandou ratificar o acordo concluído com Teobaldo de Champagne, com a arbitragem do rei da França, por suas duas filhas, Maria e Isabel, e por seu filho Henrique, rei de Chipre. Entrementes, ela voltara a se casar, em 1223, com o filho do príncipe de Antióquia, Boemundo V, mas a união fora dissolvida por motivos de parentesco.

De Champagne às margens do Mediterrâneo

Embora muito apegada às suas origens na Champagne, a rainha Alice nem por isso negligenciou a ilha longínqua da qual era rainha. Muito pelo contrário, os inúmeros vestígios arquiteturais que ainda hoje subsistem em Chipre ilustram a força do laço que uniu a França e o Oriente Médio durante quatro séculos. Os cruzados e, entre eles mulheres como Alice, transpuseram para seu país de adoção o nível elevado de civilização atingido no Ocidente medieval, que se expressou, antes de mais nada, na construção das igrejas.

Um detalhe arquitetural proporciona a imagem familiar dessa contribuição do Ocidente para a vida cotidiana: quando se percorre a ilha em busca dessas pequenas igrejas perdidas na montanha, que geralmente conservam afrescos de uma beleza fascinante, cuja produção bizantina não é duvidosa, fica-se impressionado em ver muitas vezes o arredondado da abside e da nave — abóboda em berço ou cúpula — protegida por um segundo teto, este com dupla inclinação,

e coberto de telhas chatas, que protege o conjunto do edifício. Assim ocorre no belíssimo santuário dedicado a Nossa Senhora (a Panagia Forbotissa) de Asinu, que conservou suas pinturas magníficas, principalmente o iconostase que separa a nave do coro, ou ainda na igreja da Panagia tu Araku em Lagudera. Esse segundo teto que protege o antigo é uma contribuição da construção ocidental, um testemunho de construtores que tiveram a experiência de climas chuvosos e com neve e graças aos quais foram conservadas para nós tantas obras-primas ainda hoje ignoradas demais. Mais importante e mais notável, os historiadores da arte observaram todos a beleza dos edifícios construídos ou começados no reinado de Alice e que continuam impressionantes ainda hoje, apesar das destruições acumuladas e do desprezo testemunhado pelos sucessivos ocupantes — esse sentimento completamente negativo com relação às criações artísticas do passado, do qual nossa época aos poucos parece se curar, mas que foi uma verdadeira chaga da humanidade num tempo ainda próximo, quando os proprietários da região de Toulouse, por exemplo, só pensavam em revender a quem oferecesse mais os maravilhosos capitéis provenientes dos claustros e das antigas abadias de que sua região era tão rica e que hoje permitiram reunir o conjunto único constituído pelo Museu dos Claustros em Nova Iorque.

Camille Enlart, autor do estudo mais importante sobre os monumentos de Chipre¹, observava a semelhança entre a colegiada de Mantes, que se encontrava nos territórios reivindicados pela rainha Alice, e a Catedral de Santa Sofia de Nicósia, cuja construção foi empreendida por volta de 1200 e prosseguida no século XIII. A rainha Alice parece ter tido uma predileção por esse edifício. Em 1220, doou um moinho para o capítulo. Sua influência pessoal e suas relações jamais interrompidas com as terras ocidentais, de onde sua família vinha, explicam muitas semelhanças observadas na arquitetura ou na decoração entre edifícios da Champagne e realizações cipriotas. Entre os construtores, muitos devem ter vindo do círculo próximo da rainha. Mais tarde ainda, foi possível estabelecer comparações entre a Cate-

1. Magnificamente reeditado em inglês (Londres, 1987) por David Hunt sob o título: *Gothic art and the Renaissance in Cyprus*.

dral de Famagusta, “modelo de arquitetura prática, elegante e robusta” e a famosa Igreja de São Urbano de Troyes, que data da segunda metade do século XIII: mesmo plano, mesmas empenas encimando as janelas altas, mesmos desenhos de balaustradas encimando as paredes etc; ou ainda entre a Catedral de Bourges e a capela da Abadia de Nossa Senhora de Tiro em Nicósia, que foi um convento de monjas. Quanto à Abadia de Belapais, a mais célebre de todas com seu belíssimo claustro e as três janelas abertas numa abside retangular que ainda subsiste hoje em dia, evoca muitos edifícios de Champagne.

Naquele início de século XIII é também por outro canal, esse bastante inesperado, que a civilização franca e particularmente da Champagne é exportada para as margens do Mediterrâneo oriental. Uma expedição de senhores, a maioria originários de Champagne, partiu em 1202 para tentar reconquistar Jerusalém. Porém, vítimas de sua falta de meios, solicitaram o auxílio de Veneza e, desde então, foram transformados em exército a serviço da Cidade dos Doges e dos seus desígnios sobre o Império Bizantino. Era o mesmo desvio das forças cruzadas que o imperador Aleixo Comneno tentara um século antes, mas, dessa vez, operava-se em proveito de Veneza, potência ascendente do Mediterrâneo oriental e em detrimento de Bizâncio, potência em declínio.

Essa expedição, logo excomungada pelo papa em virtude do aspecto que assumira, foi contada muitas vezes, principalmente por Gofredo de Villehardouin e Roberto de Clary que dela participaram. O estado de decomposição em que se encontrava então a corte de Bizâncio, abalada pelas intrigas e pelos levantes, favorecia as cobiças dos sábios venezianos. Após terem restabelecido uma primeira vez no trono o jovem Aleixo IV, em 1203, os cruzados voltavam no ano seguinte para assaltar as muralhas de Bizâncio, dessa vez por conta própria (e de Veneza). Entrementes, o jovem Aleixo fora estrangulado por Aleixo Ducas, aquele que era apelidado de “Murzuffle”. A verdade é que, na Constantinopla tomada para seu próprio assombro, os companheiros de Villehardouin assistiam a 16 de maio de 1204 à sagração do conde Balduíno de Flandres como imperador latino de Constantinopla. Eles não tardariam, escrevendo nesse ponto a página mais sombria da história das Cruzadas e que é em grande parte responsável pela assimilação que se fez delas com as expedições

coloniais, a compartilhar entre si os despojos dos vencedores, atribuindo vastos feudos ao redor de Constantinopla e sobretudo no Peloponeso. Um outro Gofredo de Villehardouin, sobrinho do primeiro, torna-se príncipe de Acaia, enquanto um Oto de la Roche se instaura duque de Atenas. Veneza entrevia desde então o que realizaria metodicamente nos séculos seguintes: um Mediterrâneo veneziano.

Enquanto isso, bem curiosamente, renasce uma espécie de vida feudal nos territórios em que os cavaleiros que fizeram parte da estranha Cruzada se instalam. Notemos aqui que o estabelecimento de novos senhores nas terras conquistadas só se traduz pela evicção sistemática dos ocupantes precedentes. Os camponeses e em geral a população dos campos mudam de senhores, mas nem por isso sua condição e os tributos que lhes devem mudam. Claude Cahen, que estudou essas questões a fundo, assinalou muito bem um traço específico da época: “É uma regra mais ou menos geral na Idade Média”, escreve, “e praticada tanto pelos francos quanto pelos orientais, que cada grupo social, cada país tenha os seus costumes, seu direito próprio e que cada indivíduo deva ser julgado pelos motivos pessoais de acordo com o país onde se encontra.” O respeito ao costume, muito geral nas populações ocidentais, sua prática que modela hábitos de espírito extremamente diferentes dos gerados pela prática do direito romano, em que a lei emana de um poder central, facilitam as relações com a população local.

No que diz respeito aos francos estabelecidos na Moréia, ou seja, no Peloponeso, Jean Longnon traçou um retrato, talvez um pouco lisonjeiro, da civilização que desenvolveram. Ela só poderia ser favorecida tanto pelo céu da Grécia quanto por uma população que, se não aceita seus conquistadores, terá pelo menos a oportunidade de apreciar seu gosto pela vida cortês, pelas letras e pela música. Não se pode esquecer que, entre os que se haviam tornado cruzados em 1201, encontravam-se Peire Vidal, Gaucelm Faidit, Raimbaud de Vaqueyras e Elias Cairel, quatro trovadores célebres. Os últimos três, aliás, haviam combatido na Terra Santa. E o que se constata, ademais, é a facilidade de assimilação desses homens de Champagne e dos Ardennes, que não tardam a falar grego e gostam dos campos onde mandam construir seus castelos — enquanto os funcionários bizanti-

nos consideravam as regiões como Mistra ou Calamata como exílios entediantes.

Um Guilherme de Villehardouin, nascido na Grécia em 1211 no castelo de Calamata, fala grego e desposa Ana, filha de Miguel II de Épiro. Quando morre em 1278, é pranteado por todos e deixa a lembrança de um cavaleiro perfeito, de cujos feitos Goethe se lembrará bem mais tarde. Guilherme de Villehardouin consegue personificar para nós um momento brilhante de civilização cavaleirosa. “A melhor vida que alguém podia levar”, como diz *A crônica de Moréia*. Sob o céu da Grécia foi recriada a vida feudal com, é claro, seu cortejo de festas e torneios — e um determinado cronista afirma que a corte de Moréia era “mais magnífica que a de um grande rei” —, mas também o desabrochar de uma cultura que foi brilhante. É aliás em seu feudo do Peloponeso que Gofredo de Villehardouin redigira sua *História da conquista de Constantinopla*, que foi nossa primeira obra histórica em francês (as precedentes foram todas compostas em latim). Seu filho Guilherme reunirá uma biblioteca cujo inventário nos foi conservado. Comportava 14 romances, tratados de medicina, de direito, de teologia, crônicas e, é claro, uma Bíblia e um breviário litúrgico, assim como manuscritos gregos, língua que lhe era completamente familiar. Em seu tempo foi redigida a famosa *Crônica de Moréia* já citada que é nossa fonte mais importante para esse período e que depois foi traduzida para o grego, compondo um poema de nove mil versos, “que está entre os primeiros e mais importantes textos em língua vulgar grega”.

Os restos do castelo de Villehardouin que ainda se erguem nas elevações de Mistra, encimando o admirável conjunto de casas e igrejinhas gregas no meio de olivais, vinhedos e romãzeiras, testemunham que, ali, como por toda parte, os cavaleiros deixaram seus vestígios sob forma de castelos. O mais bem conservado apresenta ainda vestígios importantes: o de Khlemoutsi (em francês Clermont), que continua se erguendo na costa da Élide, dominando o mar Jônio. E deve-se observar que, ao lado das belas catedrais erguidas por exemplo em Andravida, subsistiram as igrejas ortodoxas com seus ícones diante dos quais continuam ardendo os círios e as pequenas lâmpadas a óleo.

É também na época de Guilherme de Villehardouin que ocorreu o curioso “parlamento feminino” de Nikli, que não deixa de lembrar a famosa “assembléia das mulheres” imaginada por Aristófanes. Guilherme, após a desastrosa batalha de Castoria, teria sido feito prisioneiro por Miguel Paleólogo (que dois anos depois deveria reconquistar Constantinopla), assim como seu companheiro Gofredo de Bruyères, e o vencedor exigia a cessão de quatro fortalezas em troca da liberdade dos senhores prisioneiros. Ora, o duque franco de Atenas, Guido de la Roche, observou quando das negociações com os embaixadores bizantinos que ceder aquelas fortalezas fazia pesar uma grave ameaça sobre o futuro do principado franco de Moréia. Porém, eram muitas as mulheres que assistiam a esse “parlamento”. Para elas, pouco importavam as fortalezas: elas queriam “rever seus maridos”, e finalmente, seus votos prevaleceram. Guilherme — sua esposa Ana de Épiro era grega —, Gofredo e os outros senhores prisioneiros foram libertados, enquanto suas fortalezas voltavam a Bizâncio. A instalação dos francos no Peloponeso ficou de certa forma comprometida, mas em seguida Guilherme de Villehardouin pôde recuperar pelo menos a fortaleza de Mistra.

Tem-se uma certa idéia dessa sociedade e do fausto exibido durante as festas ao se ler a conta das despesas precisamente para as núpcias de sua filha Isabel de Villehardouin, quando ela desposa Filipe de Savóia após já ser viúva duas vezes aos 23 anos. As núpcias ocorrem aliás mais tarde, a 12 de fevereiro de 1301, mas as despesas, anotadas com fidelidade por um clérigo chamado Guichard, têm o mérito de fornecer a organização dos banquetes da época. Em primeiro lugar prepara-se um local especial para as bebidas, onde são instaladas taças de três qualidades: para o vinho comum, o vinho de Grenache e o vinho romano que provavelmente se mandou vir da Itália. Potes e ânforas estão previstos para distribuir esses vinhos entre as diversas mesas dependendo das iguarias e dos “pratos do meio” que os acompanham. Além do local previsto para a bebida, há a padaria com a provisão de sal necessária e também as frutas que se encontram dispostas no mesmo lugar, decerto para a confecção de tortas e doces diversos. Finalmente, há o elemento principal: a cozinha, para a qual estão previstos dois bois, doze carneiros, nove porcos, setenta e duas vitelas, oito cabritos, sem contar os capãos e as

galinhas. Um pessoal especial é contratado para depenar as aves, enquanto dez homens desempenham a função de açougueiros. É verdade que se acrescentam às galinhas e aos frangos 24 faisões, 50 gansos e pombos e perdizes em número indeterminado.

Tudo isso evidentemente não é comido sem temperos e preparos, daí a organização das cozinhas, que transparece bem através da secura do livro de contas. De acordo com o costume geral, essa cozinha é separada da casa propriamente dita ou, digamos, do castelo onde era dada a festa. Na própria cozinha, contam-se 11 ânforas para os transporte de água, pois a água ali é tão importante quanto o combustível constituído pela madeira e pelo carvão. Talvez, aliás, se trate de carvão de madeira, embora o carvão da terra seja conhecido e empregado desde o século XII. Tem-se igualmente necessidade de inúmeros caldeirões, pincéis, caçarolas e vários recipientes, e também de tigelas, colheres e o que chamamos de serviço de mesa. Da mesma maneira prevêm-se panos e peneiras de farinha — panos de prato — para o serviço da cozinha. Ele devia ser complicado se pensarmos em tudo o que há de condimentos para temperar as carnes e igualmente as 24 enguias que figuravam no menu: alho e cebola, salsinha, vinagre e agraço, água de rosas, vinho para a “gelatina”, sal, é claro, e também amêndoas, pimenta, gengibre, canela (três libras, o que perfaz uma grande quantidade), ovos e queijo, farinha e massa para as tortas que devem ter sido confeccionadas, amêndoas e açúcar (27 libras), uvas secas, tâmaras e farinha de arroz que se acrescenta à farinha de fermento.

Para a iluminação, providenciaram-se para o salão do banquete trinta libras de cera e cinco libras de velas, também de cera, assim como “velas brancas”, provavelmente mais refinadas, cujo número não se cita. Mencionam-se os juncos, ervas de cheiro e vários ramos que servirão para a decoração do chão e das paredes; as mesas, ou seja, pranchas e tripés, foram alugadas. Seu transporte é previsto e custa caro: vinte e uma libras, três vinténs e onze denários. Além do que se dispõe na sala propriamente dita, há também as cadeiras e os aparadores de mesa necessários na cozinha. Acrescentemos que se previu para o final da refeição a distribuição de oito libras de confeitos e que são preparadas especiarias para os vinhos licorosos que se costuma servir igualmente após as refeições. Finalmente, há inúmeros

saltimbancos e vários animadores para alegrar o festim e que são mencionados globalmente no final da lista. Porém eles não têm direito à mesma honra que os três cozinheiros cujo nome é mencionado expressamente: Guichard, Rufino e Ricardo, o Cozinheiro. Eles naturalmente passaram a noite que precedeu o festim no castelo.

Era necessário assinalar essa volta à vida feudal, com suas páginas de cortesia, suas festividades e também seu desabrochar literário, que se manifestarão, pela última vez na história, na Grécia, no século XIII. Decerto isso não deixa esquecer as condições mais do que duvidosas com que foi feita essa conquista que, além do mais, contribuía para fazer os ocidentais esquecerem o primeiro e principal objetivo de sua expedição: a reconquista dos Lugares Sagrados. Pelo menos as populações locais tiveram de lidar, no caso, com vencedores que se assimilavam facilmente a elas e deixavam seus costumes e, no essencial, seus bens intactos.

Infelizmente não se pode dizer o mesmo dos conquistadores que se sucederão naquela terra cobiçada demais. Já com a morte de Guilherme de Villehardouin, quando Carlos d’Anjou e depois seus sucessores herdaram a Moréia, seu domínio é de chefes militares que não mais têm contato pessoal com a terra, nem com a população, mas para lá enviam “bailios”, seus representantes, apoiados por tropas de soldados mercenários. E quando esses mercenários forem aventureiros catalães, os gregos do Peloponeso, naqueles antigos ducados de “Estive” (Tebas) e “Satine” (Atenas), conhecerão os horrores e as pilhagens de uma soldadesca sem escrúpulos. Em seguida virá a época dos negociantes florentinos e venezianos para os quais — os últimos sobretudo — o país conquistado não passa de uma praça de comércio com a qual se lucra, até a chegada dos turcos otomanos a quem se deve a horrível “decapagem” a que seria submetida a Basílica de Santa Sofia em Constantinopla: não é possível visitá-la hoje sem pensar naquele tesouro de mosaicos que a recobria por inteiro, do chão à gigantesca cúpula, e que foi destruído em 1453 irremediavelmente, aliás sem dar lucro a ninguém — esplendor de arte, esplendor de beleza radicalmente perdidos desde então para a humanidade inteira.

Não se pode terminar essa evocação dos francos em Bizâncio sem contar uma das histórias mais encantadoras que ilustram os casos de assimilação entre ocidentais e povos ainda pouco refinados. Após a tomada da cidade em 1204, o imperador Balduíno e sobretudo seu sucessor, seu irmão Henrique, procuraram aliados tanto entre os cumans, povo ainda pagão e de origem turca estabelecido ao norte do Danúbio, quanto entre os vlacos ou valacos, espalhados pelos Balcãs entre o Danúbio e a península de Morécia.

Um pequeno senhor que se pretendeu independente chamado Slav (a crônica de Henrique de Valenciennes chama-o de Esclas) declarou-se o homem do imperador. O próprio Villehardouin murmura então que ele deveria pedir em casamento a filha do imperador Henrique, segundo o hábito de combinar os tratados de paz e de aliança com um casamento que simboliza essa aliança. Slav apressa-se em “ajoelhar” diante do imperador e diz-lhe: “Senhor, disseram-me que tínheis uma filha, a qual vos peço, por favor, que me deis como mulher. Sou um homem bastante rico em terras e tesouros de prata e de ouro; em meu país consideram-me um fidalgo. Peço-vos, por favor, que ma deis.” Henrique aconselha-se junto aos barões que o cercam. Estes aprovam o projeto de aliança. “Esclas, dou-vos minha filha de maneira que Deus vos deixe usufruir dela e vô-la outorgue com toda a conquista que fizemos aqui, de maneira que sejais meu homem e me presteis serviço.” Slav agradece chorando de alegria e, quando voltava para Constantinopla após uma curta estada em sua casa, encontra novamente Villehardouin que lhe pergunta aonde está indo; ao ficar sabendo que estava indo às núpcias prometidas, o marechal diz-lhe: “Estou muito contente e ficai sabendo que tereis um ótimo pai em meu senhor, o imperador, se cuidardes do amor que ele tem por vós... E sabeis que é verdade que vossa Mulher é bela, sábia e cortês, e complacente e paciente, e dotada de todas as boas coisas que uma donzela deve ter em si.” Depois disso, ao saber que ela se encontrava em Selímbria, Slav vai direto para lá.

“Ele pegou sua mão e disse-lhe que gostaria que ela fosse a Constantinopla e ela disse que estava pronta para ir. Slav, que imedia-

tamente ficou ardendo de amor pela donzela quando a viu, tanto fez que a levou a Constantinopla, pois esperava com ansiedade o dia de se casar com ela. E parecia-lhe que um dia só durava quarenta! Quando o imperador ficou sabendo da notícia (da chegada) de Slav, veio ao seu encontro; entraram juntos em Constantinopla e fez Slav desposar sua filha. se experimentaram alegria e *soulas* (delícias), não vou perguntar: também usufruíram de grande abundância de todos os bens necessários para se colocar à vontade e como se se os extraísse da fonte de onde jorram. Slav permaneceu assim em Constantinopla durante toda uma semana e depois se separou do imperador e partiu com a mulher.

O imperador prestou-lhe todas as homenagens que pôde e acompanhou-o por muito tempo com toda a sua gente e, antes de se separarem, disse à sua filha em particular: ‘Bela filha, agora sede sensata e comportada. Tendes um homem com o qual estais indo embora. Ele ainda é selvagem. Não entendeis a língua dele e ele não conhece a vossa. Por Deus, tomai cuidado para que isso não crie problemas entre vós. Não mudeis vossa atitude e não sejais rejeitada. Pois é uma enorme vergonha para uma moça nobre desdenhar seu marido e, por isso, ela é duramente censurada por Deus e pelos homens; sobretudo, por Deus, cuidai de não deixar de lado os bons costumes por outros se forem maus. Sede simples, doce, complacente e paciente tanto como com o vosso marido. E também para sua honra honrareis todo o seu círculo. Mas acima de tudo cuidai para que jamais, pelo amor que eles têm por vós e vós por eles, retireis vosso coração e cesseis de amar aqueles dos quais saístes.’ ‘Senhor’, disse ela, ‘contai como verdadeiro que jamais tereis de mim, se Deus permitir, notícias ruins. Mas, belo e doce pai, estamos prestes a nos separar, ao que me parece. Ora, peço a Deus que, se lhe agradar, ele vos dê força para superar vossos inimigos e aumentar vossa honra.’ Então eles se beijaram e se separaram.”

O casamento aconteceu no final de novembro de 1208. O cronista infelizmente não nos deu informações a respeito da sequência do idílio, mas uma carta do imperador Henrique datada de 1212 mostra claramente que esse Slav a quem chama de seu genro continuou sendo seu aliado.

A TERRA SANTA ENTRE IMPÉRIO E COMÉRCIO

O leitor deve se lembrar que, quando Aimery de Lusignan e Isabel de Jerusalém morreram, em 1205, Hugo I subiu ao trono de Chipre, enquanto Maria, filha de Isabel e Conrado de Montferrat, recebia o de Jerusalém. Ela então tinha apenas 12 anos. Alguns anos depois, um esposo foi-lhe designado pelo rei da França, Filipe Augusto: João de Brienne, um cavaleiro de Champagne. Ele tinha a reputação de ser um grande poeta, e pode ser que algumas das canções atribuídas a Teobaldo de Champagne, o príncipe dos poetas, fossem dele. Parece, em todo caso, que ele tinha sido muito apaixonado pela mãe do último, Branca de Navarra. Conta-se até que fora para afastá-lo dela que o rei o designara aos barões da Terra Santa. João de Brienne tinha cerca de 60 anos: forte decepção para os barões que prefeririam um cavaleiro cheio de ardor. Não tiveram no entanto por que lamentar a escolha do rei da França, pois, durante nada menos do que 27 anos, João de Brienne iria se mostrar infatigável na defesa do reino. Chegou à Síria em setembro de 1210 e foi recebido em Acre no dia 13 daquele mês. No 3 de outubro seguinte, ele desposava na

catedral de Tiro a jovem rainha Maria, 42 anos mais nova do que ele... e tornava-se rei de Jerusalém.

Maria morreu dois anos depois, deixando uma filha chamada Isabel (Iolanda, segundo certos cronistas). Numa família decididamente destinada a uniões estranhas ou tumultuosas, o destino da pequena Isabel seria particularmente cruel. É em seu nome que João de Brienne se tornou o “bailio”, o guardião e protetor do reino de Jerusalém. Durante anos, como dissemos, ele defendeu vigorosamente o trono de sua filha. Um dia, no entanto, acabou se tornando o artesão bem involuntário da desgraça de ambos, de Isabel e de seu reino.

“Doce Síria, que jamais voltarei a ver...”

A causa disso foi uma expedição guerreira ao Egito. Ela no entanto começara bem, e os cristãos, num determinado momento, estiveram prestes a recuperar a cidade de Jerusalém. Infelizmente a insolência e a incapacidade do legado do papa, Pelágio, que pretendia conduzir a expedição tão bem quanto as negociações com os egípcios, e, juntamente com isso, a imprudência de certos cruzados, acabaram por inverter a situação e transformar em derrota o que se anunciava como uma vitória surpreendente. Depois de um ano passado em São João de Acre, João de Brienne confiou a cidade ao condestável Eudes de Montbéliard e decidiu ir para junto do papa para expor-lhe a situação. Em outubro de 1222, ele desembarcava em Brindisi.

Ora, junto a Honório III encontrava-se aquele que o papa considerava seu pupilo, o imperador Frederico II. Já há alguns anos, ele declarara que iria tomar a cruz e empreender a “Santa Peregrinação”. Mediocrementemente interessado pela meta piedosa, aguçou os ouvidos quando João de Brienne expôs a situação: ele próprio só estaria defendendo os direitos de sua filha Isabel, herdeira da coroa de Jerusalém e com 11 anos de idade. Frederico II ficara viúvo há quatro meses de sua primeira esposa, Constância de Aragão. A idéia de acrescentar uma coroa à que já possuía a fim de fortalecer sua autoridade na Alemanha, na Itália e na Sicília só poderia satisfazer

sua ambição ilimitada. O papa Honório III e o mestre dos cavaleiros teutônicos, Hermann de Salza, que se encontrava presente em Brindisi, convenceram-no sem problemas a aceitar a coroa que lhe estava sendo oferecida. Aos 28 anos, Frederico II iria se tornar o monarca mais poderoso, não apenas do Ocidente como do Oriente.

João de Brienne, por sua vez, ficou fascinado com a idéia de ver uma força semelhante assumir a partir de então o destino da Terra Santa. Deixou a Itália para ir à França cheio de esperanças e ficou muito chocado com a acolhida mais do que fria que lhe foi reservada por Filipe Augusto quando ele lhe anunciou a notícia. O rei da França, de fato, que contribuía para enviá-lo à Terra Santa, recebeu-o “com muitas honras e grande alegria, mas censurou-o muito e reprovou o fato de ele ter dado a filha em casamento sem que ele o soubesse e sem ter pedido seu conselho”. Ele não reagia então em virtude de seu direito de suserano, mas de seu sentido político, sendo mais experiente do que o de seu velho vassalo, impermeável à malícia e que se fascinava com facilidade com perspectivas de cujos perigos mal suspeitava.

A jovem Isabel de Jerusalém foi informada do destino que a aguardava. Três anos depois, no mês de agosto de 1225, uma escolta importante de 14 navios singrava para ir a São João de Acre, onde deveria ser celebrado por procuração seu casamento com o imperador do Sacro Império. Após a cerimônia nupcial na Igreja Santa Cruz e sua coroação como imperatriz na catedral de Tiro, “como convinha para um casamento tão importante..., o do imperador com uma grande rainha, a rainha de Jerusalém”, houve 15 dias de festa e júbilo.

Contudo, o esplendor das festas e o destino que a aguardava aparentemente pouco impressionavam a jovem Isabel. Segundo os cronistas, ela parecia oprimida de apreensão e cheia de saudades da terra que estava deixando, pois iria a partir de então viver no Ocidente ao lado de seu esposo. Nascida na Síria, onde se encontrava sua família, sentimos que era — ao contrário da rainha Alice, que mantém o olhar fixo em Champagne — profundamente vinculada àquelas terras que deveria deixar. É uma menininha de 14 anos que estava se afastando daquela maneira do contexto de sua infância; em torno dela, todos sentiam dó. “A rainha Alice, rainha de Chipre, e as outras

damas acompanharam-na ao navio chorando lágrimas ardentes, como que sabendo que nunca mais iriam revê-la. E, ao partir, ela olhou para a terra e disse: 'Tenho de vos dizer adeus, doce Síria, que jamais voltarei a ver'."

Isabel chegou a Brindisi no mês de outubro de 1225, e no dia 9 de novembro seguinte seu casamento com o imperador Frederico II de Hohenstaufen é celebrado na catedral. Primeira surpresa para João de Brienne, seu velho pai: "No próprio dia de suas núpcias, o imperador chamou o rei João à razão e dele exigiu o reino de Jerusalém e todos os direitos de sua mulher. Quando o rei João ouviu aquilo, ficou muito surpreso, pois Hermann, o mestre do Hospital dos Alemães, que combinara o casamento, lhe dera a entender que o imperador lhe deixaria a guarda do reino de Jerusalém enquanto ele vivesse. Quando se deu conta do que estava ocorrendo, nada mais podia fazer. Foi assim que o imperador tomou o reino de Jerusalém e todos os direitos de sua filha."

As surpresas ainda não haviam acabado para João de Brienne, pois Frederico II iria deixar Brindisi no dia seguinte com a sua esposa sem avisá-lo. Quando voltou a encontrá-los ambos, sua filha estava aos prantos; depois de ter consumado o casamento — embora Isabel tivesse apenas 14 anos — Frederico violara uma de suas primas que desembarcara da Síria com ela. É o que a História de Heráclio conta. "Quando o rei ouviu aquilo, ficou muito contrariado. Reconfortou sua filha e foi falar com o imperador. Assim que chegou diante dele, o imperador levantou-se e deu-lhe as boas-vindas. O rei disse que ele não o estava cumprimentando, que malditos fossem todos os que o haviam feito imperador, exceto apenas o rei da França e que, se não fosse um pecado mortal matá-lo, ele o faria. Quando o imperador ouviu aquilo, ficou com muito medo e ordenou que o rei deixasse sua terra. O rei disse: 'De muito bom grado, pois ele (o rei) não permaneceria nessa terra com um homem tão desleal.'" A crônica intitulada Gesta dos cipriotas dá-nos mais detalhes sobre os hábitos de Frederico II: "No que concerne à luxúria... ultrapassou Nero. Cometeu adultérios e fornicações sem número e, ademais, era sodomita." João de Brienne acabara de entregar sua filha e a coroa de Jerusalém a uma triste personagem. A jovem Isabel deu à luz um filho, o futuro imperador Conrado IV, e morreu pouco após o parto,

a 4 de maio de 1228. Tinha 16 anos. Frederico tornou-se então o guardião do reino em nome de seu filho.

A Cruzada excomungada

Os historiadores do século XIX e alguns depois deles atribuíram a Frederico II uma personalidade excepcional, "muito avançada com relação a seu tempo"; decerto devido a seu profundo anticlericalismo que, efetivamente, era raro na época. Poderiam ter acrescentado a isso suas tendências ditatoriais que também o aparentam mais ao século XX do que ao XIII. Assim, esse imperador que reivindica a imagem dos Césares antigos, com os quais de fato se parece, fundou a Universidade de Nápoles, estreitamente submetida à sua autoridade, proibindo seus súditos de irem estudar em outra parte ou fundar em seu reino alguma outra escola superior. A universidade consagrava-se unicamente ao estudo do direito romano. Quando se pensa que, na mesma época, o rei da França proibia a si mesmo qualquer domínio sobre a Universidade de Paris, criada espontaneamente no início do século XIII, e que o papa, por sua vez, testemunha um mesmo espírito de liberdade subtraindo essa universidade da tutela do bispo de Paris, aprecia-se a distância entre as duas atitudes: os métodos de Frederico II aparentam-no mais a um Napoleão, criador na França de uma Universidade de Estado. Da mesma maneira, muito se louvou sua tolerância com relação ao Islã, mas se esquecendo que começou seu reinado com um verdadeiro genocídio dos muçulmanos da Sicília e com uma deportação a Lucera, no continente, de todos os que na ilha haviam adotado a "lei" de Maomé.

Em Chipre, a rainha Alice estava, como vimos, muito ocupada em reivindicar seus direitos sobre Champagne. Por isso confiara o bailio de Chipre e a guarda de seu filho Henrique I a Filipe de Ibelin. Este, diante do comportamento ambicioso e sem escrúpulos de Frederico II, julgou mais prudente mandar coroar o menino de apenas oito anos. O imperador poderia de fato reivindicar a suserania de Chipre enquanto rei de Jerusalém e isso não deixou de acontecer.

A cerimônia ocorreu em 1225 na Catedral de Nicósia. “O imperador enfureceu-se muito com essa bailia e a coroação porque o rei Henrique devia ser seu homem. Dizia que a bailia era sua (lhe cabia) e que devia, segundo os costumes da Alemanha, seguir sendo bailia até que o rei completasse quinze anos.” O imperador conseguiu até conquistar adeptos entre os barões de Chipre: cinco deles, estigmatizados pelo cronista Filipe de Novara como traidores, tentaram conspirar contra os Ibelin: Amauri Barlais, Amauri de Beisan, Hugo de Gibelet, Guilherme de Rivet e Gausain de Chenichy. Veremos que começarão em Chipre essa obra de separação, de divisão na qual Frederico II foi excelente durante toda a sua vida e que deveria provocar o suicídio de seu filho mais velho e seu favorito, Pedro de la Vigne. Filipe de Ibelin, no entanto, continuou até a sua morte em 1228 a garantir a guarda do reino, recebido depois dele pelo seu irmão João, o “Velho Senhor de Beirute”.

Foi então que Frederico II, que tomara a cruz no ano de 1215, mas que se preocupava muito pouco em infligir à sua pessoa os perigos de semelhante expedição e encontrava todo o tempo novos motivos para atrasar sua partida, acabou por embarcar para a Terra Santa. O papa Gregório IX, irritado com seus adiamentos, excomungara-o; uma estranha Cruzada, portanto. Começou por um ato de violência de Frederico II em Limassol, onde desembarcou a 21 de julho de 1228. O imperador germânico montou uma verdadeira armadilha para o Velho Senhor de Beirute postando em segredo soldados atrás de todas as portas e janelas do castelo onde estava alojado e onde deveria ocorrer no dia seguinte o banquete dado em homenagem à sua visita imperial¹. Ele pretendia exigir de fato não apenas a suserania da ilha de Chipre e a regência do reino de Jerusalém — que cabia de fato a seu filho Conrado — mas até a cidade de Beirute, feudo pessoal dos Ibelin. Depois de ter enfrentado de forma magnífica as pretensões do imperador, João de Ibelin teve de dar como reféns seus dois filhos, Baliano e Balduino, que imediatamente foram acorrentados e em

1. Autorizamos-nos a remeter aqui à nossa obra *Les hommes de la Croisade* (Fayard), onde os acontecimentos são contados detalhadamente no capítulo: “O cruzado sem a fé”.

seguida ele correu para se trancar no castelo do Deus de Amor, no norte da ilha, do qual restam hoje vestígios imponentes.

O imperador acabou por abandonar Chipre e desembarcou em São João de Acre a 7 de setembro. Finalmente, com muita insistência e combinações diplomáticas, ele obteve do sultão Malik al-Kamil a rendição de três cidades sagradas caras aos cristãos, Belém, Nazaré e Jerusalém, por um tratado assinado em fevereiro de 1229.

Todos os historiadores consideraram esse tratado um sucesso; de fato, contudo, ele não foi satisfatório para ninguém além do imperador e do sultão e desencadeou torrentes de protestos no Islã e entre os cristãos. Frederico II pôde realizar o gesto no qual insistia: coroar-se rei de Jerusalém no Santo Sepulcro, no domingo 18 de março de 1229. Porém só o mestre da Ordem Teutônica, Hermann de Salza, estava presente à cerimônia.

Frederico fora excomungado e, já no dia seguinte, Pedro, arcebispo de Cesaréia, enviado por aquele que carregava o título de patriarca de Jerusalém, Gerold, lançava a excomunhão sobre a Cidade Santa, ultrajado que estava com a desenvoltura do imperador. A população de Jerusalém na época comporta de novo um certo número de cristãos atraídos pelo comércio e reinstalados há pouco graças à política conciliadora de Malik al-Kamil. Eles só podiam sentir de forma desagradável as pretensões de Frederico II a se comportar como senhor absoluto numa terra em que só deveria prevalecer-se do direito de sua jovem esposa morta aos 16 anos e do filho que ela lhe deixara — sem a menor consideração por aqueles que haviam conseguido reconquistar aquela terra e nela se manter às custas de sofrimentos e de uma tenacidade cotidiana pelas quais ele só mostrava desprezo. Tanto em Jerusalém quanto em Chipre, ele só pretendia impor uma autoridade totalmente gratuita, que nem mesmo tinha o aval do papa.

Frederico II, de resto, quase não prolongou sua estada em Jerusalém. Por volta do final de abril, retornou a São João de Acre, onde deveria embarcar a 1º de maio, consciente da hostilidade com relação a ele tanto do povo quanto dos barões e prelados. “O imperador preparou seu embarque em segredo e, no primeiro dia de maio de

madrugada, sem dizer a ninguém, refugiou-se numa galera diante do açougue. Ocorreu então que o açougue e as mulheres velhas daquela rua, que são muito grosseiras, o seguiram e jogaram sobre ele tripas e fressuras com muita maldade.” Sob a proteção de alguns barões presentes, entre outros o próprio João de Ibelin, conseguiu escapar da multidão e alcançar as suas galeras, “maldito, amaldiçoado, tratado de vilão”.

Ora, circunstância muito grave, ele nada fizera para fortificar novamente Jerusalém cujas muralhas haviam sido destruídas no momento da expedição precedente para o Egito. Deixar a Cidade Santa sem fortificações era expô-la aos assaltos de um modo geral, o que a continuação da história comprovaria.

Quando passou por Chipre, Frederico assistiu às núpcias do jovem rei Henrique I com a sobrinha de Conrado de Montferrat, Alice. Graves discórdias aliás aconteceriam logo após a sua partida — chegou à Itália a 10 de junho de 1229 —, entre os cinco senhores cuja dedicação conquistara em Chipre e o partido dos Ibelin. Logo enviou além-mar uma frota armada dirigida por Ricardo Filanghieri. As hostilidades alcançaram sucessivamente Chipre e depois Beirute; uma frota genovesa colocou-se oportunamente do lado dos Ibelin, de modo que a “Cruzada” do imperador germânico deixava atrás de si uma esteira de lutas, discórdias e violências que já prefiguram o que ocorrerá após a sua morte em 1250: a ruína total de um império à frente do qual Frederico II se mandara retratar em estátua como “César Augusto”.

Interesses nacionais, interesses comerciais

Quando a Síria, na outra guerra,
Foi perdida e depois reconquistada
E Antióquia sitiada...
Então naqueles tempos antigos
Quem era normando ou francês?
Quem de Poitou e quem bretão?
E quem de Manceau ou da Bourgogne?

E quem flamengo e quem inglês?...
Todos com isso conquistaram honras
E todos foram chamados francos:
O moreno, o louro, o ruivo, o branco...
Como exemplo não tomar
E não mais um e outro atormentar!

O cronista Ambrósio, que participou da expedição de Ricardo Coração de Leão, exprime aqui com força o que se repetiu muitas vezes nessa reviravolta da história dos Lugares Sagrados. Até então, as partidas, quer se tratasse do povinho ou dos senhores, não haviam sido marcadas por qualquer vestígio de “nacionalismo”, ou melhor, como essa palavra era então anacrônica, não foram decididas por um soberano enquanto tal: o que diferencia absolutamente as Cruzadas de qualquer empreendimento de colonização dos tempos clássicos ou do século XIX. Bem naturalmente, na hora da partida ou da chegada, os participantes reagrupavam-se, em geral de acordo com a sua província de origem ou do senhor do qual dependiam. Assim, os cronistas observaram que em Trípoli se ouvia falar principalmente a *langue d’oc*, a dos condes de Saint-Gilles; ou ainda, notou-se que ao redor de Godofredo de Bouillon se haviam reunido os senhores dos Ardennes; movimento espontâneo que pertence a todos os tempos, mas que nada tem de um “nacionalismo” consciente e organizado.

A criação da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos — contra a qual se ergue o cronista Ambrósio! — é decerto o primeiro indício de uma nova tendência que vai perturbar em profundidade o movimento das peregrinações, principalmente das peregrinações armadas a que chamamos de Cruzadas. Vai-se reivindicar, por razões de ordem política ou comercial, o pertencer a um Estado ou a uma cidade. As partidas deixam de corresponder a um impulso que se pode chamar de europeu ou ocidental a partir do momento em que, do apego feudal a um domínio ou a um senhor, passou-se insensivelmente à noção de Estado, a um nacionalismo antes de seu estado definitivo. O caráter militar das expedições irá se acentuar a partir desse momento. Frederico II veio sem a esposa, mas com seus cavaleiros e, de fato, seus homens de ação.

Por outro lado, vai se assistir à afluência dos negociantes, dos “merceeiros a granel”, que vêm igualmente sem suas mulheres, preocupados que estão com suas lojas e seus negócios. Uma obra em versos, de uma trovadora parisiense do século XIII, Phelipot, traça-nos o itinerário dos mercadores, seu circuito completo pelo mundo.

Mercados se vão pelo mundo
Comprar várias coisas;
Quando voltam dos negócios
Mandam construir suas casas,
Contratam homens que lidam com gesso e pedreiros,
Gente que lida com teto e carpinteiros;
Depois de acabarem casa e despesa
Fazem festas na vizinhança.
Depois partem em peregrinação,
Para Santiago e Saint-Gilles,
E quando voltam à sua cidade
Suas mulheres ficam contentes com eles
E enviam menestrelis
Um no tamborim e outro na sanfona
E outro canta novas canções.
E depois, quando a festa acaba
Vão embora de novo para negociar
Uns vão para a Inglaterra,
Com lãs e couros e toucinhos,
Outros vão para a Espanha,
E outros vão à Bretanha,
Bois e porcos e vacas comprar,
E esforçam-se por negociar
E voltam de todos os países
Os bons mercadores a Paris
E sabem pedir muito bem
E Troussevache e Quincampoix².

2. As duas ruas mais comerciais de Paris: a rua Troussevache é hoje a rua de La Reynie.

Ora, as praças do Oriente Médio são por excelência as que atraem os negociantes. É ali — Henri Pirenne sublinhara em seu tempo — que encontram os gêneros de volume pequeno e grandes lucros que são os mais procurados pelos mercadores: a pimenta, por exemplo, tão apreciada que por vezes é utilizada à guisa de moeda. A pimenta é trazida por caravanas cujo carregamento é depositado em São João de Acre ou ainda em Trípoli, em Tiro, todas cidades nas quais os comerciantes de Gênova, de Veneza e de Marselha conseguiram concessões e privilégios. Também é ali que encontram tudo o que realça o sabor dos alimentos: canela, gengibre, cominho; tudo o que entra na composição dos xaropes e electuários e fornece a base da farmacopéia da época. O que dizer dos produtos de tintura: o brasil entre outros, essa madeira que no século XVI dará seu nome a toda uma porção da América do Sul, onde se descobriu em massa as árvores que dão o “pau-brasil”, que se utiliza para os cor-de-rosa suaves e luminosos das miniaturas, a cor de brasa. Da China, de Bagdá, transportam-se, ainda por caravanas, o grão de escarlata, o quermes, esse produto estranho feito de milhares de insetos dessecados ou moídos, ou ainda o índigo que dá um azul profundo, diferente do pastel (o pastel-dos-tintureiros), que se planta na Europa. E vêm do Oriente igualmente os perfumes, o incenso, as madeiras odoríferas que se deixa consumir lentamente sobre uma brasa quente, o musgo — em suma, tudo o que dá gosto e preço à vida, tudo que alimenta também o luxo e o refinamento que então se espalham na sociedade da época.

É fácil imaginar essas lojas, elas próprias cheirosas — um pouco como as raríssimas lojas de herboristas que subsistem em nosso tempo, ou como essas não menos raras farmácias da época medieval tal como ainda vemos em Carpentras ou num convento como Santo Domingo de Silos. Nas prateleiras alinham-se recipientes de boca larga de madeira, ou, com maior frequência, de cerâmica decorada, enquanto os almofarizes com pilões de dois tamanhos estão ali, prontos para misturas científicas que se dosam naturalmente com metade da casca de um ovo, medida usual nos séculos XII-XIII. Aquela da qual se serve um Villard de Honnecourt quando, ao acaso em seu caderno, ele anota uma receita médica.

Essas mercadorias leves fazem a fortuna do mercador que, nos séculos XII-XIII, viaja pessoalmente. Mais tarde, nos séculos XIV-XV, assistiremos à instalação de sucursais nas quais representantes trabalham por ele; no século XII, o circuito descrito por Phelipot é o mais comum. Conhecemos por exemplo um mercador veneziano, Romano Mairano que, durante 25 anos, de 1164 a 1189, partiu por mar todo ano, aliás, rumo a Alexandria, onde os gêneros comerciais trazidos do interior são mais ou menos parecidos aos que eram encontrados nos empórios da Terra Santa. Durante o inverno ele escolhe as mercadorias que trouxe e, provavelmente, durante as suas ausências anuais, sua esposa, assistida por inúmeros servidores e servitoras — pois a “mercearia” é um tipo de comércio com o qual se enriquece depressa —, toma conta da loja. Disso resulta para as mulheres dos mercadores uma vida familiar bastante diferente da vida da dama, que participa das atividades do senhor (quando ela própria não é suserana); diferente até da vida das mulheres de artesãos, alfaiates, marceneiros, latoeiros etc, cuja loja é no térreo, enquanto a família mora no primeiro andar. Trabalhar na época não significa habitualmente sair de casa — exceto para alguns ofícios como os exploradores de pedreira, os pedreiros, os telhadores e é claro os mercadores; a maioria dos casais vive então, e trabalha, junta durante todo o dia.

A implantação do mercador é portanto muito diferente da do cruzado que, quando se estabelece, tem um contato pessoal com a terra, o feudo. O importante para o mercador é a mercadoria e o lucro que ela trará de acordo com as condições e os riscos do transporte. Em muitos casos, terá de lutar; eventualmente irá juntar-se aos cavaleiros para ajudar a defender uma praça sitiada. Conhecem-se alguns exemplos de mercadores que decerto desempenharam um papel ativo nas reconquistas do final do século XII e XIII, a começar pelos pisanos em Tiro junto a Conrado de Montferrat. Em 1250, como iremos ver, a defesa de Damietta será afinal garantida pelos mercadores que aí residiam, atendendo às súplicas de Margarida de Provença. Porém o mercador só tem apego profundo pelo empório que frequenta.

E a mulher que está ao seu lado não desempenha mais o mesmo papel senão no modo de vida propriamente feudal. A história do tal Anselmo Ysalguier, membro de uma grande família de Toulouse da

qual ainda hoje se conhecem os descendentes, é bonita, mas talvez lendária e, de qualquer modo, bem posterior, pois só data do início do século XV. Ele teria viajado na África até às margens do Níger e trazido de Gao uma esposa negra, cuja fama de bondade, quase de santidade, espalhou-se em Toulouse. Teria tido vários filhos com ela, entre os quais uma menina, Marta, que foi casada com o senhor de Taudoas. O castelo de Pinsaguel, propriedade dos descendentes dos Ysalguier, comporta uma torre que se chama de “torre do Mouro”³.

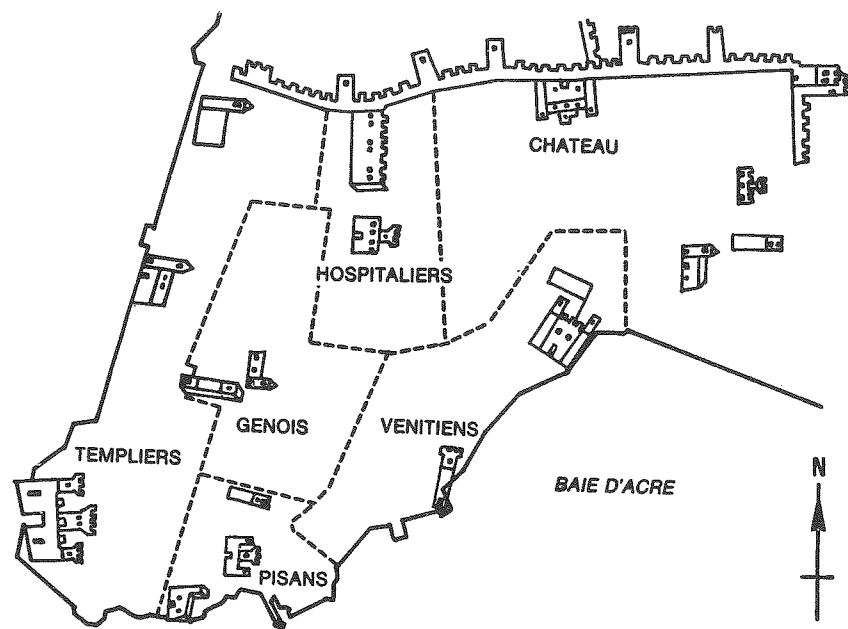
A verdade é que no novo ambiente que se cria naquele tempo em que, de acordo com a expressão de René Grousset, “os reinos latinos que deviam sua existência a um impulso só estavam sobrevivendo graças ao comércio de especiarias”, a influência das mulheres vai se esfumando. Logo será necessário falar da decadência da cavalaria — e desde o início do século XIII haverá exemplos dela, enquanto, entre as ambições políticas e rivalidades comerciais, a mulher quase só pode tornar-se objeto de prazer que se compra, ou repouso do guerreiro. Cada vez menos a Dama terá razão de ser e oportunidade de ser ouvida.

A guerra dos mercadores de São João de Acre

As rivalidades econômicas transformam-se, aliás, facilmente em confrontos militares. São João de Acre, que se tornou a principal cidade do reino de Jerusalém, dará o triste exemplo disso. Durante a maior parte do século XIII, a cidade cuja reconquista custara a vida de tantos cruzados, cavaleiros e plebe, iria se encontrar praticamente dividida entre as potências da época.

3. Talvez esse nome tenha dado origem a uma lenda: a história só é contada numa crônica bem posterior, do século XVII — o que, aliás, não é motivo para rejeitá-la inteiramente, ainda mais porque se refere a uma família de cambistas de Toulouse conhecida desde o século XIII, ou mesmo antes, se levamos em conta os “Uzalgerius” em Elne no ano 1020 e até os “Isalgarus”, que figuram desde o século X no cartulário da Abadia de Conques. O primeiro representante da família que é bem conhecido carrega o título de *mercator*, Raymond Ysalguier, e esse nome aparece 50 vezes nas listas dos antigos magistrados municipais de Toulouse nos séculos XIV e XV.

Os venezianos ficaram com a parte mais interessante ao longo da baía interior, com uma igreja consagrada a São Marcos e um *funduk* (conjunto de lojas e moradias), onde se abriam as lojas no térreo das casas, enquanto o primeiro andar abrigava os mercadores de passagem. Para zombar dos muçulmanos, os venezianos tinham o hábito de ali criar um porco. Perto de seu bairro, estava o dos provençais, enquanto os pisanos ocupavam a ponta do promontório no qual se abria a baía de Acre, tendo os templários como vizinhos. O resto da cidade era dominado, ao norte, do lado das fortalezas, pela ordem de São João de Jerusalém, que aí exibia suas magníficas edificações, onde, pouco após o sítio de 1190, havia-se começado a erguer a magnífica sala dos guardas (da qual ainda hoje não foi possível resgatar as três colunas gigantes apesar dos recursos modernos de que dispomos). Finalmente, os templários ocupavam o cabo marítimo da cidade, a parte mais avançada sobre o mar. Já os genoveses não



tinham acesso direto ao mar, mas a superfície de seu estabelecimento era muito vasta: cerca de seis hectares e meio, calculou-se, contra quatro hectares e meio para os venezianos.

Ruelas e praças enredavam-se, enquanto as lojas ofereciam então todos os tesouros do Oriente Médio: desde os perfumes ardendo em defumadores de terracota até tapetes macios com os quais eram guarnecidos o chão dos castelos e até o das tendas durante as campanhas militares. No bairro genovês, entre duas torres, a Antiga e a Nova, encontrava-se um bazar coberto próximo do bairro dos fabricantes de sabão. Em cada bairro, distinguia-se o *funduk* pertencente à comuna — o de Gênova e o de Veneza sobretudo —, das casas e palácios, cujo aluguel a particulares foi detalhado por certos inventários: desse modo, uma dama, Inês Gastaldi, acomodada na rua São Lourenço, no bairro genovês, cede uma parte dele a uma outra dama viúva chamada Lucensis.

Burgueses e burguesas, cavaleiros e marinheiros, francos e sarracenos encontram-se nas ruelas e diante dos bazares: os que ainda existem hoje em Jerusalém nos dão uma idéia deles. Os banhos eram muito freqüentados, sobretudo durante os meses de verão, com o calor. Algumas jurisdições designavam um dia da semana às religiosas para evitar-lhes o contato com as prostitutas que não deixavam de ir ao local, ainda mais porque, tanto no Oriente quanto no Ocidente, os banhos e as estufas sempre tiveram uma reputação duvidosa.

Ora, essa cidade será palco de levantes e depois de um verdadeiro conflito em 1256. Este permanecerá nos anais com o nome de Guerra de São Sabas, pois começou em 1256 com disputas entre genoveses e venezianos pela posse do mosteiro com esse nome e das casas que ele possuía na rua da Corrente. Trata-se então de batalhas organizadas. Um cronista afirma ter visto cerca de 50 máquinas de guerra erguidas ao longo dos muros, e o conflito só acabará com o desastre infligido à frota genovesa entre Acre e Caifás em 1259. Discórdias, escaramuças e violências farão então da Terra Santa uma presa fácil para o sultão Baibars e seus mamelucos — isso com episódios que poderiam ser facilmente transpostos para outros tempos. Assim, em 1247, quando o sultão do Egito foi informado — pelo próprio imperador Frederico II — de que São Luís havia tomado a

cruz, o pânico apoderou-se dos comerciantes e navegadores egípcios, principalmente em Alexandria; os negociantes italianos aproveitaram a oportunidade para espalhar o boato de que os muçulmanos estavam mandando envenenar toda a pimenta destinada ao comércio com os cristãos. Os compradores precipitaram-se então para os estoques antigos e, assim que estes se esgotaram, aos mesmos negociantes só restava desmentir o boato que eles próprios haviam lançado. Veremos com constância nesse século XIII, e mais tarde ainda, o jogo de interesses econômicos prevalecer sobre a reconquista dos Lugares Sagrados que fora a meta inicial dos cruzados.

A segunda perda de Jerusalém

Enquanto os ocidentais dispersavam suas forças entre Bizâncio e o Peloponeso e o imperador Frederico II voltava à Europa, felicitando-se por ter recuperado Jerusalém graças às suas boas relações com o sultão do Egito, acontecimentos importantes abalavam a Ásia, sendo que estes teriam repercussão na Palestina e logo no Ocidente: a invasão mongol com as campanhas de Gengis Khan. Quando ele morre em 1227, o Irã já havia sido parcialmente invadido, e o resultado da invasão gigantesca foi expulsar os turcos do Kwarizm (instalados proximamente à cidade de Samarcanda, tomada e pilhada pelos mongóis, até o sul do mar Cáspio) e de lá afugentar seu sultão, Jehal el-Din. Ele conseguiu voltar a reunir parte de suas tropas e constituiria, a partir de então, dentro do Islã, uma temível força armada, que errava pelas estepes da Mesopotâmia, e era empregada ora pelos sultões do Egito, ora pelos sírios, mas sempre em busca de oportunidades de pilhagens.

Ora, Jerusalém não era mais fortificada, com exceção da torre de Davi que, aliás, foi destruída, quando se soube da chegada próxima da expedição francesa conduzida por Teobaldo IV de Champagne em 1239. Cidade aberta, Jerusalém estava a partir de então exposta a quaisquer ataques, sem poder se defender com eficácia. A 11 de julho de 1244, El-Sali-Ayub, sultão do Egito, lançava os kwarismianos sobre a Cidade Santa. A despeito da ausência de fortificações, templários e hospitaleiros resistiram desesperadamente durante algumas

semanas. Uma parte da população obteve o direito de deixar a cidade no dia 23 de agosto seguinte para ir a Jaffa, mas uma armadilha de guerra dos kwarismianos fez os que fugiam em ordem voltar atrás: desfraldaram bandeiras francas nas muralhas, de modo que, acreditando em algum socorro vindo de Acre ou de outra parte, os francos voltaram para a cidade e foram massacrados sem piedade.

Os kwarismianos não faziam prisioneiros. Percorreram os Lugares Sagrados decapitando os padres que se haviam recusado a abandonar o Santo Sepulcro, maculando e destruindo tudo à sua passagem, com a brutalidade que é possível esperar de uma soldadesca que vivia apenas de pilhagens; finalmente, a 17 de outubro de 1244, derrotaram as forças francas reunidas em Forbia, perto de Gaza: um desastre que os historiadores comparam ao de Hattin, no século precedente.

Ao mesmo tempo, aliás, a invasão mongol prosseguira, dessa vez ameaçando não apenas a Ásia, mas a Europa: a Rússia do sul foi conquistada entre 1236 e 1238, a Polônia, a Silésia e a Hungria, devastadas em 1241. Somente a morte do cã Ogodei, filho de Gengis Khan, interrompeu um impulso que semeava o terror no Islã e na Europa cristã: os terríveis conquistadores voltaram atrás para participar da eleição de um novo chefe.

A TRAVESSIA ALÉM-MAR
DO REI LUÍS E DA RAINHA MARGARIDA

Em 1244, o rei Luís IX, a que chamamos de São Luís, após se recuperar de uma doença que se acreditava ser fatal, fazia a promessa de tomar a cruz. Pouco depois — pois aparentemente ele não o sabia no momento de sua promessa — a notícia da segunda perda de Jerusalém semeava a comoção entre a cristandade. Sua expedição vai fazer voltar por um certo tempo o grande ímpeto que percorrera todo o século XII. São Luís e seu círculo são profundamente marcados pela atração pela Terra Santa; algo desse primeiro entusiasmo anima todo o seu reinado — desde o momento em que se soube com indignação que a Santa Coroa, que Cristo usou durante sua paixão, fora empenhada —, até a última partida do rei e sua morte em Catargo, em 1270.

Tem-se de fato a impressão de que o rei teve um choque quando soube que o imperador Balduíno II de Constantinopla empenhara por dinheiro a Santa Coroa de espinhos venerada em Bizâncio. Isso ocorreu em 1238; a 4 de setembro, os representantes do imperador haviam concluído esse compromisso junto a um mercador veneziano, Nicolo Quirino. Trinta anos após a conquista de Constantinopla,

Balduíno enfrentaria enormes dificuldades para conservar um império obtido em condições mais do que discutíveis e defendê-lo tanto contra os búlgaros quanto contra os gregos, decididos a rejeitar a tutela dos francos.

O rei Luís decidiu indenizar Nicolò Quirino e adquiriu a preciosa relíquia que mandou depositar na Capela São Nicolau de seu palácio parisiense, no coração da ilha da Cité, em Paris. Uma outra relíquia não tardou a vir enriquecer igualmente o tesouro da mesma capela: um pedaço da Verdadeira Cruz, resgatada da mesma maneira por São Luís no ano seguinte, dos templários, aos quais reembolsou mais uma vez o dinheiro entregue contra esse penhor ao mesmo Balduíno II. Na ocasião em que foi recolhida essa nova relíquia os cronistas da época observaram que a procissão geral que se desenrolou em Paris fora seguida por três rainhas: a rainha Branca mãe do rei, a rainha Isambour, viúva de Filipe Augusto, e também a jovem rainha Margarida, com quem o rei se casara seis anos antes. O casamento real ocorrera em 1234 na Catedral de Sens, onde Margarida fora coroada e consagrada rainha a 28 de maio, no dia seguinte às núpcias, de acordo com o costume. O primeiro filho do casal nascerá somente no ano seguinte a essa procissão famosa, em 1240: uma menina chamada Branca como sua avó.

Nem sempre reina o entendimento na corte de França — todos os historiadores observaram — entre sogra e nora. Margarida tem 13 anos quando se casa, e esses 13 anos passados na corte de seu pai, Raimundo Berengário V de Provença, e de sua mãe, Beatriz de Savóia, com suas três irmãs mais novas, Alienor, Sancia e Beatriz, evidentemente não bastaram para nela desenvolver uma aptidão ao governo que se afirmará depois. Os dois jovens esposos estão muito apaixonados um pelo outro, e a rainha Branca não vê com bons olhos seu filho consagrar à jovem Margarida um tempo que ela considera que seria mais bem empregado se ele percorresse suas terras e vigiasse seus barões sempre turbulentos. Joinville, que mais tarde será o companheiro e muitas vezes o cúmplice de Margarida, pela qual foi provavelmente apaixonado, diz-nos: “A rainha Branca não queria suportar, enquanto pudesse, que seu filho estivesse em companhia de sua mulher, a não ser à noite para deitar-se com ela.”

Margarida passara sua infância no contexto da Provença — o mais agradável dos quadriláteros, definido na mesma época pelo trovador Peire Vidal:

... de Rozer tro qu'a Vensa
Si com clau mars e Durensa
... do Ródano até Vence
O que cerca mar e Durance.

No seu séquito, a jovem trouxera seis trovadores e um dos menestrelis de seu pai; isso basta para acreditar que com ela entrara a alegria numa corte que estivera profundamente enlutada pela morte de Luís VIII em 1226.

Nova cruzada de cavaleiros e damas

Mas nem por isso Margarida compartilha menos o interesse de seu esposo pela Terra Santa. Ela assistiu à construção da Santa Capela, vasto escrínio luminoso no qual serão depositadas as preciosas relíquias vindas de Constantinopla. Fato notável, ela não é em parte alguma mencionada entre os que, em torno do rei, tentaram fazê-lo voltar atrás em sua promessa de cruzado pronunciada em 1244. No entanto, nessa época, os esposos tiveram, após sua primeira filha, Branca (que não sobreviveu mais do que dois ou três anos), uma segunda filha, Isabel, nascida em 1242, e finalmente um filho, a quem é destinada a coroa: Luís, nascido precisamente naquele ano de 1244, quando o rei faz a promessa de se tornar cruzado.

Quando a Santa Capela é inaugurada em 1248 — e é extraordinário, quando hoje em dia vemos o belo edifício, verdadeira parede iluminada mantida por seus poderosos contrafortes, pensar que foi construído em quatro anos —, os preparativos para a grande partida também estão concluídos. Foram levados a bom termo com rapidez e sem poupar recursos, pois o rei não hesitou em mandar organizar um porto de embarque no único lugar que se prestava a isso às margens do Mediterrâneo: a cidade de Aigues-Mortes. As fortalezas só ficarão

prontas no reinado de seu segundo filho, Filipe, o Ousado — nascido em 1245 —, mas já se ergue a torre de Constância, de onde é possível, desde essa data, vigiar os movimentos da frota.

Ora, não se trata apenas da partida do rei, mas do casal real. Margarida de Provença acompanha seu esposo como é normal, mas, antes de mais nada, porque visivelmente o rei e a rainha não têm vontade de se separar. Em 1248 tiveram outro filho, João, que não sobreviveu. Sabe-se que o reino será bem guardado na ausência do rei e da rainha pela rainha Branca. De resto, Margarida, que tem 27 anos e uma saúde magnífica, manifesta tanto quanto Luís o desejo de cumprir a promessa e partir para a Terra Santa.

Só podemos espantar-nos com a surpresa dos historiadores a esse respeito; alguns, como dissemos, chegaram a pretender que a partida de Margarida tinha como único motivo as suas dissensões com a sogra! Então deveríamos imaginar que no século precedente a esposa de Raimundo de Saint-Gilles, a rainha Alienor de Aquitânia, e muitas outras estavam fugindo de uma sogra insuportável? E todas aquelas mulheres que encontramos na Terra Santa, que aparecem nos atos, que transmitem seus direitos de sucessão, devem sua “travessia além-mar” a sogras rabugentas? Margarida de Provença só se adaptou aos hábitos correntes. Não agiu de forma diferente de suas cunhadas, Mahaut de Brabant, esposa de Roberto d’Artois, e Joana de Toulouse, esposa de Afonso de Poitiers; ao mesmo tempo que ela fará partir sua irmã mais moça, Beatriz de Provença, que acaba de desposar o irmão mais jovem do rei, Carlos d’Anjou. Carlos tinha então exatamente 20 anos, e Beatriz, 15. Ela dará à luz um filho no caminho; uma carta de Roberto d’Artois a Branca de Castela participa-lhe esse nascimento e fala do belo menino que nasceu durante a estada dos cruzados em Chipre no inverno de 1248.

De fato, voltamos a encontrar algo do ímpeto que arrebatara os primeiros cruzados, os que haviam reconquistado Jerusalém em 1099, e ao mesmo tempo assistimos ao renascimento da vida ocidental na Terra Santa. A família real inteira então parte, ou melhor, confia-se ao velame, já que nessa época a viagem por mar faz parte dos hábitos. A partida significa então uma viagem longa e uma instalação durável. Esses casais preparam-se para levar a além-mar boa parte de sua

existência, sem saber, na partida, o quanto durará a expedição — mas em todo caso muito tempo. Margarida confia à sogra seus três filhos pequenos, Isabel, Luís e Filipe. Ela dará à luz outros três filhos, dois meninos e uma menina, durante a sua estada no Oriente Médio, que será de seis anos.

Sua partida deve ter quebrado muitos corações, se adotarmos a hipótese de uma Rita Lejeune, que acredita que Margarida, princesa “com nome de flor”, pode ter inspirado o *Roman de la rose* [Romance da rosa] de Guilherme de Lorris, “resumo” da poesia cortesã, que celebra o amor e o respeito do poeta pela “Dama nobre”, situada em seu poema alegórico num jardim fechado por todos os lados, onde floresce o arbusto que assiste ao desabrochar do botão de rosa pelo qual o poeta se sente invencivelmente atraído.

Em sua expedição, o casal real é acompanhado não por um médico — um “*mire*”, como se diz na época —, mas por uma “*miresse*” [médica]: existem então mulheres suficientes que exercem a arte médica para que tenham encontrado na época um vocábulo feminino em francês que nosso século XX ainda não achou para designar as “mulheres médicos”¹. Esta se chama Hersent e, quando voltar para a França, o rei irá conceder-lhe uma renda de 12 denários por dia a serem pagos pelo prebostado de Sens. Hersent voltará em agosto de 1250, escapando assim aos maiores perigos da expedição. A médica irá se casar com um boticário e tornar-se proprietária de uma casa em Paris.

Conhecemos muitos outros médicos do rei Luís IX e de sua esposa, como Roberto de Douai e Nicolau Germinet de Langres; no entanto, o rei e a rainha escolhem uma mulher para levar nessa expedição para longe e perigosa. Naqueles meados de século XIII, o fato nada tem de extraordinário. As mulheres só serão excluídas aos poucos da profissão médica no século seguinte, quando o exercício da Medicina se tornar ilegal para os que não detêm o diploma da

1. Em francês não existe o termo “médica”, feminino de “médico”. (N.T.)

Universidade de Paris: ora, as mulheres não são nela admitidas. A primeira metade do século XIV assistirá a muitas perseguições de mulheres médicas, afastadas de uma profissão que anteriormente lhes era aberta.

A “travessia” de São Luís e de sua esposa Margarida realçará singularmente a presença das mulheres e o papel que desempenham mesmo nos acontecimentos militares. Desde a chegada da frota em Chipre, aliás, um outro nome de mulher merece ser mencionado: o da imperatriz de Constantinopla, Maria de Brienne, esposa de Balduíno II. Veio encontrar São Luís para solicitar socorro para aquele império latino presa de dificuldades graves. Joinville conta como, em decorrência de uma tempestade, a pobre imperatriz encontrou-se despojada de tudo: “Durante nossa estada em Chipre, a imperatriz de Constantinopla”, escreve ele, “avisou que havia chegado em Pafo, uma cidade de Chipre, e pediu para que eu e o senhor Erardo de Brienne fôssemos buscá-la. Chegamos ali e vimos que um vento forte rompera as cordas das âncoras de sua nave e levava-a para Acre e que só lhe restava do enxoval a capa com que estava vestida e a sobreveste de mesa (a roupa que se costumava usar às refeições). Levamo-la até Limassol, onde o rei e a rainha e todos os barões de França e do exército a receberam com muitas honras.” Comovido, Joinville apressou-se em mandar vir para ela “tecido para fazer um vestido e pele de esquilo com... tiritana e cendal para forrá-lo”. A imperatriz voltaria a partir com muitas promessas de reforço, que a sequência dos acontecimentos não permitirá cumprir.

Chipre desempenha um papel decisivo na expedição de São Luís. É a escala da frota, o centro de reabastecimento, o ponto de partida da campanha militar. Ali os francos são acolhidos amigavelmente. Os barões cipriotas haviam finalmente se libertado da tutela imperial que Frederico II acreditava ter imposto, e o rei Henrique I, apelidado de “Gordo”, fora desvinculado pelo papa do juramento de fidelidade que seus predecessores e ele próprio haviam tido de prestar ao imperador. Ele era filho de Alice de Champagne, a perpétua contestatária, cujas reivindicações sobre o Condado de Champagne Luís IX precisamente conseguira fazer cessar em 1234.

Alice só morrera em 1246, depois portanto da tomada de cruz do rei. Sua vida conjugal quase não fora menos movimentada que suas pretensões de suserana, pois, após ter se casado com o rei de Chipre, Hugo I de Lusignan, que morreu em 1218, ela se unira ao príncipe de Antíóquia-Trípoli, Boemundo V, do qual tivera de se separar por consangüinidade, e finalmente desposara um senhor francês, Raul de Coeuvres, que participara da expedição de Teobaldo de Champagne em 1239. Além de sua soberania sobre Chipre, exercia uma regência de direito sobre o ex-reino de Jerusalém, que lhe fora conferida em 1243 por uma assembléia geral dos barões da Terra Santa. Naquela data, de fato, os barões haviam notado que o imperador Frederico II não tinha mais qualquer poder sobre a Terra Santa, pois seu filho Conrado, filho de Isabel de Jerusalém, havia alcançado a maioridade. Finalmente, com a morte de Alice, seu filho Henrique I fora reconhecido “senhor do reino de Jerusalém”. Desse modo apagava-se a cisão entre a Cidade Santa e a ilha de Chipre. Doravante a transmissão do título e das pretensões sobre o reino a ser reconquistado ocorrerão em Chipre.

Enquanto isso, ali se concentra a frota dos francos. Os três galeões² reais, o *Rainha*, o *Donzela* e o *Montjoie*, ancoram em Limassol a 17 de setembro de 1248 e encontram o abastecimento que o rei, que nunca deixa seu senso prático de lado, mandou acumular há um ano sob a guarda de um de seus sargentos, Nicolau de Souzy (ou Soisy). Joinville fala com admiração de tudo o que fora reunido por seus cuidados: “As adegas do rei e os denários e os celeiros”, o que designa o abastecimento em cereal e forragem, em vinho e dinheiro. O rei Henrique I e com ele cerca de mil cavaleiros vão participar da expedição de São Luís, assim como Guilherme de Villehardouin, príncipe da Moréia. Como a expedição precedente de João de Brienne, esta tem o Egito como objetivo, chave estratégica da questão dos Lugares Sagrados desde que se encontra nas mesmas mãos que a Síria. Sabe-se pelas crônicas muçulmanas que o imperador Frederico

2. Navios à vela; o termo não deve ser compreendido com o sentido ulterior do termo “galeras”.

II mantinha o sultão do Egito informado de todos os preparativos e movimentos do exército franco.

Em junho de 1249, a frota dos francos deixa Chipre rumo às praias egípcias. Todas as esposas dos cavaleiros participam da expedição? É provável, pois voltaremos a encontrá-las em Damietta e São João de Acre, mas é graças a Joinville que estamos informados sobre o papel importante que a rainha irá desempenhar.

Margarida defende Damietta e salva a expedição

A expedição começa com um estrépito que enche de assombro todo o Oriente Médio: a tomada de Damietta em cerca de 24 horas. Em 1219, os companheiros de João de Brienne esforçaram-se durante 18 meses para tomar a cidade. Os francos desembarcam em terras egípcias a 6 de junho de 1249, e Damietta esvazia-se quase que imediatamente de seus defensores; restam apenas os prisioneiros feitos no sítio precedente ou em Forbia, e que, desse modo, são libertados, assim como a população cristã: sírios, coptas, jacobitas que ao longo da história dos ocidentais no Oriente Médio constituíram uma espécie de “quinta coluna” e trouxeram uma contribuição apreciável a seus empreendimentos.

Luís IX apressa-se em voltar a erguer as fortificações da cidade, reparar os fossos, reforçar as muralhas, além de se empenhar na restauração da igreja de Damietta: uma vasta igreja consagrada à Virgem, que fora várias vezes transformada em mesquita e depois voltara a servir de igreja. Comportava um vasto pátio e uma grande sala de orações de seis naves, encimada por uma cúpula. “O rei mandou ornar ricamente com cálices, incensórios, candelabros, crucifixos, casulas, alvas, estolas, panos de altar e imagens de Nossa Senhora, as igrejas que haviam sido estabelecidas a partir das mesquitas.” A estada dos francos prolonga-se durante quase cinco meses: o rei estava esperando a chegada de seu irmão, Afonso de Poitiers, com os reforços vindos da França; ora, ele só chega a Damietta a 24 de outubro. Só a 20 de novembro, após a vazante do Nilo, o exército prossegue sua marcha em direção ao Cairo.

A Margarida de Provença, então grávida, é confiada a guarda de Damietta. Com ela permaneceram as outras mulheres da expedição. A vida organizou-se numa cidade à qual não faltavam recursos e à qual os navios mercantes italianos, que freqüentavam seu porto, forneciam o abastecimento. Damietta constituía a base de retaguarda dos francos. Uma linha de barcos foi estabelecida no Nilo entre a cidade e o braço do rio chamado Bahr el-Saghir, para fornecer os víveres necessários às tropas em marcha.

No mês de dezembro, os francos chegaram diante da fortaleza de Mansurá, que o sultão do Egito tivera tempo de mandar fortificar. O exército egípcio encontrava-se reunido do outro lado do rio. Após várias semanas de uma verdadeira “guerra de posição”, os francos atravessaram o rio pelo vau, e o assalto começou no início de fevereiro de 1250. Principiou bem, mas a impetuosidade de Roberto d’Artois, o irmão do rei, e sua desobediência às ordens dadas, recolocaram tudo em questão após combates furiosos. Foi nessa ocasião que Joinville relata as palavras do conde de Soissons, que permaneceram nas memórias: “Senescal, deixemos esses cães ladrarem, ainda falaremos, eu e vós desse dia no quarto das damas.”

Reunidas em Damietta, as damas logo saberiam das notícias alarmantes que lhes chegavam a cada dia do exército. Para cortar os francos de sua base, o sultão Turan-shah mandara construir uma flotilha de naus de guerra que foi transportada em pedaços pelo deserto no lombo de camelos e depois colocada na água e levada até o curso inferior do Nilo, de modo a interceptar os comboios de abastecimento. A 16 de março de 1250, travou-se um combate depois do qual o envio de naus se tornou impossível. À disenteria, provavelmente complicada por casos de escorbuto, que já dizimava as fileiras do exército, acrescentou-se a fome a partir de então. O próprio rei estava gravemente doente e o moral das tropas ressentia-se disso.

Para Margarida, chegava a hora do parto. A rainha vivia dias de angústia terrível e noites cheias de pesadelos, que Joinville nos conta de maneira patética. Um velho cavaleiro de sua guarda, que dormia ao pé de sua cama, acalmava-a: “Não tenhais medo, senhora, pois estou aqui.” Antes de dar à luz, ela mandou todos saírem do quarto, exceto aquele cavaleiro, e fê-lo jurar “que, se os sarracenos tomarem

a cidade, cortareis minha cabeça antes que eles me peguem”; e o cavaleiro respondeu: “Estejais certa de que farei isso de bom grado, pois já estava pensando em matar-vos antes que eles a tomassem.” Um historiador de nosso tempo, Paul Deschamps, grande especialista das expedições ao Oriente Médio e das fortalezas construídas pelos cruzados, conseguiu identificar o velho cavaleiro. Sua promessa serviu de divisa para sua família desde a época das Cruzadas: ele chamava-se d’Escayrac e a divisa era “estava pensando nisso”.

Finalmente, depois de mal-entendidos ou mais provavelmente de uma traição, o exército franco teve de se render a 6 de abril de 1250. Todos foram feitos prisioneiros, inclusive o rei, e boa parte dos francos foi massacrada. Ao mesmo tempo, Margarida dava à luz um filho, que foi chamado de João e apelidado de Tristão, “pela grande dor da época em que nasceu”. Para o cúmulo de sua preocupação, vieram avisá-la que as esquadras italianas, genovesas ou pisanas, que freqüentavam a cidade e vigiavam a entrada do porto, estavam se preparando para partir.

Margarida avaliou depressa a situação: dadas as notícias que lhe chegavam do exército, a posse de Damietta era a única moeda de câmbio válida para esperar obter os prisioneiros de volta. A rainha mandou convocar de imediato os principais donos de navios em seu quarto no dia seguinte ao parto. Vale a pena transcrever a continuação da história a partir do relato de Joinville: “Ela (a rainha) mandou que todos ficassem diante de sua cama, de modo que o quarto ficou cheio e disse-lhes: ‘Senhores, pelo amor de Deus, não deixeis essa cidade, pois estais vendo que o senhor, nosso rei, estaria perdido, assim como todos os prisioneiros, se ela fosse perdida; e, se isso não bastar como argumento, tende piedade dessa frágil criatura (seu filho, João-Tristão) que jaz aqui, a ponto de esperardes até que eu consiga me recuperar.’ E eles responderam: ‘Como faremos, senhora, já que estamos morrendo de fome nessa cidade?’ E ela lhes disse que eles não deveriam ir embora por causa da fome: ‘Pois mandarei comprar todas as carnes dessa cidade e vos sustentarei a todos a partir de agora à custa do rei.’ Eles consultaram-se entre si e voltaram até ela, e concordaram em ficar de bom grado, e a rainha (que Deus a absolva!) mandou comprar todas as carnes da cidade (todo o abastecimento disponível) que lhe custaram trezentas e sessenta mil libras e mais.

Ela teve de se levantar antes de terminar a época de resguardo, pela cidade que era necessário entregar aos sarracenos, e foi a Acre para aguardar o rei.”

Ao fazer isso, Margarida de Provença simplesmente salvou o rei e o que restava do exército, a cidade de Damietta tendo sido trocada por suas vidas e sua libertação. Isso valoriza de fato os termos empregados por São Luís quando de sua discussão com os enviados do sultão, o que Joinville, sempre ele, contou anteriormente: “Quando viram (os ‘sarracenos’) que não poderiam vencer o bom rei pelas ameaças, voltaram a ele e perguntaram-lhe quanto daria em dinheiro ao sultão e se ele venderia Damietta. E o rei respondeu que, se o sultão quisesse dele uma soma razoável em dinheiro, ele ordenaria que a rainha lhes pagasse pela sua libertação; e eles disseram: ‘Por que vós próprio não vos comprometeis a isso?’ E o rei respondeu que ele não sabia se a rainha gostaria daquilo, ela que era sua Dama.” A afirmação do poder de decisão da Dama tinha decerto por que surpreender os muçulmanos. “E então os conselheiros voltaram a falar com o sultão e disseram ao rei que, se a rainha quisesse pagar um milhão de besantes de ouro, que valia cem mil libras, ele libertaria o rei. E o rei lhes pediu que jurassem que o sultão os libertaria se a rainha quisesse fazer aquilo.”

E foi assim que as negociações terminaram com a promessa de 500 mil libras para a libertação do exército e a cidade de Damietta em troca da própria pessoa do rei.

Joinville conta um pouco além como “antes que Damietta fosse entregue, recolhera-se a rainha em nossas naus com toda a nossa gente que estava em Damietta, com exceção dos doentes. Os sarracenos deveriam guardá-los, segundo seu juramento: eles mataram a todos. Os engenhos do rei (as máquinas de guerra), que também deveriam guardar, despedaçaram-nos; e as carnes salgadas que deveriam guardar, pois não comem porco, não guardaram, mas fizeram um leito de engenhos, um leito de toucinho e um outro de gente morta e incendiaram; o fogo foi tão grande que perdurou na sexta-feira, no sábado e no domingo”. Ainda prisioneiro, o rei quis protestar contra essa falha ao juramento que os emires lhe haviam feito. “Enviou o frei Raul, frade pregador, a um emir chamado Fares-Eddin-Octay, um dos

sarracenos mais leais”, acrescenta Joinville, “que jamais vi. E disse-lhe que se surpreendia muito como ele e os outros emires agüentavam que se rompesse com tanta vilania as tréguas, pois haviam matado os doentes que deveriam conservar, haviam despedaçado os engenhos e queimado a carne de porco salgada que também deveriam conservar. Fares-Eddin-Octay respondeu ao irmão Raul e disse: ‘Irmão Raul, dissei ao rei que por causa de nossa lei, não posso remediar o fato, e isso me pesa e dissei-lhe de minha parte que não deixe transparecer de forma alguma que isso o magoa enquanto estiver em nossas mãos, pois ele seria morto.’ E ele aconselhou que, assim que o rei chegasse a Acre, ele se lembrasse disso.” O rei de fato irá recordar-se em seguida, e essa falta de palavra deveria justificar para ele o não-pagamento do resto do resgate que fora combinado. A rendição de Damietta ocorreu a 6 de maio de 1250.

Os historiadores dos séculos XIX ou XX em geral minimizaram a participação da rainha Margarida nessas circunstâncias dramáticas; alguns tiveram uma certa dificuldade em reconhecer a sua autoridade. O historiador recente de Margarida de Provença, Gérard Sivery, por sua vez, fica perplexo: ele acha que São Luís “deixa para a rainha as escolhas decisivas, o que permite ganhar tempo. Mas a sequência”, acrescenta com lealdade, “mostra que Margarida de Provença se comporta como verdadeira chefe e até assume, devido à urgência de comando, decisões que não estavam previstas. Embora não possuamos atos que comprovem de maneira incontestável que a rainha fora investida de um verdadeiro poder quando da partida de Damietta do exército real, ela age”, observa, “como se de fato dispusesse dele”³.

Continua reinando um certo mal-entendido referente à autoridade da qual uma rainha dispõe na época feudal para os espíritos formados como os nossos no direito romano há séculos. O episódio porém convence: é possível imaginar que uma mulher mantida estreitamente sob a dependência de seu círculo consiga tomar com tanta rapidez e tal autoridade decisões tão importantes quanto inesperadas?

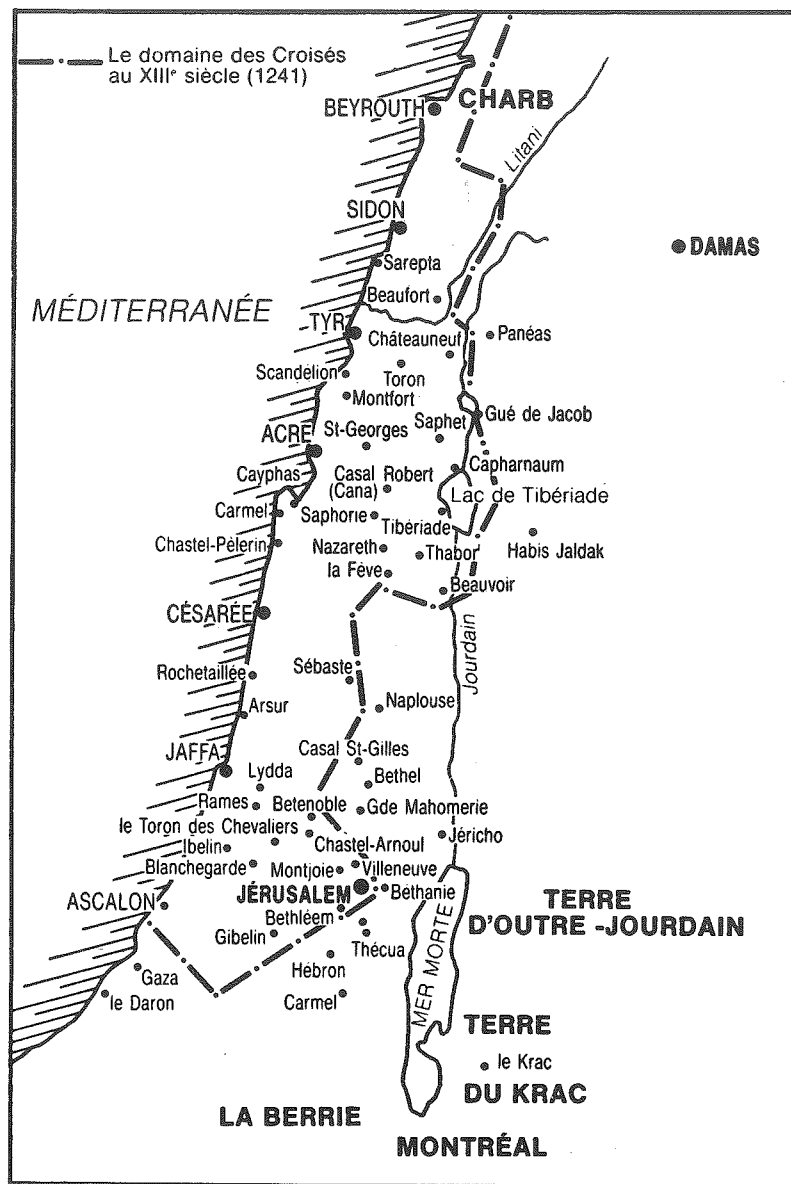
3. Gérard Sivery, *Marguerite de Provence*, Fayard, 1987, pp. 99-100.

O casal real na Terra Santa

São Luís permanecerá na Terra Santa por mais quatro anos; quatro anos bem empregados. Entre maio de 1250 e abril de 1254, ele manda fortificar as cidades que continuam nas mãos dos francos. Assim que chega a Acre, onde residirá até março de 1251, reconstrói as fortalezas. Toda uma parcela de muralha é erguida da porta Santo Antônio a São Lázaro, o que reforça o subúrbio de Montmusart onde haviam ocorrido as batalhas decisivas quando da tomada da cidade na época de Ricardo Coração de Leão, meio século antes. Era, para repetir a expressão do historiador Jean Richard, o início de uma imensa campanha de construções. Também Caifás e Cesaréia, onde o rei se instalou em 1251-1252, foram fortificadas. Em seguida foi a vez da torre de Jaffa, cujo burgo até então não tinha defesas e onde logo se ergueu uma muralha sólida flanqueada de 24 torres e defendida por um fosso duplo. Finalmente, Sidon, após ter sido vítima de um ataque, em 1253, por um exército damasquino que não ousara atacar Jaffa, foi por sua vez fortificada.

Por outro lado, jogando com habilidade com as discórdias entre os últimos representantes da dinastia aiúbida e os mamelucos que se confrontavam duramente no Egito, o rei obteve aos poucos a libertação de todos os francos (12 mil) que haviam restado nas prisões egípcias. Ao último envio de prisioneiros o chefe mameluco Aiberg deveria até acrescentar dois presentes pessoais ao rei: uma zebra e um elefante. A ponto de, sem reclamar qualquer título — ao contrário do que Frederico de Hohenstaufen fizera —, sem exigir nada além de perfeita clareza nas negociações (o mestre do Templo, Reinaldo de Vichiers, sofreu duras reprimendas e foi levado a se humilhar por ter falhado ao iniciar negociações por conta própria), quando deixa a Terra Santa em abril de 1254, Luís IX ter lhe assegurado uma sobrevida que não mais se esperava.

Por Joinville conhecemos alguns detalhes da vida da rainha Margarida enquanto o rei prossegue a obra de restauração. Desse modo, quando o mestre do Templo sofre reprimendas por ter iniciado negociações por conta própria, a rainha intervém para exercer seu “poder gracioso”: ela gostaria que pelo menos Hugo de Jouy, o



marechal do Templo, que fora o porta-voz e o instrumento das negociações esboçadas daquela maneira com os mamelucos do Egipto sem o assentimento do rei, fosse poupado. Porém a coesão e a unidade de ação são essenciais numa terra tão dividida, e o rei exige que o marechal seja expulso da Terra Santa. Melhor ainda, graças ao cronista de Champagne, dispomos de alguns traços da vida cotidiana, às vezes com certas anedotas, como a dos “*camelins*”, que o rei pede que Joinville lhe compre quando ele vai em peregrinação a Nossa Senhora de Tartuz. Os *camelins* são tecidos de pele de camelo, ou, com maior frequência, de pele de cabra da Armênia, misturados com um pouco de lã e de seda. Joinville traz os *camelins* que o rei pediu, mas de fato, separa quatro, bem embrulhados, destinados à rainha. Quando um cavaleiro de seu séquito os leva a Margarida, ela ajoelha-se. Estupefato, o cavaleiro também se ajoelha; e a rainha exclama: “Erguei-vos, senhor cavaleiro, não deveis vos ajoelhar, vós que trazeis relíquias!” “Senhora, não são relíquias que meu senhor vos envia!”, replica o cavaleiro e caem na gargalhada: a rainha ajoelhara-se diante de panos. Imagina-se a anedota correndo em seguida pelo círculo, entre damas de honra e criadas, sobre o engano da rainha.

Margarida decerto também participou das recepções e negociações do rei durante sua estada na Terra Santa. Assim, quando o jovem príncipe de Antióquia, Boemundo VI — o que era chamado de Belo Príncipe —, visitou-os em Jaffa, o rei “prestou-lhe grandes homenagens e o fez cavaleiro com muita honra”, diz Joinville, que insiste na inteligência do rapaz. Ele só tinha 14 anos quando seu pai morreu, mas sua mãe, Lucia de Segni, queria mantê-lo sob tutela, quando nessa idade seria possível considerá-lo maior. O fato de ter sido armado cavaleiro conferiria uma certa autoridade ao jovem. Recebeu de Luís IX subsídios suficientes para fortificar Antióquia, enquanto, a conselho do rei, sua mãe Lucia recebia uma propriedade para residir em Trípoli e deixar seu filho agir como príncipe.

Este desposou em 1254 Sibila, filha do rei da Armênia, Haythou I, o que acabava com antigas rivalidades e restabelecia uma aliança sólida entre francos e armênios. Aliança ainda mais desejável por que o rei Haythou era uma personalidade forte, cujo reinado exatamente contemporâneo ao de São Luís (1226-1270) foi muito benéfico para a Armênia e para a salvaguarda da Terra Santa. Assim

como com os maronitas do Líbano, a fé cristã criava um vínculo sólido entre armênios e ocidentais. Durante todos esses anos de permanência de Luís e de Margarida na Terra Santa irá manifestar-se sua convergência de pontos de vista, sobretudo quanto aos mongóis. Se Luís IX envia embaixadores aos mongóis, se Margarida manda confeccionar presentes ricos para o grande câ, a rainha Zabel (uma Lusignan) e o rei Haython, por sua vez, estabelecem laços pessoais, pois o último vai pessoalmente até Mongka, neto de Gengis Khan, em 1254.

Em suma, quando Luís e Margarida embarcam de novo em Tiro a 25 de abril de 1254, com seus três filhos nascidos além-mar (João-Tristão, Pedro e Branca), deixam atrás de si uma terra em paz, onde se pode voltar a ter esperanças de um dia reconquistar Jerusalém.

Na viagem de volta, Margarida tem novamente a oportunidade de mostrar sua capacidade de decisão e, antes de mais nada, sua presença de espírito. Devido à negligência de uma criada, uma noite quando estavam em alto-mar, as roupas da rainha, deixadas perto de uma vela acesa, pegam fogo. Damos a palavra a Joinville: “A rainha acordou, viu o quarto ardendo e saltou do leito nua, pegou o pano e jogou-o em brasas no mar e pegou os tecidos e apagou-os. Os que estavam no barco gritaram à meia voz: fogo! fogo! Levantei a cabeça e vi que o pano ainda estava queimando, flamejando claro no mar que estava muito calmo. No dia seguinte, o condestável de França e o monsenhor Pedro, o camareiro, e monsenhor Gervais, o padeiro, disseram ao rei: ‘O que houve essa noite, ouvimos falar de fogo?’ Eu nada disse. E então o rei disse: ‘Vou vos contar como quase morremos todos queimados hoje à noite’ e contou-lhes o que acontecera.”

O historiador de Margarida, Gérard Sivery, insistiu muito bem no sentido maternal da rainha, principalmente durante certos episódios desse retorno da Terra Santa, que foi movimentado. Assim, ela consegue, quando a frota passa diante da ilha de Pantellaria, que três galeras façam escala para pegar frutas frescas para seus filhos. Infelizmente os passageiros da galera, assim que desembarcam, quase não voltam mais: seis deles, filhos de burgueses de Paris, demoram por ficar devorando frutos. Quando vê que as galeras não retornam, a nau real tem de voltar atrás numa região pouco segura, pois se encontra

entre a Sicília e Túnis, e Margarida fica desolada por achar que é indiretamente a causa desse atraso. O rei finalmente ordena que coloquem os seis meninos que erraram numa chalupa amarrada com cordas à nave, e é assim que os culpados terminarão a viagem no desconforto, expostos às ondas que passam por cima de bordo quando das tempestades.

Houve incidentes mais graves nessa viagem de volta, pois a nave encalhou num banco de areia de onde se a tirou por milagre, mas provocando-se uma avaria que tornava a continuação da travessia muito incerta. No momento em que se hesita em abandonar a nau, as criadas perguntam a Margarida: “Senhora, o que faremos com vossos filhos? Devemos acordá-los e fazê-los levantar?” E a rainha responde, convencida de que não há mais jeito: “Não deveis acordá-los e fazê-los levantar, deixai-os ir a Deus dormindo.”

E é compreensível a alegria e a impaciência da rainha quando finalmente, após seis semanas de travessia fértil em emoções, ela chega diante da costa provençal e avista o castelo de Hyères a 10 de julho de 1254. Todos os lugares onde passou sua infância estão ali, sob seus olhos, ao alcance do barco — e eis que o rei decide voltar a partir: quer desembarcar em seus próprios Estados, na enseada de Aigues-Mortes. Felizmente Margarida encontra apoio, mais uma vez, na pessoa de Joinville e, aliás, igualmente, junto à maioria dos conselheiros; o rei finalmente deixa-se convencer, e o desembarque, término de uma aventura que durara seis anos, dá-se em Hyères. Para Margarida deve ter sido uma verdadeira festa retornar a seu meio mais familiar, aquele onde passara os primeiros anos de sua vida.

Quatro irmãs que foram quatro rainhas

Os dias, as semanas e os meses seguintes serão para o casal real ocupados pelos reencontros com a família e o ambiente da juventude de ambos. Para Luís, uma grande ausência, a de sua mãe Branca, que morrera dois anos antes de sua volta, em 1252, e fora universalmente pranteada pelo povo, pois, dizem as *Grandes crônicas de França*: “Ela não deixava que o povinho fosse explorado pelos ricos e fazia

justiça.” Em compensação, a alegria de voltar a ver seus filhos, Filipe, Isabel e o jovem Luís, que ainda não tem dez anos quando eles voltam, mas cujo aspecto, beleza e inteligência o tornam um retrato vivo de seu pai, é uma alegria profunda para os pais, enquanto os três mais velhos conhecem os três menores nascidos na Terra Santa.

O caráter de reencontro familiar irá acentuar-se com a chegada na França do rei da Inglaterra e de sua esposa. Melhor, toda a família de Margarida, a começar por sua mãe, Beatriz de Savóia, dirige-se ao domínio real e encontra o casal de cruzados entre Chartres e Paris. Na última, toda a família passará o Natal de 1254. É possível devanear a respeito desse encontro. As quatro irmãs tornaram-se quatro rainhas: Margarida, rainha da França; Alienor, da Inglaterra; Sancia casou-se com Ricardo da Cornualha, que receberá o título (sobretudo honorífico) de Rei dos Romanos; finalmente Beatriz é a mulher de Carlos d’Anjou, rei da Sicília. Desse modo realizou-se uma predição atribuída, segundo a lenda, a Roméia de Villeneuve e feita ao pai delas, Raimundo Berengário.

Elas festejam juntas, com a mãe, a alegria de um retorno, em que se apagam as discórdias de outros tempos, quando Luís IX infligira a seu cunhado Henrique III da Inglaterra uma severa derrota na ponte de Taillebourg dez anos antes. Porém o sentimento familiar começa a assumir o caráter de reivindicações territoriais, e isso em parte é obra de Margarida, pois ela tem uma afeição profunda por Alienor. Desde aquele momento, é possível prever uma época em que as tréguas sucessivas combinadas entre o rei da França e o rei da Inglaterra serão substituídas por uma verdadeira paz “para colocar amor entre meus filhos e os seus, que são primos irmãos”, como mais tarde São Luís dirá.

Em sua viagem, Henrique III e Alienor, acompanhados de Ricardo da Cornualha, irmão do rei, e de Sancia, irmã da rainha, foram a Fontevraud recolher-se diante das estátuas dos reis Plantagenetas: Henrique II, Ricardo Coração de Leão e Alienor de Aquitânia. Os dois irmãos tratam de acrescentar uma quarta estátua ao túmulo de sua mãe, Isabel de Angoulême. Depois, foi um passeio até Paris onde, em sua homenagem, o rei pediu que os burgueses de seus domínios ornassem as fachadas de suas casas e mandassem dobrar os sinos em

todos os lugares por onde seus convidados passassem. Henrique III, que tem um sentido artístico refinado, admira a Santa Capela sem reservas. Ocorrem banquetes suntuosos no palácio da Cité, enquanto os pobres, que não são esquecidos nessas ocasiões, são também convidados e, para eles, cortam-se pedaços de carne e abrem-se tonéis de vinho. Quando o rei e a rainha da Inglaterra embarcam em Boulogne, sua frota leva um elefante, presente do rei da França — mas também uma jarra preciosa de prata, que Margarida mandou ornamentar com esculturas conferindo-lhe a forma de um pavão e os ourives parisienses enriqueceram de pedras preciosas.

Entrementes ela não se esquecera da promessa que fizera durante aquela viagem de volta, quando sua nau quase naufragou. A conselho de Joinville, Margarida confiou aos mesmos ourives o cuidado de executar um barquinho de prata com estatuetas que a representam, a ela, a rainha, assim como ao rei, seus três filhos e alguns dos marinheiros. As velas, os mastros, o cordame são modelados em prata, e o ex-voto assim realizado é colocado no Santuário de São Nicolau de Varangeville; sabe-se que São Nicolau, bispo de Mira no Oriente, é o patrono dos viajantes e daqueles que se arriscam no mar.

Foi Joinville quem sugeriu esse dom à rainha. Meio século depois, em 1300, depois da morte de Luís e Margarida, seus companheiros, e quando ele próprio já tem 76 anos, acompanha sua neta Branca até Haguenau, onde ela conhecerá o esposo que lhe foi prometido, Alberto de Habsburgo. No caminho, a moça e o ancião param em Varangeville e vão visitar o santuário onde se encontra a barquinha de prata. Provavelmente Joinville narrou a Branca, emocionado, aquela viagem de volta movimentada, onde ele estava presente ao lado do rei e da rainha.

Cinco anos depois, tomará a pena, a pedido da rainha da França, Joana de Navarra; graças a ela possuímos esse *Livre des saintes paroles et des bons faiz nostre roy saint looys* [Livro das santas palavras e dos bons feitos de nosso rei São Luís], que torna tão vívida para nós a “travessia além-mar” de Luís e Margarida.

Esta soubera convencer seu esposo, que ao voltar da Terra Santa queria abandonar a coroa para entrar no convento, a permanecer no lugar onde a Providência o colocara para distribuir justiça, governar com sabedoria seu povo e manter a paz. Porém não conseguirá dissuadi-lo de empreender uma nova expedição para socorrer o Oriente Médio cristão. Dessa vez, no entanto, ela decide ficar, e deixa o rei partir com seu irmão Afonso e a esposa deste, Joana de Toulouse, enquanto Carlos d'Anjou e Beatriz iriam ao seu encontro mais tarde. Provavelmente acha que já com quase 50 anos ela não terá mais forças para agüentar as provações como as que suportou em Damieta 20 anos antes.

Os dois esposos separam-se em Vincennes a 16 de março de 1270. Para o povo, Luís já é para todos o "santo rei"; e, quando, após a sua morte em Cartago, no dia 25 de agosto seguinte, seus ossos são trazidos de volta e enterrados na Abadia de Saint-Denis, os milagres irão multiplicar-se a ponto de uma primeira investigação sobre sua santidade ocorrer em 1272. Margarida assistirá à abertura da investigação oficial com vistas à canonização de seu esposo em 1282; ela só irá morrer em 1295 — dois anos antes de São Luís assumir seu lugar nos altares. Mais feliz do que ela, Joinville, que só morre em 1317, poderá consagrar uma capela ao rei que foi seu companheiro na Terra Santa.

O FIM DE UM REINO

"Pobre de mim, quanta dor entristece minha alma e que chama de aflição me devora!

Ao falar de Trípoli, começo por 'pobre de mim!' pois a dor me estreitava antes mesmo de eu compor esse poema sobre os cristãos e sobre o que ocorreu com eles e seus filhos... Quantas crianças eles mataram sob os próprios olhos de suas mães, e essas crianças diziam: 'Mãe, de onde veio esse dia?' e elas respondiam: 'Meu querido filho, não fala comigo; luz de meus olhos, não posso nada por ti.'

Quantas crianças órfãs, enquanto se sufocavam as mães e elas choravam com fome em seus seios! As pobres mulheres, moças, virgens, esposas e também os meninos gemiam gritando: 'Pobres de nós!...' Quantas moças arrastaram pelos cabelos, correndo para levá-las às pressas ao mercado para vendê-las e conseguir dinheiro, enquanto as lágrimas lhes inundavam as faces, e elas diziam: 'Ó, Criador! Tens prazer em que nos tratem assim? Éramos poderosas, ricas e jovens e encontrávamo-nos no mercado e todos os que iam até

ali nos examinavam, quando só conhecíamos os mercados onde se vendiam animais e rebanhos...'

Será que acreditaria que Trípoli pudesse ser destruída se eu não tivesse ido até lá e visto com meus próprios olhos?... Um milagre de beleza: quem a vê, fica estupefato e pasmo... e hoje, ei-la arruinada, deserta e sem habitantes: Deus deu-a como morada aos pássaros e corujas...

Eis o relato do que ocorreu aos cristãos quando foram derrubados."

Esse poema foi escrito cerca de dois séculos depois da tomada de Trípoli, a 27 de abril de 1289. Seu autor é o bispo sírio de Nicósia, na ilha de Chipre, chamado Gabriel Bar Kala'i. Tem um tom tão pungente que se poderia acreditar que a obra foi composta logo depois dos eventos. Em Chipre, é verdade, sua lembrança transmitiu-se de maneira mais viva e presente do que no Ocidente: ali as pessoas se achavam diante da civilização islâmica, ou, pelo menos, bem próximas dela; e, em Chipre, o reino latino de Jerusalém sobreviveu por mais dois séculos após terem os cristãos sido expulsos da Terra Santa em 1291.

De fato, São Luís apaziguara as antigas rivalidades de ordem feudal, mas logo iriam agravar-se as rivalidades comerciais que são inexpiáveis e não conhecem limites.

Vimos como ao redor da Igreja de São Sabas em Acre, disputada por venezianos e genoveses, nasceu uma guerra que cobriria de sangue toda a Síria franca para finalmente levá-la à ruína. As hostilidades entre genoveses e venezianos provocaram o que chamaríamos de reações em cadeia. Os senhores de Gibelet (Jbaïl) eram de origem genovesa, e Filipe de Montfort, senhor de Tiro, aderira à sua causa, da mesma forma que os hospitaleiros; ao contrário, seus rivais tradicionais, os templários, apoiavam os venezianos, da mesma maneira que os senhores de Ibelin, senhores de Beirute e de Jaffa; pisanos e provençais aderiam a seu partido, enquanto os catalães tomavam o dos genoveses etc.

São Luís fortalecera em Antióquia-Trípoli a autoridade de Boemundo VI, o Belo Príncipe. Sua irmã mais velha, Placência de Antióquia, desposara o rei de Chipre, Henrique I, que morreu em 1253, antes mesmo da partida dos franceses. Deixava apenas um filho de alguns meses, Hugo II, apelidado de Hugueto. Alarmado com a extensão da "guerra de São Sabas", Boemundo VI foi a Acre com Placência e Hugueto. Reuniu os notáveis e tentou fazê-los reconhecer para o último a "soberania do reino de Jerusalém", enquanto sua mãe se tornava a regente, como já o era do reino de Chipre: "a dama mais valente do mundo", dizem os cronistas. A maioria dos membros da assembléia prestou juramento, com exceção, todavia, dos genoveses e catalães, apoiados pelos hospitaleiros. De fato, os últimos reivindicavam os direitos de Conradino, neto da rainha Isabel de Jerusalém, a esposa de Frederico de Hohenstaufen.

A assembléia de 1º de fevereiro de 1257 comportava, aliás, um plano de fundo sentimental, pois já há três anos Placência de Antióquia era noiva de Baliano de Ibelin, que se apaixonara por ela aos 15 anos. Seu casamento fora proibido pelas autoridades eclesiásticas por motivos de consangüinidade. É na ocasião da estada de Placência e de Boemundo que os dois apaixonados concordaram em se separar, e um vento de calma passou a soprar então entre os de Ibelin e os senhores de Antióquia.

Nem por isso a luta entre venezianos e genoveses deixou de prosseguir a ponto de, segundo a *História de Heráclio*, "a cidade de Acre ter se enfraquecido com essa guerra como se fosse uma cidade destruída por uma guerra entre cristãos e sarracenos". Um episódio que ocorreu provavelmente em 1258 demonstra seu caráter trágico. Esse mesmo Boemundo VI que tentava restabelecer a ordem foi atacado em Trípoli por Beltrão de Gibelet, que o feriu pessoalmente com uma estocada no momento em que ele atravessava a porta da cidade. Pouco tempo depois, os fiéis ao príncipe de Antióquia surpreenderam Beltrão, atacaram-no e mataram-no, cortando-lhe em seguida a cabeça para levarem-na a Boemundo.

Em vão Gofredo de Sergines, a quem Luís IX confiara a guarda da Síria com 100 cavaleiros e com o título de senescal do reino, tentou restabelecer a ordem. Foi investido da bailia pela regente Placência

de Antióquia, que morreria a 27 de setembro de 1261, o que voltaria a abrir o problema da sucessão, em todo caso para a regência, pois o herdeiro do reino continuava sendo Conradino, filho de Conrado IV de Hohenstaufen. A princesa Isabel de Lusignan reinvidicou a regência do reino de Jerusalém, enquanto em Chipre seu filho, Hugo de Antióquia-Lusignan, tornava-se regente para seu primo irmão, o pequeno Huguetto, que tinha apenas nove anos quando da morte de sua mãe Placência.

Entrementes, ocorreu um fato inesperado, com o avanço das forças dos mongóis em direção à Terra Santa.

Dokuz-Katun, a descendente dos Reis Magos

O cã mongol Hulagu, neto de Gengis Khan, atravessara o Amu-Daria no mês de janeiro de 1256. Ninguém se iludia sobre suas intenções. De resto, no final desse mesmo ano de 1256, ele obrigara o famoso mestre dos Assassinos, o chefe da seita xiita que, entrincheirada em sua fortaleza de Alamut, até agora desafiara todos os assaltos, inclusive o dos seljúcidas, a vir se humilhar diante dele. A 20 de dezembro, ao mestre dos ismaelianos “foi dada a honra de beijar o chão” diante do cã Hulagu. O último mandou em seguida seu terrível prisioneiro, sob boa guarda, a seu irmão, o grande cã Mongka, que deu a ordem de mandar assassiná-lo no caminho.

Os mongóis haviam se instalado no Irã. Não manifestavam qualquer simpatia pelo mundo do Islã; em compensação, a esposa de Hulagu — sua esposa principal —, Dokuz-Katun, era cristã. A Pérsia fora evangelizada antes da invasão muçulmana, em parte por cristãos que professavam a heresia de Nestorius (que, no século V, negava alguns aspectos do dogma da Encarnação); dali seus discípulos haviam alcançado várias regiões do Extremo Oriente. Eram muitos os cristãos nestorianos no séquito dos príncipes mongóis, e São Luís não deixara de buscar uma aliança com eles, já que por duas vezes mandara embaixadores para o grande cã. Um monge armênio chamado Vartan era o confidente de Dokuz-Katun e deixou-nos uma espécie de crônica. Nela anota que ela “tinha uma afeição sincera e uma

consideração particular pelos cristãos de qualquer nação e solicitava suas preces”. O mesmo ocorria, acrescenta, com Hulagu.

Um dia, este combinara de receber os príncipes cristãos acompanhados de seus prelados. “Entre eles”, escreve Vartan, “avistei, rei da Armênia, Davi, rei da Geórgia, o príncipe de Antióquia (Boemundo VI)... Dispensaram-nos de flexionar o joelho e nos prosternarmos de acordo com a etiqueta tártara, pois os cristãos só se prosternam diante de Deus. As primeiras palavras de Hulagu a mim foram as seguintes: ‘Mandeí chamar-te para que me conheças e ores por mim de todo o teu coração’... e, notando os monges e prelados que cercavam os príncipes, acrescentou: ‘Como esses monges vieram de toda parte ao mesmo tempo para me visitar e abençoar? Acho que é uma prova de que Deus está a meu favor.’” O episódio ocorreu algum tempo depois da tomada de Bagdá por Hulagu em 1258, oportunidade de um terrível massacre de população. Sua esposa salvou a vida dos cristãos e, em seguida, mandou reedificar as igrejas que lhes pertenciam. O monge Hayton, em sua famosa crônica intitulada *Flor das histórias do Oriente*, indica que ela era “cristã e da linhagem dos três reis magos que vieram adorar a natividade de Nosso Senhor”.

O que aconteceu em seguida representava uma chance de sobrevivência extraordinária para os reinos cristãos da Palestina, ou pelo menos, para o que deles subsistia. A invasão das terras do Islã pelos mongóis, apoiados pelo rei da Armênia e pelo príncipe Boemundo de Antióquia, assumia o aspecto de uma nova “Cruzada”. Em 1260, a cidade de Alepo caía nas mãos deles. Logo Hama e Damasco também caíam. Abria-se uma imensa esperança graças aos mongóis, muito favoráveis aos cristãos; e a aliança entre o rei da Armênia e Boemundo, que se tornara seu genro (já que desposara sua filha Sibila em 1254), era abertamente favorável aos mongóis. Por um certo tempo, foi possível acreditar que eles iriam libertar Jerusalém, como escreve o autor da *Flor das histórias do Oriente*: “Hulagu, o cã dos mongóis, pretendia entrar no reino de Jerusalém para libertar a Terra Santa e devolvê-la aos cristãos.”

Foi então que Mongka, o grande cã dos mongóis, morreu inesperadamente na China, a 11 de agosto de 1259. Depois do anúncio da morte, os vários membros de sua família começaram a disputar o

poder supremo. Um de seus irmãos, Kubilai, recorreu a seu outro irmão, Hulagu, e o último foi obrigado a interromper a conquista da Síria para levar o exército mongol inteiro para a Pérsia. Deixava apenas uma pequena parte de seus homens — vinte mil, dizem uns, dez mil, com maior probabilidade de acordo com os outros — na Palestina, sob as ordens de um governador, Kitbuka, que, aliás, era um cristão nestoriano; ainda segundo a crônica do monge Hayton, “ele amava e honrava muito os cristãos”.

Se todos tivessem manifestado a mesma clarividência e o mesmo desejo de entendimento que o Belo Príncipe Boemundo, cristãos e mongóis teriam conseguido enfrentar juntos os terríveis mamelucos. Porém a maioria dos chefes cristãos parecia então ter sido atingida por uma cegueira política que só igualava sua ambição e avidez, sem falar das rivalidades comerciais que continuavam a encher a cidade de Acre de sangue. Após as esperanças abertas pelos triunfos mongóis do ano de 1260, ocorreu, a 3 de setembro desse mesmo ano, o desastre de Ain Jalud, quando Kitbuka foi morto e seu exército, desbaratado. O sultão Kutuz não demorou a voltar a Damasco, onde, aliás, foi logo assassinado por um outro sultão cujo nome marcaria os anais da Terra Santa: Baibars. Com ele os mamelucos reinariam soberanos, e como soberanos que desconheciam completamente os valores cavaleirosos de Saladino e até da dinastia aiúbida.

Últimas esperanças e últimos clarões

Desde então era possível prever a continuação da história. Alinha um calendário sinistro de derrotas, de destruições e massacres — que não parece arranhar essa espécie de inconsciência generalizada dos cristãos do antigo reino latino. Afinal, nem por isso eles deixam de se desgatar com rivalidades fora de propósito, enquanto seus legistas estabelecem com minúcia um conjunto — aliás, notável — de direito feudal, que se intitula *As bases de Jerusalém*; seu único defeito é esvaziar-se aos poucos de qualquer realidade, na medida dos 30 anos de sobrevida do reino sobre um território que encolhe como a pele de asno.

Em primeiro lugar, em 1263, ocorre a destruição da igreja de Nazaré, dos estabelecimentos do monte Tabor e de Kabul, em seguida, em 1265, a tomada de Cesaréia, em cujas muralhas o rei São Luís trabalhara pessoalmente. Vem em seguida a queda de fortalezas poderosas, como a de Atlit, das cidadelas de Haifa e de Arsuf. Jaffa encontra-se então totalmente isolada ao sul do que fora o reino latino. Depois cai Safed, o magnífico castelo dos templários, onde Baibars massacra a guarnição inteira após prometer-lhe a vida se ela parasse de se defender. Em 1268, os templários são obrigados a ceder igualmente Kulat Esh Shukif, que após a queda de Jaffa permanecera tal como uma ilha na maré crescente dos turcos — e, finalmente, cai a cidade de Antióquia a 20 de maio.

Nessa data de 1268, os dois reinos de Chipre e de Jerusalém encontram-se novamente reunidos numa mesma mão, a de Hugo de Antióquia-Lusignan, que se tornara Hugo III de Chipre no ano anterior.

Por sua vez, o último descendente dos Hohenstaufen, Conradingo, morre executado por Carlos d'Anjou a 29 de outubro; com ele se apagavam os desígnios imperiais sobre o reino de Jerusalém. Hugo III recebeu portanto a coroa, que lhe foi solenemente entregue de acordo com o antigo ritual na Catedral de Tiro no ano seguinte, a 24 de setembro de 1269. Ela revelava-se pesada, mas Hugo era um príncipe sábio e experiente, dotado de um sentido político que, em circunstâncias mais favoráveis, talvez pudesse ter salvo o reino. Seu primeiro cuidado foi apaziguar as querelas que dividiam os senhores e continuavam atizando a concorrência dos mercadores, sobretudo genoveses e venezianos. O senhor de Tiro, Filipe de Montfort, aderira à causa dos genoveses e, por isso, permanecia na defensiva em relação aos cristãos de Acre, onde, desde a Guerra de São Sabas, os genoveses haviam sido excluídos pelos venezianos.

Hugo III soube coordenar uma reconciliação da qual dependia evidentemente a sorte do reino e, ao invés de se opor a Filipe, deu como esposa a seu filho João sua própria irmã, Margarida de Antióquia. Ela era de uma beleza deslumbrante, se acreditarmos no autor da *Gesta dos cipriotas*, o Templário de Tiro, que seria seu pajem quando das núpcias previstas (embora nesses elogios que retornam

sob a pena dos cronistas, nem sempre seja possível distinguir objetividade de convenção literária): “Aquela dama era a dama ou donzela mais bela de além-mar na época, especialmente de rosto — é dizer bem pouco, com certeza, pois eu a via com muita freqüência, como alguém que foi um de seus quatro criados e que a serviram no primeiro ano... E era”, acrescenta, “uma dama muito boa e sábia, generosa em esmolas, e eles se amaram muito, ela e meu senhor, seu esposo.” O casamento de Margarida e de João de Montfort foi celebrado com brilho em Nicósia, na ilha de Chipre, e o próprio rei Hugo III acompanhou-os em seguida até Famagusta, onde embarcaram rumo a Tiro. Na mesma época, ele fazia um acordo com seu novo cunhado para que os venezianos deixassem os mercadores genoveses voltar ao porto de Acre.

Ninguém duvidava então da sentença de morte pronunciada pelo sultão Baibars contra o senhor de Tiro, Filipe. Baibars via nele, e não sem motivos, o único cavaleiro capaz de se impor e de defender o que restava da Síria franca. “Baibars, sultão da Babilônia”, escreve o Templário de Tiro, “sabia que o senhor Filipe de Montfort, senhor de Tiro, era um senhor muito sábio e que nada se fazia entre os cristãos da Síria sem o seu assentimento e ele até sabia que o senhor enviava cartas e mensagens aos reis e senhores da Europa para que viessem de além-mar; por isso, o tal sultão quis matá-lo.” Recorreu aos matadores profissionais de então, os famosos Assassinos, cujo antro os mongóis haviam destruído, mas que subsistiam no Líbano. Dois deles apresentaram-se ao príncipe e pediram batismo. Filipe de Montfort aceitou servir de padrinho a um deles, e o roteiro se desenvolveu um pouco como aquele que, três quartos de século antes, resultara no assassinato de Conrado de Montferrat.

Num domingo, 17 de agosto de 1270, na capela de Tiro onde se encontrava Filipe de Montfort, um dos assassinos apresentou-se para a oferenda e plantou seu punhal no corpo do senhor para se jogar em seguida sobre João de Montfort, ajoelhado para a prece. “O senhor de Montfort saiu de sua capela e caminhava bem com seus próprios pés e gritou então aos sargentos: ‘Ide socorrer meu filho na capela, pois ele está sendo assassinado por um sarraceno.’ E todos correram à capela e mataram o assassino e libertaram o jovem senhor de Tiro que veio ao encontro do pai; e seu pai abriu os olhos e viu-o são e salvo,

então ergueu as mãos para o céu, agradecendo a Deus, sem falar mais nada, e sua alma alçou vôo e ele morreu.” Desse modo desapareceu aquele que poderia enfrentar o sultão e os mamelucos quando Hugo III se encontrava em Chipre.

Ademais, a morte de São Luís em Cartago, a 25 de agosto de 1270, apenas dois meses depois de sua segunda partida para além-mar, aniquilou as esperanças que os cristãos do Oriente Médio poderiam depositar em sua vinda. Ao mesmo tempo fracassava a expedição dos infantes de Aragão. Apenas o rei da Inglaterra, Eduardo I, prosseguiu e cumpriu sua promessa de cruzado desembarcando em Acre. Em 1271, Baibars arrebatava, uma após a outra, três das mais belas fortalezas edificadas na Terra Santa pelos cavaleiros francos: Safita, que pertencia aos templários, o Crac dos Cavaleiros, que pertencia aos hospitaleiros — a fortaleza inexpugnável que teve de se render no momento em que seus ocupantes não dispunham mais de cordas para tirar a água do poço —, e finalmente Akkar, que também pertencia aos cavaleiros do Hospital.

Já o rei da Inglaterra, Eduardo, mandava reerguer as muralhas de Acre, mas, dado o pequeno número de homens que conseguira levar consigo, não podia pretender operações de envergadura. Baibars, de resto, tentou se livrar de um inimigo enérgico empregando mais uma vez um daqueles ismaelianos que, de acordo com um método bem estabelecido, faziam-se passar por sarracenos que desejavam o batismo. O atentado ocorreu a 16 de junho de 1272 numa rua de Acre: Eduardo I conseguiu se defender e escapou. Quando voltou a embarcar, sempre em Acre, a 22 de setembro do mesmo ano, concluíra com o sultão e o rei Hugo III uma paz válida de dez anos.

A estada da expedição inglesa teria outra consequência curiosa. Um de seus membros, chamado pelos cronistas de Edmundo, o Estranho (o estrangeiro), apaixonou-se por Isabel, filha e herdeira do senhor de Beirute, João II de Ibelin. Pouco tempo depois do casamento, Edmundo, o Estranho, doente e sentindo a morte próxima, teve a idéia surpreendente de colocar sua esposa Isabel e sua cidade de Beirute sob a proteção do sultão Baibars! Este iria portanto tornar-se suserano e até regente de uma cidade cristã como Beirute. Isso Hugo III não podia aceitar. Foi a Beirute, fortificou a cidade e levou Isabel

a Chipre. Ora — o fato indica bem o estado de decomposição das forças da Síria franca —, os templários neste caso tomaram o partido de Baibars. Mais uma vez, como haviam feito no tempo de São Luís, os cavaleiros do Templo pretendiam só agir de acordo com a vontade deles e não deixavam passar qualquer oportunidade de manifestar seu espírito de independência. O mameluco devia sentir-se bem à vontade com relação ao reino cristão, cujas fortalezas caíam, uma após a outra, em seu poder.

Quando ele morreu em 1277, aos 50 anos, nenhum de seus filhos, ainda jovens, pôde assumir sua sucessão; um de seus antigos companheiros, o sultão Qalaun, apoderou-se dela. A decomposição do reino cristão entrementes só se precipitara, principalmente com as intrigas do novo mestre do Templo — mais uma vez —, Guilherme de Beaujeu, e de Carlos d'Anjou, o irmão mais novo de São Luís, de quem se tornara aliado e que ambicionava a coroa de Jerusalém. O drama famoso das Vésperas Sicilianas, em que a população de Messina e dos arredores se revolta contra os seus representantes franceses e massacra todos os francos da Sicília, aniquila entrementes em março de 1282 as ambições de Carlos. Hugo III morreu em Chipre dois anos depois, sem jamais ter podido exercer plenamente seus direitos sobre um reino a partir de então abandonado a ele mesmo e destinado à perdição.

Após a morte prematura de seu filho mais velho, João, seu segundo filho, Henrique, rei de Chipre aos 14 anos em 1285, foi chamado no ano seguinte pelos cristãos de Acre para assumir um trono fantasma.

Aquele que a crônica de Leôncio Makhairas chama de “bom rei Henrique” recebe a 15 de agosto de 1286 a coroa de Jerusalém — outrora recusada por Godofredo de Bouillon — na Catedral de Tiro das mãos do arcebispo. Henrique II só tinha 15 anos e era epilético. Nem por isso sua coroa deixou de ocorrer com festas faustosas com torneios e espetáculos, como agradava àquela cavalaria da Síria e de Chipre, cujos gostos frisavam de bom grado a extravagância. “Eles festejaram durante quinze dias num lugar em Acre que se chama o albergue do Hospital de São João, onde havia um palácio bem grande. E foi a festa mais bela de que se teve conhecimento nos

últimos cem anos, com divertimentos e torneios. Imitaram a Távola Redonda e a rainha de Femínia: cavaleiros vestidos como damas lutaram juntos; depois imitaram freiras que estavam com monges e lutaram uns com os outros; e imitaram Lancelote, Tristão e Palamede e muitos outros jogos agradáveis e divertidos.” Ao lermos essas páginas escritas por Geraldo de Montreal¹, pensamos nas festas e disfarces que agradavam à sociedade do Antigo Regime em seus últimos anos, às vésperas da Revolução.

O rei Henrique voltou a Chipre pouco após sua coroação, em novembro de 1286, confiando Acre a Filipe de Ibelin. A situação fora passavelmente envenenada em Trípoli, bastante bem situada do ponto de vista comercial e rica com sua indústria têxtil, após a morte do príncipe Boemundo VII, cuja herança era disputada entre sua mãe, a armênia Sibila, e sua irmã Lúcia. Uma terceira força fora constituída na cidade pelos burgueses e mercadores, no caso uma comuna livre que conseguiu obter o apoio do surpreendente guerreiro que era então o genovês Benedetto Zaccaria. As perturbações e as discórdias resultantes não poderiam deixar de chamar a atenção do sultão Qalaun; o próprio mestre do Templo, Guilherme de Beaujeu, tentara em vão advertir a gente de Trípoli do perigo em que suas querelas os colocava. O resultado seria a entrada dos mamelucos em Trípoli a 27 de abril de 1289 marcada por um massacre terrível, tendo sido a população traspassada pelas espadas; o horror da carnificina sem misericórdia permaneceu por muito tempo nas memórias, a ponto de ainda suscitar, cerca de 200 anos depois, o poema de lamentações citado acima.

A queda de São João de Acre

O cronista árabe Abul Fida descreve-nos o espetáculo: “Depois que os muçulmanos acabaram de matar todos os habitantes e de saquear a cidade, o sultão mandou arrasá-la por inteiro. Perto da

1. Aquele a quem se chama, aliás, incorretamente, de Templário de Tiro.

cidade havia uma ilha separada pelo porto, onde se erguia uma Igreja de São Tomás. Após a tomada de Trípoli, uma multidão enorme de homens e mulheres havia se refugiado na ilha e na igreja. Os muçulmanos precipitaram-se no mar a cavalo e alcançaram a ilha a nado. Todos os homens que se haviam refugiado nela foram mortos, as mulheres e crianças, aprisionadas. Depois do saque da cidade”, acrescenta, “fui de barco até a ilha e encontrei-a coberta de cadáveres putrefatos; era impossível permanecer ali por causa do cheiro.”

Ao mesmo tempo o câ da Pérsia, Argun, propunha em vão ao rei da França e aos outros príncipes da cristandade a ajuda da força mongol. Um de seus enviados, Rabban Çauma, foi até recebido em audiência pelo papa — ou melhor, pelos cardeais reunidos em Roma, já que o papa Honório IV acabara de morrer —, e repetiu a oferta de um apoio aos cristãos por parte dos nestorianos, numerosos entre os mongóis. Da mesma forma, o jovem rei Henrique II de Chipre enviava para a Europa João de Grailly, comandante da guarnição de Acre, para tentar abalar a indiferença generalizada. Os arquivos nacionais em Paris conservam a carta de Argun — um rolo de papel, timbrado com a marca do grande câ, entregue por Rabban Çauma ao rei quando de sua passagem pela França —, mas Filipe, o Belo, estava mais preocupado com as campanhas inúteis em Flandres que ele já vinha preparando do que com os negócios da Sicília ou de Aragão. O Ocidente já estava abandonando a Terra Santa e aqueles que haviam deixado tudo para defendê-la encontravam-se irremediavelmente envolvidos em sua ruína. A única resposta positiva foi dada em julho de 1290 por Otto de Grandson, fidalgo suíço, e seu sobrinho Pedro d'Estavayer, que vieram com alguns cavaleiros participar da defesa de Acre.

Por um momento, teve-se a esperança de salvar o último bastião dos reinos cristãos; após a queda de Trípoli, Henrique II, que voltara a Acre, conseguira obter uma trégua de dez anos do sultão Qalaun, que morreu a 6 de dezembro do mesmo ano de 1290. Embora ameaçado por um complô, seu filho conseguiu manter-se em sua sucessão, e é ele, Al-Ashraf, que iria arrebatá-la à última cidade dos cristãos nas margens da Síria, São João de Acre.

A trégua, aliás, foi rompida da maneira mais lamentável possível pelos próprios cristãos: uma Cruzada de italianos recém-desembarcada na Terra Santa e que, mal preparada e mal dirigida, atacou a população muçulmana dos arredores de Acre. Como conta Geraldo de Montreal: “Um dia aconteceu, por obra do inimigo infernal, que de bom grado inspira más ações à gente boa, de esses cruzados, que haviam vindo para fazer o bem e por sua alma socorrer a cidade de Acre, contribuírem para a sua destruição, pois um dia percorreram o território de Acre e traspassaram com a espada todos os pobres camponeses que traziam seus bens para vender, fermento e outras coisas, que eram sarracenos do território de Acre; mataram assim muitos sírios que usavam barba e seguiam a lei da Grécia e, por causa de sua barba, mataram-nos, pois os confundiram com sarracenos; foi muito malfeito, e foi por isso que Acre foi tomada pelos sarracenos.” Sobressalto de loucura fanática, que fornecia ao sultão um pretexto ideal para romper a trégua.

O resto todos sabem. Henrique II chegou de Chipre com 200 cavaleiros e 500 soldados de infantaria em pleno sítio, a 4 de maio de 1291. Trazia um bom reabastecimento. Sua presença proporcionou coragem aos sitiados. Por sua iniciativa, uma delegação foi ter com o sultão Al-Ashraf. Este acabou prometendo à população que a deixaria sair com todos os seus bens, mas os trabalhos de sítio estavam por demais adiantados e, a seguir, não se teve a oportunidade de se testar o quanto valia a palavra do sultão.

O drama final ocorreria a 28 de maio de 1291, após um sítio de dois meses que assistiu a prodígios de valentia e — finalmente — ao estabelecimento de uma união consagrada, infelizmente tarde demais, entre todos aqueles, ordens militares, barões e cavaleiros, cujas discórdias haviam preparado o desastre final. Desse modo, o mestre do Templo, Guilherme de Beaujeu, morre junto às muralhas ao lado do marechal do Hospital, Mateus de Clermont. As mulheres e as crianças haviam sido embarcadas em navios para serem levadas para Chipre. Ora, no dia seguinte à sua partida, uma tempestade terrível obrigava-as a voltar para Acre. “Sabei que foi um dia horrível”, diz o autor da *Gesta dos cipriotas*, “pois as damas e as burguesas e as donzelas e

gente mais humilde fugiam para o porto para tentar salvar suas vidas, e, quando os sarracenos as encontravam, um pegava a mãe e o outro, a criança e levavam-nas de um lugar para outro e separavam-nas e, se houvesse um sarraceno que estivesse brigando com um outro por uma mulher, ela era assassinada por eles; às vezes a mulher era levada, e a criança jogada no chão e pisoteada pelos cavalos. Algumas mulheres grávidas foram tão empurradas que morreram sufocadas, assim como a criança que elas carregavam.”

O último ato comportaria um derradeiro gesto de cavalaria na fortaleza do Templo. O sultão Al-Ashraf oferecera aos templários uma capitulação honrosa, pois permitir-lhes-ia que se retirassem para Chipre levando os que haviam se refugiado junto a eles. Ora, os mamelucos que haviam penetrado na fortaleza para supervisionar a partida jogaram-se sobre as damas e começaram a violentá-las. Os cavaleiros não conseguiram suportar aquela brutalidade e, para defender suas mulheres, atacaram os mamelucos, enquanto o marechal do Templo mandava fechar as portas e lutar até a morte. Mais uma vez o sultão Al-Ashraf ofereceu-lhe uma capitulação honrosa. O marechal Pedro de Sevry teve a imprudência de acreditar em seu juramento. Foi até o sultão, que mandou decapitá-lo no mesmo instante, assim como a seus companheiros. Os últimos que permaneceram na fortaleza, quase todos anciãos, feridos ou doentes, decidiram fechar novamente as portas e resistir até a morte, mas quando Al-Ashraf lançou o assalto final, a torre minada na base ruiu e, como escreve René Grousset, “o Templo de Jerusalém teve em seus funerais dois mil cadáveres turcos”, enterrados sob os escombros ao mesmo tempo que os últimos defensores de São João de Acre.

Henrique II acabara reembarcando só nos últimos dias, a 18 de maio — ou seja, dez dias antes do fim —, com os homens e as mulheres que haviam então se refugiado na fortaleza do Templo, que tinha acesso direto ao mar. Depois de Acre, Tiro não tardaria a ser tomada, assim como Sidon no mês de julho, enquanto Tartuz cairia no início de agosto. Os sobreviventes dos massacres sucessivos voltaram a se encontrar na ilha de Chipre com o rei Henrique II.

A viagem de Ricold de Monte-Croix

Um dominicano dos arredores de Florença, Ricold de Monte-Croix, contou a viagem que fez por volta de 1286, depois de obter do papa a autorização para pregar a religião cristã na Terra Santa.

Desembarcou em São João de Acre, percorreu a Galiléia e, em Magdala, viu a igreja consagrada a Santa Maria Madalena transformada em estrebaria. Ao voltar em seguida a Acre, fora em peregrinação até Jerusalém, mas não o deixaram entrar na Igreja do Santo Sepulcro. Constatara que a igreja do Monte Sião havia sido transformada em estrebaria e que o Cenáculo se tornara uma mesquita. Em Betânia, a Igreja de São Lázaro, de cujo cartulário dispomos, fora destruída; e podemos imaginar, envolvidos na destruição, os descendentes dos homens, das mulheres e das famílias que evocamos acima graças a esse cartulário. Ao voltar mais uma vez para Jerusalém, finalmente ele conseguiu penetrar na Igreja do Santo Sepulcro — a inaugurada pela rainha Melisenda e que hoje o peregrino visita —, em seguida, após ter seguido a costa até Cesaréia, subira para Acre e dirigiu-se a Trípoli, pouco tempo antes da tomada e da destruição da cidade; mais tarde saberia como o mar foi tingido até o largo com o sangue das vítimas massacradas. Em seguida foi a Tarso, na Cilícia, atravessou Erzerum e alcançou Tauris. Foi ali provavelmente que soube da tomada de Trípoli.

Sua estada em Tauris prolongou-se por cerca de um ano, talvez do final de 1289 ao final de 1290. Em seguida, Ricold dirigiu-se para Mossul e finalmente a Bagdá; ao atravessar o deserto, foi agredido por religiosos a quem chama de “tártaros” que, ao verem seu hábito de monge, moeram-no de pancadas e o despojaram de suas roupas. Por isso, adquiriu o hábito de viajar vestido de condutor de camelos. Por toda a parte viu as igrejas destruídas, os crucifixos ou as imagens de Cristo e da Virgem profanadas; afinal, em Bagdá foi informado da tomada de Acre. Dizia-se então que mais de 30 mil cristãos haviam perecido na derrocada dos últimos dias. Uma religiosa, reduzida à escravidão, contou-lhe como todos os irmãos pregadores de São João de Acre se haviam recusado a fugir; seu convento era perto do mar e, portanto, poderiam ter escapado, mas quiseram permanecer e foram

todos massacrados. Eram cerca de 30. Os frades menores que se haviam refugiado junto a eles também haviam recusado partir e haviam sido igualmente traspassados pelas espadas. Algum tempo depois, Ricold teve a oportunidade de encontrar relíquias preciosas para ele: breviários, ornamentos sagrados, entre os quais um, manchado de sangue, conservava a marca de um golpe de lança, um missal proveniente da pilhagem de Acre etc.

O religioso exprime seu sofrimento e sua indignação nas cartas que dirige “ao Deus vivo e verdadeiro”, ou ainda, “à bem-aventurada Rainha Maria”, ou, enfim, “a toda a Igreja triunfante”. São gritos de dor, quase de desespero, à idéia de tantos sofrimentos e injúrias contra a sua fé cristã, como a cruz que viu no decorrer de sua viagem, arrastada por um cavalo pelas ruas em sinal de irrisão. E volta-se para Deus, com termos próximos da maldição: “E acredito, Senhor, que estamos sofrendo tudo isso devido a nossos erros, mas pergunto a ti que outrora quiseste com boa vontade perdoar toda a cidade de Sodoma se nela encontrasses pelo menos dez justos, não achaste numa tal multidão de cristãos e religiosos esse número de dez juntos nas cidades de Trípoli e de Acre?” Dirigiu-se igualmente à Virgem, não sem virulência: “Ó, Dama, será que agrada mais a teu filho que as monjas e as virgens sejam forçadas a se tornar dançarinas e sejam arrastadas pelo mundo do que cantem a Deus em seus mosteiros e se ocupem com obras espirituais? Agrada-lhe mais que as monjas e as virgens que lhe foram consagradas sejam escravas e concubinas dos sarracenos e gerem para os sarracenos filhos sarracenos, em vez de conservar o voto de virgindade que fizeram?”

E, ainda, quando o dominicano que ele é dirige-se a São Francisco — cujo prestígio é inigualável na Terra Santa² —, entre os membros da Igreja triunfante: “Ó bem-aventurado São Francisco, por quem desde a minha infância e até o momento fui destinado à verdadeira aldeia da pobreza, insisto em gritar para ti e gemo coberto de

2. Lembremos que São Francisco tomara a cruz. Em 1219, quando do sítio de Damietta, ele avançara com um companheiro, frei Illuminato, em *no man's land* que separava os combatentes e pedira para falar com o sultão, que aliás, o recebera e ouvira.

lágrimas; sublevado pelo zelo da fé e da devoção, tu te dirigiste ao sultão da Babilônia (Egito), a quem pediste a prova do fogo com os sarracenos ou mesmo sozinho, de modo a que fosse aniquilada a perfídia de Maomé. Tu o quiseste e não conseguiste; e agora, onde estás tão poderoso na corte celeste, consegues ficar calado quando se erguem gemidos de todas as almas? Quando teus irmãos são mortos porque recusaram renegar sua fé e tanta outra gente no século é obrigada à força e pelos suplícios a chegar à renegação?”

Cartas muito comoventes em que o dominicano, em termos veementes, indigna-se com o martírio de todo um povo. Ele parece particularmente impressionado com o destino reservado aos cativos do Islã, em que a mulher está num estado de submissão completa. Sente piedade ao ver tanto sofrimento: “Vejo anciãos e virgens, crianças pequenas inocentes mirradas, pálidas e débeis, buscando pão e não o conseguem, nem mesmo entre os cristãos; entre eles, muitos preferem ser escravos dos sarracenos do que morrer de fome, a fim de terem pão para comer. Vejo mulheres jovens e velhas chorando ao pé do crucifixo, batendo em seu peito ressequido, a voz entrecortada e fraca, pedindo socorro e esperando que a imagem para a qual se voltam possa ajudá-las, chorando, inconsoláveis, por seus filhos e seus maridos que são escravos dos sarracenos ou foram mortos por eles. A quem recorrem esses infelizes senão para a Mãe de Misericórdia?” E suplica: “Mostra-te, Mãe de Cristo.” Conta finalmente como, de acordo com testemunhos dignos de fé, alguns dos que foram mortos, no momento em que os sarracenos se precipitavam sobre eles, cantavam em voz alta: *Veni Creator Spiritus*. “E era correto, pois se é correto cantar esse hino quando alguém é recebido na ordem dos irmãos pregadores, é muito indicado cantá-lo num momento em que tantos religiosos estavam sendo recebidos nas legiões de anjos.”

CHIPRE, TERRA DE ASILO

Os refugiados amontoavam-se no porto de Limassol em Chipre. Todos os que haviam conseguido escapar à última tragédia da Terra Santa vinham tentar ali uma improvável sobrevivência. Para aquelas pessoas que haviam se confiado ao mar, Chipre era a ilha da última esperança. Qualquer época conheceu mais ou menos esse espetáculo: a chegada de refugiados, multidões lamentáveis, amedrontadas, perdidas, arrastando seus últimos trapos e movidas apenas pelo instinto de sobrevivência. Porém provavelmente nosso século XX mais do que qualquer outro suscitou esses fluxos de população — e precisamente, hoje, nos próprios lugares onde ocorreram os êxodos do final do século XIII, o aeroporto de Larnaca desempenhando para os refugiados de Beirute o papel de então dos portos de Limassol ou de Famagusta.

Conhecemos alguns desses refugiados do século XIII graças aos registros de um tabelião genovês, Lamberto di Sambuceto. Exerceu sua profissão em várias cidades onde seus compatriotas possuíam entrepostos ou *fondacos*. Estava em Caffa em 1289, em Chiavari em 1292. Em 1300 e 1301, ele exerce sua profissão em Famagusta.

Depois de cada viagem sua, leva seus registros a Gênova, hoje conservados nos Arquivos de Estado de sua cidade¹. Desse modo, registra, a 25 de fevereiro de 1300, a declaração de um certo Jorge Balistier de Acre e de sua mulher Dulcete, originária de Nápoles, que fazem um contrato com um outro cidadão de Acre chamado Graciano. Pode-se observar que seu lugar de origem, Acre, permanece ligado aos nomes de refugiados como uma espécie de patronímico, o que é um hábito da época. Graciano empresta a Jorge e à sua mulher uma soma de 85,5 besantes sarracenos e, que eles irão investir nas mercadorias contidas no navio *Regina* na próxima viagem em direção a Marselha. É o empréstimo de grande risco, *ad risicum et fortunam maris et gentium*, “com os riscos e a sorte do mar e das pessoas”: espera-se que as mercadorias ou o dinheiro cheguem intactos e que se possa fazê-los frutificar além-mar. Tais contratos são muito frequentes nos registros dos tabeliões da época. É interessante observar que alguns refugiados de Acre fazem comércio, o que significa que conseguiram conservar alguns bens ou adquirir-los após a fuga da cidade.

Em compensação, alguns atos registrados fazem com que adivinhemos a penúria dos refugiados. Como essa Alice, esposa de Basílio, outrora castelão de Acre, que aluga a um genovês chamado Bento Tártaro os serviços de seu neto Estefanino, cuja mãe talvez tenha encontrado a morte nos massacres da década trágica. A idade do menino não é especificada; provavelmente é muito jovem, pois é designado por um diminutivo. Esse menino será pelos próximos dez anos como criado de Bento, “prestando-te todos os serviços possíveis tanto em tua casa quanto fora dela”. Ela cuidará para que seu neto permaneça o tempo combinado no serviço, e Bento, por sua vez, promete dar-lhe víveres e roupas e não injuriá-lo, nem maltratá-lo. Uma caução de 100 besantes é prevista entre as partes para o caso de um dos dois falhar em seus compromissos. O ato foi concluído diante do casario — digamos: bairro — dos genoveses a 21 de abril de 1300. Muitos outros atos sugerem uma expatriação definitiva: desse modo, um certo Dens de Beirute tornou-se cidadão de Famagusta; quando do

1. Publicados outrora por Röhrich em *Archives de l'Orient latin*, tomo II, pp. 3-120.

casamento de seu filho Mateus com Maria, filha de Isabel e de um cidadão de Messina, ele recebe 100 besantes de prata como dote de sua futura nora e doa-as imediatamente quando das núpcias.

Toma-se conhecimento igualmente das últimas disposições de Isabel de Antióquia, esposa de Sálvio de Antióquia, falecido. Embora doente — e o ato é feito, lê-se, na casa de Famagusta onde ela está de cama, a 3 de agosto de 1300, entre a hora da prima e a hora da terça, ou seja, durante a manhã —, mas em plena consciência e bom senso, ela deseja ser enterrada na Igreja de São Nicolau de Famagusta e para isso lega vinte e cinco besantes de prata para a obra da igreja, assim como diversas somas mais modestas ao capelão, e a seu clérigo seis besantes para as missas, mais dois ao secretário que escreveu seu testamento. Todo o resto do que lhe pertence será vendido, e disso se disporá da melhor maneira possível para o bem de sua alma, estando entendido que os pobres de Cristo serão seus herdeiros. Entre as testemunhas há Marco, da cidade de Acre, Tomás de Trípoli, Josmino de Trípoli e Domenze de Acre. Os executores testamentários são, respectivamente, de Nicósia e de Butron. Manifestamente Isabel conseguiu trazer uma parte de seus bens para o exílio.

Chipre torna-se praça de comércio

Embora só abrigue atos de dezoito meses, esse mesmo registro também testemunha a afluência extraordinária a Chipre, menos de dez anos após a perda da Terra Santa e da destruição de São João de Acre. A partir daquele momento, todo o comércio do Oriente Médio desemboca na ilha, um pouco como hoje esse mesmo território surpreendente, continente emerso do fundo das eras, recolhe toda a atividade que constituía até então a opulência da Síria e do Líbano.

Ali encontramos os grandes comerciantes da época, por exemplo, os Bardi (que logo irão falir, ao mesmo tempo em que os príncipes Eduardo III da Inglaterra e Roberto d'Anjou, seus credores), ou alguns mais modestos que vêm de todos os portos do Mediterrâneo: de Narbonne, ou de Ventimiglia, de Barcelona ou de Tarragona e até de Constantinopla, de Ancona, de Trapani, de Cândia,

um pouco depois de Veneza ou de Pisa, muitas vezes da Sicília ou da Sardenha. Desse modo, alguns catalães fretam seus barcos para os florentinos; outros precisam que sua embarcação de dois mastros está então no porto de Famagusta; ainda há aqueles que planejam um grande périplo com seu navio *São João*, partindo de Famagusta, indo para a Síria rumo a uma região não mencionada — que esperam que ainda esteja sob o domínio de cristãos —, para dirigirem-se em seguida à Sicília, fazer escala em Cagliari na Sardenha e voltar para Trípoli etc. O conjunto dá a impressão de uma circulação extraordinariamente abastecida e ativa; a maioria se contenta em indicar uma soma de besantes em produtos, mas alguns precisam que são merceeiros ou negociam algodão ou produtos salgados; alguns vendem amêndoas, outros — voltaremos a isso adiante —, açúcar.

Os mercadores venezianos não tardam a travar relações ativas com Chipre — embora os genoveses os tenham precedido nessa via. A partir de 1293, ou seja, dois anos após a queda de São João de Acre, eles solicitavam privilégios equivalentes aos que haviam obtido no reino de Jerusalém. Em 1306, eles concluíam um verdadeiro tratado de paz e de comércio sob os auspícios do doge Pedro Gradenigo. Venezianos e genoveses foram isentos dos direitos de alfândega pagos pelos outros comerciantes — pisanos, provençais, catalães, gente de Narbonne, de Ancona, submetidos a um imposto de 2% sobre o valor de sua mercadoria — nos portos de Chipre. Os florentinos, por sua vez, pagavam até 4%, mas sua taxa logo foi reduzida.

Todos levavam a Limassol, a Pafo ou a Famagusta a atividade que anteriormente exerciam em portos como Acre, Beirute ou Jaffa. Para eles, não havia qualquer problema em infringir as proibições de vendas de armas aos egípcios, e até aos mamelucos da Síria, e forneciam-lhes armas ou metais que o papa proibira de negociar com os “sarracenos”. Vêem-se venezianos queixar-se ao doge de Veneza porque três comerciantes da cidade haviam sido pilhados ao estarem indo de Clarentza, na Grécia, em direção a Chipre: ora, sua carga, se comportava tecidos, era constituída sobretudo de couraças, escudos e arbaletas, sobre cujo destino não havia dúvidas...

A intensa atividade econômica que logo se reiniciou não deve simular o fato de que o afluxo de refugiados para Chipre provocou nos

primeiros tempos pânico e miséria. Conta-se que o preço dos aluguéis decuplicou, passando de dez a cem besantes por ano.

O rei Henrique II e sua mãe, a rainha Isabel de Ibelin, esforçaram-se por suavizar o destino dos mais pobres, distribuindo-lhes esmolas e víveres. Vemos também as ordens religiosas adotando medidas em favor dos refugiados; entre outros, o mestre do Hospital isenta em 1300 “os camponeses que vieram se estabelecer na ilha” das rendas que percebiam em proveito próprio e ordena que “fiquem para as crianças e a mulher do plebeu”. As isenções facilitariam a instalação dos pobres na ilha-refúgio. Do mesmo modo, embora em um outro nível, o rei Carlos II de Nápoles, filho de Carlos d’Anjou, libera em 1295 de todos os impostos os carregamentos de grãos — fermento, cevada e outros — que a ordem do Templo importa então para Chipre de suas casas do Ocidente.

Henrique II defendido por sua mãe

Henrique II terá o reinado mais longo dos reis e rainhas que transmitem uns aos outros em Chipre os direitos à coroa de Jerusalém: trinta e nove anos, de 1285 a 1324. Personagem muitas vezes mal julgado pelos historiadores (“um pobre Luís XVI cipriota”, dele dizia Nicolas Jorga), parece ter compensado sua deficiência física — a epilepsia — por uma energia bastante surpreendente. Seu reinado foi marcado por uma luta dramática com seus próprios irmãos, durante a qual sua mãe Isabel tentou desesperadamente apoiá-lo.

O cronista Makhairas contou o episódio com muitos detalhes: “Em 1306, a 26 de abril, Amauri de Lusignan, filho do rei Hugo, príncipe de Tiro e condestável de Jerusalém”, escreve, “foi nomeado governador de Chipre por todos os senhores e serviçais que então ali se encontravam.” Amauri era o irmão caçula de Henrique. Personagem turbulento. Em novembro de 1299, ou seja, oito anos após a perda de São João de Acre, ele tentara reconquistar uma parcela de território e operara sem sucesso um desembarque na costa da Síria na altura de Tartuz. Visivelmente cobiçava o poder do irmão mais velho, cuja doença parecia proporcionar-lhe todas as esperanças. O cronista

menção no entanto que dois dos senhores de seu círculo, que pouco a pouco foram conquistados para a causa de Amauri, recusaram-se a participar do complô: "Eram o senhor Filipe de Ibelin, irmão da rainha, mãe do rei, e o senhor João de Dampierre, primo do rei e sobrinho da rainha, filho de sua irmã...

Durante seis meses, o príncipe de Tiro procurou meios de executar seus projetos malvados sob o pretexto de que o rei sofria de uma doença incurável. Esse príncipe, assim como seu irmão, o condestável (Guido), eram pobres e haviam desperdiçado seu patrimônio. Vendo que o rei era rico, eles conceberam esse projeto com o objetivo de se apoderar de seus bens... Alguns cavaleiros que haviam permanecido fiéis ao rei revelaram-lhe o fato. Porém este, que era bom, não acreditou em suas palavras e disse-lhes: 'Meus irmãos não ousariam pensar em semelhante crime.' Alguns deles, ao ver que o rei não acreditava em suas palavras... foram em segredo encontrar o irmão do rei (o cunhado), o senescal, que, estabelecido em sua aldeia, nada sabia do complô... partiu imediatamente e foi à capital... Foi encontrar com o rei e conversou com a rainha, sua irmã. Como conhecesse bem os desígnios do príncipe de Tiro, seu sobrinho, o senescal, esse bom senhor, esperava que falando com ele poderia fazê-lo renunciar a seus projetos... Mas de nada serviu. Ele voltou então para junto de seu sobrinho, o rei Henrique.

No mesmo dia, terça-feira, 26 de abril, eclodiu o complô... Todos os conjurados foram aos banhos... Mandaram buscar todos os enfeudados, cavaleiros e soldados que estavam em Nicósia e obrigaram-nos a prestar juramento; todos juraram, uns voluntariamente, outros à força... O senescal manteve-se fora de tudo isso; ao saber dos acontecimentos, montou a cavalo e, acompanhado por sua irmã, a rainha, eles foram tentar reconciliar o rei com os senhores. Ao entrar, encontraram todos reunidos... A rainha pediu-lhes que tomassem o partido do rei dizendo: 'O que estais fazendo não vos honra; é um ato vergonhoso e criminoso; estais agindo contra Deus e contra vosso Senhor e, arruinando a ilha dessa maneira, estais encorajando o povo a se revoltar...' A rainha chorou muito, agitava-se muito, mas em vão. Ao ver que estava se desgastando inutilmente para fazê-los mudar de idéia e que o escândalo só aumentava, voltou para junto do rei com o coração cheio de amargura."

Amauri de Tiro passou em seguida à ação e, diante do povo, leu uma proclamação que dizia, em resumo, o seguinte: "Da maneira como o reino está sendo governado, ele está caminhando para sua ruína e, se isso acontecer, os cavaleiros serão obrigados a contribuir com seus bens. Por esse motivo, todos julgaram oportuno nomear o irmão do rei, o príncipe de Tiro, governador..." Henrique II não deixou que o depusessem sem protestar: "Não sou o primeiro rei a cair doente; o imperador de Jerusalém, , sofria de uma doença mais grave que a minha. Ao invés de lhe tirarem a soberania, seus súditos lhe disseram: 'Deus que enviou a doença pode também enviar-lhe a saúde.' Consultai nossos costumes e vereis que jamais em Jerusalém se tomava qualquer decisão sobre os negócios do reino sem antes consultar o imperador (de Bizâncio). Não tendes o direito de me tirar a autoridade... E se algum de vós ousar infringir o juramento que me fizestes, a Deus caberá fazer justiça."

Porém Amauri absolutamente não levaria em conta o nobre protesto. Após ter ele próprio se proclamado governador do reino de Chipre e com ameaças violentas para qualquer um que ousasse protestar, apoderou-se da chancelaria e do tesouro, nomeando alguns de seus fiéis para tomarem conta dela. "Enquanto isso, a rainha, sentada no terraço, rasgava suas roupas e chorava com tanta amargura quanto se seu filho tivesse morrido... Pedia a cada um dos transeuntes para não maltratar o rei se não quisesse incorrer na cólera de Deus... Mas o diabo endurecera o coração deles de tal forma que eles não quiseram voltar a obedecer o rei e não ouviam as palavras da boa rainha." Amauri mandou instalar imediatamente as guarnições em cada uma das fortalezas da ilha, enquanto ordenava venderem em leilão os bens pessoais do rei. Depois, por temer uma rebelião e após ter confinado Henrique II em seu palácio por algum tempo, mandou-o para o exílio na Armênia, em fevereiro de 1310.

A situação iria se reverter brutalmente; o ato de Amauri, e, mais ainda, suas maneiras haviam indisposto os cipriotas e erguido contra ele ódios que provocaram mais um complô. Amauri foi assassinado na retrete por um de seus parentes, o cavaleiro Simão de Montolif, a 5 de junho de 1310; o assassino levou como troféu a mão direita de sua vítima, que mostrou ao povo denunciando a traição que resultara no destronamento do "bom rei Henrique II". Uma delegação de

cavaleiros que havia permanecido leal foi buscar Henrique na Armênia e trouxe-o de volta triunfalmente para Nicósia, onde, acolhido com desvelo pela população, burgueses e cavaleiros, foi restabelecido no trono em setembro de 1310².

As ordens religiosas na tormenta

Esse entreto trágico no reinado de Henrique II teve uma repercussão curiosa na própria cidade de Nicósia. Ali se encontrava um dos principais conventos de mulheres de rito latino, dedicado à Nossa Senhora de Tiro. Havia sido fundado sob o vocábulo de Nossa Senhora de Jerusalém por uma sobrinha do imperador de Constantinopla. Como fora abalado por um violento terremoto, provavelmente nos primeiros anos do século XIV, o rei propusera à abadessa, Beatriz de Picquigny, uma reconstrução completa e destinara uma soma de 10 mil besantes para a obra, quando foi afastado do trono por seu irmão. Nesse mesmo momento, foi designada uma nova abadessa, Margarida de Ibelin. Indignadas pelo tratamento de que Henrique II era vítima, ela e suas religiosas passaram a orar a Deus por sua volta e pela restauração de seu poder. O fato chegou aos ouvidos de Amauri de Tiro, que as acusou de acrescentar imprecações e maldições a ele em suas preces.

Quando da morte do usurpador, contaram à sua viúva que a abadessa e o convento haviam acolhido a notícia com uma alegria desmesurada. É notável observar que, fiel à tradição do direito de asilo que se instituíra nas igrejas e nos mosteiros do Ocidente desde o século VI e que só deveria ser abolido no século XVI, o convento povoara-se com mulheres de cavaleiros que haviam sustentado a

2. A história da deposição de Henrique II deveria inspirar muito depois Filipe de Mezières em algumas páginas muito vivas de sua obra *Le songe du vieil pèlerin* [O sonho do velho peregrino]; após os vários anos passados em Chipre como chanceler do rei, ele a compôs em Paris em sua residência de Beautreillis, em 1389. Na maneira alegórica de sua época, ele coloca a narrativa na boca da rainha Verdade, irmã de Boa Aventura, que, por sua vez, representa a Justiça, e parece satisfeita com os acertos de contas severos entre os dois irmãos.

causa de Amauri e que, conseqüentemente, temiam no momento por seus bens, senão por sua vida.

Um dia, 14 de junho de 1310, do terraço do palácio, um clérigo começou a discursar para a multidão, dizendo que Simão de Montolif, o assassino de Amauri, também se refugiara no Convento de Nossa Senhora de Tiro. Uma população furiosa (de partidários de Amauri) invadiu o mosteiro a um apelo seu, armada de espadas e facas e começou a demolir os móveis, pilhar os locais proferindo contra as monjas as piores ameaças, jurando queimar tudo se não lhes entregassem o assassino. As religiosas fugiram. Na mesma noite, a abadessa foi encontrar o legado do papa para protestar contra as acusações de que ela e suas irmãs eram objeto, afirmando que jamais dera asilo ao assassino do príncipe de Tiro. O legado assumiu-a de imediato sob sua proteção, assim como a todas as monjas, mandou colocar guardas nas portas do convento para garantir a segurança de todos que ali habitavam e tomou as medidas necessárias para acalmar a multidão excitada.

Fato curioso, por várias vezes iria ver-se os conventos de homens e mulheres envolvidos em querelas internas dos Lusignan. Aliás, a época é marcada por profundas mudanças, em primeiro lugar, um questionamento do papel e do lugar da Igreja e das ordens religiosas. O desaparecimento da ordem do Templo é o exemplo mais marcante disso.

Os templários eram censurados por muitas coisas. Imputava-se-lhes até a perda do reino de Jerusalém e, de fato, as rivalidades entre as duas principais ordens militares, templários e hospitaleiros, haviam sido — embora num grau menor do que as rivalidades comerciais — de certa forma a causa da série de desastres ocorridos além-mar. O Templo, contudo, conservava uma parte de seu prestígio e também de sua força, já que seus comandos no Ocidente permaneciam intactos.

A 13 de outubro de 1307 ocorreu o lance teatral da prisão de todos os cavaleiros do Templo, assim como de bom número de seus sargentos, pelos agentes do rei Filipe, o Belo. Pretendendo tornar-se o campeão da cristandade, ele arrasou os infelizes sob acusações tão

difamantes quanto inexatas — depois que passaram pelo crivo da crítica histórica —, mas solidamente baseadas em confissões obtidas sob torturas científicas. Sem retomar aqui as peripécias de um processo cuja iniquidade é evidente e que se arrastou por cinco anos, tendo o papa intervindo apenas para salvar os bens eclesiásticos, a dissolução do Templo foi finalmente pronunciada em 1312. O mestre e um dos preceptores da ordem, Tiago de Molay e Gofredo de Charnay, morreram na fogueira em 1314 clamando sua inocência e a da ordem que representavam. Nem a Igreja, nem o rei da França saíram engrandecidos com isso, o último tendo tentado, de forma bastante evidente, atacar a primeira: é difícil acreditar que menos de meio século separa Filipe, o Belo, daquele que é seu avô, São Luís.

O frio, o dilúvio e a peste

Bem curiosamente, a mudança dos espíritos precede, aliás, em pouco tempo, as grandes mudanças naturais que também ocorrem na época. Todo o Ocidente vai ressentir-se das chuvas contínuas que, em 1315 e 1316 (e também, aliás, em 1317), impedem qualquer trabalho no campo, tanto a lavoura quanto, é claro, a colheita, gerando uma fome terrível que maltratou naqueles dois ou três anos toda a Europa. Tratava-se da conseqüência da descida de geleiras que transformariam a Groenlândia de “terra verde” em terra branca e fariam da Islândia uma espécie de miniplaneta lunar despojado e, a partir de então, sem árvores. Calculou-se que, no conjunto, a temperatura média de nosso hemisfério perdeu cerca de três graus após esse enorme abalo climático.

Mais tarde, em 1330, esse abalo foi sentido em Chipre sob a forma de chuvas torrenciais que inundaram parte da ilha. “Vou vos dizer agora o que aconteceu em nossa ilha... A 10 de novembro de 1330, depois de chuvas torrenciais, o rio Pedieos de Nicósia cresceu tanto e tornou-se tão impetuoso que desenraizou muitas árvores e, ao levá-las para a cidade, atulhou a ponte do Senescal. Depois, transportando-as ao redor da cidade, derrubou grande número de casas e afogou muitos habitantes. Como lembrança da altura das águas, colocaram-se um prego na Igreja de São Jorge dos Potros no lugar onde a

água havia chegado e outro na casa do conde de Trípoli, diante da fortaleza. Essas marcas ainda subsistem... Em 1348, para punir-nos de nossos pecados, Deus enviou uma grande doença que arrebatou a metade dos habitantes. Em 1351, chegaram os gafanhotos e produziram grandes danos. Em 1368, uma outra doença dizimou as crianças e fez grande parte dos habitantes perecer.”

É assim que a crônica de Makhairas enumera as catástrofes sentidas localmente em Chipre nesse século XIV, que foi catastrófico por toda a parte. Foi possível constatar de fato que, em Nicósia, as grandes inundações de 1330 atingiram em alguns quarteirões seis metros de altura. As vítimas foram avaliadas na cidade em três mil pessoas, principalmente nos bairros situadas em zonas baixas. A Catedral de Santa Sofia e o palácio do arcebispo, localizados em elevações, não foram atingidos pelas águas e serviram de refúgio à população quando do desastre. A cidade ficou empobrecida por muito tempo. Além disso, fora vítima em 1303 de um violento terremoto. Os trabalhos da bela Catedral de Santa Sofia de Nicósia atrasaram um pouco. Uma bula do papa Clemente VI em Avignon, em 1347, recomendava à piedade e à generosidade dos fiéis a restauração e o acabamento do magnífico edifício — difícil de ser visitado hoje em dia, pois a igreja encontra-se na parte turca de Nicósia.

Henrique II morre em 1324 aos 53 anos, sem deixar herdeiros. Estranho destino o seu. Desposara Constância de Aragão-Sicília em 1317. Seria impotente sexual? Teria medo de transmitir sua enfermidade? A verdade é que o casamento não foi consumado, e Constância, viúva, é uma rainha virgem.

Aliás, não lhe faltariam pretendentes após a morte do marido, pois foi considerado sucessivamente seu casamento com Onofre de Montfort, senhor de Beirute e condestável de Chipre — que morreu em 1326 —, com o rei de Castela, Afonso XI, com o futuro Eduardo III, rei da Inglaterra — mas ele só tinha 15 anos em 1325 —, com Carlos d’Evreux, irmão da rainha da França. Todos foram afastados por um motivo ou outro e cederam lugar ao rei da Armênia, Leão VII encontrara asilo na Armênia, quando foi afastado do trono.

Uma ilha contudo próspera

Chipre não tardara, após os primeiros tempos movimentados do êxodo, a conhecer um franco desenvolvimento econômico, beneficiando-se, como dissemos, de sua posição no Mediterrâneo e recolhendo a atividade anterior dos portos da costa da Síria e da Palestina.

No século XIV, a região de Larnaca comportava salinas exploradas na ampla planície à beira do mar; o sal constituía um gênero de exportação importante. Oliveiras, limoeiros e laranjeiras abundavam nas colinas; sobretudo a vinha era cultivada por toda parte. Os vinhos de Chipre eram célebres em todo o Ocidente; no romance que se chama *A batalha dos vinhos*, do início do século XIII, o autor estabelece uma hierarquia, copiada de forma divertida da hierarquia eclesiástica, entre os diversos vinhos servidos na corte de Filipe Augusto; e o próprio rei da França chama de “papa” o vinho de Chipre. Sabemos que os estabelecimentos dos hospitaleiros fariam esse recurso perdurar, pois a fama dos vinhos de “*la Commanderie*” [comendadoria] ainda vigora em nossos tempos.

Porém, principalmente a cultura de cana-de-açúcar tornava-se fonte de grandes lucros. O Ocidente, que até o século XII só conhecia o mel e as frutas como sabor açucarado, logo passaria a apreciar o açúcar de cana e todas as preparações que permite em doces e geléias. Até nos registros da Faculdade de Decreto³ da Universidade de Paris, veremos mencionarem, quando das recepções dos mestres, as *confectiones zuchari* que se oferecem a partir de então para a circunstância. Ainda hoje visitam-se em Chipre antigas refinarias de açúcar, perto de Kolossi e sobretudo em Kuklia. Segundo os arqueólogos (entre outros Vassos Karageorghis), desenterraram-se na ilha seis mil e setecentos moinhos e três mil jarras de açúcar. Uma refinaria de açúcar empregava de fato dois a três mil recipientes nos quais o sumo da cana-de-açúcar, esmagado entre prensas de pedra, era fervido em enormes caldeirões de cobre e depois vertido em cones que permitiam

3. Refere-se ao Direito canônico. (N.T.)

que a água evaporasse. Então adquiria a forma de “pão de açúcar” que se conservou até nossos dias; ou, ainda, recolhia-se o açúcar em pó que se cristalizara nas paredes do recipiente. A ilha de Chipre especializou-se na fabricação e exportação desse açúcar em pó, extremamente fino.

O tratado bem conhecido *Pratica della mercatura*, do mercador florentino Balduccio Pegolotti, que representava em Chipre a companhia dos Bardi, mercadores e banqueiros, louva a qualidade do açúcar cipriota. E encontra-se essa menção também nos famosos arquivos do mercador de Prato, Francesco Datini — o que comprova que o açúcar de Chipre era vendido nos mercados ocidentais desde a segunda metade do século XIV. Sua produção alcançaria 500 toneladas por ano no século XV para diminuir em um terço no século seguinte e praticamente cessar no século XVII. Durante a época de grande atividade dessa produção, muitas vezes os soberanos pagavam suas dívidas com o produto, no caso com pães de açúcar ao invés de moeda.

Se acreditarmos na tradição, é também desde essa época que as mulheres em Chipre tiveram a idéia engenhosa de confeccionar as *glyka*, frutas conservadas em xarope, que é ainda tradicional oferecer ao visitante, acompanhadas de um copo de água fresca em moringas que continuam sendo utilizadas nos campos. Conservas que desempenharam na vida das mulheres, principalmente do povo, o papel das rendas e dos bordados entre as outras.

O chamado de longe

Para completar esse breve apanhado sobre o destino do reino de Jerusalém nos anos atormentados que assistiram ao seu naufrágio e ao fracasso de seus vestígios na ilha de Chipre, deve-se notar também, característica da época, a surpreendente curiosidade que se manifesta com relação a esse Extremo Oriente que poderia só inspirar terror, mas que, pelo contrário, exerce uma espécie de atração. O historiador Jean-Paul Roux sublinhou, assim, “o imenso movimento de explora-

ção que se estendeu aproximadamente por cem anos, de 1250 a 1350”⁴. É a época de Marco Polo e também a de exploradores menos conhecidos como Oderico de Pordenone, monge franciscano que por duas vezes foi à China e, quando de sua segunda viagem, de 1318 a 1328, visitou o Tibete: foi o primeiro europeu a penetrar na cidade santa de Lhassa, a ver o Dalai-Lama, que ele compara ao papa: em Pequim — então Khanbalik — vira a primeira cristandade estabelecida na China, com seu arcebispo João de Mont-Corvin.

Retraçando a odisséia de Oderico de Pordenone, Jean-Paul Roux fala de sua emoção quando da descoberta feita pelas escavações arqueológicas efetuadas em Hang-Tcheu em 1951: a de uma pedra tumular mencionando Catarina Vilioni, morta a 2 de junho do ano do Senhor de 1342, em caracteres góticos. Essa Catarina, cuja família é conhecida — os Vilioni são venezianos, e seus nomes aparecem nos arquivos da cidade desde 1163 —, viajava portanto para a China, onde morreu. Seu acompanhante, pai ou marido, mandou construir, então, esse túmulo, ornamentado com uma “Virgem e a Criança” e cenas familiares à iconografia da época, do martírio de Santa Catarina de Alexandria. As mulheres não estão ausentes dessa curiosidade que então viagens e explorações suscitaram.

A mesma curiosidade torna a ser encontrada, dessa feita voltada para outras regiões, num personagem fora do comum do qual trataremos com mais vagar, assim como de sua esposa terrível.

O rei Henrique II foi sucedido por seu primo Hugo IV, que tinha uma filha de sua esposa Alice de Ibelin, Echive, e três filhos: Pedro, o futuro rei Pedro I; João, mais tarde príncipe de Antióquia e condestável de Chipre; e finalmente Tiago, condestável de Jerusalém. Ora, em 1349, seus dois filhos mais velhos, Pedro e João, planejaram uma fuga — tomados pelo desejo de visitar os países do Ocidente, da mesma forma que tantos jovens ocidentais, futuros senhores, monges ou pastores, sonhavam então em partir para o Oriente. Os dois irmãos

— Pedro, o mais velho, devia ter cerca de 20 anos — fizeram seus preparativos de viagem em segredo, confiando seus planos apenas a um cavaleiro chamado João Lombardo. Este solicitou ao rei a permissão para se ausentar e procurou na costa um barco para os jovens príncipes, que conseguiram embarcar e fugir.

“Quando o rei recebeu a notícia da partida de seus dois filhos ficou tão aflito que seria impossível dar uma idéia de sua dor. Escreveu imediatamente aos baillios, criados e guardas, com a ordem de postar por toda parte bons guardas, com a esperança de que seus filhos ainda não tivessem passado. Foi a Famagusta, onde encontrou o pobre João Lombardo... Irritado com ele devido à partida, o rei começou a suspeitar de que talvez tivesse sido ele a aconselhar as crianças a fugirem. Mandou torturá-lo, e o pobre, após ter sido maltratado sem piedade, foi enviado à corte real, ao palácio do condestável. Desesperado por não ter encontrado seus filhos, o rei voltou a Nicósia e mandou aparelharem de imediato duas galeras.” Manda uma delas a Chio e, ao vê-la voltar sem seus filhos, louco de dor, manda cortar uma mão e um pé e depois enforcar João Lombardo. É visível que a época não é favorável ao progresso dos costumes; eles endurecerão na atmosfera impiedosa das guerras que se sucedem e das ambições que se desencadeiam. A própria história de Chipre é fértil em violências que conduzem aos costumes do Renascimento, onde o assassinato se tornará um método de governo.

Entrementes, o rei, cada vez mais desesperado, envia dois de seus fiéis, Antônio e Luís de Norès, em duas galeras a fim de espalhar a notícia por toda a cristandade — em primeiro lugar em Roma, onde o papa ordenou que aquele que encontrasse as crianças as devolvesse ao pai sob pena de excomunhão. “Finalmente as crianças foram encontradas e levaram-nas para Chipre para a alegria geral... Para não deixar essas crianças sem punição, para que servissem de exemplo aos que quisessem fugir, o rei agiu com habilidade. Saiu e, passeando de região em região, chegou a Querínia, onde pôs seus filhos na prisão. Ele ficou muito aflito na porta daquela prisão na qual eles ficaram presos por três dias. A dor que sentiu foi a causa de sua morte”, acrescenta Makhairas.

4. Ver Jean-Paul Roux, *Les explorateurs au Moyen Age*, Fayard, 1985; entre outras, pp. 128-156 sobre Rabban Çauima, João de Mont-Corvin e Oderico de Pordenone, e p. 160.

A TRAGÉDIA DE PEDRO E ELEONORA

Chega o momento em que se ergue em Chipre o espectro da antiga cavalaria: sua caricatura, se o termo pudesse convir a uma realidade tão dramática, pois, no decorrer de um século atormentado, as violências vão suceder-se. É surpreendente assistir dessa maneira ao renascimento do heroísmo, do sentido do ultrapassado que caracterizaram a cavalaria em sua origem e seu desabrochar — porém com fraquezas, lacunas e às vezes uma espécie de puerilidade latente, através das quais já se perfila a imagem de Dom Quixote.

O reinado de Pedro I de Chipre e de sua esposa Eleonora parece resumir as tendências dessa época um tanto louca; em 1375, inaugura-se em Hamburgo o primeiro asilo de alienados. Até então, embora os textos apresentem aqui e ali alguns casos de demência ou de debilidade mental, deve-se admitir que o problema que colocavam não havia se espalhado o suficiente para que se tivesse de pensar em hospitais especializados como para os leprosos, enquanto, no decorrer do século XIV, as desgraças da época desenvolvem todos os tipos de manifestações aberrantes. Lembremo-nos das procissões de flagela-

dores que aparentemente se multiplicavam sobretudo na Alemanha, em Flandres, em Hainaut: penitentes que se entregavam a atos de devoção um tanto mórbidos, flagelações e até mutilações e outros *deliria*; aqui e ali, pronuncia-se o termo “seitas”. A prova disso é a famosa *Dança macabra* de La Chaise-Dieu. Mais tarde aparecerão as associações de penitentes de cogulas — em geral, séculos XVI e XVII — que ainda podem ser vistas quando das procissões da Semana Santa em Sevilha, onde se tornaram atrações para os turistas. Embora os excessos fossem exercidos apenas por um pequeno número de pessoas, a devoção em geral a partir do século XIV assume um aspecto de dor — Cristo torturado, Virgem de piedade —, refletindo as angústias de uma época em que ocorrem as fomes, as guerras e a epidemia de peste que assola pela primeira vez o Ocidente em 1347-1348, com inúmeras reincidências esporádicas em seguida.

Pedro I foi coroado rei de Chipre em Santa Sofia de Nicósia a 24 de novembro de 1358. Em abril de 1360, ele recebia na Catedral de Famagusta o título ao mesmo tempo glorioso e irreal de rei de Jerusalém. Com ele foi coroada sua esposa, “uma bela moça da Catalunha, chamada Eleonora de Aragão”, diz um cronista pouco preocupado com os limites geográficos. Ela era a neta de Tiago II de Aragão; o termo “catalão” espalha-se em sua época com o terror inspirado pela famosa Companhia catalã, espécie de força armada de mercenários, reunidos por um antigo templário (Rogério Blum, que italianizara seu nome para Rogério de Flor); ele se coloca a serviço de vários suseranos, mas impõe sua lei sobretudo no Mediterrâneo.

Já vimos a impulsividade e a sede de empreendimentos distantes do jovem Pedro em ação, para a desgraça do cavaleiro João Lombardo. Pedro terá a partir de então todas as oportunidades para deixá-las exprimir-se. Quanto a Eleonora, ela poderia reivindicar origens “catalãs” de acordo com o sentido dado ao termo, pelo caráter íntegro e fogo que iria demonstrar. É um casal assim, que reunia duas personalidades igualmente apaixonadas, para o melhor e o pior, como veremos, que recebe, quase 200 anos após Folque e Melisenda, a coroa de Jerusalém.



28

O sultão de Iconium (Konieh) é batizado pelo patriarca de Antióquia (28).

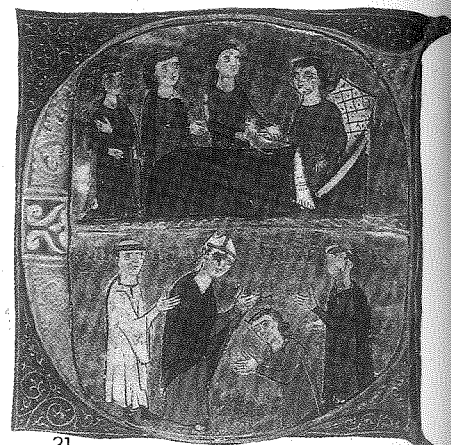
O desastre de Hattin, onde o exército franco foi aniquilado: o miniaturista representou, na confusão, Saladino arrancando das mãos do rei de Jerusalém, Guido de Lusignan, a Verdadeira Cruz que era levada à frente do exército nos combates. Ela desapareceu no decorrer desse dia funesto de 4 de julho de 1187 durante o qual, dizem os cronistas, “o sol ficou escuro” (29).



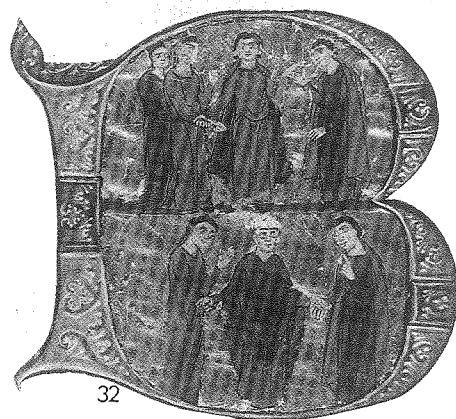
29



30



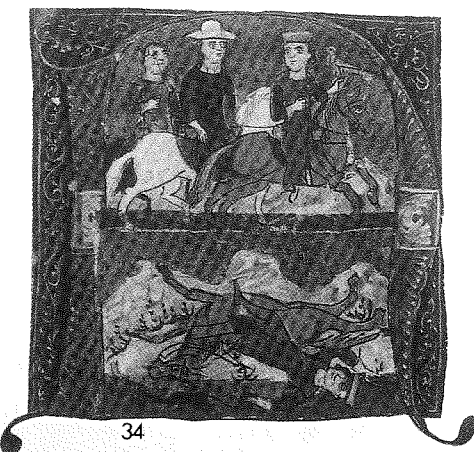
31



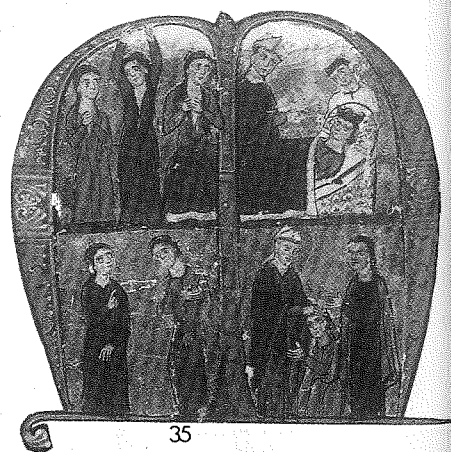
32



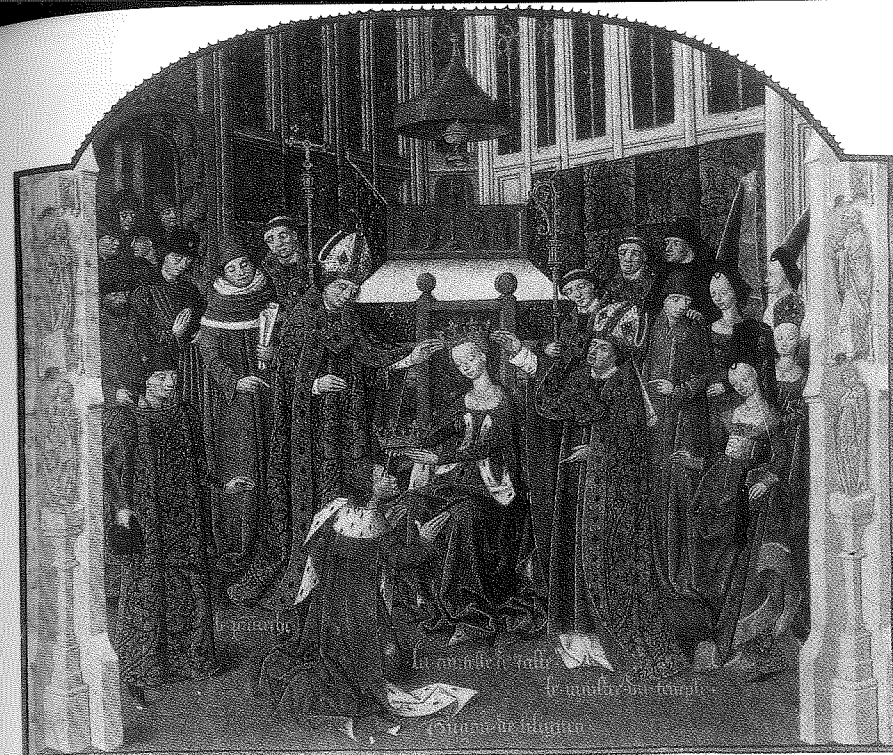
33



34



35



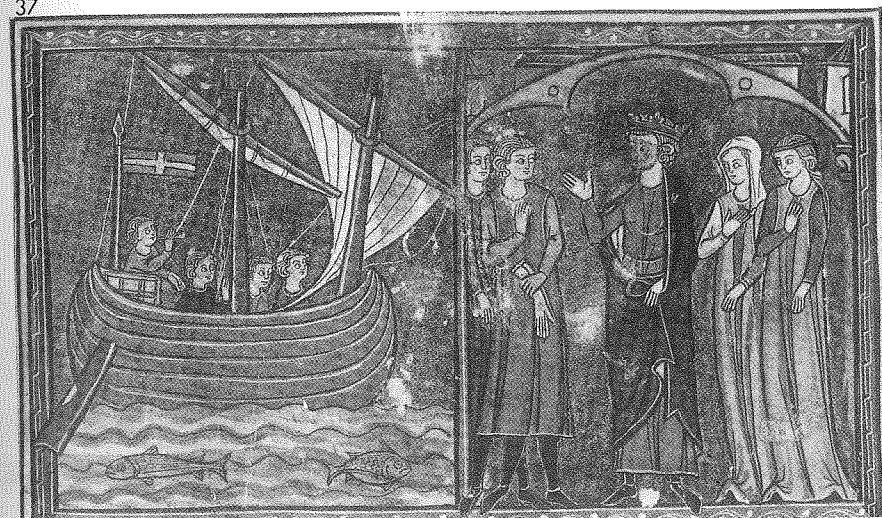
36

Guilherme de Tiro, *História de além-mar*

Na página da esquerda, iniciais historiadas representando: morte de Godofredo de Bouillon e coroamento de Balduino I (30), Morte de Balduino IV e coroamento de Raimundo de Trípoli (31). O casamento de Sibila de Jerusalém e Guido de Lusignan (32). Cecília de Trípoli apelando para seu irmão, o rei Folque, e (em baixo) Hugo do Puiset ferido num jogo de tabuleiro (33). Morte do rei Folque num acidente de caça (34). A morte de Amauri I e a coroação do jovem Balduino IV (35).

A rainha Sibila de Jerusalém coroa seu esposo Guido de Lusignan (manuscrito do século XV) (36). Boemundo de Tarento navega para o Ocidente; o rei da França dá-lhe como esposa sua filha Constância e concede sua outra filha, Cecília, a seu sobrinho Tancredo (37).

37



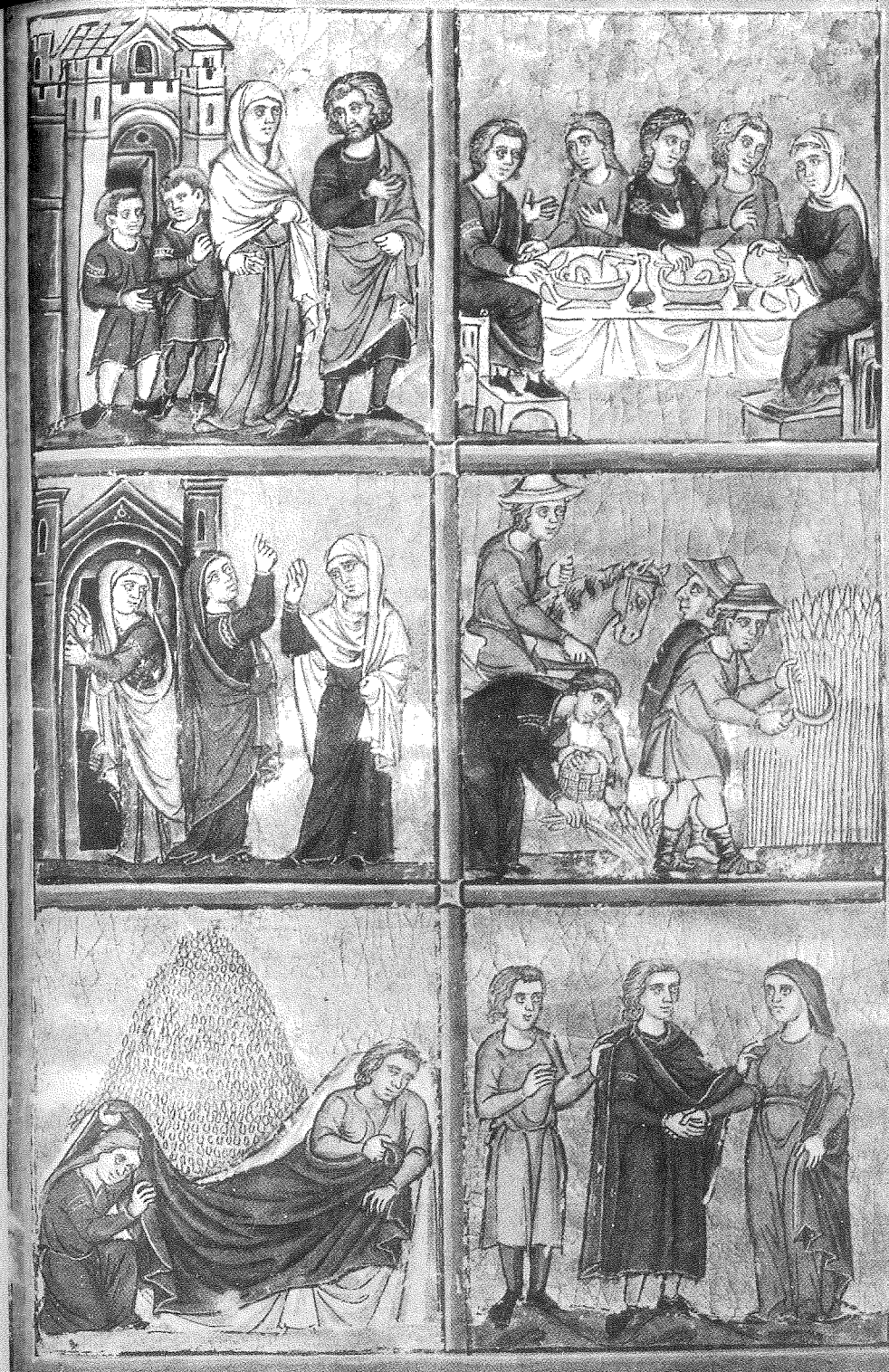


As mulheres no Oriente através das imagens bíblicas

Ilustração tirada do Livro de Jé de uma Bíblia em francês composta e ilustrada em São João de Acre na segunda metade do século XIII, pouco antes da tomada da cidade pelos turcos. Aqui talvez uma reminiscência do famoso terremoto de 1170, que destruiu muitas cidades da Síria (38).

Três episódios do Livro de Judith (39).

O Livro de Ruth. Os personagens usam trajes da época em que a ilustração foi feita, pouco estilizados. Pode-se ver neles contemporâneo(a)s de Margarida de Provença (40).

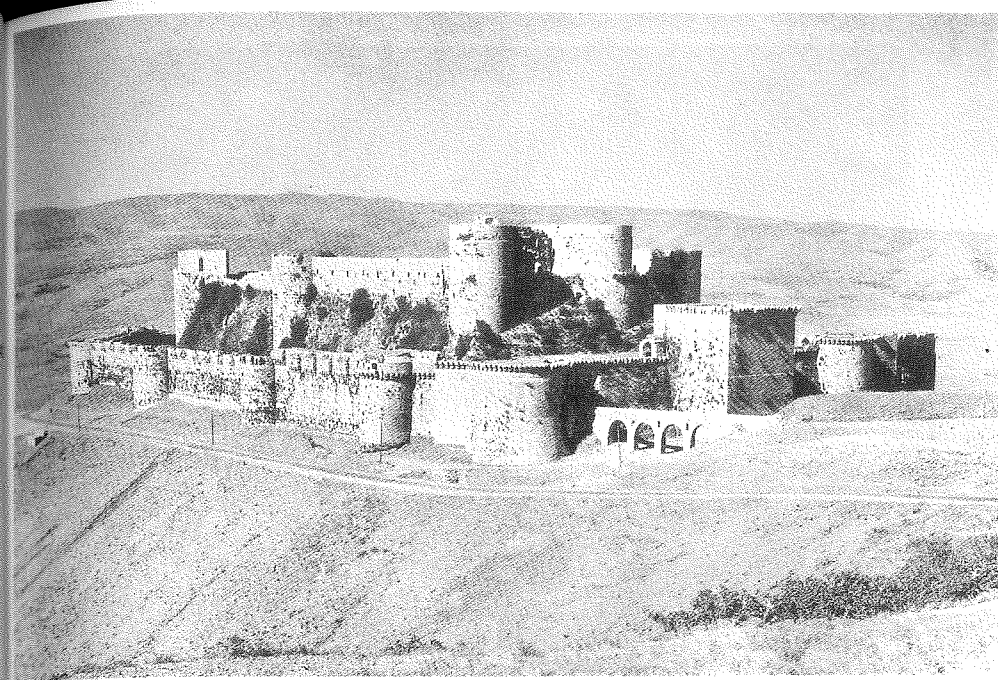




O saltério da rainha Melisenda. A "Ascensão de Cristo", numa glória, cercado de anjos; no meio dos apóstolos que agitam palmas, a Virgem. Melisenda mandou fazer esse saltério entre o início de seu reinado (1131) e a data da morte do rei Folque, seu esposo (1144) (41).

O missal da Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém. Início do cânone da missa. A rainha Melisenda inaugurou a basílica, após ter supervisionado ativamente sua edificação, a 15 de julho de 1149, exatamente 50 anos depois da tomada de Jerusalém pelos cruzados (42).

42

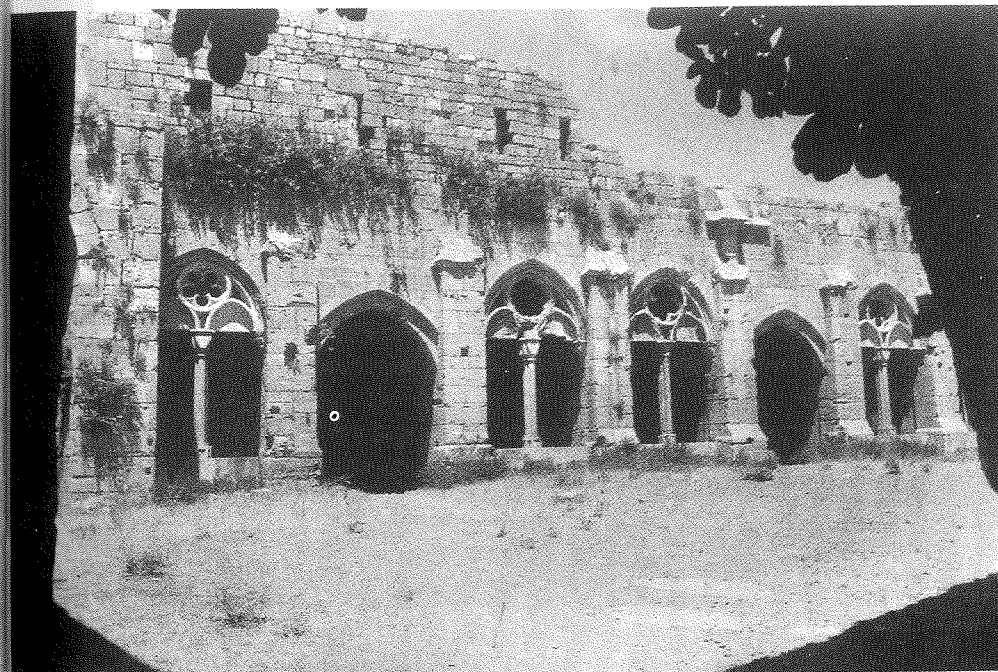


43

O Crac dos Cavaleiros: o mais belo exemplo que subsiste das fortalezas construídas pelos cruzados; foi restaurada notavelmente pelo arqueólogo e erudito Paul Deschamps entre 1927 e 1936 (43).

A galeria interior do Crac dos Cavaleiros, construída em meados do século XIII, entre a sala e o pátio, proporciona um espaço fresco mesmo nos dias mais tórridos; observe-se a elegância das arcadas perfuradas (44).

44





45



46



47

Árabes e mongóis

O príncipe mongol Hulagu pontificando: a seu lado, sua esposa Dokuz-Katun, cristã nestoriana. Manuscrito persa de uma *História dos mongóis*, século XIV (45).

Caravana árabe que evoca as que sulcavam o deserto e levavam a Damasco e a outras cidades da Síria os produtos preciosos do Extremo Oriente. Manuscrito árabe da escola de Bagdá, meados do século XIII (46).

Cenas de canibalismo, que traduzem o terror inspirado pelos mongóis (47).



48

Chipre

Através dessa cerâmica decorada (séculos XIII-XIV) pode-se evocar toda a originalidade das criações cipriotas, tal como são apresentadas hoje no museu de Nicósia (48).

A "serpente de Lusignan": a fada Melusina, transformada em serpente, alça vôo das torres do castelo de Lusignan (49).

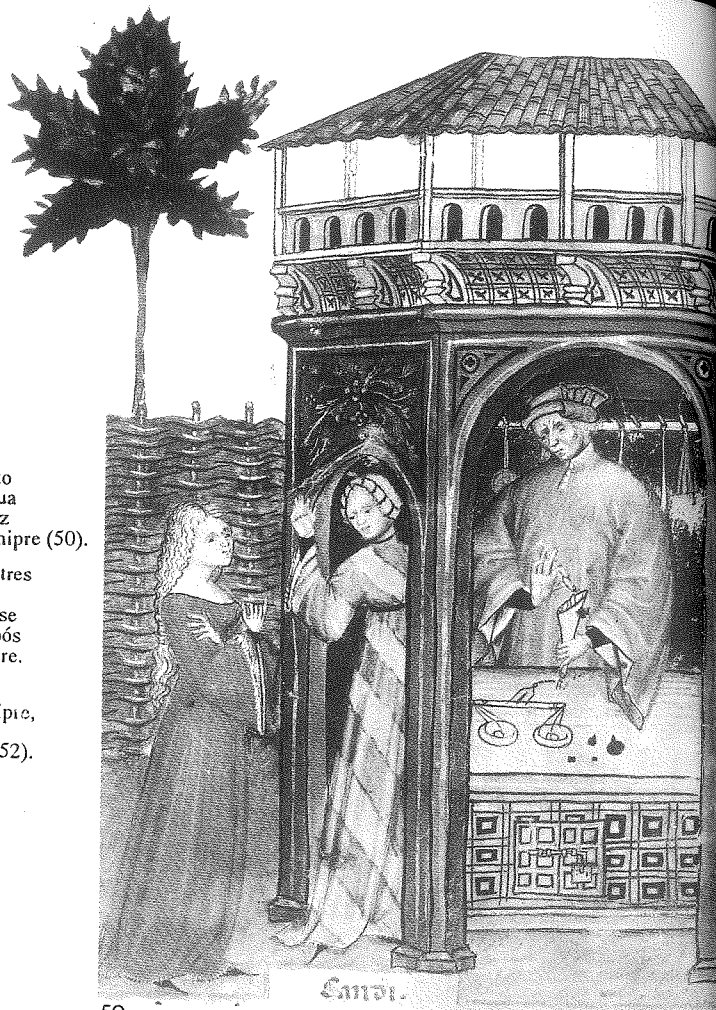


49

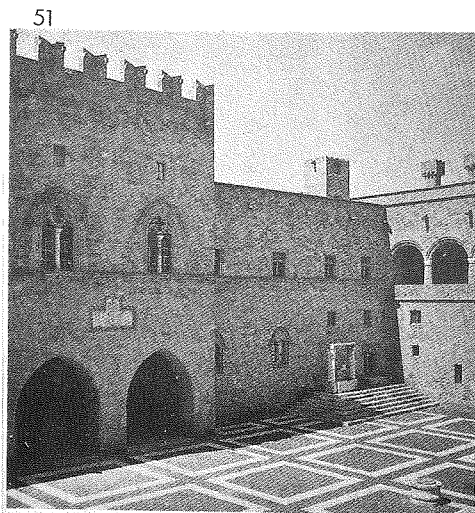
Dois clientes na loja de um comerciante de confeitos à base de açúcar — descoberto pelos cruzados quando de sua primeira expedição e que fez a prosperidade da ilha de Chipre (50).

O palácio dos Grandes-Mestres da Ordem dos Hospitalários (hoje Ordem de Malta) que se transferiram para Rhodes após a tomada de São João de Acre.

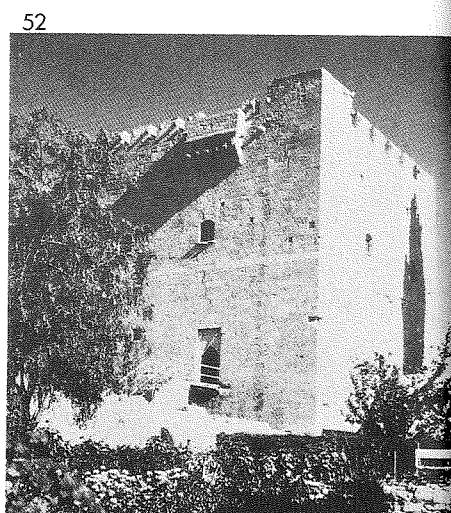
O castelo de Kolossi em Chipre, que data do século XII e foi reconstruído no século XV (52).



50



51



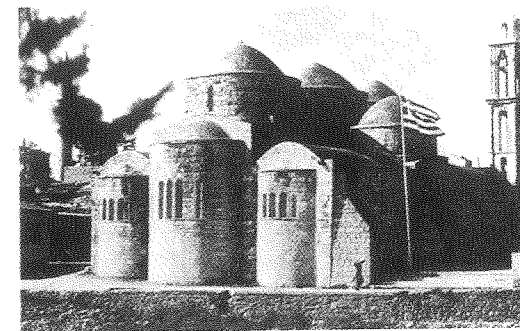
52



53



54



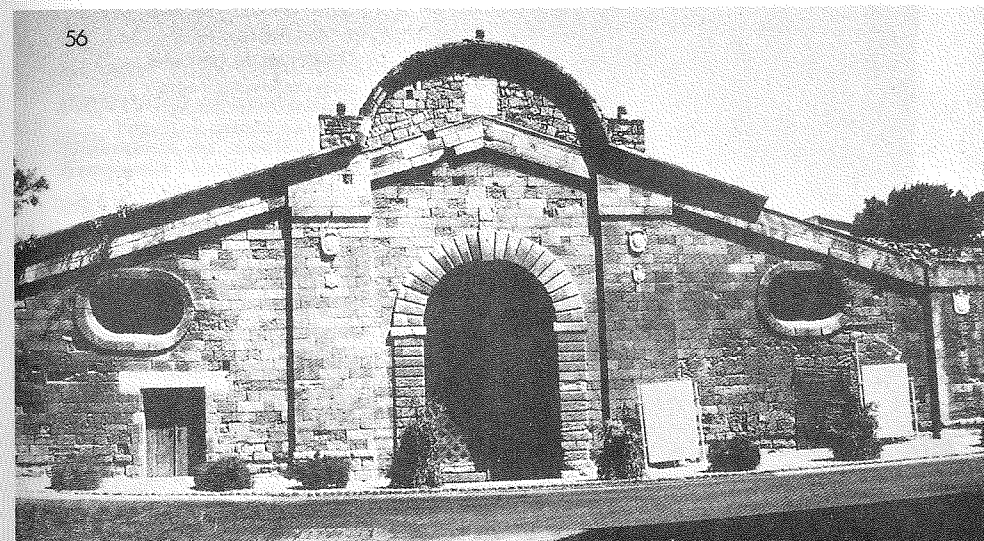
55

Catarina Cornaro, a última rainha de Jerusalém e Chipre, pintada por Ticiano (53).

Um fragmento dos admiráveis afrescos que recobrem as paredes do mosteiro de Aghios Neofitos (54).

A Igreja de São Barnabé e São Hilário em Peristerona, próxima de Nicósia (55).

Nicósia, a porta de Famagusta (56).



56



O retorno do cruzado

Essa comovente pedra tumular do século XII lembra o retorno de Hugo I de Vaudemont, que acompanhara Luís VII e Alienor e desaparecera no decorrer da expedição. Sua esposa, Ana de Lorena, recusara um segundo casamento quando todos o acreditavam morto; ele voltou após 16 anos de ausência. O túmulo que seu filho Geraldo I de Vaudemont mandou construir para eles no priorado de Belval representa o momento em que voltam a se encontrar. Observe-se como o escultor traduziu por ornatos irregulares o estado das roupas daquele que fora prisioneiro por 16 anos.

“Sua camisola vestida...”

A vida de Pedro e de Eleonora começa como uma canção cortesã, prossegue como romance de cavalaria e termina como drama shakespeariano, gerador de toda uma série de desgraças e misérias, da qual a prosperidade da ilha se ressentirá, enquanto a linhagem real de Lusignan permanecerá marcada para sempre. Pedro tem as características de um herói digno de figurar na Távola do rei Arthur, mas também é marcado por uma época em que as promessas de Cruzadas são feitas ao redor de faisões quando de banquetes suntuosos, para demorarem a se realizar e terminarem nos pântanos sangrentos do lago Kopais ou, mais tarde, no implacável desastre de Nicópolis; período de vida intenso e um tanto demente em que as fantasias substituem os feitos outrora inspirados pela fé, enquanto os negócios, que, apesar de tudo, prosperam, justificam todas as traições, inclusive as que se voltarão contra eles.

A coroação dos esposos reais foi seguida por oito dias de festas esplêndidas, bem no espírito da cavalaria do século XIV, durante os quais a cidade inteira de Famagusta comemorou — a ponto de a excitação geral suscitar levantes que tiveram de ser reprimidos com severidade.

Terminadas as festas, Pedro teve a oportunidade de provar sua valentia. Os habitantes gregos e armênios da cidade de Gorighos, na Cilícia, lançaram-lhe um apelo. Ele se dirigiu para lá e tomou a cidade dos turcos, atacando no mesmo impulso o porto de Adalia pertencente ao emir Tekké, em agosto de 1361. Era um local de desembarque importante na costa da Panfília. Enquanto o emir fugia, Pedro designou como guarda do porto e da praça um cavaleiro de seu círculo, Tiago de Norès, e ele voltou a Chipre após ter tomado de passagem algumas pequenas praças da costa. O emir Tekké tentaria reconquistar Adalia através de três assaltos sucessivos sem conseguir.

Sucesso evidente naquelas margens outrora totalmente submetidas ao poder dos turcos. Porém, as ambições de Pedro I chamavam-no para muito mais longe; desejava reconquistar o reino de Jerusalém, cujo título carregava e do qual se sentia herdeiro.

Afinal, nem 70 anos haviam passado desde a perda de São João de Acre. Em Chipre permanecia-se impregnado do ideal representado pelo reino perdido, enquanto a ameaça permanente que os turcos faziam pesar sobre a ilha reavivava a cada dia um conflito cuja lembrança já se esmaecera no Ocidente.

Pedro decidiu portanto reavivar o fogo da Cruzada que já se apagara há um século, depois da passagem de São Luís. A tentativa de Henrique II em 1290, que enviou desesperadamente para a Europa João de Grailly com o intuito de buscar socorro alguns meses antes da queda de Acre, só levava à Terra Santa um punhado de fidalgos suíços após deparar com a indiferença geral, principalmente de Filipe, o Belo. Por isso Pedro decidiu embarcar pessoalmente para abalar o torpor da cristandade medieval.

As despedidas do rei e da rainha devem ter sido comoventes às vésperas de uma viagem que prometia ser longa. Uma característica narrada por Leôncio Makhairas revela-nos a natureza apaixonada do amor de Pedro por Eleonora.

“Sabei que o rei Pedro amava a rainha Eleonora de acordo com os mandamentos divinos. Ao partir para a França, ordenou a seu camareiro que pegasse uma camisola da rainha e a colocasse junto dele quando preparasse sua cama para a noite. Desse modo o rei ficaria abraçado à camisola da rainha enquanto dormia.” Nessa época ainda reina plenamente a lírica cortesã, e não é possível evocar esse fragmento de Makhairas sem pensar no belo poema de Guiot de Provins no qual a mulher amada aguarda a volta do cruzado:

Sua camisola vestida
Enviou-me para abraçar
À noite quando o amor aguilhoa
Coloca-a comigo ao deitar
Apertada à minha carne nua
Para meus males aliviar.

Ardor sensual que decerto não estava ausente da lírica cortesã, mas que em Pedro, assim como em muitos cavaleiros de seu tempo, não implica mais a fidelidade de outrora e acarreta, ao contrário, paixões desordenadas.

Observemos, além disso, que dispomos de uma carta de Pedro I a sua esposa que nada tem de carta de amor, mas dirige-se à “nossa rainha consorte” e trata da maneira de acabar com uma revolta dos cretenses — o que dá a entender que ele considera Eleonora uma rainha de fato, capaz de governar em sua ausência.

A epopéia gloriosa

A 24 de outubro de 1362, Pedro embarcava em Pafo levando com ele seus principais cavaleiros e também, como um tesouro, a camisola de sua esposa. Após uma escala em Rhodes, chegaram a Veneza, onde Pedro passou todo o mês de dezembro. A 2 de janeiro iniciou o vasto périplo que alimentara seus sonhos de adolescente: depois de Pádua e Verona, Milão, onde foi recebido pelos Visconti, em seguida, Pavia e Gênova, onde passou todo o mês de fevereiro de 1363.

Sua intenção era se encontrar com o papa. Ora, na época, o papa residia em Avignon.

Para realizar a santa travessia
Transpôs o alto-mar
E foi à França, a louvada
Mas passou pela Corte de Roma,
Onde foi muito homenageado — foi o auge
Pois o papa em primeiro lugar,
Os cardeais em segundo lugar,
Todo o clero, todos os prelados
E os povos para grande alívio
E para grande alegria o viram
E prestaram-lhe as maiores homenagens;
Mais suavidade, mais louvores

Jamais sentiu um rei estrangeiro
Que viera de tão longe
De um país próximo dos sarracenos.

Os versos são de autoria de Guilherme de Machault, o poeta francês mais famoso da época, fascinado pelo périplo, pela bravura e pelo garbo de Pedro I, que também provocaram o entusiasmo nas populações das regiões por onde passou.

Pedro I passou a Páscoa em Avignon, onde permaneceu por dois meses e onde encontrou o papa e o rei da França, João, o Bom. França e Inglaterra atolavam-se então numa luta fratricida que se acentuaria ainda mais no início do século seguinte e cujas peripécias intermináveis impediam qualquer perspectiva de ação comum no Oriente Médio. Pedro de Chipre deparava com uma espécie de obstinação cega contra qualquer projeto que não fosse imediato: rivalidades em campos fechados entre aqueles príncipes para os quais gostaria de abrir vastas perspectivas.

Teria sido ouvido com maior atenção em Flandres, em Brabant e na Alemanha, onde, segundo Froissart, passou o verão? Em outubro atravessava o canal da Mancha e foi recebido magnificamente na Inglaterra, onde, a 1º de novembro, assistia a um torneio em Londres. Nos arquivos do guarda-roupa real, mencionam-se tecidos entregues a Ricardo de "Kareswell", o alfaiate do rei Eduardo "para recobrir um par de guantes dados ao senhor rei de Chipre para os jogos de lança em Smithfield durante as comemorações de Todos os Santos, assim como para várias capas e trajes em várias circunstâncias". Em todos os lugares por onde passava, Pedro I era recebido dessa maneira e homenageado: sucediam-se danças, torneios e banquetes, cada príncipe ou soberano desdobrando-se em cortesias, provavelmente com as segundas intenções de, dessa maneira, nada ficar devendo ao paladino que vinha lembrar-lhes da existência daquilo que, para a toda a cristandade, fora outrora a "Terra de Promissão" (Terra Prometida).

Em fevereiro de 1364, ele estava de volta à França e, a 7 de maio, assistia na Basílica de Saint-Denis às obséquias do rei João. Pouco tempo depois, assistiu igualmente à sagração de Carlos V em

Reims. Passou o verão seguinte na Alemanha e visitou a Bavária, a Saxônia, a Boêmia, a Polônia e a Áustria, por toda parte cumulado de presentes, aos quais, aliás, retribuía com um fausto bem digno da realeza. Um inventário das jóias de Carlos VI feito cerca de 30 anos depois da passagem de Pedro I, lembra por uma breve menção a liberalidade que lhe era permitida pelas riquezas de Chipre, que se tornara então o centro do comércio de pérolas e pedras preciosas: "Anéis de rubi, latão, ou seja, sete rubis grandes muito pesados cor de violeta do rei de Chipre". Decididamente a família Lusignan adotara o fausto que era então a loucura das dinastias ocidentais.

Pedro tornou a embarcar em Veneza, provavelmente em junho de 1365 e fez escala em Rhodes, onde passou dois meses. Encontrava-se então, depois de conseguir convencer com sua passagem um certo número de príncipes e cavaleiros, à frente de uma frota de 115 naus que carregavam cerca de 10 mil homens: mil cavaleiros, arqueiros e "balistários", a artilharia da época. Quando passou por Rhodes, os cavaleiros, que se assinalavam por sua atividade incessante no Mediterrâneo, haviam armado quatro galeras com 100 combatentes e cavalos.

Munido dessas forças, Pedro surpreenderia todo o mundo conhecido. A 9 de outubro de 1365, sua frota chegava diante de Alexandria: "Ao avistar o exército do rei, os sarracenos entraram em pânico e muitos abandonaram a cidade e fugiram", diz o cronista Makhairas. Em seguida se recuperaram e quiseram contra-atacar, pois achavam que o rei não dispunha de cavalaria, mas "aterrorizaram-se ao ver a cavalaria dos cristãos", que Pedro desembarcou no crepúsculo. Ele fora bem informado por um cavaleiro do Poitou que se tornara seu camareiro, Perceval de Colônia, que estivera preso em Alexandria e conhecia bem a cidade; Perceval soubera dirigi-lo para o que era chamado de velho porto e insistira na necessidade de dispor de uma cavalaria, graças à qual, segundo Guilherme de Machault, que contou com muitos detalhes toda a expedição, a "cidade de Alexandria", poderia ser "destruída, tomada, arder e ser queimada". O acontecimento será em seguida fonte de inspiração para o poeta e cronista Filipe de Mézières.

Nem por isso o ataque a uma cidade tão poderosamente fortificada quanto Alexandria deixava de ser audacioso e difícil. “Mas Deus favoreceu os cristãos com sua graça; ao mesmo tempo em que os soldados montavam a cavalo, as galeras se aproximaram e entraram no velho porto, enquanto o exército de terra marchava contra a cidade. Cinco mil sarracenos tentaram defender as portas, mas os cristãos incendiaram-nas e penetraram na cidade enquanto as galeras entravam no velho porto. Foi assim, que, pela graça de Deus, foi tomada Alexandria, a mais forte de todas as cidades que os sarracenos possuem junto ao mar. Isso aconteceu na sexta-feira, 10 de outubro (1365), às quatro horas.”

Um lance incrível: jamais se conseguira conquistar Alexandria nas Cruzadas precedentes. “A tomada muito alegrou os cristãos que renderam muitas graças a Deus. O legado fez com que se agradecesse a Deus de imediato e celebrou-se a missa em nome da Santa Trindade, orando-se pela alma dos cristãos que tombaram durante a guerra.”

Porém tal lance espetacular não acarretaria resultados mais sérios do que o enriquecimento por pilhagem dos participantes. Observa-se aliás que o rei recusou com nobreza qualquer espécie de butim. No entanto era evidente para todo o seu círculo que a cidade não resistiria ao assalto dos mamelucos, que não poderia tardar. “O rei aconselhou-se junto ao legado e aos cavaleiros, que lhe disseram unanimemente que não tinham mais qualquer interesse em permanecer por mais tempo em Alexandria e preferiam voltar para seus países.” Assim, a frota voltou ao mar e desembarcou em Limassol, “onde todos, o rei, os cavaleiros e os barões, pisaram em terra em meio a uma imensa alegria”. No entanto, a inutilidade da tomada da cidade — abandonada imediatamente — já revela a alteração do espírito cavaleiroso, o feito gratuito ao qual de fato se entregaram Pedro e seus companheiros.

As reações no Ocidente divergiram de acordo com os que receberam a notícia. O papa em Avignon, a própria cidade de Roma “ficaram muito alegres”. Vários senhores, por sua vez, decidiram armar-se; o conde de Savóia, entre outros, preparava-se para partir, e o rei da França informou a Pedro I que ele também montaria uma expedição. A reação da cidade de Veneza foi bem diferente. “Ao

tomar conhecimento da tomada de Alexandria, a república de Veneza ficou muito irritada, pois os venezianos tinham grandes interesses na cidade, visto o lucro que obtinham do comércio com a Síria. Imediatamente enviaram uma embaixada ao sultão para anunciar-lhe que a frota que havia sido dirigida contra Alexandria fora formada sem seu consentimento.” Logo depois que a embaixada foi recebida pelo sultão do Cairo, os seus componentes dirigiram-se depressa a Chipre para tomar conhecimento de que o rei preparava outra expedição, dessa vez contra Beirute. “Ficaram”, conta Makhairas, “extremamente contrariados... Senhor, toma cuidado! Estás nos arruinando, pois toda a nossa fortuna está na Síria!” Não era a primeira vez que Veneza colocava em primeiro lugar seus interesses comerciais. O fato é que “os senhores que desejavam marchar contra a Síria separaram-se e não prosseguiram em seu projeto, em detrimento da cristandade. O conde de Savóia, pronto para partir e atacar os sarracenos, ao ficar sabendo que seria assinada a paz, preferiu dirigir-se à România (o Império Bizantino) para socorrer seu sobrinho, o imperador de Constantinopla”.

O demônio da luxúria

Pedro, que aceitara mal o seu fracasso após a vitória conquistada, não perdia a esperança de arrastar a cristandade à reconquista do reino de Jerusalém. Após alguns assaltos à costa da Síria, a Trípoli, a Tartuz, a Aias na Cilícia, decidiu-se por uma segunda viagem a Europa para tentar novamente convencer os príncipes; isso num momento em que, unidos — em todo caso, em seus interesses comerciais —, venezianos e genoveses multiplicavam suas embaixadas junto aos sultões, principalmente no Egito, para obter uma paz na qual prevaleciam as vantagens econômicas (“Informa-te e saberás que os armazéns estão cheios de mercadorias e que não há ninguém para comprá-las. Onde estão os ducados dos genoveses? Não vês que as rendas de tuas alfândegas diminuíram e que os mercadores não sabem o que fazer?... Etc.”).

Entrementes, Pedro soube que os armênios o haviam designado como rei. Como escreve Guilherme de Machault:

Sua fama que percorre
Todos os países, todos os caminhos
Tanto o exaltou que os armênios
Tomaram-no por senhor eleito.

Os laços estreitos que existiam entre os cristãos do Oriente, romanos ou armênios, assim como o grande renome de Pedro I, explicam essa eleição que ocorreu provavelmente no momento em que ele embarcava pela segunda vez para o Ocidente, com a morte de Livon de Lusignan, rei da Armênia, que, aliás, era o primo de Pedro I. Aparentemente, este nem se preocupou em ser coroado, absorvido que estava com seus preparativos para uma segunda viagem à Europa. Voltaria portanto a embarcar com destino ao Ocidente e a se despedir da esposa. Ao que parece, o amor do casal continuava vivo, pois o rei estava levando novamente a camisola de Eleonora. Entretanto, como veremos, o casamento quase não era considerado um entrave tanto para um quanto para o outro, e a temporada de Pedro em Chipre quase não foi ocupada pelos deveres conjugais.

Retornando ao mar, foi recebido em Roma (onde então se encontrava o papa Urbano V) com as maiores homenagens, assim como em Treviso e Florença. Porém as más notícias não tardariam a chegar até ele. Damos a palavra a Leôncio Makhairas, que narra os acontecimentos.

“Como sabeis”, escreve o excelente cronista, “o demônio da luxúria que atormenta o mundo inteiro, seduziu o bom rei (Pedro), fazendo-o cair em pecado com uma dama nobre, chamada Joana Laleman, viúva do senhor João de Montolif, senhor de Khulu (na região de Pafo), e ele deixou-a grávida de oito meses. Como o rei fora pela segunda vez ao Ocidente, a rainha mandou chamá-la para a corte. Assim que ela chegou diante da rainha, a mesma dirigiu-lhe palavras desonrosas, dizendo-lhe: ‘Péssima cortesã, roubaste meu marido!’ A nobre dama calou-se. A rainha deu uma ordem às suas servas que a jogaram no chão e trouxeram um grande almofariz de mármore que elas colocaram sobre seu ventre e com o qual moeram várias coisas e uma medida de sal para fazê-la abortar. Porém Deus veio ajudá-la, e a criança não saiu de dentro dela. Ao ver que a haviam torturado o dia

inteiro e que a criança continuava no ventre de sua mãe, a rainha ordenou que a pusessem numa casa até o dia seguinte. Ao amanhecer, ela mandou que a trouxessem diante dela, trouxeram um moinho manual, deitaram-na no chão, puseram o moinho sobre o ventre e moeram duas medidas sobre seu ventre; seguravam-na e ela não pariu. Torturaram-na de todas as maneiras, empregando odores, urtigas e outras imundícies ruins — tudo o que fora recomendado pelas feiticeiras e parteiras. A criança persistia em se fortalecer dentro do ventre da mãe. A rainha mandou-a de volta a casa e avisou a todas as parteiras que aquela que recebesse a criança deveria trazê-la à corte sob pena de perder a cabeça.

Quando a criança nasceu, pura, inocente, levaram-na à rainha e ninguém conseguiu saber o que foi feito dela. A rainha malvada deu ordens e trouxeram a infeliz que dera à luz em Querínia e jogaram-na ainda toda ensangüentada numa prisão subterrânea, onde sofreu de todas as maneiras, privada de tudo pelo capitão que executou as ordens malvadas de uma rainha ímpia e malvada.” Uma semana depois, o capitão de Querínia mudou, sendo substituído por Hugo d’Anthiaume, parente de Joana Laleman. Em segredo este tratou de arrumar o fosso subterrâneo onde a infeliz fora jogada. “Deu-lhe lençóis para dormir, tratou-a bem, serviu-lhe comida e bebida. Todos esses fatos chegaram ao Ocidente, aos ouvidos do rei de Chipre através de seus parentes. Informado, o rei escreveu à rainha uma carta bem irritada: ‘Fiquei sabendo das maldades que fizeste à minha muito querida dama Joana Laleman. Por isso anuncio-te que, se, com a ajuda de Deus, eu voltar a Chipre, irei te fazer tanto mal que todos estremecerão. Assim, antes que eu volte, faz todo mal que puderes.’ Logo que a rainha recebeu a carta, ordenou que o capitão de Querínia viesse em segredo para Nicósia com sua mulher e que retirasse Joana do fosso. Ele o fez imediatamente e, assustada, a rainha restitui-lhe todos os seus bens e a sua casa. Mas ordenou que a pobre mulher se retirasse para um convento. Esta foi ao Mosteiro de Santa Clara. Ali permaneceria por um ano e”, acrescenta o cronista, “sua beleza não a abandonou.”

Em seguida Joana Laleman iria tornar-se a heroína de várias canções populares, uma das quais ainda é conhecida em nossos dias no dialeto cipriota: é a *Arodaphnusa* da balada.

O cronista prossegue: “Sabei que o mesmo rei Pedro tinha outra amante, Echive de Shavel Zion, mulher do senhor Grenier, o Pequeno, e, como a dama era casada, a rainha”, observa ele, “nada podia fazer contra ela. Quem me contou isso foi a sogra de Jorge, Maria de Nouzé, o monge grego, falcoeiro do senhor Henrique de Giblest na aldeia de Galata, que conhecia esse senhor e servia-o, e soube disso.

Aos que observarem que o rei tinha tanto amor pela rainha Eleonora que sempre levava sua camisola para dormir em qualquer lugar onde estivesse — ‘Como tinha duas amantes?’ —, eu responderia”, diz Makhairas, “que fazia isso por sua grande luxúria e porque era um homem jovem.”

Essa desculpa dupla parece suficiente para o cronista que não se estende mais sobre o problema. É porque tem de nos relatar uma outra faceta — inversa, poderíamos dizer — da história, que ocorre quando da estada de Pedro na Itália.

A carta com más notícias recebida por Pedro

Aqui, abandonamos por completo o campo da lírica cortesã para abordar o do *vaudeville*, mas de um *vaudeville* que imediatamente se transforma em drama. “Veremos agora”, prossegue ele, “sobre o que aconteceu devido aos pecados da rainha. O diabo da luxúria, mestre de todo o mal, abateu-se sobre o coração do monsenhor João de Morpho, conde de Rochas (João de Morf, conde de Edessa); ele o fez conceber um amor vivo e grande pela rainha. O cavaleiro se desdobrou de tantas maneiras, deu tantos presentes às alcoviteiras para ser bem-sucedido que acabou por obter o que queria: ambos terminaram juntos. Logo a notícia espalhou-se por toda a cidade; não se falava de outra coisa e até os criados conversavam sobre isso. Os irmãos do rei (João, príncipe de Antióquia, e Tiago, condestável de Jerusalém) também ficaram sabendo e ficaram profundamente magoados. Pensaram num meio de fazer esse grande mal passar para que não ocorresse um outro ainda maior, como aconteceu. Entrementes, chegou o senhor João, o Visconde, ao qual o rei, ao partir, dera ordens para cuidar de sua casa. Os senhores começaram a interrogá-lo sobre

o comportamento da senhora rainha e principalmente se era verdade. O bom cavaleiro a princípio disse que não. Acrescentou: ‘Senhores, quem pode dominar a boca do povo que está sempre pronto a falar mal de todos e esconder o bem?’ E ainda: ‘Deus sabe que, quando tomei conhecimento do caso, quase caí desmaiado no chão, pois não sei o que fazer. Meu senhor, o rei, encarregou-me de cuidar de sua honrada casa, a mim, mais do que a seus irmãos.’ Então, eles lhe disseram: ‘Parece-nos que ele deve ser informado por vós mais do que por qualquer outro.’ O bom cavaleiro voltou à sua casa e escreveu uma carta com más notícias ao rei...”

Depois de longos preâmbulos, a “carta com más notícias” dizia: “Maldita hora em que pensei em vos escrever, três vezes maldito seja o dia em que me encarregastes de cuidar de vossa casa”, e acabava por confessar: “Dizem por aqui que o conde de Rochas se apoderou de vosso tesouro, que vossa ovelha se extraviou e que foi encontrada com um bode...” Termina desejando que, à volta do rei, possa ser constatado que se trata de uma mentira e que se descubra aquele que ousou “espalhar semelhante calúnia”. Sua carta é datada de Nicósia, de 13 de dezembro de 1368. Porém aqui, deve-se imaginar que Makhairas se enganou sobre a data, pois, na realidade, Pedro I abandona a Itália a 23 de setembro desse mesmo ano de 1368 para voltar a Chipre.

“Entregaram-lhe a carta; era noite quando lhe trouxeram a triste notícia. Imediatamente ordenou ao camareiro que lhe tirasse a roupa da rainha de entre seus braços. O criado chamava-se João de la Chambre, e ele disse-lhe para não colocar mais a camisola em seu leito. Então suspirou e disse: ‘Anátema a hora e o dia em que me entregaram essa carta; a lua com certeza estava no signo de Capricórnio quando me escreveram.’” A partir daquele momento, a mudança que se operou no rei impressionou todo seu círculo. Ficou mais triste, fechou-se, tornou-se “melancólico”. E isso influencia muito visivelmente seu comportamento e suas decisões.

“Ao ver que nada mais tinha a fazer nos países do Ocidente”, continua Makhairas, “com a segurança da paz com o sultão, o rei despediu-se dos príncipes do Ocidente, subiu em seu navio e voltou a Chipre. Receberam-no de acordo com os costumes reais, festejaram-

no e acolheram-no com alegria durante oito dias.” Alguém, no entanto, mostra-se “muito preocupado com a chegada do rei”: é o senhor João de Morf. Trata de mandar às duas amantes de Pedro, Joana Laleman e Echive de Shavel Zion, “duas peças de escarlata a cada uma e mil aspres (moedas) de Chipre e pediu-lhes que prometessem nada dizer, nem mesmo ao rei, e que, caso elas ouvissem alguém dizê-lo, para contradizê-lo como mentiroso. As damas prometeram fazê-lo e de fato fizeram-no.”

Assim que chega, o rei vai visitar todos os conventos tanto gregos como latinos de Chipre para neles orar e distribuir esmolas, como prometera quando de uma grande tempestade que teve de enfrentar em sua viagem de volta. Em primeiro lugar passou pelo Mosteiro de Santa Clara, para onde Eleonora enviara Joana Laleman. Com a autorização da abadessa, foi até a cela em que a dama se encontrava. “Esta ajoelhou-se e ia beijar a mão do rei quando ele a abraçou com grande afeto. Deu-lhe mil moedas de prata e perguntou-lhe: ‘Quem te mandou abraçar a vida religiosa?’ Ela respondeu: ‘Como sofri tanto no mundo falso, ainda sofro no bom.’ Ele ordenou-lhe que tirasse de imediato o hábito de religiosa e abandonasse o convento, já que ela ali entrara contra sua vontade por ordem da rainha.”

Em seguida interroga suas duas amantes a respeito do mau comportamento da rainha e ambas, de comum acordo, declaram ao rei que a carta que recebeu de João, o Visconde, só poderia ter sido provocada por um desentendimento entre ele e a rainha. “Assim, o rei foi enganado por essas duas damas, pois acreditou que elas estavam dizendo a verdade. Eis como o caso terminou”, declara Makhairas, “como eu o soube da senhora Losé, a ama-de-leite das filhas do senhor Simão de Antióquia, que era uma criada do conde de Rochas. Ela sabia todos os detalhes do caso; era mãe”, acrescenta, “de João, o Cozinheiro.”

Porém o rei não confiaria nas palavras das damas. Como observa o cronista, não era um soberano comum: “Nascido sob a influência do planeta de Leão, tinha um belo corpo e um coração valente, era sábio, prudente, recebera de Deus muitas graças e um aspecto imponente.” Entretanto a traição de que a rainha é acusada, assim como as

desgraças infligidas a uma de suas amantes, pesam a partir de então em seu espírito — com certeza já amargurado pelo insucesso de suas tentativas junto aos príncipes ocidentais, surdos a seus apelos para uma nova expedição. Segundo seu antigo camareiro, Perceval de Colônia, a partir de então, é habitado e perseguido por uma inquietude: teria visto a “serpente de Lusignan” aparecer — em outras palavras, a fada Melusina, da qual se dizia na região do Poitou que ela continuava a assombrar os cumes do castelo de Vouvent e aparecia aos senhores da linhagem pouco antes da morte dos mesmos.

O “encanto” de Melusina, a mulher que o esposo encontra transformada em serpente, tem um sentido ambíguo que faz ver nela tanto uma feiticeira quanto uma fada, e sua obsessão teria sido nefasta ao espírito de Pedro I, oprimido por dissabores políticos¹ e conjugais.

A verdade é que a conduta do rei quando voltou apresentava motivos legítimos para inquietar os seus. Makhairas mostra-o reunindo seu conselho e seus barões, expondo-lhes seus infortúnios conjugais e eles, perplexos, discutindo em seguida o perigo que seria descontentar nesse caso a “grande família dos catalães” da qual a rainha provinha. Finalmente, a cólera do rei recairia sobre João, o Visconde, que foi enviado preso ao castelo de Buffavent, onde o teriam deixado morrer de fome.

O comportamento do rei piora cada vez mais. “Desonrou todas as pequenas e grandes damas de Nicósia.” Isso lhe atrai ódios de todos os lados, que o menor pretexto faz explodir. Ele mandara construir em Nicósia uma torre onde havia uma prisão e mandou rodeá-la de redutos fortes com fossos. Era chamada de torre Margarida. Os cavaleiros de seu círculo suspeitavam que ele quisesse mandar prendê-los ali, começando por João e seu irmão Tiago. Espalhou-se um boato de que, sob o pretexto de um banquete que seria dado, todos os que

1. O historiador Jean Richard, a quem se deve a publicação de muitos documentos que permitiram o aprofundamento da história da ilha de Chipre, desenvolveu num artigo muito preciso sobre *A revolução de 1369 no reino de Chipre* o lado secreto e tenebroso do complô no qual pereceria o rei Pedro I (Bibliothèque de l'École des Chartes, CX, 1952, pp. 108-123).

aceitassem o convite seriam presos. E conta-se que seu confessor, Tiago de São Domingos, a par do projeto, fê-lo fracassar.

Os atos de demência iriam suceder-se. Um dia vê seu filho, o “Pedrinho” dos cronistas, em prantos. A criança notara dois galgos magníficos da Turquia, do senhor de Meniko, Henrique de Gibleto. O último, porém, era muito afeiçoado a eles e recusou cedê-los. Furioso com a recusa, Pedro enviou Henrique a Pafo, enquanto obrigava seu filho Tiago a trabalhar nos fossos da torre Margarida, acorrentado. Quanto à sua filha, viúva e que, amedrontada com a atitude do rei, fugira para o Convento de Tartuz, ele mandou buscá-la, apoderou-se dela e fez com que a torturassem. Aliás, ela desposaria o homem que o rei enviara para trazê-la de Tartuz, o senhor João de Neuville.

Todos os irmãos do rei censuraram-lhe por sua conduta: “Agiste ilegalmente comportando-te assim com teus enfeudados, sem submeter a querela à tua corte soberana para que ela a ouvisse e julgasse.” Pedro ficou mais furioso ainda e injuriou-os. Quanto à orgulhosa Eleonora, as infidelidades múltiplas ao rei só conseguiram aumentar sua raiva.

“Desde então”, conta Makhairas, “começou a brotar a árvore do ódio.” Os cavaleiros da corte iriam reunir-se e dirigir-se aos dois irmãos do rei. “Desde o seu retorno do Ocidente, (o rei) tornou-se tão soberbo (orgulhoso) que traiu seus juramentos devido ao ódio que alimenta contra nós.” Em vão um de seus próximos, o almirante João de Monstri, tentou fazer o rei ponderar e depois acalmar os barões que haviam ido à Igreja de São Jorge dos Potros, onde tramavam nada menos do que a morte de Pedro I. Após uma noite de lengalengas, vendo que os dois irmãos de Pedro, João e Tiago, aderiam à sua revolta, “os cavaleiros... tornaram-se audaciosos e, consultando-se uns aos outros, disseram: ‘Senhor, é verdade que havíamos dito aos irmãos do rei que detivessem este último até que ele promettesse nos tratar adequadamente, mas, quando lhe devolvermos a liberdade, ele nos fará morrer a todos. Antes de ser coroado, jurou essa fé, e, após o juramento, recebeu a coroa. Porém todos esses juramentos estão esquecidos, já que ele age contra os juízes e Deus. Quem, no futuro, confiará em seus juramentos e promessas?’”. A partir daquele momento, a conjuração toma forma. “À meia-noite, eles forçaram os

irmãos do rei a preparar seus cavalos e a mandar libertar os cavaleiros prisioneiros, rompendo os ferros que tinham nos pés. Foi assim que o senhor Tiago de Gibleto e Maria de Gibleto saíram da prisão.”

Ora, enquanto isso, só aumentavam os sinais de demência do rei. “Ele começou a jantar num estado de grande irritação: era terça-feira, 16 de janeiro de 1369, véspera do dia de Santo Antônio. Naquele dia observara o jejum... Depois de alguns pratos, serviram-lhe aspargos. Seu criado pediu azeite para temperá-los, mas haviam esquecido de comprá-lo, e as lojas já estavam fechadas porque era tarde. O rei esperava que lhe servissem o prato. Como demorassem, ele gritou: ‘Ora, pelo amor de Deus, trouxe os aspargos de uma vez!’ Seu criado disse-lhe: ‘Senhor, não temos azeite, e os comerciantes já fecharam suas lojas. Esqueceram-se de trazê-lo. Dignai perdoá-los.’ O rei zangou-se e disse: ‘Foi o baillio de minha corte que fez isso para me atormentar.’ Imediatamente mandou aprisioná-lo, ameaçando decapitá-lo ao amanhecer do dia seguinte.” Tratava-se do despenseiro do rei, João Gorap. Makhairas conta essa história mais de uma vez.

“Quem são esses homens que acabam de entrar?”

De madrugada, os acontecimentos precipitaram-se. “Na quarta-feira, 17 de janeiro de 1369, logo cedo, todos os cavaleiros acompanhados pelo príncipe (João de Lusignan) e por seu irmão (Tiago) chegaram à casa real e, desmontando diante da escadaria, subiram e dirigiram-se para os apartamentos reais com os prisioneiros que haviam libertado. Então o príncipe bateu à porta com precaução. O oficial de serviço abriu a porta e, acompanhando os irmãos do rei, todos entraram ao mesmo tempo. Ao ouvir o barulho, o rei levantou-se da cama e exclamou: ‘Quem são esses homens que acabam de entrar?’ A senhora Echive de Shavel Zion, que estava deitada com ele, disse: ‘Só podem ser seus irmãos.’ A nobre dama levantou-se, vestiu-se e, ao sair do cômodo, desceu ao lugar onde se encontravam as selas para os torneios. Fechou a porta do alçapão.” Provavelmente aqui a narrativa designa uma saída secreta: a porta do alçapão em questão podia abrir-se para uma escada que conduzia a um quarto de

despejo onde estavam os acessórios de equitação e que servia para as indas e vindas da amante do rei.

“Ao ver que a senhora de Shavel Zion havia deixado o rei, o príncipe (João) entrou no quarto e cumprimentou-o... ‘Bom dia, senhor.’ O rei respondeu-lhe: ‘Bom dia, meu bom irmão.’ O príncipe disse: ‘Cansamo-nos demais durante a noite para conseguirmos escrever nossa opinião. Estamos trazendo-a conosco para que a vejas.’ O rei estava praticamente nu, só de camisa e tinha vergonha de se vestir diante de seu irmão. Então disse-lhe: ‘Meu irmão, afasta-te um pouco para que eu me vista e possa examinar vosso escrito.’ O príncipe retirou-se... O rei começou a se vestir e, depois de enfiar o braço numa manga de seu traje, virou o rosto para enfiar a outra; viu os cavaleiros em seu quarto e insultou-os: ‘Covardes e perjuros, o que estais fazendo no meu quarto a essa hora?’ Os cavaleiros eram três: o senhor Filipe de Ibelin, senhor de Arsuf, o senhor Henrique de Giblest e o senhor Tiago de Gaurelle. Imediatamente desembainham suas espadas e cada um dá três ou quatro estocadas no rei. O rei começa a gritar: ‘Socorro, misericórdia!’ Acorre então o senhor João Gorap, o bailio da corte, e, ao encontrá-lo desmaiado, corta-lhe a cabeça dizendo: ‘Querias mandar decapitar-me hoje, muito bem! Sou eu que te corto a cabeça, e tua ameaça recai sobre ti.’” Cena selvagem, por maiores que fossem os erros de Pedro, e sem precedentes, pois em vão se procura o exemplo de um regicídio nos anais do Ocidente na época feudal²: este nos faz sentir a aproximação do século XVI quando, como se sabe, todos os líderes, reis ou senhores, como os Guise, morreram assassinados, quando se multiplicaram os assassinatos individuais ou coletivos.

Por isso o Ocidente tomará conhecimento com estupor do atentado do qual foi vítima o rei-cavaleiro. “Imediatamente”, escreve Makhairas, “a trombeta ressoou à porta do palácio e gritou-se: ‘Senhores! Deus executou sua vontade sobre o senhor rei!’ A grande

2. O regicídio mais antigo que conhecemos é provavelmente o do rei da Inglaterra, Eduardo II, cometido em 1327, por instigação de sua esposa Isabel, filha de Filipe, o Belo, aquela a quem os ingleses chamavam de “loba da França”.

bandeira real foi hasteada junto ao rio (a cena ocorre em Nicósia, banhada pelo rio Pedieos) e avisou-se ao povo que ninguém deveria fazer barulho sob pena de decapitação. Depois o rei Pedro, filho do rei Pedro, tomou posse de seus direitos sobre o reino, e todos prestaram juramento ao novo rei. O povo lamentou muito o rei morto e gritou três vezes: ‘Viva o rei Pedro!’.” O cronista nada diz da atitude de Eleonora e de suas reações. É manifesto porém que ela encorajou ou pelo menos deixou o assassinato ocorrer por um desejo de vingança exacerbado contra o marido.

E a história prossegue, ainda em tom trágico, com a de João de Monstri, o almirante que tentara salvar o rei. Ele era amante da mulher de Filipe de Ibelin e talvez a rivalidade entre os dois homens tenha tido uma certa importância na ocasião. A verdade é que Filipe de Ibelin exigiu justiça contra ele “e, como pedisse que o culpado fosse condenado à morte, o príncipe (João de Lusignan) e a rainha (Eleonora de Aragão) mandaram prender o almirante em Querínia... Este estava encerrado numa torre. Ele tirou duas barras de ferro e, pendurando-se numa corda, saiu da torre; embarcando num barco de pesca, içou velas e foi ao golfo de Adalia. Quando o guarda da torre veio lhe trazer comida, não o encontrou. Anunciou imediatamente a evasão ao capitão de Querínia. Este armou uma nau... que partiu e descobriu o fugitivo no mar. Ao ver que estava sendo perseguido por uma nau, o almirante desembarcou e, tendo o medo feito com que apressasse o passo, escalou uma montanha, esgotado de cansaço, e jogou-se sob uma árvore para recuperar o fôlego, mas ali expirou... O almirante encontrado morto foi enterrado pelos cristãos que estavam ali na Igreja de Santa Marina, perto de Adalia”.

Evasão romanesca, bem na linha da história de um Pedro I. Entretanto seu filho, Pedro II, seria coroado em Nicósia como rei de Chipre dois anos após a morte de seu pai, a 12 de janeiro de 1371, e como rei de Jerusalém em Famagusta, a 12 de outubro de 1372.

A lenda do rei-cavaleiro

Raramente um rei foi tão aclamado e celebrado no Ocidente como Pedro I³ de Chipre.

O nobre rei de Chipre, o ousado conquistador,
O melhor rei que foi além conversando
Há mais de quinhentos anos.

(Cuvelier, na *Crônica de Du Guesclin*)

Foi louvado por Petrarca, que, no entanto, não gostava nem dos cipriotas, nem dos franceses. E Guilherme de Machault termina a narrativa de seus feitos e de sua morte por uma espécie de lamento:

O bom rei está morto, é uma pena,
Chorai, nobres e vassalos,
Chorai, crianças, chorai, virgens,
Chorai, damas e donzelas,
Chorai igualmente toda a gente de armas
Chorai sua morte em prantos
Chorai a fé em Jesus Cristo
Pois não encontro em qualquer escrito
Desde os tempos de Godofredo
De Bouillon que aterrorizou tanto
Os sarracenos, qualquer homem nascido
Que os maltratou tanto,
Nem foi um inimigo seu tão grande;
Pois de Chipre até o Cairo,
Ele os fazia tremer e estremecer.

3. Assinalemos que, em nossos dias (1985), uma espada que aparentemente pertenceu ao rei Pedro I de Chipre, com uma inscrição que a data de 1367, foi vendida em Londres pela Sotheby's. Com o preço inicial de 15 mil libras, ela foi adquirida por 45 mil libras.

E Froissart lhe faz eco: "E se o nobre rei de Chipre, Pedro de Lusignan, que foi um homem tão valente e que dominava tanto, tivesse vivido por mais tempo, teria dado tanto o que fazer ao sultão e aos turcos que, desde o tempo de Godofredo de Bouillon, não teriam tanto a fazer como tiveram."

Poderíamos citar ainda muitos textos. Sua morte dramática impressionou tanto seus contemporâneos quanto seus feitos e sua fama de valentia.

Mais perto de nós, no século XIX, Gérard de Nerval celebrará Pedro I de Chipre e a família dos Lusignan em seu mais famoso poema, *El Desdichado*:

Sou amor ou Febo? Lusignan ou Biron?
Meu rosto ainda está vermelho do beijo da rainha;
Sonhei na gruta onde a sereia nada...

E duas vezes vencedor atravessei o Aqueronte:
Modulando alternadamente na lira de Orfeu
Os suspiros da Santa e os gritos da Fada.

A fada da qual Nerval fala é com certeza aquela Melusina cuja lenda está ligada à história dos Lusignan. E a comparação entre Pedro de Lusignan e "Biron" (lord Byron na ortografia de hoje) é interessante: dois heróis nos quais se encarna a defesa dos limites orientais do Ocidente, de nossa fronteira cultural de certo modo, e também dois heróis igualmente cavaleirosos, apaixonados e grandes sedutores.

Pedro I reescrevera algumas páginas gloriosas de uma epopéia que marcara com vivacidade a história e impressionara os espíritos. Depois dele, o recuo da cristandade no Oriente Médio, o avanço belicoso dos turcos e a ascensão da violência voltarão: a ilha de Chipre será muito atingida pelo choque, enquanto o título de rei de Jerusalém, tão surpreendentemente transmitido pela linhagem do Poitou dos Lusignan, irá se tornar cada vez mais irrisório.

Os punhais escondidos sob os gibões

As conseqüências imediatas da morte de Pedro não serão menos dramáticas do que seu próprio assassinato. Serão caracterizadas pelas lancinantes rivalidades comerciais, assim como pela atitude cega e violenta de Eleonora. Um incidente muito significativo já ocorre quando da coroação de Pedro II, filho de Pedro I, na Igreja São Nicolau de Famagusta. O cronista Makhairas, testemunha ocular e observador atento da época, contou-nos:

“Quando o rei saiu da igreja e chegou ao patamar para montar, os venezianos precipitaram-se e pegaram a rédea direita do cavalo. Os genoveses pretendiam a honra de segurar a rédea, de acordo com o privilégio que haviam obtido, ou seja, de que quando o rei montasse, os genoveses ficariam à sua direita e os venezianos à esquerda. Uma nau veneziana encontrava-se então no porto. Como estes fossem mais numerosos, não temeram tentar a luta, e seguiu-se um grande tumulto...

Temendo algum problema da parte dos venezianos, o podestade (genovês) recomendara que todos os genoveses carregassem armas leves sob suas vestes... Quando eles se sentaram à mesa para comer, foi dada a ordem de colocar a mesa dos genoveses à direita e a dos venezianos à esquerda. Enquanto as duas comunas (a gente das duas comunas) comiam, ameaçavam-se reciprocamente rangendo os dentes. Enquanto estavam à mesa, os genoveses armados mantinham os olhos constantemente fixos nos venezianos. Quando saíram da mesa, o rei foi vestir seus trajes de cerimônia para abrir o baile. Durante a ausência do rei, os genoveses e os venezianos insultaram-se. Imediatamente três negociantes genoveses... desembainharam suas espadas e caíram sobre os venezianos. Alguns dos últimos também empunharam a espada para se defender. Ao ouvir o barulho, os genoveses armados que se encontravam fora da corte invadiram o palácio...

O tumulto tornara-se considerável. O povo de Famagusta foi destruir o reduto dos genoveses. Muitos foram mortos, outros feridos, uma parte salvou-se. O populacho de Famagusta embriagado de vinho... invadira o reduto e quebrara o cofre; alguns entravam nas lojas e nas casas e pilhavam-nas; de imediato o príncipe enviou João

de Morpho, conde de Rochas, com vários cavaleiros e homens de armas para proibir que o populacho fizesse mal aos genoveses. As pessoas se retiraram e todos foram para casa. Os venezianos foram encontrados em seu reduto, armados, uma bandeira hasteada que significava a guerra; foram obrigados a voltar às suas moradias. Foi proibido a todos o porte de armas... Acalmado o tumulto, todos voltaram para casa.”

Para mostrar que se esquecera do escândalo, o rei montou torneios e grandes festas; os espíritos apaziguaram-se por um tempo.

Sinal lastimável para o início de um reinado. Chipre conheceria um século após São João de Acre o efeito da rapacidade dos comerciantes, ávidos por monopolizar as riquezas da ilha bem-aventurada que alimentava as esperanças dos Lusignan e de todos os fiéis daquele reino de Jerusalém, caro à cristandade.

O cronista Makhairas conta em detalhes os tratados com os genoveses, decerto em parte responsáveis pelos tumultos, mas cuja presença se prezava, pois a população cipriota dependia naquele momento das riquezas que eles haviam acumulado. O reinado de Pedro I iria se passar dessa maneira em rixas com a cidade de Gênova, a cada ano mais exigente.

As negociações complicaram-se com desacordos que surgiram entre os Lusignan, irmãos do rei defunto, e a rainha Eleonora, mãe de Pedro II. A última decepcionara-se com as disposições tomadas recentemente e com as nomeações ordenadas pelos seus dois cunhados, João e Tiago. Ao mesmo tempo, nela nascia um ressentimento violento e talvez um remorso pela morte de seu esposo. Através de sua infidelidade, ela contribuía em muito para o desequilíbrio do rei e para a deterioração da situação que conduziria ao assassinato; e, por desejo de vingança, ela encorajara ou pelo menos deixara complacentemente o assassinato realizar-se. Quando o resultado da situação se revelava desvantajoso para ela e para seu filho, pois seus dois cunhados aos poucos monopolizavam o poder sobre Chipre, voltava-se contra aqueles dos quais fora cúmplice. Provavelmente aquela mulher violenta e sem escrúpulos atormentava-se mais por ter cometido um crime inútil do que por ter cometido um crime. Então procurou o

apoio dos genoveses, não hesitando em aliar-se àqueles que traziam desgraça e discórdia a Chipre.

A senhoria de Gênova, por sua vez, fazia intrigas junto ao papa, inventando explicações honrosas para os problemas que assolavam a ilha. Chegaram a dirigir-se ao rei de Aragão sob o pretexto de que “a rainha de Chipre pedira aos genoveses para preparar uma frota e ir a Chipre vingar o sangue de seu esposo. Seu filho havia sido coroado e era o príncipe (João de Antióquia) que recolhia todas as rendas de Chipre, enquanto seu pobre filho mal tinha com o que viver”.

A ilha enfrentaria um conflito interno entre os cristãos, quase uma guerra civil, para o qual não estava preparada — isso sob os olhares dos “sarracenos”, sempre prontos para aproveitar das desordens. Assim, no mês de maio de 1373, para não ver o porto de Adalia cair em mãos dos genoveses, os cipriotas preferiram cedê-lo ao emir de Tekké e abandonaram essa presa que se devia a Pedro I, que lhes dava acesso à costa da Ásia Menor. Como escreve Makhairas: “Foi uma enorme vergonha para a cristandade o rei entregar aos turcos uma fortaleza tão bela que o valoroso rei Pedro, seu pai, conquistara após uma grande guerra e tanto sangue derramado. Os genoveses foram os causadores da desgraça. O povo, acrescenta, retirou-se em barcos com todas as suas provisões e com a imagem de Nossa Senhora de Chipre pintada pelo apóstolo Lucas, assim como com outras relíquias, transportadas para Querínia.”

Ocorreram outras tentativas de reconciliação entre cipriotas e genoveses, da parte principalmente dos cavaleiros de Rhodes, conscientes dos perigos que mais uma vez os ódios entre cristãos faziam todas as margens do Oriente Médio sofrer. Porém as exigências dos genoveses eram enormes. Exigiam 450 mil ducados de indenização pelos danos sofridos quando do “tumulto” da coroação; sem falar da entrega de todos os que os haviam atacado e de uma fortaleza que era propriedade particular sua... Em Limassol, em Pafo, toda a população vivia em pé de guerra. Finalmente, a 2 de outubro de 1373, 36 galeras genovesas sitiaram Famagusta. Ao final de alguns dias, provavelmente por traição do conde de Rochas, João de Morf — aquele que era acusado de ser amante da rainha —, a fortaleza lhes foi entregue, e o almirante genovês Pedro de Campo-Fregoso nela entrou.

Eleonora teria uma surpresa desagradável com a primeira atitude dos genoveses com relação a ela. Após uma missa solene na Igreja de São Nicolau, o almirante “conduziu o rei, sua mãe e o príncipe para o pátio da fortaleza. Eles (os genoveses) saíram um a um e, fechando as portas à chave, deixaram-nos assim sem comer ou beber durante todo o dia, sem qualquer criado para servi-los. À noite dormiram no chão como estavam e foram tratados como cachorros. Ao ver seu filho sem jantar e dormindo no chão, a rainha ficou profundamente aflita... No dia seguinte pela manhã, os genoveses permitiram que três criados entrassem e servissem os prisioneiros, o rei, a rainha e o príncipe. O último — João de Lusignan — foi detido como assassino de seu irmão”. Eleonora sentiria os ventos virarem a seu favor. Entrementes, João iria fugir graças a seu cozinheiro que, calçando-o com botas enormes, nas quais os ferros que lhe haviam posto nos pés ficavam dissimulados, deu-lhe uma caçarola sobre um caldeirão e assim o fez sair de Famagusta.

As cenas de violência iriam se multiplicar em seguida; por trás delas é possível adivinhar as intrigas impiedosas de Eleonora, que se tornara o instrumento da vingança do assassinato de seu marido. O senhor de Arsuf, Filipe de Ibelin, que dera a primeira estocada no rei Pedro I (ele próprio traído por sua mulher, “que se tornara amante do almirante dos genoveses”, diz Makhairas), foi decapitado, assim como Henrique de Giblest e um outro senhor, culpados do mesmo assassinato.

Pedro de Campo-Fregoso comportava-se como senhor e chegou a dar uma bofetada no pobre Pedro II que se recusava a entregar a fortaleza de Querínia, a mais segura da ilha. Esta sofria por toda a parte a dura lei das terras submetidas a um exército de ocupação. Os genoveses haviam mandado publicar um edital segundo o qual todos os que tivessem armas em suas casas seriam enforcados imediatamente; aplicavam-no com ferocidade, tanto no campo quanto nas cidades.

Finalmente, tendo o condestável de Jerusalém, Tiago de Lusignan, se entrincheirado em Querínia, os genoveses tiveram de se afastar após quatro meses de sítio, mas não sem ter exigido de Pedro II um tratado de paz que colocava praticamente a ilha inteira sob seu domínio, obrigando os cipriotas a pagar uma indenização de guerra

de 2.146.400 escudos de ouro — soma insensata na época — e exigindo a posse do porto e da cidade de Famagusta até o final do pagamento. Depois de se apoderarem de Tiago de Lusignan, que enviaram como refém a Gênova, pararam por um tempo, em outubro de 1374, suas depredações.

A vingança da rainha

Apesar de tantas desgraças — ou talvez excitada pelo espetáculo das violências que haviam se tornado corriqueiras na ilha —, a rainha continuava a meditar sua vingança. Instalada em Nicósia, por duas vezes pediu que seu cunhado João, o príncipe de Antióquia, viesse ao seu encontro. “Muito irritada com ele”, escreve Makhairas, “ela procurava um meio de se apoderar dele e assassiná-lo. Incitava seu filho a matá-lo como culpado da morte de seu pai.” A seu convite, o príncipe, que se entrincheirara na fortaleza de São Hilário, acabou por ir a Nicósia, onde Eleonora se encontrava com Pedro II. “Depois do jantar, o rei mandou pedir a seu tio que viesse até ele. Haviam escondido atrás, nas abóbodas, o senhor Francisco Tamachi, genovês que permanecera em Chipre a serviço do rei, o senhor Frasses Saturno, catalão, e Luís Pons, servidor do rei, com outros napolitanos, lombardos e cavaleiros cipriotas.”

Como o príncipe, após ter recebido a ordem real, se dispusesse a montar a cavalo, seus servidores, que gostavam dele, disseram-lhe: “Não vai, vão te matar.” Ele não deu atenção à advertência e foi até o patamar; ali, voltaram a dar-lhe o mesmo conselho. Ele não quis acreditar e disse: “Então estariam brincando com os juramentos!” De fato “ele e a rainha haviam assistido juntos à missa algum tempo antes e ambos haviam jurado sobre o Corpo de Cristo manterem a paz. E Makhairas continua a narrativa: “Mal havia colocado o pé no estribo, seu cavalo tropeçou e ele caiu.” Ainda insensível a esse sinal nefasto, João de Lusignan foi ao castelo de Nicósia para honrar o convite.

“Depois de desmontar, entrou no cômodo todo atapetado de ouro que era chamado de Câmara de Paris. Ali encontrou o rei e a rainha sentados no canapé; cumprimentou-os, a eles e a seus parentes.

A mesa estava servida. A rainha disse ao príncipe: ‘Senhor irmão, vem comer conosco.’ Para não mostrar qualquer rancor, este respondeu: ‘A vosso dispor.’ Sentaram-se à mesa. A rainha combinara um sinal; no momento em que erguesse seu lenço, iriam trazer-lhe numa travessa a camisa que seu marido estava usando quando foi morto. Ela dissera aos assassinos: ‘No momento em que eu mostrar a camisa, ficai prontos para matá-lo.’ Assim foi feito. O príncipe permanecia à mesa, o coração apertado. Disseram-lhe: ‘Senhor, come.’ Ele respondeu: ‘Meu coração, meu coração, não sei por que está apertado. Não sei o que tenho.’ Quando eles acabaram de comer, trouxeram a camisa à mesa; a rainha disse: ‘Senhor príncipe, a quem pertencia essa camisa?’ Imediatamente os assassinos precipitaram-se sobre o bom príncipe e degolaram-no no mesmo cômodo em que o rei Pedro fora morto.”

Cena digna da época do Renascimento. Nada falta a ela: nem juramentos em falso, nem espadachins escondidos atrás das cortinas, nem, sobretudo, a cena shakespeariana de Eleonora de Aragão brandindo a camisa ensangüentada de seu esposo. Cena de horror que naquele ano de 1374 fecha toda uma série lúgubre de combates, assassinatos, derrotas e humilhações para aquela população cipriota cujo renome de glória e de prosperidade era tão grande cinco anos antes.

Eleonora — cuja alma deve ter se tornado mais azeda em contato com tantos crimes — chegará em seguida a tramar contra o filho. Alertado por sua criada, Pedro II descobrirá muitas cartas — mais uma vez destinadas aos genoveses — que sua mãe escondia sob suas cobertas ao pé de sua cama. Em 1377, o rei desposa a sobrinha do duque de Milão, Valentina Visconti. O desentendimento que se instala de imediato entre Eleonora e sua nora determina a Pedro II mandar sua mãe de volta a seu país natal. Eleonora retorna à Catalunha em 1380.

Ela fora coroada rainha de Jerusalém 20 anos antes ao lado de seu esposo, o rei-cavaleiro, numa cidade de Famagusta em festa. Fora a oportunidade de festas suntuosas que pareciam preludiar a reconquista tão esperada da Terra Santa. Hoje os Lusignan estão mortos ou aprisionados em Gênova. Famagusta serve como caução ao pagamen-

to de um monstruoso resgate de guerra. A cavalaria, o heroísmo, o espírito de aventura acabam de viver naquele fim de século XIV, naquelas margens míticas para toda a história da cristandade, algo que se parece com seu canto do cisne: um ímpeto exacerbado, excessivo, desesperado que, ao se retirar, só deixa espaço a uma violência estéril e desnaturada.

No século XVI um outro Lusignan, Estêvão, que era dominicano, passaria vários anos no Mosteiro de São Domingos (destruído em 1567), onde se encontravam os túmulos de vários reis de Chipre: Hugo IV, Pedro I, Pedro II e João, príncipe de Antióquia, vítima de Eleonora, assim como de seus sucessores, Tiago, o condestável de Jerusalém, e de seu filho Janus. Possuímos uma obra dele onde descreve os dois quartos, o de Pedro I e o da rainha Eleonora, onde cada um deles ficava durante a Semana Santa para acompanhar os ofícios. Ali se via ainda, quando da estada de Estêvão, um retábulo onde estavam pintadas Santa Úrsula, Santa Eulália, Santa Maria Madalena e, ajoelhada diante delas, a rainha Eleonora de Aragão. O culto dessas santas, a ela atribuído pelo retábulo, não parece no entanto ter-lhe inspirado qualquer sentido de misericórdia ou perdão.

RENASCIMENTO DAS PEREGRINAÇÕES

Após a tomada de São João de Acre em 1291, deixou de ser o caso de se pensar em peregrinações armadas ou não para Jerusalém. A maioria das igrejas havia sido destruída — exceto, no entanto, a do Santo Sepulcro —, e a prática do culto cristão fora proibida pelos sultões do Egito que, a partir de então, passaram a dominar totalmente os territórios da Síria e da Palestina.

Nem por isso, contudo, o desejo de fazer a peregrinação à Terra Santa morre no coração da cristandade. Decerto ninguém se ilude a respeito das dificuldades de acesso aos Lugares Sagrados; mas os projetos de Cruzada, os planos para uma recuperação da Terra Santa são no início do século XIV mais numerosos do que nunca, embora não resultem em qualquer ação concreta. O próprio círculo de Filipe, o Belo — legistas tão encarniçados contra os cavaleiros do Templo —, elabora diversos planos de recuperação nos quais predominam preocupações de ordem financeira, bem características de uma época que a manipulação das moedas inaugurou na França. O último mestre do Templo, Tiago de Molay, havia ele próprio, antes de ser preso, esboçado num documento a possibilidade de uma reconquista da Terra Santa graças a um desembarque na Armênia, país amigo. Um

personagem sobretudo iria apegar-se à idéia de reconquista, dessa vez, antes de mais nada, de ordem espiritual: o gênio surpreendente de Raimundo Lúlio projetara, retomando a opinião do próprio Francisco de Assis, a transformação da Cruzada em missão. “Vejo os cavaleiros mundanos indo além-mar, à Terra Santa, imaginando retomá-la pela força das armas e, afinal, todos se esgotam sem chegar ao final de seu desígnio. Por isso pensei que essa conquista deveria ser feita como tu a fizeste, Senhor, com teus apóstolos, ou seja, pelo amor, por orações e pelo derramamento de lágrimas.” No Concílio de Viena, em 1312, enquanto eram novamente examinados alguns projetos de reconquista armada, também seriam adotadas algumas idéias de Raimundo Lúlio, entre outras a fundação de cadeiras de línguas e de civilizações orientais nas principais universidades da Europa, em Oxford, em Boulogne, em Paris, em Salamanca e, é claro, em Roma. Tratava-se principalmente das cadeiras de hebraico, de árabe e de caldeu. Porém, ao se fazer isso, continuava-se longe de tudo o que Raimundo Lúlio desejara e tentara obter, ele que, aos 80 anos, voltou àquelas praias bárbaras, onde sabia que era detestado, para obter o que chamava de “hábito carmesim do martírio” e morreu lapidado em Bejaia, em 1313.

Justamente nessa data a peregrinação à Terra Santa voltava a ser possível. Com efeito, há dez anos o sultão do Egito autorizara a reabertura de certas igrejas e até a prática do culto cristão, isso depois de negociações empreendidas por iniciativa de Roberto d’Anjou (o neto de Carlos d’Anjou, outrora senhor da Sicília e de parte da Itália) e de sua esposa Sancia de Aragão, com o sultão do Egito, El-Naser Muhamed. Este sentia de fato saudades da fonte de lucros representada pelo afluxo de peregrinos cristãos. A partir de 1305, passou a conceder a peregrinos de Aragão salvos-condutos que lhes permitiam circular pelo Egito e ir à Palestina visitar o Santo Sepulcro; no ano seguinte, El-Naser proclamava oficialmente que “as peregrinações para a Terra Santa poderiam ser empreendidas em paz e com segurança”¹.

1. Ver a tese de Béatrice Dansette, *Les pèlerinages en Terre sainte aux XIV^e et XV^e siècles* (em particular, introdução, p. 16).

Ora, ao mesmo tempo e pelos mesmos motivos, os que desejavam ir do Ocidente à Terra Santa encontrariam um obstáculo inesperado. Os tributos e os pedágios pagos daquele modo aos sarracenos não constituíam, para os últimos, recursos que lhes permitiriam em seguida comprar armas e voltá-las contra os cristãos? Pelo menos este era o raciocínio de certos papas, como Benedito XII ou Clemente VI. Movidos pelo desejo de cortar todas as fontes de lucro possíveis dos muçulmanos, os pontífices não hesitaram em ameaçar com a excomunhão os cristãos que fossem a partir daquele momento em peregrinação à Terra Santa... Tal ameaça só foi sendo retirada aos poucos; doravante, para empreender a peregrinação, era necessária uma autorização expressa.

Apesar das dificuldades de todos os tipos, as peregrinações voltariam a acontecer no século XIV, principalmente quando os franciscanos foram autorizados a residir na Terra Santa, seguindo nesse ponto o desígnio de São Francisco. Em 1309, 12 foram autorizados a se instalar; no século seguinte, serão 25 que garantirão a guarda dos Lugares Sagrados, cuidarão dos peregrinos e organizarão o que se chamará em seguida a Custódia (a guarda) da Terra Santa (sobre a qual mais tarde o rei Francisco I iria obter para a França uma espécie de protetorado distante, mas que perpetuava, porém, a presença cristã nos Lugares Sagrados).

Assistimos desse modo no século XIV ao renascimento das peregrinações, toleradas, às vezes estimuladas, com sobressaltos periódicos de hostilidades mais ou menos marcadas, com um plano de fundo constantemente inamigável detalhado pelas narrativas — aliás numerosas — de peregrinos que conseguiram ir à Palestina e visitar os Lugares Sagrados.

A maioria dessas narrativas deve-se a homens. Parece de fato que as dificuldades materiais do percurso e seu preço — cada vez mais alto, como veremos — desestimularam as famílias a viajarem em conjunto, como fora o caso no início das Cruzadas. Cada vez mais, em vez do casal, será um indivíduo, pai ou marido em geral, que embarcará sozinho e assumirá as dificuldades e as despesas de semelhante périplo, que significava meses de afastamento; e, aliás, com o século XIV, chegamos à época na qual se começa a pensar mais no

“indivíduo” do que na “família” ou na “linhagem”. O Renascimento não está longe, com o “Príncipe”, segundo Maquiavel, substituindo o cavaleiro de outrora, que tinha a Dama como equivalente. E as guerras que se iniciam no século XIV e não cessarão de verter sangue na Europa reintroduzem o domínio do militar, até do veterano.

As mulheres retomam a rota

Sabe-se no entanto que um certo número de mulheres realizou a peregrinação a Jerusalém durante o século XIV. Assim, na própria família dos reis de Chipre, Margarida de Lusignan, que desposara o príncipe de Morécia, Manuel Cantacuzeno. Ela fez a peregrinação a Jerusalém por volta do ano de 1372.

Ela poderia ter cruzado no trajeto com uma outra mulher cujas peregrinações foram célebres: a surpreendente Brígida da Suécia. Surpreendente, pois se trata de uma mística, cuja vida e preces estão cheias de visões ou revelações; ora, semelhante dom do céu é geralmente dispensado a pessoas que vivem em mosteiros, beneficiando-se da paz do claustro, e até da cela de uma reclusa — enquanto Brígida, nascida na Suécia em 1303, é uma mãe de família que tem, nada mais, nada menos, oito filhos, muitos deles turbulentos, como o primogênito Carlos.

Brígida casou-se aos 15 ou 16 anos com um senescal da corte da Suécia chamado Ulf. Ela própria, aos 32 anos, será requisitada pelo rei Magnus para exercer em seu palácio o cargo de intendente. Através de suas funções oficiais e de sua vida familiar, Brígida recebe revelações excepcionais cuja importância foi reconhecida pela autoridade eclesiástica quando de seu processo de canonização, que terminou, aliás, pouco tempo após sua morte, em 1391. Deve-se acrescentar ainda a essa vida sobrecarregada as peregrinações que fez: uma primeira com seu esposo a Trondheim, ao túmulo do santo rei da Noruega, Olaf II; depois a Santiago de Compostela passando

pela gruta famosa da Sainte-Baume, para onde teria se retirado a santa Maria Madalena do Evangelho; e, finalmente, após a morte de seu esposo (há algum tempo ele entrara para a Ordem dos Cistercienses de Alvastra, na Suécia), a Jerusalém com um de seus filhos, Birger, e uma de suas filhas, Catarina, célebre por sua beleza e sobretudo por sua santidade, que iria promovê-la, como à mãe, aos altares.

Juntos haviam saído de Roma (onde Brígida passou parte de sua vida) em novembro de 1371. Talvez ela desejasse, como dizem seus biógrafos, assistir às festas de Natal em Belém, mas semelhante viagem não era feita com tanta facilidade. Em Nápoles, os viajantes tiveram de aguardar por muito tempo um navio para a Palestina, e esse mesmo navio foi retido pelas tempestades, a ponto de a família só conseguir embarcar a 14 de março do ano seguinte, 1372. Finalmente, a 12 de maio daquele ano, Brígida realizava um de seus desejos mais caros ao penetrar pela primeira vez na Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém. A viagem durou um ano. Depois disso, Brígida voltou a Roma, onde parte de sua atividade consistira em incitar os papas a voltarem à Cidade Santa, na época em que a maioria deles preferia o exílio dourado em Avignon. Ela morreria a 23 de julho de 1373.

É possível avaliar as dificuldades de realização dessa peregrinação na época em que Brígida e seus filhos se consagraram a ela: um ano inteiro. Ora, tratava-se de uma grande dama para a qual não contavam as preocupações financeiras ou as dificuldades da vida cotidiana, pois era recebida por toda a parte de acordo com sua categoria. Imaginam-se os obstáculos do trajeto para aqueles e aquelas que partiam com recursos modestos e sem outros direitos além daqueles dos “pobres peregrinos” comuns.

E no entanto temos testemunhos que nos indicam que muitos “pobres peregrinos” quiseram visitar os Lugares Sagrados e que alguns deles o conseguiram naquele período conturbado que foi o final do século XIV e o início do século XV. Um deles é conhecido por nós por ter conquistado a santidade devido às próprias dificuldades que teve de vencer, durante as quais o trovador que era se extenuava em várias canções, brincadeiras e pilhérias para manter o

moral de seus companheiros de viagem quando das tempestades e dos encontros do acaso: trata-se de São Ranieri, comemorado a 17 de junho no calendário eclesiástico.

Num outro registro, dessa vez decididamente popular, um personagem nos é apresentado como tendo feito três vezes a peregrinação a Jerusalém: é a famosa “mulher de Bath” nos *Contos de Canterbury*, de Geoffrey Chaucer. Entre os peregrinos que ele descreve em marcha para o célebre santuário, onde outrora fora assassinado Thomas Becket, “havia uma mulher de Bath, pessoa de boa aparência que era infelizmente um pouco surda”, mas famosa por sua habilidade em tecer, eclipsando as melhores tecelãs de Ypres ou Gand. O poeta descreve-a com seu belo rosto decidido e muito corado. Diz ele: “Por três vezes visitara Jerusalém e atravessara muitas plagas estrangeiras, fora a Roma, viajara a Boulogne, a Santiago de Galícia, a Colônia...” E esboça sua silhueta com um magnífico véu na cabeça, meias de escarlate fino cuidadosamente esticadas, sapatos flexíveis, um vasto manto por cima de tudo, um chapéu imenso “maior que um escudo”. Além disso, muito tagarela; em sua companhia, tudo virava gargalhadas. Em suma, um tipo de peregrina alegre como havia decerto muitas nas rotas.

O aspecto do peregrino de fato não varia muito, quer se trate de um homem, quer de uma mulher. O que dele se vê é antes de mais nada o manto, a sacola pendurada no ombro, a cabaça presa em seu bastão — seu bordão — ou às vezes, na ponta do mesmo bordão, então carregado no ombro, roupas para troca dobradas num grande lenço. De qualquer maneira, o chapelão é regra, jogado nas costas quando não está na cabeça para proteger do sol ou da chuva, em geral de feltro e previsto para resistir às intempéries. O manto, que conquistou o nome de “pèlerine”², é muitas vezes enrolado durante a marcha e carregado no ombro; serve sobretudo à noite, quando o viajante com ele se envolve para se resguardar do frio.

2. *Pèlerine* significa “peregrina”. (N.T.)

Preparação e custo de uma peregrinação

Que tipo de bagagem se levava numa longa peregrinação? Um certo Greffin Affagart, que no início do século XVI foi por duas vezes a Jerusalém descreveu-a; por mais tardio que seja seu testemunho, é válido para as épocas anteriores. Ele recomenda uma esteira “para a resina” — devido à resina com que era untada a ponte do navio, pois a peregrinação geralmente é feita por mar. De qualquer modo, ele aconselha “trajes simples e dissimulados, por mais alta que seja a categoria do peregrino”... É melhor não ser notado, “pois os que se mostram mais ricos correm maior perigo e são mais molestados pelos cristãos no mar e pelos turcos em terra”. “Os cristãos” designa aqui os donos de navio; quer sejam genoveses, venezianos ou marselheses, todos têm uma grande aptidão para extorquir aos peregrinos que transportam um preço máximo. Por isso é melhor não exhibir a riqueza, caso o peregrino seja rico.

Greffin Affagart aconselha-o também para levar comida, “pois o dono”, escreve, “só se compromete a alimentá-los enquanto estiverem no navio e às vezes eles passam quatro, seis ou dez dias numa ilha, às vezes mais, às vezes menos e não encontram provisões necessárias a seu apetite ou natureza”. De qualquer modo, farão bem se levarem “dois tonezinhos: um para pôr água doce de São Nicolau porque se conserva melhor no mar, outro para pôr vinho de Pádua que é bom para beber em regiões quentes, pois não é violento”. Visivelmente, sua peregrinação passa pela Itália, provavelmente por Veneza, que é o principal porto de embarque. Por outro lado, aconselha a levar como provisões, “carne salgada, como presunto, língua de boi, queijo, manteiga e pequenos potes para cozinhar quando for necessário, pão fresco para sete ou oito dias, biscoito, figos, uvas, amêndoas, açúcar e, principalmente, um frasco pequeno de xarope de essência de violeta e conserva de rosas e outras coisas que é possível tomar a conselho do médico, que são boas para recuperar o estômago quando este se desnorteia...”

A partir dessa enumeração é possível imaginar a forma e o aspecto da bagagem transportada por peregrinos e peregrinas. Fardos cuidadosamente amarrados, é provável, talvez enrolados na esteira

que será utilizada no mar, comida provavelmente reunida na sacola pendurada no pescoço ou no lenço na ponta do bastão. De qualquer maneira, quando desembarcavam, os peregrinos encontravam grande quantidade de boa gente que lhes propunha o socorro de seus asnos para suas bagagens ou pessoas. O mesmo Greffin Affagart conta que, quando desembarcaram em Jaffa, “uma grande quantidade de gente pobre chegou com seus asnos e mulas para ganhar dinheiro carregando peregrinos”. As pessoas da região deviam em parte viver do peregrino como hoje vivem do turismo.

Ainda Greffin Affagart acrescenta recomendações de outro tipo: “Quem quiser fazer essa viagem”, escreve, “deve ter boas intenções, bom coração, boa boca, boa bolsa.” Boas intenções, envolve ele, quer dizer, não ir aos Lugares Sagrados levado apenas pela curiosidade, “nem por lucro temporal”. Na esteira dos peregrinos e provavelmente entre eles, devia encontrar-se um certo número de comerciantes. A cada etapa, aliás, a chegada de um grupo provoca os mesmos turbilhões nos quais “lucro temporal” encontra vantagens. E isso o tempo todo. O registro do tabelião de Marselha, Giraud Almaric, funcionário em 1248 quando da partida da expedição de São Luís e Margarida de Provença, conserva esse testemunho. Assim, um ato por ele registrado a 6 de julho daquele ano de 1248 contém o compromisso de dois marselheses, Bernardo Amoulet e Maria de Valência, que contraem a obrigação de ir passar o mês de agosto seguinte nas ilhas de Marselha (onde ocorria o embarque propriamente dito dos peregrinos e de onde Joinville partiu) para vender, na casa pertencente a Maria, vinho, peixe, “carnes”, ou seja, diversos víveres à tripulação e aos passageiros que estivessem partindo para o Oriente Médio: simples ato registrado em tabelião que evoca toda uma atividade que nasceu em torno da peregrinação, em armas ou sem armas, e que deve ter forçosamente se recuperado com o próprio movimento dos peregrinos. Basta evocar o que significam hoje em dia as lojas de “objetos religiosos” em Lurdes, ou ainda essas paradas — formalidades de certa forma obrigatórias — nas lojas de Belém, onde atualmente os turistas são convidados a adquirir pequenas lembranças que desejam levar à família...

Ter “boas intenções” afasta os peregrinos que se decidiram a viajar por dinheiro: nos séculos XIV e XV sobretudo, tornou-se senão

freqüente, pelo menos habitual, encontrar-se nos grupos de peregrinos gente que paga a promessa de outras pessoas. Os grandes do mundo, que prometeram ir a Jerusalém e encontram-se retidos por negócios que eles acreditam ser mais urgentes, aliviam sua consciência despachando em seu lugar um peregrino contratado em troca de salário. Conta-se que a rainha Joana de Nápoles fazia normalmente essas promessas que não cumpria em pessoa e mandava cumprir por procuração. Será que essas pessoas que emprendiam uma peregrinação remunerada tinham de fato “boas intenções”? Provavelmente foi pensando neles que Greffin Affagart acrescenta “bom coração” e precisa: isso significa “bom propósito de partir e de não voltar atrás por qualquer coisinha que ocorra, muita coragem para ir em frente e enfrentar com virilidade todas as dificuldades, frio, calor, fome, sede e outras misérias que podem ocorrer no caminho, por amor a Jesus que quis ser peregrino por nós”. Ele sabe do que está falando quando redige sua narrativa. Ele próprio cumpriu em mais de um ano, 1533 (em 15 de outubro ele está em Jerusalém) a agosto de 1534, a visita dos Lugares Sagrados e conhece suas fadigas e dificuldades.

A terceira condição também não deixa de ter interesse: “boa boca”. “Ninguém deve se vangloriar”, explica, “de ter dinheiro, pois logo encontraria muita ajuda... Há rapazes ruins que não poupariam seus meios sutis para roubar ou extorquir o viajante... Deve-se também evitar com diligência”, insiste, “fazer ou dizer aos turcos e aos mouros coisas que lhes desagradem, pois só estão aguardando uma boa oportunidade para seqüestrar peregrinos.”

Finalmente, uma quarta condição: ter “boa bolsa”. O autor desenvolve: “Quem quiser fazer a viagem tem de levar três bolsas cheias: uma de paciência, outra de fé, a terceira de finanças. E essa terceira bolsa não lhe parece menos indispensável que as duas outras, pois, como ele diz, “não se está indo para junto de gente piedosa que faça algo por caridade”. E, em seguida, aborda detalhadamente o preço da viagem e as moedas que devem ser levadas, sendo que algumas não são aceitas; sua avaliação é interessante. Ele aconselha levar 200 ducados ao deixar Veneza, sublinhando que, se o peregrino se limitar aos Lugares Sagrados de Jerusalém, uma soma de 100 ducados pode bastar, mas é bom ter uma reserva de uma pequena

soma, por exemplo, para o caso de doença, “pois sem dinheiro, se é maltratado”.

Aqui está a avaliação do preço de uma peregrinação para gente de nível médio, sendo evidente que o modo de vida dos altos personagens pode variar consideravelmente. Como o de Henrique de Lancaster, em 1393-1394 — ele que logo usurparia o trono da Inglaterra e faria prontamente perecer o último descendente direto dos Plantagenetas, Ricardo II. Verificou-se que sua viagem de Veneza a Jaffa, ida e volta, custou-lhe 2.785 ducados. Ao saber de suas intenções, o Grande Conselho de Veneza decidiu emprestar-lhe “gratuitamente” um galeão, que deveria ser armado e abastecido por ele. A república veneziana sentia-se provavelmente lisonjeada por estar recebendo um personagem tão nobre e para ele o Senado desdobrava-se, chegando a votar 300 ducados para dar uma recepção em sua homenagem quando de sua chegada. Mesma prontidão 200 anos depois com relação ao príncipe da Saxônia, acompanhado de 300 peregrinos alemães. Ora, o príncipe fizera junto ao banqueiro Garzoni um empréstimo de mil ducados para cobrir as despesas de sua peregrinação³.

Trata-se aqui de viajantes de uma categoria excepcional. Para os simples peregrinos, o preço máximo aparentemente era cerca de 30 ducados venezianos, tendo a maioria pago mais do que isso. Cita-se um certo cônego de Milão, chamado Pietro Casola, que declara só ter conseguido empreender aos 70 anos a peregrinação à Terra Santa, pois até então seus recursos não lhe haviam permitido despesas desse porte. No início do século XV, Margery Kempe, sobre a qual falaremos adiante, paga por sua passagem de Veneza 40 ducados, que equivalem a 15 libras inglesas. Ora, na mesma época, é possível comprar na Inglaterra um cavalo de sela por 50 *shillings*, isto é, 2,5 libras. Sua viagem para a Terra Santa custou (se é que podemos confiar nessas equivalências) portanto o preço de seis cavalos.

3. Esses detalhes foram tirados da tese de Béatrice Dansette, *op. cit.* Ver principalmente p. LXIX e ss.

Uma narrativa muito detalhada

Muitas são as narrativas de peregrinação propriamente dita. Uma das mais precisas e completas é a que nos deixou Ogier, senhor de Anglure. Trata-se de uma peregrinação de penitência. A carta de perdão que implorou e obteve de Carlos VI, poucos anos antes de sua partida, revela-nos a grave acusação que pesava sobre ele. Uma certa Colette, mulher de um certo João, o Esperto, fora levada para o castelo de Anglure por dois de seus escudeiros. De resto, essa camponesa aparentemente era muito pouco tímida. Ogier aproximara-se dela dizendo-lhe: “Convém que eu fale convosco.” Em seguida tomou-a pela mão e levou-a para seu guarda-roupa; ali, “conheceu-a carnalmente apenas uma vez; pouco depois, mandou que voltasse a seu quarto, para perto do fogo e ordenou à sua gente e oficiais que lhe dessem de comer e beber”. São os termos da carta de remissão pela qual se exprimia o perdão real e que nos detalha as malvadezas do senhor de Anglure. A mãe da tal Colette e João, o Esperto, seu marido, dirigiram-se de fato a seguir à justiça. De forma que o senhor Ogier “suspeitava poder ser pelo rigor da justiça molestado ou impedido em corpo ou em bens”. Implorara então a clemência do rei, lembrando-lhe de sua participação na campanha empreendida pelo exército real contra a gente de Gand em 1385. O rei concedera o seu perdão. Porém, o confessor de Ogier d’Anglure só concederia o seu se o penitente realizasse a “santa viagem de Jerusalém”. Eis por que Ogier partira “no décimo sexto dia do mês de julho do ano de 1395” para uma peregrinação cujas diversas etapas nos foram narradas com muitas minúcias. A narrativa que ele nos deixou pode também se aplicar às mulheres que empreendiam a mesma viagem na época: essas etapas, como se verá, são mais ou menos imutáveis para todos e estabelecidas de antemão.

Em primeiro lugar, ele foi de Champagne para a Savóia e dali para a Itália, onde, de Pavia, embarcou no rio Pó para Veneza. Sua partida ocorreu na segunda-feira, 30 de agosto. Após várias escalas, aporta em Rhodes, no domingo 19 de setembro, e finalmente chega a Beirute no dia 24 do mesmo mês. A primeira parte dessa peregrinação realizou-se portanto em boas condições. O senhor de Anglure observa que “os venezianos enviam todo ano cinco galeras para a Terra

Santa... e todas chegam a Beirute... e dali partem (separam-se) as duas que levam os peregrinos ao porto de Jaffa, que é o porto de Jerusalém". O que implica para essas "galeras peregrinas" um tráfego regular através do qual já se esboçam as excursões turísticas de nossos tempos.

A narrativa do senhor de Anglure descreve de maneira muito vívida as várias etapas da "santa viagem". Na costa da Palestina, o primeiro porto abordado é Beirute, "bela cidade", diz, "mas outrora foi mais bela do que atualmente, pois agora é habitada apenas por sarracenos... Partimos de Beirute no domingo, vigésimo sexto dia de setembro e, na segunda-feira seguinte, passamos diante de Tiro na Síria, que é uma grande cidade destruída, habitada apenas por sarracenos". Finalmente chegam ao local de desembarque: Jaffa. "Outrora, cidade boa e grande, mas atualmente toda desabitada." Todos os peregrinos da época conhecerão mais ou menos as grutas que cercam as praias de Jaffa. Ali passam a primeira noite após o desembarque não sem inconvenientes: "uma velha caverna cheia de imundícies", dirá Greffin Affagart. Nela se reúnem os peregrinos pelo tempo necessário para se avisar as autoridades locais de sua chegada.

De fato, quando chegam as galeras de peregrinos, içam-se uma bandeira vermelha na torre de Jaffa que serve de sinal, retransmitido a Ramlah e a Jerusalém. O guardião do Monte Sião (o "custódio"), um irmão franciscano, é assim alertado da chegada de um comboio de peregrinos e ele se mune imediatamente dos salvos-condutos necessários; o que pode levar algum tempo, pois, apesar dos tratados, nem sempre as relações entre os frades menores encarregados da recepção e as autoridades locais encontram-se num período de estabilidade. Cumpridas as formalidades, um dos franciscanos é delegado a Ramlah para uma primeira etapa de acolhida na Terra Santa. Ali, sua primeira função é advertir os recém-chegados sobre as dificuldades que os aguardam: "Como devem se comportar e a paciência que cada um deve ter com os mouros e outros infiéis, e todos devem se confessar para conquistar e adquirir o perdão (indulgências) com maior facilidade." Esse sermão de acolhida lembra o objetivo espiritual da peregrinação e convida os peregrinos a se prepararem a fim de se beneficiar da melhor forma possível do ato de devoção que cumprirão.

No mesmo local acontece, se necessário, uma cerimônia que, com o recuo do tempo, nos espanta: a absolvição da excomunhão pronunciada pelos papas, pois alguns deles, como vimos, Clemente VI em particular, proibiram a "santa viagem" em virtude dos grandes lucros que esta constitui para o sultão do Egito. O mesmo papa, porém, concedera ao arcebispo de Nicósia o poder de absolver da excomunhão os peregrinos que passassem por Chipre. O bispo de Famagusta recebeu semelhante poder do papa Benedito XII. O fato é que, por muitas décadas, uma espécie de equívoco pesou dessa maneira sobre a peregrinação de Jerusalém. Porém, de fato, o guardião do Monte Sião procedia à absolvição dessa ameaça, libertando a consciência dos peregrinos mais escrupulosos.

Para a edificação do próprio convento em que viviam os franciscanos, guardiães dos Lugares Sagrados, foi preciso solicitar uma autorização especial que fora obtida por uma nobre dama de Florença, Sofia d'Archangelis, à qual se devia a piedosa fundação. Ela recebera expressamente de um outro papa, Inocêncio VI, a permissão de mandar transportar para a Síria os materiais necessários, com a recomendação de evitar qualquer mau uso para eles. O que mais faltava aos "sarracenos" de fato eram os materiais de construção, além dos metais.

A cerimônia de acolhida em Ramlah terminava com a missa e a comunhão. Depois o grupo retomava a rota, e era acompanhado até Jerusalém pelos frades menores e também por uma escolta de mamelucos, despachada por aquele que é chamado nos textos de então de "governador de Jerusalém". De fato, não eram raros os ataques de beduínos e vários pilhadores na estrada, principalmente naquela parte favorável às emboscadas entre Ramlah e Jerusalém, com as colinas próximas. De Ramlah, que o senhor de Anglure considera "bela e boa e muito comercial e muito povoada e habitada por sarracenos", os peregrinos não tardavam a avistar a Igreja de São Jorge de Lydda — próxima do local onde hoje se situa o aeroporto de Lod —, onde ainda no século XIV se via aquela igreja famosa, "muito nobre e muito bela", embora em parte destruída quando da retomada da Palestina pelos muçulmanos.

Finalmente os peregrinos chegavam à Cidade Santa. Greffin Affagart descreve em termos tocantes a alegria que ele sente assim que a avista de longe: “De Ramlah à muito santa e muito desejada cidade de Jerusalém, que se avistava de cerca de meia légua (dois quilômetros) de distância, assim que a vimos, ficamos tão comovidos e plenos de alegria e consolo, tanto espiritual quanto temporal, que todas as misérias que havíamos suportado por mar e por terra e toda solicitude foram esquecidas e, de imediato, desmontamos e beijamos o chão com grande devoção, e todos os que estávamos ali, irritados e cansados, parecíamos não caminhar, mas voar.”

Em Jerusalém, os peregrinos são bem ou mal alojados pelos frades menores. Os mais privilegiados são recebidos em seu Convento do Monte Sião. Ali, Greffin Affagart encontrará um frade franciscano de Bernay, Bonaventura Brochard, “com o que muito me alegrei”, escreve, “e não sem motivos, pois... num país tão distante, um homem sozinho fica muito assustado”. No final do século XV, em decorrência de vários desentendimentos, os donos de galeras venezianas não serão mais acolhidos no Monte Sião, mas os peregrinos continuarão a serem aceitos ali. As mulheres são em geral hospedadas no antigo Hospital São João de Jerusalém. Alguns ficavam em casas particulares, pois desde aquela época até nossos dias subsiste em Jerusalém um certo número de árabes cristãos; muitos emigraram em nosso século XX, mas ainda há alguns que vivem lá; na época, eram chamados de “cristãos do cinto”. Alusão à lenda que pretendia que, no momento de sua ascensão, a Virgem Maria confiara seu cinto a São Tomás, que depois evangelizara árabes e sírios antes de ir levar a Boa Nova às Índias. Uma oração muito popular nos grupos de peregrinos é o “padre-nosso São Julião”, recitado “com a esperança de encontrar bom albergue”, como escreve o cronista Henrique de Valenciennes: trata-se de São Julião, o Hospitaleiro, cuja lenda Flaubert narraria; era especialmente evocado para se encontrar um abrigo durante a peregrinação.

Então começa para os peregrinos a “santa busca”, de acordo com a expressão de Ogier d’Anglure, que retoma a denominação tradicional que designa a visita aos Lugares Sagrados pela cidade. Em procissão, o grupo detém-se nos locais designados como tendo assistido à passagem de Cristo carregando a cruz. Esta é a origem do

caminho da cruz, devoção que irá se espalhar pelas igrejas ocidentais nos séculos XVI e XVII, quando a própria peregrinação irá tornar-se mais difícil e muito mais rara. As pesquisas arqueológicas de hoje contribuem com mais de uma correção, do ponto de vista histórico, às etapas estabelecidas pela tradição. O fato é que atesta concretamente a preocupação do peregrino: “Colocar seus passos nos passos de Cristo.”

A “peregrinação” alcança seu termo no Santo Sepulcro. “Nessa terça-feira, quinto dia de outubro, após termos voltado dos Lugares Sagrados, todos nós, peregrinos, juntos, na hora das vésperas, entramos na Igreja do Santo Sepulcro”, observa o senhor de Anglure, “na qual permanecemos por toda essa noite e no dia seguinte até a hora da nona (por volta do meio-dia), tendo as portas sido abertas pelos sarracenos.” A noite passada em orações em torno do Santo Sepulcro representa o auge da peregrinação. Uma procissão desenrola-se com veneração dos lugares principais: o Calvário, o próprio Sepulcro, o local em que Santa Helena encontrou as cruzes, tudo segundo uma ordem estabelecida a partir de então e adotada pela liturgia com preces, hinos e cantigas para ajudar os peregrinos a meditar sobre a paixão e a ressurreição de Cristo. Durante todo esse tempo, os peregrinos permanecem trancados pelos guardas muçulmanos do local, que detêm as chaves da igreja: medida de segurança para eles mesmos e também de proteção, observemos, para os grupos de peregrinos, que estão dessa forma resguardados da eventual hostilidade das populações vizinhas. Acrescentemos que, desse modo, é mais fácil para os “sarracenos” perceberem à entrada o tributo ao qual os peregrinos são submetidos.

Hoje é difícil imaginar aquelas noites que grupos em geral muito grandes passavam na basílica. A narrativa de um certo frade Paulo Gautier⁴ fala de “dois mil peregrinos de ambos os sexos” que eram admitidos ao mesmo tempo na Basílica do Santo Sepulcro para ali passarem a noite, muitas vezes com um certo tumulto provocado por aqueles que não temem comer e beber no santuário como numa

4. Ver a tese de Béatrice Dansette, *op. cit.*, Introdução, p. LXII.

taverna. Um viajante alemão, o cavaleiro Arnold von Harff, em 1476, declarou-se importunado pela multidão que enchia a basílica, cotovelos encostados em cotovelos durante a noite de vigília em que se manifesta uma certa indisciplina a despeito da liturgia organizada.

Hoje só a noite de oração em Santas Marias do Mar, quando da peregrinação dos ciganos, pode nos dar uma idéia do que ocorria. Deve-se contudo observar que na época muitos santuários recebem da mesma maneira os peregrinos por toda uma noite: não apenas Santiago de Compostela, mas muitas outras igrejas como São Martinho de Tours ou Saint-Denis, perto de Paris. Trata-se do costume: passa-se a noite junto ao túmulo do santo que se veio venerar ou cuja assistência se implora. É o hábito do “pernoite”, descrito por Edmond-René Labande⁵. De resto, devemos nos lembrar da familiaridade do fiel de então com o edifício religioso do qual o jansenismo nos afastou por muito tempo. Ninguém se sentia então deslocado por comer, beber ou dormir numa igreja. A casa de Deus não é a casa do povo? Em Marselha, a Igreja de Accoules reúne as pessoas da comunidade para eleger seu reitor e o equivalente de nossos conselheiros municipais. Em Chartres, ninguém se incomoda em transformar a catedral no mercado de vinho na época das vindimas; e certas igrejas da Alta Provença recentemente desobstruídas, como São Donato, apresentam um chão em plano muito levemente inclinado, o que permitia a varredura da palha ou de outros “juncos” pela manhã, quando os peregrinos iam embora.

Quanto ao senhor de Anglure, ele não parece muito escandalizado com o comportamento de seu grupo de peregrinos e prossegue sua narrativa descrevendo a visita a Belém, a excursão ao Jordão, onde toma banho, e a Betânia. Depois, como faz questão de uma peregrinação completa, dirige-se a Santa Catarina, ou seja, rumo ao Monte Sinai, cujo mosteiro, pretende-se, abrigou o corpo de Santa Catarina, que para ali teria sido levada pelos anjos após a sua morte. Começa fazendo provisões e, como homem de Champagne, não

esquece o vinho que consegue em Baït-Jala, perto de Belém. “Nessa aldeia, fizemos nossa provisão de vinho que nos foi entregue pelo cônsul de Jerusalém, pois, como os sarracenos não bebem vinho, os peregrinos têm muita dificuldade para encontrá-lo e ele é muito caro. E saibei”, acrescenta, “que Baït-Jala é muito povoada por cristãos de cinto, mais do que por sarracenos; os cristãos trabalham nas vinhas onde crescem bons vinhos; e saibei que podemos chamá-los de bons vinhos!” Volta a partir a 13 de outubro e chega no sábado seguinte, 16 do mesmo mês, a Gaza. Ali, mais uma vez, refere-se a “provisões”, ou seja, reabastecimento: “Todos os tipos de coisas que sabíamos serem necessárias para atravessar os desertos... Ou seja, biscoitos, asnos, aprestos, cabras para transportar água, tendas, e ali passamos nove dias.”

Quando retoma em seguida a rota com seu grupo, ocorre um episódio surpreendente. No dia de Todos os Santos, os peregrinos chegam diante do que chamam a “fonte do sultão”. “Todos os peregrinos têm o hábito de se alojar perto dessa fonte para beber água doce, pois, desde que partimos de Gaza até Santa Catarina, não se encontra água boa ou aproveitável a não ser na tal fonte do sultão.” Daquela vez no entanto não puderam parar ali. Uma vasta peregrinação de sarracenos, de fato, cerca de dez mil homens, assegura, já se encontrava perto da fonte, voltando de Meca. Duas religiões, duas civilizações que se cruzam em pleno deserto, cada qual em busca de sua verdade, numa região do mundo onde decididamente sopra o espírito... Um encontro do gênero faz refletir. O fato é que, práticos, os donos (organizadores) da peregrinação mal se preocupavam com a aproximação dos dois grupos de peregrinos; o senhor de Anglure e seus companheiros tiveram de ir se alojar “um pouco além, a mais ou menos duas milhas dali”. Chegaram em Santa Catarina a 6 de novembro “mais ou menos às duas horas da manhã”.

Decididamente curioso, Ogier d’Anglure irá, a seguir, até o Cairo. Fica maravilhado com a extensão da cidade e “dou-vos a garantia de que, em nossa opinião, se tivéssemos entrado ali (na cidade) ao raiar do dia, só teríamos chegado ao nosso albergue quando já fosse noite cerrada”. De fato, os seus guias tiveram o cuidado de introduzi-los no Cairo à noite “para que nenhum sarraceno nos impedisse a entrada”. Acha muito bonitas as “igrejas dos sarracenos

5. Ver “Les pèlerinages chrétiens à travers les âges”, em *Mélanges Labande*, Londres, 1974, tomo XI.

nos, chamadas de *muscas*, nas quais fazem e dizem suas devoções... e há algumas dessas igrejas que são muito grandes e muito bonitas e parecem ser belas igrejas de cristãos; porém, nenhum cristão ousa entrar nelas por temor dos sarracenos que não querem que isso ocorra”.

Ele também visita a “cidade de Babilônia”, ou seja, o velho Cairo, admira os “celeiros dos faraós” — as pirâmides — e prossegue até Alexandria, não sem antes sofrer no Nilo um ataque de uma “barca de sarracenos” durante o qual “um cavaleiro da Picardia, chamado monsenhor Pedro de Morqueline, recebeu uma flecha na cabeça, o que lhe provocou muitas dores; e houve outros feridos entre os marinheiros”. Em Alexandria, menciona a grande quantidade de “*fun-duks*”, ou seja, bairros reservados aos mercadores estrangeiros: dos franceses, dos venezianos, dos genoveses, dos castelhanos ou aragoneses, dos cipriotas, dos napolitanos, da gente de Ancona e de Narbonne. “E no bazar de Narbonne alojaram-nos a todos nós, peregrinos”, acrescenta, “porque nesse bazar há um preposto do sultão que é cristão e sabe quanto deve entregar ao sultão de tributos a cada ano e sabe quantos cristãos devem entrar em Alexandria como peregrinos, e esse oficial é chamado de cônsul de Narbonne e dos peregrinos.” O que nos informa o que é, entre todos os estrangeiros, o cônsul de Narbonne cuja função é perceber os impostos para o sultão do Egito e que, conseqüentemente, controla todas as chegadas de peregrinos a Alexandria. Tudo indica que naquele final do século XIV as somas assim levantadas são importantes o suficiente para que o sultão evite contrariar as peregrinações e as idas e vindas das “galés peregrinas”.

Os “acazos” do périplo por mar

Na continuação da viagem, Ogier d’Anglure transmite-nos um desses “acazos” que podiam surpreender no mar — ou seja, uma tempestade — e que o colocou, juntamente com seus companheiros, em perigo. A nave na qual embarcara perde o leme “e por várias vezes nossa vela caiu no mar apesar de todos os marinheiros e, quando

chegou a noite de Natal, um pouco depois da meia-noite, ficou tão escuro que um não conseguia ver o outro no navio. Naquele momento estávamos perto da terra, ou seja, dos rochedos de Chipre... que era a coisa que mais nos incomodava, e também aos marinheiros e, na verdade, todos os rostos exprimiam a proximidade da morte”. Desviado de sua meta que era a ilha de Rhodes, o navio que os transporta encontra-se portanto em Chipre, escapa por pouco dos recifes e aborda finalmente o porto de Limassol “com o que todos ficaram muito contentes e agradeceram a Nosso Senhor de todo o coração”.

Ei-lo portanto em Chipre à tarde do dia de Natal. Informado da chegada do navio de peregrinos em dificuldades, o rei envia animais de transporte, mulas, cavalos e animais de carga para levar as pessoas e sua bagagem até Nicósia. Em seu caminho, os peregrinos não deixam de ir “direto à Santa Cruz que está em Chipre, que é a cruz onde o bom ladrão foi pendurado à direita de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Depois de se lembrar de Santa Helena que permaneceu viva em Chipre, principalmente nas igrejas de Stavro Vuni e de Tochni, que teriam ambas recolhido as relíquias que ela carregava consigo⁶, o senhor de Anglure nos descreve o que é ainda hoje esse mosteiro de Stavro Vuni, com o qual ele se maravilha, e depois entra em Nicósia, onde os peregrinos são recebidos pelo rei: “O rei de Chipre era um homem bastante bonito e falava um francês bastante bom. Acolheu-nos bem e demonstrou muito amor aos peregrinos.” Estes são alojados junto aos frades menores de Nicósia, “e o rei mandou transportar para lá, para nós, as próprias camas de seu palácio: colchões de lã para se dormir sobre eles e tapetes para serem colocados ao redor de nossos quartos”. No dia seguinte, dia da Epifania, o rei envia-lhes presentes próprios para um festim: cem aves, vinte carneiros, dois bois, quatro barris cheios de um ótimo vinho tinto e quatro barris cheios do ótimo vinho de “Marboa”, além de grande abundância de

6. Em compensação, ele não menciona Akrotiri, onde se atribui igualmente a Santa Helena a iniciativa de ter desembarcado um navio cheio de gatos, destinados a livrar a ilha das serpentes que a infestavam; ainda hoje se visitam os restos do Mosteiro de São Nicolau dos Gatos, onde cerca de 50 desses animais são mantidos pelas religiosas que nele residem.

ótimo pão branco. No domingo seguinte, o rei volta a receber os peregrinos. Tratava-se naquele ano de 1396 de Tiago I de Lusignan, o irmão de Pedro I, que escapara da vingança de Leonora de Aragão; ele desposara Heloísa de Brunswick, também mencionada no relato de Ogier d'Anglure. "E a rainha chegou na sala, muito nobre e graciosamente acompanhada por quatro filhos e quatro filhas, cavaleiros, senhores, damas e donzelas, e cumprimentou-nos a todos com muita graça. Ela estava", acrescenta, "muito honrosamente vestida e trazia na cabeça um diadema de ouro, de pedras e de pérolas muito nobre e rico."

Um fato iria entristecer a estada em Chipre: a morte do "monsenhor Simão de Sarrebrück", que era considerado praticamente como o senhor da peregrinação. Atingido por uma febre que a princípio os médicos declaram benigna, mas que não tarda a degenerar, no dia 18 de janeiro seguinte ele "entregou a alma a Nosso Senhor Jesus Cristo com muita complacência e suavidade". Foi enterrado na Igreja São Francisco dos franciscanos, em Nicósia, igreja que hoje desapareceu por completo.

Dois dias depois, os peregrinos deixaram Nicósia "com muita dor e irritação por terem perdido seu senhor e mestre". Embarcaram a 22 de janeiro em Limassol e aportaram na pequena ilha de Châtel-Rouge, que pertencia aos hospitaleiros, depois de terem sofrido muitas outras tribulações no mar. Os dez peregrinos restantes tiveram de passar um certo tempo numa barca que acabava de descarregar sal e na qual "não tinham qualquer conforto, pois passamos três dias ou mais sem beber vinho... e o patrão não dispunha de víveres para nós além de um pouco de água podre e um pouco de velhos biscoitos cheios de vermes". Felizmente em Châtel-Rouge, os frades do Hospital puderam proporcionar-lhes conforto, comida e bebida. Embarcariam enfim, em Rhodes, a 9 de abril de 1396 para chegar a Veneza, após algumas paradas forçadas na costa da Dalmácia, no dia 23 de maio seguinte. Finalmente, um mês depois, "ao vigésimo segundo dia de junho do ano da graça de Nosso Senhor de 1396, fomos jantar em Anglure", conclui o peregrino.

"Guias do peregrino"

Assim termina a narrativa do senhor de Anglure, muito exata em sua concisão. Desse relato, assim como de outros, tão numerosos, que subsistiram — e que, sublinhemos de passagem, mereceriam o recenseamento completo que os computadores permitem — podemos concluir por uma espécie de estabilidade nos itinerários e na liturgia adotada. Haveria grande diferença entre os roteiros que nos foram transmitidos por fragmentos da *Peregrinatio Etheriae* — para conservar seu nome tradicional —, do século IV de nossa era, e os praticados normalmente mil anos depois? Essa persistência através dos tempos e apesar dos acasos da Terra Santa é confirmada por essas pequenas obras que foram os "guias de peregrinos" já nos séculos XIV e XV. Tivemos um nas mãos⁷. Trata-se de um manuscrito em formato de bolso: 125 por 90 milímetros, composto de folhas de pergaminho e papel — as primeiras consolidadas pelas últimas de quando em quando a fim de garantir a firmeza dos 388 fólhos que o compõem —, fixadas com solidez numa encadernação robusta de pele de carneiro, montada numa ripa de madeira com fechos de cobre. O historiador Röhricht deu em outros tempos a lista dos guias conhecidos. Assinalemos que a maioria provinha do Convento do Monte Sião, em Jerusalém⁸. Esses pequenos guias existiam desde o século XIII; muitos deles serviram de base às narrativas propriamente ditas de peregrinação. O que tivemos a oportunidade de estudar, e cujo estado de conservação era totalmente notável, é muito completo, pois comporta uma parte histórica — a história da Palestina, tirada da *Historia Orientalis*, de Tiago de Vitry —, uma parte geográfica, que enumera como etapas os Lugares Sagrados da Galiléia, da Judéia e do Egito, uma parte litúrgica com os cantos, arengas e orações que se impõem durante as visitas a cada um dos Lugares Sagrados e, em seguida, tratados doutrinários relativos às diversas religiões ou diversos cultos e ritos praticados no Oriente e até um glossário de termos bíblicos, assim como uma narrativa de peregrinação bem conhecida, a do

7. Na Biblioteca Jean Lebaudy, hoje na Biblioteca de Versailles.

8. Röhricht, *Deutschen Pilgerreisen nach dem Heilige Lande*, Innsbrück, 1900.

dominicano Bouchard do Monte Sião. Munido de um guia do gênero, o peregrino, clérigo ou leigo, tinha condições de aproveitar por completo a “viagem santa” que empreendera.

Apesar da dureza dos tempos e das dificuldades que apresenta, a peregrinação a Jerusalém foi aparentemente muito comum no final do século XIV e ainda no século XV. Pode-se até observar que na época a peregrinação em geral impregna a mentalidade. Fornece o tema de muitos poemas alegóricos, como *Peregrinação de vida humana* de Guilherme de Digulleville, o prior de Chaalis, composto em meados do século XIV. Inspira também muitos peregrinos que desejam entrar na ordem do Santo Sepulcro que fora fundada logo após a tomada de Jerusalém e sofrera a partir de 1130, sob a impulsão de Balduíno II, uma extensão que aumentará muito no século XIV. Uma bula do papa Clemente VI confiara aos franciscanos, guardiães dos Lugares Sagrados, e principalmente aos custódios do Monte Sião, o poder de consagrar cavaleiros da ordem do Santo Sepulcro alguns dos peregrinos que recebiam. Nela figuram o futuro imperador da Alemanha, Frederico III, que viera para Jerusalém com cerca de 900 companheiros, ou ainda Érico da Pomerânia, rei da Dinamarca, peregrino em 1425. As cerimônias de armação dos cavaleiros ocorriam na própria Basílica do Santo Sepulcro. Sabe-se que a ordem subsistiu e passou, em nosso século XX, a uma nova atividade, a de zeladora de hospitais e escolas na Palestina.

Peregrinas⁹ de todos os tempos

Não podemos concluir esse capítulo consagrado ao renascimento da peregrinação à Terra Santa sem citar a “peregrina” célebre que foi a mística inglesa Margery Kempe. Ela estendeu-se bastante sobre sua peregrinação a Jerusalém em sua autobiografia. Nascida em

9. É agradável para nós retomarmos aqui o título dado por Jeanne Bourin a seu romance consagrado a uma família que contava várias “peregrinas” notáveis, recolocadas no contexto — historicamente muito exato — da Primeira Cruzada (*Les pègrines*, ed. François Bourin, 1989).

1373, ela tinha 40 anos quando decidiu ir à Terra Santa. Fora anteriormente ao Santuário de Canterbury, que quase não a afastou de sua casa, pois residia em Lynn, no Norfolk. Aos 20 anos, desposou John Kempe e ambos, marido e mulher, fazem juntos voto de castidade no ano de 1413 após 20 anos de vida em comum. Margery, que aparentemente é de uma piedade um tanto demonstrativa, visitou antes de sua peregrinação aquela outra mística cuja obra foi apreciada através dos tempos, Julian de Norwich.

Ela embarca em Yarmouth no mês de novembro de 1413 e aporta em Zierickzee, cidade da Hansa, situada na Holanda, que será seu ponto de partida e dos outros peregrinos com quem irá viajar. Os acontecimentos da França na época — é o ano em que Paris é completamente perturbada pela guerra civil entre Armagnacs e Bourguignons e em que o rei da Inglaterra prepara o desembarque que resultará na vitória de Azincourt — não facilitavam, é claro, a travessia do país. Tendo escolhido atravessar o vale do Reno, os peregrinos chegam à cidade de Constança, na Suíça, onde Margery Kempe, cuja presença é bastante mal suportada pelos outros devido a suas demonstrações de piedade exaltada, assinala que fora reconfortada por um frade inglês, o legado do papa, que a acalma e estimula. No final do ano, está em Veneza. Ali passará três semanas à espera de um comboio, pois a estação não favorece as viagens.

Margery aporta portanto em Jaffa nos primeiros meses do ano de 1414 e, montada num asno, pega a estrada de Ramlah, que a leva a Jerusalém. No momento em que avista a Cidade Santa, ela exulta de alegria a ponto de “quase cair de seu asno, não conseguindo suportar a doçura que o senhor trazia para ela”; dois peregrinos holandeses socorrem-na a tempo e evitam que caia. Um deles, compadecido, faz com que engula algumas “especiarias” para reconfortá-la. No Calvário, ela chora e grita em voz alta, pois tem a visão do Cristo crucificado. Margery confirma-nos que, durante as peregrinações, as mulheres ficavam alojadas numa grande sala dependente do Hospital São João, bem próxima da Igreja do Santo Sepulcro, que é hoje a igreja luterana.

Margery enumera depois as etapas de sua viagem: Belém, as margens do Jordão, o Monte da Quarentena — o termo alude aos 40 dias que Cristo teria passado ali, jejuando no deserto — e Betânia. Ela retorna ao Santo Sepulcro e toma o caminho de volta, novamente por Veneza, onde provavelmente se encontra no final de junho ou no mês de julho de 1414. Quando dessa viagem de volta, passa um tempo em Roma, dali viajando para a Inglaterra. Em 1417, parte de novo rumo a Santiago de Compostela. Assim, cumpriu em sua vida as três grandes peregrinações da cristandade.

Para terminar, seria justo mencionar pelo menos rapidamente a retomada em nosso século XX do gosto pela peregrinação com tudo o que esta supõe do ponto de vista espiritual, é claro, mas também do ponto de vista humano em geral. A curiosidade de espírito e o gosto da aventura voltaram-nos após terem se esmaecido um pouco nos tempos clássicos quando, afora raras exceções, pensava-se geralmente com Pascal que “todas as desgraças do homem provêm de ele não saber permanecer em repouso em um quarto”. Não interrogaremos as estatísticas, nem apelaremos para as agências de viagem: todos souberam da repercussão da peregrinação de cerca de cinco mil jovens a Santiago de Compostela em 1989. Porém, agrada-nos particularmente sublinhar aqui o feito de duas moças intrépidas, Evelyne e Corinne Coquet que, em 1973, no domingo 23 de setembro, partiam de Paris, da praça do adro de Notre Dame, para ir a cavalo até Jerusalém, arrebatadas pelo sonho um tanto louco de cavalgar na esteira de Godofredo de Bouillon. Elas corriam todos os riscos do mundo de sua empreitada terminar lamentavelmente por falta de resistência dos cavalos ou de estímulo, por doença ou confusão, das amazonas. Mas não. Por montes e vales, por seis mil quilômetros — pois, como escreve Evelyne Coquet, pela estrada, entrelaçamentos e emboscadas dão muito mais do que os quatro mil quilômetros de Boeing que unem Paris a Jerusalém! —, enfrentando perigos semelhantes aos dos cruzados que as haviam precedido pelos mesmos caminhos cerca de 900 anos antes, com mais algumas dificuldades que os cruzados não tiveram de enfrentar — entre outras a papelada que tiveram de levar quando partiram —, atingiam seu objetivo e encontravam-se diante do Santo Sepulcro a 18 de abril de 1974. De sua jornada de seis meses resultou um livro chamado *Le bonheur à cheval. De Paris à Jerusa-*

*lém sur le chemin des croisés*¹⁰ [A felicidade a cavalo. De Paris a Jerusalém no caminho dos cruzados].

Não era indispensável lembrar, seguindo os passos dos peregrinos de antanho, o feito notável, testemunho ao mesmo tempo histórico, de resistência esportiva, de desejo de amizade com as inúmeras populações e civilizações encontradas na estrada, dessas cruzadas do século XX?

10. Robert Laffont, 1975.

AS ÚLTIMAS RAINHAS

“Nosso imperador deseja conceder sua filha única em casamento à Tua Senhoria. A primeira coisa a respeito da qual se pergunta em semelhante circunstância é sobre a beleza: ora, garantimos a ti que ela é uma das mulheres mais bonitas do mundo. A segunda, é sobre a inteligência. Protegida pela graça divina, ela tem inteligência e foi instruída nas letras pelos mestres mais célebres, como Tua Senhoria poderá se informar junto a todos. Estamos te prometendo, além do mais, um dote muito considerável; além de várias fortalezas na Héliade, ela irá levar-te cinquenta mil ducados em ouro e prata; desse modo terás o imperador por pai e ele irá te considerar como seu próprio filho.”

Essa carta de compromisso resume bastante bem o que se espera de uma moça destinada a se tornar esposa de um príncipe estrangeiro. No caso, trata-se do convite que os embaixadores de Constantinopla entregaram ao rei de Jerusalém e de Chipre, Pedro II, a 8 de novembro de 1372. Havia sido enviados pelo imperador Kalojan Paleólogo. Várias intrigas da corte no entanto fizeram a união do jovem rei de Chipre com a casa imperial fracassar, e este desposou

— em segredo, diz o cronista Makhairas — Valentina Visconti, a filha do duque de Milão, Barnabó Visconti, dona de uma enorme fortuna.

Poucas personalidades femininas manifestam-se aliás durante esse reinado bastante obscuro. Tendo se retirado para Aragão como vimos, Eleonora, a mãe de Pedro II e a mulher do defunto Pedro I, reaparece de vez em quando nos textos da época, sobretudo para exigir suas rendas, depois que foram suprimidas as que ela tinha direito sobre a ilha de Chipre. Ela acabará por obter de seu primo, o rei de Aragão, Pedro IV, uma pensão substancial e direitos sobre a cidade de Valls, situada perto de Tarragona, antes de morrer bem idosa em Barcelona, a 26 de dezembro de 1417.

Chipre presa entre genoveses e mamelucos

Seu filho, Pedro II de Chipre, morreu em outubro de 1382 sem deixar herdeiros, de forma que foi sucedido por seu tio Tiago I — o mesmo que os genoveses haviam aprisionado e levado para sua cidade. O infeliz só pode sair de Gênova e receber a coroa de Chipre três anos depois, após ter cedido aos genoveses a cidade de Famagusta e o famoso castelo de Querínia, ao norte da ilha. Pedro II já tentara em vão opor-se ao domínio genovês aliando-se aos venezianos; porém, a partir de então, o poder de Gênova tornou-se mais pesado sobre a ilha, onerando a população com impostos cada vez maiores. Uma sociedade por ações, a famosa Mahone de Chipre, percebia o montante a título de indenizações de guerra e reservava também para si o monopólio do comércio cipriota. Os acionários — sobretudo “senhoras viúvas”, precisa Makhairas — haviam reunido um capital de 400 mil ducados do qual descontavam 60% de lucros (“ou seja, 240 mil ducados por ano”). Como escreve René Grousset a esse respeito: “Nunca a exploração capitalista de todo um povo por uma sociedade financeira foi mais completamente realizada”; (seria possível acrescentar: a não ser em nosso século XX pelos poderes financeiros do Ocidente com relação aos países da África negra, por exemplo.)

Essa dependência absoluta prossegue sob o reinado do filho de Tiago I, que ele chamara de Janus para adular a orgulhosa senhoria de Gênova, que acreditava encontrar relações etimológicas entre seu nome (*Januenses*) e o do deus antigo com dois rostos: um longo reinado de 34 anos, de 1398 a 1432, durante o qual a tutela genovesa se torna ainda mais pesada após uma tentativa abortada do rei para recuperar Famagusta. A cidade, outrora tão próspera, não cessa de se despovoar e assiste à deserção de seus empórios sob o efeito do monopólio genovês.

A própria ilha será invadida pelos mamelucos do Egito. Era uma boa oportunidade para eles se vingarem do feito inesquecível de Pedro I, quando tomou Alexandria. Depois de terem pilhado Limassol uma primeira vez, os mamelucos voltam com grandes forças e, em 1426, esmagam o exército cipriota em Khirokitia: uma daquelas derrotas que assinalam a decadência da cavalaria de então, um pouco como no Ocidente a de Crécy no século XIV e a de Azincourt no século XV. O rei Janus foi feito prisioneiro e teve de desfilar pelas ruas do Cairo à frente dos restos lamentáveis de seu exército vencido. O desastre foi acompanhado de revoltas camponesas — semelhantes à Jacquerie na França — que eram mais pilhagens do que revoltas organizadas.

Para obter a liberdade, o rei Janus teve de se reconhecer vassalo do sultão do Cairo. Desse modo, Chipre submetia-se aos mamelucos enquanto era literalmente pilhada pelos genoveses que lhe extorquiam ao mesmo tempo impostos e direitos de alfândega. Duplamente humilhada, Chipre é mais do que nunca “uma pedra jogada no meio do mar”, como escreve Makhairas: “(Janus) nunca mais rira desde o primeiro dia de seu cativeiro.” Foi no entanto, de acordo com o testemunho do mesmo cronista, “um homem sábio, forte, belo e bom”.

Desposara a 25 de agosto de 1411 Carlota de Bourbon, cuja chegada fora marcada, segundo o cronista, por uma feliz coincidência: “Assim que chegou, a praga dos gafanhotos diminuiu e inúmeros bens chegaram a Chipre graças”, ele diz, “à boa sorte da rainha.” A ilha de fato estava desolada não apenas pela volta da peste, mas também há dois anos pela praga dos gafanhotos, que devoravam

"todas as sementes, a relva dos prados e as árvores... Em três anos, arruinaram todos os jardins de Calamuli, tendo as árvores permanecido desnudas como no inverno; os limoeiros, as oliveiras e as alfarrobeiras secaram". Resta-nos uma lembrança da rainha Carlota e de seu esposo Janus: um belíssimo afresco na capela real de Pyrga, bela aldeia do distrito de Larnaca. Essa capela tem hoje em dia o nome de Santa Catarina após ter sido a "Capela da Paixão". Conserva um conjunto de pinturas sublinhadas na abóboda por faixas ornadas com a cruz de Jerusalém. O rei e a rainha estão orando, ambos com suas coroas, ao pé da Cruz.

Em 1413, Carlota tivera um filho chamado João e depois uma filha, Ana, em 1418. Três outras crianças não sobreviveram. São atribuídas várias fundações à rainha, entre elas, a do Hospital São Agostinho — talvez em Nicósia —, para o qual, diz Makhairas, "mandou fazer camas, cobertores e lençóis para os estrangeiros" que eram acolhidos ali.

O rei Janus de Lusignan morreu em junho de 1432, e seu filho João foi imediatamente reconhecido rei sem dificuldades. Foi coroado como seus ancestrais na Catedral de Santa Sofia em Nicósia a 24 de agosto com o nome de João II. Sua primeira esposa foi uma francesa, Medéia de Montferrat, que morreu em 1440.

Com a segunda esposa de João II, a partir de 1441, a influência grega substitui a francesa. Ela chama-se Helena Paleóloga, é filha do déspota de Moréia e favorece ativamente a Igreja Ortodoxa cuja influência já é profunda, mesmo entre a população católica, pois, desde 1368, o papa Urbano V proibia que as mulheres "latinas" assistissem a ofícios nas igrejas de rito grego. Para a princesa bizantina, a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos a 29 de maio de 1453 vai constituir uma verdadeira ferida. Essa tomada de Constantinopla será aliás sentida no Ocidente como a morte de uma civilização.

"Excelentes senhores de Constantinopla e muitos monges buscaram asilo em Chipre", escreve o cronista anônimo, continuador da obra de Makhairas; "como desejasse tratar bem dos refugiados, a rainha tomou a Igreja de São Jorge, apelidada de Mangana, e trans-

formou-a num mosteiro (destinado a acolhê-los) ao qual deu rendas suficientes para que seu nome fosse mencionado nas preces."

Sob o reinado de João II e sobretudo de sua esposa Helena, que governa de fato, a língua grega e o cipriota readquirem seus direitos. É o momento de observar que o juramento prestado pelos reis de Chipre quando são coroados na Catedral de Santa Sofia de Nicósia é pronunciado em francês, da mesma forma que anteriormente na Palestina. Leôncio Makhairas declara por sua vez: "Depois que os Lusignan conquistaram a ilha, começou-se a aprender o francês, e a língua helênica tornou-se bárbara; por isso hoje escrevemos o grego e o francês misturando-os de tal forma que ninguém consegue compreender nossa língua."

Helena tinha uma personalidade forte, autoritária até a violência. Seu esposo enganava-a com Marieta de Patras, com a qual tivera um bastardo antes do casamento. Num acesso de ciúme, Helena jogou-se um dia em cima de Marieta e mordeu-a com tanta crueldade, que lhe arrancou o nariz. Também tentou atacar o pequeno bastardo, mas seu esposo o protegia.

Tiago, o Bastardo, era muito bonito e de uma inteligência surpreendente sob todos os pontos de vista. João II proporcionou-lhe uma educação cuidadosa. Helena pelo menos conseguiu afastá-lo do trono fazendo com que entrasse nas ordens. Aos 17 anos tornou-se arcebispo de Nicósia! O cronista Jorge Boustronius chama-o todo o tempo de "Apóstolo", nome dado ao papa e aos bispos. Ora, ele não tardaria a revelar uma ambição e um caráter pouco compatíveis com o caráter apostólico que lhe atribuíam.

João II e Helena tinham uma filha legítima, Carlota, a quem estava prometida a sucessão de Chipre e de Jerusalém. Em 1456, ela casava-se com o príncipe de Portugal, João de Coimbra, que morreria no ano seguinte. Correu um boato de que o Apóstolo tinha algo a ver com aquela morte rápida. Provavelmente isso não é verdade, mas magoado com a acusação, Tiago, o Bastardo, mandou os homens de ação matarem o camareiro da rainha-mãe Helena, de quem ele suspeitava terem provindo os boatos. Em seguida fugiu de Chipre, permaneceu alguns meses em Rhodes e depois voltou à sua ilha, dessa

vez para se livrar de dois outros conselheiros da rainha Helena, Tiago e Tomás Gurri.

Nisso, a rainha Helena morre a 11 de abril de 1458, e o rei João II decidiu fazer sua filha, então viúva, desposar seu primo irmão Luís de Savóia. João II morreu a 26 de julho daquele mesmo ano de 1458, e a rainha Carlota foi coroada em Santa Sofia. “E no domingo, pela manhã, levaram a rainha a Santa Sofia, todos os cavaleiros e todo o povo, e ela foi coroada em meio a uma grande festa e, quando ela chegou no pátio do castelo, seu cavalo tropeçou, e a coroa caiu-lhe da cabeça. Todos acharam aquilo um mau agouro.” A situação estava evidentemente muito tensa entre a rainha Carlota e Tiago, “o Apóstolo”, pois era mútua a suspeita de que um queria se livrar do outro. Ela proibira-lhe aparecer na coroação. Finalmente o Bastardo resolveu fugir e embarcou numa caravela e depois num navio mercante rumo ao Egito. Ele já abandonara a ilha quando Luís de Savóia chegou a ela, no ano de 1459, para desposar sua prima Carlota em Santa Sofia.

Ora, desde a derrota de Khirokitia em 1426, Chipre estava sob o domínio egípcio (enquanto continuava a sofrer o jugo dos genoveses). No Cairo, Tiago, o Bastardo, foi recebido pelos mamelucos aos gritos de: “Longa vida ao rei Tiago!” Ele de fato tivera a habilidade de se apresentar como adepto dedicado do poder muçulmano hostil aos soberanos cipriotas. Todos iriam assistir a esse espetáculo mais do que insólito de um pretendente ao trono de Chipre voltando à sua ilha numa esquadra egípcia, escoltada por uma guarnição de mamelucos! Ao tomarem conhecimento de sua chegada, Luís e a rainha Carlota foram se refugiar na fortaleza de Querínia. A frota — 80 galeras grandes ou pequenas — aportou em Famagusta a 18 de setembro de 1460. Alguns dias depois, o rei Tiago e sua tropa de sarracenos entravam em Nicósia.

Foi assim que Tiago, o Bastardo, depois Tiago, o Apóstolo, finalmente se tornou Tiago II, rei de Chipre e de Jerusalém. Por três anos, o rei Luís e a rainha Carlota, cercados pela quase totalidade dos barões franceses de antiga linhagem, resistiram protegidos pelas fortificações de Querínia.

Combatente excepcional, vencedor perspicaz, plenamente consciente do objetivo a ser atingido e pouco escrupuloso na escolha de meios, o rei Tiago II, em três anos, esclareceria uma situação espinhosa. Luís e Carlota haviam ido pedir reforços a Rhodes, onde haviam sido recebidos com todo tipo de atenções pelo grande mestre da Ordem do Hospital. Quando voltaram, conseguiram apoderar-se por algum tempo do castelo de Pafo. Porém Tiago II recuperou-o de pronto e, em 1463, também a fortaleza de Querínia caía em suas mãos, depois de se terem esgotado todos os recursos dos que ali resistiam.

No ano seguinte, procedia a um lance teatral: apoderava-se de Famagusta e, em agosto de 1464, dali expulsava os genoveses. Acabava-se a ocupação de mais de um século. Para toda a população cipriota, o domínio genovês significara apenas opressão, encargos esmagadores, brutalidade e paralisia do comércio para o benefício exclusivo de Gênova. Isso significa que semelhante libertação garantia a Tiago II uma glória e um poder incontestáveis.

As núpcias do bastardo e da bela veneziana

No auge do poder e da glória, o rei talvez ainda se sentisse insatisfeito; provavelmente sua origem bastarda o marcara; queria obter uma espécie de reconhecimento oficial. E como obtê-lo melhor do que por um casamento devidamente reconhecido? E por sua coroação?

Para ele, e é muito significativo, coroação e casamento estão ligados; a presença de uma rainha a seu lado iria torná-lo um rei. Ele volta-se então ao poder supremo, numa época em que o poder espiritual conservava seu prestígio, ao papa de Roma.

“No ano de 1471, o rei enviou o arcebispo (de Nicósia) a Roma a fim de tratar com o papa de sua coroação como rei de Chipre e também para discutir seu casamento com a filha do déspota de Moréia que estava então em Roma na custódia do cardeal de Nicéia (o despotado de Moréia, antigo feudo dos Villehardouin, caíra nas mãos dos turcos em 1460, e o cardeal de Nicéia era simplesmente o famoso Bessarion, humanista bizantino e adepto convicto da união entre as

igrejas do Oriente e do Ocidente). O arcebispo", prossegue Boustronius, "apresentou-se pessoalmente diante do papa e entregou sua mensagem, mas, por mais que fizesse, o papa não consentiu na coroação do rei, pois o herdeiro legítimo ainda estava vivo." Quanto ao casamento, Tiago II deveria recusá-lo, já que para ele os dois problemas estavam ligados.

Eram possíveis duas orientações, e a opção determinará o destino de Chipre; como não obteve o apoio de Roma, Tiago II volta-se para Veneza, a cidade comerciante que está se tornando onipotente no Mediterrâneo. A união com Veneza adquire os traços da belíssima Catarina Cornaro que, trazida pelo seu tio Andrea em 1472, desposou o rei em Famagusta, "em meio a grandes festas".

O nome Cornaro aparece pela primeira vez nos documentos cipriotas em 1372, exatamente um século antes da chegada de Catarina a Chipre. A mando de Pedro II, João Cornaro entrega dez mil ducados para satisfazer as exigências dos genoveses. Seu nome verdadeiro em dialeto veneziano era Corner, e vemos um certo Janaqui Corner entre os notáveis venezianos que injuriavam os genoveses na coroação desse mesmo rei. Algum tempo antes, sob o reinado de Pedro I, um certo Frederico Cornaro recebe por duas vezes o rei em seu palácio veneziano, e Pedro I confere-lhe a cavalaria e o direito de usar as armas dos Lusignan com a divisa "Para lealdade manter". É ele também que desposa por procuração em 1378, no lugar do jovem rei Pedro II, a filha do duque de Milão, Valentina Viscontit. Tomará parte ativa na guerra empreendida por Veneza contra os genoveses em Chioggia.

No século XV, distinguem-se dois ramos principais na família. Os que possuem na própria ilha de Chipre as grandes propriedades de Episkopi, onde se cultiva a cana-de-açúcar, são chamados pelos franceses da época os "Corniers da Piskopia". O outro ramo, dos parentes imediatos de Catarina, são os "Cornaro della Regina" ou "Cornaro della Ca Grande". Possuem dois palácios: o palácio Mocenigo-Corner na paróquia de São Paulo e um outro no Grande Canal, na paróquia de São Cassiano. Os dois palácios foram alternadamente a residência de Catarina, o primeiro quando ela se casou, o segundo — chamado desde então o palácio da rainha — quando ela voltou a Veneza.

Os venezianos da época povoam os mares e as ilhas da Grécia, onde têm por toda parte empórios e residências. Marco Cornaro, o pai de Catarina, e seu irmão Andrea encontravam-se ambos em Chipre quando o rei João II morreu em 1458. Após uma certa hesitação, eles haviam apoiado as ambições de Tiago, o Bastardo, e até colocado sua fortuna à disposição dele. Marco é pai de sete filhas e de um menino chamado Jorge. Parece que a idéia de fazer a jovem Catarina desposar o Bastardo, que se tornara Tiago II, foi de Andrea Cornaro, seu tio.

"Ela foi levada a Chipre no ano de 1472 e seu casamento ocorreu em Famagusta em meio a grandes festas. Depois de tê-la desposado, o rei viveu um ano e, desde a época em que voltara a Chipre para ser rei, teve doze anos e oito meses de realza e morreu aos trinta e três anos", escreve, num resumo cheio de amargura, o cronista Boustronius a respeito de Tiago II. O rei ficou doente a 27 de maio de 1473 e, como estivesse se sentindo muito mal, fizera seu testamento: "se ocorrer de Deus agir comigo de acordo com a Sua Vontade, minha mulher será dama e rainha de Chipre, ela que hoje espera um filho; e, quando tiver esse herdeiro, quero que a criança seja proprietária desse reino." Ele morreu alguns dias depois, a 11 de junho, e foi enterrado na Catedral São Nicolau de Famagusta num magnífico sarcófago de mármore com uma inscrição descoberta no século XVI, onde era qualificado de César, de príncipe magnânimo, piedoso, prudente, clemente e magnífico e onde também era mencionada Catarina, qualificada de *venustissima*, extremamente bela.

Ao escrever isso, o redator do epitáfio não teve de recorrer às fórmulas convencionais para esse tipo de literatura, pois Catarina Cornaro era de fato extremamente bela. De resto, foi pintada muitas vezes pelos maiores nomes da pintura, já que, entre as peças de autenticidade certa, existe o quadro de Veronese no Museu de Viena e o de Bellini em Budapeste. Ambos pintaram-na no momento em que já atingira uma maturidade bastante pesada; o retrato de Ticiano, em compensação, evoca-a em seu auge, quando devia ter cerca de 20 anos, ao desembarcar em Chipre.

Os nobres e principais capitães do rei em Nicósia prestaram imediatamente juramento a essa rainha muito jovem e muito bela, assim que tomaram conhecimento da morte de Tiago. Catarina de-

monstrou sem demora disposições certas para o governo ao mandar transportar para Famagusta, assolada pela fome, já no mês de junho, mil medidas de trigo. Não conseguiu ir a Nicósia no mês de julho, pois estava a ponto de dar à luz. A 28 de agosto de 1473, pôs no mundo um filho, de imediato chamado rei Tiago III.

Imaginam-se as angústias da jovem mulher quando do parto desse filho póstumo, as perplexidades da jovem rainha nesse meio ainda desconhecido para ela. Toda a sua sutileza veneziana não seria excessiva para ela se orientar no meio de tantas rivalidades e ambições que ameaçavam seu trono, a começar pela rainha Carlota, outrora afastada pelo seu irmão, o Bastardo.

Sabia-se que a última estava buscando o auxílio dos cavaleiros de Rhodes. Tentou igualmente negociar com o capitão de uma frota veneziana: "Agora o rei Tiago está morto, era um Bastardo que detinha injustamente o reino, e não é justo que, enquanto o herdeiro estiver vivo, outros tentem se apoderar do reino. Atualmente, como a herdeira do tal reino está viva, Vossa Senhoria deve dar-lhe toda a assistência para reconquistá-lo de acordo com a exigência da justiça, pois o rei que governava anteriormente vos considerava muito caro, protegeu vossos bens e as rendas que tínheis em Chipre. Para ser justo, deveis dar-lhe assistência." Ao que o capitão respondera: "Dizeis que um Bastardo detinha o reino injustamente e que agora a rainha (Carlota) enquanto herdeira o reivindica para ela. Ele governava o reino como rei aprovado pelo sultão. E eu fui designado para ajudar meu senhor mais do que Vossa Senhoria. Eis a minha resposta." Ao chegar a Famagusta, ele revelou esse diálogo à rainha Catarina. Esta agradeceu-lhe, e o capitão voltou à sua frota.

Por volta de 15 de agosto daquele ano de 1473 foi tentado um complô quando de uma peregrinação da população de Querínia. Disfarçados de grupos de peregrinos, homens dedicados à rainha Carlota tentaram em vão ocupar o castelo. O sultão do Cairo, por sua vez, exigia o pagamento de seu tributo de suserano, que não era mais pago por Catarina. Quanto aos catalães e aos sicilianos, agitavam-se instigados pelo rei Fernando de Nápoles: tratava-se de dar em casamento a um bastardo de Fernando, chamado Afonso, a bastarda de Tiago II, chamada Charla ou Ciarla (o próprio Tiago, o Bastardo,

tivera três filhos ilegítimos). O arcebispo de Nicósia, Luís Perez Fabregues, era a favor desse projeto.

A situação iria envenenar-se para ter um desenlace brutal após um ato de violência. "A 14 de novembro (1473), Pedro Davila (homem de confiança da rainha) montou em seu cavalo, e todos os francos e gregos que serviam sob suas ordens contra um soldo mensal dirigiram-se com ele a Famagusta, para saber das disposições a serem tomadas. No caminho, encontraram um homem chamado Ringos e pediram-lhe notícias de Famagusta. Ele respondeu: 'Deveis saber que no sábado, três horas antes do alvorecer, o monsenhor Andrea Cornaro, tio da rainha, foi morto, assim como seu sobrinho, o monsenhor Marco Bembo, e também Gabriel Gentile e Paulo Chappe.' Quando Pedro Davila ouviu aquilo, perguntou-lhe como aquilo acontecera, e ele disse: 'Não posso dizer-vos nada além do que ouvistes', despediu-se e foi embora.¹"

Tratava-se evidentemente de um complô antiveneziano para o qual se tentara sublevar a população de Famagusta. Os insurretos haviam chegado até o quarto da rainha; ali mataram Paulo Chappe e também Gabriel Gentile, que era o "médico" de Catarina. Aparentemente, aliás, os sicilianos e catalães a serviço de Fernando I, rei de Nápoles, que haviam urdido a conspiração, haviam obtido pouco apoio da multidão cipriota; esta, por instinto, confiara em Catarina e a quisera como rainha. É o que se supõe quando se lê a narrativa do cronista Jorge Boustronius, testemunha ocular dos acontecimentos.

Catarina esforçara-se por distinguir em seu círculo os adeptos do rei de Nápoles e os da Sereníssima República, ou ainda os homens decididos a respeitar seu juramento de fidelidade à rainha. Ela escolhera Nicolau Morabit, no qual seu esposo Tiago II confiava, como guarda da fortaleza de Querínia que poderia, em caso de perigo, constituir um abrigo seguro. Depois, como devesse ir a Nicósia, mandou para lá como vanguarda Pedro Davila, o condestável, e o senhor João Tafur, conde de Trípoli, que se apresentaram diante da

1. Boustronius, *op. cit.*, p. 153.

cidade a 29 de dezembro. “Quando o povo ouviu aquilo, todos se reuniram, cavaleiros e gente a pé, e foram à porta do mercado e fecharam-na. Designaram como capitão o senhor João de Ras” (cuja família estava estabelecida em Chipre há muito tempo). Este dirigiu-se ao povo depois de ter parlamentado por um certo tempo: “Senhores, deveis saber que nossa Dama, a Rainha, enviou o conde de Trípoli e Pedro Davila. Vieram para falar convosco sob o estandarte da rainha nossa Dama, para que pudésseis lhes dizer o que desejais.’ Eles gritaram numa só voz: ‘Queremos nossa Dama e nosso Senhor (o pequeno Tiago III); que venham para a cidade e todos nós queremos viver e morrer pelo seu nome.’ Então ele disse: ‘Quereis que eu vá e diga-lhes para virem conversar convosco, para que eles possam tomar conhecimento de vosso desejo?’ e eles disseram que viessem...”

Depois de terem parlamentado, os dois delegados da rainha chegaram até a porta do mercado “e todo o povo acorreu até eles. Ora, quando os enviados viram o povo, desceram de suas montarias e cumprimentaram-no. Os senhores disseram: ‘Ao saber do amor que dedicais a ela, nossa Dama, a Rainha, ficou muito feliz e considera-vos fiéis. Ela nos enviou para saber o que desejais.’ Quando os homens de ofício e o povo todo ouviram aquilo, disseram: ‘Senhores, já que viestes até aqui, sede bem-vindos, mas, antes de mais nada, temos de saber se sois fiéis de fato à nossa Dama, a Rainha. Queremos que jureis sobre os Santos Evangelhos que quereis viver e morrer como homens justos e fiéis em nossa companhia sob o estandarte de nossa Dama, a Rainha, sem tentardes enganar-nos com palavras. se fizerdes isso, iremos considerar-vos senhores caros com todo o amor e abrir as portas para que possais entrar em Nicósia. É este o nosso desejo.’²” O que foi feito, de forma que, depois de prestarem devidamente juramento, os dois enviados foram admitidos na cidade. Confirmaram a nomeação de João de Ras como capitão.

2. Boustronius, *op. cit.*, pp. 172-173.

O fim dos Lusignan

Após essa demonstração de lealdade popular, três dos principais conspiradores acharam prudente embarcar numa galera pertencente ao rei Fernando de Nápoles que imediatamente foi perseguida pelas galeras venezianas de Famagusta. Em outras palavras, manifestava-se um sentimento de fidelidade com relação à rainha e ao último Lusignan ao qual ela dera à luz. A criança fora-lhe arrancada por um certo tempo pelos insurretos para ser confiada aos cuidados de Marieta de Patras, a mãe desfigurada do rei defunto Tiago II, que era chamada de Comumuna. Os conspiradores devolveram a criança a Catarina quando da chegada das duas galeras venezianas, a partir de então ancoradas em Famagusta. Quanto ao povo, não demonstrava mais gosto por um domínio napolitano do que pelo domínio genovês, do qual acabava de ser libertado.

A 3 de janeiro de 1474, Catarina anunciava que perdoava a todos os que haviam participado da conspiração e que ninguém deveria molestá-los de forma alguma. De sua medida de misericórdia excetuava no entanto aqueles que haviam fugido. A morte de seu tio Andrea privava-a decerto de um protetor — quando se prestava ao último a intenção de transformar Chipre num vasto feudo Cornaro. É conhecida a soma de bens que constituíam os campos de cana-de-açúcar de Episkopi.

O açúcar de Chipre era considerado o melhor do Oriente. Grande parte da riqueza dos Cornaro nele se baseava. Seus casais em Episkopi (antigo feudo do conde de Jaffa) pagavam no final do século XIV o enorme dízimo de 950 mil besantes por ano à igreja de Limassol. É certo que Andrea vira com prazer e não sem segundas intenções o advento de sua sobrinha e seu casamento com Tiago II. Já o pai de Catarina, fora retido em Veneza por decisão da república.

O pequeno Tiago III, que sempre fora doente e frágil segundo as testemunhas, morreu com um ano de idade. Porém, antes mesmo desse mês de agosto de 1474, que viu extinguir-se com a criança a linhagem dos Lusignan, a situação evoluíra. Jorge Boustronius divulga alguns problemas no campo e, principalmente no mês de maio, violências em Famagusta entre a população francesa e italiana. Foi

proibido o porte de armas. De fato o domínio de Veneza fortalecia-se em Chipre. A necessidade de proteger a ilha dos problemas que surgiam numa população compósita ou de assistir a rainha nas dificuldades com as quais se deparava fornecia pretextos mais do que suficientes a uma ingerência apoiada pelas galeras de Vittore Soranzo e depois pela frota do almirante veneziano Pedro Mocenigo. A partir de então, 50 galeras permaneceram ancoradas na enseada de Famagusta, enquanto, na cidade, os soldados que haviam desembarcado desfilavam em triunfo.

Então a república de Veneza outorgou a Marco Cornaro, o pai de Catarina, a autorização de ir reconfortá-la em sua dor após a morte do filho. Porém, mais ou menos ao mesmo tempo, o Conselho dos Dez ordenava a vários membros de seu círculo que abandonassem Chipre e fossem para Veneza. Entre eles estavam Pedro Davila, a mãe de Tiago II — a famosa Marieta —, os filhos naturais do último, o conde de Rochas e alguns outros cavaleiros, todos banidos da ilha por decisão dos venezianos. As cartas de protesto de Marco Cornaro, as queixas repetidas em várias oportunidades da rainha Catarina atestam que a Senhoria pouco se preocupava em garantir o prestígio ou o poder da rainha e em respeitar, como vemos, a liberdade das pessoas.

De fato a república, sem apressar demais as coisas, aguardava o momento em que poderia afirmar tranquilamente sua autoridade completa sobre a ilha. Em 1477, um decreto, que teve de ser renovado pelo Senado no ano seguinte, convidava 100 cidadãos nobres de Veneza a irem se estabelecer com seus próximos na ilha de Chipre. Ofereciam-se a cada um deles 300 ducados e terras, que deveriam fazer valorizar no mínimo por cinco anos. As famílias patrícias de Veneza, porém, demonstraram pouca pressa para ir morar numa ilha cuja reputação de insalubridade, assim como a de levantes e defecções por parte da população que emigrava, aumentava com o passar dos anos. Chipre estava definhando; pouco a pouco suas escolas estavam sendo fechadas, os canais malconservados transformavam-se em pântanos e o comércio não passava da sombra que fora um século antes.

Os complôs multiplicavam-se no entanto em torno da jovem mulher, pois a ilha continuava suscitando a mesma cobiça no sultão

do Egito ou no rei de Nápoles, e a própria pessoa de Catarina era, de certa forma, sua caução. O sultão manifestava-se por presentes, selas douradas, trajes de ouro forrados de arminho, peças de porcelana, madeira de aloés ou de benjoim — mas a rainha nem pensava em entregar a ilha aos egípcios. Mais sério seria o complô dirigido, aliás, por um veneziano, Marco Venier, em favor da rainha precedente, Carlota de Lusignan. Esta não voltara a Chipre desde 1463, mas esforçava-se tanto em Rhodes quanto em Roma e até no Cairo por conquistar adeptos para a sua causa e por fazer os seus direitos prevalecerem.

Aparentemente Carlota e Catarina jamais se conheceram. Resta que os últimos tempos da independência de Chipre foram marcados pela luta entre as duas mulheres, uma herdeira de uma linhagem gloriosa balizada pelos maiores nomes da mais alta nobreza, os descendentes daqueles que abalaram a ordem do mundo abandonando seus feudos para reconquistar Jerusalém; a outra depositária das esperanças desses mesmos Lusignan. Carlota só abandonaria seus direitos em favor de seu sobrinho Carlos de Savóia em 1485, dois anos antes de sua morte. Já Catarina teve de se dobrar diante da força de um poder de comerciantes, ou seja, sem consideração pelo direito ou pela justiça, que só conhecia a balança do lucro.

Por pouco um último complô foi bem-sucedido, mais uma vez fomentado pelo rei Fernando de Nápoles que, não desencorajado por seus insucessos precedentes, meditava sobre um casamento entre Catarina e seu filho Afonso. Parece que dessa vez Catarina concordou com o projeto. O que, em compensação, fez o Senado de Veneza decidir pela obtenção de sua abdicação.

Um certo Tristão de Giblet tivera parte ativa nessa intriga. “Esse Tristão (...) fizera uma negociação para fazer a rainha Catarina depositar o filho do rei Fernando. Vestira o hábito de um frade de São Francisco e embarcou para a Síria num barco pertencente ao rei Fernando. Lá encontrou Rizzo (Rizzo de Marino, antigo companheiro de Tiago II que já estivera comprometido quando da insurreição dos catalães em 1473), que fora banido de Chipre e contou-lhe o caso. Rizzo (...) fez combinações com ele e ambos embarcaram num navio rumo a Chipre. A nau parou em alto-mar. Tristão separou-se de Rizzo

e veio aportar em segredo em Chipre. Chegou à Corte para falar com a rainha. Era considerado amigo dela, porque sua irmã, dama Vera, era uma das aias da rainha. Manteve-se escondido na Corte durante uma semana... Depois afastou-se com a rainha e foi ao lugar onde decidira com ela embarcar no navio. Esse navio aportara em Kaliokremo, mas ali as naus venezianas avistaram-no e fizeram-no acostar ao ver que se tratava de um navio estrangeiro. Os venezianos dele se apoderaram, vasculharam-no e souberam de todo o caso aprisionando e interrogando Rizzo." Rizzo combinara um sinal com Tristão: um fogo aceso na margem quando chegasse de Nicósia. Os venezianos agrilhoaram Rizzo, mandaram todos os homens sair do barco e colocaram aquela gente a seu serviço; depois acenderam o fogo combinado; quando Tristão, sem desconfiar de nada, sentindo-se seguro ao avistar aquilo que considerava um sinal de Rizzo, aproximou-se com o barco, os venezianos agarraram-no e às cartas que ele tentou esconder deles às pressas atirando-as no mar. "Ele usava um anel com um diamante; quebrou-o, engoliu o diamante e morreu. Quanto a Rizzo, ninguém soube o que foi feito dele." Na verdade Rizzo foi levado a Veneza e estrangulado em segredo na prisão.

"Depois disso", continua a narrativa de Boustronius, "a Senhoria enviou a rainha, sua mãe, a Chipre a fim de convencê-la a voltar a Veneza em 1486. Ela disse à filha... que a Senhoria de Veneza pedia-lhe para ir passar um ano em Veneza e depois voltar. A rainha prometeu que iria.

E a 15 de fevereiro (1489), a rainha foi de Nicósia a Famagusta para embarcar; ela estava a cavalo, acompanhada por todas as damas de cavaleiros e pelos cavaleiros. Seis cavaleiros estavam junto dela marchando ao lado de seu cavalo. Ela vestira-se de negro. Desde o momento em que saiu de Nicósia, ao longo de todo o caminho, as lágrimas não pararam de escorrer de seus olhos e, quando ela partiu, todo o povo também chorava ruidosamente. Haviām sido dadas ordens para que todos os soldados fossem a Nicósia e, assim que a rainha saiu da corte, eles gritaram: 'São Marco! São Marco!' A 1º de março de 1489, ela embarcou numa galera e partiu para Veneza."

O mesmo cronista observou um pouco acima que "desde o momento em que (a rainha) Catarina viera de Veneza, passou três

anos em Famagusta e treze em Nicósia. Por isso, quando saiu de Chipre, havia passado cerca de dezesseis anos ali".

A última rainha deixa o reino

Catarina Cornaro jamais voltaria à ilha de Chipre, que a adotara. A Sereníssima República vigiava... Veneza temia que o poder de que a jovem rainha dispusera lhe escapasse mais uma vez. Chipre era considerada uma base indispensável aos patrícios que dirigiam uma cidade preocupada em primeiro lugar com os negócios. Estes alcançavam finalmente seu sonho de um Mediterrâneo veneziano pelo qual tantos súditos seus haviam sido sacrificados.

Esse sonho no entanto destinava-se a logo tornar-se irrisório. A cerimônia de abdicação da rainha Catarina ocorrera a 26 de fevereiro de 1489. Nessa época, já se aproxima o tempo em que as especiarias, o gênero de comércio mais precioso de todos — volume pequeno e grandes lucros —, serão encontradas, graças à ousadia dos navegadores portugueses, cinco vezes mais baratas em Lisboa do que em Veneza; como se sabe, em 1492, a frota de Cristóvão Colombo aportou num novo continente ao qual a seguir um agente dos Médicis, Américo Vespúcio, dará seu nome. Embora muito informado e prudente, o Conselho dos Dez em Veneza não previra isso, nem a ruína imponente de sua cidade esplêndida, destinada a se tornar o quadro de lua-de-mel dos recém-casados no silêncio das lagunas, desde então só percorridas por gondoleiros de teatro.

Para voltar ao destino de Catarina Cornaro, que partiu de Famagusta a 1º de março, a rainha só aportou diante do Lido a 5 de junho de 1489, pois sua frota foi atrasada pelas tempestades. Foi recebida pelo doge Barbarigo com todas as considerações devidas a seu título de rainha de Chipre, de Jerusalém e da Armênia. Passou algum tempo no palácio da família que domina o Grande Canal, na paróquia de São Cassiano, antes de partir para a residência de Asolo, que lhe foi oferecida por Veneza no vale do Brenta, próximo de Bassano del Grappa, entre Veneza e Trento.

Lá viveu a partir de então, cercada de uma pequena corte freqüentada às vezes pelos notáveis da cidade próxima de Treviso. O escritor Marcel Brion, que se apaixonou pela história da jovem rainha Catarina³, contou com muitos detalhes as “delícias de Asolo”, onde, dizia-se, Catarina mantinha três cortes de uma só vez, “a das musas, a do amor e a da magnificência e dignidade real”. A rainha Catarina, aliás, não deixou de ser vigiada pelos patrícios de Veneza, atentos a cortar de imediato qualquer tentativa de conspiração para lhe recuperar seus Estados. Atribuiu-se ao senhor de Rimini, o famoso Pandolfo Malatesta, algumas tentativas junto à jovem viúva para concluir uma aliança que permitiria a ele, também expulso de seus domínios, satisfazer suas ambições.

Na realidade, Catarina parece ter vivido grande parte de sua existência num retiro, cada vez mais imbuída de piedade até a sua morte, aos 56 anos, a 10 de julho de 1510, na própria Veneza onde passou seus últimos anos. Ali viram-na comprar certo dia uma relíquia preciosa de um mártir cipriota chamado Santo Ametista — obcecada decerto pelas saudades da ilha da qual fora rainha. Talvez seja a visão mais patética que podemos ter de Catarina Cornaro, a de uma jovem rainha chorando por seu reino inacabado.

Mas, como nas canções dos trovadores de antanho, a narrativa comporta uma *coda*, uma continuação curta, pois a história das mulheres da família Cornaro não termina com Catarina. Quando se visita hoje em dia a antiga e belíssima Universidade de Pádua, mostra-se naturalmente uma estátua de mármore sob um pórtico. É a de uma jovem morta em 1684, aos 38 anos, que foi uma das glórias dessa universidade famosa: era doutora em teologia, sabia o grego, o latim e o hebraico, falava, além do italiano, o francês e o árabe; poeta, música e, como escreve o conde Louis de Mas-Latrie — especialista em história de Chipre no século passado —, “mulher de grande beleza e virtude rematada: recusara os partidos mais brilhantes para se

dedicar inteiramente às letras. Pronunciou o voto de virgindade e obteve a autorização de usar, sob seus hábitos seculares, o dos beneditinos”. Chamava-se Elena Lucrezia Cornaro Piscopia; seus contemporâneos proclamaram-na semelhante a Minerva e declararam-na “incomparável”. De fato, quando se sabe da dificuldade que as mulheres tinham no século XVII para se aproximar do mundo do saber — aliás, se ela tivera acesso à Universidade de Pádua, este lhe seria totalmente impossível em Paris —, louva-se com mais admiração ainda essa descendente de uma família ilustre que fornecera ao mundo a última rainha de Jerusalém.

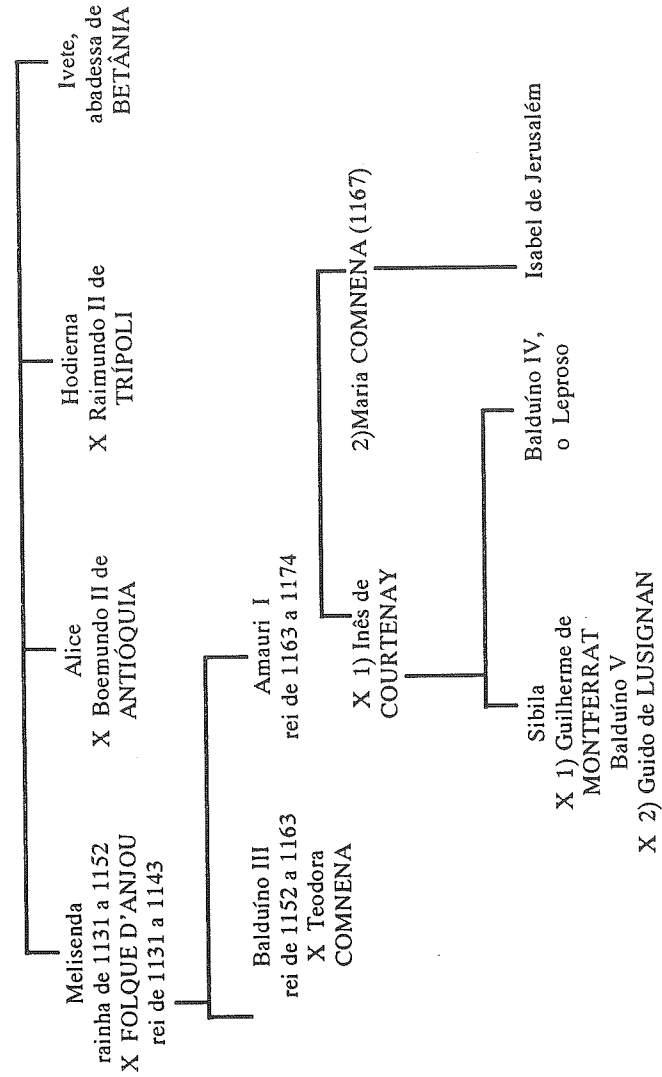
3. Marcel Brion, *Catherine Cornaro, reine de Chypre*, Paris, Albin Michel, 1945. Agradecimentos a Isabelle Le Mercier que teve a boa vontade de nos informar a respeito dessa obra que se tornou impossível de ser encontrada.

ANEXOS

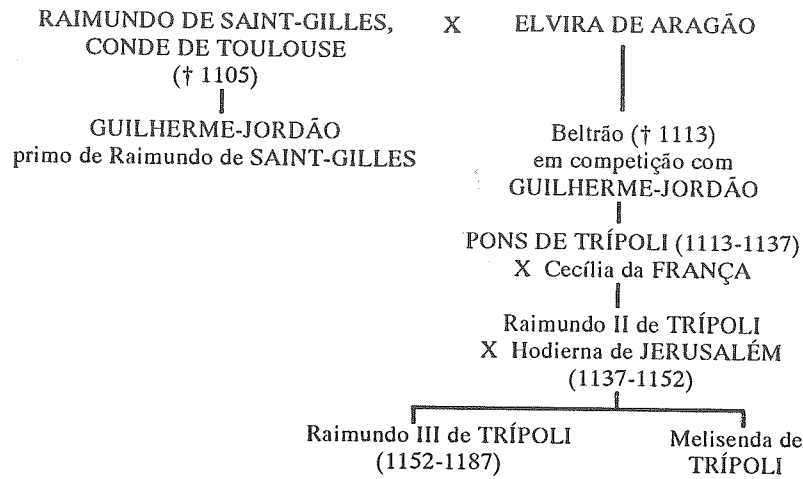
QUADROS GENEALÓGICOS

O REINO DE JERUSALÉM

Balduíno II (Balduíno do Bourg)
X Morfia da Armênia
rei de 1118 a 1131

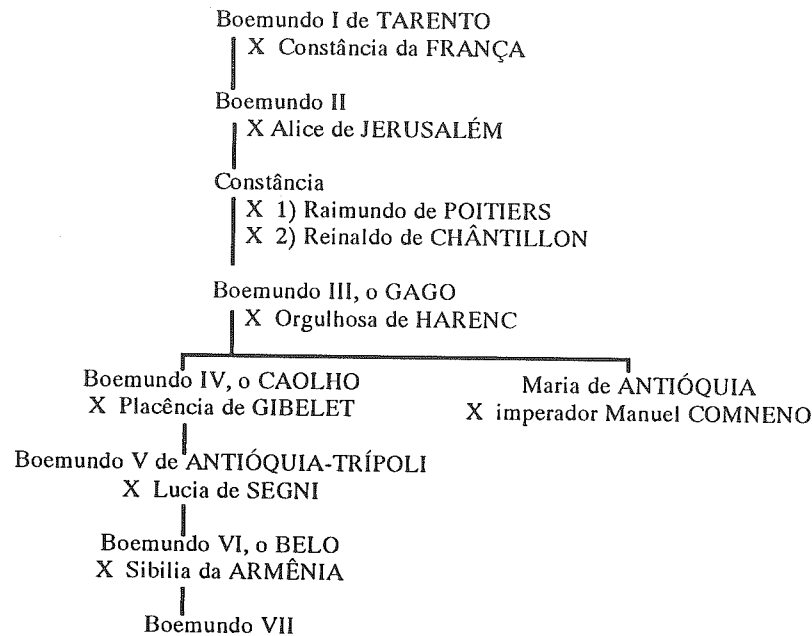


TRÍPOLI

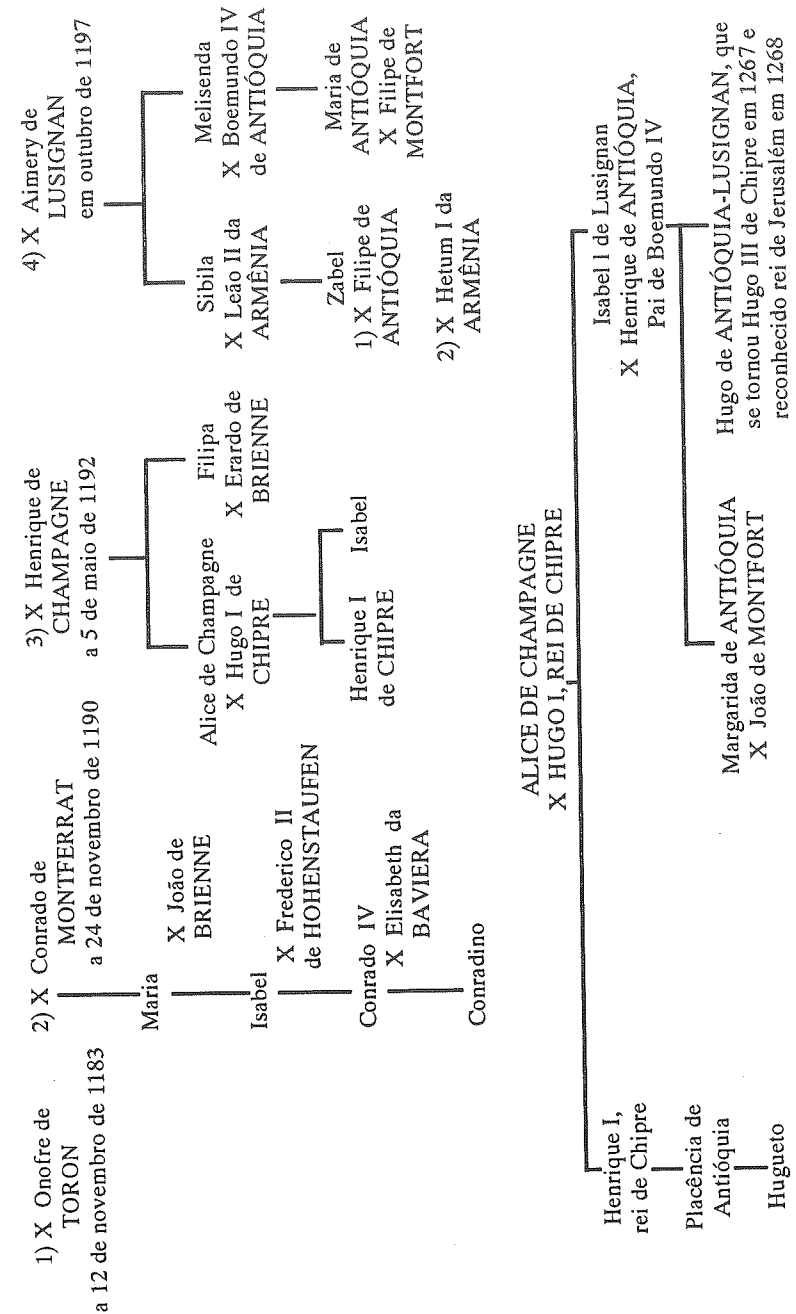


O condado de Trípoli passa em seguida para os príncipes da ANTÍOQUIA.

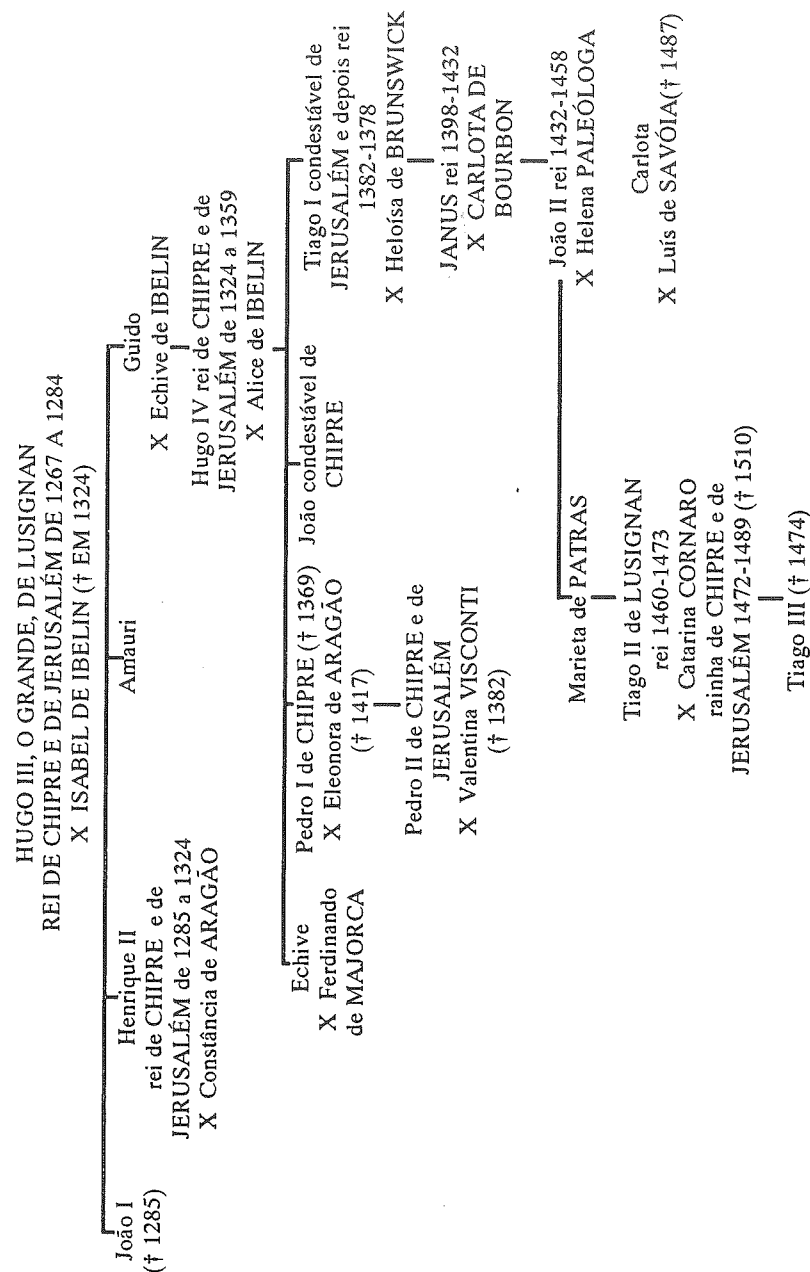
ANTIÓQUIA



ISABEL DE JERUSALÉM (1172-1205)



REIS DE CHIPRE E DE JERUSALÉM



RESUMO DOS ACONTECIMENTOS

Resumiremos aqui os acontecimentos políticos e militares designados pelo nome de “Cruzadas”.

Em decorrência do apelo lançado pelo papa Urbano II no Concílio de Clermont (27 de novembro de 1095), os principais barões que haviam “tomado a cruz” reúnem-se em Paris (11 de fevereiro de 1096) e decidem suas respectivas datas de partida estabelecidas para todos em 15 de agosto de 1096.

1. Godofredo de Bouillon, Balduíno de Boulogne, seu irmão, com sua esposa Godvere de Toesny, levando sobretudo franceses do norte e da Lorena dirigem-se para Constantinopla, onde chegam a 27 de dezembro de 1096 pelo vale do Danúbio.

2. Hugo de Vermandois, irmão do rei da França, com o conde Roberto II de Flandres, Estêvão de Blois, Roberto Courte-Heuse, filho de Guilherme, o Conquistador, com franceses sobretudo de *langue d'oïl* e italianos do norte, atravessam os Alpes, a Itália e embarcam em Bari, atravessam o Adriático, depois os Balcãs para chegar em Constantinopla por volta de 14 de maio de 1097.

3. Raimundo de Saint-Gilles, conde de Toulouse, e sua esposa Elvira de Aragão, com franceses de *langue d'oc*, passam pela Itália,

pela Dalmácia e pela Sérvia e chegam a Constantinopla a 27 de abril de 1097.

4. Um grupo de normandos e de italianos, reunidos por Boemundo de Tarento, filho de Roberto Guiscard, que instalara um reino na Sicília e na Itália do sul, e seu sobrinho Tancredo, se une aos cruzados e atinge Constantinopla a 16 de abril de 1097.

Um reino e três principados se estabelecem:

1. O Principado de Antióquia após a tomada da cidade a 28 de junho de 1098 graças à astúcia e à tenacidade de Boemundo de Tarento (o sítio durara oito meses). Boemundo, seu filho e sua neta Constância irão nele se suceder.

2. O Condado de Edessa, atribuído a Balduíno de Bologne, depois a seu primo Balduíno do Bourg, passará em seguida para as mãos de Jocelino de Courtenay.

3. O Condado de Trípoli, cuja conquista (Tartuz, Monte Peregrino) foi iniciada por Raimundo de Saint-Gilles e terminada por seu filho Beltrão em 1109, será mantido por seus descendentes até a morte de Raimundo III em 1087 (pouco depois da batalha de Hattin).

4. O reino de Jerusalém: reconquistada a Cidade Santa na sexta-feira, 15 de julho de 1099, Godofredo de Bouillon garante sua defesa; ele morre a 18 de julho de 1100; é sucedido por seu irmão Balduíno depois pelo primo deles, Balduíno do Bourg (Balduíno II em 1118). Seus descendentes nele se sucederão até a batalha de Hattin (4 de julho de 1187); a conquista foi fortalecida pela da costa da Palestina, com Ascalon e Gaza, em 1153.

Jerusalém foi perdida para os cristãos em 1187, mas, contra qualquer expectativa, o reino de Jerusalém irá manter-se por mais de um século: a cidade de Tiro resiste sob a direção de Conrado de Montferrat; Trípoli, Tartuz e Antióquia resistem, assim como algumas fortalezas, como o Crac dos Cavaleiros (dos hospitaleiros) e Safed (dos templários). Em 1189, Guido de Lusignan empreendia o sítio de São João de Acre, que foi tomada em 1191, graças aos reforços trazidos por Filipe Augusto e sobretudo Ricardo Coração de Leão. Entrementes, este conquistara a ilha de Chipre.

Assim o reino se manteve, estreita faixa de território que recebe, graças à sua posição ao longo do litoral, reforços por mar. Por

algum tempo, o imperador Frederico II de Hohenstaufen negociará a retrocessão da cidade de Jerusalém (1229); contudo, não estando fortificada, esta voltará em 1244 para as mãos dos turcos. Várias expedições, entre outras a de Luís IX (1248-1254) permitirão reforçar as praças marítimas como Cesaréia e Jaffa. Porém, depois das ofensivas dos mamelucos Baibars, Qalaun, Al-Ashraf, cidades e fortalezas cairão, umas após as outras; a queda de São João de Acre (1291) assinalará o ponto final da presença dos ocidentais na Terra Santa.

Entretanto, o título de rainha e rei de Jerusalém subsistirá por mais dois séculos com os descendentes dos Lusignan, reis e rainhas de Chipre, que têm a esperança de um dia reconquistar Jerusalém, o que tenta em particular Pedro I de Chipre que, depois de ter buscado, em vão, reanimar nos príncipes europeus o interesse pela Terra Santa, conseguia, em 1365, apoderar-se de Alexandria. Sucesso sem futuro, contrário aos interesses comerciais dos italianos, genoveses e principalmente venezianos; estes impõem seu domínio no século XV e fizeram com que o último Lusignan, Tiago II, o Bastardo, se casasse com a veneziana Catarina Cornaro, cuja presença foi bem-aceita em Chipre, mas teve de abdicar, ainda pela vontade do Conselho de Veneza, em 1489.

BIBLIOGRAFIA

Tomamos a liberdade de remeter o leitor à nossa obra *Les hommes de la Croisade* (Fayard, 1982) para uma bibliografia geral, lembrando apenas as duas obras nas quais se encontrará uma bibliografia completa sobre o assunto:

ATIYA, Aziz S. *The Crusade. Historiography and bibliography*. Indiana University Press, 1962.

MAYER, Hans Eberhard. *Bibliographie zur Geschichte des Kreuzzüge*, Hanover, 1960.

Lembremos que as obras essenciais em francês continuam sendo as de:

GROUSSET, René. *Histoire des Croisades et du royaume franc de Jérusalem*, Paris, Plon, 1939. Reeditada muitas vezes. É sempre possível reler com prazer sua obra *L'épopée des Croisades*, Paris, Plon, 1941.

RICHARD, Jean. *Le royaume latin de Jérusalem*, Paris, PUF, 1953.

Todas as obras desses dois autores mereceriam ser citadas. Assinalemos em particular:

RICHARD, Jean. *Chypre sous les Lusignan*. Documentos cipriotas dos Arquivos do Vaticano (séculos XIV e XV). T. LXXIII da Biblioteca Arqueológica e Histórica do Instituto Francês de

Arqueologia de Beirute. Publ. com a colaboração do CNRS pela Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1962.

E também: *Croisés, missionnaires et voyageurs*, Londres (Variorum Reprints), 1983.

Em inglês, uma referência indispensável:

PRAWER, Joshua. *Crusaders institutions*, Oxford, 1980.

Sua obra principal foi traduzida para o francês. *Histoire du royaume latin de Jérusalem*, Ed. do CNRS, 2 vols., 1969.

Em italiano:

CARDINI, Franco. *Le Crociate tra il mito e la storia*, Instituto di Cultura Nova Civitas, Roma, 1971.

Assinalemos o excelente trabalho de Hans Eberhard MAYER. *Probleme des lateinischen Königreichs Jerusalem*, publicado em inglês, Londres (Variorum Reprints), 1983.

Algumas obras de leitura fácil e documentação notável:

AUBE, Pierre. *Godefroy de Bouillon*, Fayard, 1985.

DESCHAMPS, Paul. *Au temps des Croisades*, Hachette, 1972.

EYDOUX, Henri-Paul. *Les châteaux du soleil. Forteresses e guerres des Croisés*, Librairie Académique Perrin, 1982.

ROUX, Jean-Paul. *Les explorateurs au Moyen Age*, Fayard, 1985.

No que se refere às narrativas de peregrinação:

Ethérie (nome antigo, corrigido hoje para *Egerie*), *Journal de Voyage*. Texto latino. Introdução e tradução de Hélène Pétré. Ed. du Cerf, 1948. Col. "Sources chrétiennes", nº 21.

Relation de Terre sainte (1533-1534) por Greffin AFFAGART, publicado com uma introdução e notas por J. Chavanon, Paris, Lecoivre, 1902.

Le saint voyage de Jérusalem d'Ogier d'Anglure está publicado em *Jeux et Sapience du Moyen Age*. Texto estabelecido e anotado por Albert Pauphilet, Paris, Gallimard, 1951. Bibliothèque de la Pléiade.

As outras referências estão nas notas, na própria obra.

As fontes essenciais da história das Cruzadas foram objeto de publicações. Citemos as principais:

Anne Comnène, ALEXIADE (Reinado do imperador Aleixo I Comneno, 1081-1118). Texto estabelecido e traduzido por Bernard Leib. Paris, Les Belles-Lettres, 1937, 3 vols.

Guillaume de Tyr, nascido na Terra Santa, arcebispo de Tiro e preceptor de Balduino IV, o rei leproso, é o autor da principal crônica referente às Cruzadas, "Historia rerum in partibus transmarinis gestarum". Foi publicada em *Recueil des historiens des Croisades*, tomo I, Historiens Occidentaux, Paris, 1844.

Essa crônica fora traduzida pouco tempo depois da morte do autor (1184) sob o título de *Histoire d'Héraclius*, ou melhor, para retomar os termos da época, *Estoire d'Eracles* (o nome do imperador Heráclio figura de fato no início da obra). Muitas vezes referimo-nos a essa tradução com o título: o Tradutor de G. de T. ou História de Heráclio. O texto também está publicado no tomo 1 do *Recueil des historiens des Croisades* já citado.

Por outro lado, referimo-nos igualmente ao Continuador de Guilherme de Tiro. De fato, houve vários: no século XIII, a *Chronique d'Ernoult et de Bernard le Trésorier*, publicada para a Société de l'Histoire de France por L. de Mas-Latrie, Paris, 1871. Vários outros continuadores foram utilizados, em particular aquele cujo texto foi publicado por Margaret Ruth Morgan, formando o tomo 14 dos *Documents relatifs à l'Histoire des Croisades*, publicados pela Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1982.

Dessa mesma coleção citemos:

O tomo 2: *Henri de Valenciennes, histoire de l'empereur Henri de Constantinople*, publicado por Jean Longnon, Paris, Paul Geuthner, 1948.

O tomo 13: *La chronique attribuée au Connétable Smbat*. Introdução, tradução e notas de Gérard Dédéyan, *ibid.*, 1980.

O tomo 15. *Le cartulaire du chapitre du Saint-Sépulcre de Jérusalem*, publicado por Geneviève Bresc-Bautier, *ibid.*, 1984.

O *Recueil des historiens des Croisades* cede igualmente amplo espaço aos historiadores orientais, principalmente árabes, na série *Historiens Orientaux*, tomos 1-5. Muitas dessas crônicas são citadas nessa obra sob a forma mais habitual no que diz respeito aos seus nomes, Abul-fida, Beha-ed-din, Ibn-al-Athir etc.

Remetamos aqui, no que se refere a Usama, à obra de André-Miquel, *Ousâma, un prince syrien face aux Croisés*, Fayard, 1986.

No que se refere a Chipre, a fonte essencial encontra-se no vasto trabalho de Louis de Mas-Latrie, *Histoire de l'île de Chypre sous le règne des princes de la Maison de Lusignan*, 3 vols. — entre os quais dois de documentos e memórias —, Imprimerie nationale, 1852-1855. Com o estudo citado de Camille Enlart (reeditado por David Hunt, Londres, 1987) e a obra de Jacqueline Karageorghis, assim como os vários estudos de Jean Richard, temos o essencial da documentação. Porém tivemos grande prazer em ler e citar os excelentes cronistas que “contaram Chipre” nos séculos XIV e XV:

MACHÉRAS, Léonce. *Récit sur le doux pays de Chypre, c'est-à-dire Chronique*, Ed. Miller et Sathas, Paris, 1881-1882.

Após Leôncio Makhairas, a história da ilha de Chipre, entre 1456 e 1489, foi redigida por Jorge Boustron (“Boustronius”), tradução de R. M. Dawkins e publicada pela Universidade de Melbourne, 1964.

CRONOLOGIA

1095	27 de novembro	Apelo de Urbano II no Concílio de Clermont.
1096	15 de agosto	Partida do exército dos cruzados do norte.
	23 de dezembro	Godofredo de Bouillon acampa sob os muros de Constantinopla.
1097	19 de junho	Sítio e vitória de Nicéia.
	1º de julho	Vitória de Doriléia.
	21 de outubro	Início do sítio de Antióquia.
1098	3 de junho	Tomada de Antióquia.
	4 de junho	Kerbogah inicia o sítio diante da cidade. Descoberta da Santa Lança.
	28 de junho	Kerbogah é vencido sob os muros de Antióquia.
1099	15 de julho	Os cruzados entram em Jerusalém.
1100	18 de julho	Godofredo de Bouillon morre em Jerusalém.
1105	28 de fevereiro	Morte de Raimundo de Saint-Gilles no Monte Peregrino.

1113	agosto	Adelaide da Sicília desembarca em Acre para desposar Balduíno I.
1118		A ordem do Templo é fundada pelo cavaleiro de Champagne, Hugo de Payns.
	2 de abril	Morte de Balduíno I.
	14 de abril	Balduíno do Bourg é eleito rei de Jerusalém.
1124	7 de julho	Os francos tomam Tiro.
1125		Balduíno II salva Antióquia e recupera sua filha Ivete.
1126	outubro	Boemundo II desposa a segunda filha do rei de Jerusalém, Alice.
1129		O conde d'Anjou, Folque, desembarca em São João de Acre e desposa a filha mais velha de Balduíno II, Melisenda.
1130	fevereiro	Batalha do "Prado das Palhas". Os francos são vencidos e a cabeça de Boemundo enviada ao califa de Bagdá.
	20 de setembro	Folque intervém em Antióquia pela pequena princesa Constância.
1131	21 de agosto	Morte de Balduíno II.
1136		Casamento de Constância de Antióquia com Raimundo de Poitiers.
1141		Tradução do Corão.
1142		Construção ao sul de Jerusalém do Crac de Moab.
1143	verão	Folque constrói fortalezas: Ibelin, Blanche-Garde (Tell es Safi).
	10 de novembro	Morte dramática de Folque d'Anjou.
	novembro	Advento de Balduíno III proclamado rei sob a regência de sua mãe, a rainha Melisenda.
1144	23 de dezembro	Edessa é tomada por Zengi após um sítio de um mês.

1146	31 de março	São Bernardo prega a Cruzada em Vézelay.
1147		Partida de Luís VII e Alienor.
	4 de novembro	Luís VII chega diante de Constantinopla com suas tropas.
1148	19 de março	Luís VII chega ao porto de Antióquia.
	24 de junho	Assembléia em Acre que reúne todos os grandes barões francos.
	24 de julho	Início do sítio de Damasco e derrota dos cruzados.
1149	28-29 de junho	Derrota franca em Maarrata, onde Raimundo de Poitiers é morto.
1152	30 de março	Balduíno II é coroado rei de Jerusalém sem a concordância de sua mãe.
	primavera-verão	Melisenda vai a Trípoli para reconciliar sua irmã Hodierna com Raimundo II de Trípoli, que é assassinado pelos ismaelitas.
	Início de 1153	Casamento de Constância de Antióquia com Reinaldo de Châtillon.
1156	dezembro	Pilhagem de Reinaldo de Châtillon em Chipre.
1158	verão	Balduíno envia uma embaixada a Constantinopla para pedir em casamento uma sobrinha de Manuel Comneno.
1159	abril	Balduíno III encontra Manuel Comneno e faz com ele um tratado de aliança.
1163	10 de fevereiro	Morte de Balduíno III em Beirute.
	18 de fevereiro	Coroação de Amauri I rei de Jerusalém, que repudia sua mulher, Inês de Courtenay.
1167	29 de agosto	Amauri I desposa em Tiro a sobrinha de Manuel Comneno, Maria.
1170	29 de junho	Um terremoto devasta Antióquia, Lata-

		kieh, o Crac dos Cavaleiros, Alepo, Hama e Homs.
1174	11 de julho	Morte de Amauri I em Jerusalém. Coroação de Balduíno IV, o rei leproso.
1176		Libertação de Reinaldo de Châtillon, que se torna senhor de Kerak por seu casamento com Estefaneta de Milly.
1177	25 de novembro	Balduíno IV vence Saladino em Montgisard.
1180	primavera	Morte do imperador bizantino Manuel Comneno. Aleixo II sucede-lhe em Bizâncio.
	29 de junho	Casamento de Guido de Lusignan e Sibila, irmã do rei.
1182		Andrônico Comneno toma o poder em Bizâncio. Massacre dos latinos.
1183	20 de novembro	Balduíno IV obriga Saladino a levantar o sítio de Kerak de Moab. Casamento de Isabel de Jerusalém, irmã do rei, com Onofre IV de Toron.
1185	Março	Morte de Balduíno IV.
1186	Março	O rei-criança Balduíno V morre em São João de Acre.
1186	Julho	Guido de Lusignan é coroado rei de Jerusalém por sua mulher Sibila.
Final de 1186- início de 1187		Roubo, em plena paz, da caravana do Egito por Reinaldo de Châtillon.
1187	4 de julho	Desastre do exército franco em Hattin.
	13 de julho	Conrado de Montferrat chega a São João de Acre; surpreende-se por ver a cidade nas mãos dos muçulmanos.
	2 de outubro	A cidade de Jerusalém é tomada e ocupada por Saladino.
	30 de dezembro	Conrado de Montferrat chega a Tiro.

1189	20 de agosto	Guido de Lusignan decide sitiar Acre.
1190	julho	Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão embarcam em Gênova e em Marselha.
	21-30 de setembro	Frederico Barba-Ruiva com seu exército chega em Konya.
	10 de outubro	Ele morre afogado nas águas do Selef.
	outubro	Morre a rainha Sibila de Jerusalém. Sua irmã Isabel torna-se herdeira do reino.
	24 de novembro	Segundas núpcias de Isabel com Conrado de Montferrat.
1191	6 de maio	Ricardo Coração de Leão desembarca em Chipre.
	7 de junho	Chegada de Ricardo Coração de Leão em Acre.
	12 de julho	Retomada de São João de Acre pelos cruzados.
	25 de dezembro	Ricardo a 20 quilômetros de Jerusalém.
1192	28 de abril	Assassinato de Conrado de Montferrat pelos Assassinos.
	5 de maio	Isabel, viúva de Conrado, desposa o conde Henrique de Champagne.
	maio	Guido de Lusignan recebe de Ricardo a ilha de Chipre.
	setembro-outubro	Ricardo Coração de Leão manda reconstruir Jaffa.
	9 de outubro	Ricardo Coração de Leão embarca para o Ocidente.
1193	3 de março	Saladino morre em Damasco.
1194	abril	Morte de Guido de Lusignan.
1195	31 de maio	Aimery de Lusignan sucede a seu irmão em Chipre.
1197	setembro	Henrique de Champagne morre acidentalmente.

Final de 1197		Aimery de Lusignan, rei de Chipre, desposa Isabel.
1202	verão	Os cruzados reunidos em Veneza.
1203	junho-julho	Os venezianos desviam a Cruzada para tomar Zara e para restaurar Isaac Ângelo no trono de Constantinopla.
1204	12-13 de abril	Os cruzados apoderam-se de Constantinopla e estabelecem um império latino do Oriente com Balduíno IX de Flandres como imperador.
1205	1º de abril	Aimery morre em Acre.
1205		Morte de Isabel em Jerusalém.
1210	13 de setembro	João de Brienne chega a Acre e desposa Maria de Jerusalém.
	3 de outubro	É consagrado rei de Jerusalém em Tiro.
1218	12 de janeiro	Morte de Hugo I, rei de Chipre.
	27 de maio	A frota dos cruzados aporta diante de Damietta.
1219	5 de novembro	Tomada de Damietta pelos cruzados.
1225	outubro	Embarque de Isabel, filha de Maria de Jerusalém, para Brindisi, onde se casa com Frederico II. O imperador derruba João de Brienne e toma posse da Síria franca.
1226	4 de maio	Isabel morre ao dar à luz um filho, Conrado IV.
1227	28 de setembro	O papa excomunga Frederico II.
1228	21 de junho	Frederico desembarca em Limassol (Chipre) e vai a Acre.
1229	17 de março	Frederico II entra em Jerusalém cuja rendição obteve e ali é coroado.
1229	1º de maio	Frederico deixa Jerusalém sem fortificações e embarca para o Ocidente.
1236		Morte do "Velho Senhor" de Beirute, João de Ibelin.

1243	junho	O Parlamento de Acre confia a regência à rainha Alice de Champagne.
1244	11 de julho	Os khwarizmianos penetram em Jerusalém.
1244	4 de outubro	Derrota dos francos em Forbia.
	17 de outubro	Luís IX faz a promessa de se tornar cruzado.
1248	25 de agosto	São Luís e Margarida embarcam em Aigues-Mortes.
	17 de setembro	O exército dos cruzados chega em Limassol.
1249	27 de janeiro	Uma embaixada francesa parte de Chipre para negociar com os mongóis.
1249	6 de junho	O exército de Luís IX chega à vista de Damietta e desembarca.
	20 de novembro	Início da marcha para o Cairo.
1250	8 de fevereiro	Desastre de Mansurá.
	11 de fevereiro	Vitória de São Luís diante de Barh el-Saghir; mas o exército sucumbe sob as epidemias.
	6 de abril	Rendição do exército.
	6 de maio	Luís IX é libertado em troca da cidade de Damietta, que Margarida conseguiu preservar.
	13 de maio	Luís IX desembarca em Acre.
1254	4 de janeiro	Embaixada de Rubruk, enviada por Luís IX aos mongóis.
	agosto	Luís IX e Margarida deixam Acre para voltar à França.
1257	fevereiro	Boemundo VI faz com que reconheçam o jovem Hugo II como senhor do reino de Jerusalém e sua mãe Placência como regente.
1258-1259		Guerra civil em Acre.

1260	21 de março	Ocupação de Damasco pelos mongóis.
	6 de abril	A morte do Grande Cã Mongka obriga Hulagu a voltar para a Pérsia.
	3 de setembro	Desastre de Ain Jalud, onde os mongóis são vencidos pelos mamelucos.
1263		Morte da regente de Jerusalém, Isabel de Lusignan. Seu filho Hugo de Antióquia irá se tornar rei de Jerusalém após a morte de Conradino de Hohenstaufen.
1265	2 de fevereiro-5 de março	Cesaréia é tomada por Baibars, depois Caiffa.
1268	4 de abril	Baibars toma Jaffa.
	14 de maio	Antióquia cai depois de alguns dias de sítio.
	29 de outubro	Morte de Conradino de Hohenstaufen.
1270	1º de julho	Expedição de São Luís.
	25 de agosto	São Luís morre em Cartago.
1271	Fevereiro	Baibars invade o Condado de Trípoli.
	8 de abril	Rendição do Crac dos Cavaleiros.
	9 de maio	Eduardo I da Inglaterra desembarca em Acre.
1272	22 de setembro	Eduardo I volta para a Inglaterra.
1277	30 de junho	Morte de Baibars. Qalaun toma o poder.
1284		Morte de Hugo III em Tiro. João, seu filho mais velho, torna-se rei de Chipre.
1285	20 de maio	Henrique sucede a seu irmão João no trono de Chipre.
1286	15 de agosto	Henrique II, rei de Chipre, reconhecido rei de Jerusalém em Acre, é coroado em Tiro.
1287		Embaixada de Rabban Çauma enviada pelo mongol Arghun ao papa e aos príncipes do Ocidente.

1289	26 de agosto	Tomada de Trípoli por Qalaun.
1290	13 de maio	Uma Cruzada popular italiana massacra mercadores muçulmanos.
	10 de novembro	Al-Ashraf sucede a Qalaun.
1291		O sultão Al-Ashraf sitia Acre.
	28 de maio	Al-Ashraf lança o último assalto contra Acre.
1306		Henrique II de Chipre afastado do trono por seu irmão Amauri. As peregrinações novamente autorizadas na Terra Santa pelo sultão do Egito.
1307		Prisão dos templários na França.
1310		Amauri assassinado. Henrique II restaurado em Chipre.
1312		Supressão da Ordem do Templo pelo Concílio de Viena.
1318-1328		Viagem à China e ao Tibete de Oderico de Pordenone, o primeiro europeu a penetrar em Lhasa.
1324		Morte de Henrique II. Seu primo Hugo IV sucede-lhe: é coroado, assim como sua esposa Alice de Ibelin, em Santa Sofia de Nicósia; depois rei de Jerusalém em Santa Sofia de Famagusta.
1330		Grandes inundações em Nicósia.
1358		Advento de Pedro I que desposa Eleonora de Aragão. São coroados em Nicósia.
1360		Pedro I e Eleonora coroados rei e rainha de Jerusalém em Famagusta.
1361		Pedro I apodera-se de Adalia na costa da Ásia Menor.
1362		Primeira viagem de Pedro I ao Ocidente.
1365		Pedro I apodera-se de Alexandria, que logo tem de abandonar.

- 1366 Segunda viagem de Pedro I à Europa ocidental.
- 1369 Pedro I assassinado por seus irmãos pouco depois de voltar a Chipre.
- 1371 Pedro II, rei de Chipre.
- 1372 Pedro II, rei de Jerusalém.
- 1373 Os genoveses em Famagusta. Perturbações na ilha, onde os genoveses vão impor tributos pesados.
- 1374 Eleonora manda matar João de Lusignan, seu cunhado.
- 1377 Pedro II desposa Valentina Visconti.
- 1380 Eleonora mandada de volta à Catalunha.
- 1382 Morte de Pedro II. Seu tio Tiago, prisioneiro, deve ceder Famagusta aos genoveses.
- 1393 A ilha devastada pela peste e depois por gafanhotos.
- 1398 Tiago I morre, é sucedido por seu filho Janus.
- 1411 Janus desposa Carlota de Bourbon.
- 1417 Eleonora de Aragão morre em Barcelona.
- 1426 A ilha de Chipre invadida pelos mamelucos, que destroem seu exército em Khirokitia. Janus prisioneiro durante dois anos.
- 1432 Morte de Janus. Seu filho João II sucede-lhe.
- 1440 Nascimento de Tiago, o Bastardo, filho de Marieta de Patras.
- 1441 João II desposa Helena Paleóloga.
- 1453 Tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos. Fim do Império Bizantino.

- 1458 Carlota, filha de João II, torna-se rainha de Chipre e de Jerusalém.
- 1459 Carlota desposa Luís de Savóia.
- 1460 Tiago, o Bastardo, expulsa os genoveses de Chipre, entra em Famagusta e faz-se reconhecer rei de Chipre e de Jerusalém com o nome de Tiago II. Luís e Carlota refugiam-se em Querínia, depois em Rhodes.
- 1472 Tiago II de Lusignan desposa a veneziana Catarina Cornaro.
- 1473 Morte de Tiago II. Nascimento de Tiago III. Complôs contra Catarina, a quem a população de Chipre permanece fiel.
- 1474 Morte de Tiago III.
- 1485 Carlota abandona seus direitos sobre Chipre.
- 1489 Obrigada por Veneza a abdicar, Catarina deixa Chipre a 1º de março.
- 1510 Morte em Veneza de Catarina Cornaro, a última rainha de Jerusalém.

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

- Página 1:* “Descoberta da Cruz”, miniatura dos *Canones conciliorum Nicaeni, Ephesini, Antiocheni, Constantipolitani et aliorum*, Itália, século VIII; Vercelli, Archivio di Stato, CLXV. Foto Archivio di Stato, Vercelli.
- Página 2:* “Trabalho das mulheres”, à margem do *Saltério* de Luttrell, ms executado na Inglaterra, v. 1325-1335; Londres, British Library, ms Add. 42130, f^o 193,63 e 166 v^o. Foto British Library.
- Página 3:* No alto, inicial ornada do poema de Jofre Rudel, in *Recueil de poésies de troubadours*, França, século XIII; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 854, f^o 121 v^o. Foto Bibliothèque nationale. Embaixo, “A tentação”, pintura do *Breviário de amor* de Matfré Ermengau; El Escorial, Real Monasterio, ms S. 1.3. f^o 215 v^o. Foto Giraudon.
- Página 4:* No alto, cena de doação no *Cartulário da Abadia de São Pedro de Nevers*, depois de 1150; Paris, Bibliothèque-

que nationale, ms latim 9865, f^o 5 v^o. Foto Bibliothèque nationale. No meio, “Retorno do peregrino”, miniatura dos *Decretos de Graciano*, pintado pelo mestre de Godofredo de Bouillon, 1337; Paris, Bibliothèque nationale, ms latim 3898, causa 34 f^o 349 v^o. Foto Bibliothèque nationale. Embaixo, “Núpcias”, miniatura dos *Decretos de Graciano*, França, fim do século XIII; Tours, biblioteca municipal, ms 558, causa 30, f^o 276. Foto J. Vigne.

Página 5: À esquerda, “Peregrinos”, na margem do *Comentário do Antigo Testamento*, França, século XIII; Tours, biblioteca municipal, ms 87, f^o 81. Foto J. Vigne. direita, três miniaturas alegóricas ornando uma página da *Peregrinação de vida humana*, de Guillaume de Digulleville, França, 1393; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 823, f^o 88. Foto Bibliothèque nationale.

Página 6: “Os cavaleiros do Santo Espírito embarcando”, página da *Instituição da ordem do Santo Espírito pelo rei Luís dee Sicília e Jerusalém, no ano de 1352*; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 4274, f^o 6. Foto Bibliothèque nationale.

Página 7: “São Luís indo à Cruzada”, pintura que abre o capítulo 4 de *Vida e milagres de São Luís*, de Guillaume de Saint-Pathus, França, v. 1330-1350; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 5716, p. 40. Foto Bibliothèque nationale.

Página 8: “Batismo de adultos”, página das *Homílias* de São Gregório de Nazianzo, Constantinopla, século XIII; Paris, Bibliothèque nationale, ms grego 550, f^o 166 v^o. Foto Bibliothèque nationale.

Página 9: No alto, “O imperador Nicéforo Botaniates e a imperatriz Maria”, pintura que orna as *Homílias* de São João Crisóstomo, Constantinopla, v. 1078; Paris, Bibliothèque nationale, ms Coislin 79, f^o 2 bis v^o. Foto

Bibliothèque nationale. Embaixo, mapa de Constantinopla, executado em Florença no século XV; Paris, Bibliothèque nationale, ms. lat. 4825, f^o 37 v^o. Foto Fototeca Hachette.

Página 10: No alto, “Mulheres defendendo um castelo”, miniatura in *De Nobilitatibus sapientiis et prudentiis regum*, Inglaterra, v. 1326; Oxford, Christ Church College, ms Ch Ch 92, f^o 4. Foto Bodleian Library, Oxford.

Página 10, Quatro miniaturas da *História universal*, São João de Acre, 1285; Londres, British Library, ms Add. 15628, f^o 101 v^o, 103, 26 v^o e 181. Foto British Library.

Página 11:

Página 12: No alto, “Sítio de Nicéia”, inicial ornada da *História de além-mar de Guilherme de Tiro*, cópia executada em São João de Acre, v. 1275; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 2628, f^o 22. Foto Bibliothèque nationale. direita, Sítio de Jerusalém, *História de Jerusalém* por Guilherme de Tiro, cerca de 1250; Bibliothèque nationale, ms fr. 2081, f^o 62 v^o. Foto Bibliothèque nationale.

Página 12, Três miniaturas das *Chronica Majora* de Matthew Paris, Inglaterra, meados do século XIII; Cambridge, Corpus Christi College, Parker Library, ms 26, f^o IV r^o, p. 54 e p. 279. Foto Courtauld Institute of Art, Londres.

Página 13: (2^a cad.)

Página 14: Letras ornadas dos vários manuscritos da *História de além-mar*, de Guilherme de Tiro: “Morte de Godofredo de Bouillon”, cópia executada em São João de Acre, v. 1275; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 9082, f^o 111 v^o. “Morte de Balduíno IV e coroação de Raimundo de Trípoli”, cópia executada em São João de Acre depois de 1275; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 2628, f^o 246. “Balduíno IV casa sua irmã com Guido de Lusignan”, cópia executada em São João de Acre depois de 1275; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 2628, f^o 230 v^o. “Cecília de Trípoli diante de Folque”, “Hugo de Puiset jogando xadrez”, cópia francesa, v.

Bibliothèque nationale, ms fr. 9081, f^o 160 v^o. “Morte de Folque na caçada”, cópia de São João de Acre, depois de 1275; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 2628, f^o 146 v^o. “Morte de Amauri I e coroação do jovem Balduino IV”, Bibliothèque nationale, ms fr. 2628, f^o 218 v^o. Foto Bibliothèque nationale.

Página 15: No alto, “Sibila de Jerusalém coroando seu esposo”, pintura de *História de além-mar*, de Guilherme de Tiro, cópia francesa, século XV; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 2629, f^o 330. Foto Giraudon. Embaixo, “Boemundo de Tarento no mar”, “O rei Felipe IV casando suas filhas”, cópia de São João de Acre, v. 1251; Paris, Bibliothèque nationale, ms fr. 9084, f^o 125 v^o. Foto Bibliothèque nationale.

Páginas 16 e 17: Frontispícios de uma *Bíblia* em francês executada em São João de Acre depois de 1275; Paris, Bibliothèque de l’Arsenal, ms 5211 (Livro de Jó, detalhe: f^o 269; Livro de Judith, detalhe: f^o 364 v^o; Livro de Ruth: f^o 364 v^o). Foto Bibliothèque nationale.

Página 18: No alto, “A ascensão”, pintura do *Saltério* da rainha Melisenda de Jerusalém, v. 1131-1144; Londres, British Library, ms Egerton 1139, f^o 11. Foto British Library. Embaixo, inicial ornada do “Vere Dignum” no *Missal* da Igreja do Santo Sepulcro, executado em Jerusalém por volta de 1130-1140; Paris, Bibliothèque nationale, ms latim 12056, f^o 168 v^o. Foto Bibliothèque nationale.

Página 19: Síria, Crac dos Cavaleiros. Fotos © G. Bourdelon.

Página 20: “Hulagu Khan”, miniatura do Jami’al Tawarik, História dos mongóis de Rachid ad-Dîn, Pérsia, século XIV; Paris, Bibliothèque nationale, ms. suppl. persa 1113, f^o 174 v^o. Foto Bibliothèque nationale. No meio, “Caravana”, pintura ilustrando a 12ª sessão do al-Maqâmat de al-Harîrî, escola de Bagdá, 1237; Paris, Bibliothèque

nationale, ms árabe 5847, f^o 31. Foto Bibliothèque nationale. Embaixo, “Os tártaros”, desenho na margem das *Chronica Majora* de Matthew Paris, Inglaterra, meados do século XIII; Cambridge, Corpus Christi College, Parker Library, ms 16, f^o 166 v^o. Foto Courtauld Institute of Art, Londres.

Página 21: No alto, cerâmica cipriota, séculos XIII-XIV; Londres, British Museum. Foto British Museum. Embaixo, “A fada Melusina voando”, miniatura de *A nobre história de Lusignan*, França, século XV; Paris, Bibliothèque de l’Arsenal, ms 3353, f^o 155. Foto Bibliothèque nationale.

Página 22: No alto: “Mercador de ‘candi’”, prancha do *Tacuinum Sanitatis*, manuscrito lombardo, depois de 1375; Paris, Bibliothèque nationale, ms latim 1673, f^o 81 v^o. Foto Bibliothèque nationale. Embaixo, Rhodes, palácio dos grandes mestres da Ordem dos Hospitalários. Foto © F. Duran-Fototeca Hachette. Chipre, Castelo de Kolossi, século XIII. Foto © Departamento de Turismo cipriota.

Página 23: No alto, Catarina Cornaro por Ticiano; Florença, Galleria degli Uffizi. Foto © Anderson-Giraudon. direita, afrescos do Monastério de Aghios Neofitos, séculos XIII-XV. No meio, Igreja de Peristerona, século X. Embaixo, porta de Famagusta em Nicósia. Foto © Departamento de Turismo cipriota.

Página 24: Casal de cruzados, pedra tumular, século XIII; Nancy, convento dos franciscanos. Foto © G. Mangin.

Pesquisa iconográfica: Studio CLAM! (Christine de Coninck e Anne Mensior.)

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abul Fida: 247
 Açad e sua mulher, Bela: 77
 Adelaide d'Audenarde: 56
 Adelaide da Sicília: 86-87
 Adelaide de Champagne: 50
 Adélia de Blois: 25, 41, 44-45, 47-51, 53
 Ademar do Puy: 109
 Afonso de Nápoles: 334, 339
 Afonso de Poitiers: 220, 224, 236
 Afonso Jordão: 61
 Afonso XI: 265
 Aiberg: 229
 Aimery de Limoges: 88, 109, 129-130, 132, 140, 155
 Al-Ashraf: 248-250
 Alberto de Habsburgo: 235
 Aleixo Comneno: 19-20, 36-37, 47, 133, 190
 Aleixo Ducas: 190
 Aleixo II: 140-142
 Aleixo IV: 190
 Aleixo, o pseudo-Aleixo II: 142
 Aleixo, sobrinho de Manuel Comneno: 141
 Alice da França: 113
 Alice de Antióquia: 69-70, 78-80, 84-86, 88-89, 101, 123, 126, 137
 Alice de Chipre: 176-177, 183-189, 201, 203, 222-223
 Alice de Ibelin: 268
 Alice, refugiada em Chipre: 256
 Alienor de Aquitânia: 97-101, 104-106, 108-113, 120, 167, 172, 220, 234
 Alienor de Provença: 218, 234
 Alsava: 55
 Amauri (ou Aimery) de Lusignan: 145, 176-177, 182-183, 199

Amauri Barlais: 204
 Amauri de Beisa: 204
 Amauri de Nesle: 132
 Amauri de Tiro: 259-263
 Amauri I de Jerusalém: 74, 93,
 125, 136, 138-140, 143-144,
 154, 165
 Ambrósio: 40, 146, 162, 173,
 181, 207
 Ana Comnena: 19-20, 24-25,
 35-39
 Ana da Lorena: 53
 Ana Dalassena: 37
 Ana de Épiro: 192-193
 Ana de Lusignan: 328
 Anastásia: 67
 André e sua mulher Hosana: 77
 André, o Capelão: 49
 Andrea Cornaro: 332-333, 335,
 337
 Andrônico: 139-142
 Anseau de Brie: 80
 Anselmo Ysalguier: 210
 Antônio e Luís de Norès: 269
 Arda: 87
 Aremburge do Maine: 70, 93
 Argun: 248
 Arnaldo Bouchart: 173
 Arnaldo de Brescia: 113
 Arnold von Harff: 314
 Arnulfo de Roeulx: 69
 Atanásio II: 140

 Baibars: 213, 242-246
 Balduccio Pegolotti: 267
 Balduino de Avesne: 187
 Balduino de Cesaréia: 90
 Balduino de Flandres: 190, 196
 Balduino de Ramlah: 145, 150

Balduino I de Jerusalém: 24,
 32, 35, 44, 50-53, 60-61, 87,
 99, 161
 Balduino II de Constantinopla:
 217-218, 222
 Balduino II de Jerusalém: 61, 64,
 69-72, 78-80, 85, 121, 320
 Balduino III de Jerusalém: 72-
 73, 90, 93-94, 111, 115-120,
 122-136, 138, 140
 Balduino IV de Jerusalém: 138,
 143-144, 147, 149, 154-155,
 261
 Balduino V de Jerusalém: 145,
 150, 163
 Balduino Roux e sua mulher
 Artemília: 75
 Balduino, arcebispo de Cesa-
 réia: 112
 Baliano I de Ibelin: 112
 Baliano II: 151
 Baliano II de Ibelin: 150, 154,
 159, 165, 171, 176
 Barac: 135
 Barbarigo: 341
 Bardi: 257, 267
 Barnabó Visconti: 326
 Bartolomeu: 90
 Basílio: 142
 Basílio, refugiado em Chipre:
 256
 Basilus: 121
 Baudri de Bourgueil: 45, 49
 Beatriz de Courtenay: 115-117,
 138
 Beatriz de Picquigny: 262
 Beatriz de Provença: 218, 220,
 234, 236
 Beatriz de Savóia: 218, 234

Beha-al-Din: 157, 169-170
 Beha-ed-Din: 40
 Bela III da Hungria: 175
 Belina de Château-Landon: 56
 Beltrão de Gibelet: 239
 Beltrão de Toulouse: 66
 Benedetto Zaccaria: 247
 Benedito XII: 301, 311
 Benscelino e à sua mulher
 Goda: 78
 Bento Tártaro: 256
 Berengária de Navarra: 167-
 169
 Bernardo Amoulet: 306
 Bernardo Berrichon e sua mu-
 lher Havoise: 75-76
 Bernardo de Clairvaux: 99-
 100, 120
 Bernardo de Valença: 85
 Bernardo do Templo: 171
 Bernardo, o Monge: 31
 Bernardo, ourives: 76
 Berta de Sulzbach: 134
 Bertoldo de Andechs: 111
 Bessarion: 331
 Birger da Suécia: 303
 Boemundo: 156
 Boemundo de Tarento: 38-39,
 41, 47-48, 78, 86, 101, 133,
 154
 Boemundo II: 78, 80, 83
 Boemundo III: 115, 128, 135,
 150, 155-157, 174
 Boemundo IV: 177
 Boemundo V: 188, 223
 Boemundo VI: 231, 239, 241-
 242
 Boemundo VII: 247
 Bonaventura Brochard: 312

Bonifácio de Montferrat: 163
 Bouchard do Monte Sião: 320
 Branca de Castela: 186-187,
 218, 220, 233
 Branca de Champagne: 183,
 185-186, 199
 Branca, filha de São Luís: 218-
 219, 232
 Branca, neta de São Luís: 235
 Brígida da Suécia: 302-303
 Bruna, burguesa de Jerusalém:
 64

 Carlos d'Anjou: 24, 195, 220,
 234, 236, 243, 246, 259, 300
 Carlos d'Evreux: 265
 Carlos de Mauzé: 109
 Carlos de Savóia: 339
 Carlos II de Nápoles: 259
 Carlos Magno: 31
 Carlos Martel: 31
 Carlos V: 276
 Carlos VI: 277, 309
 Carlota de Bourbon: 327-328
 Carlota de Lusignan: 329-331,
 334, 339
 Catarina Cornaro: 332-335,
 337-342
 Catarina da Suécia: 303
 Catarina Vilioni: 268
 Cecília de Trípoli: 67, 80
 Celestino II: 89
 Charla de Luisignan: 334
 Clemência de Borgonha: 25
 Clemente VI: 265, 301, 311, 320
 Coloman da Hungria: 32
 Coloman, governador da Cilí-
 cia: 139
 Colomba: 67

Conradino: 239-240, 243
Conrado de Montferrat: 163-166, 170-173, 177, 182-183, 199, 206, 210, 244
Conrado III de Hohenstaufen: 105, 110-112, 115
Conrado IV de Hohenstaufen: 202, 204, 223, 240
Constância de Antióquia: 79-80, 85-86, 88-89, 101, 115, 119, 128-131, 135, 146
Constância de Aragão: 200, 265
Constantino: 26, 31, 36
Cosmas, eremita húngaro: 76
Cosroés: 31
Cuvelier: 290

D'Escayrac: 226
Damásio: 28
Davi da Górgia: 241
Dens, refugiado em Chipre: 256
Dhuoda: 26
Dídimo, o Cego: 29
Dokuz-Katun: 240
Dulcete, refugiada em Chipre: 256

Ecarlate, o anão: 175
Echive da Galiléia: 66
Echive de Chipre: 268
Echive de Ibelin: 145
Echive de Shavel Zion: 282, 284, 287-288
Echive de Trípoli: 162
Edmundo, o Estranho: 245
Eduardo I da Inglaterra: 245
Eduardo III da Inglaterra: 257, 265, 276

Efrem: 121
Egéria: 27-28
El-Naser Muhamed: 300
El-Sali-Ayub: 214
Elena Lucrezia Cornaro: 343
Eleonora de Aragão: 70, 271-275, 280, 282, 284, 286, 289, 292-293, 295-298, 318, 326
Elinardo de Tiberíade: 119
Elvira de Aragão: 24, 44, 61
Emelot, esposa de Eustáquio Garnier: 67, 81-82
Emerias: 56
Epifânio: 28
Erardo de Brienne: 183, 222
Érico da Pomerânia: 320
Ermelina, burguesa de Jerusalém: 77
Ermengarda de Tiberíade: 65, 90
Ernoul: 67, 138, 144, 149, 162, 181-182
Estefaneta de Milly: 146-147, 149, 151, 163, 166
Estefanino, refugiado em Chipre: 256
Estevania: 55
Estêvão de Blois: 35, 41, 44-48, 50-51, 56
Estêvão de Borgonha: 51
Estêvão de Lusignan: 298
Estêvão de Metz: 111
Eudes (ou Odon) de Deuil: 98-99, 101, 103-104, 107-108
Eudes de Montbéliard: 200
Eudes I de Borgonha: 40
Eugênio III: 113
Eustáquia: 28
Eustáquio de Cesaréia: 91

Fabíola: 30
Faidida de Toulouse: 98
Fares-Eddin-Octay: 227-228
Felipe de Naplusa: 91
Fernando de Nápoles: 334-335, 337, 339
Ferry de la Roche: 130
Filipa de Antióquia: 139
Filipa de Champagne: 176, 183, 186-187
Filipe Augusto: 166-167, 169, 175, 185-187, 199, 201, 218, 266
Filipe da França: 98
Filipe de Boulogne: 187
Filipe de Dreux: 171
Filipe de Ibelin (I): 203-204
Filipe de Ibelin (II): 247, 260
Filipe de Ibelin (III): 288-289, 295
Filipe de Mézières: 277
Filipe de Milly: 125
Filipe de Montfort: 238, 243-244
Filipe de Naplusa: 65, 119
Filipe de Novara: 204
Filipe de Savóia: 193
Filipe, o Belo: 248, 263-264, 274, 299
Filipe, o Ousado: 220-221, 234
Firuz: 41, 47
Florina: 40
Florina de Borgonha: 98
Folque de Jerusalém: 70-73, 80-81, 83-86, 90, 92-93, 112, 119, 121, 157
Folque de Neuilly: 185
Folque Nerra: 31
Folque, o Réchin: 70
Foucher d'Angoulême: 112, 125

Foucher de Chartres: 40, 56-57, 68
Foucher de Jerusalém: 94
Foucher Fiole: 163
Francesco Datini: 267
Francisco I: 301
Francisco Tamachi: 296
Franco, castelão de Acre: 120
Frasses Saturno: 296
Frederico Barba-Ruiva: 111, 164, 177
Frederico Cornaro: 332
Frederico II de Hohenstaufen: 200-207, 213-214, 222-223, 229, 239
Frederico III da Alemanha: 320
Frei Raul: 227
Froissart: 276, 291

Gabriel Bar Kala'i: 238
Gabriel Gentile: 335
Garcia, burguesa de Jerusalém: 77
Garzoni: 308
Gauffier: 92
Gausain de Chenichy: 204
Geltides esposa de Roaldo: 65
Gengis Khan: 214-215, 232, 240
Geoffrey Chaucer: 304
Geraldo de Montreal: 247, 249
Geraldo de Ridefort: 150, 157, 159
Geraldo de Sidon: 81
Geraldo Jéberon: 86
Germano, burguês de Jerusalém: 67
Gerold, patriarca de Jerusalém: 205
Gervais, padeiro: 232
Ghazi: 79

Gibelino, burgues de Jerusaleém: 64
 Girard e sua mulher Heloísa: 75
 Giraud Almaric: 306
 Goda, buruguesa de Jerusalém: 77
 Godofredo de Bouillon: 25, 32, 35, 37-39, 50, 58, 60, 64, 207, 246, 290-291, 322
 Godofredo de Rancon: 99, 106
 Godvere de Toesny: 24, 44, 60
 Gofredo Acu: 66
 Gofredo de Bruyères: 193
 Gofredo de Charnay: 264
 Gofredo de Lusignan: 168
 Gofredo de Sergines: 239
 Gofredo de Villehardouin: 185, 190-192
 Gofredo, o Torto, e sua esposa, Flandina: 91
 Graciano, refugiado em Chipre: 256
 Greffin Affagart: 305-307, 310, 312
 Gregório IX: 187, 204
 Grenier, o Pequeno: 282
 Gualter da Galiléia: 66
 Gualter de Cesaréia: 65, 81-82
 Gualter de Saint-Omer: 123, 128
 Gualter-Sem-Haveres: 58
 Guiberto de Nogent: 56, 58
 Guido Brisebarre: 71
 Guido de Beirute: 112, 117
 Guido de la Roche: 193
 Guido de Lusignan: 146, 150-151, 153, 162, 165-168, 170, 173, 176, 181-182
 Guido de Senlis: 166
 Guido de Thouars: 99

Guido, irmão de Boemundo de Tarento: 48
 Guido, irmão de Henrique II de Chipre: 260
 Guido, o Francês: 65
 Guilherme Bures: 71
 Guilherme de Barres: 131
 Guilherme de Beaujeu: 246-247, 249
 Guilherme de Breteuil: 50
 Guilherme de Bures: 71
 Guilherme de Digulleville: 320
 Guilherme de Grandmesnil: 47
 Guilherme de Lorris: 221
 Guilherme de Machault: 276-277, 279, 290
 Guilherme de Messina: 83
 Guilherme de Montferrat: 111, 144
 Guilherme de Poitiers: 86
 Guilherme de Rivet: 204
 Guilherme de Saône: 80
 Guilherme de Sira: 73
 Guilherme de Tiro (e seu Continuador): 48, 51, 81, 84-85, 94, 110, 116, 120, 122-123, 128-132, 136, 143, 150, 168, 175, 177, 182
 Guilherme de Villehardouin: 192-193, 195, 223
 Guilherme Espada-Longa: 163
 Guilherme II da Sicília: 142, 167
 Guilherme IX de Poitiers: 51
 Guilherme Jordão: 66
 Guilherme, o Carpinteiro: 47
 Guilherme, o Conquistador: 44
 Guilherme, o Drogman: 75
 Guilherme, o patriarca: 93
 Guilherme, o Trovador: 100, 161

Guilherme, prior do Santo Sepulcro: 65
 Guiot de Provins: 274
 Guisle de São Abraão: 75
 Gunther: 32

Hakim: 27, 31
 Haython I da Armênia: 231-232, 241
 Hayton: 241-242
 Helena Paleóloga: 328-330
 Heloísa: 30
 Heloísa de Ibelin: 65
 Henrique Beauclerc: 86
 Henrique da Inglaterra, o Jovem Rei: 175
 Henrique de Champagne: 112, 156, 171-177, 183, 185, 187
 Henrique de Gible: 282, 286, 288, 295
 Henrique de Lancaster: 308
 Henrique de Toul: 111
 Henrique de Valenciennes: 196-197, 312
 Henrique I de Chipre: 188, 203-204, 206, 222-223, 239
 Henrique II de Chipre: 246-250, 259-262, 265, 268, 274
 Henrique III da Inglaterra: 234-235
 Henrique V da Alemanha: 176
 Henrique VI da Alemanha: 177
 Heráclius: 150
 Hermann de Bade: 112
 Hermann de Salza: 201-202, 205
 Herrade de Landsberg: 30
 Hersent: 221
 Hervé de Sombernon: 187
 Hildeberto de Lavardin: 45
 Hildegarda de Bingen: 30

Hodierna de Trípoli: 66, 69-70, 73, 89, 126-128, 134
 Hodierna, burguesa de Jerusaleém: 65
 Honório III: 201
 Honório IV: 248
 Hugo d'Anthiaume: 281
 Hugo de Cesaréia: 66
 Hugo de Gibelet: 65, 204
 Hugo de Ibelin: 65, 91
 Hugo de Jaffa: 65, 67
 Hugo de Jouy: 229
 Hugo de Lusignan: 99
 Hugo de São Paulo: 91
 Hugo de Vermandois: 35
 Hugo do Puiset: 81-84, 126
 Hugo I de Chipre: 183, 199, 223
 Hugo I de Vaudemonte: 53
 Hugo II de Borgonha: 145
 Hugo III de Chipre: 240, 243-246, 259
 Hugo IV de Chipre: 268, 298
 Hugueto de Chipre: 239-240
 Hulagu: 240-242
 Humberto, ourives: 76

Ibn Djobair: 148
 Ibn-al-Athir: 156, 159-160, 164
 Ida da Áustria: 32, 161
 Imad-al-Din: 156
 Inácio, bispo jacobita de Alepo: 116
 Inácio, metropolita armênio: 92
 Inês da França: 142
 Inês de Courtenay: 138, 144, 146, 150
 Inês de Ibelin: 91
 Inês Gastaldi: 213
 Inocência VI: 311

Irene Ducas: 37
 Isaac Comneno: 142, 167-169, 179
 Isaac, o Anjo: 142
 Isabel de Cesaréia: 66, 91
 Isabel de Ibelin: 245, 259
 Isabel de Jerusalém: 139, 148, 154, 163, 165-166, 171-173, 175-178, 183, 187, 199
 Isabel de Lusignan: 188, 240
 Isabel de Naplusa: 91
 Isabel de Villerhardouin: 193
 Isabel, burguesa de Chipre: 257
 Isabel, esposa de Frederico II: 200-202, 223
 Isabel, esposa de Frederico II de Hohenstaufen: 239
 Isabel, filha de São Luís: 219, 221, 234
 Isabel, refugiada em Chipre: 257
 Isarn: 56
 Ivete, irmã de Melisenda: 69, 89, 93, 144
 Ivo de Chartres: 45, 50
 Ivo de Nesles: 128
 Ivo de Soissons: 123
 Janus de Chipre: 298, 327-328
 Jehal el-Din: 214
 Joana de Nápoles: 307
 Joana de Navarra: 235
 Joana de Sicília: 169-170
 Joana de Toulouse: 220, 236
 Joana Laleman: 280-281, 284
 João Comneno: 138
 João Cornaro: 332
 João de Brienne: 177, 199-202, 223-224
 João de Coimbra: 329

João de Dampierre: 260
 João de Grailly: 248, 274
 João de Ibelin: 176-177, 204, 206
 João de la Chambre: 283
 João de Lusignan: 268, 282, 285-289, 293-296, 298
 João de Monstri: 286, 289
 João de Mont-Corvin: 268
 João de Montfort: 243-244
 João de Montolif: 280
 João de Morf: 282, 284, 293-294
 João de Neuville: 286
 João de Ras: 336
 João Gorap: 287-288
 João I de Chipre: 246
 João II de Chipre: 328-330, 333
 João II de Ibelin: 245
 João Lombardo: 269, 272
 João Patrício, burguês de Jerusalém: 64
 João Rogério: 129
 João Sem Terra: 171
 João Tafur: 335
 João, legado do papa Alexandre III: 141
 João, o Bom: 276
 João, o Visconde: 282, 284-285
 João-Tristão, filho de São Luís: 226, 232
 Jocelino de Courtenay: 138
 Jocelino II de Courtenay: 69, 80, 95, 116-117
 Jocelino III de Courtenay: 116
 Jocelino Pessel: 131
 Jofre Rudel: 100
 Joinville: 159, 186, 218, 222-229, 231-233, 235-236, 306
 Jorge Balistier, refugiado em Chipre: 256

Jorge Boustronius: 329, 332-333, 335, 337, 340
 Jorge Raïs: 76
 Julian de Norwich: 321
 Justiniano: 36
 Kalojan Paleólogo: 325
 Kerbogah: 47-48
 Kilij Arslan: 39
 Kitbuka: 242
 Kubilai: 242
 Kutuz: 242
 Lamberto de Ptolomeu: 76
 Lamberto di Sambuceto: 255
 Leão II da Armênia: 177
 Leão II, o Grande, da Cilícia: 156
 Leôncio Makhairas: 246, 259, 265, 269, 274, 277, 279-280, 282-288, 292-296, 326-329
 Livon de Lusignan: 280
 Lucensis: 213
 Lucia de Segni: 231
 Lúcia, irmã de Boemundo VII: 247
 Luís de Savóia: 330-331
 Luís Perez Fabregues: 335
 Luís Pons: 296
 Luís VI: 71
 Luís VII: 90, 98-105, 107, 109-113, 115, 120, 133, 142, 172
 Luís VIII: 186-187, 219
 Luís, filho de São Luís: 219, 221, 234
 Mabília, burguesa de Jerusalém: 73-75
 Mahaut de Brabant: 220
 Malik al-Adil: 147, 169, 174
 Malik al-Kamil: 205

Manassés de Hierges: 119, 122-124
 Manuel Cantacuzeno: 302
 Manuel Comneno: 100, 103-105, 110, 117, 129, 131-135, 138-142, 145
 Marco Bembo: 335
 Marco Cornaro: 333, 338
 Marco Polo: 268
 Marco Venier: 339
 Margarida da Hungria: 175-176
 Margarida da Provença: 24
 Margarida de Antióquia: 243-244
 Margarida de Ibelin: 262
 Margarida de Lusignan: 302
 Margarida de Provença: 210, 218-222, 224-229, 231-236, 306
 Margery Kempe: 308, 320-322
 Maria Comnena: 138, 151, 154, 165-166, 176
 Maria de Antióquia: 135, 139, 141-142
 Maria de Brienne: 222
 Maria de Champagne: 172
 Maria de Giblest: 287
 Maria de Jerusalém: 173, 177, 183, 199-200
 Maria de Lusignan: 188
 Maria de Montferrat: 141-142
 Maria de Valência: 306
 Maria e Rogério de São Lázaro: 77-78
 Maria Lachevere: 77
 Maria, burguesa de Chipre: 257
 Maria, dama de Beirute: 91
 Marieta de Patras: 329, 337-338
 Masud: 105, 116

Mateus de Clermont: 249
 Mateus de Edessa: 78
 Mateus, refugiado em Chipre: 257
 Matilde, mulher de Guilherme, o Conquistador: 44
 Medéia de Montferrat: 328
 Melânia, a Jovem: 30
 Melisenda de Antióquia: 177
 Melisenda de Jerusalém: 34, 65, 69-73, 78, 80-81, 84-85, 88-95, 111-112, 119-126, 128, 134, 136-137, 144, 181, 251
 Melisenda de Trípoli: 127, 134
 Melisenda, filha de Isabel de Jerusalém: 177
 Melusina: 285, 291
 Miguel II de Épiro: 192
 Miguel Paleólogo: 193
 Miguel, o Sírio: 95, 131, 143
 Mongka: 232
 Morage Raïs: 67
 Morfia: 69

 Neofitos: 179
 Nestorius: 240
 Nicéforo Bryenne: 37
 Nicolas Jorga: 259
 Nicolau de Sousy: 223
 Nicolau e sua mulher Pôncia: 77
 Nicolau Germinet de Langres: 221
 Nicolau Morabit: 335
 Nicolo Quirino: 217-218
 Nur-el-Din: 95, 112-113, 115-116, 118, 124, 126, 136, 140-141

 Oderico de Pordenone: 268
 Ogier d'Anglure: 309-319

Ogier, o clérigo: 76
 Ogodei: 215
 Omar: 31
 Onofre de Montfort: 265
 Onofre II de Toron: 112, 116, 118, 124, 131
 Onofre III de Toron: 148, 150-151, 163, 165-166, 168, 187
 Orderico Vital: 48-49
 Orgulhosa de Harenc: 155
 Oto de la Roche: 191
 Otto de Freisingen: 111
 Otto de Grandson: 248

 Pagano de Fayes: 109
 Pandolfo Malatesta: 342
 Pascoal II: 69
 Paula: 28-29
 Paulino de Nola: 29
 Paulo Chappe: 335
 Paulo Gautier: 313
 Pedro Barthélemy: 48
 Pedro, confrade do Santo Sepulcro: 77
 Pedro d'Estavayer: 248
 Pedro da Espanha: 77
 Pedro Davila: 335-336, 338
 Pedro de Campo-Fregoso: 294, 295
 Pedro de la Vigne: 204
 Pedro de Morqueline: 316
 Pedro de Saint-Gautier: 65
 Pedro de Severy: 250
 Pedro Gradenigo: 258
 Pedro I de Chipre: 268-269, 271-280, 282-286, 288-295, 297-298, 318, 326-327, 332
 Pedro II de Chipre: 289, 292-293, 295-298, 325-326, 332
 Pedro IV de Aragão: 326

Pedro Mocenigo: 338
 Pedro, arcebispo de Cesaréia: 205
 Pedro, filho de São Luís: 232
 Pedro, o camareiro: 232
 Pedro, o Eremita: 47, 58
 Pedro, o Venerável: 121, 157
 Pedro, prior do Santo Sepulcro: 76-77
 Peire Vidal: 191, 219
 Pelágio: 200
 Perceval de Colônia: 277, 285
 Petronila, burguesa de Jerusalém: 76
 Phelipot: 208, 210
 Pierre Mauclerc: 187
 Pietro Casola: 308
 Piniano: 30
 Placência de Antióquia: 239-240
 Pons de Trípoli: 66, 80-81, 89, 126

 Qalaun: 246-248

 Rabban Çauma: 248
 Raimundo Berengário V de Provença: 234
 Raimundo de Poitiers: 86-88, 101, 109-113, 115-116, 128, 135
 Raimundo de Saint-Gilles: 24, 35, 38-39, 44, 60-61, 66, 71, 126, 220
 Raimundo do Puy: 112
 Raimundo II de Trípoli: 65-66, 70, 73, 89, 117, 126
 Raimundo III de Trípoli: 73, 127-128, 134-135, 150, 162
 Raimundo VI de Toulouse: 170
 Raimundo Lúlio: 300

Raimundo, o mestre do Hospital: 76
 Raimundo Berengário V de Provença: 218
 Ranieri Brus: 161
 Ranieri de Ibelin: 91
 Ranieri de Montferrat: 141-142
 Raul de Coeuvres: 223
 Raul de Domfront: 85, 88
 Raul de Fontenelles: 66
 Raul de Merle: 127-128
 Raul, bispo de Belém: 119
 Raul, chanceler real: 126, 130
 Reinaldo de Châtillon: 129-133, 146-149, 151, 179
 Reinaldo de Vichiers: 229
 Reinaldo I da Borgonha: 51
 Reinaldo, o Masoier: 155
 Ricarda: 55
 Ricardo Coração de Leão: 40, 166-174, 176, 181-182, 207, 229, 234
 Ricardo da Cornualha: 234
 Ricardo de "Kareswell": 276
 Ricardo Filanghieri: 206
 Ricardo, o Peregrino: 109
 Richilda de Beisan: 145
 Ricold de Monte-Croix: 251-252
 Ringos: 335
 Rizzo de Marino: 339-340
 Roaldo de Naplusa: 84
 Roaldo, o Velho: 125
 Roberto Clément: 56
 Roberto Courte-Heuse: 44, 48, 50
 Roberto d'Anjou: 257, 300
 Roberto d'Artois: 220, 225
 Roberto de Clary: 190
 Roberto de Corbie: 163
 Roberto de Craon: 112

Roberto de Douai: 221
 Roberto de Flandres: 25, 35
 Roberto de Turnham: 168
 Roberto do Perche: 103, 112
 Roberto e Inês de Francieu: 90
 Roberto Galatin: 77
 Roberto Guiscarde: 37
 Roberto II de Flandres: 50
 Roberto, arcebispo de Nazaré: 112
 Roberto, cozinheiro: 76
 Rogério de Flor: 272
 Rogério II da Sicília: 84, 86-88, 100-101, 112-113
 Rogério Mauchât: 167
 Romano do Puy: 82
 Romano Mairano: 210
 Roméia de Villeneuve: 234

Saladino: 21, 40, 68, 141-143, 145, 147-149, 151, 155-157, 159-160, 162-165, 167, 170, 173-174, 181, 242
 Sálvio, refugiado em Chipre: 257
 Sancho de Navarra: 167
 Sancia de Aragão: 300
 Sancia de Provença: 218, 234
 Santa Catarina: 314
 Santa Catarina de Alexandria: 268
 Santa Helena: 25-26, 121, 313, 317
 Santo Ametista: 342
 São Barsauma: 130
 São Francisco de Assis: 252, 300-301
 São Jerônimo: 28-30
 São Julião, o Hospitaleiro: 312

São Luís: 23-24, 56, 82, 101, 182, 186, 188, 213, 217-218, 220-224, 227-229, 231-236, 238-240, 243, 245-246, 264, 274, 306
 São Paulo: 181
 São Ranieri: 304
 São Tomás: 312
 Sibila d'Anjou: 93-94, 98
 Sibila da Armênia: 231, 241, 247
 Sibila de Jerusalém: 137-138, 144-146, 150-151, 154, 162-163, 165
 Sibila filha de Isabel de Jerusalém: 177
 Sibila, a espiã: 155-156
 Sichelgaite: 37
 Simão de Montolif: 261, 263
 Simão de Sarrebrück: 318
 Simeão, eremita húngaro: 76
 Slav: 196-197
 Sofia d'Archangelis: 311
 Suenon da Dinamarca: 40
 Suger: 102, 113

Tancredo: 47
 Tekké: 273, 294
 Templário de Tiro: 243-244
 Teobaldo III de Champagne: 183, 185
 Teobaldo IV de Champagne: 185-188, 199, 214, 223
 Teodora Comnena, mulher de Balduino III: 132-133, 140
 Teodora Comnena, mulher de Boemundo III: 155
 Teodorico da Alsácia: 93, 111
 Teodoro Apsevdes: 179
 Teodósio: 141-142

Tiago de Gaurelle: 288
 Tiago de Gible: 286-287
 Tiago de Lusignan: 268, 282, 285-287, 293, 295-296, 298
 Tiago de Molay: 264, 299
 Tiago de Norès: 184, 273
 Tiago de São Domingos: 286
 Tiago de Vitry: 319
 Tiago Gurri: 330
 Tiago I de Chipre: 318, 326-327
 Tiago II de Aragão: 272
 Tiago II de Chipre: 330-335, 337-339
 Tiago III de Chipre: 334, 336-337
 Tiago, o Bastardo: 329-330
 Tomás da Cilícia: 117
 Tomás Gurri: 330
 Tristão de Gible: 339-340
 Turan-shah: 225

Ubaldo: 166
 Unur de Damasco: 112, 157

Urbano I: 99
 Urbano II: 20, 153
 Urbano V: 280, 328
 Usama: 68, 158

Valentina Visconti: 297, 326, 332
 Vartan: 240-241
 Velho da Montanha, Sinan: 127, 171
 Vera: 340
 Vittore Soranzo: 338
 Vulgrin: 73

Welf da Suábia: 112
 Willibald: 31
 Wolfe da Baviera: 32

Yvain: 149

Zabel da Armênia: 232
 Zengi: 79-80, 95, 124, 161

LEGENDAS DOS MAPAS

Itinerários das principais Cruzadas 16-17

Alexandrie: Alexandria; *Andrinople*: Andrinopla; *Antiochie*: Antióquia; *Beyrouth*: Beirute; *Césarée*: Cesaréia; *Chypre*: Chipre; *Constantinople*: Constantinopla; *Crète*: Creta; *Damas*: Damasco; *Damiette*: Damietta; *Dorilée*: Doriléia; *Edesse*: Edessa; *Egypte*: Egito; *Elbe*: Elba; *Empire d'Orient*: Império do Oriente; *Empire des Almohades*: Império dos Almôadas; *Empire germanique*: Império Germânico; *Espagne*: Espanha; *France*: França; *Frédéric Barberousse*: Frederico Barba-Ruiva; *Frédéric II*: Frederico II; *Gênes*: Gênova; *Godofroy de Bouillon*: Godofredo de Bouillon; *Le Caire*: Cairo; *Louis IX*: Luís IX; *Malte*: Malta; *Mansourah*: Mansurá; *Marseille*: Marselha; *Nicée*: Nicéia; *Otrante*: Otranto; *Philippe Auguste*: Filipe Augusto; *Phillipopoli*: Filipópolis; *Ratisbonne*: Ratisbona; *Rhin*: Reno; *Rhône*: Ródano; *Richard Coeur de Lion*: Ricardo Coração de Leão; *Sardaigne*: Sardenha; *Seine*: Sena; *Sicile*: Sicília; *St-Jean-d'Acre*: São João de Acre; *Vienne*: Viena; *Vistule*: Vístula.

A Primeira Cruzada 42-43

Albistan: Elbistan; *Alep*: Alepo; *Alexandrette*: Alexandreta; *Andrinople*: Andrinopla; *Ankara*: Ancara; *Antioche*: Antióquia; *Apamée*: Apaméia; *Beyrouth*: Beirute; *Bizance*: Bizâncio; *Califat Fatimide*: Califado fatímida; *Castamon*: Kastamono; *Cérines*: Querínia; *Césarée*: Cesaréia; *Césarée*: Cesaréia; *Chalcedoine*: Calcedônia; *Chios*: Quios; *Chrisopolis*: Crisópolis; *Chypre*: Chipre; *Cyzique*: Cízico; *Damas*: Damasco; *Dorylée*: Doriléia; *Edesse*: Edessa; *Emirat d'Éphèse*: Emirado do Éfeso; *Emirat Danishmendite*: Emirado Danishmendita; *Emirat de Homs*: Emirado de Homs; *Emirat de Shaizar*: Emirado de Shaizar; *Emirat de Smyrne*: Emirado de Smirna; *Empire*

Byzantin: Império Bizantino; *Erzeroum*: Erzurian; *Famagouste*: Famagusta; *Giblet*: Jbaïl; *Goeksum*: Goksum; *Hisn Mansour*: Hisn Mansur; *Krak de Moab*: Crac de Moab; *Krak de Shaubak*: Crac de Shaubak; *Laodicée*: Laodicéia; *Laodicée*: Laodicéia; *Larnaka*: Larnaca; *Magnésie*: Manisa; *Melitene*: Malatya; *Mer Egée*: Mar Egeu; *Mer Méditerranée*: Mar Mediterrâneo; *Mer Noire*: Mar Negro; *Mossou*: Mosul; *Mysie*: Mísia; *Naplouse*: Naplusa; *Nazareth*: Nazaré; *Neocésarée*: Neocesaráia; *Nicée*: Nicéia; *Nicomédie*: Nicomédia; *Nicosie*: Nicósia; *Ortoqides*: Ortoquidas; *Paphos*: Pafo; *Phocée*: Fócida; *Possessions byzantines du littoral pontique*: Possessões bizantinas do litoral do Ponto; *Princes Armeniens*: Príncipes armênios; *Principauté d'Edesse*: Principado de Edessa; *Roupienne*: Rupiana; *Royaume Seldjoucide d'Alep*: Reino seljúcida de Alepo; *Royaume Seldjoucide de Damas*: Reino seljúcida de Damasco; *Samosate*: Samsate; *Seleucie*: Selêucia; *Sultanat Seldjoucide de Roum*: Sultanato seljúcida de Rum; *Tarse*: Tarso; *Tiberiade*: Tiberíade; *Tortose*: Tartuz; *Trebizonde*: Trebizonda; *Turbessel*: Tell Bachir; *Tyr*: Tiro.

Reino de Jerusalém 62

Arsouf: Arsuf; *Batroun*: Batrum; *Beaufort*: Kulat esh Shufik; *Beauvoir* (*Kaubab al Haoua*): Kabab al Hawa; *Bethléem*: Belém; *Beyrouth*: Beirute; *Blanche Garde*: Tell es Safi; *Caymont* (*Qaimoun*): Qaimun; *Cesarée*: Cesaréia; *Chastel Arnoul*: Yalo; *Château Pèlerin*: Atlite; *Châteauneuf* (*Hounin*): Hunin; *Comté de Tripoli*: Condado de Trípoli; *Damas*: Damasco; *Galilée*: Galiléia; *Gibelin*: Beit Gjibrin; *Giblet*: Jbaïl; *Ibelin*: Yebna; *Judée*: Judéia; *Krak de Moab*: Crac de Moab; *L. de Tibériade*: Lago de Tiberíade; *Lydda*: Lod; *Mirabel*: Magdiel; *Montgisard*: Tel Gezer; *Naplouse*: Naplusa; *Paneas*: Baniyas; *Samarie*: Samaria; *Saphet*: Safed; *Scandelion*: Shavel Zion; *Sephorie*: Zipori; *St-Jean-d'Acre*: São João de Acre; *Terre d'Outre Jourdain*: Terra de Além-Jordão; *Tibériade*: Tiberíade; *Toron*: Tibnin; *Vers Montreal*: Em direção a Shaubak.

Síria do Norte 63

Alep: Alepo; *Alexandrette*: Alexandreta; *Antioche*: Antióquia; *Apamée*: Apaméia; *Batroun*: Batrum; *Chastel Blanc*: Safita; *Chastel Rouge*: Kachfahan; *Comté d'Edesse*: Condado de Edessa; *Comté de Tripoli*: Condado de Trípoli; *Doulouk*: Duluk; *Gaston*: Baghras; *Gibel*: Jebel; *Giblet*: Jbaïl; *Ismaeliens*: ismaelianos; *Krak des Chevaliers*: Crac dos Cavaleiros; *Lac d'Antioche*: Lago de Antióquia; *Lattakié*: Latakiah; *Montferrand*: Birein; *Néphin*: Anfa; *Port Saint-Simeon*: Q'alaat Sim'an; *Principauté d'Antioche*: Principado de Antióquia; *Qadmous*: Cadmus; *Raoundan*: Raundan; *Saone*: Sahyun; *Tortose*: Tartuz; *Turbessel*: Tell Bachir.

Jerusalém 74

Citadelle: Cidadela; *Custodie de St. Sauveur*: Custódia do São Salvador; *Égl. Luth.*: Igr. lut.; *Église Sainte Anne*: Igreja Santana; *Hosp. autrichien armen.*

cathol.: Hosp. austríaco, armên., catol.; *Hosp. Russe*: Hosp. russo; *Mosquée d'Omar*: Mesquita de Omar; *Mosquée El-Aqça*: Mesquita El-Aqça; *Mur des Pleurs*: Muro das Lamentações; *Patr. Armen.*: Patr. armên.; *Patriarcat Latin*: Patriarcado latino; *Porte d'Herode*: Porta de Heródes; *Porte de Damas*: Porta de Damasco; *Porte de Jaffa*: Porta de Jaffa; *Porte de Maugrebins*: Porta dos Maugrebins; *Porte de Zion*: Porta de Zion; *Porte Dorée*: Porta Dourada; *Porte Neuve*: Porta Nova; *Porte Saint Étienne*: Porta São Estêvão; *Quartier Armenien*: Bairro armênio; *Quartier Grec et Latin*: Bairro grego e latino; *Quartier Juif*: Bairro judeu; *Quartier Musulman*: Bairro muçulmano; *R. de David*: Rua de Davi; *R. des Chrétiens*: Rua dos Cristãos; *R. S. François*: Rua São Francisco; *Saint Jean*: São João; *Saint Sepulcre*: Santo Sepulcro; *St. Pierre*: São Pedro; *Tour de David*: Torre de Davi; *Valée du Cédron*: Vale do Cedron.

A ilha de Chipre 180

Carpas: Carpásio; *Cérines*: Querínia; *Dieu d'Amour*: Deus de Amor; *Famagouste*: Famagusta; *Kouklia*: Cuclia; *Lapaïs*: Lapais; *Larnaka* (*Salines*): Larnacas (*Salinas*); *Le Morf*: Morfu; *Le Quid*: Kiti; *Mesorée*: Mesoréia; *Nicosie*: Nicósia; *Paphos*: Pafo; *Saint-Hilarion*: Santo Hilário; *Sigouri*: Siguri; *Trémithoussia*: Tremitússia.

São João de Acre 212

Baie d'Acre: Baía de Acre; *Château*: Castelo; *Genois*: Genoveses; *Hospitalliers*: Hospitaleiros; *Pisans*: Pisanos; *Templiers*: Templários; *Venitiens*: Venezianos.

O domínio dos cruzados em 1241 230

Le domaine des Croisés au XIIIe siècle (1241): O domínio dos cruzados no século XIII (1241); *Beaufort*: Kulat esh shufik; *Beauvoir*: Kaubab el Hawa; *Betenoble*: Beit Nuba; *Bethanie*: Betânia; *Bethel*: Betel; *Bethléem*: Belém; *Beyrouth*: Beirute; *Blanche Garde*: Tell es Safi; *Capharnaum*: Cafarnaum; *Casal Robert*: Cana; *Casal St. Gilles*: Sinjil; *Cayphas*: Caifás; *Cesarée*: Cesaréia; *Chastel-Arnoul*: Yalo; *Chastel-Pèlerin*: Allit; *Châteauneuf*: Hunin; *Gibelin*: Guvrin; *Grande Mahomerie*: Grande Maomeria; *Gué de Jacob*: Vau de Jacó; *Ibelin*: Yebna; *Jericho*: Jericó; *Jérusalem*: Jerusalém; *Jourdain*: Jordão; *La Berrie*: Beersheba; *La Fève*: Afula; *Lac Tibériade*: Lago Tiberíade; *Le Daron*: Deir el Balah; *le Krak*: o Crac; *le Toron* dos Chevaliers: o Cordão dos Cavaleiros; *Lydda*: Lod; *Méditerranée*: Mediterrâneo; *Mer Morte*: Mar Morto; *Monfort*: Qal'at qurain; *Montjoie*: Mozah; *Montreal*: Shaubak; *Naplouse*: Naplusa; *Nazareth*: Nazaré; *Paneas*: Baniyas; *Rames*: Ramlah; *Saint Georges*: São Jorge; *Saphet*: Safed; *Saphorie*: Zipori; *Scandelion*: Shavel Zion; *Sebaste*: Sebastiya; *Terre d'outre-Jourdain*: Terra de Além-Jordão; *Terre du Krak*: Terra do Crac; *Thabor*: Tabor; *Thécua*: Tekoa; *Tibériade*: Tiberíade; *Toron*: Tibnin; *Tyr*: Tiro.

O pensamento do homem no fim do século

CONHEÇA E LEIA

AS TRÊS ECOLOGIAS

Félix Guattari

O autor registra três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana, manifestando sua indignação perante um mundo que se deteriora lentamente. Propõe também fórmulas para reinventar maneiras de ser no interior do casal, da família, do trabalho e da cidade.

56 pp. 3ª ed. cód. 0201

DA SEDUÇÃO

Jean Baudrillard

A sedução se apresenta sob diversas formas: a ritual (dual, mágica, agonística), estética (a do sedutor, do feminino, da sexualidade, do irônico) e política (do desaparecimento do original da sedução em proveito de uma distribuição em todos os sentidos).

Ela é o que resta do destino, de aposta, de sortilégio, de predestinação e de eficácia silenciosa num mundo de eficácia visível e descontentamento.

208 pp. cód. 0228



A TRANSPARÊNCIA DO MAL

Jean Baudrillard

Analizando os sistemas contemporâneos em sua forma catastrófica, fracassos e aporias, tanto quanto no modo como eles se impõem e se perdem no delírio do próprio funcionamento, reativa-se em toda parte o teorema e a equação da parte maldita e comprova-se seu indestrutível poder simbólico.

O princípio do mal não é moral — é de desequilíbrio e vertigem, de complexidade e estranheza, de sedução, de incompatibilidade.

189pp. cód. 0243